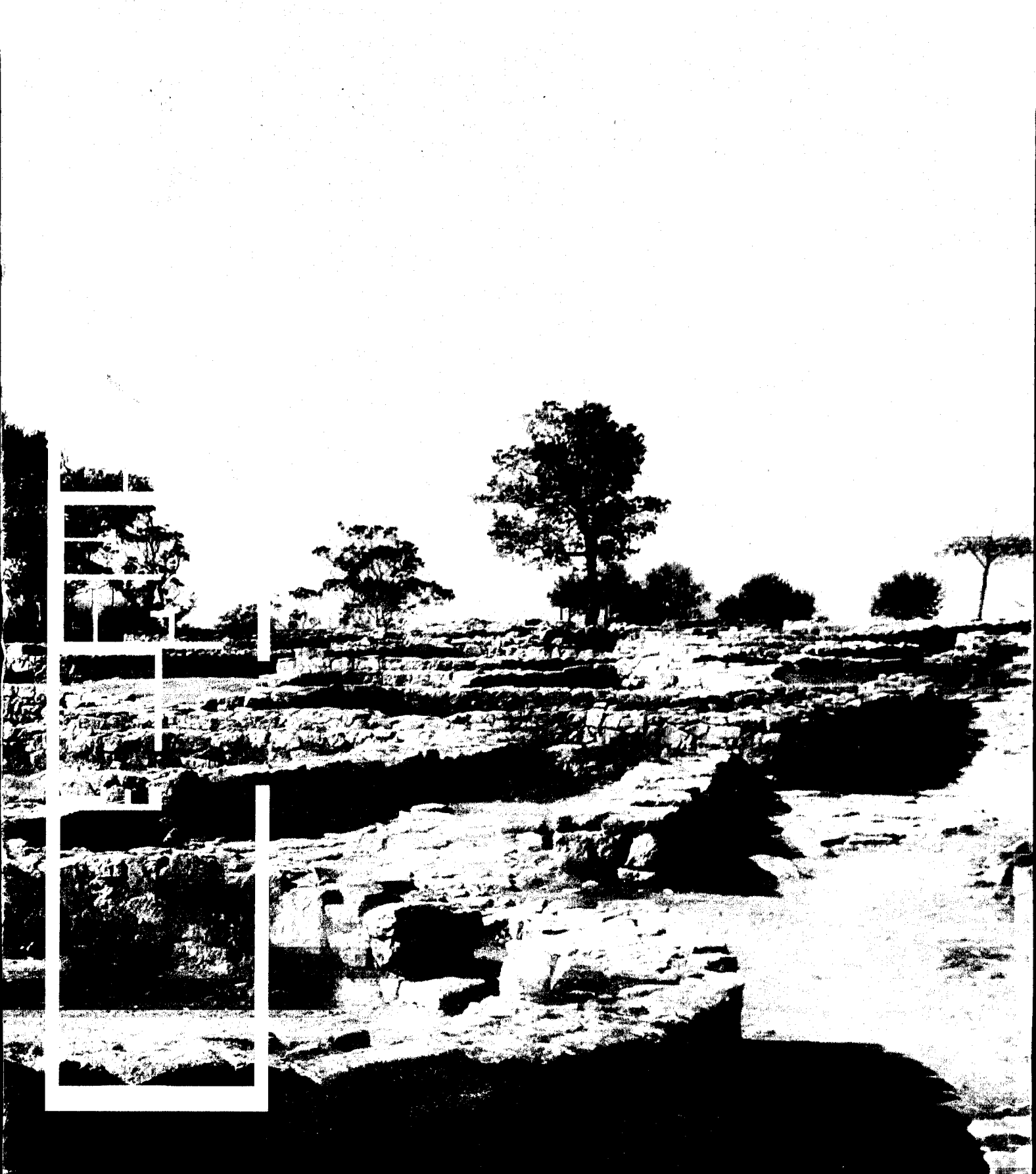


ARQUITECTURA CONTEMPORÂNEA NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO | NOVEMBRO DE 2008 | MARIANA ALEXANDRA CARNEIRO AZEVEDO

719(043.2)

biblioteca
3/7/09

ARQUITECTURA CONTEMPORÂNEA NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO | NOVEMBRO DE 2008 | MARIANA ALEXANDRA CARNEIRO AZEVEDO

Entrada em 22/07/2009
Registo nº 128299
T. 6.4.19

Figura da capa: Cividade do Terroso

AGRADECIMENTOS

Não obstante o lado solitário inerente ao desenvolvimento de uma dissertação, a presente resultou do importante contributo de um leque significativo de pessoas, transformando-a num produto colectivo, às quais apresento a minha gratidão.

Ao Professor Doutor Lino Tavares Dias, orientador da dissertação, agradeço a partilha do seu conhecimento, bem como a disponibilidade demonstrada, acompanhada de grande incentivo.

Às entidades abordadas, nomeadamente as Direcções Regionais da Cultura do Norte, Alentejo e Algarve, o Parque Arqueológico do Vale do Côa, a Estação Arqueológica do Freixo, o Museu de Panafiel, a Sociedade Martins Sarmento, a Fundação Cidade de Ammaia, a Lusort Algarve, as Câmaras Municipais de Póvoa de Varzim, Santo Tirso e Felgueiras, as quais me disponibilizaram a informação possível, relativa aos respectivos casos de estudo.

Aos responsáveis pelos sítios arqueológicos, dada a amabilidade, receptividade e tempo concedido para as entrevistas.

Ao Dr. Fernando Real, pela prestabilidade demonstrada, face a uma solicitação tão relevante, respondendo com todo o empenho, reflexo da sua luta pelo "muito trabalho que há a fazer na função social da Arqueologia e do Património Cultural, em sentido lato".

A todos os arquitectos, autores de parte dos projectos apresentados, agradeço a receptividade e fornecimento dos dados solicitados, sempre que tal foi possível.

Um agradecimento infindável ao meu marido e à minha família, pela motivação, incentivo, compreensão e carinho que sempre demonstraram.

O meu agradecimento a todos os que contribuíram para a concretização desta dissertação que, por razões indesculpáveis, não constem desta lista.

RESUMO

A presente dissertação aborda a temática da Arquitectura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos em Portugal, entendida como uma marca do nosso tempo, no âmbito do Património Cultural.

Tendo como ponto de partida o caso das Gravuras do Vale do Côa, proposto como um caso de referência no tempo, dada a respectiva polémica e conjuntura política, que muito contribuíram para a alteração profunda do modo de encarar a presença do Património Cultural em Portugal, o presente estudo traduz-se, essencialmente, no levantamento dos casos, desde então intervencionados, com a inclusão de objectos arquitectónicos, resultando em edifícios de apoio.

Em paralelo com a alteração de consciências provocada pelo caso das Gravuras do Vale do Côa, importa abordar o peso dos programas de financiamento europeus, os quais muito contribuíram para o panorama da Arquitectura Contemporânea em Portugal, sendo que, para além do aspecto financeiro, viabilizaram uma filosofia de actuação no Património Cultural construído.

Cientes do processo de gestão implementado em cada sítio arqueológico, o qual gera o projecto de arquitectura, tornou-se oportuno a descrição do mesmo, entendendo-se a formalização arquitectónica, como o resultado de um processo multidisciplinar, especialmente no que se refere à articulação entre o arqueólogo e o arquitecto.

Ao nível dos projectos de arquitectura, propõe-se uma apresentação dos mesmos, bem como uma breve descrição de cada um, segundo os dados fornecidos pelos autores, sendo que na ausência desses elementos, se efectuou uma pequena abordagem descritiva.

Com o referido levantamento procurou-se analisar os diferentes processos de transformação do lugar, com base em pontos de análise comuns, aplicados a todos os casos, com vista a uma conceptualização das intervenções, segundo uma visão de conjunto, bem como de análise interpretativa e comparativa dos mesmos.

ABSTRACT

This essay deals with the subject of Contemporaneous Architecture in Archaeological Sites in Portugal, seen as a landmark of our time, as far as the Cultural Property is concerned.

Having as starting point the Vale do Côa's Engravings, put forward for consideration as a case of reference in time, and having in mind its controversy and related political conjuncture, which have contributed a lot to a deep change in the way of facing the Cultural Property in Portugal, the present work conveys, essentially, a survey of cases, which have been subject to intervention, including architectonical objects, which have given rise to support buildings.

Together with the change of consciousness caused by the case of the Vale do Côa's Engravings, it's important to refer to the importance of the european financial programmes, which have greatly contributed to the scenery of the Contemporaneous Architecture in Portugal, because they have not only improved the financial aspect, but have also turned possible a philosophy acting on the built cultural property.

Being aware of the management process implemented in each archaeological site, which generates the architecture project, its description seems to be convenient, having in mind the architectonical formalisation, as the result of a multisubject process, especially as far as the connection between the archaeologist and the architect is concerned.

As to the architecture projects, it is suggested their presentation, as well as a brief description of each of them, according to the data provided by their authors. When that data doesn't exist, a short description was made.

With the referred survey it was tried to analyse the different processes of transformation of the site, based on common analysis points, used in all the cases, having in mind a conceptualisation of the interventions, according to a global view, as well as their interpretative and comparative analysis.

RÉSUMÉ

Cette dissertation aborde le thème de l'Architecture dans les Endroits Archéologiques au Portugal, entendue comme une marque de l'actualité, au contour du Patrimoine Culturel.

Ayant comme point de départ le cas des Gravures de la Vallée du Côa, proposé comme un cas de référence dans le temps, donnée la respective polémique et la conjoncture politique, qui ont bien contribué pour l'altération profonde du moyen d'envisager la présence du Patrimoine Culturel au Portugal, cet étude se traduit, essentiellement, dans l'enquête des cas, intervenus jusqu'alors, avec l'inclusion d'objets architectoniques, en résultant en bâtiments d'appui.

Par rapport avec l'altération des consciences provoquée par le cas des Gravures de la Vallée du Côa, il est important aborder le poids des programmes de financement européens, lesquels ont bien contribué pour le panorama de l'Architecture Contemporaine au Portugal, vu qu' au-delà de l'aspect économique ils ont viabilisé une philosophie d'actuation dans le patrimoine culturel construit.

Avertis du procès de gestion implémenté dans chaque endroit archéologique, lequel engendre le projet d'architecture, il est devenu opportun la description du même, en entendant la formalisation architectonique, comme le résultat d'un procès multidisciplinaire, spécialement en ce qui concerne l'articulation parmi l'Archéologue et l'Architecte.

Au niveau des projets d'architecture, il se propose une présentation des mêmes, aussi bien qu'une petite description de chacun, selon les informations données par les auteurs, vu que dans l'absence de ces éléments, on a réalisé un petit abordage descriptif.

Avec cet enquête on a cherché à analyser les différents procès de transformation de l'endroit, basé en points d'analyse communs, appliqués à tous les cas, en vue d'une conceptualisation des interventions, selon une vision d'ensemble, bien comme d'analyse interprétative et comparative des mêmes.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO TEMÁTICA

1.1 | O Património Arqueológico **15**

1.2 | O Objecto **17**

1.2.1 | O caso das Gravuras do Vale do Côa como ponto de partida **19**

1.2.2 | O Território Nacional como espaço de reflexão **54**

1.3 | O Sítio Arqueológico (Noção do Lugar) **55**

1.4 | Enquadramento **57**

1.5 | Os Programas de Apoio **60**

1.6 | Os Casos de Estudo **64**

1.7 | Os Objectivos da Investigação **67**

2. METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO

2.1 | As Fontes **71**

2.2 | Apresentação **73**

2.3 | Metodologia e Estrutura **75**

3. OS CASOS DE ESTUDO

1 | Castro de Monte Mozinho **79**

2 | Ruínas romanas de Cerro da Vila **95**

3 | Área Arqueológica do Freixo **107**

4 | Santuário de Panóias **157**

5 | *Villa* romana do Rabaçal **171**

6 | Circuito Arqueológico da Cola **181**

7 | *Villa* romana de S. Cucufate **193**

8 | Monumentos Megalíticos de Alcalar **203**

9 | Ruínas de Torre de Palma **213**

10 | Ruínas romanas de Miróbriga **223**

11 | Ruínas de Milreu **231**

12 | Cidade romana de Ammaia **247**

13 | Citânia de Santa Luzia **259**

14 | Castelo Velho de Freixo de Numão **273**

15 | Citânia de Briteiros **283**

16 | Cividade de Terroso **295**

17 | Castro de Monte Padrão **305**

18 | *Villa* romana de Sendim **317**

4. A TRANSFORMAÇÃO DO LUGAR

4 | A Transformação do Lugar **339**

4.1 | Pontos de Análise **340**

4.1.1 | O Programa **340**
4.1.1.1 | Concentração/Dispersão **342**
4.1.1.2 | Conteúdos Funcionais **344**
4.1.2 | A Ruína **346**
4.1.3 | A Paisagem **350**
4.1.4 | O Percurso **355**
4.1.5 | A Materialidade **359**
4.2 | A Conceptualização **365**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
5.1 | A Sociedade e os Sítios Arqueológicos **377**
5.2 | A Arquitectura e as "Máquinas do Tempo" **378**
5.3 | A Arqueologia e o Projecto de Arquitectura **380**
5.4 | A Arquitectura Contemporânea integrando a História **381**

6. REFERÊNCIAS
Referências Gerais **385**
Referências Documentais **394**

7. ANEXO I
Listagem de Sítios Arqueológicos Intervencionados (1995-2008) **401**

1. INTRODUÇÃO TEMÁTICA

1.1 | O Património Arqueológico | Ao pretendermos abordar questões relacionadas com o património arqueológico, torna-se conveniente perceber a evolução do conceito de património e do respectivo enquadramento jurídico.

O património integra tudo o que possui qualidade para a vida cultural e física do homem, constituindo importante significado na existência e na afirmação de diversas comunidades, permitindo-lhes compreender o seu passado para dar sentido ao presente e perspectivar o futuro, (ALMEIDA, 1998, 10).

No entanto, a noção de património, desde a Antiguidade, até há bem pouco tempo, consistia num conjunto de bens materiais pertencentes a alguém ou a alguma entidade.

Após a Revolução Francesa, surgiu um novo sentido de património, consequente da destruição dos bens da Igreja e da Monarquia, sendo que alguns responsáveis políticos abordaram a necessidade de salvaguardar o "património artístico e monumental da nação".

No século XIX, pontuado pelo romântismo, o históricismo e o nacionalismo, falou-se, fundamentalmente, em "monumentos históricos" e, posteriormente, em "monumentos nacionais".

Na sequência das destruições da última Grande Gerra, surge o conceito de "Património Europeu" e, mais tarde, com a UNESCO, na conferência de Nairobi, em 1976, o conceito de "Património Mundial" e "Património natural e cultural", (ALMEIDA, 1998, 12-13).

A ideia de preservar e estudar as heranças do passado teve o seu início a partir do Renascimento, sendo que já no século XVIII apareceram as primeiras acções de enquadramento legal, no que se refere ao património monumental, configurando uma nova mentalidade, traduzindo-se na ideia de monumento a sobrepor-se à de "antiqualha", implementada pelo Renascimento para fazer referência aos testemunhos do passado.

Em Portugal, o primeiro instrumento legal (Alvará de 20 de Agosto de 1721), com aplicação na área do património, surgiu na sequência da criação da Academia Real da História, em 1720, por D. João V, a qual teria de "providenciar sobre a conservação dos monumentos".

No referido documento legal, D. João V incumbe a Academia Real da História da inventariação e conservação dos "monumentos antigos que havia e se podia descobrir no Reino dos tempos em (*que*) nelle dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos Godos e Arábicos..." e "... ordena que nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo nem em parte qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos...", pretendendo a descoberta de um passado longínquo.

O século XIX foi marcado por uma consciencialização da importância do património cultural, bem como da necessidade de salvaguarda dos bens imóveis, surgindo, nos finais do século XIX o conceito de "Monumento Histórico", fruto de uma burguesia cultural e ideologicamente afirmativa nos seus valores e princípios.

Com o século XX surgem as classificações, sendo que, em 24 de Outubro de 1901, foi assinado o Decreto Orgânico que instituía o Conselho dos Monumentos Nacionais e que determinava as "Bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados Monumentos Nacionais..."

O Decreto que formalizou a primeira classificação de imóveis em Portugal, foi publicado em 27 de Setembro de 1906, com o Castelo de Elvas e, mais tarde, a 14 de Janeiro de 1907, o Mosteiro da Batalha, Jerónimos, Alcobaça, o Convento de Cristo, as Sés de Guarda, Lisboa, Évora e Coimbra,

bem como a Torre de Belém, acabariam por ser classificados por se tratarem dos monumentos mais emblemáticos.

Em 1910 foi publicado um longo decreto de classificação, segundo tipologias, nas quais constam *Monumentos pré-históricos* (Antas e outros monumentos), *Monumentos Lusitanos e Lusitano-romanos*, *Castros*, *Entrincheiramento* (exclusivo para o Tanque do ídolo, em Braga), *Estátuas* (Lusitanos e de Montalegre), *Inscrições*, *Túmulos e Sepulturas*, *Monumentos Militares* (Castelos, Torres e Padrões), *Monumentos Civis* (Paços Reais, Paços Municipais, Paços Episcopais e Paços de Universidade, Palácios Particulares e Casas Memoráveis, Misericórdias e Hospitais, Aquedutos, Chafarizes e Fontes, Pontes, Arcos, Padrões Comemorativos e Pelourinhos) e, por fim, *Trechos Arquitectónicos*.

Com o Decreto de 1910 alarga-se o conceito de "Monumento", contemplando-se e privilegiando-se a arqueologia, dado que surgiu num contexto em que por toda a Europa se procurava encontrar as suas raízes, justificações históricas para determinadas acções ou reivindicações políticas.

Actualmente, no inventário das classificações constam designações de "monumento nacional", bem como outras categorias, tal como "imóvel de interesse público", introduzida pelo Decreto nº 20985 de 7 de Março de 1932, assim como "valor concelhio", patente na Lei nº 2032 de 11 de Junho de 1949, verificando-se uma diferenciação do mérito artístico, histórico e social dos imóveis classificados, marcando uma nova etapa na evolução do contexto do património cultural.

Mais tarde, é publicada a Lei do Património Cultural Português, em 1985, perfazendo a continuação do enquadramento jurídico, introduzindo novas concepções filosóficas, fruto das instâncias internacionais marcadas pela UNESCO e pelo Conselho de Europa, relativamente à salvaguarda e valorização do património cultural, publicada no Diário da República, em 6 de Julho de 1985, a qual define que os bens imóveis podem ser classificados como "monumento", "conjuntos ou sítio", como de "valor local", "valor regional", "valor nacional" ou "valor internacional".

O conteúdo da Lei do Património Local surgiu na sequência da tradição legislativa portuguesa e dos princípios inerentes às conclusões da "Conferência de Atenas" (1931), da "Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos Monumentos e Sítios" ou a "Carta de Veneza" (1964), das "Convenções" e "Recomendações" da UNESCO, designadamente a "Convenção para a protecção do património mundial cultural e natural" (1972), assim, como das fontes internacionais da documentação proveniente do Conselho da Europa, sobretudo as teses defendidas no "Ano Europeu do Património Arquitectónico" e na "Declaração de Amesterdam" (1975), (LOPES, 1994, 6-11).

Os vestígios arqueológicos integram o património cultural, constituindo um meio para o conhecimento da história. No entanto, o património arqueológico tem sido alvo de destruição, principalmente, devido à mecanização da agricultura, aos projectos industriais, às novas urbanizações, à construção de estradas, barragens e vias de caminho de ferro, às redes de gás natural e às de saneamento, bem como o coleccionismo mal informado e a busca de "tesouros", (LOPES, 1994. 26).

Face a tal panorama, torna-se, contudo, evidente o reconhecimento, por parte das sociedades contemporâneas, do valor do património arqueológico e a respectiva necessidade de estudo, preservação e fruição.

1.2 | O Objecto | O tema inerente ao presente estudo traduz-se no levantamento e análise dos sítios arqueológicos, em Portugal, cujas intervenções de valorização e salvaguarda passam pela concretização de edifícios de apoio, incluídos nos limites da área arqueológica, com vista à sua integração nas dinâmicas associadas.
Propõe-se a descrição e análise dos edifícios de raiz ou reabilitações, como resultado de um projecto multidisciplinar, com vista à investiação, ao conhecimento, à acessibilidade e à explicação do significado do património arqueológico em causa.

Ao nível do objecto, importa relevar a importância da noção de sítio arqueológico, sendo fundamental para a selecção dos casos de estudo, a definição estabelecida por Luís Calado e Paulo Pereira, no livro "Património – Balanço e Perspectivas 2000-2006", posteriormente abordada no ponto 1.3, na qual se refere que "se alinham no contexto português, as seguintes tipologias mais características de ruínas ou sítios arqueológicos reconhecíveis arquitectonicamente:

a) a ruína do período romano, de uma *villa* , de um *vicus* ou de uma cidade (Torre de Palma ou Miróbriga, por exemplo);
b) a ruína de um castro da Idade do Ferro (como por exemplo a Citânia de Santa Luzia);
c) as ruínas de arquitecturas castrejas da pré-história recente ou de paisagens ritualizadas e monumentalizadas do calcolítico ou do neolítico (como sejam o caso do Castro Calcolítico de Campo Maior, do Zambujal ou de Vila Nova de S. Pedro);
d) as ruínas (porque de ruínas se tratam) de monumentos funerários da Idade do Bronze (como a Atalaia, em Ourique), calcolíticos (como os da necrópole de Acalar), ou do neolítico tardio – as antas ou dolmens, reconhecíveis nesse amplo e polimórfico contexto cultural a que consensualmente se chama megalitismo". (CALADO e PEREIRA, 2000, 270)

Assim, no presente estudo, estabelece-se um limite cronológico entre o Paleolítico e as actuações romanas no território português, no que se refere aos sítios arqueológicos intervencionados e classificados ou em vias de classificação.

Um outro critério para a elaboração da relação final dos casos de estudo, prende-se com a articulação estabelecida entre a arquitectura contemporânea e os sítios arqueológicos. Perante a constatação de que os equipamentos de apoio podem existir dentro ou fora dos limites da área arqueológica, definiu-se que o objecto de estudo contemplaria edifícios de apoio integrantes das áreas arqueológicas.

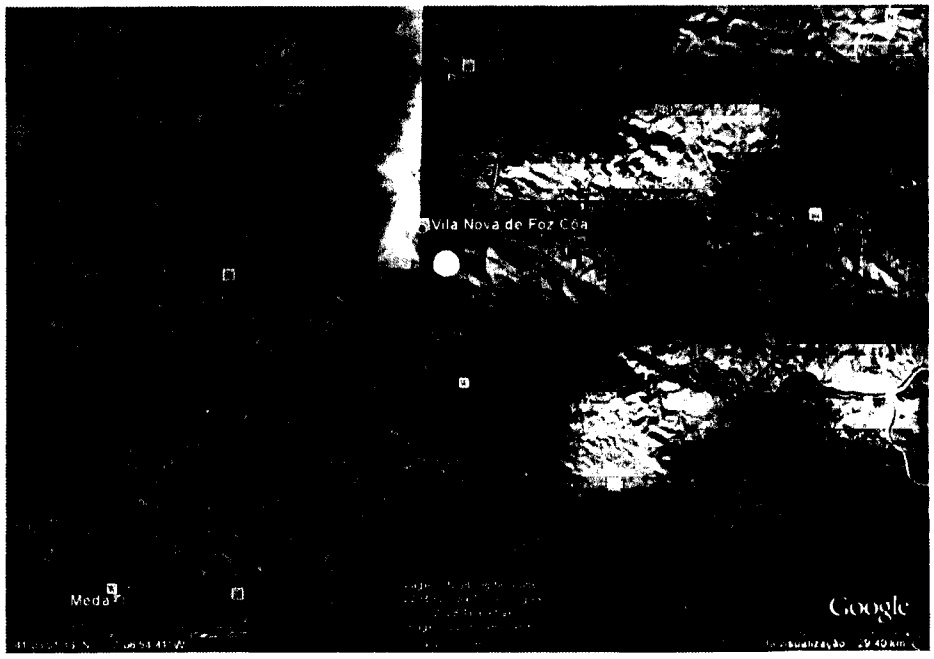
No âmbito dos sítios classificados e intervencionados, constatou-se sobre um variado leque de casos resultantes de projectos de arquitectura, com vista à respectiva valorização do lugar e preparação do mesmo para a visita do público, tratando-se, por vezes, de intervenções pontuais, que de forma integrada passaram a facilitar a visita aos sítios arqueológicos, sob a forma de sinalética, passadiços, miradouros de observação, etc. No entanto, com vista a uma focalização no âmbito do presente estudo, os casos abordados apresentam como requisito, um ou mais edifícios de apoio, cuja essência visa, de igual modo, o melhoramento das condições de visita, mas que se assumem autónomos, em relação à ruína, do ponto de vista do edificado. Assim, os objectos de analise constam de parte das

medidas implementadas para valorização dos sítios arqueológicos, traduzindo-se em "casas ou facilidades de guardaria permanente", "centros explicativos e de acolhimento", "centros interpretativos" e "museus de sítio".

1.2.1 | O caso das Gravuras do Vale do Côa como ponto de partida



41°05'05.05"N 7°08'01.97"W



1|Vista aérea



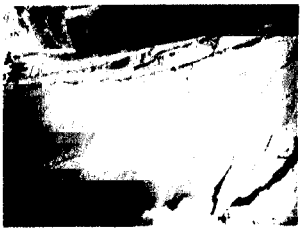
2|Gravuras



3| Gravuras



4| Gravuras



5| Gravuras

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Conjunto dos Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto nº 32/97 de 2 de Junho de 1997) e Património Mundial da UNESCO (2 de Dezembro de 1998)

Localização | Concelhos de Meda, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, no Distrito da Guarda

Endereço | Av. Gago Coutinho, 19 A, 5150-610 Vila Nova de Foz Côa

Tutela | Parque Arqueológico do Vale do Côa

Responsável | Alexandra Cerveira Pinto

O reconhecimento da importância do património arqueológico e a necessidade da respectiva valorização, despoletaram, especialmente nos últimos 13 anos, o lançamento e execução de vários projectos faseados de planificação, conservação, reabilitação e apresentação pública de testemunhos de carácter arqueológico, das mais variadas tipologias, promovidos por entidades do Estado e outras, (PEREIRA, 2001[a], 12).

Considerando o caso das Gravuras do Vale do Côa como um facto determinante para o lançamento dos referidos projectos, propõe-se uma breve descrição caracterizadora do lugar, do histórico do processo de gestão, dos objectivos gerais, das estratégias de gestão, bem como uma breve abordagem aos projectos de arquitectura, tratando-se de um Parque Arqueológico que, em relação aos sítios arqueológicos, naturalmente, levanta outras problemáticas, devido às questões de dimensionamento do território.

Descrição | As gravuras do Vale do Côa, localizam-se no interior Norte de Portugal, junto do curso final do rio Côa, antes de desaguar no rio Douro, inseridas numa paisagem de substrato xistoso.

No Vale do Côa foram identificados vários núcleos de arte rupestre, ao longo dos vinte quilómetros do rio, bem como na sua confluência com o Douro.

Os núcleos de arte rupestre apresentam gravuras datadas, na maioria dos casos, do Paleolítico Superior, configurando a primeira manifestação artística da humanidade, com cerca de 30.000 anos, perdurando até aos nossos dias.

Para além das mencionadas gravuras paleolíticas, foram encontrados vestígios de pintura e gravuras do Neolítico e Calcolítico, gravuras da Idade do Ferro e dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, época em que os moleiros abandonaram o fundo do vale.

Para a identificação da cronologia e periodização das representações da Pré-História e História no Vale do Côa, foram utilizados vários critérios, sendo que, para o Paleolítico, recorreu-se à identificação de espécies figuradas (cavalo, auroque, cabra montês). A comparação estilística com figuras pintadas e gravuras, em Espanha e França, atesta a cronologia paleolítica da arte no Vale do Côa.

Um outro aspecto comum nas representações paleolíticas e bem patentes no Côa, diz respeito ao desenho da crina dos cavalos através de um traço curvo, sendo que na Penascosa, na Quinta da Barca e na Canada do Inferno, existem vários painéis com crinas representadas nos moldes mencionados.

A convenção associada à representação do corpo desenhado de perfil e os cornos em perspectiva, está bem patente nas figuras de Penascosa e Canada do Inferno.

Por outro lado, os ventres dos animais aparecem desproporcionados em relação à cabeça e aos membros, sendo tal aspecto decifrável em quase toda a arte paleolítica.

O Vale do Côa detém pinturas atribuíveis ao Neolítico ou ao Calcolítico, traduzindo-se, mais frequentemente, nas representações humanas mais estilizadas.

As representações de guerreiros com armas e montando cavalos, são atribuíveis à Idade do Ferro.

No que se refere às técnicas utilizadas, supõe-se que a arte rupestre paleolítica do Vale do Côa resulta da articulação entre a gravura e a pintura, não tendo sido detectado qualquer vestígio de pigmento nos painéis rochosos investigados.

Estão identificadas quatro técnicas de gravação, sendo elas a incisão filiforme, a picotagem, a abrasão e a raspagem, não sendo invulgares as representações com a articulação de várias técnicas.
As inscrições filiformes foram feita através de instrumentos resistentes e pontiagudos, sendo que grande parte dos casos, configuram esboços para futuras gravações definitivas.
A picotagem pode ser desenvolvida através da percussão directa, da percussão indirecta, ou perfuração, não tendo sido identificado nenhum exemplo da utilização da última técnica referida.
A abrasão traduz-se no desgaste da superfície rochosa por atrito, técnica utilizada para acentuar ou regularizar um sulco pré-existente, realizado por incisão filiforme ou por picotagem. A raspagem constitui uma variante, resultando em contraste cromático entre a superfície original e a raspada.
Os conjuntos de arte rupestre mais importantes do Vale do Côa consistem na Canada do Inferno, na Ribeira de Piscos, Penascosa, Quinta da Barca e Faia, os quais possuem gravuras de animais do Paleolítico.
O núcleo da Canada do Inferno localiza-se na margem esquerda do rio Côa, tendo sido o primeiro a ser identificado, onde se reconheceram 40 painéis gravados e 150 representação paleolíticas.
Em termos paisagísticos, a Canada do Inferno sofreu grandes alterações, dada a proximidade com as obras de construção da barragem do rio Côa e a subida do nível das águas, fruto da construção da barragem do Pocinho, submerguindo grande parte das gravuras.
Ribeira de Piscos localiza-se na margem esquerda do rio Côa, configurada pela foz da ribeira de Piscos, sendo considerável a qualidade das gravuras da ribeira de piscos, salientando-se o caso dos cavalos enlaçados, bem como o "Homem de Piscos", constituindo uma das raras figurações humanas paleolíticas do Vale do Côa.
O núcleo de Panascosa localiza-se junto a uma praia fluvial, na margem direita do rio Côa, integrando um dos maiores núcleos de arte rupestre no Vale do Côa, com cerca de 22 gravuras do paleolítico (incisão filiforme, picotagem e abrasão), tal como os seus principais conteúdos figurativos (equídeos, bovinos, caprinos e cervídeos).
Em frente a Penascosa situa-se a Quinta da Barca, onde as gravuras se estendem por uma área mais alargada, desde a margem do rio Côa, até cotas bastante elevadas.
Do conjunto de gravuras, salienta-se um dos painéis, representando três cabras, sendo de relevar o desenho pormenorizado das patas do macho, em posição dobrada, como se estivesse sentado. Além disso, o macho apresenta duas cabeças, uma virada para a frente e outra para trás, sugerindo-se a ideia de movimento.
Numa região granítica, seis quilómetros a montante de Penascosa, num vale muito profundo, foram encontradas algumas pinturas e gravuras situadas em pequenos abrigos. A ausência de vestígios de arte rupestre nas superfícies expostas, pode ser explicada pela menor resistência do granito perante agentes erosivos.
O conteúdo figurativo do conjunto de pinturas com pigmentos vermelhos, consiste em cervídeos e figuras humanas masculinas muito estilizadas, cuja representação antropomórfica se associa ao Neolítico ou Calcolítico.
Regista-se, também, a existência de gravuras de bovinos, provavelmente paleolíticas, cujo interior contém o pigmento vermelho, não se esclarecendo se o pigmento serviria como complemento para a figuração ou se se tratava de sobreposições.

São de registar ainda vários conjuntos de gravuras em pequenos vales na margem esquerda do Douro, tal como no Vale da Casa, os de Vermelhosa, Vale de Cabrões, Vale de José Esteves e Vale de Forno, nos quais se representam motivos filiformes da Idade do Ferro, nomeadamente, figuras de cavaleiros com cabeça de pássaro, com lanços e espadas, bem como gravuras filiformes paleolíticas, em particular, na Vermelhosa e em Vale de Cabrões.

As particularidades da arte paleolítica do Côa traduzem-se, entre outros aspectos, na representação de espécies animais comuns nos sítios arqueológicos do Paleolítico Superior de Portugal, como sendo os auroques, os cavalos e as cabras.

A representação de veados está relacionada com a fauna de herbívoros magdalenenses, dominada pelo veado, espécie abundante em representações filiformes no Vale do Côa.

A não representação de bisontes, rinocerontes lanígeros, renas ou mamutes, tão frequentes nas grutas da região franco-cantábrica, deve-se ao facto de tais espécies corresponderem a ambientes frios, pelo que não ocupavam o Vale do Côa.

A arte rupestre ao ar livre é comum na Pré-História recente, não o sendo relativamente ao Paleolítico, configurando tal aspecto uma forte particularidade do conjunto arqueológico do Vale do Côa, bem como o facto de todos os conjuntos paleolíticos documentados se situarem nas vertentes voltadas para o rio ou afluentes.

Uma outra característica peculiar na arte paleolítica do Côa prende-se com a frequente associação de duas ou três cabeças ligadas a um mesmo corpo de animal, provavelmente associadas à ideia de movimento, tendência bem atestada na Quinta da Barca e Canada do Inferno, (CARVALHO, ZILHÃO e AUBRY, 1996, 21-48).

Histórico | O histórico do caso das Gravuras do Vale do Côa adquiriu maior relevância com o aproveitamento hidroeléctrico do Douro, prevendo-se a edificação de uma barragem, junto à Foz do rio Côa, dando-se início, em 1989, à realização de um estudo de impacte ambiental, realizado por Francisco Sande Lemos.

Ao longo da realização do referido estudo, detectaram-se alguns sítios arqueológicos, cujo relatório final propunha a realização de mais prospecções arqueológicas, dada a probabilidade de existirem outros conjuntos.

Em 1991, a EDP e o IPPAR, entidade que tutelava a investigação arqueológica e que promovia a criação do Projecto Arqueológico do Côa, celebraram um protocolo, com vista ao acompanhamento arqueológico das obras da barragem, que entretanto se iniciaram em 1992.

Após alguns registos na Canada do Inferno, o arqueólogo Nelson Rebanda convidou, em Novembro de 1994, um grupo de especialistas, coincidindo com o conhecimento público sobre a descoberta, através de um artigo num jornal publicado a 21 de Novembro.

A polémica sobre a preservação das gravuras, surge a partir da divulgação dos achados, despoletando a descoberta de mais sítios e gravuras paleolíticas no Vale do Côa.

Face a uma polémica gerada pela construção da barragem, pela preservação das gravuras e pela cronologia das mesmas, o governo revelava-se indeciso, mas nunca pondo em causa a construção da barragem, ao ponto de, confirmada a cronologia paleolítica das gravuras, tentar conciliar a construção

da barragem com a preservação, propondo-se a remoção das rochas e a criação de um parque temático, ou a simples submersão, ambas as soluções reprovadas pela comunidade científica.

Em Outubro de 1995, foi eleito o XII Governo, cujos responsáveis se haviam comprometido com a preservação das gravuras, o qual, através do Ministério da Cultura, decidiu suspender as obras de construção da barragem e deu ordens para a elaboração de um relatório que conferisse a importância dos vestígios arqueológicos do Vale do Côa (Resolução do Conselho de Ministros nº4/96, de 28 de Dezembro).

Em 22 de Março de 1996 a Resolução do Conselho de Ministros nº42/96 lançou o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA), com o qual se pretendia a criação de condições para o desenvolvimento sócio-económico, gerado pela componente cultural, educativa e turística do património arqueológico e histórico do Vale do Côa, visando, sobretudo, a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, aberto ao público desde Agosto de 1996.

Mais tarde, a 14 de Maio de 1997, pelo Decreto-Lei nº117/97, foi criado o Instituto Português de Arqueologia (IPA), como consequência de um processo de reestruturação por parte do Ministério da Cultura.

Com este novo organismo pretendeu-se dirigir a política da arqueologia nacional, sendo o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) serviços dependentes do mesmo, (PAU-PRETO e LUÍS, 2001, 1-14).

Ao nível da protecção legal aplicada ao caso do vale do Côa, de referir, ainda, a importância do Decreto-Lei nº32/97 publicado no Diário de Republica de 2 de Junho, o qual classifica como Monumento Nacional o Conjunto dos "Sítios Arqueológico no Vale do Rio Côa", bem como do Decreto-Lei nº50/99, publicado no Diário da Republica de 16 de Fevereiro, o qual suspende pelo prazo de dois anos, a aplicação dos Planos Directores Municipais na área do PAVC e sujeita esta última às medidas preventivas da Lei dos Solos, enquanto é elaborado o Plano de Ordenamento.

A protecção jurídica da arte rupestre do Côa ficou completa com a inclusão deste Monumento Nacional na lista do Património Mundial da UNESCO, cuja candidatura foi apresentada pelo governo português, em 24 de Junho de 1997, sendo favoravelmente reconhecida na reunião de Kyoto do respectivo Comité, em 2 de Dezembro de 1998, (ZILHÃO, 2000, 4).

A decisão política de preservar *in situ* o património de arte rupestre do Vale do Côa em detrimento da construção da barragem, constituiu uma circunstância que alterou profundamente o modo de enfrentar a preservação do património cultural em Portugal, assim como implicou uma reorganização e revalorização do papel da Arqueologia na sociedade Nacional.

A decisão inerente à criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, implicou a aposta num tipo de desenvolvimento sustentado de características inovadoras a nível nacional, sendo que a par da preservação do património, era fundamental o acesso ao público em geral, fundamentando-se o desenvolvimento local, a partir da oportunidade gerada pelo valor cultural, (Fernandes, 2005, 186).

Na polémica gerada pelo caso das gravuras do Vale do Côa, segundo Amaro (2001), estiveram em confronto dois modelos de desenvolvimento, sendo que o modelo de desenvolvimento a favor da construção da barragem, se caracterizava por ser economicista, industrialista, produtivista, tecnologista, funcionalista, partindo da ideia de que a região se desenvolvia a partir dos interesses nacionais. Por outro lado, ao modelo de desenvolvimento relacionado com a opção pelas gravuras,

se associavam princípios com uma visão cultural do desenvolvimento, com uma exploração integrada, optando-se por processos sociais e tecnológicos mais suaves, privilegiando-se os interesses e as especificidades locais, não os subordinando a interesses nacionais, bem como uma perspectiva de desenvolvimento, dando protagonismo a actores locais na definição do processo de desenvolvimento, (PAU-PRETO, 2005, 109-110).

Objectivos Gerais | Ao nível dos objectivos gerais, com a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, pretendeu-se garantir a gestão, protecção, musealização e organização para visitas dos monumentos incluídos na zona especial de protecção, configurando um território que ocupa uma área aproximada de 20.800 hectares.

Com o Centro Nacional de Arte Rupestre pretendeu-se a intervenção e registo de todo o património artístico rupestre nacional.

A criação do Parque Arqueológico teve como objectivo fomentar um desenvolvimento sustentado, fundado com base nas realidades concretas e permanentes da região, procurando-se conjugar a presença do património com o desenvolvimento socioeconómico regional, através do escoamento dos produtos locais de qualidade e o aperfeiçoamento de uma oferta turística de qualidade, (FERNANDES, 2005, 183).

No sentido de minimizar as dinâmicas erosivas do património e impedir o aparecimento de outras formas de desgaste, foi fixado um limite diário de visitantes em grupos de oito pessoas, no máximo, acompanhados por um guia que integra a arte rupestre no contexto histórico, natural e paisagístico.

Trata-se de um sistema de visitas defensivo, complementado pela presença de vigilantes 24 horas por dia, junto aos três núcleos visitáveis, (FERNANDES, 2005, 187).

Com a construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, pretende-se afirmar o importante conjunto mundial de sítios de arte gravada paleolítica ao ar livre, como um lugar de referência desta forma de expressão artística na Europa Ocidental, configurando-se a inovação científica no estudo da arte Pré-Histórica com o carácter do Vale do Côa, tendo em conta o valor da natureza envolvente, a qual associa o Património da Humanidade (Arte Rupestre do Côa) e o Douro Vinhateiro, (GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA 2003 – www.portugal.gov.pt).

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | Ao nível da Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão refere-se que, no que diz respeito às visitas, o Parque Arqueológico do Vale do Côa preocupou-se, sobretudo, com a preservação da arte rupestre e com a paisagem, as quais deveriam ser compatibilizadas com uma plena fruição por parte do visitante. Nesse sentido, foram eleitos três núcleos de arte rupestre, considerando a importância dos mesmos no conjunto, bem como as acessibilidades, sendo eles Penascosa, Canada do Inferno e Ribeira de Piscos.

Assim, as visitas foram programadas de modo a terem início na sede do parque, em Vila Nova de Foz Côa, em articulação com dois centros de recepção, um sito em Castelo Melhor e outro em Muxagata, ambos, fruto da recuperação de dois antigos edifícios, cujo programa se traduz no primeiro acolhimento aos visitantes e de "filtro" no que se refere ao acesso aos núcleos. O centro de recepção de Castelo Melhor está associado à visita a Penascosa, enquanto que o de Muxagata está ligado ao núcleo da Ribeira de Piscos.

Aquando da criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, em 1996, surgiu, em paralelo, a intenção de edificar o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, sendo que o programa inicial acabou por dar lugar a um novo.

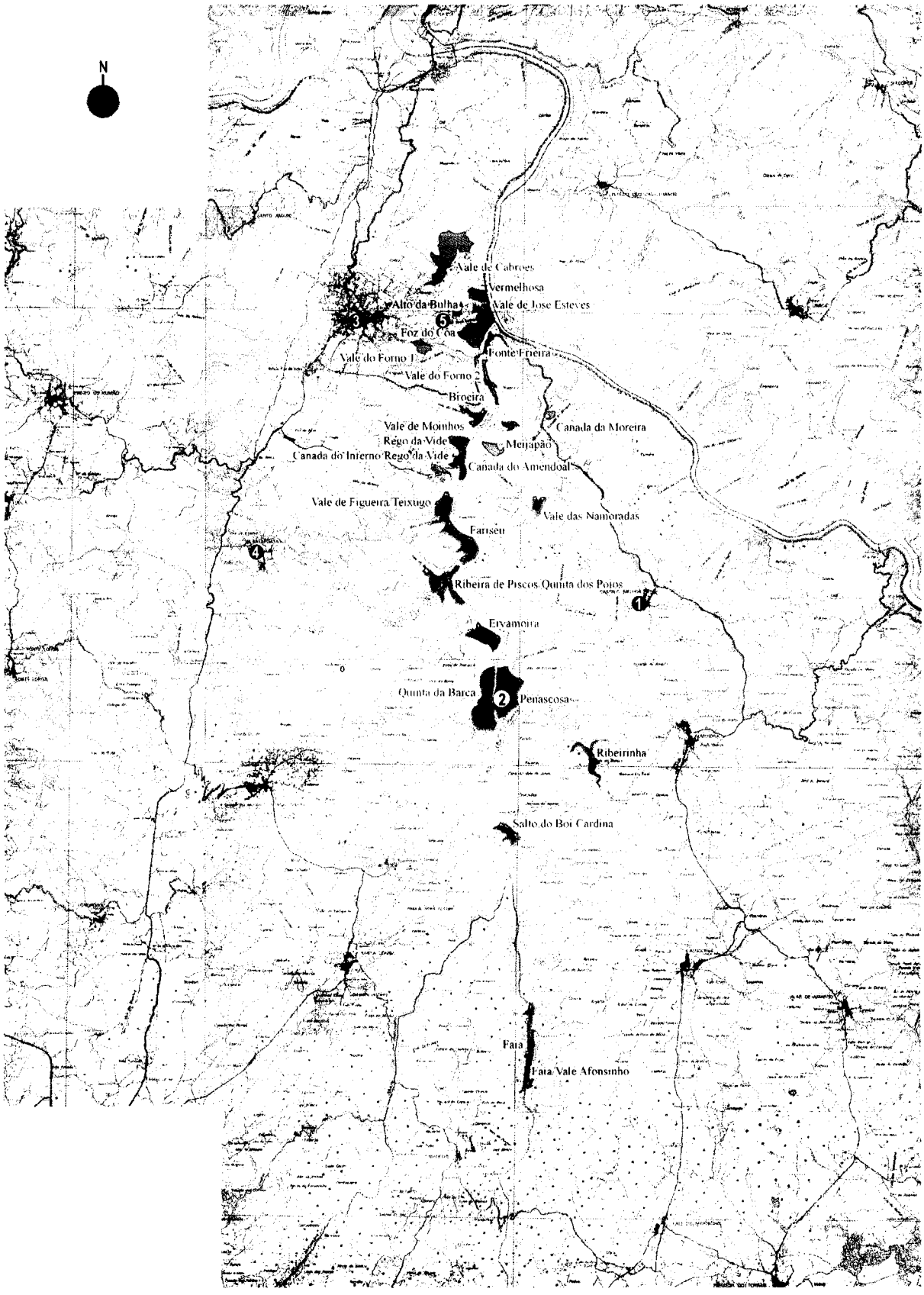
A partir dos centros de recepção, os visitantes são conduzidos em grupos de oito pessoas, em viaturas todo-o-terreno, através dos percursos precedentes, proporcionando-se um primeiro contacto com a paisagem tão caracterizadora da região, procurando-se conferir à visita, uma oportunidade de fruição de um património e uma paisagem únicos, (FERNANDES, 2005, 186).

Com a criação do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, o Estado Português concretiza um compromisso assumido perante a UNESCO, pretendendo-se uma adequação à divulgação do Vale do Côa, da Arte Rupestre, da Arqueologia Regional e do Empreendimento, sem prescindir dos "aspectos apelativos e atractivos, da integração harmoniosa do conjunto no local e na paisagem, embora sem prejuízo do eventual aspecto carismático da solução proposta (...)". O novo edifício pretendia-se com a adequação das acessibilidades, internas e externas, com áreas brutas cobertas e edificadas com um total máximo de 6000m^2, pretendendo-se uma articulação entre o museu e os serviços administrativos do Parque Arqueológico, (GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA 2003 – www.portugal.gov.pt).

O local eleito recaiu para uma encosta na margem esquerda do rio Douro, sobre a foz do rio Côa, obtendo-se uma localização panorâmica, intimamente ligada aos rios, à antiga linha de caminhos-de-ferro (forte potencial para receber visitantes, caso reabra), permitindo a recepção de visitantes provenientes dos barcos turísticos.

Projectos | No que se refere aos projectos implementados, passa-se a uma breve descrição dos mesmos, com base em elementos disponibilizados, sendo que a apresentação de algumas intervenções carece de dados, como é o caso da Casa do Guarda, em Penascosa, não tento sido possível o acesso ao projecto na sua totalidade, bem como do Centro Interpretativo de Castelo Melhor, relativamente ao qual, não se acedeu à memória descritiva.

Relativamente ao conjunto dos equipamentos previstos, aquando da concepção do sítio como estratégia de gestão, apresenta-se de seguida a localização dos mesmos, no âmbito do Parque Arqueológico do Vale do Côa.



0 km 2 km 10 km

Carta Militar | 1Centro Interpretativo de Castelo Melhor 2Casa do Guarda 3Sede do Parque Arqueológico do Vale do Côa 4Centro Interpretativo de Muxagata 5Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa

Projecto | Centro Interpretativo de Castelo Melhor

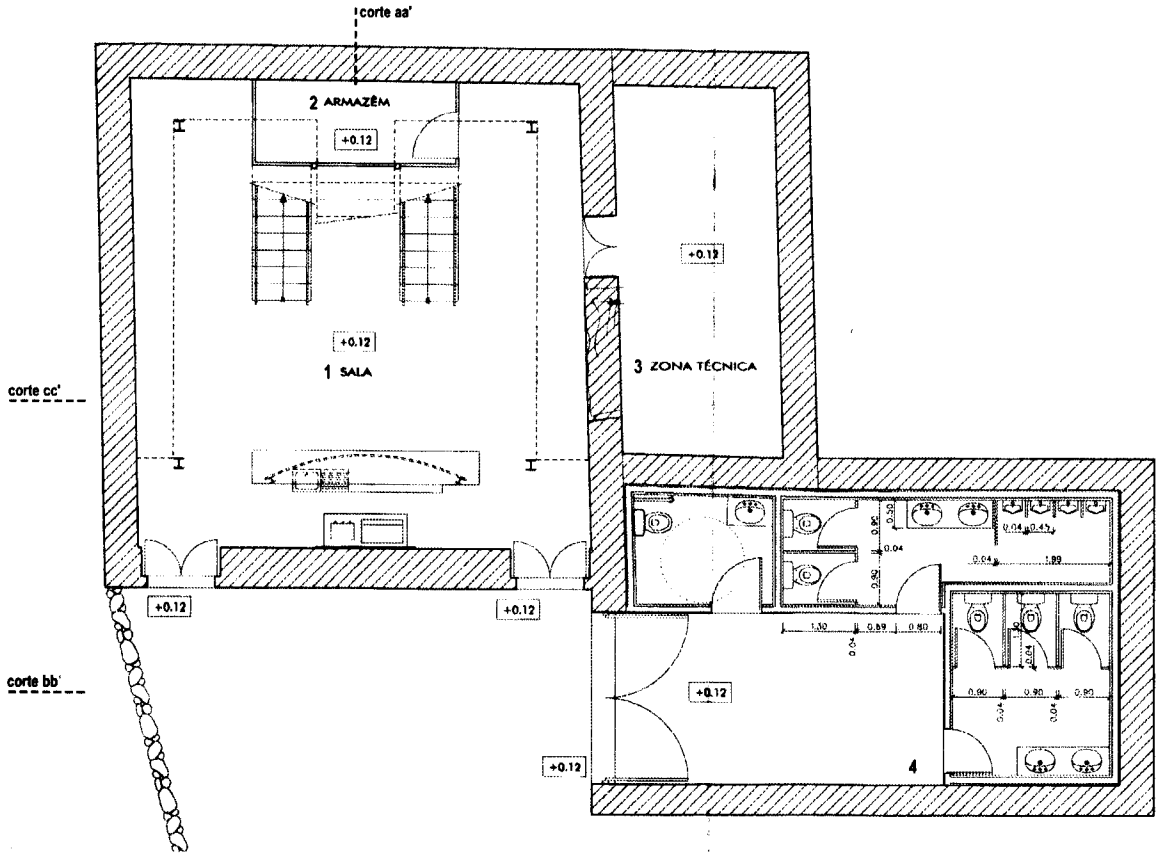
Autoria do Projecto de Arquitectura | Fernando Maia Pinto

Data do Projecto | Abril 1996

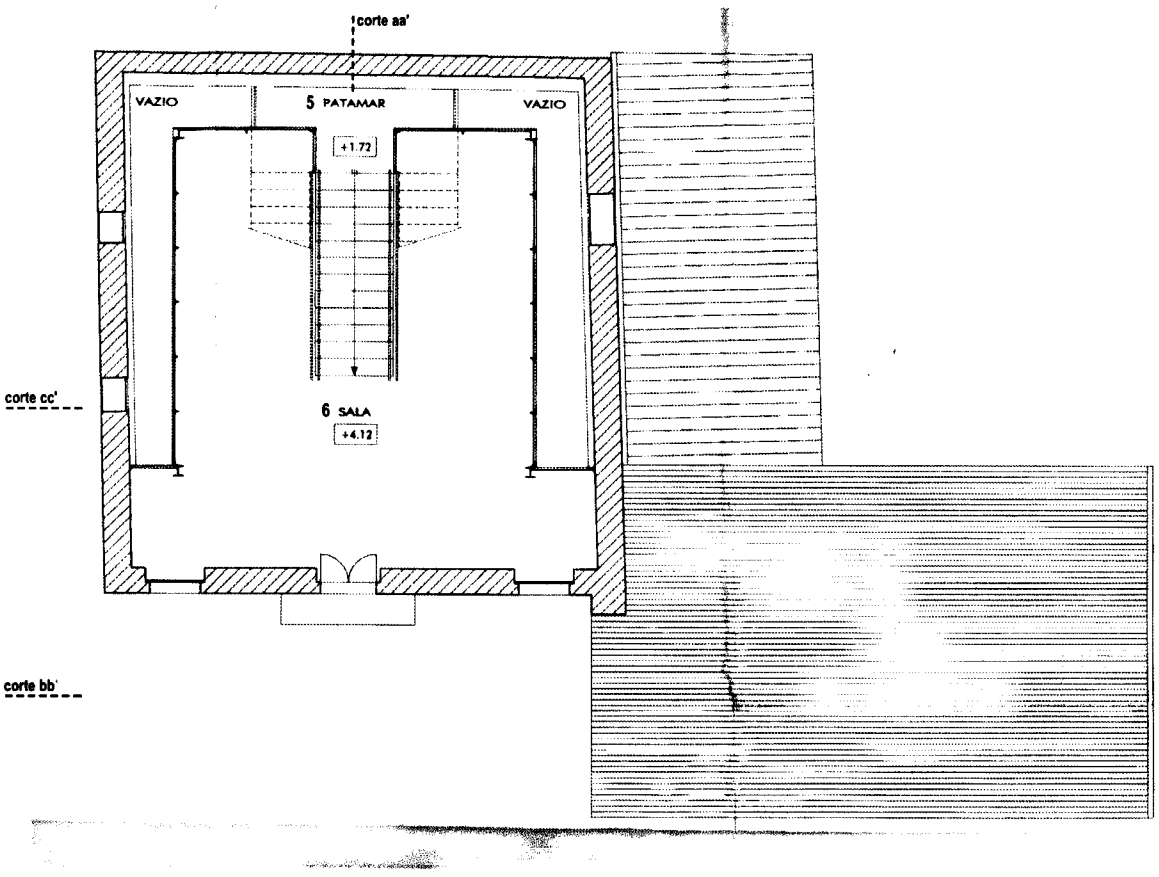
Fase de Projecto | Obra concluída

O Centro Interpretativo de Castelo Melhor, tendo origem num processo de reabilitação, constitui um importante edifício de apoio, localizado estrategicamente, permitindo o acesso à informação através de meios informáticos, à compra de artigos, aos sanitários e a um pequeno bar.

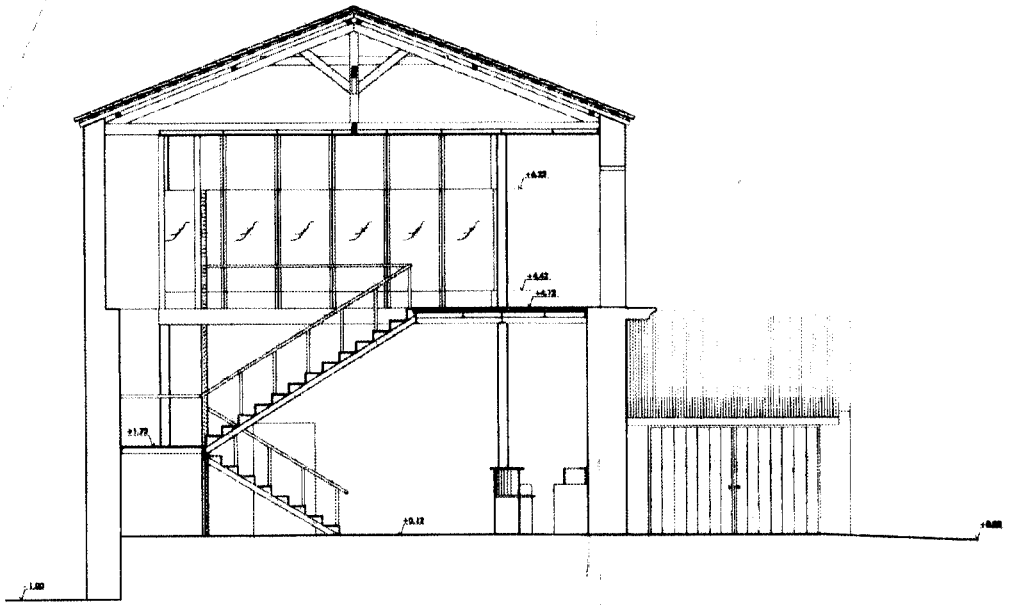
Face ao projecto original, de referir que o mencionado bar não estava previsto, sendo que o mesmo, aquando da execução da obra, passou a substituir a área técnica, verificando-se, também, a inexistência de zona de armazenagem junto ao patamar do acesso vertical.



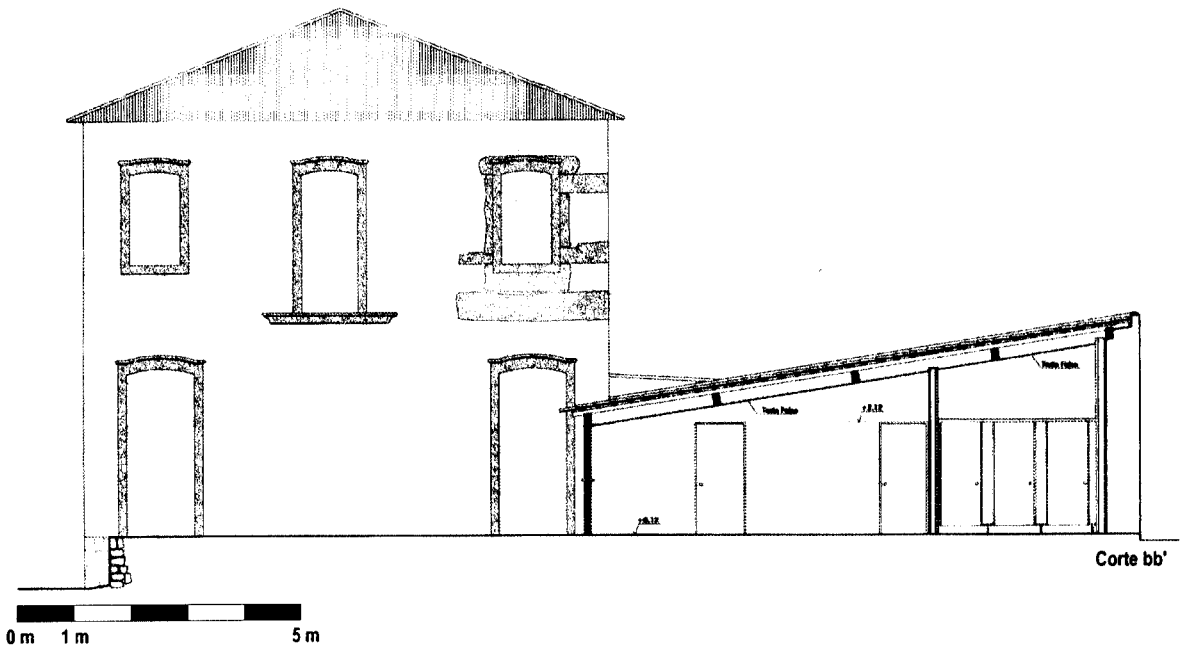
Planta do piso 0 | 1sala 2armazém 3zona técnica 4instalações sanitárias (público) 5patamar 6sala



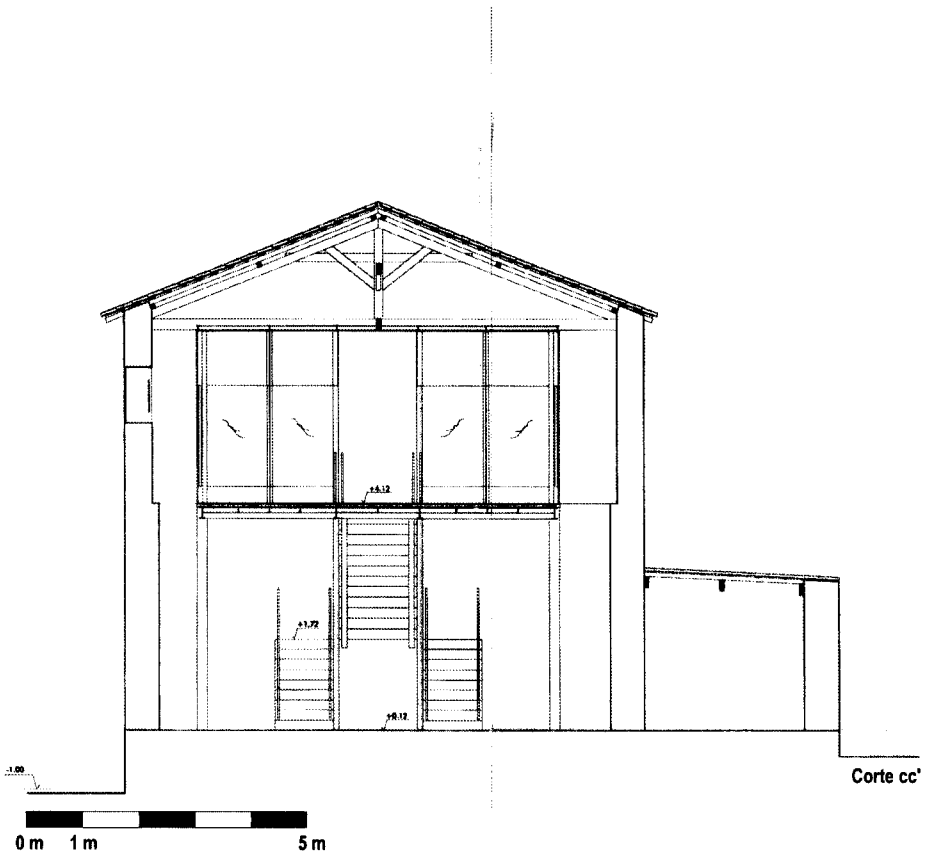
Planta do piso 1 | 1sala 2armazém 3zona técnica 4instalações sanitárias (público) 5patamar 6sala

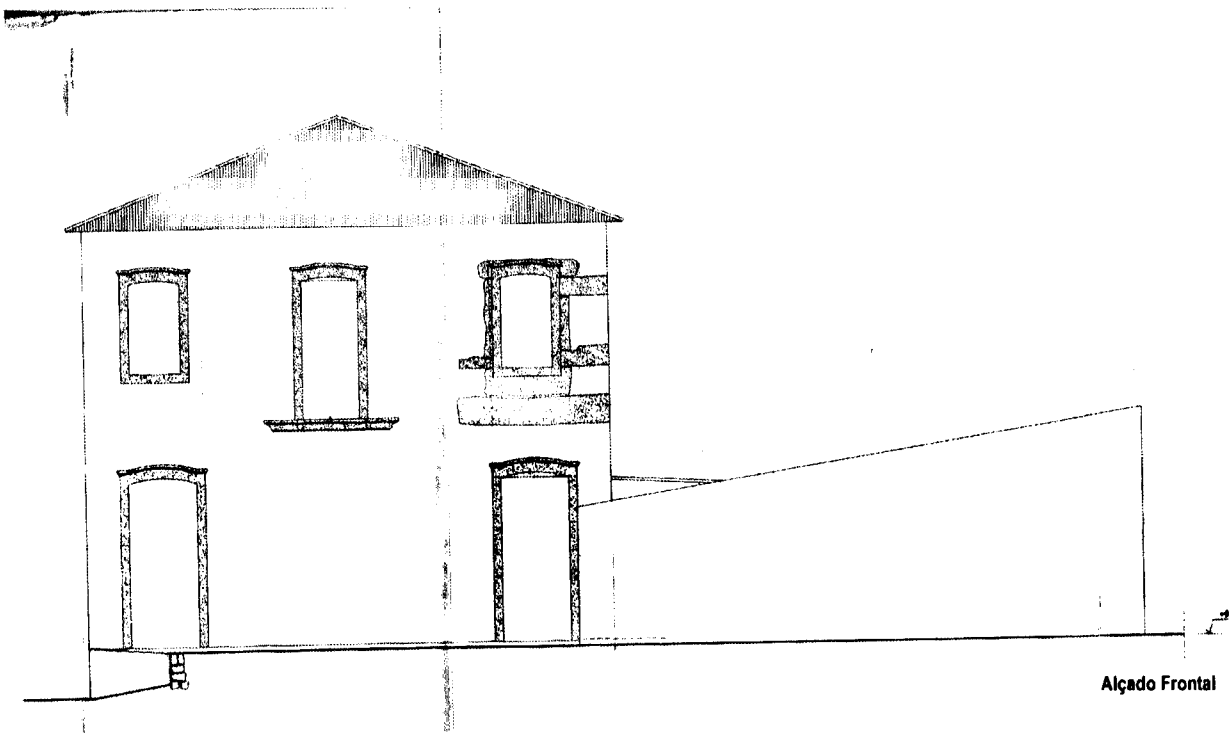


Corte aa'

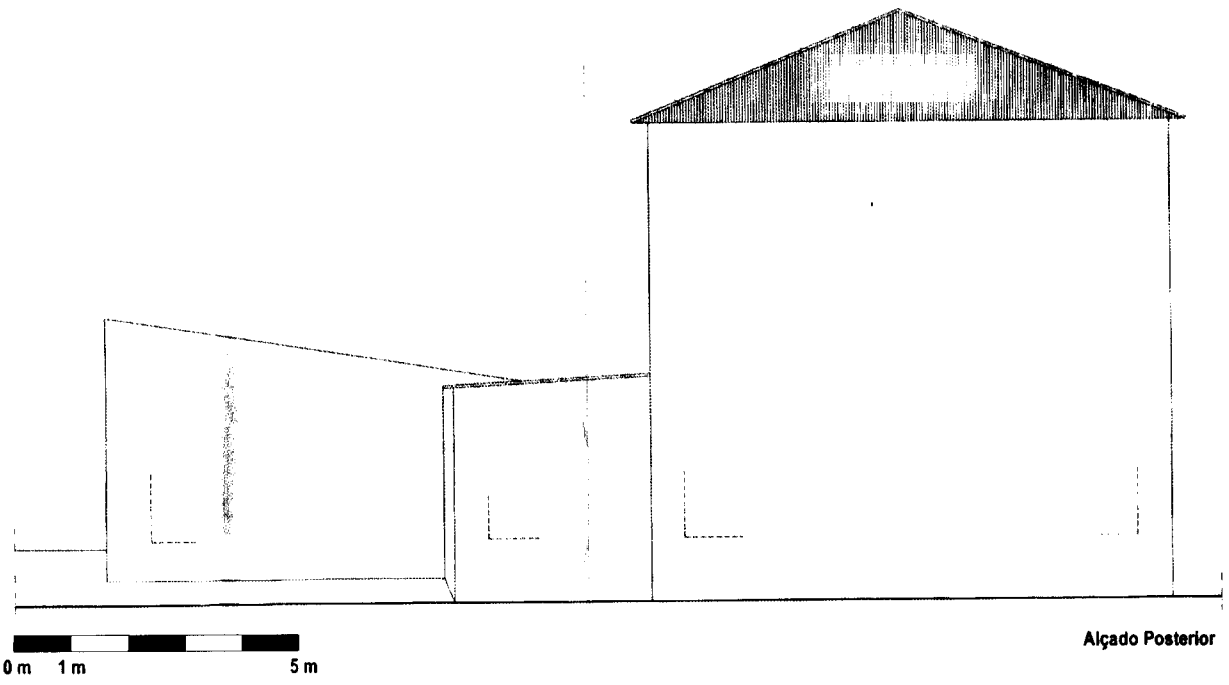


Corte bb'

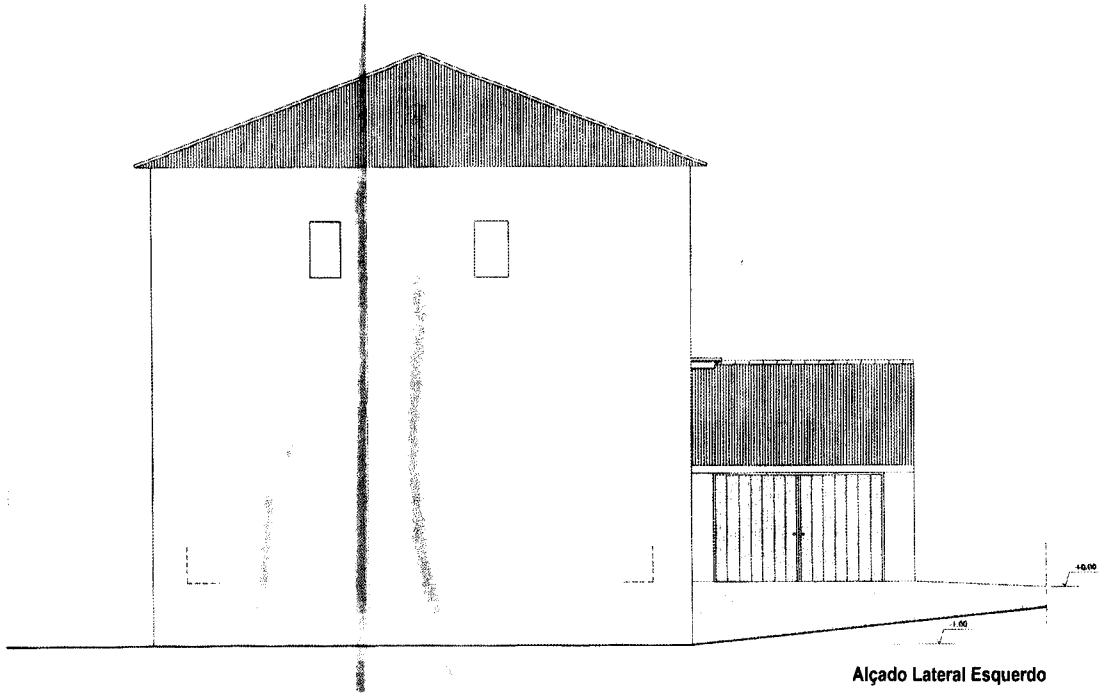

Corte cc'
0 m 1 m 5 m



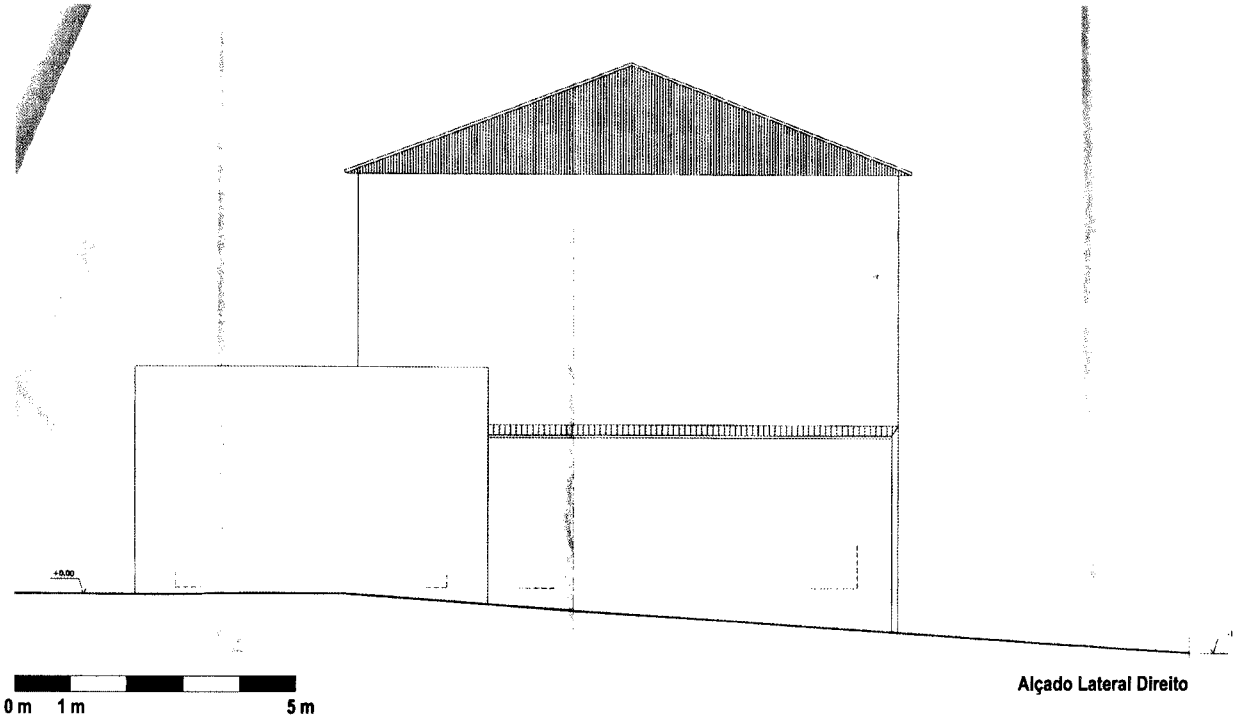
Alçado Frontal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Esquerdo



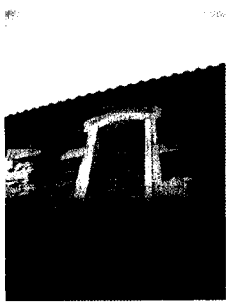
Alçado Lateral Direito



1|Centro Interpretativo de Castelo Melhor



2|Centro Interpretativo de Castelo Melhor



3|Pormenor de vão exterior



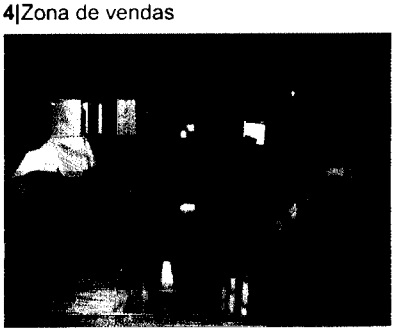
4|Zona de vendas



5|Acesso ao piso superior



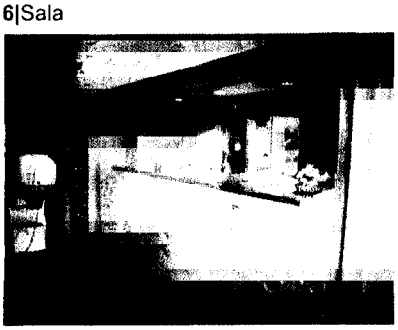
6|Sala



7|Vão de escadas



8|Vão de escadas



9|Bar



10|Bar



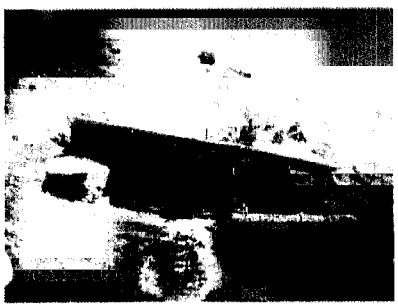
11|Átrio das instalações sanitárias

Projecto | Casa do Guarda

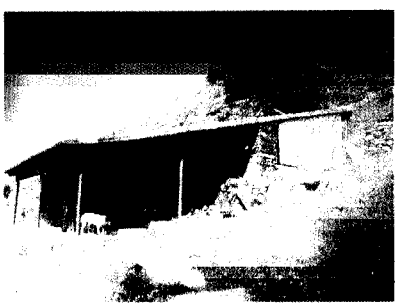
Autoria do Projecto de Arquitectura | Fernando Maia Pinto

Fase de Projecto | Obra concluída

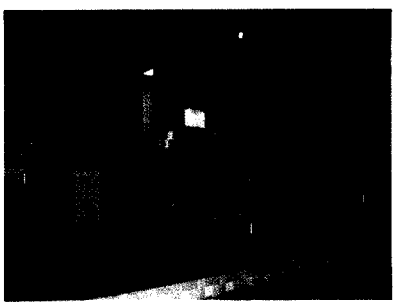
A Casa do Guarda, localizada junto às gravuras da Penascosa, constitui uma reabilitação, traduzindo-se nos aposentos necessários para o abrigo dos guardas que mantêm o local sob vigilância permanentemente. Trata-se da pré-existência adaptada a um novo programa inerente às estratégias de gestão para o funcionamento do Parque Arqueológico.



21|Casa do Guarda



22|Casa do Guarda



23|Casa do Guarda (interior)



24|Casa do Guarda (interior)

Projecto | Sede do Parque Arqueológico

Autoria do Projecto de Arquitectura | Fernando Maia Pinto

Data do Projecto | Julho de 1996

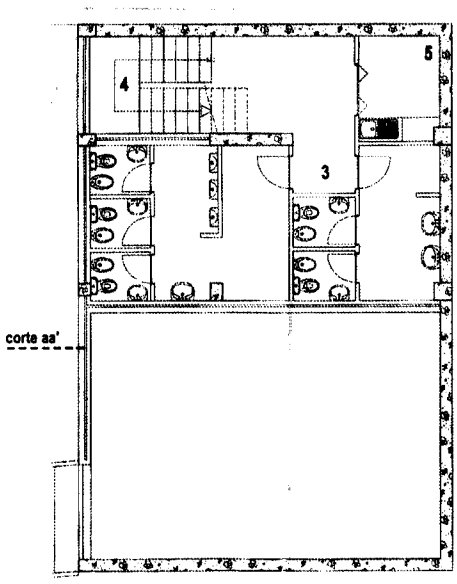
Fase de Projecto | Obra concluída

A Sede do Parque Arqueológico resultou de um projecto de arquitectura desenvolvido com vista à remodelação de um edifício localizado na malha urbana de Vila Nova de Foz Côa.

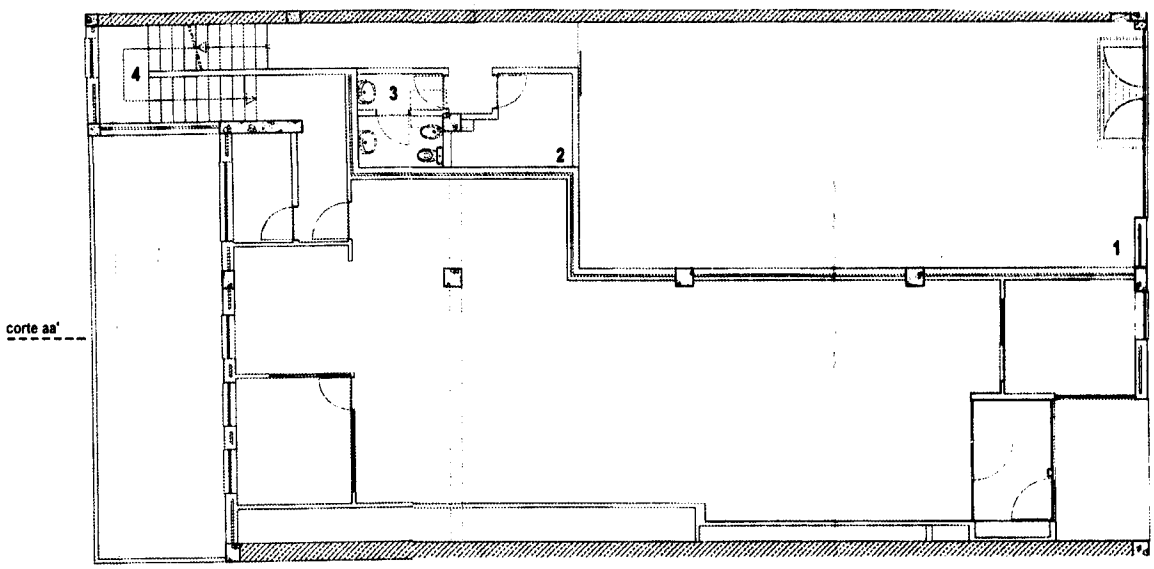
A intervenção cingiu-se a parte do edifício, o qual se apresentava fraccionado, pois apenas parte do rés-do-chão e os dois últimos pisos estariam reservados para as instalações da Sede do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Programaticamente, no rés-do-chão localiza-se a recepção, a sala de exposição, as instalações sanitárias de apoio, bem como um pequeno armazém. Para o primeiro piso foi programado o funcionamento dos serviços administrativos do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa, incluindo secretariado e escritórios, além de uma sala de reuniões, sendo que as instalações sanitárias existentes neste piso serviriam, de igual modo, o último piso.

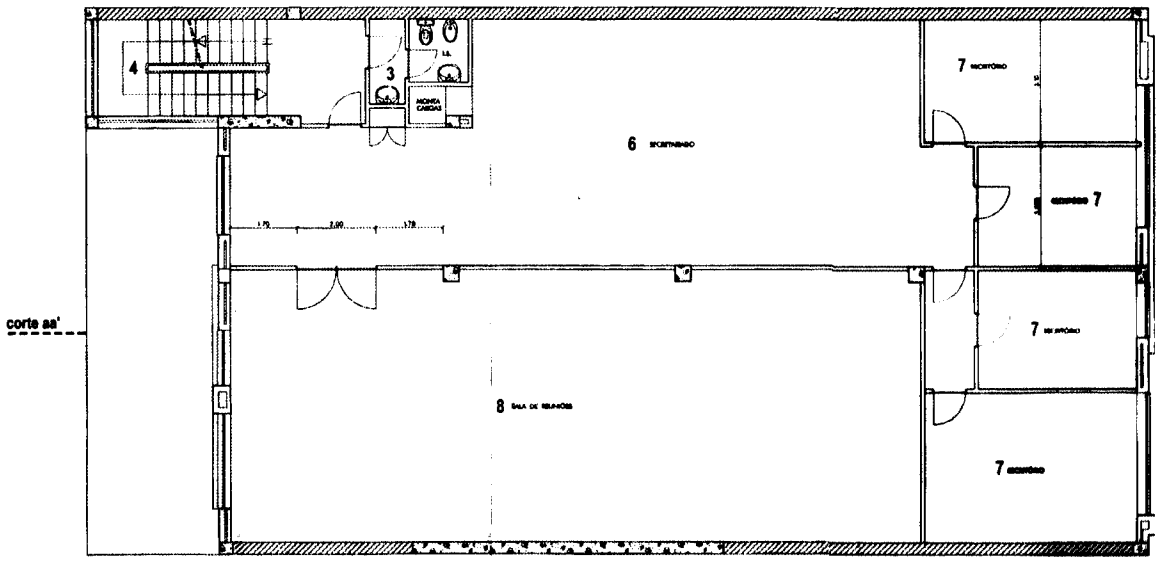
O segundo piso ficou reservado a grupos de trabalho do Parque Arqueológico, prevendo-se duas salas de apoio às actividades, ao passo que as restantes áreas (cofre, átrio da caixa forte e caixa forte) foram destinadas ao armazenamento de materiais, (AFA, 1996, 1).



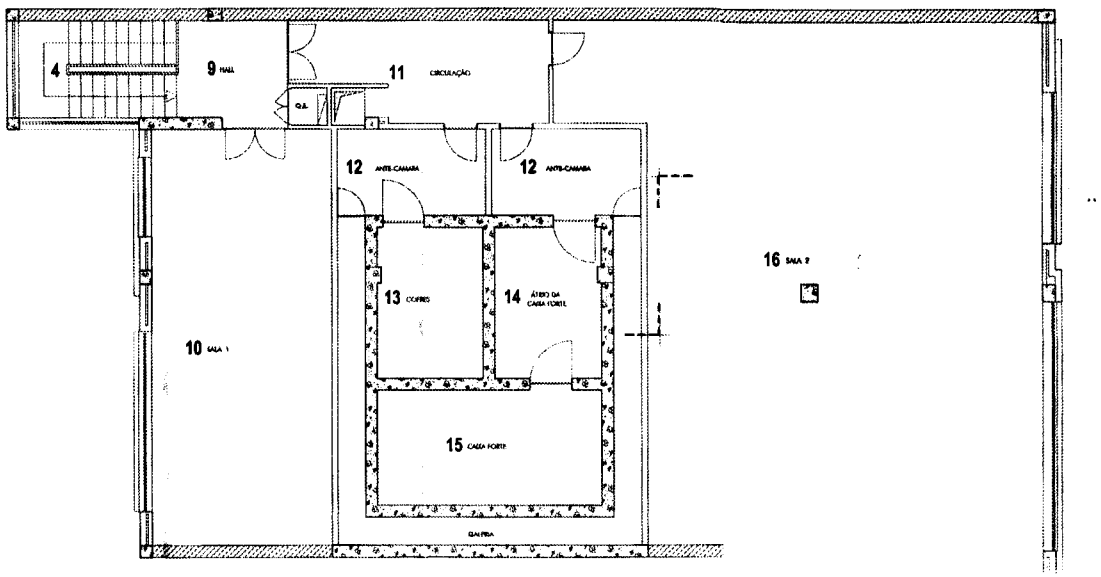
Planta piso -1 | 1recepção 2arrecadação 3instalações sanitárias 4acessos verticais 5copa 6secretariado 7escritório 8sala de reuniões 9hall 10sala1 11circulação 12ante-câmara 13cofres 14átrio da caixa forte 15caixa forte 16sala2



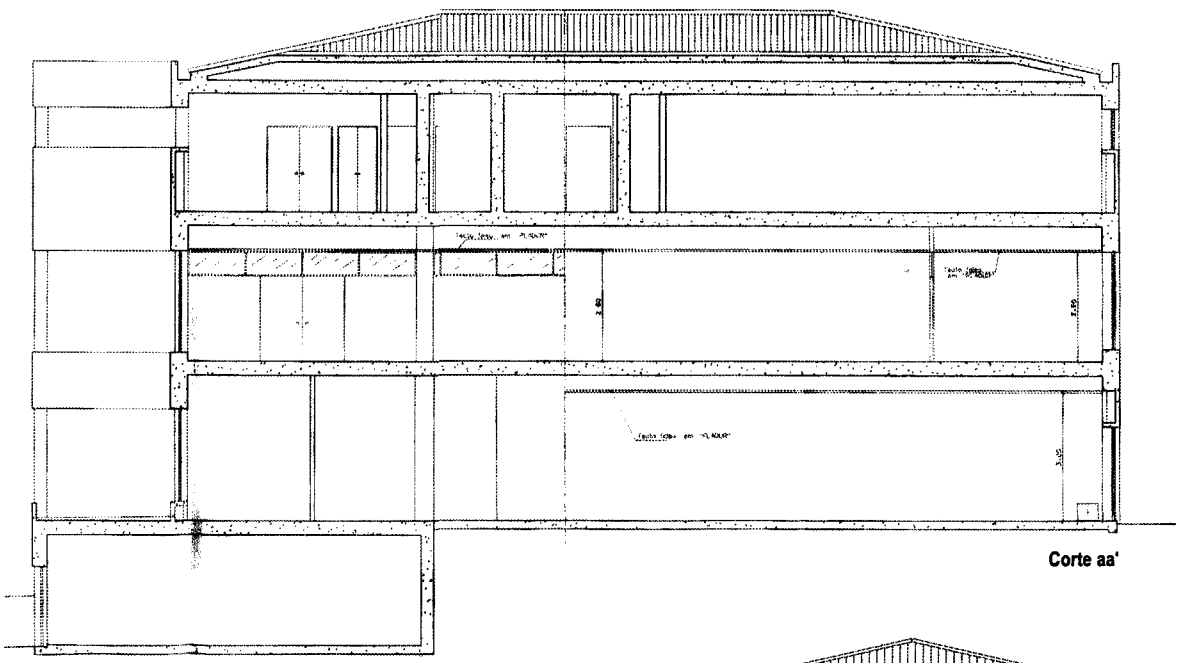
Planta piso 0 | 1recepção 2arrecadação 3instalações sanitárias 4acessos verticais 5copa 6secretariado 7escritório 8sala de reuniões 9hall 10sala1 11circulação 12ante-câmara 13cofres 14átrio da caixa forte 15caixa forte 16sala2



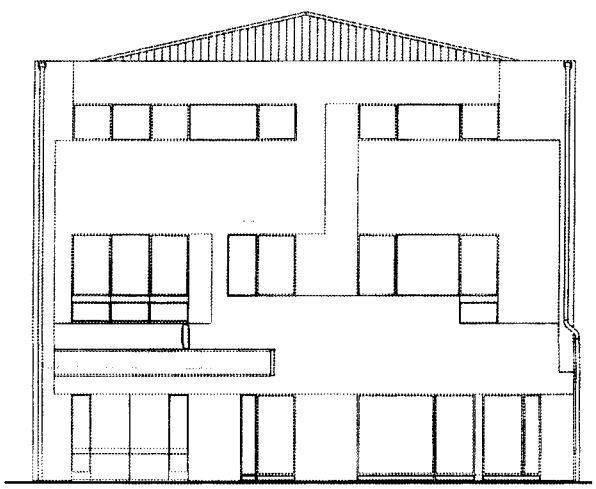
Planta piso 1 | 1recepção 2arrecadação 3instalações sanitárias 4acessos verticais 5copa 6secretariado 7escritório 8sala de reuniões 9hall 10sala1 11circulação 12ante-câmara 13cofres 14átrio da caixa forte 15caixa forte 16sala2



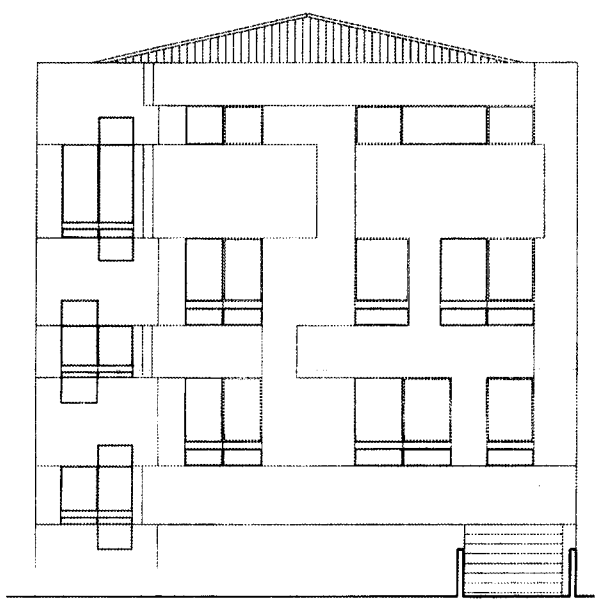
Planta piso 2 | 1recepção 2arrecadação 3instalações sanitárias 4acessos verticais 5copa 6secretariado 7escritório 8sala de reuniões 9hall 10sala1 11circulação 12ante-câmara 13cofres 14átrio da caixa forte 15caixa forte 16sala2



Corte aa'



Alçado Principal (Sul)



Alçado Posterior (Norte)

0 m 1 m 5 m



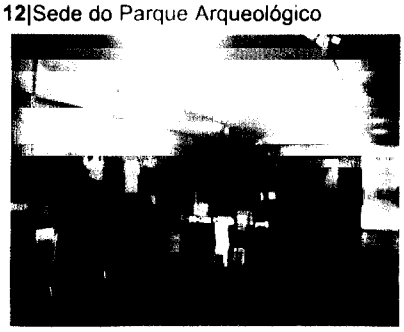
12|Sede do Parque Arqueológico



13|Sede do Parque Arqueológico



14|Recepção



15|Recepção

Projecto | Centro Interpretativo de Muxagata

Autoria do Projecto de Arquitectura | Fernando Maia Pinto

Data do Projecto | Setembro de 1996

Fase de Projecto | Obra concluída

O Centro Interpretativo de Muxagata foi pensado a partir de uma intervenção numa ruína, em tempos constituindo sede de concelho de Muxagata, ocupando um lugar de significância, no que se refere à malha urbana, bem como no imaginário muxagatense.

O projecto de arquitectura do Centro Interpretativo de Muxagata foi desenvolvido tendo como referência a realidade local, nomeadamente no que se refere à compartimentação interior, com o "salão" a ocupar toda a fachada virada ao Pelourinho e duas das três janelas de fachada voltadas a Norte.

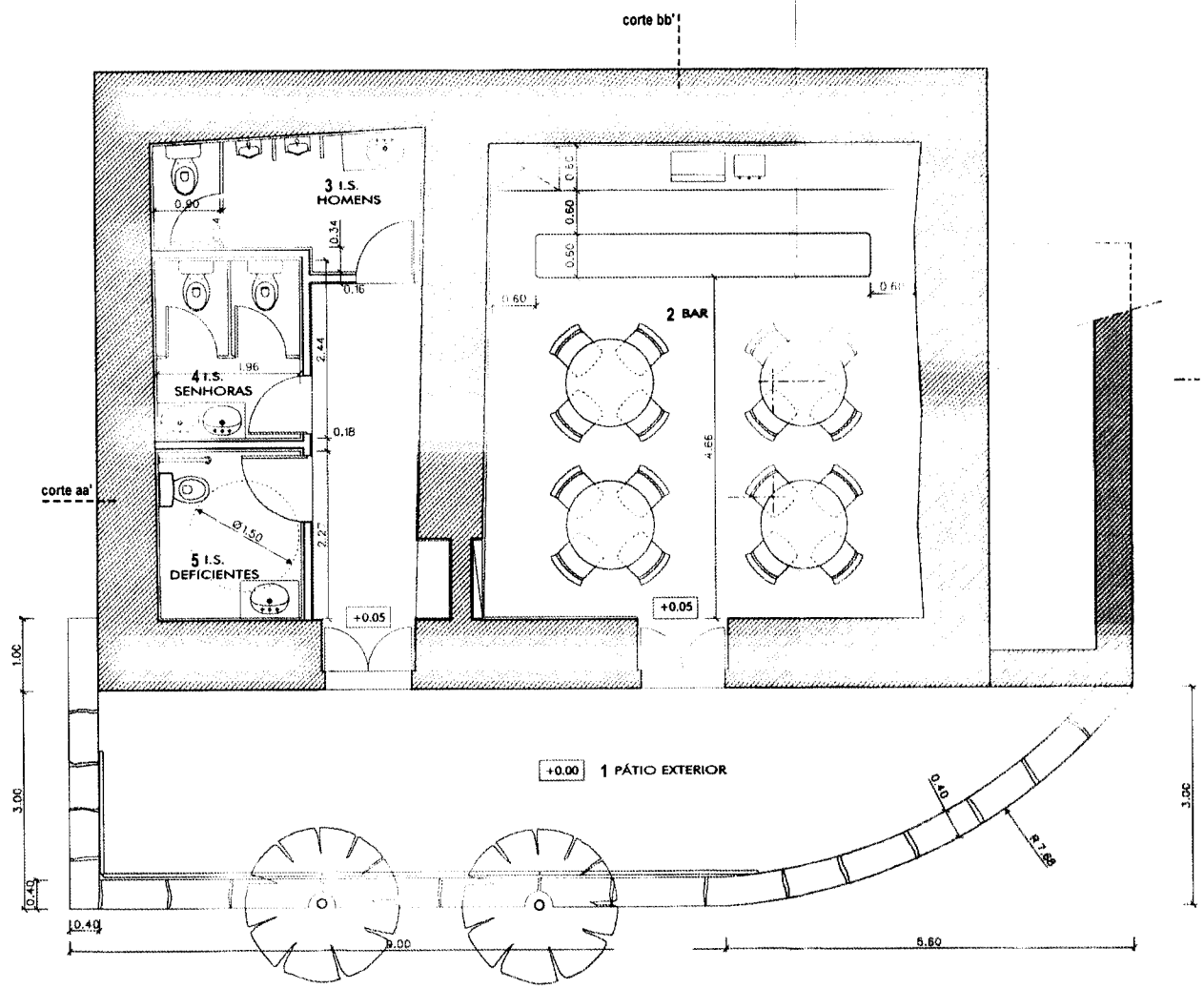
Associado ao "Piso Nobre", de referir a existência de uma sala multi-média e um compartimento técnico, sendo que, no referido piso, se acumulam todas a funções de acolhimento, informação e venda. Por outro lado, o bar e os sanitários localizam-se em dois compartimentos autónomos, no piso do rés-do-chão.

A compartimentação interior obedece à estrutura base do edifício, sacrificando-se apenas duas alcovas de construção recente e executadas em materiais facilmente removíveis.

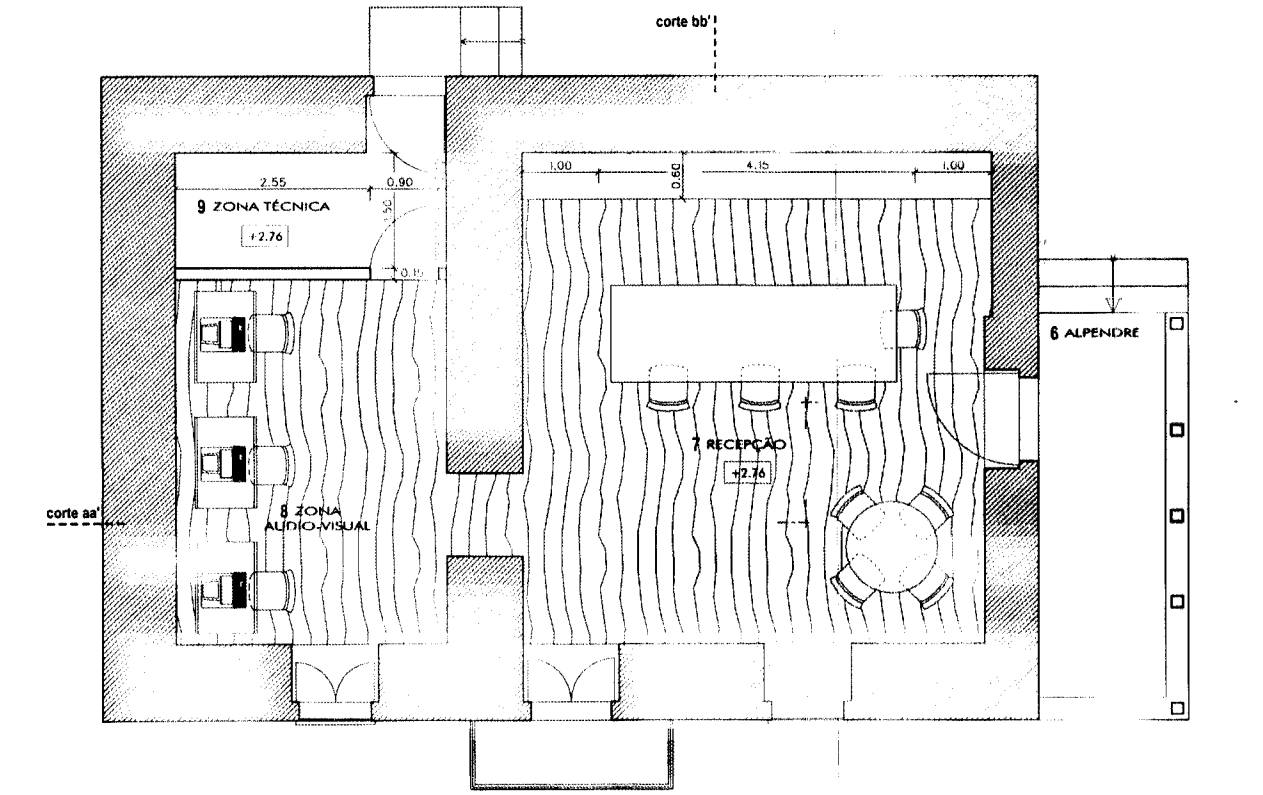
No que se refere ao tratamento interior do já mencionado "salão", o projecto de intervenção contemplou a referência a uns lambrins em madeira, pintados a tinta de óleo, e a um pavimento de tábuas largas de castanho, bem como a rebocos pintados a tinta de cal e a um tecto em masseira.

Com as referidas aplicações, o autor assume que as mesmas resultam de "princípios racionais que informam a arquitectura moderna", não considerando tal atitude como uma componente "revivalista" ou "pseudo-mimética".

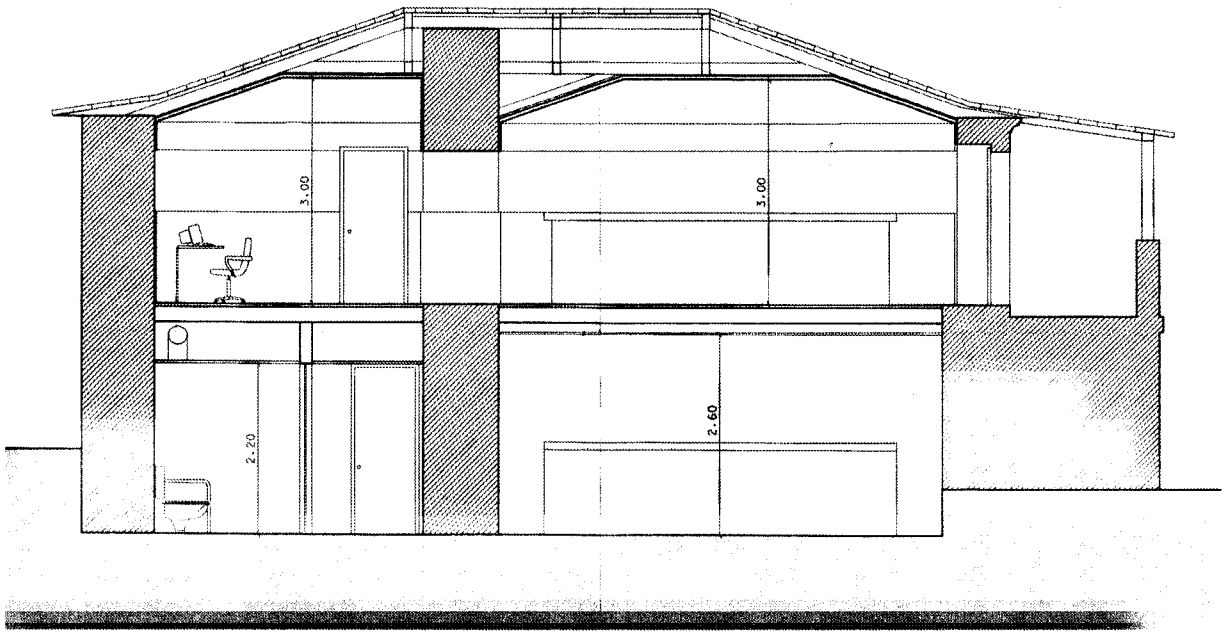
De referir a pintura de Ângelo de Sousa no tecto, a qual não "serve de justificação para a "modernização da arquitectura vernacular" ou para qualquer outro tipo de desculpa por intervenção tão convencional, mas sim para dar o carisma da modernidade de algumas formas tão abandonadas e esquecidas na produção arquitectónica actual", (PINTO, 1996, 1-2).



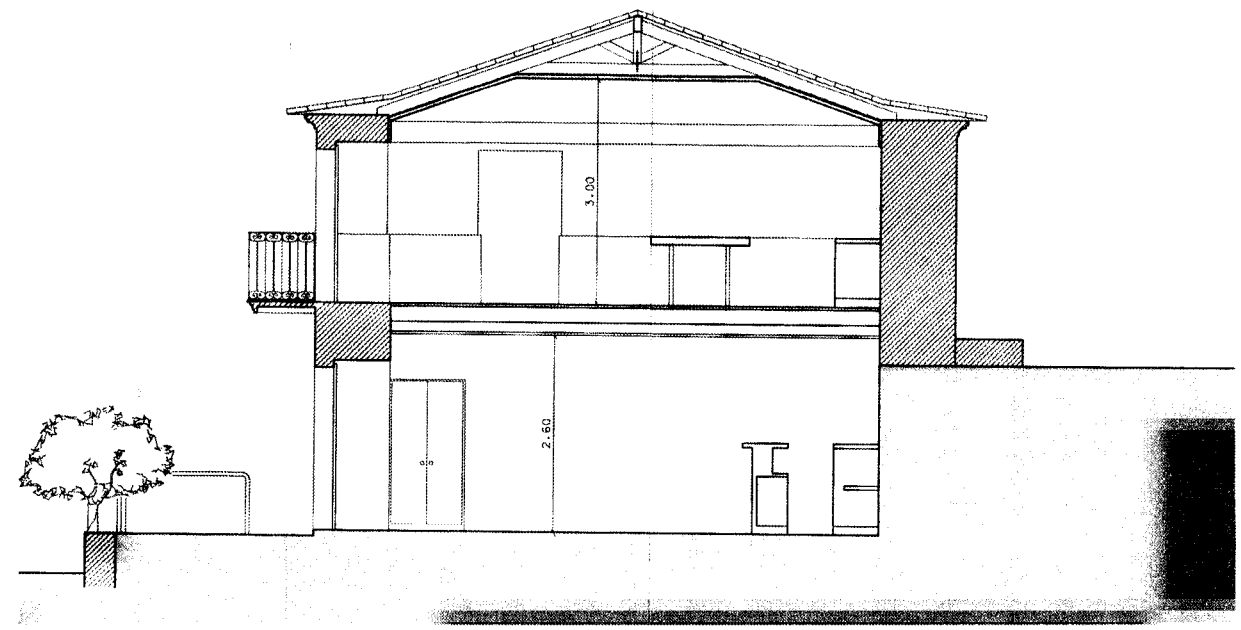
Planta piso -1 | 1pátio exterior 2bar 3instalações sanitárias(masculino) 4instalações sanitárias(feminino) 5instalações sanitárias(deficientes) 6alpendre 7recepção 8zona audio-visual 9zona técnica



Planta piso 0 | 1pátio exterior 2bar 3instalações sanitárias(masculino) 4instalações sanitárias(feminino) 5instalações sanitárias(deficientes) 6alpendre 7recepção 8zona audio-visual 9zona técnica

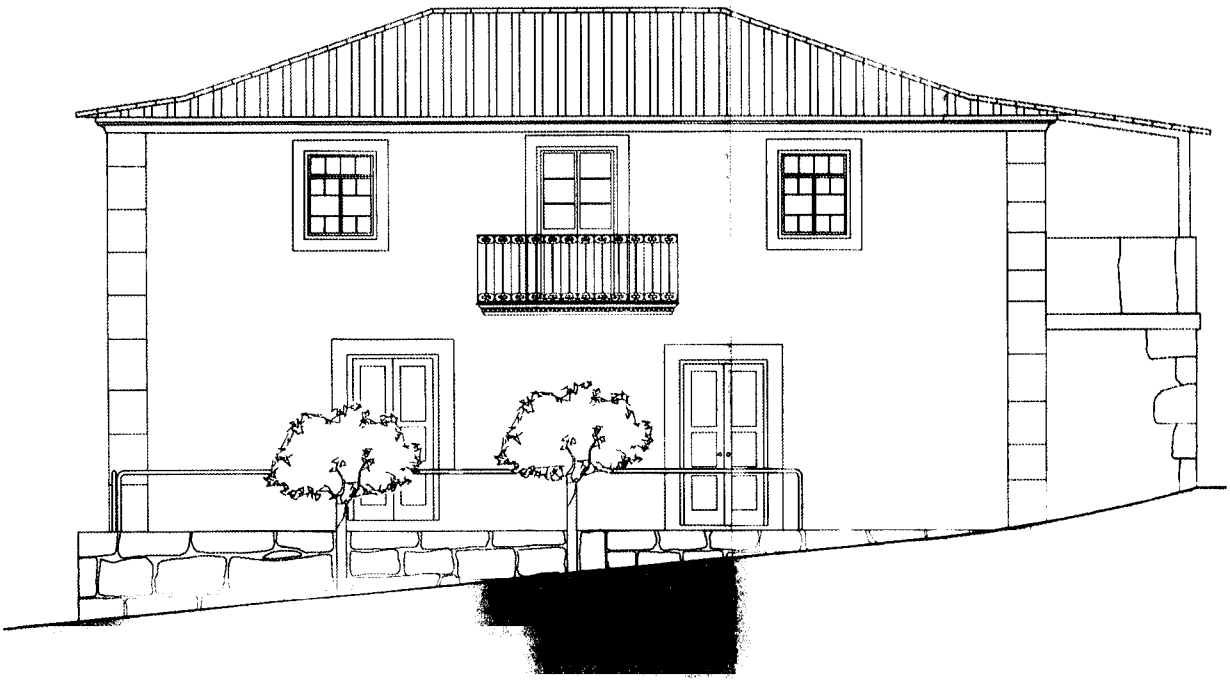


Corte aa'

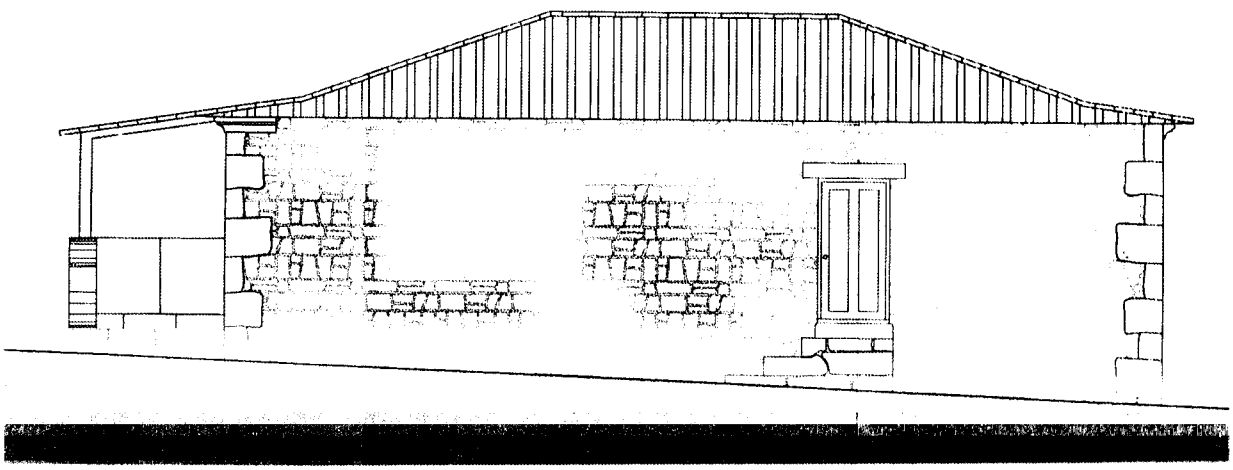


Corte bb'

0 m 1 m 5 m

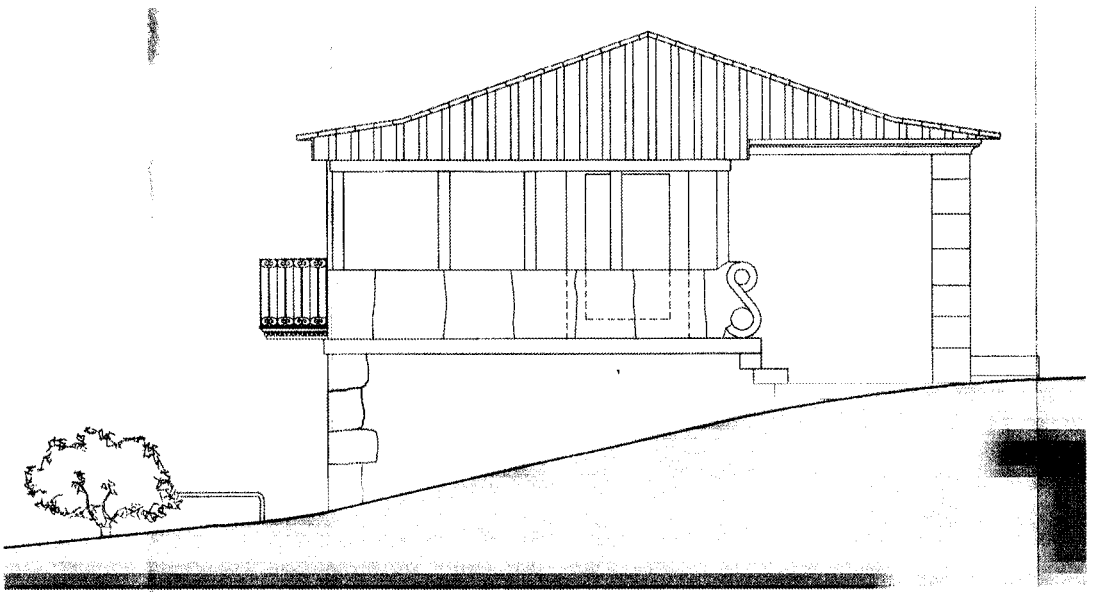


Alçado Principal

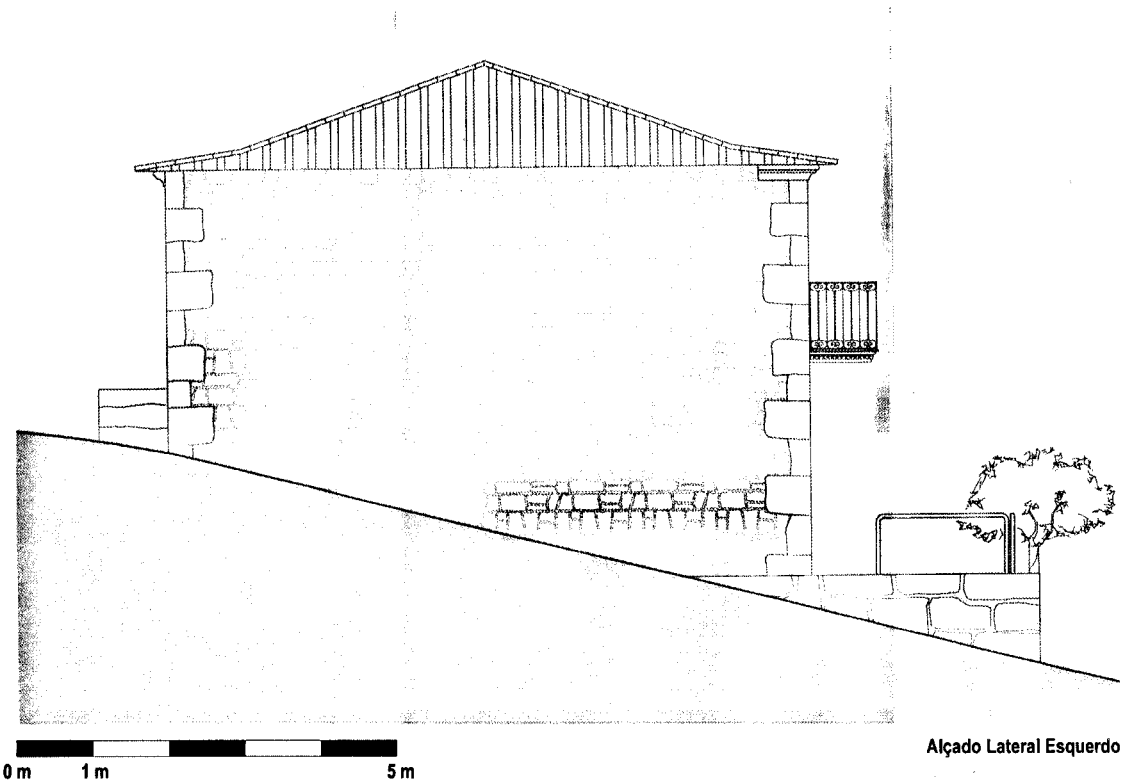


Alçado Posterior

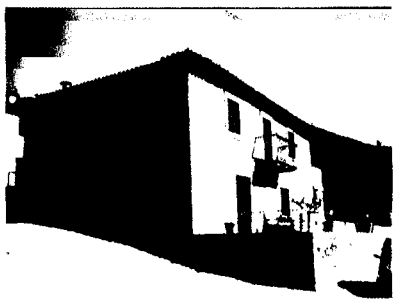
0 m 1 m 5 m



Alçado Lateral Direito



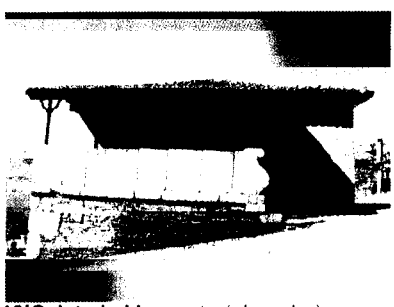
Alçado Lateral Esquerdo



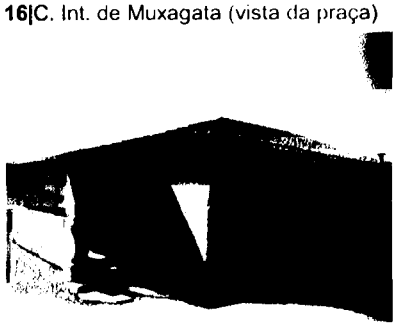
16|C. Int. de Muxagata (vista da praça)



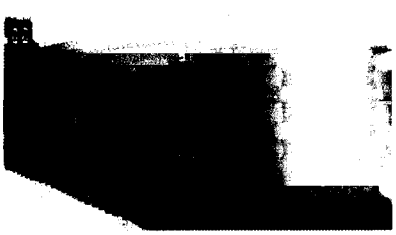
17|C. Int. de Muxagata (vista da praça)



18|C. Int. de Muxagata (alpendre)



19|C. Int. de Muxagata (alpendre)



20|Fachada posterior



21|Recepção



22|Zona audio-visual

Projecto | Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa

Autoria do Projecto de Arquitectura | Camilo Rebelo e Pedro Tiago Pimentel

Data do Projecto | Setembro de 2004

Fase de Projecto | Em obra

Para os autores do projecto de arquitectura do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, revelou-se importante "o sentido afirmativo do seu corpo, quer na leitura da sua relação com a paisagem, quer quanto à sua natureza tipológica que deve ser formalizada enquanto massa física, não deixando quaisquer ambiguidades e equívocos quanto à sua localização".

Assim, a estratégia de actuação passou pela concepção de uma plataforma panorâmica na cobertura do museu, cujo cenário consiste na paisagem envolvente, configurando o espaço de chegada.

Deste modo, pretenderam os autores enfatizar a paisagem, sem que o edifício constituísse um obstáculo.

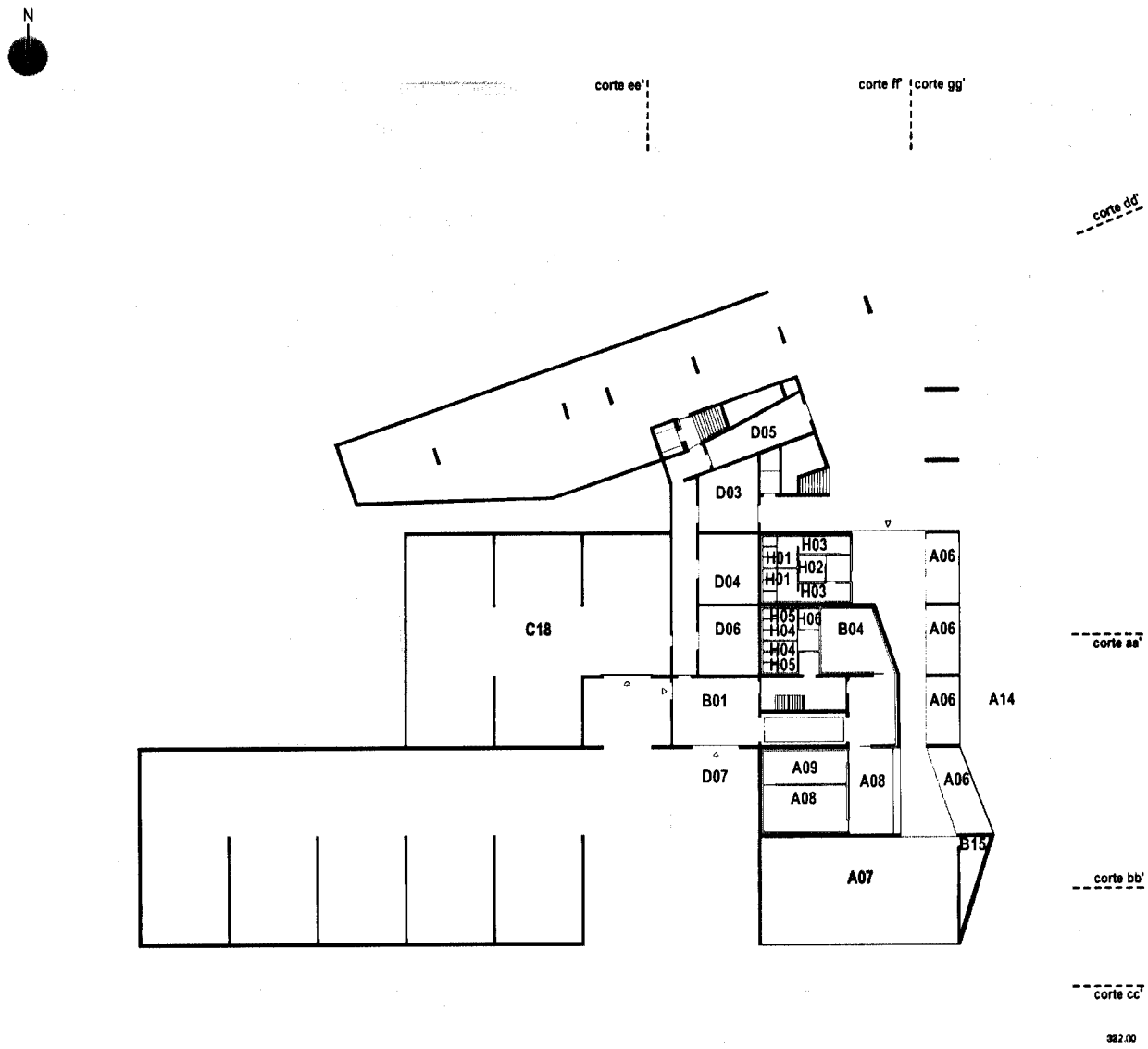
A planimetria triangular do edifício resulta da geometria abstracta do topografia, sendo que o ponto mais alto se encontra entalado entre o Vale de José Esteves e o Vale do Forno, abrindo uma terceira frente ao encontro dos rios Douro e Côa.

A "fenda descendente" configurada pela rampa que estrutura o edifício, permite estabelecer o percurso entre a "paisagem intensa, luminosa e infinita até à realidade interior e escura da sala gruta, que nos remete para um tempo primitivo".

A opção de não rasgar grandes vão, ao nível das aberturas, prendeu-se com a intenção de proporcionar diferentes pontos de observação da mesma.

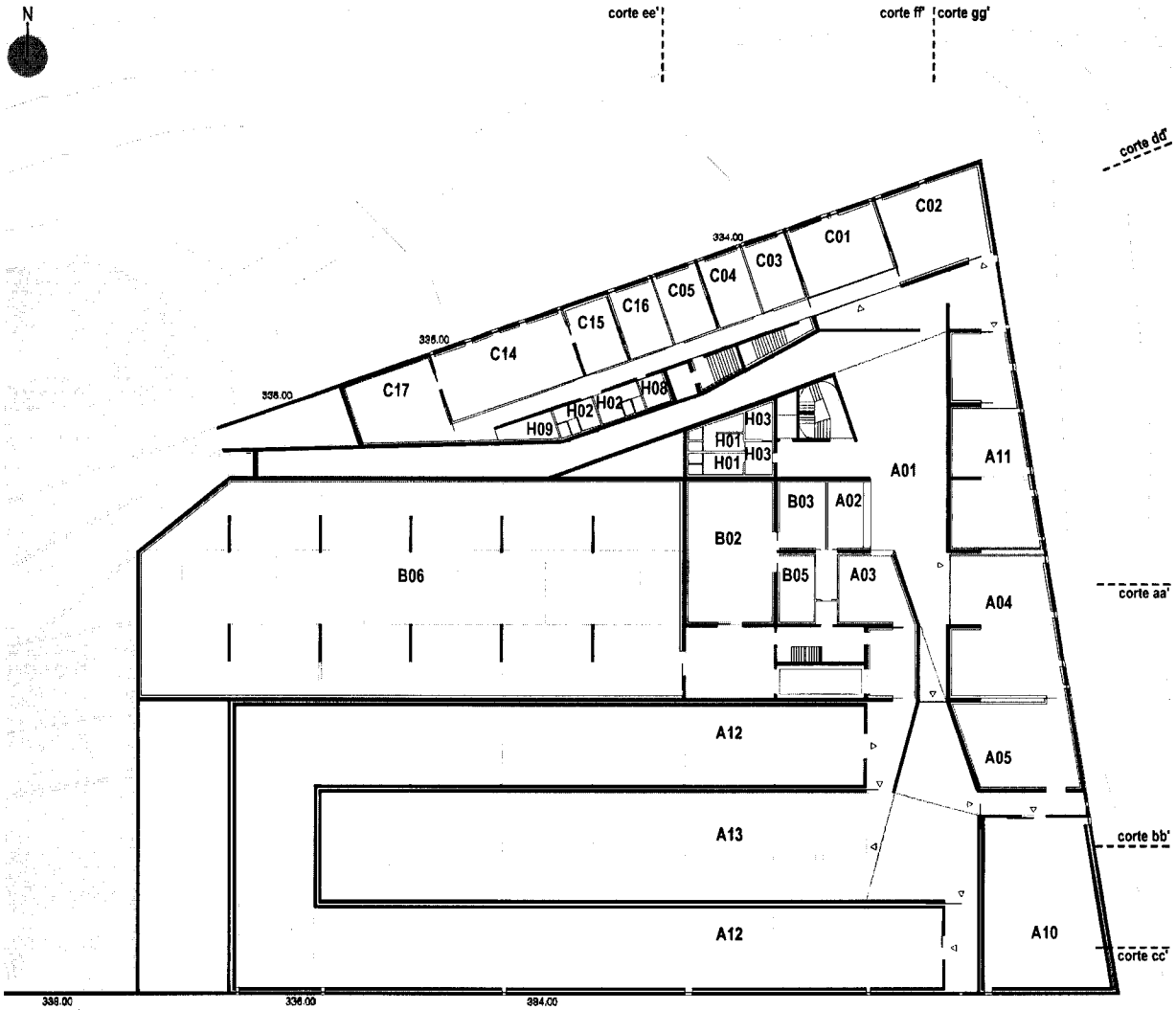
Para a plasticidade do edifício, foram seleccionados dois materiais, sendo o xisto, como material local e por ter constituído o suporte para as gravuras, e o betão, dadas as suas componentes plásticas e tectónicas, bem como por existir como material recorrente nas paisagem do Douro. Assim, o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa foi proposto como uma "massa híbrida" constituída por betão com textura e pigmentos de xisto.

Dada a configuração atribuída ao corpo do museu, o mesmo acaba por resultar num elemento, cuja percepção varia, fruto da referida materialidade, podendo ser observado de diferentes ângulos e distâncias variáveis, "surgindo como um monólito de xisto de diferentes expressões – pedra recortada na montanha - enquanto na aproximação ler-se-á um corpo complexo em betão texturado, cortado por frestas de diferentes calibres, que denunciam o carácter habitável do espaço e a sua composição".(PIMENTEL e REBELO, 2004, s.p.).



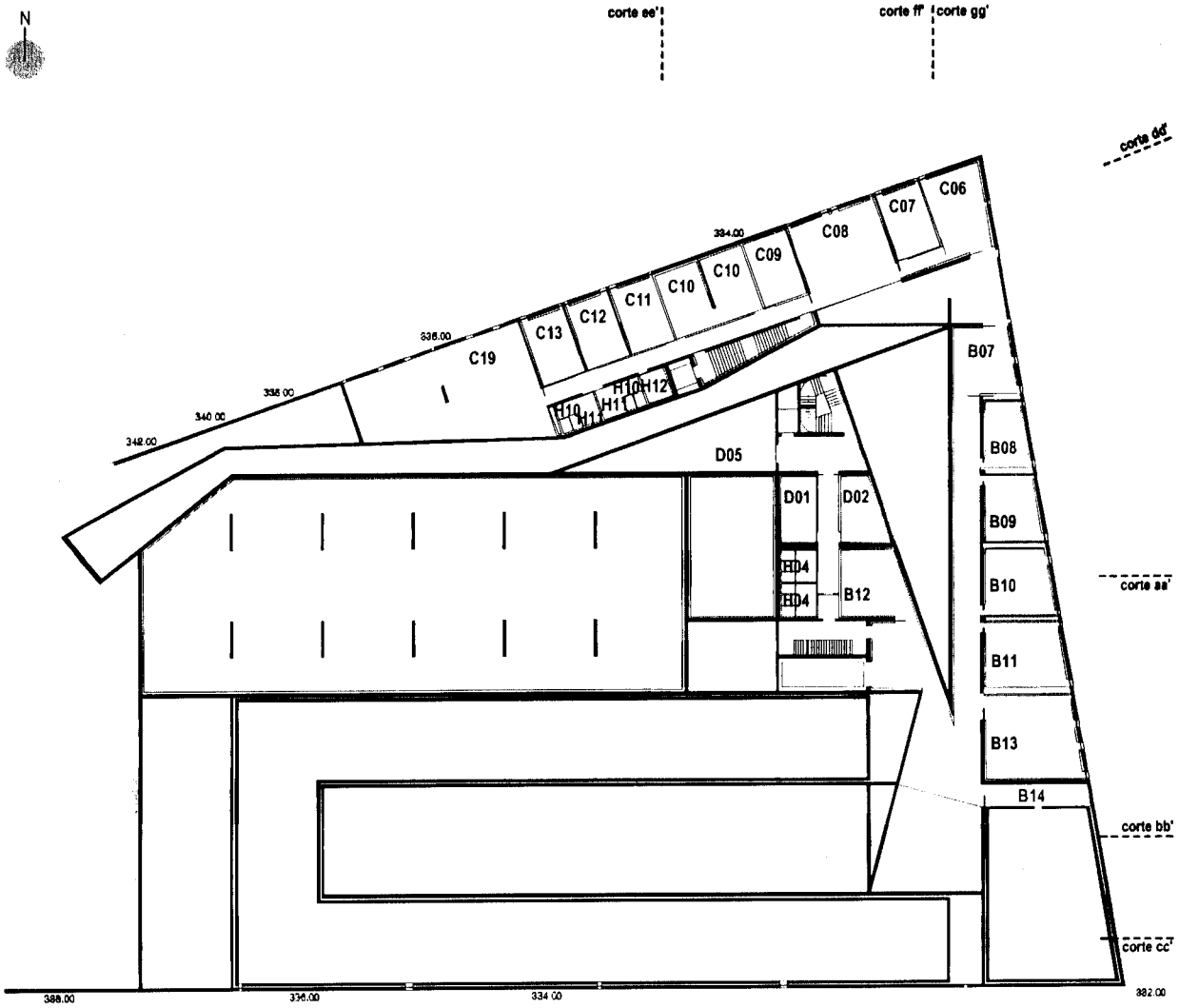
0 m 5 m 25 m

Planta do piso 1 | **A01**hall de entrada **A02**informação **A03**bengaleiro **A04**loja **A05**armazenamento da loja **A06**bar **A07**restaurante **A08**cozinha **A09**armazenamento **A10**multimédia **A11**workshop educacional **A12**sala de exposição permanente **A13**sala de exposições temporárias **A14**terraço **H01**instalações sanitárias (público) **H02**instalações sanitárias (deficientes) **H03**instalações sanitárias (público) **B01**zona de carregamentos **B02**zona de conservação **B03**workshop **H04**armazenamento **B05**laboratório de fotografias **B06**armazenamento do museu **B09**director do MAAVC **B08**sala de conferências **C09**escritório **B10**administração **B11**documentação **B12**arquivo **B13**sala de desenho **B14**sala de projecção **B15**armazenamento **H04**instalações sanitárias (funcionários) **H05**vestiários **H06**segurança **C01**informação **C02**serviço educacional **C03**serviço cultural **C04**serviço de reservas **C05**serviço de guias **C06**director do PAVC **C07**sala de conferências **C08**administração **C09**documentação **C10**arquivo **C11**sala de computadores **C12**planeamento **C13**investigação **C14**laboratório de arqueologia **C15**arquivo de arqueologia **C16**escritório **C17**arquivo de arqueologia **C18**parque **C19**área de expansão **H07**instalações sanitárias (público) **H08**instalações sanitárias (deficientes) **H09**instalações sanitárias (público)**H10**instalações sanitárias (funcionários) **H11**vestiários **H12**segurança **D01**sala do segurança **D02**sala técnica **D03-D04**área técnica **D05**área técnica (tratamento do ar) **D06**reservatório **D07**área técnica (esgotos)



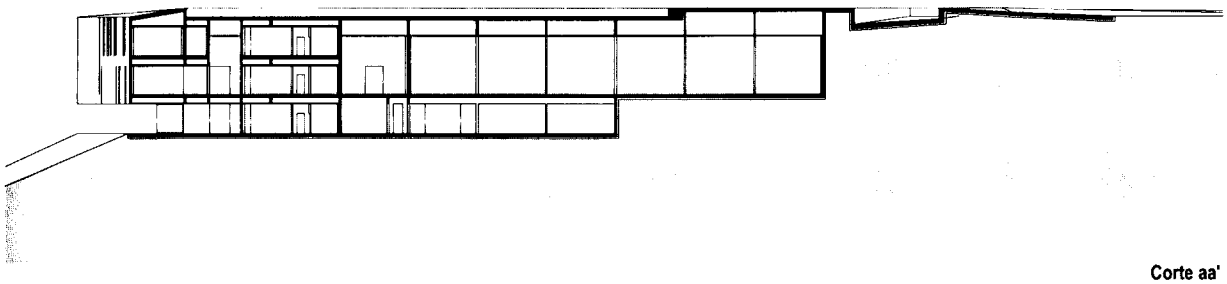
0 m 5 m 25 m

Planta do piso 2 | **A01**hall de entrada **A02**informação **A03**bengaleiro **A04**loja **A05**armazenamento da loja **A06**bar **A07**restaurante **A08**cozinha **A09**armazenamento **A10**multimédia **A11**workshop educacional **A12**sala de exposição permanente **A13**sala de exposições temporárias **A14**terraço **H01**instalações sanitárias (público) **H02**instalações sanitárias (deficientes) **H03**instalações sanitárias (público) **B01**zona de carregamentos **B02**zona de conservação **B03**workshop **H04**armazenamento **B05**laboratório de fotografias **B06**armazenamento do museu **B09**director do MAAVC **B08**sala de conferências **C09**escritório **B10**administração **B11**documentação **B12**arquivo **B13**sala de desenho **B14**sala de projecção **B15**armazenamento **H04**instalações sanitárias (funcionários) **H05**vestiários **H06**segurança **C01**informação **C02**serviço educacional **C03**serviço cultural **C04**serviço de reservas **C05**serviço de guias **C06**director do PAVC **C07**sala de conferências **C08**administração **C09**documentação **C10**arquivo **C11**sala de computadores **C12**planeamento **C13**investigação **C14**laboratório de arqueologia **C15**arquivo de arqueologia **C16**escritório **C17**arquivo de arqueologia **C18**parque **C19**área de expansão **H07**instalações sanitárias (público) **H08**instalações sanitárias (deficientes) **H09**instalações sanitárias (público)**H10**instalações sanitárias (funcionários) **H11**vestiários **H12**segurança **D01**sala do segurança **D02**sala técnica **D03-D04**área técnica **D05**área técnica (tratamento do ar) **D06**reservatório **D07**área técnica (esgotos)

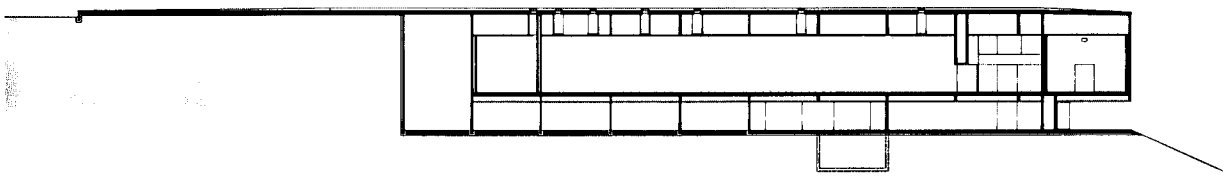


0 m 5 m 25 m

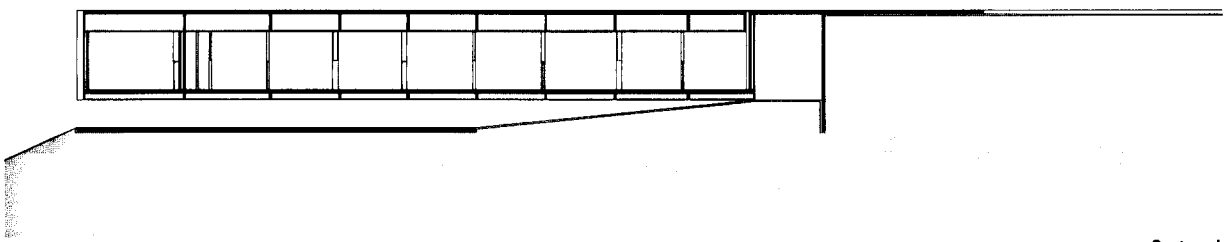
Planta do piso 3 | **A01**hall de entrada **A02**informação **A03**bengaleiro **A04**loja **A05**armazenamento da loja **A06**bar **A07**restaurante **A08**cozinha **A09**armazenamento **A10**multimédia **A11**workshop educacional **A12**sala de exposição permanente **A13**sala de exposições temporárias **A14**terraço **H01**instalações sanitárias (público) **H02**instalações sanitárias (deficientes) **H03**instalações sanitárias (público) **B01**zona de carregamentos **B02**zona de conservação **B03**workshop **H04**armazenamento **B05**laboratório de fotografias **B06**armazenamento do museu **B09**director do MAAVC **B08**sala de conferências **C09**escritório **B10**administração **B11**documentação **B12**arquivo **B13**sala de desenho **B14**sala de projecção **B15**armazenamento **H04**instalações sanitárias (funcionários) **H05**vestiários **H06**segurança **C01**informação **C02**serviço educacional **C03**serviço cultural **C04**serviço de reservas **C05**serviço de guias **C06**director do PAVC **C07**sala de conferências **C08**administração **C09**documentação **C10**arquivo **C11**sala de computadores **C12**planeamento **C13**investigação **C14**laboratório de arqueologia **C15**arquivo de arqueologia **C16**escritório **C17**arquivo de arqueologia **C18**parque **C19**área de expansão **H07**instalações sanitárias (público) **H08**instalações sanitárias (deficientes) **H09**instalações sanitárias (público)**H10**instalações sanitárias (funcionários) **H11**vestiários **H12**segurança **D01**sala do segurança **D02**sala técnica **D03-D04**área técnica **D05**área técnica (tratamento do ar) **D06**reservatório **D07**área técnica (esgotos)



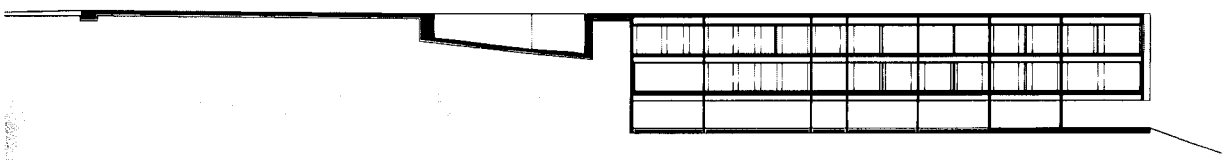
Corte aa'



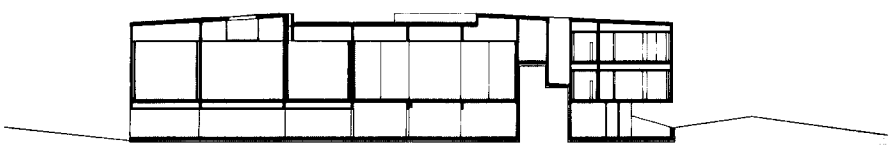
Corte bb'



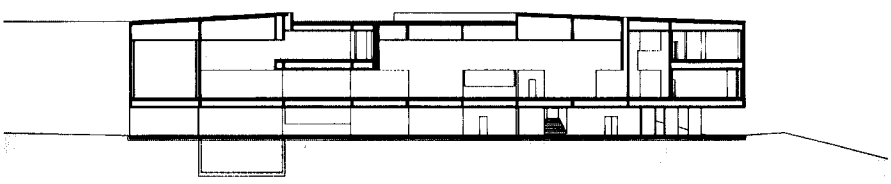
Corte cc'



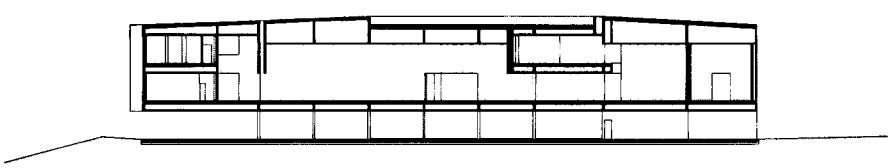
Corte dd'



Corte ee'

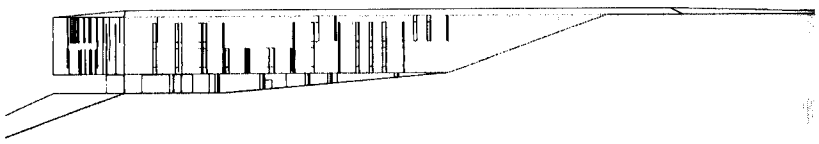


Corte ff'

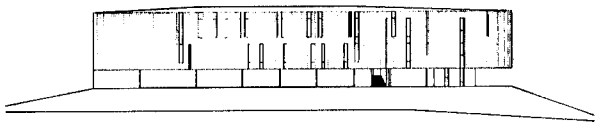


Corte gg'

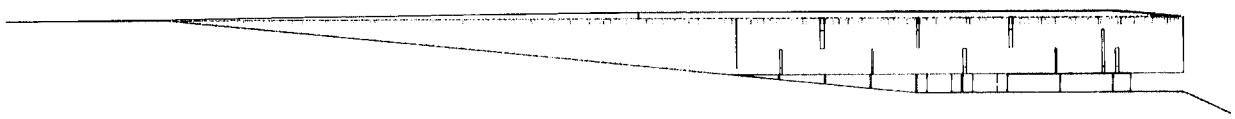




Alçado Norte



Alçado Nascente

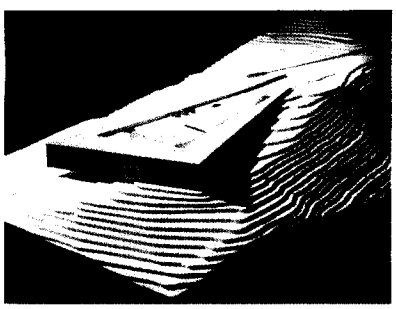


Alçado Sul

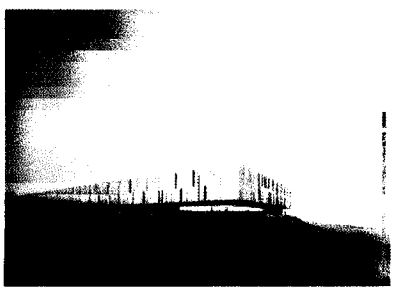




23|Simulação do museu



24|Simulação do museu



25|Simulação (vista geral)



26|Simulação (acesso pela cobertura)



27| Simulação (interior)

Referências Específicas | (AFA, 1996); (FERNANDES, 2003); (FERNANDES, 2004); (FERNANDES, 2005); (LIMA, 2005); (LIMA, 2006); (PAU-PRETO e LUÍS, 2001); (PAU-PRETO, 2005); (PINTO, 1996); (PINTO, 1999); (ZILHÃO, 2000).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Parque Arqueológico do Vale do Côa – peças gráficas dos projectos de arquitectura do Centro Interpretativo de Castelo Melhor, Sede do Parque Arqueológico e Centro Interpretativo de Muxagata; imagem da Carta Militar; Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo, Arquitectos - peças gráficas do projecto de arquitectura do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa e imagens virtuais do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa (23, 24, 25, 26, 27).

1.2.2 | O Território Nacional como espaço de reflexão | Definido o balizamento temporal para o levantamento dos casos de estudo, mais se refere que o território nacional continental constituiu o limite espacial, sendo que, neste campo, importa mencionar a importância de uma listagem (Anexo I) de sítios arqueológicos intervencionados a partir de 1995, desenvolvida por Fernando Real[1], a partir da qual se partiu para a selecção final dos casos de estudo, com base em outros critérios adicionais.
Ainda no campo das intervenções contemporâneas nos sítios arqueológicos, deparou-se com a formação de dois grupos: o conjunto das intervenções projectadas, cujas obras se concretizaram, bem como o grupo das intervenções, apenas em projecto, as quais não foram passíveis de serem estudadas, dado que o contacto com o objecto arquitectónico foi encarado como um importante factor de análise.
No entanto, existem alguns casos, ainda em projecto, que serão analisados, pois integram um sítio já intervencionado, considerando-se que tais abordagens contribuiriam para a compreensão da concepção dos sítios como um todo, sendo o caso da Área Arqueológica do Freixo, com a Escola de Arqueologia do Freixo, bem como o Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana do Freixo.

1 Licenciado em Geologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, tendo dedicado a sua vida profissional a estudos de Geologia do Quaternário e Pré-História, Geoarqueologia, bem como à Gestão da Arqueologia. Entre 1988/1997 foi Director de Serviços, no então IPPC e no IPPAR; de 1999/2002 no IPA. Entre 2002 e 2007 foi Dierctor-Geral do Instituto Português de Arqueologia. Representou Portugal em diversos Grupos de Trabalho, nomeadamente no Comité de Arqueologia do Conselho da Europa que elaborou a "Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico". Actualmente está requisitado no IGESPAR, onde exerce funções de coordenação de grupo de trabalho criado por despacho da Ministra da Cultura para dinamizar o processo do Museu do vale do Côa.

1.3 | O Sítio Arqueológico (Noção do Lugar) | Para o desenvolvimento do estudo, tornou-se imperioso o entendimento da noção de "sítio arqueológico", tendo por base a recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do património cultural e natural da UNESCO (Paris, 16 de Novembro de 1972), a Lei de Base do Património Cultural Português nº 13/85 de 6 de Julho, revogada pela Lei do Património nº 107/2001 de 8 de Setembro, e, finalmente a definição estabelecida por Luís Calado e Paulo Pereira no livro "Património – Balanço e Perspectivas 2000-2006".

Quanto à recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do património cultural e natural da UNESCO, de considerar o Capítulo I, com as definições do Património Cultural e Natural, sendo que os "monumentos" integram "obras arquitectónicas, escultura ou pintura monumentais, incluindo grutas e inscrições, assim como os elementos, grupos de elementos ou estruturas de especial valor do ponto de vista arqueológico, histórico, artístico ou científico", ao passo que "os conjuntos" consistem em "grupos de construções isoladas ou reunidas que pela sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm um valor especial do ponto de vista da história, arte ou ciência" e os "lugares" abarcam "zonas topográficas, obras conjugadas do Homem e da Natureza que têm um valor especial devido à sua beleza ou ao seu interesse do ponto de vista arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico". (Recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do património cultural e natural da UNESCO, Paris, 16 de Novembro de 1972), (www.unesco.pt).

Para além da classificação como monumento, a Lei nº 13/85 de 6 de Julho, anterior à Lei nº 107/2001, previa a classificação como "conjunto" ou "sítio", sendo que "conjunto" definia-se como "agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social", ao passo que por "sítio" entendia-se como as "obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social".

Assim, a Lei do Património nº 107/2001 de 8 de Setembro define, no artigo 74º, o "Conceito e âmbito do património arqueológico e pateontológico", reconhecendo-se a importância dos "sítios e conjuntos de sítios arqueológicos", desde que apresentem indícios da "evolução do planeta, da vida e dos seres humanos", "cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente" e "cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia".
No nº 2 do artigo 74º, "o património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental". O nº 3 do mesmo artigo refere que "os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem

património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei".

A actual Lei do Património define uma nova figura legal, a de "Parque Arqueológico" entendido como "qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente, marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes", sendo que "entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido". (LEI DO PATRIMÓNIO, 2001)

Garantida a importância dos "sítios arqueológicos", no âmbito do Património, mais se acrescenta que "a essência do sítio arqueológico tem a ver com *estruturas e contextos*, tal qual qualquer outra obra do homem que é objecto de intervenção e valorização patrimonial. Ou seja, a componente arquitectónica dos sítios (puramente arquitectónica, aqui mais do que em qualquer outro lugar porque mais subsumida na sua condição de "*arché*", mesmo nos sítios compostos maioritariamente por paisagens "construídas") prevalece sobre o método de revelação do monumento (arqueologia). Vale a estrutura, e o contexto." (...) "Mas é evidente que a valorização dos sítios arqueológicos se prende, essencialmente, com aquilo a que poderemos chamar sítios arqueológicos "clássicos" e que, mal ou bem, se definem pela sua expressão arquitectónica de "ruína", uma "ruína" posta a descoberto, revelada, através do método arqueológico. Não propriamente residual – como a ruína correntemente associada ao ideal "romântico", tardo-romantico ou "revivalista" da ruína artística e aurática – mas antes a ruína "escondida", desvendada pela escavação". (CALADO e PEREIRA, 2000, 269-270)

1.4 | Enquadramento | No que se refere ao enquadramento geral das intervenções nos sítios arqueológicos, refere-se que, apesar das intervenções programáticas do Estado Novo, os anos 50, até aos anos 80, marcaram um contexto em que o património se mantinha esquecido, carente de normas que o protegessem e desvalorizado no mundo das políticas do Estado, fruto de um período de grande desinvestimento, em prole das necessidades básicas do país, (Calado e Pereira, 2000, 17). Durante o regime ditatorial, tendo em conta a estética memorialista, nacionalista e ilustrativa do Estado Novo, foi dada preferência à actuação em monumentos medievais, como sendo igrejas românicas e góticas, bem como castelos, (PEREIRA, 1997, 14).

A partir de 25 de Abril de 1974 e da consequente democratização, o contexto patrimonial alterou-se, dado o acesso aos fundos da Comunidade Europeia, a queda das fronteiras, bem como a industrialização do país e a desafectação das actividades agrícolas.
Em 1980, foi criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), mais tarde convertido em Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), tutelando a aplicação da legislação relativa à protecção e salvaguarda do património arquitectónico em geral, responsabilizando-se, também, pela gestão dos mais importantes monumentos nacionais, assim como vastas atribuições na área de obras de conservação e restauro, a par com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), (PEREIRA, 1997, 18-19).
Face ao panorama do património português, surge, em1989, o primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA I - 1989/93), a partir do qual se criaram verbas mais significativas para a recuperação de monumentos, sob o lema "Turismo e Cultura", sendo que a expressão "Cultura" constituía um complemento do "Turismo", dando origem a intervenções ausentes de critérios patrimoniais consistentes.
Por outro lado, a sociedade e as administrações prevaleciam numa indiferença generalizada pelo património, numa atitude pouco interventiva, exceptuando-se alguns casos de valorização, os quais revelaram preocupações e respeito por parte de alguns agentes culturais, destacando-se o trabalho de valorização do Centro Histórico de Évora (fruto da classificação como Património Mundial), a Requalificação Urbana do Porto, o caso de Mértola e a recuperação do Centro Histórico de Guimarães.
Em 1992 surge o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), num clima de fraca imagem pública, fruto da frágil situação financeira e funcional, causadas pelas dívidas acumuladas e crescente número de obras paradas.
Perante tal panorama na gestão do património, havia que proceder à reformulação das políticas do IPPAR e à adopção de uma nova política patrimonial, no sentido de se recuperar a credibilidade junto da opinião pública, de atingir o controlo financeiro relativo ao funcionamento do instituto, de reforçar a capacidade técnica e logística dos serviços do IPPAR, nomeadamente, no que diz respeito às direcções regionais e, finalmente, de constituir uma nova organização administrativa consequente de uma nova lei orgânica.
Com a adopção de uma nova política, em 1996, definiram-se três campos de actuação generalizados, os quais se traduzem numa atitude perante o património, num novo relacionamento com outras entidades ligadas ao património (Autarquias, Igrejas, Misericórdias, Fundações, Associações de

Defesa do Património, Universidades, Comunidade Científica, Organismos de Administração Pública e particulares em geral) e no estabelecimento de relações fortalecidas entre o público e o património.
Aliada à adopção de uma nova política patrimonial em conjunto com a definição de um novo método de gestão por parte do IPPAR, há a ressalvar a importância dos fundos comunitários que, a partir do QCA I permitiram o arranque de um conjunto de significativas intervenções, sem os quais seria impossível as respectivas concretizações, (CALADO e PEREIRA, 2000, 17-18).
A partir de 1996 o IPPAR define um novo plano global de investimentos, o qual facilitou a concretização dos objectivos programáticos, nos quais se incluiu a implementação do programa de *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve*, no âmbito da pretensão de se atingir um maior equilíbrio regional e a implementação e valorização dos monumentos e sítios arqueológicos.
Assim, no âmbito das grandes intervenções do IPPAR e do plano global de investimentos, lançado a partir de 1996, há a registar a valorização dos sítios arqueológicos, marcada pelo já referido programa de valorização aplicado ao Alentejo e Algarve, permitindo que algumas estações arqueológicas do país fossem recuperadas e fruídas pelo público.
Através do reforço do investimento em algumas estações arqueológicas, foi possível a realização de trabalhos arqueológicos de significativa importância, nomeadamente, na necrópole calcolítica de Alcalar, na urbe de Miróbriga, nas Villas Romanas de Milreu, Pisões, Stª Vitória de Campo Maior, Torre de Palma e S. Cucufate, no povoado calcolítico de Stª Vitória de Campo Maior, ou no Castro da Cola.
O surgimento do novo programa de investimento permitiu a concretização de um projecto-piloto visando a construção do Centro Interpretativo das ruínas de Miróbriga, do Centro de Acolhimento e arranjos exteriores da Villa romana de São Cucufate, do Centro de Acolhimento na necrópole de Alcalar, do Centro Interpretativo da *Villa* de Milreu, do Centro Interpretativo do Circuito do Castro da Cola, para além de um conjunto de concursos para outros sítios arqueológicos, onde a arqueologia integra os projectos de reutilização destes lugares, constituindo um factor determinante na gestão dos sítios.
O IPPAR conduziu a política de valorização dos sítios arqueológicos, segundo alguns princípios, dos quais se destacam o reforço das verbas a destinar à valorização dos sítios arqueológicos; a valorização patrimonial dos sítios afectos ao IPPAR, por via de programas globais, incluindo o alargamento das áreas de intervenção, o apetrechamento para condições de fruição pública (construção de centros de acolhimento ou centros interpretativos, percursos devidamente sinalizados, informação e divulgação ajustada ao sítio), a recuperação ou "resgate" para a posse do Estado de alguns sítios, no sentido de garantir as devidas intervenções (caso do Escoural, Alcalar ou Castro da Cola); a cooperação com outras entidades possuidoras de património arqueológico, no sentido da sua valorização; na colaboração com outras entidades no domínio do estudo, pesquisa e valorização dos sítios arqueológicos (ex: Universidade do Minho/Bracara Augusta); a valorização de monumentos arqueológicos situados em terrenos privados, integrando-os em circuitos turísticos devidamente estudados e programados; a promoção e divulgação do património arqueológico, sob a forma de rotas turísticas organizadas, associando-as a outros tipos de património local e regional, designadamente o arquitectónico e o ambiental (ex: Circuito do Castro da Cola); a implementação de

pequenas acções motivadoras de reconhecimento abrangente das questões relacionadas com o património e o ambiente urbano, (CALADO e PEREIRA, 2000, 43-44).

Os sítios arqueológicos integraram o Plano Estratégico, o qual se desenvolveu por um conjunto de programas específicos, destacando-se o Programa Operacional de Intervenção no Património (POIP 2000-2006) que, por sua vez, se estruturou através de oito programas, cujas linhas de acção assentaram no prosseguimento do programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*; na valorização dos monumentos e sítios afectos ao IPPAR; no estabelecimento de parcerias de colaboração para a valorização de outros monumentos e sítios arqueológicos; na criação de novos produtos de turismo cultural baseado no património arqueológico, natural, ambiental e noutro tipo de património edificado; e, finalmente, nas campanhas de divulgação e animação nos monumentos e sítios arqueológicos, (CALADO, PEREIRA, 2000, 90).

No campo da valorização dos sítios arqueológicos, a titularidade dos monumentos constituiu um factor determinante para a intervenção nos mesmos, sendo que se passa a designar os tipos de imóveis, consoante a sua titularidade (sítios arqueológicos pertencentes ao Estado e afectos ao IPPAR; Sítios Arqueológicos pertencentes ao Estado e afectos a outras entidades (por exemplo, Ministério da Agricultura, Ministério do Ambiente); Sítios Arqueológicos pertencentes às autarquias; Sítios Arqueológicos pertencentes ao Estado, ínsitos em domínio público, dotados de um regime mais "flutuante" no que se refere à responsabilidade; Sítios Arqueológicos pertencentes a associações (casos raros); Sítios Arqueológicos pertencentes a privados).

A filosofia das intervenções nos sítios arqueológicos, por parte do IPPAR, teve como objectivos a preservação dos sítios com base na conservação e no restauro, bem como a investigação permanente, no âmbito da arqueologia.

Por outro lado, a fruição por parte do público, através da constituição de estruturas para acolhimento, constituiu uma meta a atingir em todos os processos de intervenção, mantendo sempre salvaguardadas as questões relacionadas com a conservação e a investigação, ao ponto de se incluírem os sítios arqueológicos no leque de recursos culturais ligados ao turismo, integrando as economias regionais, (CALADO e PEREIRA, 2000, 266-268).

1.5 | Os Programas de Apoio | Em paralelo com o episódio marcado pela polémica em torno do caso das Gravuras do Vale do Côa, coincidindo com uma viragem no panorama dos casos de estudo, importa referir o surgimento de programas de investimento, cuja filosofia e objectivos viabilizaram a configuração dos casos de estudo.

O Programa de Valorização Cultural e Divulgação Turística, ***Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve***, incluído no Programa de Acções Estruturantes (1994-96), foi iniciado em 1994, abrangendo treze sítios arqueológicos do Alentejo e Algarve, dos quais serão abordados oito, e desenvolvido em parceria entre o Ministério da Cultura/IPPAR e o Ministério da Economia/IFT (Instituto de Apoio ao Financiamento ao Turismo).

O referido programa envolveu a colaboração de todas as Câmaras Municipais, associadas aos respectivos sítios arqueológicos, estabelecendo-se protocolos com o IPPAR, assim como se verificou a colaboração com outras entidades públicas e privadas, sendo que, pela primeira vez, se desenvolveu um conjunto de projectos para acolhimento e interpretação dos sítios, (LACERDA e BARATA, 2001, 45).

Com o programa em causa foram definidos dois princípios, sendo que o primeiro consistia no estudo, recuperação e divulgação de um conjunto de sítios arqueológicos, fomentando-se o aproveitamento de recursos culturais para o desenvolvimento, de modo a integrar os sítios arqueológicos em circuitos turísticos. O segundo objectivo prendia-se com o enriquecimento e conhecimento dos visitantes, relativamente ao património, sensibilizando-os para a necessidade de o proteger e capitalizando os recursos patrimoniais para as comunidades, (LACERDA e BARATA 2001, 43).

"Os critérios gerais que se encontram na base de todo este processo de mediação com o visitante, que se foi desenvolvendo, passam por: 1) fundamentar a apresentação dos sítios no seu conhecimento técnico-científico rigoroso, transmitindo o essencial sobre o sítio e o seu contexto, relacionando-o com o território, procurando dar uma visão relacional com outras realidades patrimoniais; 2) sempre que possível, focalizar a apresentação dos sítios num tema chave que o possa particularizar no contexto do universo patrimonial; 3) possibilitar a comunicação de conteúdos sem afectar a autenticidade dos monumentos e o "espírito" dos lugares, através da adopção de uma filosofia de intervenção que valorize a preexistência, procurando uma adequada articulação física e visual com a obra nova; 4) introduzir valores de modernidade, sempre que se verifique a necessidade de novas construções nos sítios, e através de formas apelativas e inovadoras na apresentação de conteúdos de informação, procurando assim responder, por um lado, a novas exigências de funcionalidade na recepção de visitantes e, por outro, assumindo a presença dos valores da arquitectura qualificada como um meio de aproximação do público a estes monumentos; 5) procurar relacionar recursos patrimoniais de proximidade, designadamente através dos materiais de divulgação próprios, ultrapassando um conceito estático de roteiros temáticos, na prática ineficazes, e remetendo os visitantes para outros patrimónios mais articulados geograficamente; 6) procurar integrar o sítio arqueológico, como recurso cultural precioso para o desenvolvimento, com o território em que se encontra, com as suas comunidades e com a sua dinâmica sócio-cultural, adaptando conceitos de base às realidades e especificidades de cada local." (LACERDA e BARATA 2001, 43-44).

O Programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve* foi crucial para o aumento da investigação científica, da conservação e apresentação dos sítios seleccionados no Sul do País.
Em alguns casos, o programa preconizou a criação de instalações de explicação, acolhimento e interpretação, através da elaboração de projectos de arquitectura e de paisagismo, para reabilitação de antigos edifícios existentes, junto aos sítios arqueológicos ou para a construção de raiz de equipamentos de apoio, (PARREIRA, 2007, 10).
Os objectivos do programa em causa consistiram na conservação e recuperação de um conjunto representativo de monumentos e sítios arqueológicos classificados; na criação de estruturas de acolhimento ao público e de interpretação dos monumentos e sítios arqueológicos seleccionados; na divulgação, junto de um público alargado, de um conjunto de monumentos e sítios arqueológicos que caracterizam diferentes momentos de ocupação humana; na integração dos monumentos e sítios seleccionados, nos itinerários e circuitos locais e inter-regionais, em articulação com outras entidades públicas, nomeadamente Municípios, Regiões de Turismo outros serviços de Administração Central, bem como agentes privados; na potenciação da utilização de equipamentos turísticos existentes nas áreas adjacentes, na fomentação do aproveitamento de recursos turístico-culturais e a sua transformação em produtos turísticos comercializáveis; e na criação de pólos de desenvolvimento, através da dinamização de actividades económicas locais associadas à viagem e estadia de turistas.
O novo programa implementado nos sítios arqueológicos intervencionados teve por fim integrá-los em percursos turísticos, contribuindo para a dinamização social, cultural e económica do Alentejo e Algarve.
Para a implementação do programa foram seleccionados a *Villa* romana de Pisões (Beja), o povoado pré-histórico de Santa Vitória (Campo Maior), a *Villa* romana de Santa Vitória do Ameixal (Estremoz), a *Villa* romana de Milreu (Faro), a *Villa* romana do Cerro da Vila (Loulé), o campo arqueológico de Mértola (Mértola), as ruínas romanas de Torre de Palma (Monforte), o circuito arqueológico do Castro da Cola (Ourique), a *Villa* romana da Abicada (Portimão), os Monumentos Megalíticos de Alcalar (Portimão), as ruínas romanas de Miróbriga (Santiago do Cacém), o conjunto Arqueológico do Escoural (Montemor-o-Novo) e a *Villa* romana de São Cucufate (Vidigueira).
A aplicação do programa no Sul do país, prendeu-se com o facto de se ter verificado a realização de acções de salvaguarda patrimonial e pela necessidade de dinamização, com vista à valorização da economia local e diversificação da oferta turística.
A selecção recaiu sobre imóveis classificados, afectos ao IPPAR ou com processos de afectação em curso, acolhendo-se outros casos, onde se reconhece a dinâmica já desenvolvida e o grande fluxo de visitantes, (PORTUGAL e PORTUGAL, 1994, s.).

Relativamente aos casos de estudo do Norte, refere-se que, a partir de 2000, o **IIIQCA** constituiu uma importante oportunidade de investimento, através do **ON** – Operação Norte, Programa Operacional Regional do Norte (2000-2006), em que no Eixo Prioritário 3, Medida 3.9, define, como objectivo, a recuperação do património histórico e cultural, com vista à reabilitação e valorização de imóveis e de conjuntos edificados de reconhecido valor patrimonial, de modo a que, pela sua dinamização, readquiram o valor simbólico de representação e se tornem instrumentos indispensáveis para o

desenvolvimento das regiões, sendo que, no conjunto das tipologias passíveis de acção, constam os sítios arqueológicos, (www.qca.pt).

A conjugação da Intervenção Operacional Nacional com os Programas Operacionais Regionais, resultou numa estratégia com finalidades sectoriais e territoriais, realçando-se o aspecto regional, visando a participação territorializada na gestão e acompanhamento dos projectos.

No que se refere aos sítios arqueológicos, de referir que os mesmos foram encarados, ao ponto de constituírem símbolos de identidade local, municipal e regional, constituindo pólos de referência, transformando-se em pontos geradores de áreas de salvaguarda nos meios urbanos ou pólos de dinamização da paisagem, participando na regulação da paisagem cultural e humanizada, caso se situem isolados.

Os objectivos estruturados na estratégia de actuação, baseiam-se na consolidação, recuperação, restauro e reabilitação dos sítios, a respectiva valorização e revitalização através da fruição do público e a articulação entre o valor patrimonial e as populações locais, (DIAS, 2003, 69).

Com base na mencionada estratégia, entre 2000 e 2006, surgiram acções significativas de valorização e recuperação dos sítios arqueológicos, nomeadamente nos que estavam sob a responsabilidade do IPPAR, das autarquias e das entidades privadas sem fins lucrativos, visando-se, também, acções de divulgação e animação do património, com vista à fruição do público e à realização de actividades culturais e turísticas fomentadoras de emprego.

A medida 3.9 assentou na valorização e animação do património, encarando-o como importante factor de criação de riqueza e de emprego, em resultado do impacto que tem em várias actividades económicas. No que se refere ao caso dos castelos e dos sítios arqueológicos, para além de configurarem símbolos de identidade regional, municipal e local, participam activamente na caracterização dos meios urbanos, constituindo pólos de referência para esses aglomerados, podendo assumir um papel regularizador e gerador de acções na área da salvaguarda do tecido urbano. Caso se encontrem isolados, passam a funcionar como pólos de dinamização da paisagem, bem como pontos de referência no que se refere à organização espacial e à regulação da paisagem cultural e humanizada.

Deste modo, pretendeu-se que os sítios arqueológicos se tornassem capacitados para dinamizar a interacção cultural, educativa e social, a que se acrescenta a dimensão turística, como parte constituinte da gestão dos recursos culturais.

Assim, a estratégia subjacente às actuações previstas nesta medida, assentaram na consolidação, recuperação, restauro e reabilitação, bem como na valorização com vista à fruição do público e na reconciliação das populações locais, em relação aos testemunhos monumentais do passado.

A medida 3.9 abarca uma série de actuações, encaradas como fundamentais, com vista à reabilitação e valorização dos elementos de memória e da formação da identidade cultural, traduzindo-se na melhoria das condições de conservação e de fruição de castelos, sítios arqueológicos e, mais excepcionalmente, de imóveis classificados como património histórico, podendo incluir as obras de intervenção nas estruturas antigas, a construção ou adaptação de equipamentos complementares de apoio aos visitantes, as infra-estruturas envolventes e os arranjos exteriores. Foram realizadas acções de valorização e recuperação dos castelos e sítios de maior valia, em termos de património cultural, nomeadamente os que estavam sob a responsabilidade do IPPAR

e das Autarquias. As intervenções não se limitaram a obras de construção civil, dado que envolveram conhecimentos e técnicas de recuperação especializados que garantissem a concordância com os valores a preservar. Em articulação com as referidas intervenções, foram associadas acções de divulgação do património e de animação dos espaços de maior interesse histórico.

Os objectivos definidos no referido Programa Operacional articularam-se com o grande objectivo nacional, inscrito no Plano de Desenvolvimento Regional, apresentado por Portugal à Comissão Europeia, o qual serviu de base à elaboração do QCA III), de "reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego (...) através de um conjunto de acções destinadas a reabilitar e valorizar turisticamente os imóveis e locais que constituem as peças fundamentais do património histórico e cultural do nosso País, complementadas pela criação e dinamização de circuitos turísticos". (www.qca.pt)

1.6 | Os Casos de Estudo | A abordagem aos casos de estudo, na presente dissertação, teve por base o interesse nos processos de gestão, bem como dos projectos de arquitectura recente, implementados nos sítios arqueológicos, perante os quais se levantaram algumas questões, relacionadas com a contextualização, os objectivos gerais inerentes, mas principalmente as relacionadas com a componente arquitectónica, como consequência da interpretação do lugar, e "gestos" adoptados perante o sítio e respectivas ruínas.

Definidos os balizamentos temporais e espaciais, a abordagem aos sítios arqueológicos foi desenvolvida mediante conhecimento de parte dos casos de interesse, complementado pela já mencionada listagem dos sítios intervencionados, a partir de 1995, desenvolvida por Fernando Real, onde se registou uma colaboração estreita entre Arqueólogos e Arquitectos para o desenvolvimento de projectos de arquitectura, com vista à valorização e preparação para a visita pública, cuja inventariação foi desenvolvida com base num levantamento em todos os concelhos do país.

A solicitação da mencionada lista surgiu na sequência da ausência de um documento que inventariasse os potenciais casos de estudo a nível nacional, existindo apenas as publicações referentes ao Programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, incluindo parte das intervenções a nível nacional.

Perante a diversidade dos potenciais casos de estudo, ficou claro que o tema da "Arquitectura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos" poderia ser tratado sob o ponto de vista de várias temáticas, dada a pluralidade das acções implementadas, a partir das quais se catalogou por sub-temas, conforme as situações:

1 | Intervenções pontuais em sítios arqueológicos detentores de estruturas facilitadoras de visita (sinalética, percursos, iluminação, etc.) – (*Villa* de Zimbro II, em Vila Nova de Foz Côa (Freixo de Numão); Ruínas do Quintal do Museu da Casa Grande, em Vila Nova de Foz Côa (Freixo de Numão); *Villa* Romana o Prazo, necrópole medieval e templo Paleocristão, em Vila Nova de Foz Côa (Freixo de Numão); Povoado pré-histórico de Leceia, em Oeiras; Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja e Povoado de St^{a} Vitória, em Campo Maior, por exemplo);

2 | Intervenções em sítios arqueológicos com estruturas facilitadoras de visita, incluindo edifícios de apoio construídos de raiz ou através da reabilitação de pré-existências, no interior da área arqueológica (centro de acolhimento e interpretação, museu de sítio, casa de apoio, etc.), em funcionamento, mesmo que temporariamente encerrados – (casos de estudo);

3 | Intervenções em sítios arqueológicos com estruturas facilitadoras de visita, incluindo edifícios de apoio construídos de raiz ou através da reabilitação de pré-existências, fora da área arqueológica (centro de acolhimento e interpretação, museu de sítio, casa de apoio, etc.) – (Roteiro Pré-histórico e Roteiro Romano/Medieval, em Fornos de Algodres; Circuito Arqueológico de Mação e Conjunto Arqueológico do Escoural, em Montemor-o-Novo, por exemplo);

4 | Intervenções em sítios arqueológicos com estruturas facilitadoras de visita, incluindo edifícios de acolhimento pré-fabricados, no interior da área arqueológica – (Sítio Pré-histórico de Vale do Lapedo, em Leiria, e *Villa* de Pisões, em Beja, por exemplo);

5 | Intervenções nos sítios arqueológicos, em meio urbano, marcando presença na evolução dos edifícios associados – (Casa do Infante no Porto, Arqueosítio da rua de D. Hugo, nº5, no Porto;

Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa; Teatro Romano e Museu, no Pátio do Aljube, em Lisboa; Fabrica de salga romana, em Setúbal; Núcleo romano do Museu Regional de Beja; o *Forum de Pax Júlia*, em Beja; o Núcleo romano, em Mértola; as Termas Romanas e Casa romana, incluindo a Muralha e casa com estuque pintado (sec.II), ambos em Évora, por exemplo);
6 | Edifícios de apoio anteriores a 1995, com intervenções contemporâneas – (Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, em Sintra, renovado, em 2001, e Conímbriga, em Condeixa-a-Velha, com o Posto de Turismo, entendido como um complemento ao existente, projectado desde 1997, por exemplo);
7 | Intervenções nos sítios arqueológicos integrados em aldeias históricas, marcando presença num leque de acções conjuntas para a dinamização das mesmas – (*Civitas de Egitânia*, em Idanha-a-Nova, por exemplo):
8 | Intervenções urbanísticas integrando os sítios arqueológicos – (Calçada romana na Covilhã e Templo romano em Évora, por exemplo).

O reconhecimento da importância do património arqueológico e a respectiva necessidade de estudo e preservação aplica-se cada vez mais às sociedades contemporâneas, sendo que existem alguns sítios arqueológicos detentores de edifícios que, aquando do desenvolvimento do presente estudo, ainda não entraram em funcionamento (Geira em Terras de Bouro e Anfiteatro Romano, na Bobadela, por exemplo), outros cujos projectos ainda estavam em obra ou em fase de conclusão (Castro de Palheiros, em Murça; Geira, em Terras de Bouro; Grutas da Alapraia (3º Milénio a.C.), na Quinta de Almaraz, em Almada, por exemplo), bem como os que detinham projectos a aguardar financiamento (Termas romanas de S. Pedro do Sul e Castro do Zambujal, em Torres Vedras, por exemplo), e por fim os que constituíam alvo de projecto em curso (Tróia – Ruínas romanas, em Grândola; Muralha da cidade e estruturas romanas e medievais, em Tavira, por exemplo).

Dada a impossibilidade de abordar todos os casos patentes na mencionada listagem, por motivos de vária ordem, nomeadamente no que se refere à dispersão temática e às diferentes questões associadas, o presente estudo direccionou-se para a abordagem das intervenções em sítios arqueológicos, detentores de estruturas facilitadoras de visita, incluindo edifícios de apoio construídos de raiz ou reabilitados, no interior da área arqueológica (centro de acolhimento e interpretação, museu de sítio, casa de apoio, etc.), em funcionamento, mesmo que temporariamente encerrados (grupo 2), sendo que, em suma, se refere os critérios adoptados que levaram à selecção de 18 casos de estudo, perfazendo um total 30 projectos de arquitectura:
1 | Intervenções com projectos de arquitectura desenvolvidos a partir de 1995 (posteriores ao caso das Gravuras do Vale do Côa);
2 | Território Nacional continental como limite espacial;
3 | Sítios arqueológicos classificados ou em vias de classificação com integração de novos edifícios de apoio, fruto de projectos de arquitectura de raiz ou de reabilitação, dentro dos limites da área arqueológica;
4 | Os casos de estudo incluem edifícios contemporâneos concluídos e em funcionamento, mesmo que temporariamente encerrados, abordando-se, excepcionalmente, alguns projectos, cujos edifícios

ainda não entraram em funcionamento ou não se concretizaram, por pertencerem a sítios com outras intervenções finalizadas e em funcionamento, com vista a uma leitura global do sítio (Estação Arqueológica do Freixo).

5 | Cronologia do monumento entre o paleolítico e o período romano.

6 | Ruína revelada através da investigação arqueológica.

No leque dos casos abordados, de referir que os mesmos passam a ser designados segundo a denominação que lhes é atribuída actualmente pelas entidades que os tutelam, coincidindo ou não com a designação que lhes foi conferida em Diário da República, a qual se encontra na folha de rosto referente a cada caso.

Tal questão prende-se com a heterogeneidade das denominações, face a bens patrimoniais muito semelhantes em termos de tipologia, programa e cronograma, mas com designações distintas.

1.7 | Os objectivos da investigação | Os objectivos subjacentes à temática da "Arquitectura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos", consistem em:

1 | Definir o enquadramento e fundamentos gerais das intervenções nos sítios arqueológicos, sob a forma de edifícios de apoio;

2 | Descrever os processos de gestão dos sítios arqueológicos intervencionados com edifícios de apoio, no âmbito da arquitectura contemporânea;

3 | Descrever o panorama da "Arquitectura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos", através da recolha, tratamento, elaboração e estudo de material escrito, fotográfico e gráfico diverso, incluindo peças escritas e desenhos dos projectos de arquitectura;

4 | Caracterizar a "Arquitectura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos", estabelecendo uma leitura comparativa dos objectos de estudo, através da definição de pontos de análise comuns;

5 | Interpretar sobre a globalidade das intervenções ao nível da arquitectura contemporânea;

6 | Contribuir para o conhecimento no âmbito da "Arquitectura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos em Portugal".

2. METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO

2.1 | As Fontes | Para o desenvolvimento do presente estudo, e definida a relação dos casos a abordar, a metodologia de investigação passou, antes de mais, pelo presenciamento, nos sítios arqueológicos, como visitante, sempre que possível, acompanhada pelos respectivos responsáveis. Caso contrário, o contacto com os mesmos fazer-se-ia posteriormente à visita, via telefone ou presencialmente, de modo a absorver o máximo de informação sobre os sítios, relativamente ao histórico do processo de gestão, bem como aos objectivos gerais definidos, e às estratégias adoptadas para a configuração dos lugares, com vista à apreensão do projecto de arquitectura. O contacto com os responsáveis pelos sítios arqueológicos, apesar de elucidativo, apresentou-se, na generalidade dos casos, algo informal, e por vezes indefinido, pelo que surgiu, desde logo, a necessidade de consultar documentos elucidativos de todo o processo evolutivo. Nesse sentido, para a generalidade dos casos de estudo do Norte, muito contribuíram os processos de candidatura ao Programa Operacional da Região Norte, Eixo Prioritário III, Medida 3.9 – Cultura, os quais, na sua generalidade, continham a informação precisa sobre o processo de gestão implementado nos sítios.

Para a consulta dos referidos processos de candidatura foi necessária a deslocação à Direcção Regional da Cultura do Norte, Câmaras Municipais e a uma entidade privada (Sociedade Martins Sarmento).

Para a apreensão do processo de gestão, inerente aos sítios arqueológicos abrangidos pelo Programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, foi necessária a deslocação às Direcções Regionais da Cultura do Alentejo e Algarve, a partir das quais se teve acesso aos documentos relacionados com a evolução dos sítios arqueológicos, traduzidos em ofícios e relatórios diversos.

Relativamente à apreensão do processo de gestão da cidade romana de Ammaia, sob a responsabilidade da Fundação Cidade de Ammaia, e da *villa* romana do Rabaçal, sob a tutela da Câmara Municipal de Penela, de referir a importância de artigos publicados relativos aos parâmetros a apreender, para além do contacto estabelecido com os responsáveis pelo sítio.

Todo o processo de pesquisa, relativo à caracterização da gestão dos lugares em estudo, foi marcado por diversos entraves, salvo raras excepções, dada a burocracia inerente a qualquer pedido, a respectiva morosidade, bem como uma certa desorganização no arquivamento dos processos solicitados, levando, em alguns casos, à impossibilidade de consulta, talvez derivado às transformações a decorrer, presentemente, nos serviços do Ministério da Cultura, as quais se traduzem na extinção do IPPAR e IPA, criando-se um novo organismo (IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico).

Perante a solicitação de consulta de processos supostamente arquivados e considerados de carácter público, verificou-se uma completa diversidade de reacções, por parte das diferentes entidades abordadas, as quais manifestaram diferentes níveis de disponibilidade, que se caracterizavam desde o fornecimento dos elementos em formato digital, até à evocação da Lei nº 46/2007 de 24 de Agosto, a qual define, no ponto 3 do artigo 6º, que o acesso aos documentos administrativos preparatórios de uma decisão ou constantes de processos não concluídos, pode ser diferido até à tomada de decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração.

O referido impedimento surgiu na sequência de processos arquivados cedidos para consulta e suposta reprodução, inesperadamente vedada, pelo que, após grande persistência e contestação, se acabou por viabilizar nova consulta dos dossiers em causa, mas com vigilância...

No que se refere à recolha de elementos para abordagem aos projectos de arquitectura, inerentes aos sítios arqueológicos, após presenciamento no local e consulta dos referidos projectos, junto das entidades responsáveis, a metodologia do presente estudo, passou pelo contacto telefónico e via e-mail, com os autores do projecto que, na sua generalidade, se disponibilizaram para o fornecimento dos elementos solicitados, pese embora algumas situações que, pela longevidade dos projectos e falhas no arquivamento, impediram o acesso aos dados requeridos, verificando-se, também, um caso pontual de ausência de resposta, face às solicitações, mesmo após alguma insistência.

Tratando-se de uma dissertação traduzida, em grande parte, no levantamento de casos, uma significativa parte das fontes traduzem-se em processos de candidatura a programas operacionais, relatórios, ofícios e publicações elucidativas sobre a caracterização do processo de gestão dos sítios arqueológicos, sendo que para o entendimento dos respectivos projectos de arquitectura, as fontes consistiram em peças desenhadas e escritas fornecidas, bem como eventuais publicações sobre alguns casos em particular.

No entanto, de referir o contributo de obras de carácter geral sobre o património, a par da recolha de fontes sobre os casos de estudo, consultadas na Biblioteca Pública Municipal do Porto, na Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, na Biblioteca da Casa de Ramalde e Internet.

Ao longo da redacção, sempre que o conteúdo se baseia em elementos de referência, os mesmos passam a constar, sempre que possível, ao longo dos textos, entre parêntesis (autor, data, localização).

Dado que grande parte das referências consistem em componentes de dossiers arquivados, compostos por ofícios e relatórios, bem como de memórias descritivas, alguns dos quais sem paginação, nem datação, de salvaguardar a ausência de referência a tais dados em grande parte das citações.

Quanto à organização da especificação das referências, de mencionar que as mesmas serão apresentadas por ordem alfabética, com vista a uma articulação mais imediata com as referências indicadas ao longo dos textos.

As referências específicas a cada caso de estudo serão mencionadas no final de cada abordagem, com referência ao autor e data, as quais passam a constar na listagem das referências.

2.2 | Apresentação | Como já se referenciou, o presente estudo focaliza-se no levantamento de casos de estudo, cujos condicionalismos se descriminam no 1.6 do 1.Tema, sendo que se pretende criar uma estrutura comum de apresentação, de modo a serem abordados segundo os mesmos princípios, com vista a uma análise genérica, baseada nas mesmas temáticas.

Assim, os casos de estudo serão apresentados através de uma **descrição geral**, segundo os dados históricos e arqueológicos, com o intuito de se expor o mote para o desenvolvimento do sítio arqueológico. Depois, pretende-se percepcionar o **histórico** do sítio arqueológico, se possível a partir da respectiva descoberta, a título de enquadramento para as acções contemporâneas. Já no âmbito das intervenções mais recentes, objecto da presente dissertação, surge a definição dos **objectivos gerais** definidos, bem como da **concepção do sítio, como estratégia de gestão**, sendo que, neste último ponto, se pretende definir as medidas adoptadas para a concretização dos objectivos, as quais, posteriormente, se traduzirão na configuração do sítio arqueológico. A abordagem aos **projectos de arquitectura** inerentes aos sítios arqueológicos, faz-se através da identificação do projecto e respectivo autor, cuja descrição se processa segundo memórias descritivas fornecidas pelos técnicos intervenientes, às quais acresce informação complementar proveniente de publicações, caso se tenha conhecimento das mesmas. As peças desenhadas (planta de implantação, planta de arquitectura, cortes e alçados) constituem elementos fundamentais para a caracterização da arquitectura contemporânea nos sítios arqueológicos, pelo que, tais elementos foram, de igual modo, sempre que possível e na sua generalidade, disponibilizados pelos respectivos autores. Mais se refere que, na sua maioria, os elementos gráficos foram cedidos em formato digital dwg e pdf, os quais foram manipulados pela signatária, com vista a uma uniformização gráfica, sem, contudo, retirar o sentido do projecto. Nos casos em que os desenhos foram disponibilizados em formato jpg, não foi possível a aplicação de algumas acções de uniformização. As fotografias constituem um importante instrumento para a caracterização dos sítios e das respectivas arquitecturas, cuja fonte se especifica, nos casos em que não são da autoria da signatária.

Assim, a apresentação dos casos de estudo estrutura-se sob a forma de quatro pontos principais:

1 | Apresentação genérica com base na representação gráfica da localização do sítio arqueológico, a nível nacional, complementando as coordenadas e a imagem de vista aérea, configurando o contexto do caso de estudo. Associada à localização do sítio arqueológico, apresenta-se um conjunto de imagens referentes à ruína, complementadas por uma síntese descritiva sobre a designação do sítio arqueológico, a protecção legal, a localização a nível nacional, o endereço, a tutela e o responsável pelo sítio.

2 | Texto desenvolvido ao longo de cinco tópicos principais, sendo eles a **descrição** do sítio, o respectivo **histórico**, os **objectivos gerais** implementados e a **concepção do sítio como estratégia de gestão**, bem como o **projecto** desenvolvido para o local.

3 | Representação gráfica do projecto, sempre que possível, com planta de localização ou implantação, plantas de arquitectura, cortes e alçados.

4 | Imagens relativas ao projecto de arquitectura.

5 | Descrição das referências específicas a cada caso de estudo, bem como a indicação sobre a origem da documentação gráfica e fotográfica.

Os casos de estudo apresentam-se segundo as datas de projecto, tendo início nos projectos mais antigos, pelo que, nos sítios onde se procedeu a mais do que uma intervenção, existindo eventualmente intervenções ainda não executadas, a respectiva inserção na ordem de apresentação, é feita segundo a datação do primeiro projecto de arquitectura, analisado pelo presente estudo.

2.3 | Metodologia e Estrutura | O estudo em causa, estrutura-se sob a forma de sete pontos fundamentais ao seu desenvolvimento, pelo que, no primeiro ponto, designado por "**Tema**", procura-se estabelecer as bases para a posterior reflexão, definindo-se o conceito de património arqueológico e respectivo enquadramento legal; a natureza do objecto de estudo, conferindo ao caso das Gravuras do Vale do Côa, o limite temporal, e ao território nacional o balizamento espacial na investigação; a clarificação do conceito de sítio arqueológico e o respectivo enquadramento das intervenções no contexto português, relevando a importância das filosofias subjacentes aos programas de apoio; a definição dos casos de estudo, com base na especificação dos critérios de selecção dos mesmos, bem como os objectivos da presente investigação.

O segundo ponto, "**Metodologias e Apresentação**", procura definir a origem das principais fontes que estiveram na base da presente dissertação, bem como o esquema de apresentação que a estrutura.

Os "**Casos de Estudo**" constituem o terceiro ponto da presente explanação, considerado o crucial de toda a investigação, pois traduz-se na inventariação dos casos de estudo, com a respectiva descrição, tendo em vista uma análise do conjunto, de modo a concluir-se sobre o panorama da "Arquitectura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos em Portugal".

Assim, o ponto quatro trata "**A Transformação do Lugar**", com o qual se definem pontos de análise comuns a todos os casos, com vista a uma interpretação dos diferentes tipos de intervenção, mediante a definição de alguns conceitos, tendo em conta o resultado final das acções implementadas, como processos multidisciplinares, envolvendo a concepção de gestão e a concepção arquitectónica.

Com as "**Considerações Finais**" procura-se, em jeito conclusivo, compreender os processos de actuação, não se legitimando ou defendendo nenhum dos resultados, mas sim, interpretando processos, à partida tão independentes entre si, mas com inúmeras afinidades.

A especificação das "**Referências**" ocupa o ponto sexto, ao que se segue o **Anexo I** do ponto 7, relacionado com a selecção dos casos de estudo.

Com a presente estrutura pretende-se a criação de várias fases de apresentação do objecto, conforme os conteúdos da investigação.
Embora com a plena consciência que o tempo da presente investigação não foi certamente suficiente para a apreensão da vasta dimensão das intervenções contemporâneas nos sítios arqueológicos, pretende-se, contudo, que a reunião dos elementos integrantes da mesma se apresentem úteis para um melhor entendimento da arquitectura contemporânea nos sítios arqueológicos, como base para outros estudos e eventuais intervenções futuras.

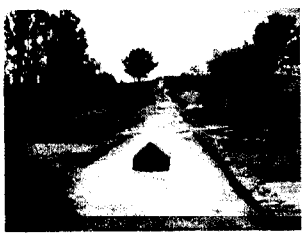
3. CASOS DE ESTUDO

1. Castro de Monte Mozinho





41°08'44.02"N 8°18'41.34"W **1|**Vista aérea



2|Via de acesso ao povoado



3|Espaço central do povoado



4|Espaço central do povoado



5|Área circundante ao espaço central

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Castro de Monte Mozinho ou Cidade Morta de Penafiel

Protecção Legal | Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 37077, de 29 de Setembro de 1948)

Localização | Freguesia de Oldrões, Concelho de Penafiel, Distrito do Porto

Endereço | Castro de Monte Mozinho, Lugar de Vilar, 4560-122 Galegos

Tutela | Câmara Municipal de Penafiel

Responsável | Teresa Pires de Carvalho, Arqueóloga

Descrição | No que se refere à história de ocupação do local, de referir que o mesmo terá sido escolhido pelas fortes valências naturais, as quais proporcionavam uma ampla actividade agrícola e pastorícia, bem como pela existência de minas de ouro em terras vizinhas.

Monte Mozinho constitui um cabeço com, aproximadamente, 408m de altitude, dominando o Vale da Ribeira da Camba, por onde passaria a estrada romana de acesso ao Sul.

Dada a franca altitude, obtinha-se um amplo domínio visual, sendo deste modo, possível a comunicação com outros povoados situados a altitudes semelhantes, tal como Sanfins e Alvarelhos.

O povoado castrejo, ocupando uma área de cerca de 20 hectares, era composto por três linhas de muralhas, sendo de aproximadamente 2km a muralha de maior extensão, localizada no sopé do monte, ao passo que a segunda envolvia a coroa do monte, incluindo um conjunto densamente edificado e, finalmente, a terceira muralha situava-se na acrópole do monte, configurando um espaço de planta elíptica, ao qual se associava uma utilização colectiva.

Na muralha do meio, encontra-se uma porta de entrada que seria ladeada por dois guerreiros galaicos, estátuas de pedra que representavam figuras com escudo e armas.

Monte Mozinho expressa várias épocas de ocupação, tendo o seu povoado origem no período castrejo, até meados do séc.I, caracterizado por edifícios de planta circular, alguns detentores de vestíbulos, sendo que a ocupação do espaço se desenvolveu densamente, desde o topo do monte até à muralha delineada no sopé do mesmo.

Dos hábitos de vida castrejos passa-se a uma nova fase, implementada entre os reinados dos imperadores Cláudio e Nero, marcando um novo traçado urbanístico do povoado, através da inclusão de novos quarteirões que se sobrepuseram aos precedentes, bem como novos arruamentos que transformaram as acessibilidades do povoado, sendo que a cultura castreja e a romana coexistiram em Monte Mozinho, assim como em muitos outros pontos do Império Romano, onde se introduziu uma nova filosofia urbana e vivencial, a partir das ocupações castrejas.

Do séc.III ao séc.V, data do abandono do povoado, verifica-se uma ocupação do período baixo-imperial, com uma vasta ocupação de todo o povoado, deixando marcas, nomeadamente no que se refere a sepulturas de inumação, marcas de ocupação no interior das muralhas e casas isoladas, fora das muralhas, e um forno cerâmico.

Só no período de Baixa Idade Média, Monte Mozinho voltou a ser reocupado, dada a existência de cerâmicas, moedas do séc.XV e de dois troços de muros que se julga pertencerem a uma Orada que se sacralizou no alto do monte, (CARVALHO, 2005, 109-110).

Histórico | Em 1930 Abílio Miranda organizou dados dispersos, sendo que as primeiras escavações se devem a Elísio Ferreira de Sousa (1943-1954), às quais se seguem as intervenções de Russel Cortez, em 1947.

Em 1948 foi criada uma Zona Especial de Protecção, fundamentada pela classificação de Monte Mozinho como Imóvel de Interesse Público, estando consignada no PDM.

As escavações em Monte Mozinho tiveram maior relevância desde 1974, com a direcção de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1974-1979), cujo trabalho foi continuado por Teresa Soeiro (1982-1999).

As últimas intervenções arqueológicas, iniciadas em 2000, sob a direcção de Teresa Pires de Carvalho, fecham um ciclo de investigação sobre a monumentalidade de Monte Mozinho, (CARVALHO, 2005, 108-109).

Desde 1976 que o sítio arqueológico em causa foi sendo moldado, dada a abertura de um acesso asfaltado, pretendendo-se a implementação de uma casa-abrigo, de apoio às escavações, e uma outra para a fixação de um guarda, no sentido de se valorizar o sítio, protegê-lo contra o vandalismo e potenciar a investigação do mesmo, sendo que tal pretensão passou a formalizar-se na segunda metade da década de oitenta, através de uma verba municipal. O arquitecto Alberto Neves desenvolveu em 1987/88 uma primeira proposta projectual para a instalação de edifícios de apoio ao Castro de Monte Mozinho, sob encomenda por parte da Câmara Municipal de Penafiel, cujo programa, previsto pela gestão do sítio, coordenada por Teresa Soeiro, previa a Casa do Guarda; um parque de merendas e pequeno bar; uma recepção e local para distribuição de informação; uma sala com capacidade para grupos escolares, com valências audiovisuais, bem como uma pequena mostra e um espaço interpretativo; uma casa-abrigo para arqueólogos, estudantes ou para fins compatíveis; um local de estudo e para armazenamento de espólio.

Após o desenvolvimento do primeiro estudo, em 1989, surgiu uma nova situação marcada pelos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte, cujo responsável propôs serem os próprios serviços a desenvolver o projecto dirigido a Monte Mozinho, sendo necessário, para tal, a assinatura de um protocolo onde se estabelecem as obrigações e direitos das partes, o qual viria a ser assinado apenas em Agosto de 1995, havendo uma pequena alteração programática, prevendo-se um parque de piqueniques com os seus apoios (fontes, bancos e mesas); um salão de apresentação da estação com apoio de meios áudio-visuais; um pequeno bar; um edifício de sanitários; uma casa de guarda; uma camarata de apoio, um armazém e anexos agrícolas, (SOEIRO, 1998, 285-289).

Por impedimento do arquitecto Fernando Maia Pinto, o projecto passou a ser desenvolvido pelo arquitecto Virgínio Moutinho, no sentido de o adaptar a uma nova realidade, o qual acompanhou os trabalhos iniciais em 1998, (CARVALHO, 2005, 113).

A Câmara Municipal de Penafiel, no sentido de zelar e valorizar o sítio arqueológico de Monte Mozinho formulou a sua candidatura ao PRONORTE, Sub Programa C, resultando o Projecto *Parque Arqueológico de Monte Mozinho, Valorização e Dinamização Cultural*, o qual viria a ser aprovado a 9 de Julho de 1997, resultando na criação de um conjunto de acções valorativas do castro, quer no que se refere à manutenção das estruturas, quer relativamente à definição de novos percursos de visita, quer ainda na definição de um espaço aberto que poderia ser usufruído pelos visitantes como parque. A estas actuações, juntaram-se acções de divulgação do sítio, encontros científicos e publicações, (SOEIRO, 1998, 291).

Por realizar ficou o projecto desenvolvido para o local, contemplando as construções que complementavam o sítio arqueológico, o arranjo das zonas envolventes e a requalificação do parque de merendas.

Com o projecto *Mozinho – Sítio Arqueológico (Parque)*, a Câmara Municipal de Penafiel apresenta candidatura ao Programa Operacional da Região Norte – III Quadro Comunitário de Apoio, Medida 3.9 – Cultura, em 25 de Outubro de 2000, tendo sido homologado em 10 de Fevereiro de 2001, tendo sido o projecto coordenado pela arqueóloga Teresa Pires de Carvalho, (CARVALHO, 2005, 107-115).

Objectivos Gerais | Os objectivos subjacentes ao conjunto arqueológico de Monte Mozinho basearam-se na interacção com a comunidade, bem como na informação constantemente actualizada. A definição de um programa e projecto, a integrar Monte Mozinho, visou um funcionamento regular dos serviços de apoio aos visitantes, tendo-se pretendido assegurar, também, outras valências a nível social, económico e cultural, cujo resultado final se traduziria em preservar o monumento, em garantir a continuidade da investigação científica, em proporcionar outras e novas formas de utilização e conhecimento, por parte de comunidade, e em enquadrar o património monumental numa estrutura de gestão actuante e permanente.

O público escolar constituiu o alvo de visitas, as quais poderiam funcionar como complemento escolar, sob a forma de visitas guiadas, de ateliers de trabalho relacionados com o castro e o património concelhio, ou, finalmente, de formação dirigida a professores e profissionais da cultura, sendo desejável que o sítio fosse alvo de visitas do público em geral, (CARVALHO, 2005, 112).

Por trás das medidas adoptadas na valorização do castro de Monte Mozinho, de mencionar que os objectivos gerais por parte da gestão do sítio basearam-se na pretensão de converter o lugar num "Centro de Descobrimento de Arqueologia" associado a um conjunto monumental acessível, a um centro interpretativo do sítio e a uma propaganda dirigida ao público escolar, no sentido de se investir no valor a atribuir ao Património Histórico, junto das gerações mais novas, (CARVALHO, 2000, s.p.).

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | Ao nível do edificado, foram previstos dois núcleos distintos, sendo um de carácter rural, numa procura de integração na paisagem, localizado a Nordeste do parque de merendas, composto por uma casa-abrigo para arqueólogos e investigadores (com quatro quartos com casas de banho privativas, sala comum e pequena cozinha), bem como armazém, anexos agrícolas e, finalmente, uma casa com dois quartos destinada ao guarda da estação. Um outro núcleo pretendeu-se assumido na paisagem envolvente, como um elemento de modernidade, localizado no início da encosta do monte, perto da muralha de Augusto, dirigido para a recepção dos visitantes, dotado de uma sala de multimédia e um pequeno bar com zona de estar.

Com vista à interpretação de Monte Mozinho, foi planeado um esquema de visita, associando três dinâmicas a integrar o sítio, as quais se traduzem numa exposição dirigida aos visitantes (com vídeo, maqueta, exposição de peças e venda de réplicas na loja), na visita guiada ao sítio (auxiliada pelos técnicos) e nas oficinas pedagógicas (com acções de formação a professores, ateliers de arqueologia prática, de restauro de peças, propostas de programas alternativos para diferentes idades, programas de informação, formação e educação ambientais).

No sentido de se concretizar a afirmação do sítio arqueológico, mediante os objectivos descritos, foi feita uma candidatura ao Programa Operacional da Cultura da Região Norte, a qual se traduzia na concretização de um conjunto de edifícios, segundo um projecto elaborado, em 1989, pelo arquitecto Fernando Maia Pinto, concluído em 1995, por circunstâncias várias.

A existência de quatro esculturas (a "Deusa", na entrada do recinto, do escultor inglês Colin Figue; o "Pórtico" que marca o percurso de acesso para o castro, do escultor alemão Volker Schnuttgen; "um olhar sobre um olhar", localizada junto ao segundo pólo de edifícios, do escultor português Paulo Neves; a "Acrópole", no centro do prado do parque de merendas, do escultor português João Antero), compostas por materiais pétreos, com símbolos alusivos ao espólio que surgiu dos trabalhos

arqueológicos, é fruto de um projecto independente da candidatura ao III Quadro Comunitário de Apoio, associado a um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Penafiel e a Cooperativa Árvore.

Com a candidatura ao INTERREG III A – *La ruta de los Castros e Verracos en la Frontera Hispano-Lusa: Arqueoturismo en Ávila, Salamanca y Norte de Portugal*, a gestão do sítio arqueológico de Monte Mozinho pretendeu o tratamento dos espaços nas zonas escavadas, bem como de toda a envolvente, sob a forma de percursos, sinalética, divulgação, comunicação e requalificação vegetal, no sentido de garantir que o castro adopte as condições mínimas fundamentais para a visita e apreensão do lugar, valorizando-se o sítio e integrando-o na sua envolvente paisagística.

É ainda intenção da gestão de Monte Mozinho a criação de um percurso de manutenção e a definição de pontos de observação de várias espécies ornitológicas que por aqui nidificam, pretendendo-se uma oferta mais diversificada, no sentido de atrair diferentes tipos de visitantes, sendo que, tal dinâmica, carece de acompanhamento de um estudo mais profundo e concertado de reflorestação do monte, com mais e variadas espécies arbóreas, (CARVALHO, 2005, 110-115).

Projecto | Centro de Acolhimento e Interpretação | Casa para Arqueólogos | Casa do Guarda
Autoria do Projecto de Arquitectura | Fernando Maia Pinto e Virgínio Moutinho, Arquitectos
Data do Projecto | 1995
Fase de Projecto | Obra concluída em 2004

O projecto de arquitectura previsto para Monte Mozinho, além de se arrastar durante bastantes anos, foi marcado pela presença de dois arquitectos, tendo sido a primeira abordagem desenvolvida por Fernando Maia Pinto, ao qual se seguiu Virgínio Moutinho.

Segundo Fernando Maia Pinto, o projecto inerente a Monte Mozinho resultou de uma reflexão sobre a relação entre o público e a ruína, tendo em conta a sua chegada, o modo como se elucida sobre o que vai ver, bem como o descanso que o sítio poderia proporcionar.

O arquitecto assumiu a importância, no início do desenvolvimento do projecto, da Serra da Aboboreira, como referência, bem como no que diz respeito à adopção do burro como meio de locomoção, cuja acção poderia ser implementada em Monte Mozinho, sendo que tal componente teve implicação no projecto, com a criação de um edifício para estábulo desses animais.

Com o projecto, pretendia-se fazer a marcação de dois mundos, sendo um deles a ruralidade e o outro, uma aproximação tecnológica à estação arqueológica.

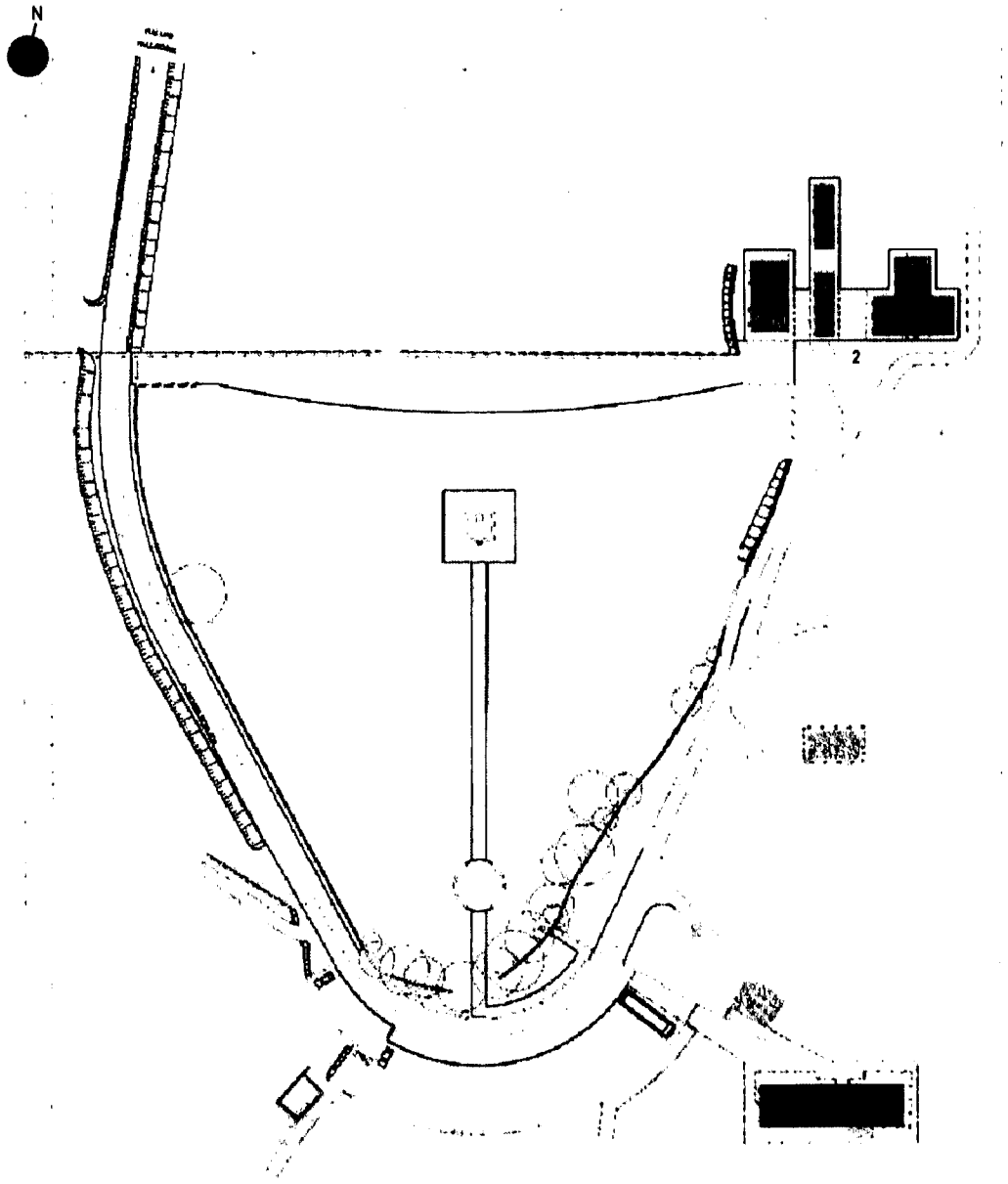
O mundo da ruralidade foi projectado com vista à criação de um estábulo, armazéns de apoio agrícola, casa do guarda e um outro edifício destinado a albergar investigadores associados aos trabalhos arqueológicos.

A casa do guarda foi proposta com cozinha, dois quartos, instalações sanitárias e sala, com a qual se pretendia assegurar um caseiro, que fizesse a manutenção da estação.

Tanto a casa do caseiro como o edifício para albergar investigadores, foram concebidos com um telhado de telha, de quatro águas, sugerindo um tipo de arquitectura tradicional, no sentido de tornar o núcleo *ruralizado*.

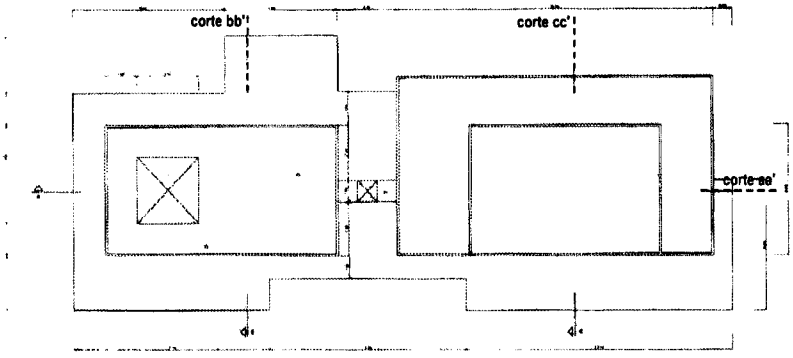
O edifício vocacionado para os visitantes, articulado com o estacionamento automóvel, foi pensado no sentido de conter alguns objectos, réplicas, publicações e mobiliário, bem como equipamentos de apoio à gestão da estação e instalações multimédia, que elucidassem o visitante sobre a estação.
Dada a planura do terreno, a uma cota inferior, em relação às ruínas, atravessado por uma linha de água, o programa de intervenção na estação, contemplou a existência de uma zona de descanso.
O arquitecto Virgínio Moutinho surgiu no desenvolvimento do processo, contratado pelo IPPAR, assumindo a posição de "ajudar a adaptar uma ideia a algumas alterações que foram feitas a uma realidade", procurando agarrar os sinais do lugar, de modo a organizar uma nova realidade, no sentido de conferir continuidade ao passado. Os referidos sinais do lugar materializaram-se na arborização, nos caminhos e nos muros que compõem os campos, sendo que o acesso antigo e vários percursos foram retomados no novo projecto.
Numa "concha" foi definido um eixo central, o qual se assumiu como estruturador da intervenção, com o intuito de definir um ponto de chegada, através de duas áreas de estacionamento, sendo que a zona de recepção ao público confere o início ao percurso de visita, (PINTO E MOUTINHO, 1998, 267-278).

Dada a impossibilidade de consulta do projecto de arquitectura, devido a lacunas no arquivamento do mesmo, os seguintes elementos gráficos são provenientes da mesma publicação de onde se extraíram as descrições do referido projecto, os quais não correspondem ao concretizado em obra.
Ao nível do Centro de Acolhimento e Interpretação, importa referir que o mesmo se implanta perpendicularmente ao representado, no sentido Norte/Sul.
Alterações sucederam, também, ao nível da disposição do programa, dado que do átrio da entrada, constituindo o corpo central do edifício, se tem acesso a dois corpos laterais, um de carácter expositivo associado a um bar, e outro funcionando como espaço onde se visiona um filme introdutório ao sítio arqueológico a visitar, podendo funcionar como sala polivalente de apoio a vários eventos. Um escritório de apoio complementa o programa, ao qual se tem acesso através do atravessamento da referida sala polivalente, bem como pelo exterior. Mais se refere que os lanternins representados nos elementos gráficos do projecto, não se concretizaram.
A Norte do Centro de Acolhimento e Interpretação e no alinhamento do mesmo, existe um outro volume albergando as instalações sanitárias com separação por sexos e para pessoas com mobilidade condicionada, cujo funcionamento se apresenta autónomo, dada a dinâmica associada ao parque de merendas.
Relativamente ao "núcleo da ruralidade", importa referir que, na sequência do presenciamento no local, o edifício destinado a estábulo, não funciona como tal, mas sim de apoio à investigação arqueológica.
Por último, a Casa dos Arqueólogos apresenta alterações ao nível do posicionamento da cozinha, funcionando como Kitchnet.

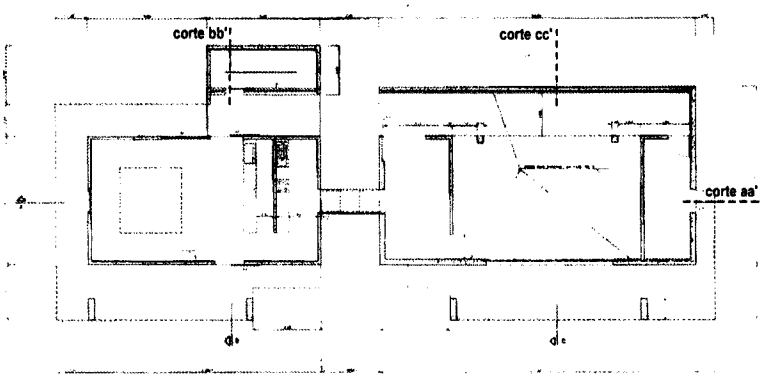


Sem Escala

Planta de Implantação | 1Centro de Acolhimento e Interpretação e Bar 2"Núcleo Rural" 2.1Casa do Guarda 2.2Estábulo e armazém de apoio agrícola 2.3Casa dos Arqueólogos

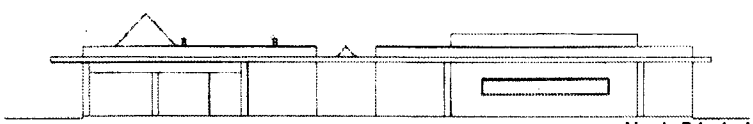


Planta de coberturas

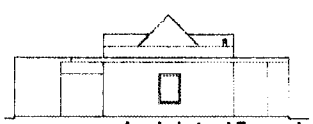


Sem Escala

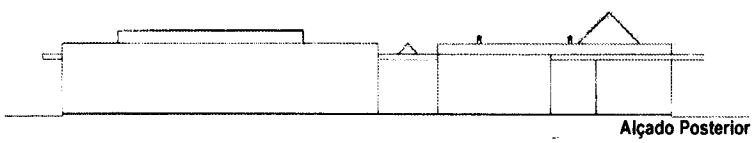
Planta piso 0



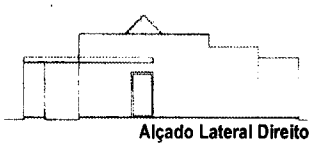
Alçado Principal



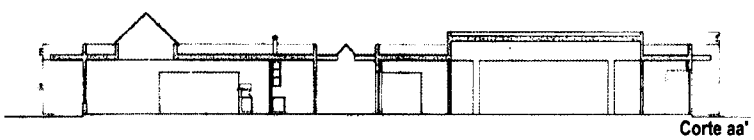
Açado Lateral Esquerdo



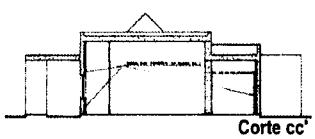
Alçado Posterior



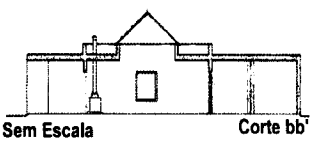
Alçado Lateral Direito



Corte aa'

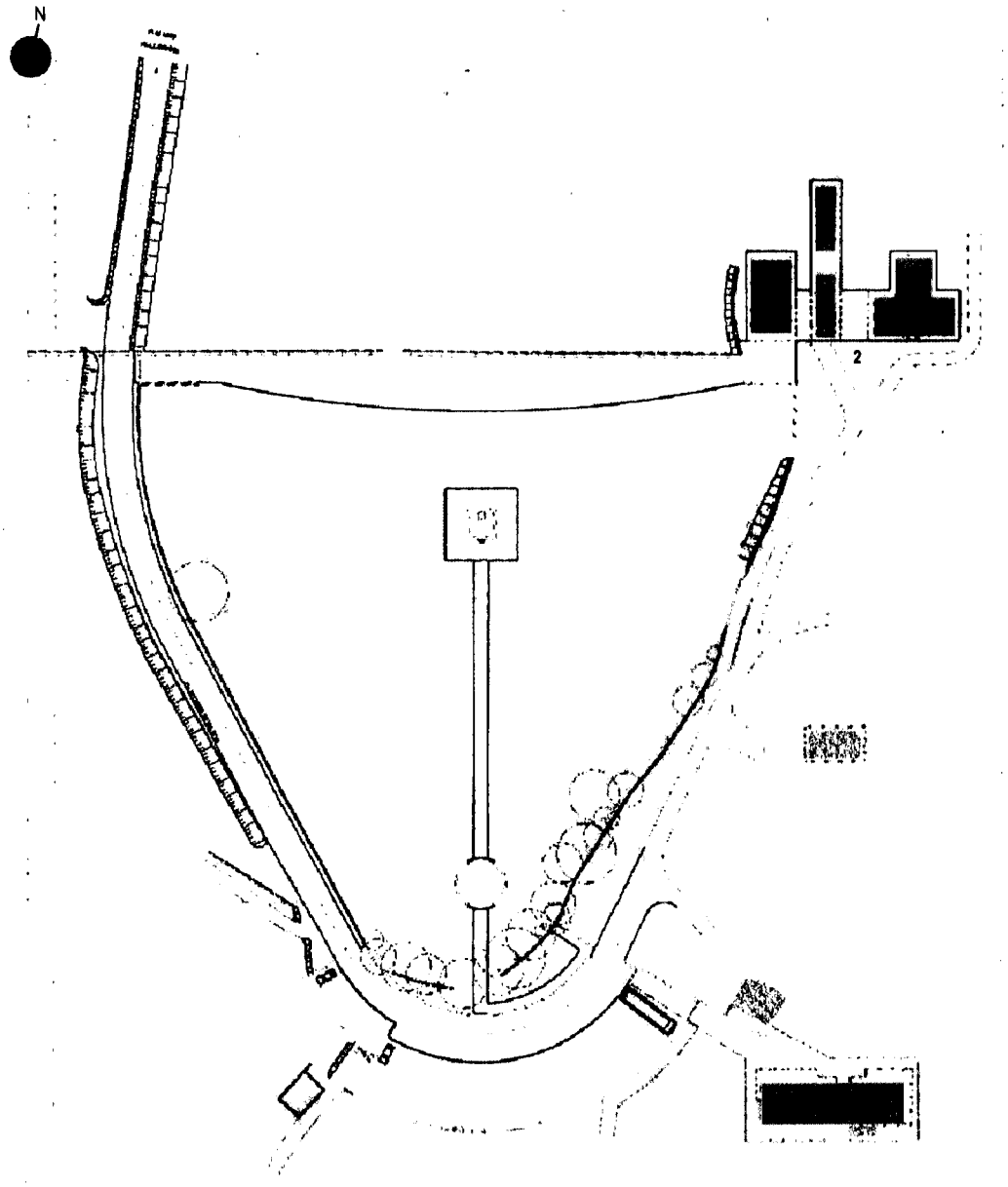


Corte cc'



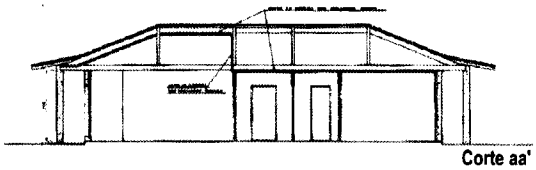
Sem Escala

Corte bb'

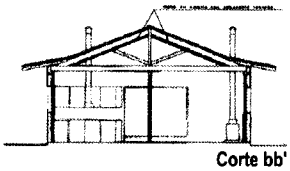


Sem Escala

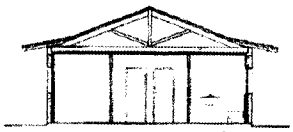
Planta de Implantação | 1Centro de Acolhimento e Interpretação e Bar **2**"Núcleo Rural"
2.1 Casa do Guarda **2.2**Estábulos e espaços de apoio **2.3**Casa dos arqueólogos



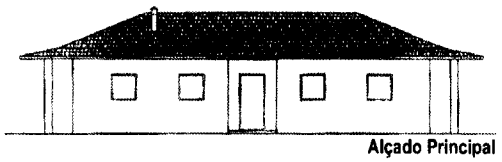
Corte aa'



Corte bb'



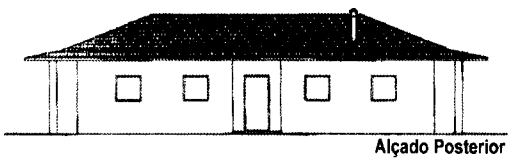
Corte cc'



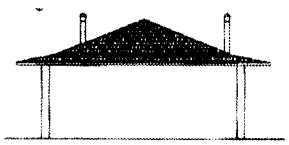
Alçado Principal



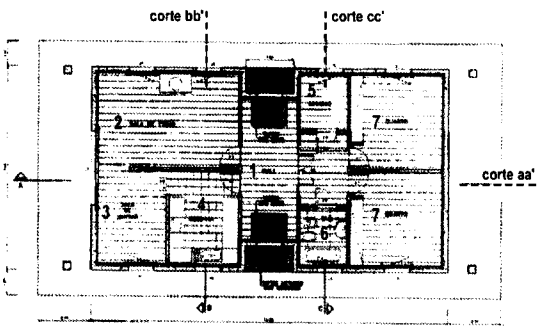
Açado Lateral Esquerdo



Alçado Posterior

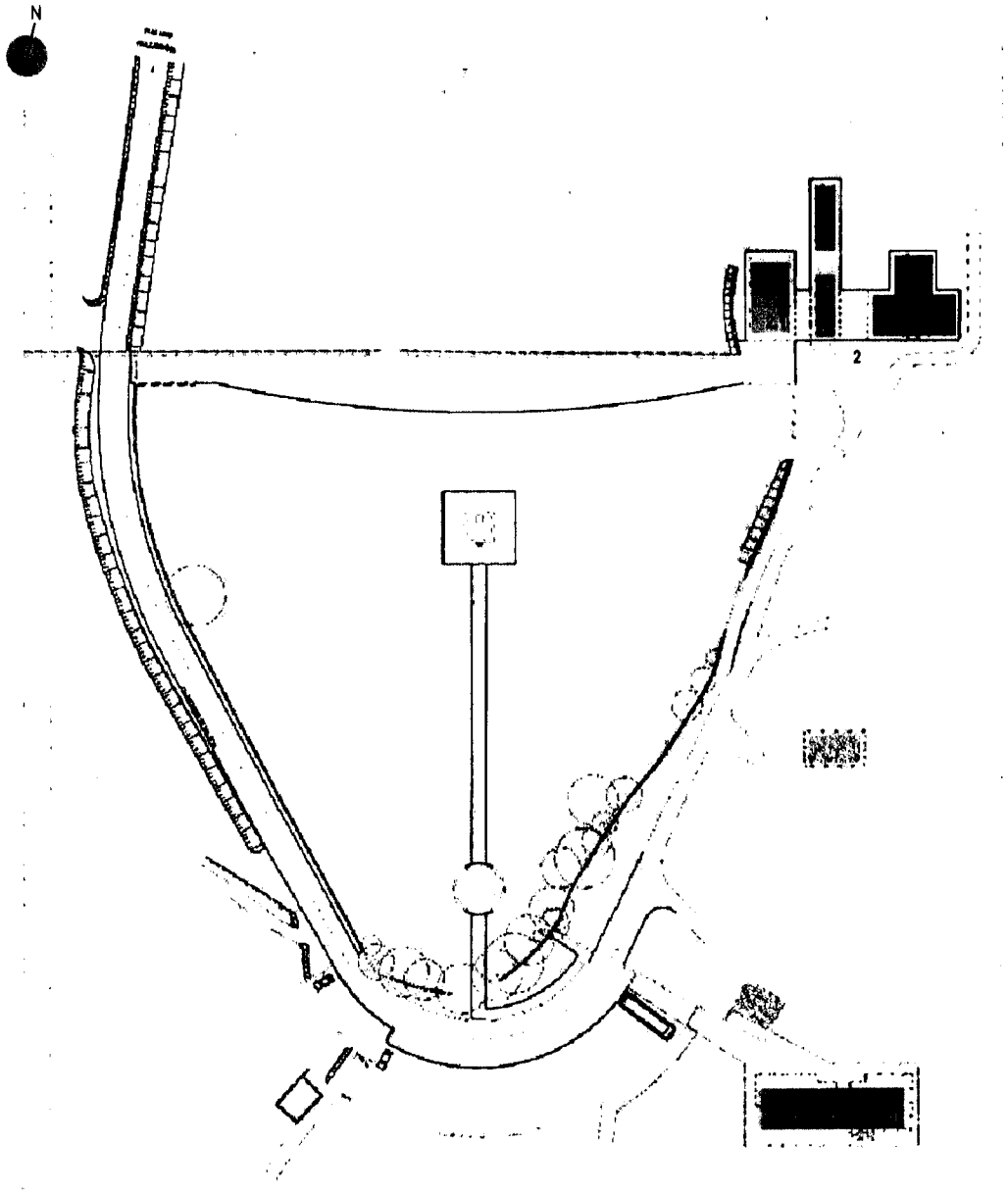


Alçado Lateral Direito



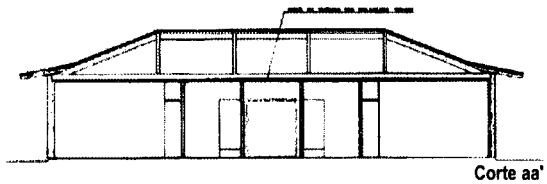
Sem Escala

Planta do piso 0 | 1hall 2sala de estar 3sala de jantar 4cozinha 5arrumos 6instalações sanitárias 7quarto

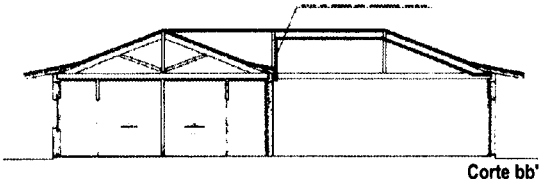


Sem Escala

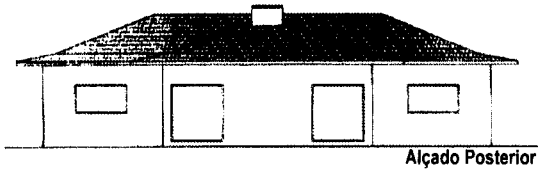
Planta de Implantação | 1Centro de Acolhimento e Interpretação e Bar **2**"Núcleo Rural"
2.1 Casa do Guarda **2.2**Estábulos e espaços de apoio **2.3**Casa dos arqueólogos



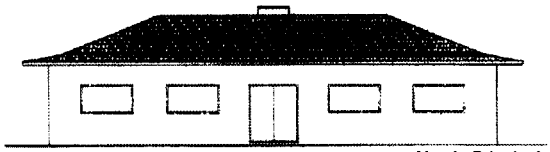
Corte aa'



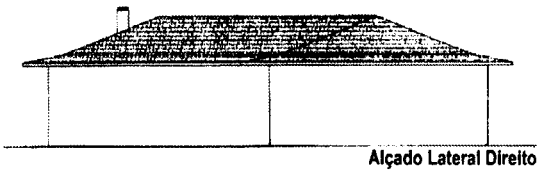
Corte bb'



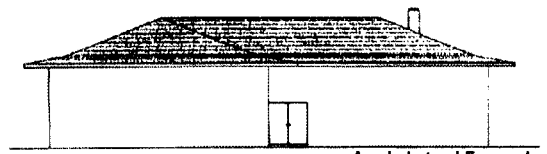
Alçado Posterior



Alçado Principal

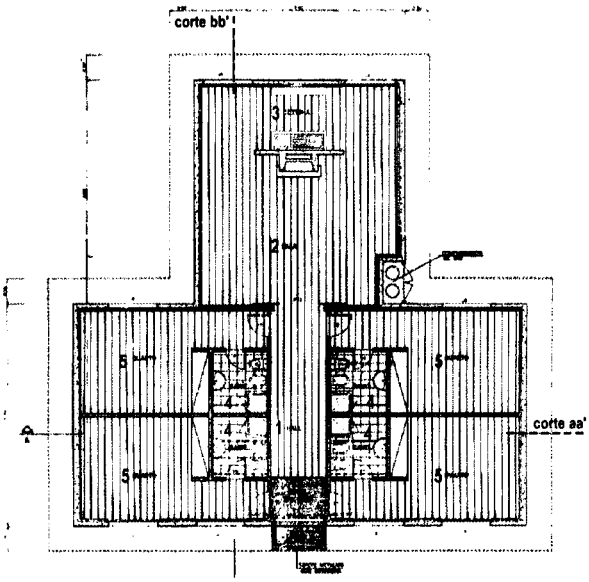


Alçado Lateral Direito



Sem Escala

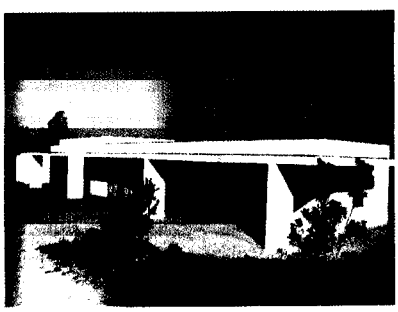
Açado Lateral Esquerdo



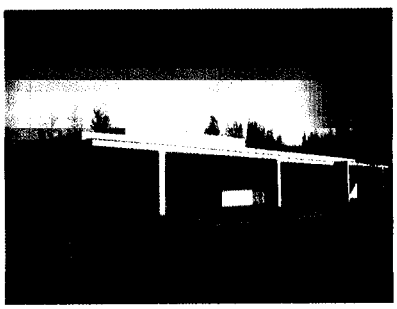
Planta do piso 0 | 1hall 2sala 3cozinha 4instalações sanitárias 5quarto



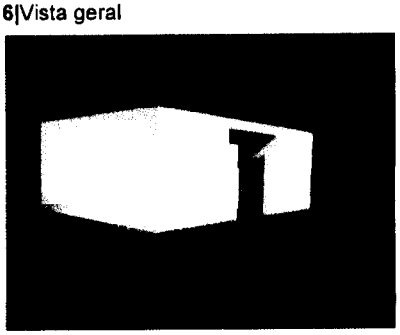
6|Vista geral



7|Centro de Acolhimento e Interpretação



8|Fachada principal



9|Volume das instalações sanitárias



10|Fachada posterior das inst. san.



11|Fachada posterior das inst. san.



12|Fachada posterior do C.A.I.



13|Entrada/Recepção.



14| Zona de exposições



15|Bar



16|"Núcleo rural"



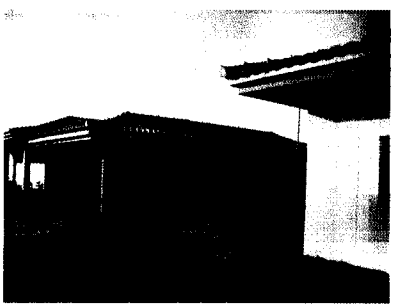
17|Casa do guarda



18|Fachadas frontais



19|Estábulo, espaços de apoio agrícola e de trabalhos arqueológicos



20|Estábulo, espaços de apoio agrícola e de trabalhos arqueológicos



21|Casa dos Arqueólogos



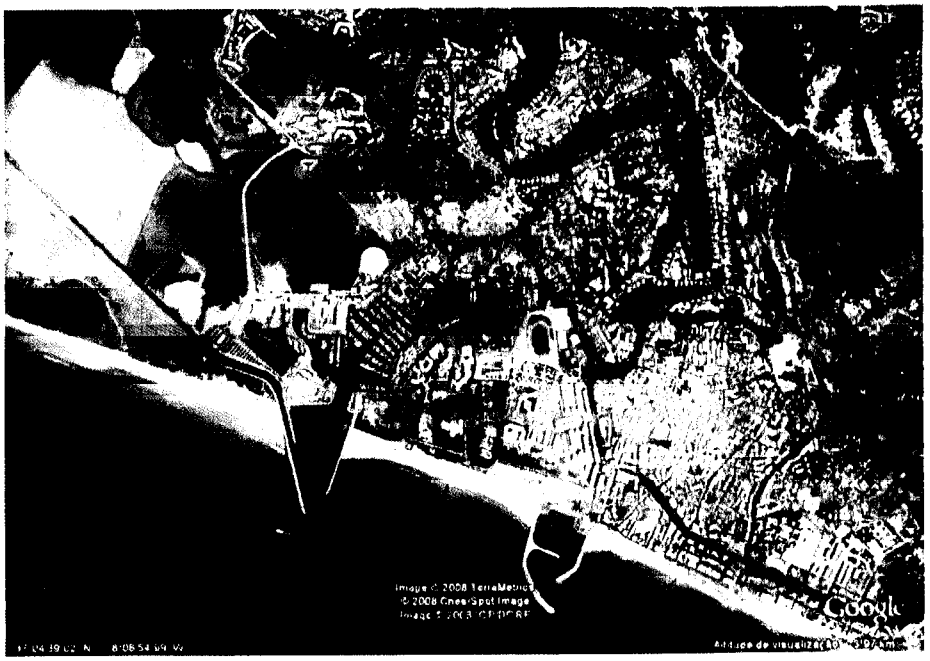
22|Casa dos Arqueólogos

Referências Específicas | (CARVALHO, 1998); (CARVALHO, 2000); (CARVALHO, 2005); (GOMES, 2002); (PINTO e MONTINHO, 1998), (SOEIRO, 1998).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); (PINTO e MOUTINHO, 1998) – peças gráficas do projecto de arquitectura.

2. Ruínas romanas do Cerro da Vila





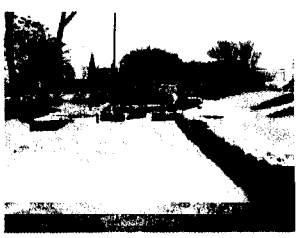
37°04'48.07"N 8°07'13.44"W 1|Vista aérea



2|Ruínas romanas



3|Ruínas romanas



4|Ruínas romanas



5|Ruínas romanas

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Ruínas romanas do Cerro da Vila

Protecção Legal | Imóvel de Interesse Público (Decreto 129/77 de 29 Setembro 1977)

Localização | Freguesia de Quarteira, Concelho de Loulé, Distrito do Faro

Endereço | Avenida Cerro da Vila, 8125-403 Vilamoura

Tutela | Lusort

Responsável | Museu Cerro da Vila

Descrição | As ruínas de Cerro de Vila localizam-se em Vilamoura, tendo integrado o território de *Ossonoba* (nome romano da actual cidade de Faro), constituindo os vestígios de uma *villa rustica*, associada aos campos férteis, e abastecida de água, a partir de uma barragem edificada daí a 2 km.

As origens da unidade remontam ao século I d.C., cuja localização favorece o aproveitamento dos recursos marítimos e o tráfego de mercadorias, atestados pela existência de um porto.

A área residencial adquiriu expressiva dimensão a partir do século II e especialmente a partir do século III.

A *villa* romana de Cerro da Vila foi edificada no século I, tendo sido reedificada no século III, constituindo um conjunto de estruturas, do qual se regista uma casa senhorial, estruturadora de diversos edifícios construídos ao longo de vários períodos de ocupação, evidenciando-se complexos fabris relacionados com preparados piscícolas, balneários públicos, bem como outras zonas habitacionais.

Através da reedificação, durante o século III d.C., a casa senhorial passa a integrar um conjunto de compartimentos em torno de um peristilo ladeado de mosaicos.

O acesso à parte central da casa senhorial fazia-se por um pórtico, uma longa arca coberta, suportada, em parte, por pilares que compõem a parte Leste do edifício, a partir da qual se acedia à zona do peristilo, passando-se por dois pequenos átrios pavimentados a mosaico.

O triclínio localizava-se a Norte do peristilo, cujo pavimento se corporizava sob a forma de mosaico que terminava num ninfeu em abside, onde existia uma pequena fonte, abrindo de seguida para um tanque exterior.

A casa senhorial associava-se, também, a um balneário privado localizado a Sudoeste da mesma, constituído pelo *frigidarium*, o *tepidarium* e o *caldarium*.

As transformações, datadas do século III, surgem no seguimento do modelo da arquitectura romana do Norte de África, alterando a estrutura primitiva da casa, registando-se a construção de duas torres de vigia, sendo que os vestígios da torre Leste apresentam uma estrutura de planta poligonal, cujas paredes suportavam-se, exteriormente, sob a forma de contrafortes exteriores, existindo, também, restos de um pilar central de apoio, três arcos baixos de arejamento e refrigeração, provavelmente ligados a uma adega ou armazém, na parte inferior da torre.

No corredor de acesso à referida torre, encontram-se vestígios de uma latrina e um tanque de água, cujas origens se julgam contemporâneas da edificação da mesma.

O estado de má conservação da segunda torre apenas induz para uma estrutura imponente, sendo que, próximo da mesma, foi encontrado o *criptopórtico*, ou armazém subterrâneo, cuja fruição poderia estar relacionada com as cargas e descargas do porto, ali tão perto.

O balneário público do complexo da *villa* implantou-se junto da zona portuária, cuja dimensão apenas se justifica pela intensa vida portuária, registada por volta do século III.

Do balneário público regista-se o generoso dimensionamento de alguns compartimentos, sendo o caso da sala aquecida a Sul, bem como o *natio*, ao qual se associava um grande reservatório de água proveniente da referida barragem.

De considerar, também, dois ou três grupos de tanques pequenos do tipo *caldarium*, *tepidarium* e *frigidarium*, bem como uma zona central de recepção, incluindo restos de um fontanário.

Pensa-se que parte do edifício termal encontra-se por escavar, como sendo o caso dos fornos e canalizações.

Perto do balneário público, de registar a denominada Casa Pequena II, cuja configuração centra-se em redor de uma sala pavimentada por mosaico tricolor simples, sendo que no centro do mesmo se visualiza um desenho geométrico de losangos e, em volta duas cercaduras, onde se pode observar meandros, linhas quebradas e folhas.

De registar a presença de dois pequenos depósitos destinados a decantação de águas provenientes de uma imponente barragem romana edificada no Vale do Tesnado, 1700 metros a Noroeste do Cerro da Vila, sendo que o encaminhamento da água se fazia através de uma conduta.

No leque das principais estruturas arqueológicas do Cerro da Vila, está incluído um monumento funerário, sendo decifrável, no contexto de ruína, uma caixa quadrada com, aproximadamente, dois metros de largura, dentro da qual se encontravam adoçados às paredes, dez nichos, tendo sido atribuído o nome de *calumbarium* ao referido bloco, provavelmente, associado a uma cripta com pequenos nichos laterais para a colocação de urnas, contendo cinzas. Mais tarde, foi crescendo um vasto cemitério com sepulturas de inumação, parcialmente descoberto. (HENRIQUES e PRATA, 2008, 10-18)

Histórico | O sítio arqueológico de Cerro da Vila foi descoberto por Estácio da Veiga, em finais do século XIX, o qual se referiu ao sítio como se tratando de uma povoação extinta ou arrasada na época romana, na sua *Charta Archeológica do Algarve – Tempos Históricos*, durante o ano de 1886.

Após o falecimento de Estácio da Veiga, em 1891 verifica-se um hiato cronológico estimado entre 1891 e 1963, após o qual se verifica o início da investigação arqueológica.

Em 1919, o empresário João Júdice Fialho realiza a aquisição da propriedade da Quinta de Quarteira, onde se localizam os vestígios anteriormente abordados por Estácio da Veiga, sendo que, em 1929 passa a iniciar, na quinta, uma intensa actividade agrícola, que perdurará até 1965, criando, nesse mesmo ano, a Quinta de Quarteira Lda, detentora de um elevado capital social.

Em 1965, o banqueiro Arthur Cupertino de Miranda, toma os terrenos da Quinta de Quarteira em sua posse, com vista à criação do maior empreendimento turístico privado da Europa, sendo então formada a empresa Lusotur – Sociedade de Turismo S.A.R.L., presidida por Cupertino de Miranda que altera o nome de Quinta da Quarteira para Vilamoura.

1963 marca uma época de viragem na estação arqueológica do Cerro da Vila, através da acção de Áfono do Paço e José Farrajota que se aperceberam do aparecimento de vestígios arqueológicos expostos a agressivas acções de degradação e, perante tal facto, pagaram diversas indemnizações para que as terras não fossem revoltas por trabalhos agrícolas, salvaguardando-se temporariamente o que se vislumbrava serem marcas dos romanos.

Entre 1963 e 1970 foram realizadas intervenções arqueológicas sob a direcção dos referidos investigadores, registando-se a participação do arqueólogo D. Fernando de Almeida, resultando, no entanto, um período de investigação muito incipiente que iria prolongar-se durante as escavações que decorreram entre a década de setenta e oitenta.

O arqueólogo José Luís de Matos, através do seu professor D. Fernando de Almeida, assume, a partir de 1970, a direcção de todas as investigações arqueológicas realizadas no Cerro da Vila até aos anos noventa.

A área actualmente visitável foi exposta através de escavações levadas a cabo, sob a direcção do arqueólogo José Luís Matos, inicialmente afecto à Faculdade de Letras de Lisboa, e mais tarde, foi Técnico Superior do IPPAR, (HENRIQUES e PRATA, 2008, 3-10).

A importância que a estação foi adquirindo, determinou a necessidade de um Museu Monográfico por parte da Lusotur, sendo que, em 1987 foi desenvolvido um projecto, integrando uma proposta piloto no campo da museologia arqueológica, pretendendo-se transformar toda a estação arqueológica num museu em si mesmo, integrando nas ruínas romanas a zona expositiva. O projecto traduzia-se, assim, num conjunto de três módulos de exposição a implementar na Estação Arqueológica do Cerro da Vila, que funcionariam como parte integrante do futuro museu a instituir no local (PEREIRA, 1984, s.p.), solução que acabou por não se concretizar.

Mais tarde, em 1997, no âmbito do Programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, a Lusotur, em cooperação com o IPPAR, providenciou a realização de um novo projecto com vista à criação do Museu Cerro da Vila, bem como a acção de conservação e restauro das ruínas.

Objectivos Gerais | Com a criação do Museu de Cerro da Vila, junto às ruínas, pretendeu-se a disponibilização de informação aos utentes do sítio arqueológico, sobre a transformação do lugar, entre os séculos I e XII, integrando uma dinâmica associada ao turismo cultural.

O novo equipamento foi pensado no sentido de constituir o museu de sítio, bem como proporcionar a documentação e conservação, dependente institucionalmente da empresa privada Lusotur e, tecnicamente, apoiada pelo IPPAR.

O público alvo foi constituído por turistas nacionais e estrangeiros, bem como utentes locais e regionais, abarcando essencialmente estudantes, professores e idosos. (PORTUGAL, s.d.ª,3)

Concepção como Estratégia de Gestão | Dada a existência de uma pequena edificação de apoio existente no local, albergando a casa do guarda, arrecadação e oficina, a entidade responsável pela estação arqueológica de Cerro da Vila (Lusotur), optou por direccionar o desenvolvimento do projecto do Museu Monográfico, com vista à sua recuperação e ampliação, por razões de funcionamento e contenção de custos, partindo-se para uma articulação com as novas funções previstas. (GALHANO, 2001, 91-93)

Para além do acolhimento e fornecimento de informação, o museu foi previsto com outras valências, integrando uma unidade de apoio às pesquisas arqueológicas a realizar no Cerro da Vila, um laboratório para tratamento e conservação dos objectos recolhidos e estruturas arqueológicas postas a descoberto e, finalmente, uma residência de guardaria permanente do sítio.

Dada a existência de colecções próprias, o conceito expositivo previsto integrou as referidas colecções, pontualmente acompanhadas por imagens, textos, maquetas e mapas, tudo organizado segundo um guião elaborado por um técnico da Direcção Regional de Faro, do então IPPAR.

O programa estabelecido foi definido sob a forma de uma área de acolhimento, zona de exposição temporária, sanitários, arrumos, zona de estar coberta no exterior, uma zona de oficina de conservação e restauro, escritórios, economato e zona residencial.

A configuração do museu foi pensada tendo em conta várias componentes relativas aos arranjos exteriores e tendo por base a definição de um percurso de visita, sendo de registar a articulação com a área de estacionamento e a ligação pedonal às ruínas, prevendo-se um acesso condicionado às mesmas. (PORTUGAL, s.d.[a],1-6)

Projecto | Museu Cerro da Vila

Autoria do Projecto de Arquitectura | Fernando Galhano, Arquitecto

Data do Projecto | Maio 1996

Fase de Projecto | Obra concluída em 1998

Com base na estratégia delineada para a *Villa* romana de Cerro da Vila, o novo corpo edificado, junto às ruínas, funciona como elemento separador entre a via pública e o recinto arqueológico, sendo que a ampla entrada, no percurso limítrofe ao edifício, demarca o acesso às ruínas.

O percurso de entrada no edifício e o consequente contacto visual com as ruínas, estabelece-se através de duas atitudes projectuais que se incorporam pela existência de um alpendre, junto à via pública, e a abertura de um vão que permite o imediato contacto visual com as ruínas, após a entrada no edifício, com vista a uma inter-relação entre o interior e o exterior, funcionando a recepção como espaço de transição entre os referidos gestos.

A projecção da cobertura e respectivos pilares para além dos limites do edifício, configurando o átrio do mesmo, surgiu no sentido de o tornar "apelativo e participante no funcionamento do espaço urbano de Vilamoura, como peça integrante do mesmo". (QUIRINO, s.d., s.p.)

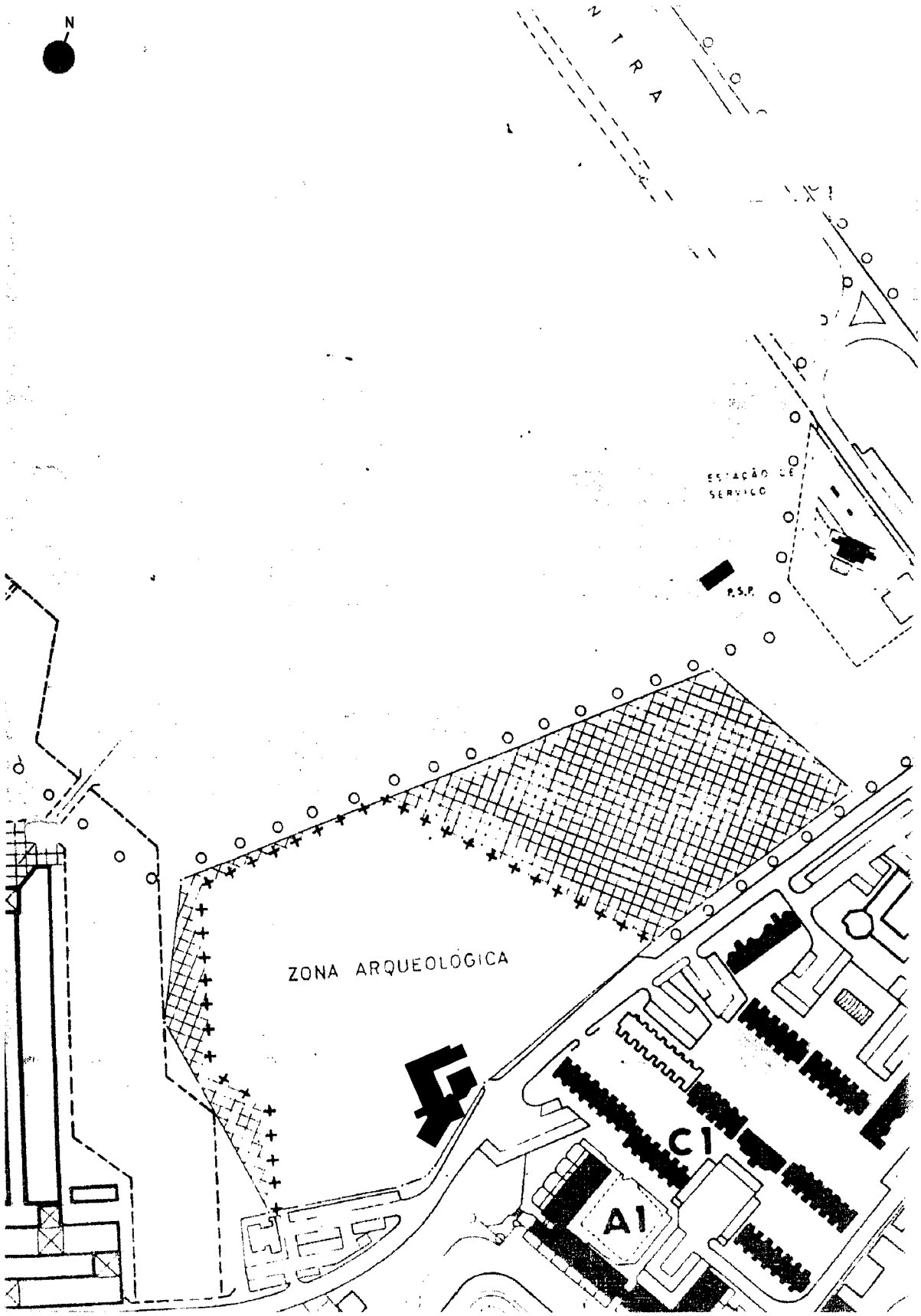
Relativamente aos restantes aposentos do edifício, de referir que os mesmos surgiram segundo a intenção de privilegiar um certo recolhimento, conferindo-se privacidade aos espaços, salientando-se a ausência de vãos na sala de exposição, de modo a fazer sobressair o conteúdo expositivo iluminado.

A mesma atitude de resguardo se confere ao pátio interior, o mesmo funcionando de apoio à recepção de grupos, essencialmente escolares, composto por um limoeiro existente.

Na materialização do edifício, procurou-se atingir um corpo marcado pelo equilíbrio entre a pedra, a madeira e as argilas tradicionais, tais como o tijolo burro e a telha canudo, tudo em articulação com a flora e arborização local, marcada pela presença de oliveiras, ciprestes, limoeiros e buganvílias.

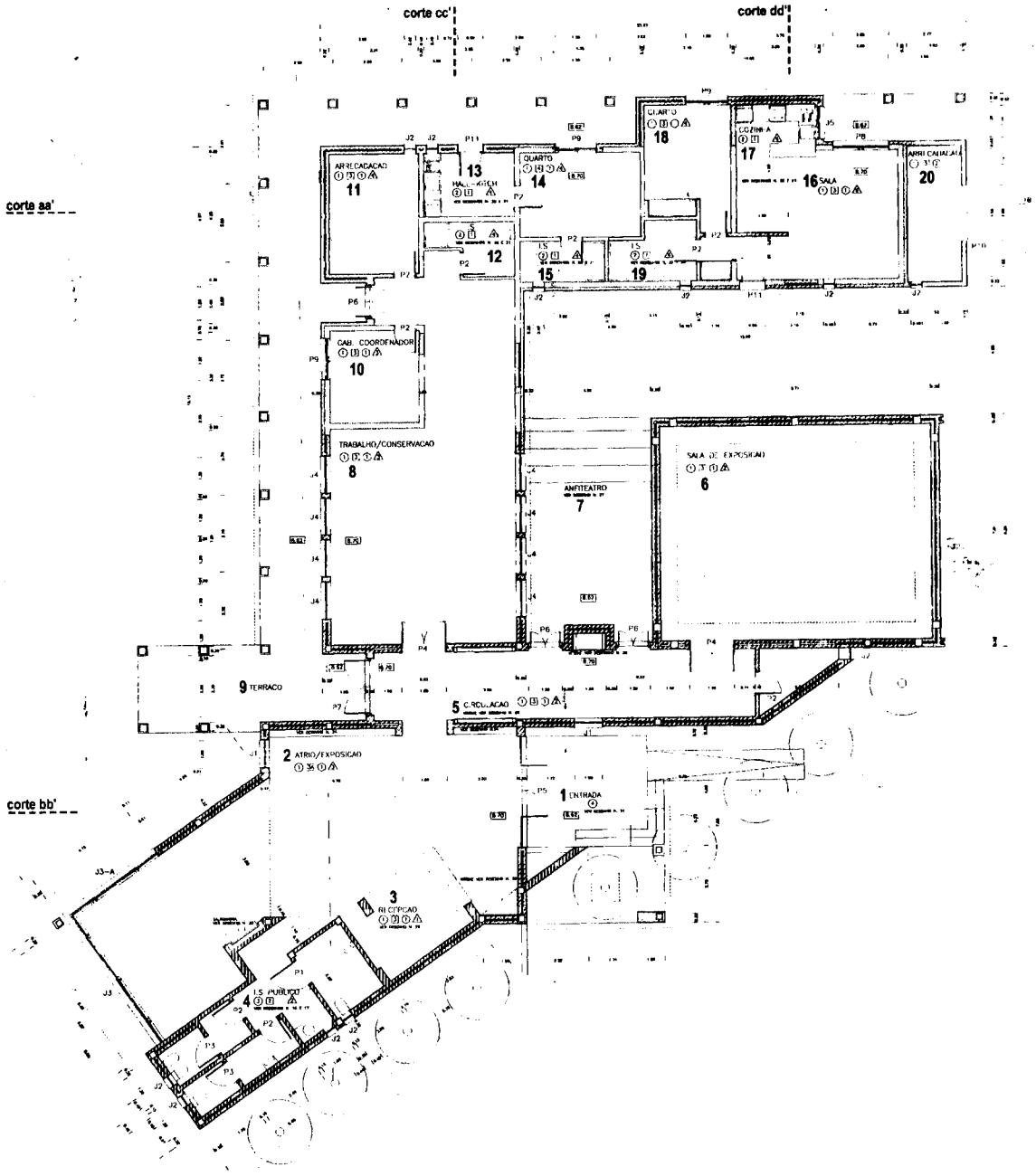
No sentido de se respeitar a memória do sítio e a coerência do local, recorreu-se aos contrastes de luz e sombra proporcionados pelos pórticos, alpendres e pérgulas.

O conceito arquitectónico inerente ao Museu Cerro da Vila teve por base elementos da arquitectura tradicional, nomeadamente no que se refere às coberturas dos espaços de acesso ao público, as quais assentam em asnas de madeira, no sentido de se estabelecer uma forte associação entre o interior e o exterior, pretendendo-se incluir o novo edifício como parte integrante da Estação Arqueológica da *Villa* romana de Cerro da Vila, (GALHANO, 2001, 91-93).



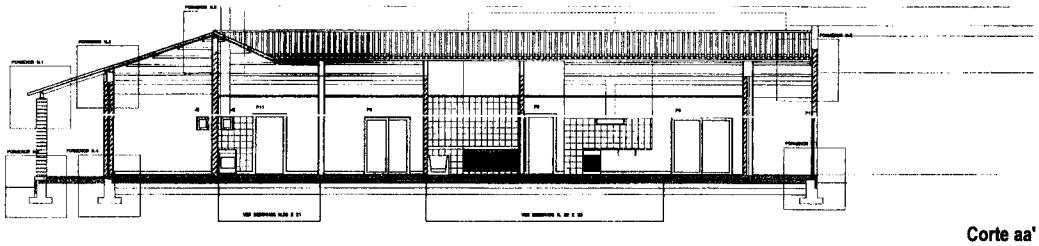
Sem Escala

Planta de Implantação | 1Museu Cerro da Vila

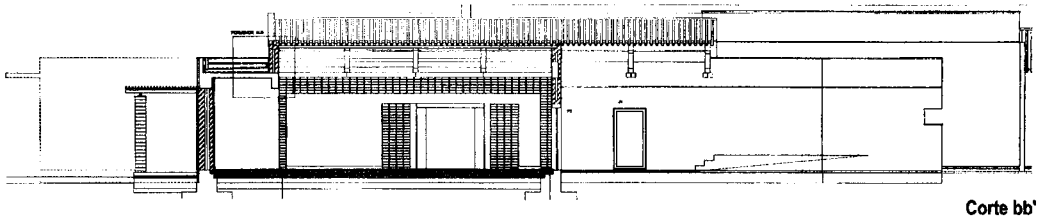


0 m 1 m 5 m

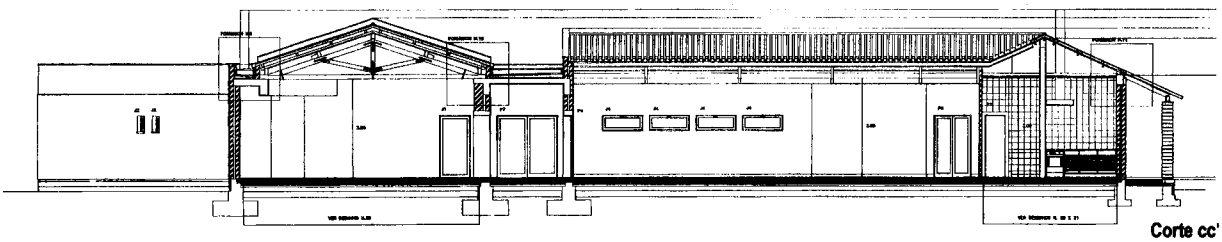
Planta do piso 0 | 1entrada 2átrio/exposição 3recepção 4instalações sanitárias (público) 5circulação 6sala de exposição 7anfiteatro 8trabalho/conservação 9terraço 10gabinete do coordenador 11arrecadação 12instalações sanitárias 13hall-kitch 14quarto 15instalações sanitárias 16sala 17cozinha 18quarto 19instalações sanitárias 20arrecadação



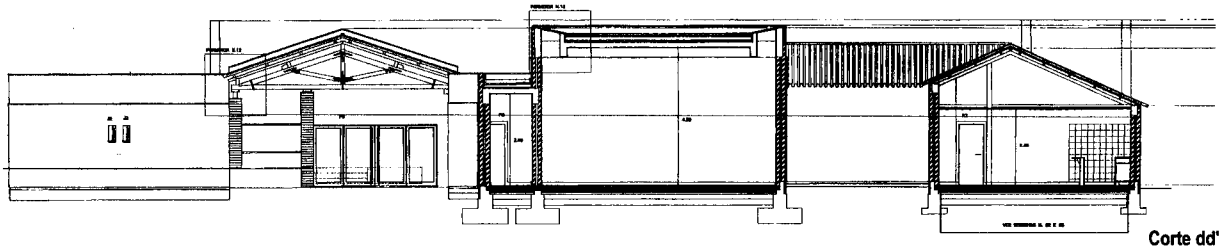
Corte aa'



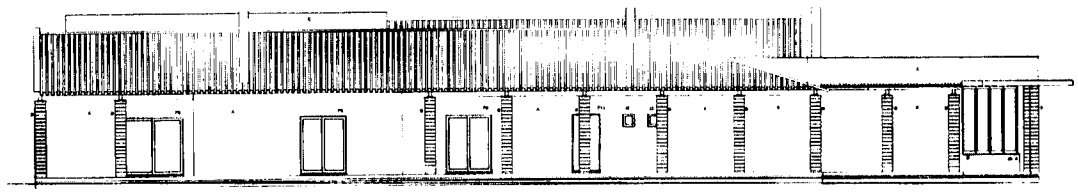
Corte bb'



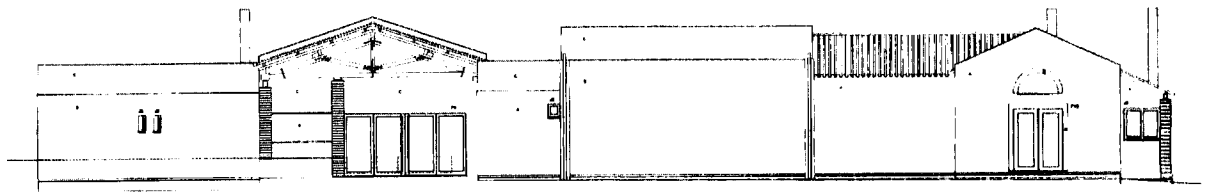
Corte cc'



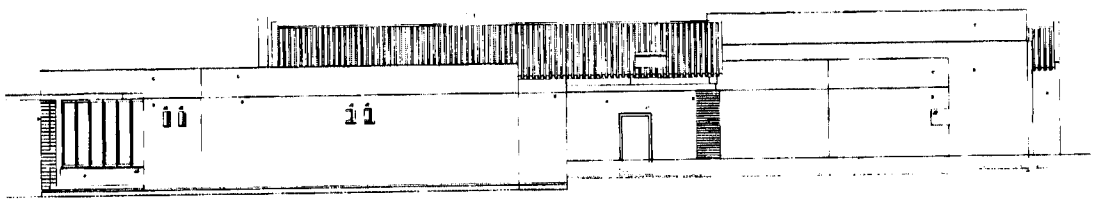
Corte dd'



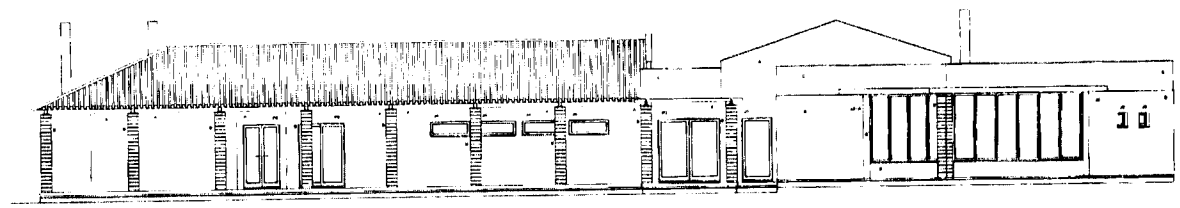
Alçado Norte



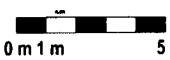
Alçado Nascente



Alçado Sul



Alçado Poente





6|Entrada do museu



7|Entrada do museu (aproximação)



8|Recepção (interior)



9|Acesso entre o museu e a ruína



10|Acesso entre o museu e a ruína



11|Edifício no contexto da ruína



12|Edifício no contexto da ruína



13|Alpendre voltado para ruína



14|Edifício no contexto da ruína



15|Edifício no contexto da ruína



16|Edifício no contexto da ruína

Referências Específicas | (GALHANO, 2001); (HENRIQUES e PRATA, 2008); (PEREIRA, 1984); (PORTUGAL, s.d.[a]); (QUIRINO, s.d.).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Lusort – peças gráficas do projecto de arquitectura.

3. Área Arqueológica do Freixo - Tongobriga





41°09'45.99"N 8°08'48.97"W **1|**Vista aérea



2|Zona habitacional



3|Fórum



4|Termas



5|Necrópole

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Área Arqueológica do Freixo - *Tongobriga*

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto nº 1/86, de 3 de Janeiro de 1986)

Localização | Freguesia do Freixo, Concelho de Marco de Canaveses, Distrito do Porto

Endereço | Rua António Correia de Vasconcelos, 4630-095 Freixo, Marco de Canaveses

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Norte

Responsável | Lino Tavares Dias, Arqueólogo

Descrição | O conjunto da Área Arqueológica do Freixo revela a existência da cidade romana de *Tongobriga* (fórum, termas, templo, zonas habitacionais e necrópole), implantada sobre um castro, sendo que a referida área contempla a actual Aldeia do Freixo, a qual integra o conjunto, revelando a evolução do sítio.

O espaço de *Tongobriga* apresenta várias fases de utilização, sendo que a 1ª fase, compreendida entre o final do século I a.C. e o início do século I d.C., até aos Flávios, corresponde à ocupação castreja, tirando partido das plataformas naturais e graníticas, nas quais se implantavam as construções de planta circular, sendo o balneário um equipamento de referência nesta época.

A 2ª fase foi contemporânea dos Flávios, principalmente após o governo do Imperador Vespasiano, até Trajano, a qual se identifica pelas Termas I e casas com salas rectangulares adossadas aos afloramentos graníticos, existindo em paralelo com as construções de planta circular.

A 3ª fase é identificada pelo *forum*, em época do governo dos imperadores Trajano e Adriano, o qual foi edificado no início do século II d.C., englobando espaços comerciais e religiosos.

Ao longo da 2ª metade do século II identifica-se a 4ª fase, salientando-se a construção da *natio* nas termas (Termas II), assim como a grande remodelação das zonas habitacionais.

A fase posterior, do século III até meados do século IV, não teve grande relevância no urbanismo de *Tongobriga*, correspondente ao período da dinastia Severa, dado que não se reconhecem sinais que revelem o rompimento com políticas anteriores.

As construções do século IV marcam a 6º fase, através da necrópole de incineração, da qual se conhece sepulturas escavadas na rocha granítica dispostas fora da cidade, junto à estrada.

A 7ª fase identifica-se com a segunda metade do século IV e início do século V, através das remodelações feitas nas termas do *forum* e nas construções das zonas habitacionais, bem como os achados paleocristãos, nomeadamente os mosaicos encontrados no interior e sob a actual igreja paroquial.

Presume-se que o século VII corresponda ao declínio da cidade romana, configurando a 8º fase no desenvolvimento de *Tongobriga*, a qual se estendia por uma área aproximada de 30 hectares, não incluindo a necrópole, localizada no exterior da muralha, embora as investigações mais recentes apontem para uma expansão maior, configurando, contudo, uma cidade de médias proporções, (DIAS, 2003, 17-18).

Histórico | As primeiras escavações arqueológicas desenvolvidas no Freixo, sob a responsabilidade do IPPAR e dirigidas, desde então, pelo Arqueólogo Lino Tavares Dias, datam de 1980, sendo que já em 1882 fora encontrado um "bloco de granito paralelipipédico", referenciado por muitos autores, dada a inscrição inerente que apontava para a existência de uma povoação situada num ponto alto, (DIAS, 2003, 13).

Com o decorrer das escavações e investigação, o Freixo passou a revelar um importante espólio, ao ponto de, em 1990, ter sido criada a Escola Profissional de Arqueologia, segundo o projecto do Arquitecto Fernando Maia Pinto, sediada junto à Área Arqueológica do Freixo, fruto da cooperação entre o Ministério da Educação e o IPPAR.

Com as oportunidades lançadas pelo III Quadro Comunitário de Apoio foi desenvolvido o projecto *Tongobriga – Área Arqueológica do Freixo*, promovido pelo IPPAR, o qual foi aprovado no âmbito da

Medida Desconcertada da Cultura, do Eixo Prioritário III, do Plano Operacional da Região Norte, permitindo a criação, entre 2000 e 2006, de um conjunto de equipamentos de apoio à estação arqueológica.

No entanto, já na década de oitenta foi construído o edifício do Gabinete de Investigação, segundo o projecto do Arquitecto Fernando Maia Pinto, constituindo, ainda, uma estrutura fundamental para a gestão e investigação do sítio arqueológico, (DIAS, 2005, 10-16).

Na sua maioria, os edifícios que estruturam a Área Arqueológica do Freixo encontram-se concluídos, à excepção do Núcleo Interpretativo da Necrópole romana, ainda em projecto, bem como a nova Escola de Arqueologia.

Objectivos Gerais | Os objectivos globais para a Área Arqueológica do Freixo traduzem-se na garantia do conhecimento do passado, na melhoria dos resultados que a investigação propicia, na melhoria das condições para a fruição do espaço e respectiva recordação, na garantia das condições de futuro, bem como na compreensão da modernidade e as exigências de rigor e de ética nas relações com o passado, sendo que tais objectivo se sintetizam na capacidade de "*Compreender o Tempo e Respeitá-lo*".

Na base da valorização da Área Arqueológica do Freixo esteve a necessidade de a tornar num lugar de fruição, pretendendo-se reforçar o núcleo da Aldeia do Freixo, o qual se vislumbrou associado aos achados arqueológicos e a todas a intervenções de colmatação de pequenos núcleos.

Pretende-se uma intervenção duradoura e consistente, no sentido de valorizar o monumento, a arqueologia e o ambiente, à qual se acresce uma rentabilização divulgativa e turística, resultando numa paisagem cultural moderadamente evolutiva.

Para tal, procurou-se a definição de um percurso delineado com base nos achados arqueológicos, articulado com o núcleo existente e vivo, o qual se complementaria com um conjunto de estruturas e medidas que o valorizassem, (DIAS, 2005, 10-13).

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | No sentido de tornar a Área Arqueológica do Freixo num sítio plenamente fruído, o IPPAR estabeleceu um programa de valorização do mesmo, o qual incluiu um Edifício de Apoio, uma Recepção/Loja, um Auditório, um Núcleo Museológico da Vida Quotidiana, um Núcleo Museológico Ritual da Morte, um Restaurante/Cafetaria, um edifício de Armazém/Reserva, Gabinetes/Laboratório e Escola Profissional de Arqueologia.

O Edifício de Apoio consiste na reabilitação de um edifício pré-existente, onde se albergam as instalações sanitárias e uma sala de apoio à escavação ou aos visitantes.

A Recepção/Loja foi programada para se localizar no centro da aldeia, fruto da recuperação de um edifício, onde se processa a primeira abordagem na visita ao lugar.

O Auditório foi previsto na sequência da Recepção/Loja, de modo a possibilitar o visionamento de projecção multimédia do "mundo romano", localizado no centro da aldeia, integrando o plano de requalificação do espaço central da aldeia, entre outras medidas.

Após a passagem pelo Auditório, o percurso de visita pode dirigir-se para as estruturas exumadas da cidade de *Tongobriga*, percorrendo as zonas habitacionais romanas, existindo aí o Núcleo Museológico da Vida Quotidiana, implantado sobre uma zona habitacional e associado, em simultâneo,

ao centro da aldeia. Com o presente equipamento pretende-se o contacto com os acervos da vida quotidiana do Homem de *Tongobriga*, do nascer ao por do sol. Na base do presente equipamento está a necessidade de se estabelecer um contacto visual directo com as zonas escavadas, de onde provêm os objectos expostos, e a ideia de vitrina "pousada no seio das ruínas".

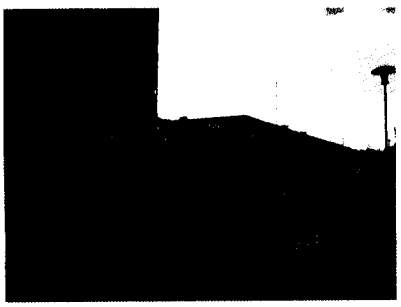
O Núcleo Museológico Ritual da Morte constitui um equipamento a instalar sobre as sepulturas da necrópole romana, o qual constitui o segundo núcleo expositivo, integrando, também, os acervos e toda a informação sobre a ritualidade da morte.

O Restaurante / Cafetaria foi edificado nas proximidades do fórum e constitui um prolongamento do bar de apoio, existente no núcleo central da aldeia, através da recuperação de uma pequena casa feita pelo IPPAR, constituindo um programa de apoio e de atractividade para a usufruição do sítio.

O Edifício de Armazém/Reserva destina-se a acervos e equipamentos inerentes à Área Arqueológica, constituindo um espaço de apoio e um prolongamento do Laboratório que, entretanto, esgotou as suas possibilidades, dado o amplo crescimento da estação.

Os Gabinetes/Laboratório (ver imagens 6-17) albergam-se num edifício construído nos anos oitenta, de acordo com o projecto do Arquitecto Fernando Maia Pinto, continuando a constituir uma estrutura fundamental para a gestão e investigação da Área Arqueológica.

A Escola Profissional de Arqueologia (ver imagens 18-25), fruto da parceria para a formação, entre a Direcção Regional de Educação do Norte e Direcção Regional do Norte do IPPAR, foi construída, partindo da intervenção em edifícios situados no centro da aldeia, segundo o projecto do Arquitecto Fernando Maia Pinto, e que, posteriormente, se destinarão a biblioteca e centro de recursos, já que se prevê, junto da Estrada Nacional de acesso à Estação Arqueológica, a construção de um novo edifício para o funcionamento da referida escola. De mencionar que a nova implantação para a Escola Profissional de Arqueologia visa a redução do fluxo de veículos no interior da aldeia que a própria escola implica, (DIAS, 2005, 14-16).



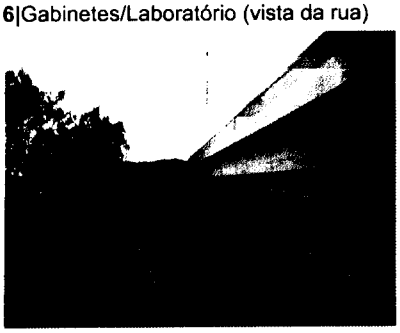
6|Gabinetes/Laboratório (vista da rua)



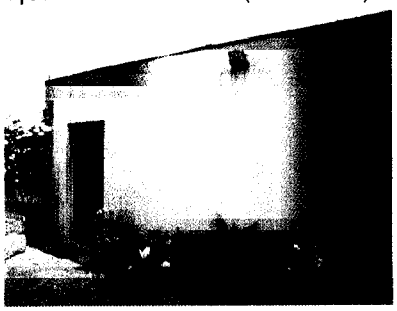
7|Gabinetes/Laboratório (vista da rua)



8|Gabinetes/Laboratório (vista da rua)



9|Fachada posterior



10|Entrada no edifício (átrio exterior)



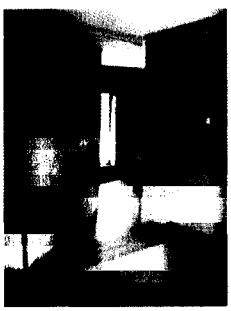
11|Átrio interior



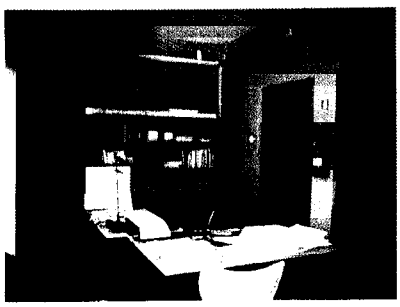
12|Átrio interior



13|Espaço de circulação



14|Espaço de circulação



15|Espaço de trabalho



16|Laboratório



17|Laboratório



18|Escola de Arqueologia (vista da rua)



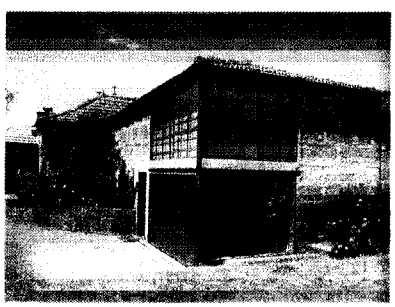
19|Entrada



20|Entrada



21|Fachada posterior



22|Fachada posterior



23|Galeria coberta



24|Galeria coberta



25|Sala de trabalho

Projecto | Edifício de Apoio

Autoria do Projecto de Arquitectura | António Portugal & Manuel Reis, Arquitectos

Data do Projecto | Outubro de 1997

Fase de Projecto | Obra concluída em 2001

O Edifício de Apoio está relacionado com a recuperação de um pequeno edifício, anteriormente destinado a apoio agrícola, caracterizado pela simplicidade formal e construtiva.

O projecto limitou-se a uma intervenção que parte das características da pré-existência, não procurando "ultrapassar o seu carácter elementar ou a sua reduzida escala, justificando-se o cuidado com o existente, numa perspectiva pedagógica de respeito pelo conjunto onde se integra".

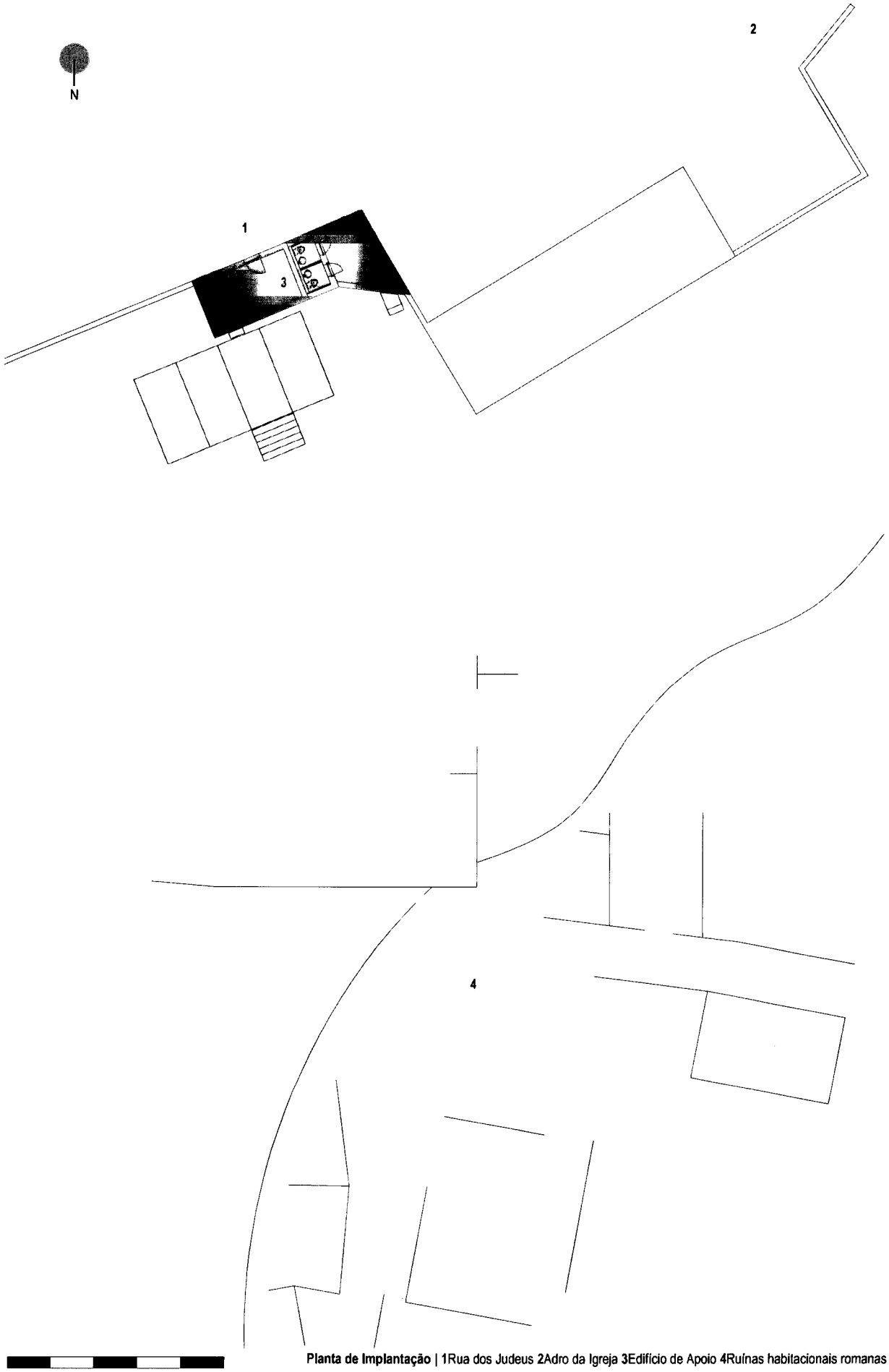
O programa delineado consistiu numa pequena sala de apoio à escavação ou aos visitantes e w.c.'s públicos, aos quais se acrescenta uma plataforma em estrado de madeira sobre estrutura metálica, aberta sobre as ruínas, ampliando o espaço interior e permitindo a apreensão do conjunto das ruínas.

A implementação dos w.c.'s tira partido de muros e vãos existentes, aos quais se acrescenta uma estrutura metálica de suporte aos planos de acabamentos.

O átrio de transição entre a rua e as instalações sanitárias propicia uma visita sobre a área de escavação, pontualmente vedada, dada a introdução de uma grelha metálica.

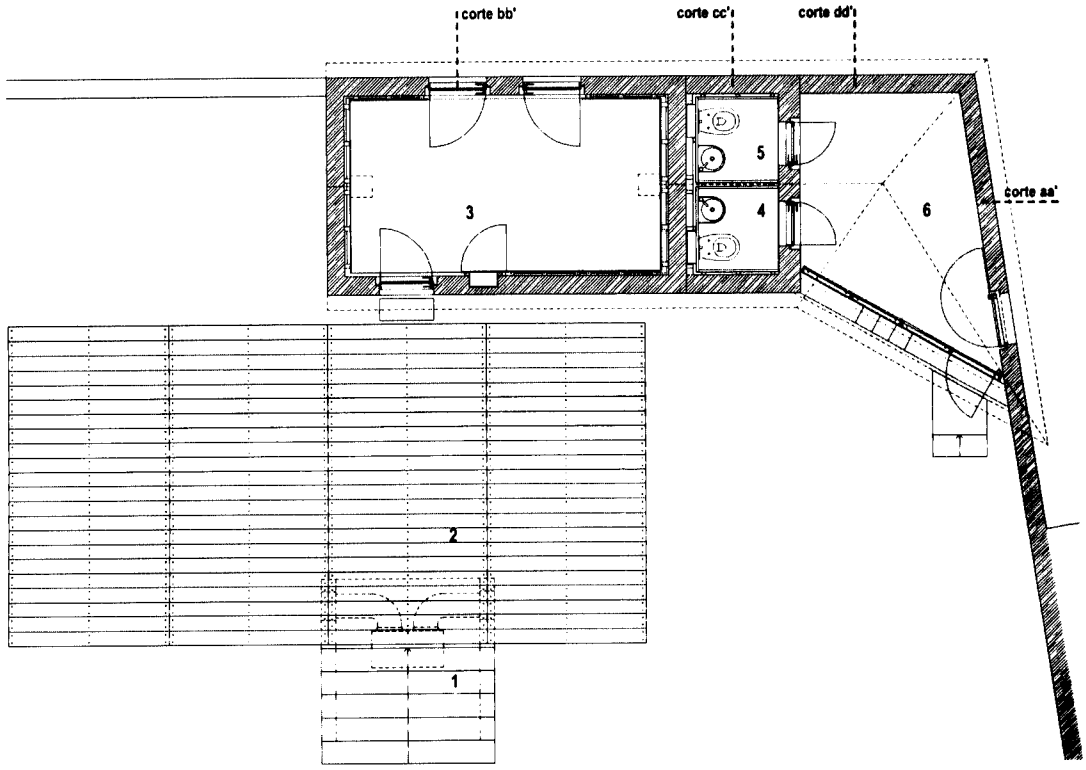
Com vista à manutenção das características da construção, o desenho do aparelho dos muros de granito foi mantido, sendo que, ao nível da cobertura, foi prevista a reconstrução das estruturas de suporte em madeira e a substituição da telha marselha por telha de canal.

Os novos materiais aplicados traduzem-se no aço e vidro, para os vãos, nos revestimentos interiores em painéis de madeira, na sala, e mármore, nos w.c.'s, fruto da necessidade de criação de condições de serviço e conforto, "numa perspectiva de intervenção que se pretendeu concisa e contemporânea". (PORTUGAL e REIS, 1997, s.p.)



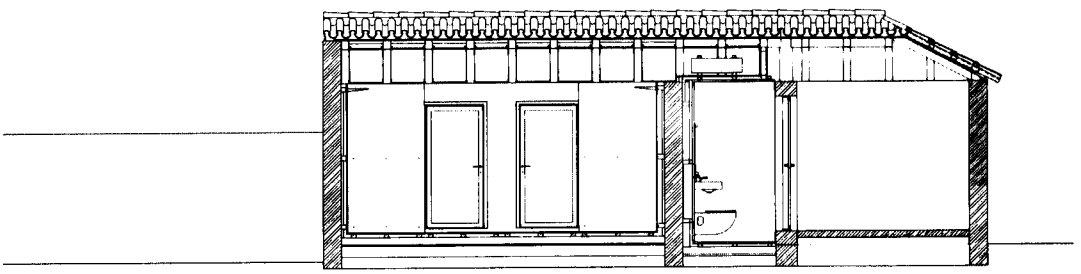
0 m 2 m 10 m

Planta de Implantação | 1Rua dos Judeus 2Adro da Igreja 3Edifício de Apoio 4Ruínas habitacionais romanas

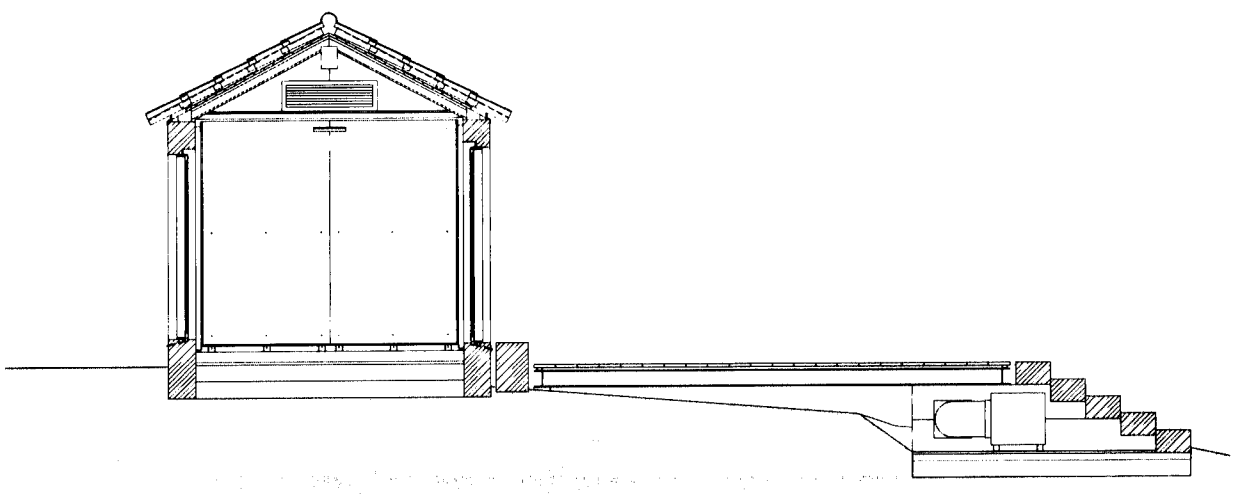




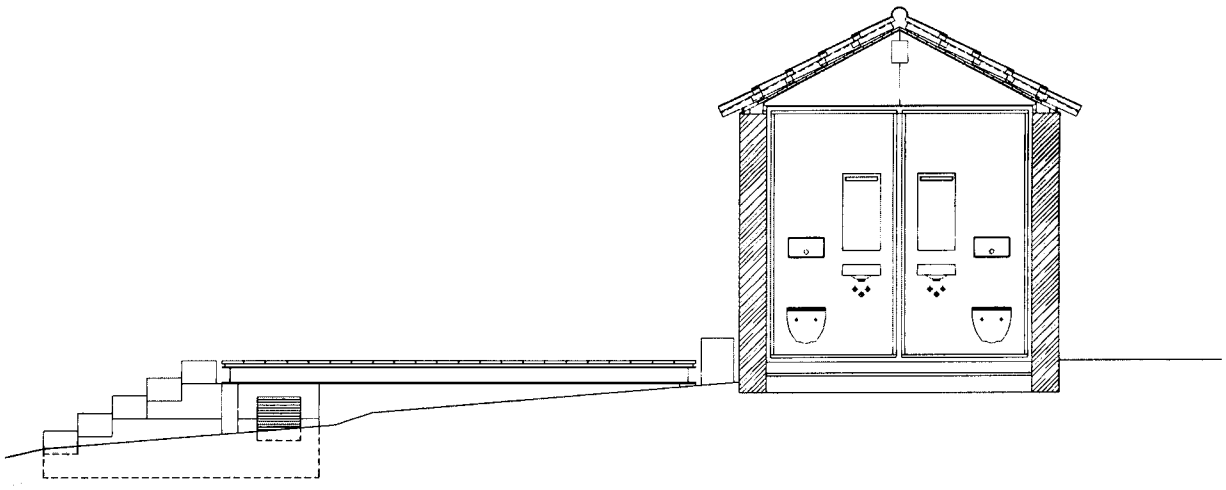
Planta do piso | 1escada 2plataforma 3sala 4instalações sanitárias (feminino) 5instalações sanitárias (masculino) 6átrio



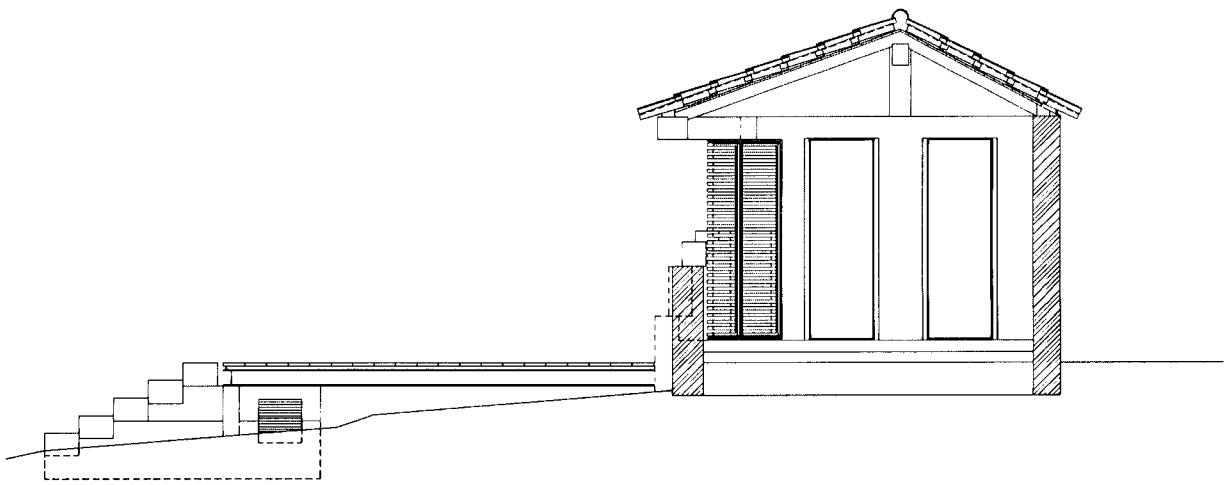
Corte aa'



Corte bb'

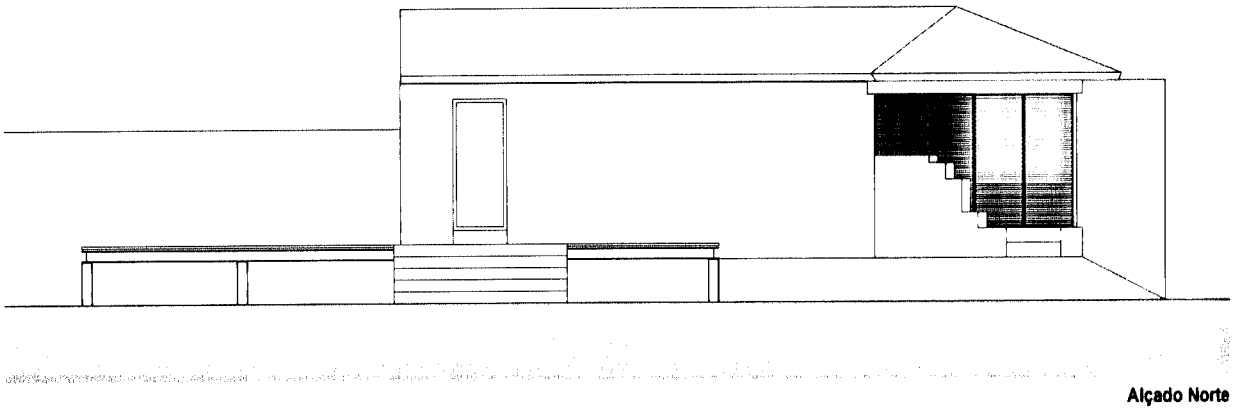


Corte cc'

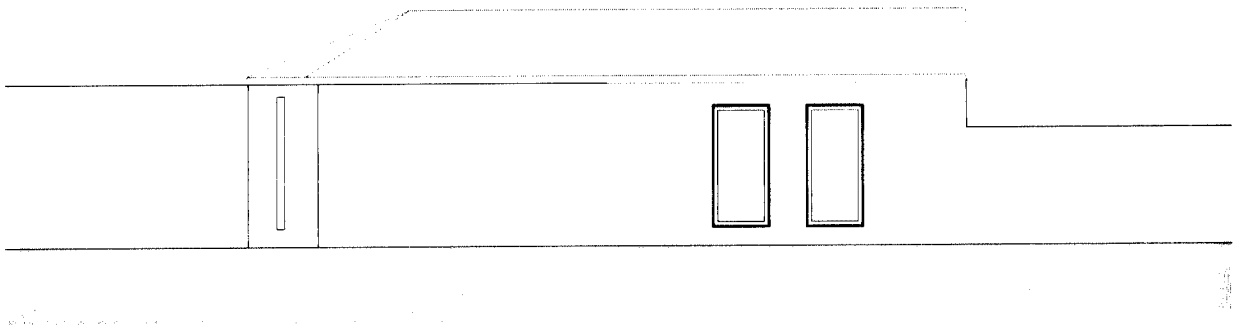


Corte dd'

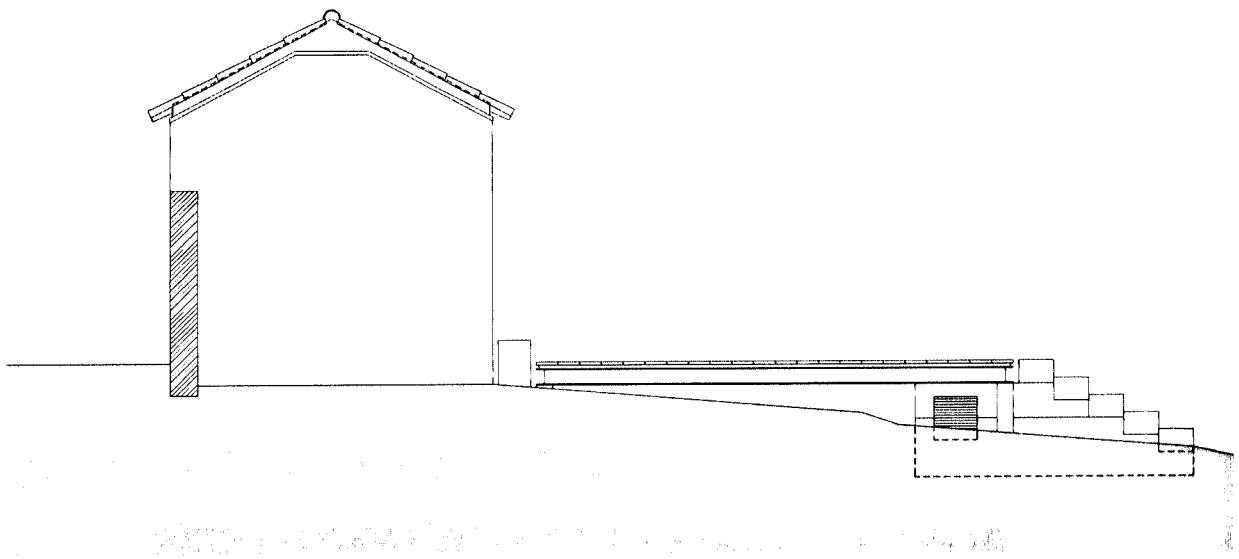




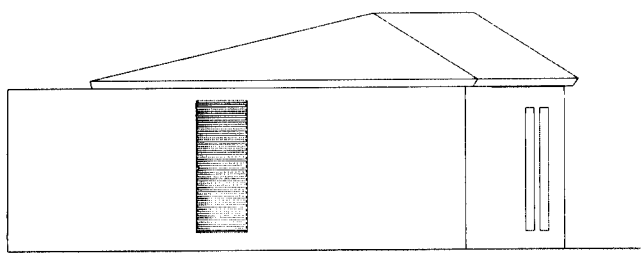
Alçado Norte



Alçado Sul



Alçado Nascente



Alçado Poente





26|Edifício de Apoio (adro da igreja)



27|Edifício de Apoio (adro da igreja)



28|Edifício de Apoio (zona habitacional)



29|Edifício de Apoio (zona habitacional)



30|Átrio para as instalações sanitárias



31|Instalações sanitárias

Projecto | Recepção

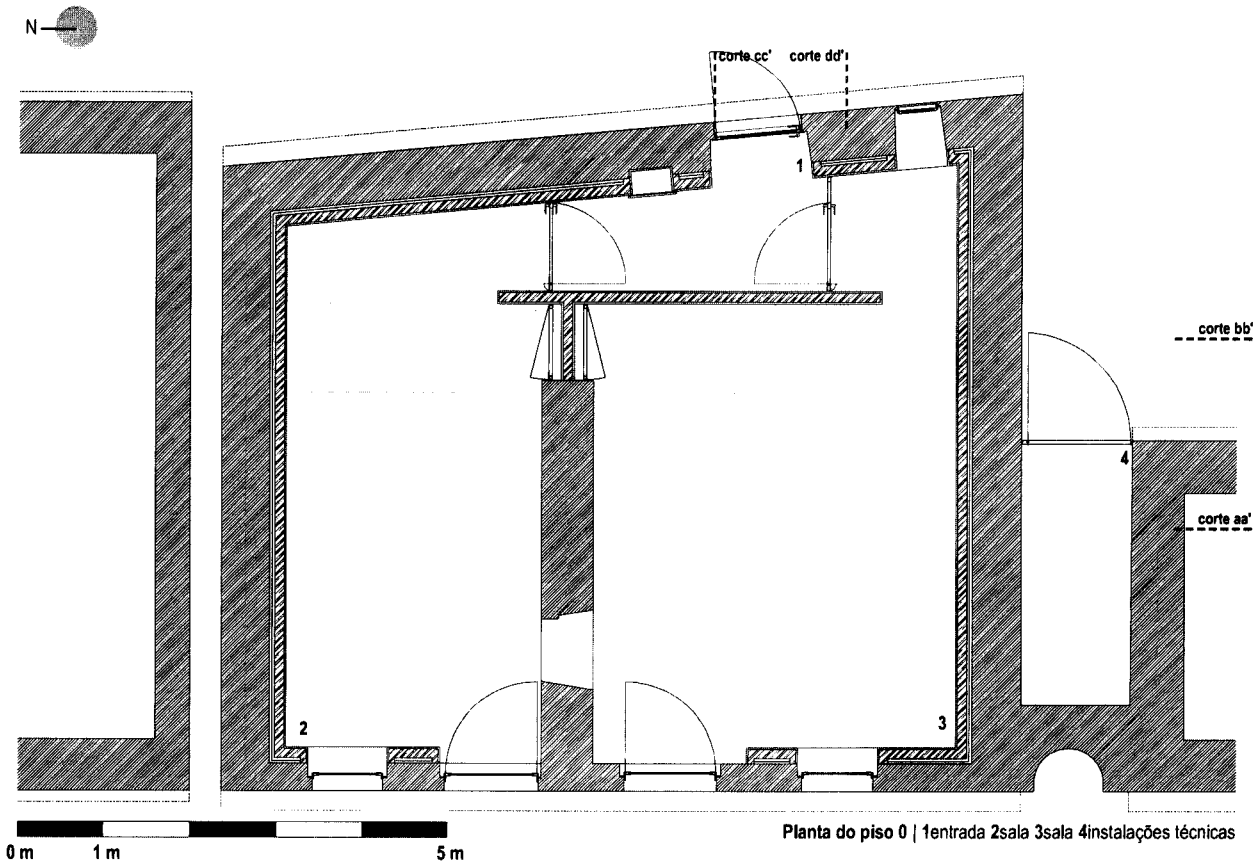
Autoria do Projecto de Arquitectura | António Portugal & Manuel Reis, Arquitectos

Data do Projecto | Fevereiro de 2000

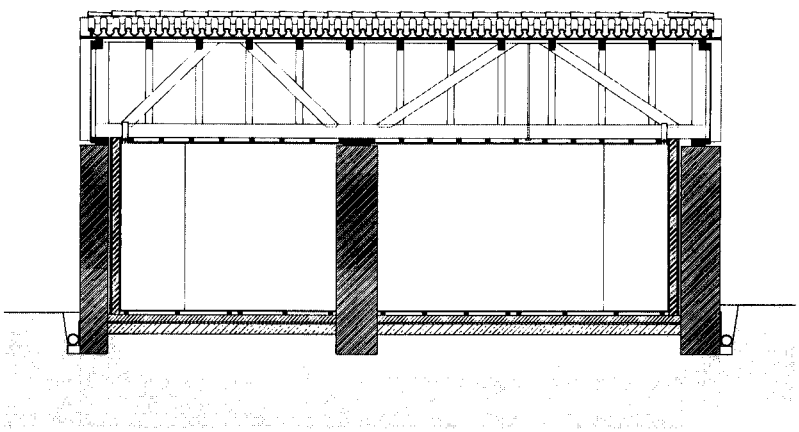
Fase de Projecto | Obra concluída

O edifício da recepção tem origem na reabilitação de um edifício pré-existente, inserido na malha edificada da aldeia do Freixo, cuja linguagem, ao nível do exterior, prevalece, embora articulada com alguns apontamentos contemporâneos que fazem adivinhar uma função destacada da habitacional, inerente ao casario.

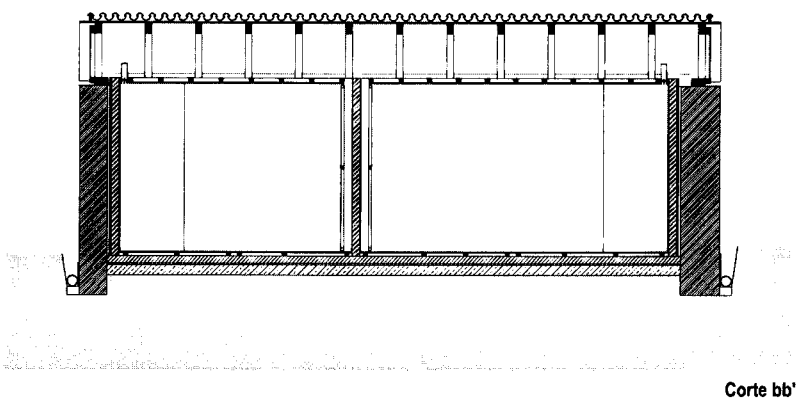
Os paramentos estruturais da pré-existência mantêm-se, proporcionando dois espaços distintos que permitem uma primeira abordagem ao sítio, através da recepção e venda de artigos relacionados com o bem patrimonial em causa ou o tema do património.



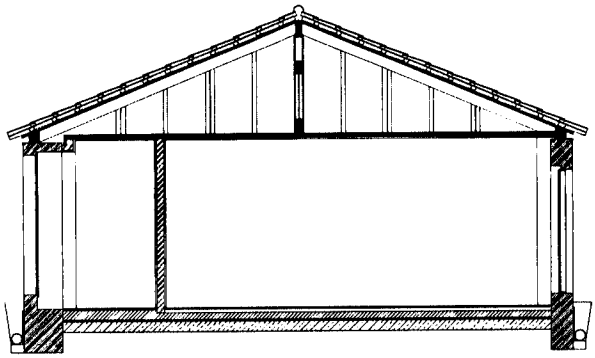
Planta do piso 0 | 1entrada 2sala 3sala 4instalações técnicas



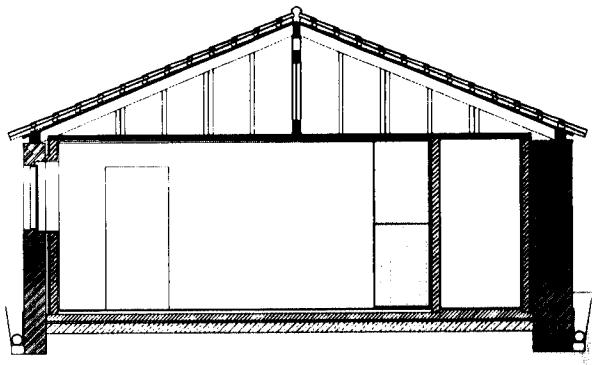
Corte aa'



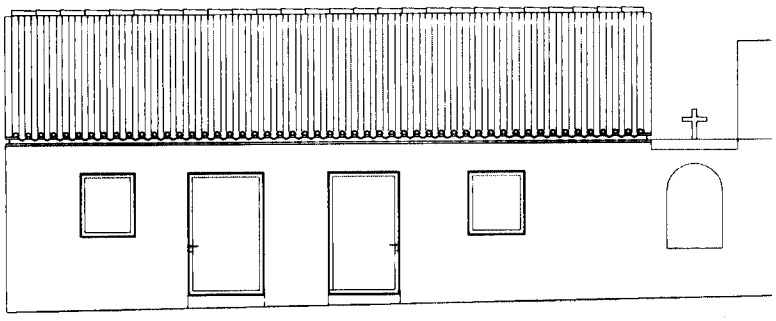
Corte bb'



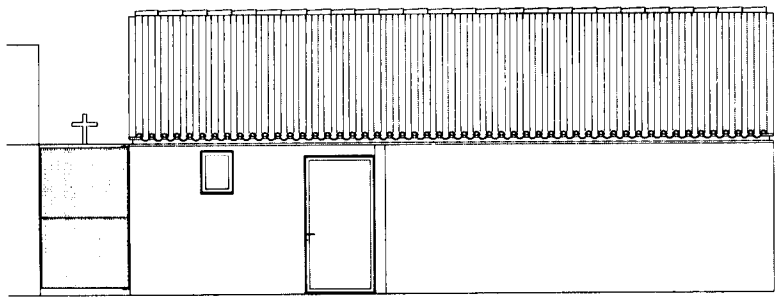
Corte cc'



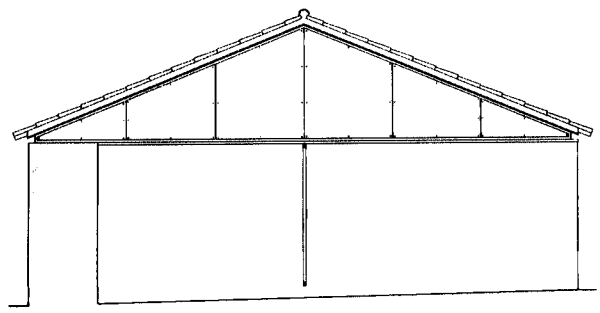
Corte dd'



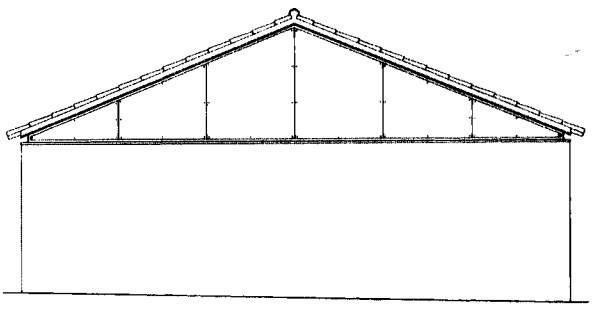
Alçado Poente



Alçado Nascente

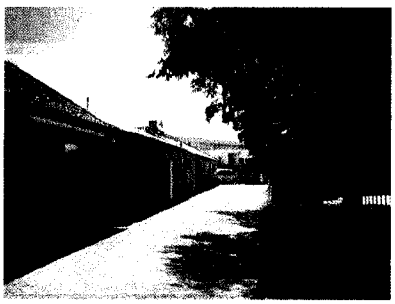


Alçado Sul

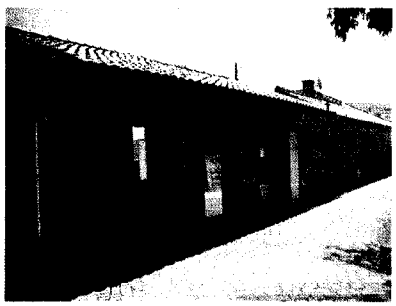


Alçado Norte

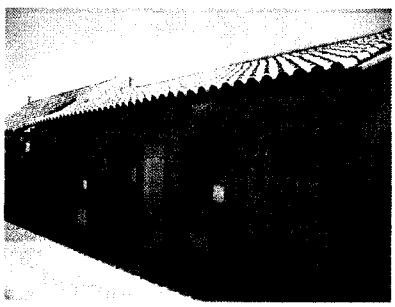
0 m 1 m 5 m



32|Recepção (inserida na malha edificada)



33|Recepção (vista frontal)



34|Recepção (vista frontal)



35|Recepção (vista posterior)



36|Recepção (vista posterior)



37|Recepção (vista posterior)



38|Recepção (interior)



39|Recepção (interior)



40|Zona expositiva



41|Zona expositiva

Projecto | Bar

Autoria do Projecto de Arquitectura | Miguel Tomé, Arquitecto

Data do Projecto | Junho 2001

Fase de Projecto | Obra concluída

O Bar da Aldeia do Freixo resultou da reabilitação de um edifício pré-existente, com dois pisos, cujas alvenarias se apresentaram em pedra de granito, piso em madeira e cobertura em telha, associado a dois espaços exteriores, um dos quais integrando vestígios de interesse arqueológico.

A intervenção consiste no acondicionamento do bar, no piso superior, sendo que o piso inferior conteria o espaço de arrecadação.

O mantimento dos valores formais e estruturais das fachadas, bem como dos elementos principais do edifício, constituíram os princípios da intervenção, cuja conservação foi pensada dentro de um quadro construtivo e figurativo coerente, procurando-se recuperar ou valorizar todos os elementos relevantes, como sendo os vestígios existentes no pátio.

Ao nível de soluções construtivas, de referir a não aplicação de elementos construtivos em betão armado, embora se mantenham os muros de contenção das paredes de alvenaria, no piso inferior.

O pavimento do bar, suportado por uma estrutura em barrotes de madeira, foi previsto com o reforço de uma viga em aço, apoiada directamente sobre os referidos muros de betão armado.

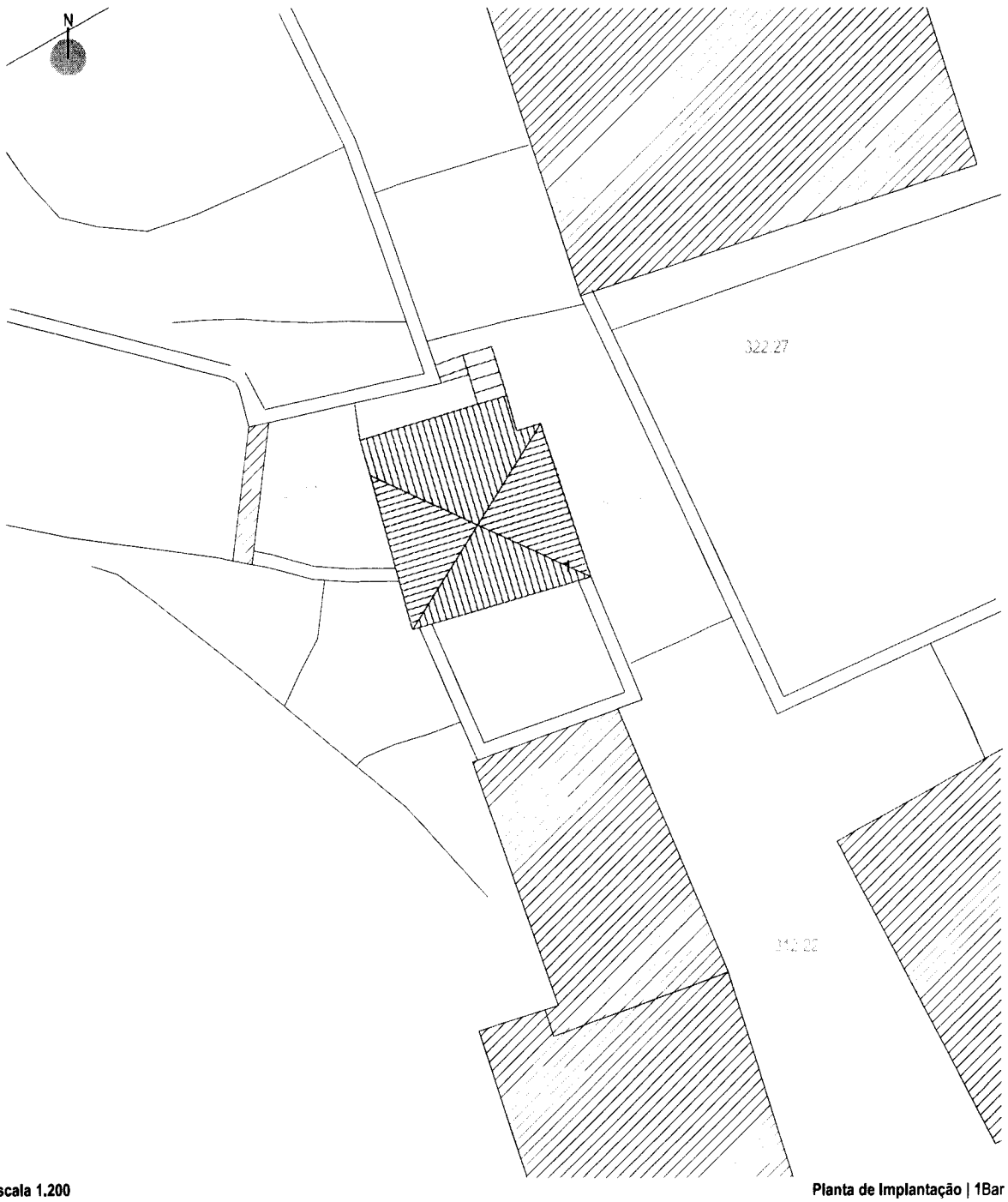
A plataforma exterior traduz-se na utilização de uma estrutura de perfis de ferro sobre os quais se propôs a aplicação de réguas de madeira, cujo afastamento se pretendeu de modo a permitir a passagem de luz para o pátio inferior.

Foi proposta a substituição do forro de madeira existente, dando lugar a placas de gesso cartonado, sob a forma de pirâmide, sendo que a articulação do referido revestimento com as paredes de alvenaria caiadas, se pretendeu que resultasse numa sanca de iluminação e ventilação, caso tal se apresentasse necessário.

Em termos funcionais, a sala do bar ocupa o piso superior do edifício, ao passo que o piso térreo passou a destinar-se a despensa e arrecadação.

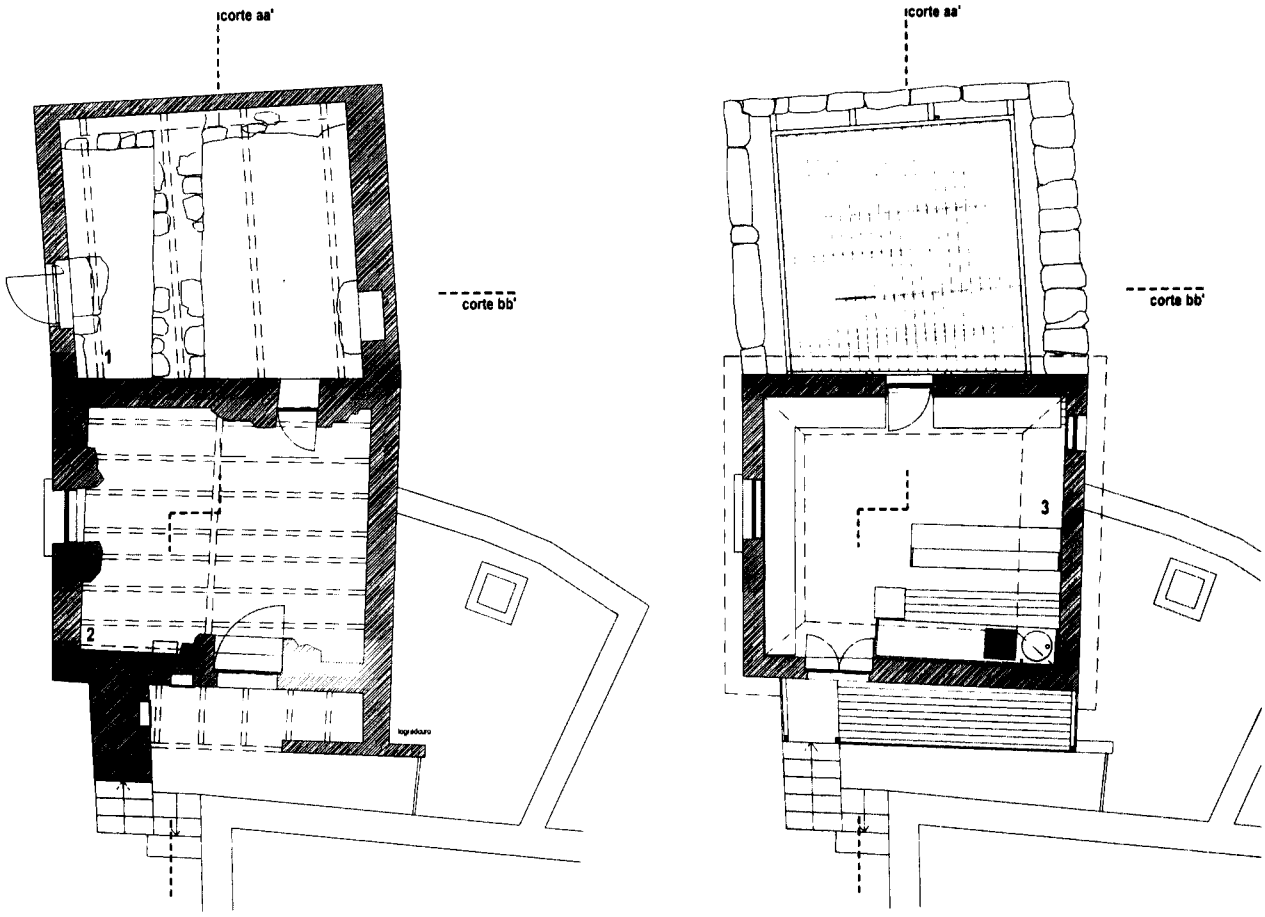
O espaço contíguo à sala do bar, passa a ser de usufruição pública, sob a forma de esplanada, permitindo um contacto com a rua, o bar e a paisagem arqueológica.

O balcão, mesa para a caixa registadora, prateleiras e banca, foram desenhados especificamente para o espaço em causa, (TOMÉ, 2000, s.p.).



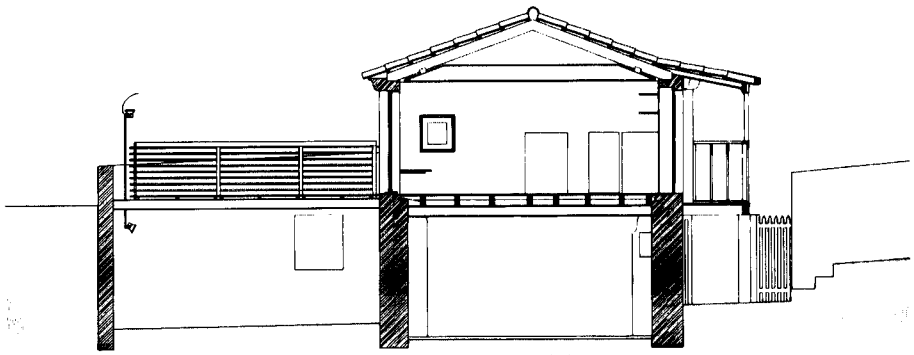
Escala 1.200

Planta de Implantação | 1Bar

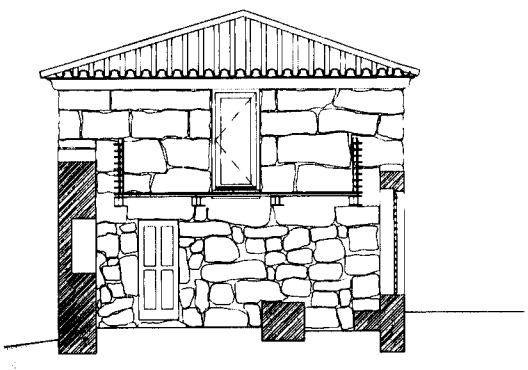


Planta do piso 0 | 1pátio coberto 2arrumos

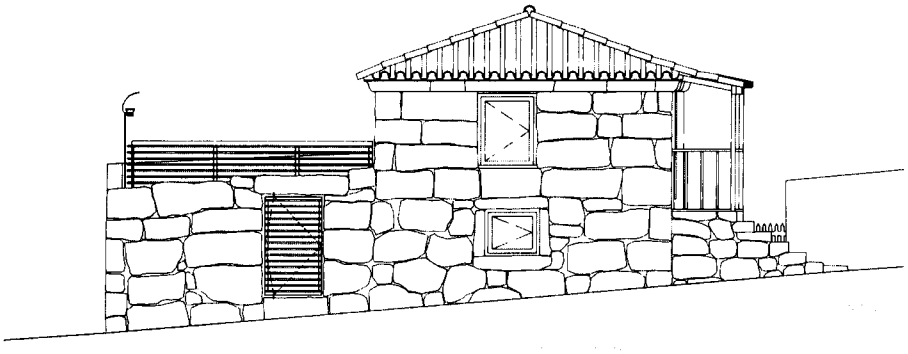
Planta do piso | 3bar



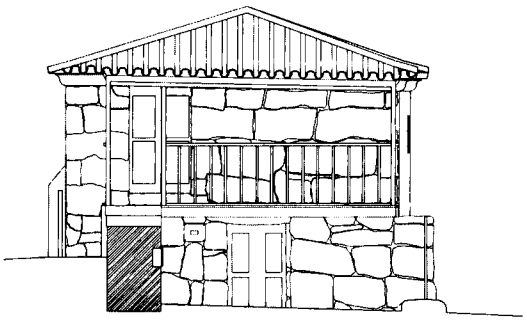
Corte aa'



Corte bb'



Alçado Nascente

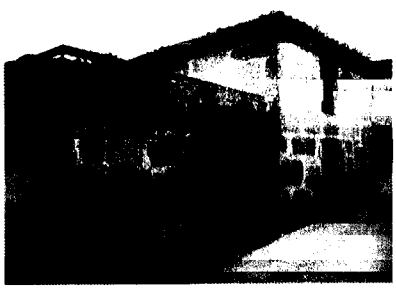


Alçado Norte

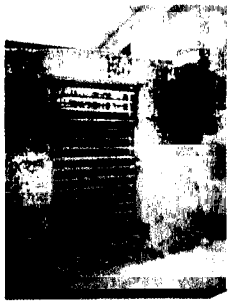




42|Bar (vista da rua de acesso)



43|Bar (vista da rua de acesso)



44|Esplanada/vestígios arqueológicos

Projecto | Edifício de Armazém/Reserva

Autoria do Projecto de Arquitectura | Joana Borges, Arquitecta

Data do Projecto | 2001

Fase de Projecto | Obra concluída

O edifício destinado a Armazenagem/Reserva da Área Arqueológica do Freixo foi implementado num terreno localizado na área limítrofe à povoação, cuja origem compositiva se baseia num muro de betão armado com, aproximadamente, três metros de altura, absorvendo as diferenças de cota do terreno.

O muro funde-se com o maciço rochoso, num dos seus extremos, posicionando-se no alinhamento definido pela habitação existente a Norte do terreno, estendendo-se até ao topo Sul, onde, em articulação com o muro em pedra, no limite do terreno, define a entrada principal para o conjunto.

A utilização do betão armado associado ao referido muro prende-se com questões de ordem financeira, sendo que, figurativamente, foi considerado um material, cuja textura e cor, se aproximavam das do granito, de modo a evitar-se uma excessiva ruptura, face à envolvente pré-existente.

A configuração do edifício baseia-se numa estrutura linear com cerca de cinquenta e cinco metros de comprimento, por seis metros de profundidade, incorporado por uma modulação constante.

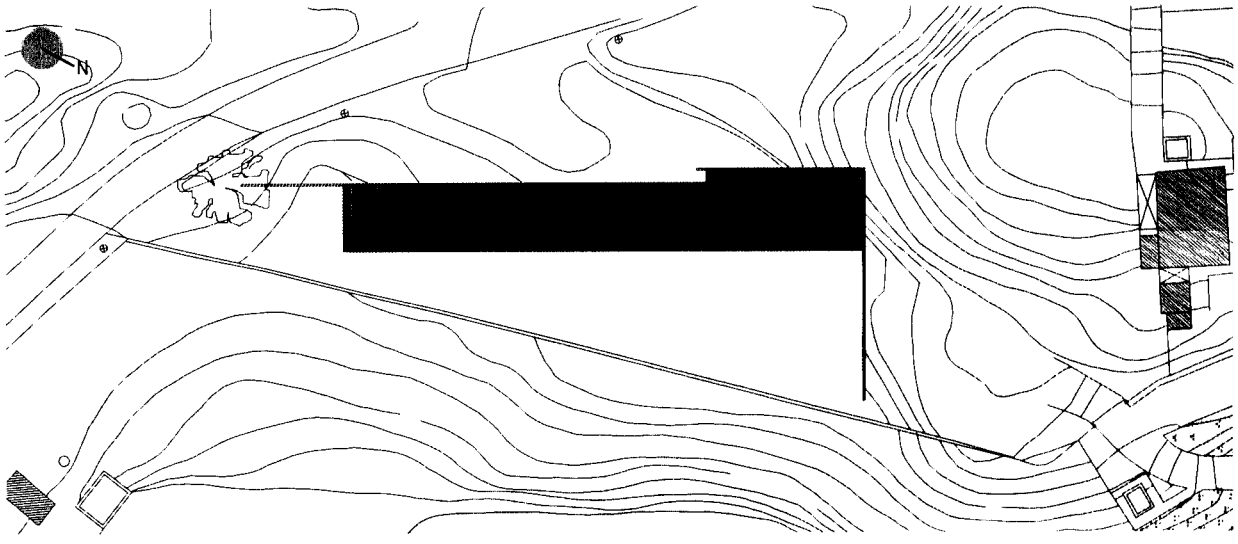
A implantação do edifício em causa permite a criação de um espaço amplo, uma espécie de praça, para onde se abrem os vários espaços funcionais.

O edifício alberga três áreas de funcionamento, equivalendo a cerca de 100m^2 cada, sendo que uma se destina a estacionamento para oito viaturas, outra a armazenamento e, por fim, uma última vocacionada para reserva. As três áreas funcionais possuem entradas voltadas para a praceta, a Nascente, e separam-se sob a forma de uma zona pedonal que adquire o papel de charneira, permitindo o acesso às instalações sanitárias, integrando vestiários com duche e um lavabo com cabine autónoma.

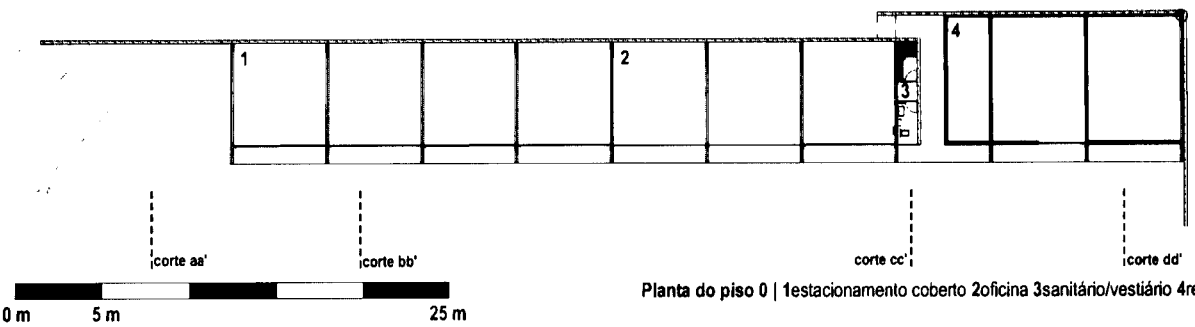
Relativamente à solução construtiva, foi intenção da autora, uma proposta pontuada pela "simplicidade e contenção", com vista à eficácia para redução de custos, cumprindo os objectivos do programa.

O edifício é composto por três grupos de elementos construtivos, tais como o betão no muro, suportando as terras e a cobertura; perfis metálicos H, materializando a estrutura modular; e, finalmente, os painéis de alumínio, que formam a cobertura, bem como painéis de contraplacado que compõem os paramentos verticais, correspondendo à modelação da estrutura metálica e assumindo as variantes fixa ou articulada, de modo a possibilitar as entradas para os diferentes compartimentos.

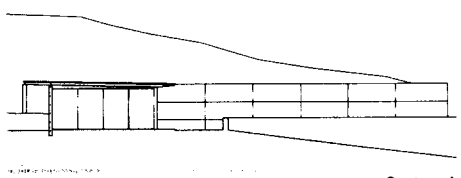
O núcleo das instalações sanitárias e a zona de reserva é constituído por painéis de contraplacado, de acordo com a imagem do conjunto, (BORGES, 2001, 6-9).



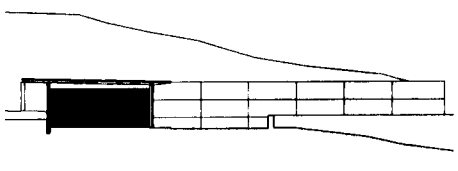
Planta de Implantação | 1Armazém/Reserva



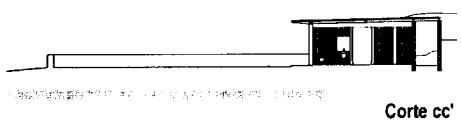
Planta do piso 0 | 1estacionamento coberto 2oficina 3sanitário/vestiário 4reserva



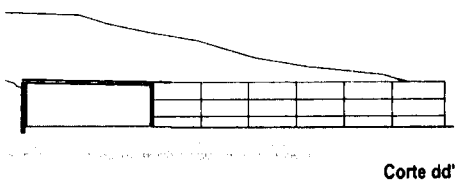
Corte aa'



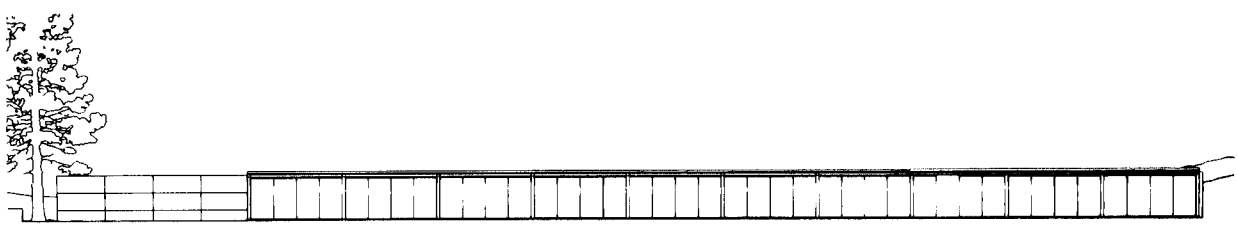
Corte bb'



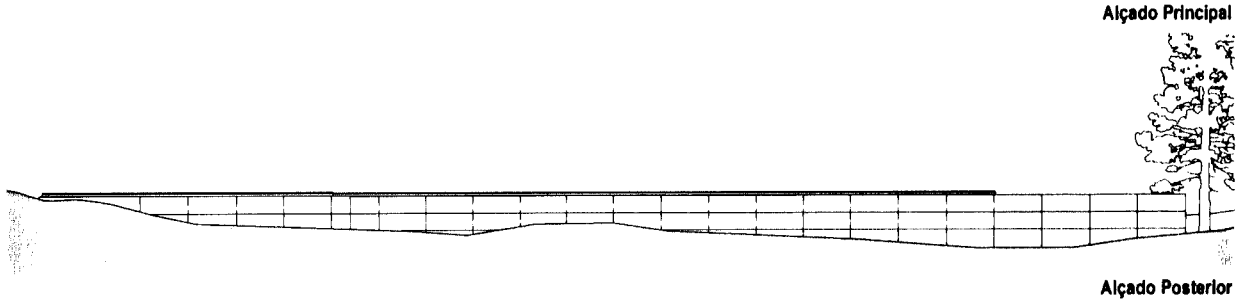
Corte cc'



Corte dd'



Alçado Principal



Alçado Posterior



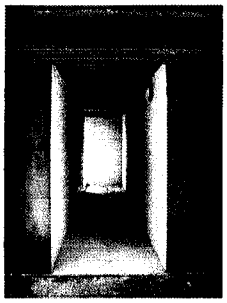
45|Vista do muro de betão



46|Acesso ao edifício



47|Vista da praça



48|Percurso pedonal de atravessamento



49|Percurso pedonal de atravessamento



50|Vista do muro de betão e cobertura

Projecto | Escola de Arqueologia do Freixo (Projecto de Raiz)

Autoria do Projecto de Arquitectura | Guedes+DeCampos, Arquitectos Associados (Cristina Guedes e Francisco Vieira de Campos, Arquitectos)

Data do Projecto | 2001

Fase de Projecto | Obra não iniciada

A implementação do edifício da Escola Arqueológica do Freixo foi prevista num terreno na zona Sul da aldeia do Freixo, numa encosta a Nascente de uma elevação com significativa pendente.

Face a tal contexto, a opção de projecto passou por implantar o edifício à cota baixa do terreno, abrindo-se para a área arqueológica, rematando o terreno em anfiteatro.

O conceito inerente ao projecto passa pela "sobreposição de uma forma arquitectónica disciplinada a um terreno informe e incaracterístico, anulando – num só gesto - a importância que a rede viária tem neste local".

Assim, o edifício toca nos limites máximos do terreno, apresentando-se como uma "maciço rochoso" que se implementa com uma forma longitudinal, tendo-se em conta a paisagem característica do local.

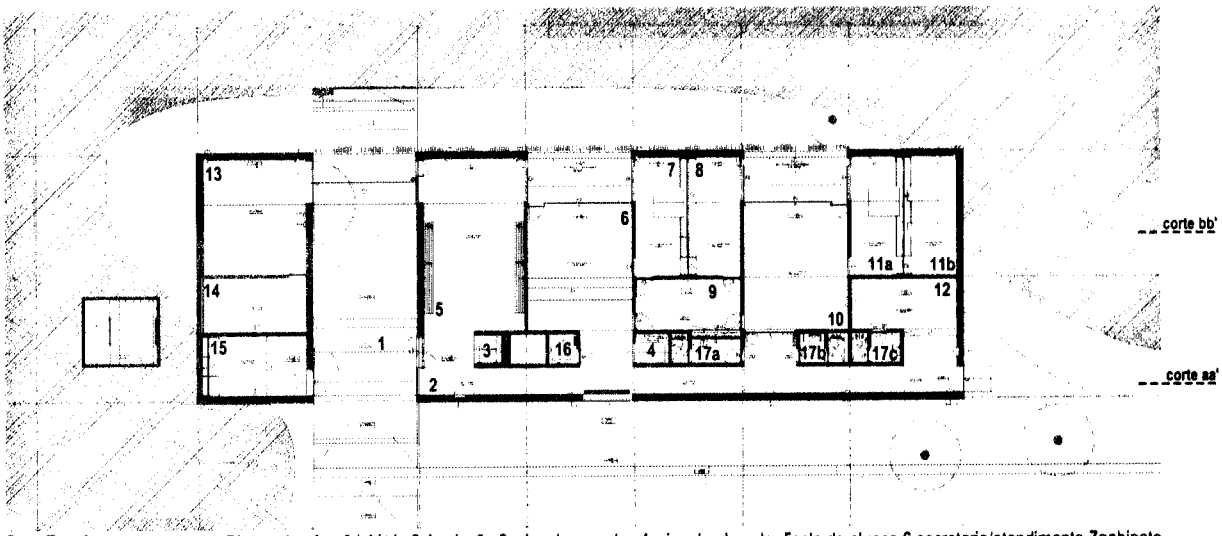
A volumetria da Escola de Arqueologia do Freixo consiste, então, numa articulação entre dois sólidos, com as mesmas dimensões, os quais "deslizam entre si", de modo a se adaptarem à topografia irregular do terreno, sendo que, em ambos os topos, se subtrai o volume térreo, criando-se duas consolas que permitem que os limites informes e inclinados do terreno, o atravessem.

Assim, o volume adquire diferentes posturas perante a irregularidade do solo, agarrando-se a ele ou permitindo o próprio atravessamento, com vista a uma "linguagem relaxada, informal e rural, como uma grande massa rochosa escavada na paisagem local". (www.menosemais.com)



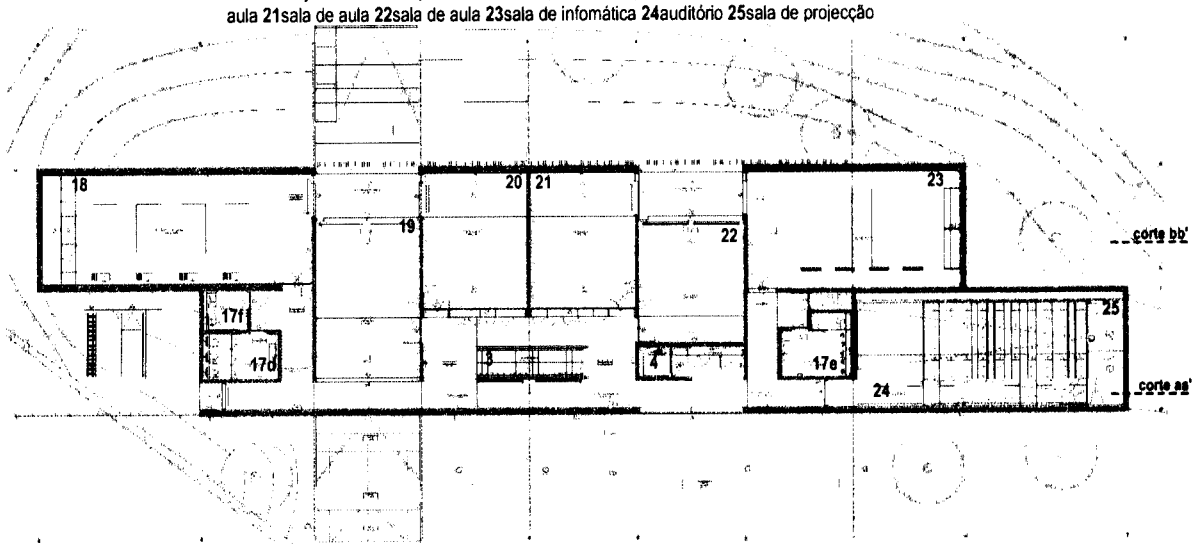
Sem Escala

Planta de Implantação | 1Escola de Arqueologia do Freixo

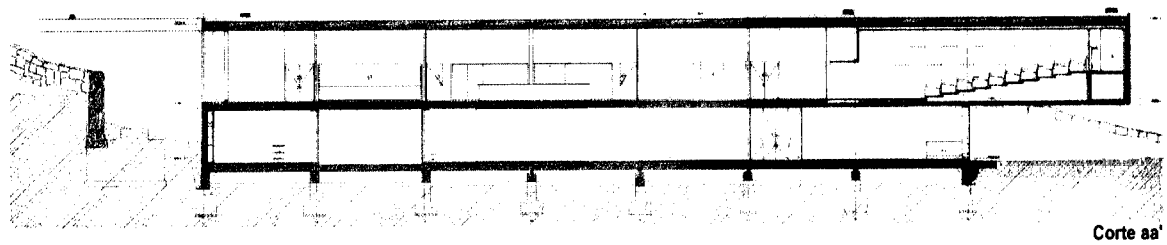


Sem Escala

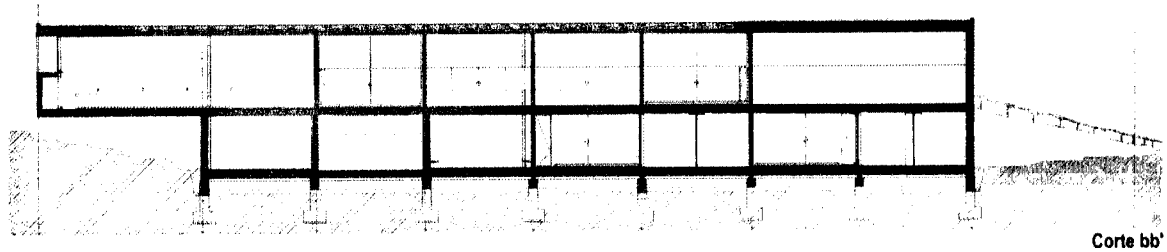
Planta do piso 0 | 1átrio 2circulação 3caixa de escadas 4caixa de elevador 5sala de alunos 6 secretaria/atendimento 7gabinete 8gabinete direcção 9sala de espera 10sala de professores 11agabinete de professores 11bgabinete de professores 12sala de colaboradores 13armazém 14arrumos 15centro de cópias 16compartimento técnico 17ainstalações sanitarias (professores) 17binstalações sanitárias (professores) 17cinstalações sanitárias (colaboradores) 17dinstalações sanitárias (alunos-feminino) 17einstalações sanitárias (alunos-masculino) 17finstalações sanitarias (deficientes) 18laboratório 19sala de desenho 20sala de aula 21sala de aula 22sala de aula 23sala de infomática 24auditório 25sala de projecção



Planta do piso 1 | 1átrio 2circulação 3caixa de escadas 4caixa de elevador 5sala de alunos 6 secretaria/atendimento 7gabinete 8gabinete direcção 9sala de espera 10sala de professores 11agabinete de professores 11bgabinete de professores 12sala de colaboradores 13armazém 14arrumos 15centro de cópias 16compartimento técnico 17ainstalações sanitarias (professores) 17binstalações sanitárias (professores) 17cinstalações sanitárias (colaboradores) 17dinstalações sanitárias (alunos-feminino) 17einstalações sanitárias (alunos-masculino) 17finstalações sanitarias (deficientes) 18laboratório 19sala de desenho 20sala de aula 21sala de aula 22sala de aula 23sala de infomática 24auditório 25sala de projecção



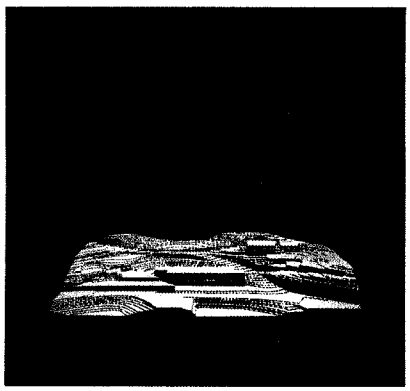
Corte aa'



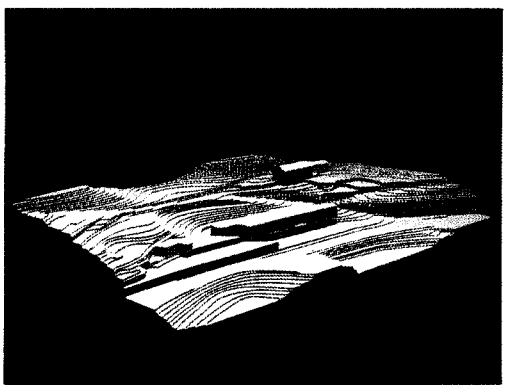
Corte bb'



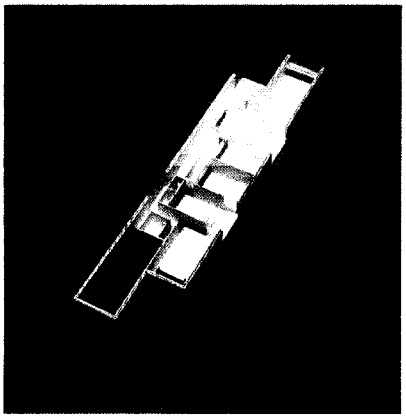
51|Simulação 3D



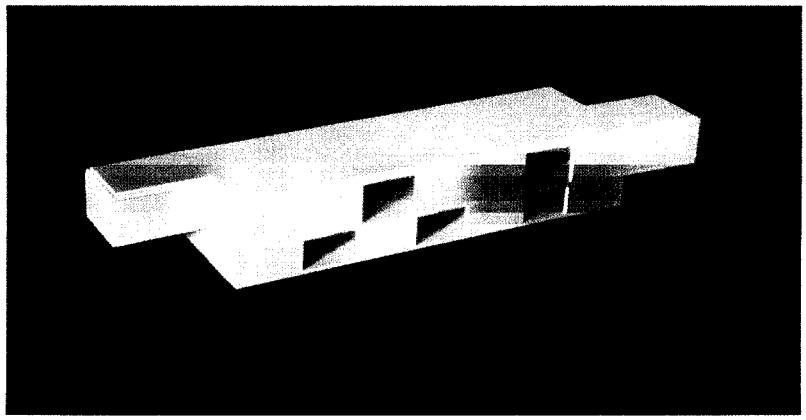
52|Simulação 3D



53|Simulação 3D



54|Simulação 3D



55|Simulação 3D

Projecto | Cafetaria/Restaurante

Autoria do Projecto de Arquitectura | Jorge Romualdo, Arquitecto

Data do Projecto | Outubro 2002

Fase de Projecto | Obra concluída em 2007

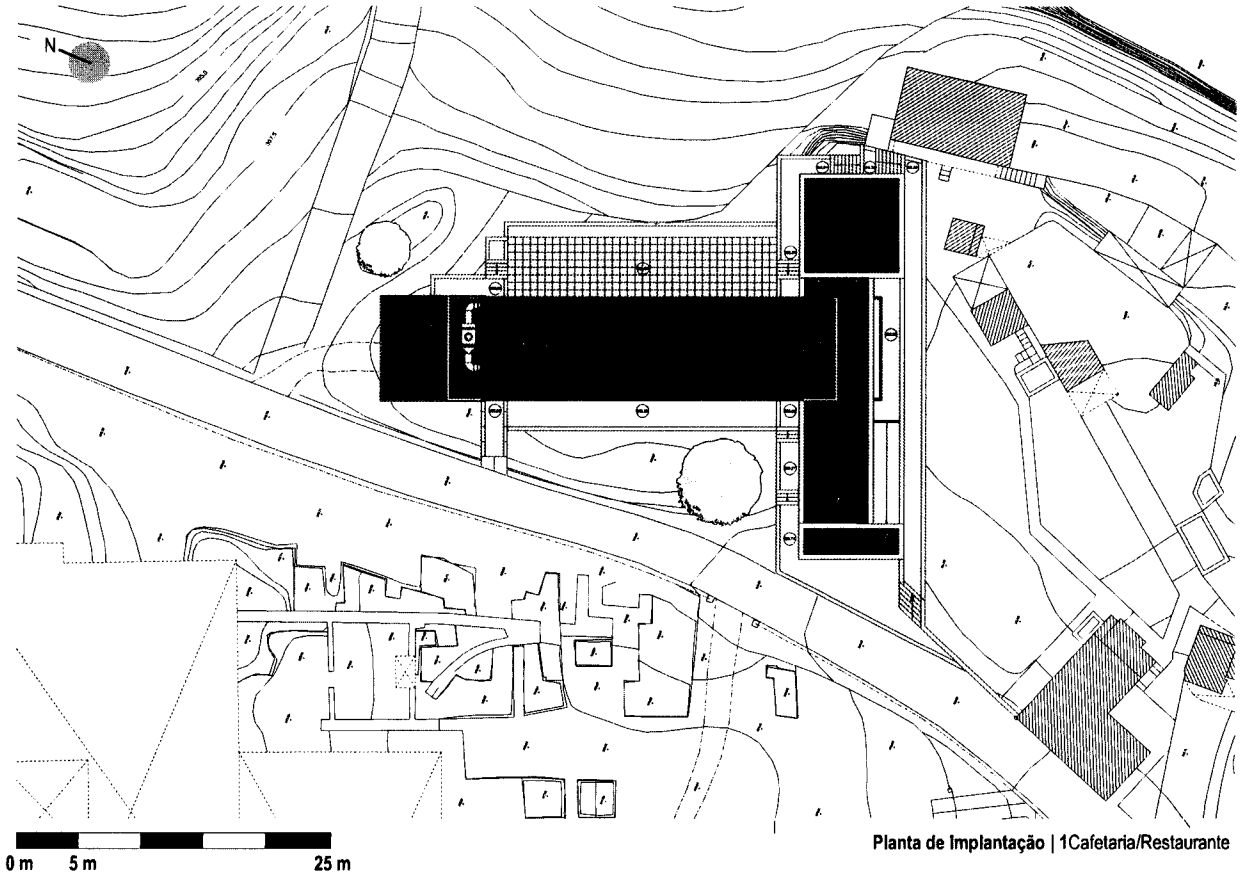
A implantação da Cafetaria/Restaurante apresenta uma composição em T, orientado no sentido Norte/Sul.

O Corpo Sul substitui um muro de pedra existente sendo revestido a granito, cuja solução resolve a diferenciação de cotas entre a via de acesso e a cota de soleira do edifício, albergando as zonas de serviço que se articulam com o braço Norte, o qual se traduz numa sala de refeições.

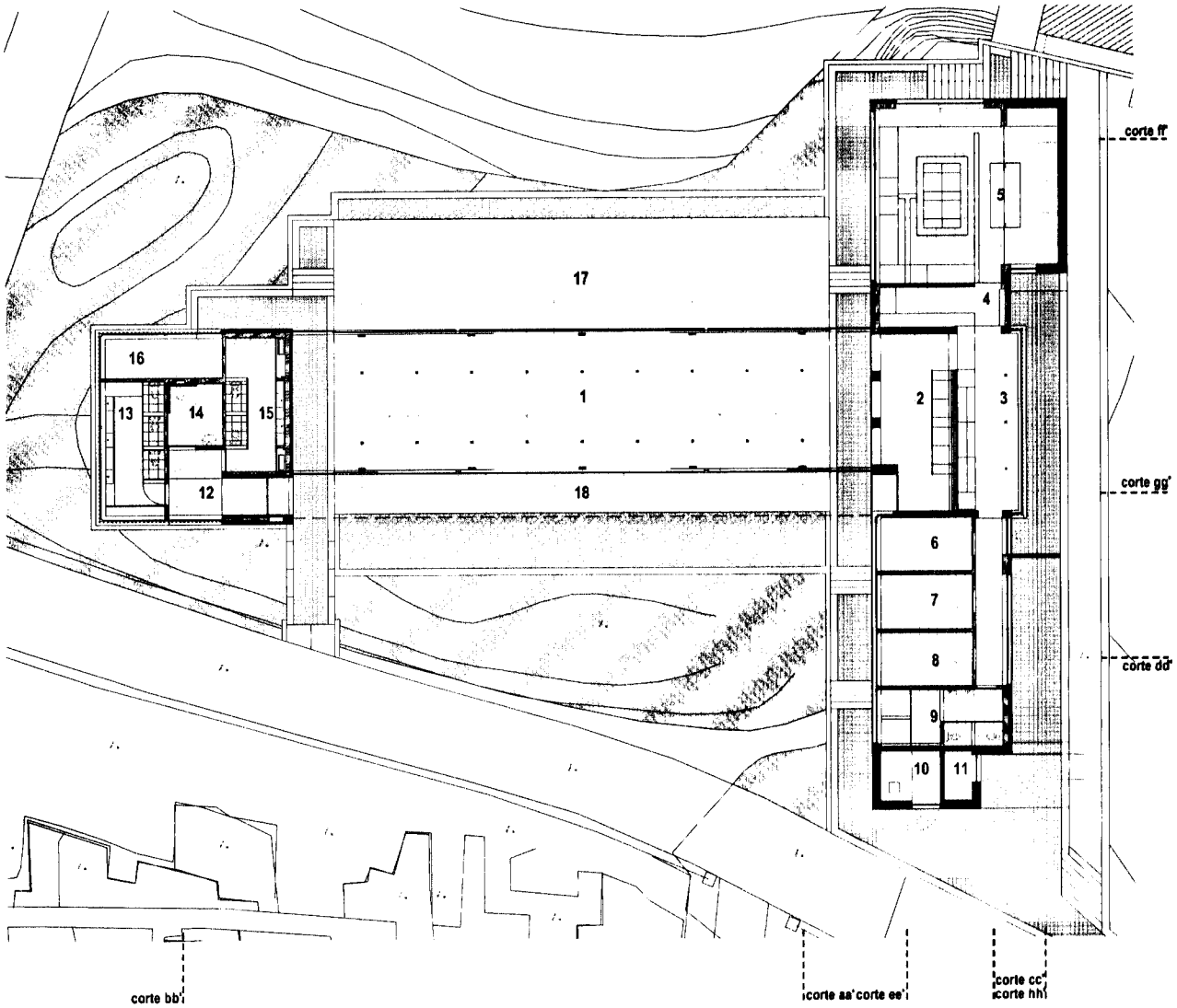
Em oposição ao carácter pétreo do braço Sul, o corpo Norte "assume-se como um volume leve e transparente, através da utilização do metal e vidro", e pelo facto de se encontrar elevado em relação ao solo, sendo, no entanto, rematado por um maciço de granito para acondicionamento das instalações sanitárias, destinadas à usufruição por parte dos utentes.

A contribuir para o carácter de leveza do volume Norte, de referir o facto de a cobertura aparecer solta, efeito atribuído pelo recuo dos pilares metálicos, constituindo um "elemento unificador do conjunto", pois prolonga-se sobre os dois volumes em granito.

A zona de refeição, para além dos panos transparentes, encontra-se articulada com uma esplanada a Nascente, prolongando-se para a paisagem, com vista ao contacto com a natureza e afastamento de eventuais ruídos da zona de escavação, (ROMUALDO, 2002, 1-2).

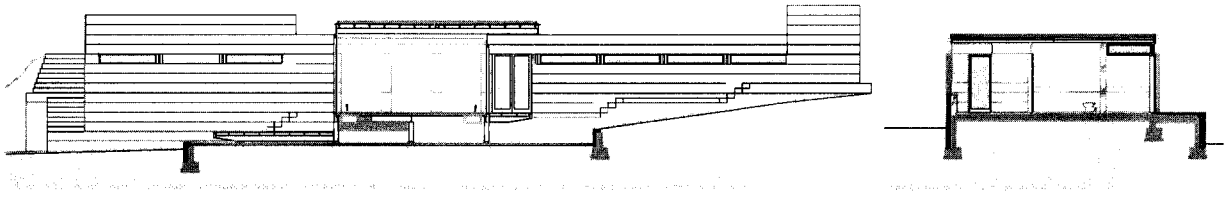


Planta de Implantação | 1Cafetaria/Restaurante



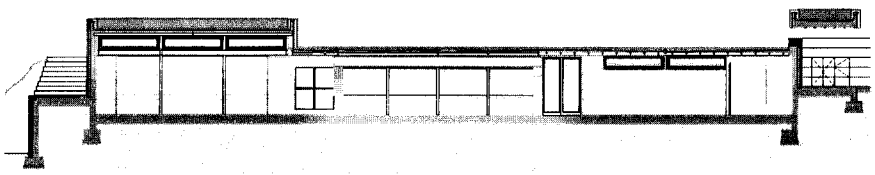
0 m 2 m 10 m

Planta piso 0 | 1sala de refeições 2"self-service" 3serviço do "self-service" 4copa 5cozinha 6economato 7depósito de vasilhame 8despensa 9sanitários para funcionários 10cisterna 11depósito de lixo 12átrio dos sanitários para utentes 13instalações sanitárias (feminino) 14instalações sanitárias (deficientes) 15instalações sanitárias (masculino) 16arrumos 17esplanada 18alpendre

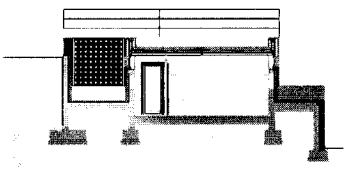


Corte aa'

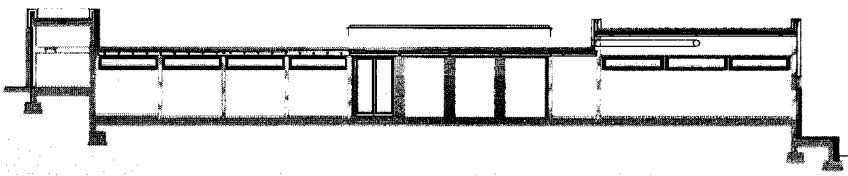
Corte bb'



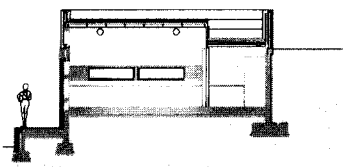
Corte cc'



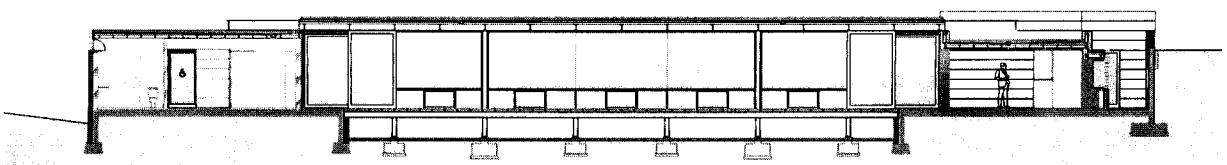
Corte dd'



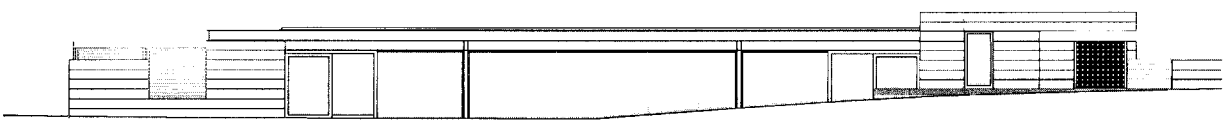
Corte ee'



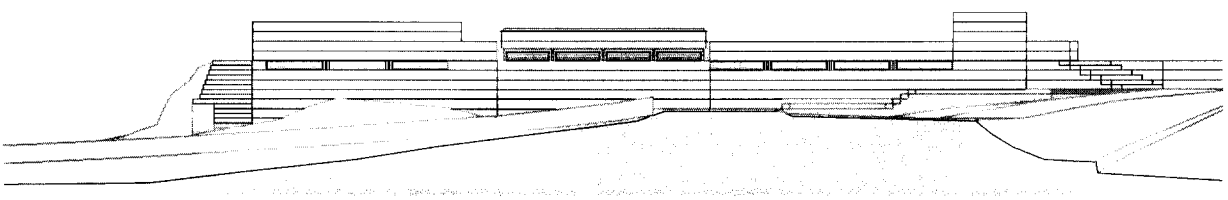
Corte ff'



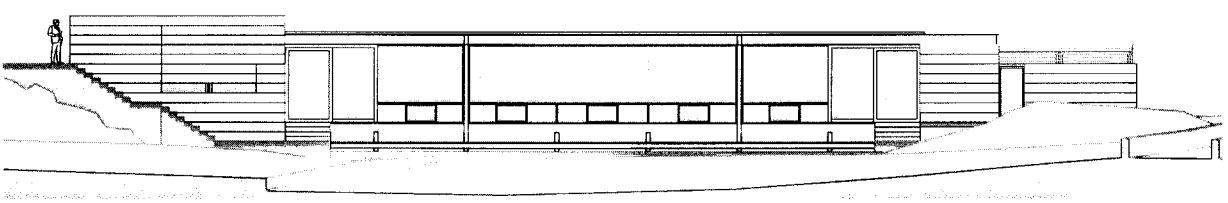
Corte gg'



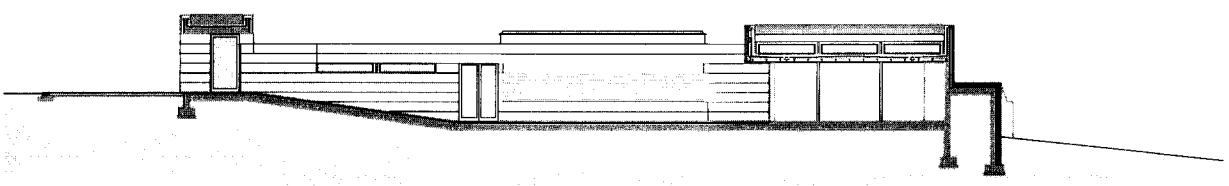
Alçado Poente



Alçado Norte



Alçado Nascente

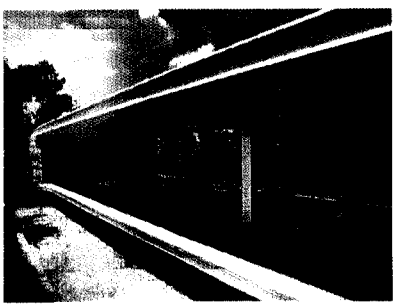


Alçado Sul

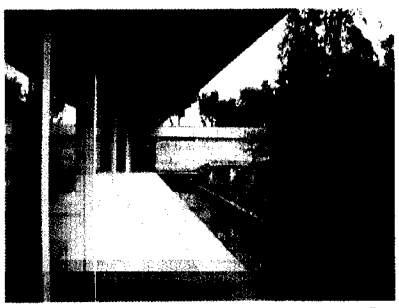




56|Remate do corpo Norte



57|Corpo Norte (volume "transparente")



58|Corpo Norte (volume "transparente")



59|Corpo Sul (diferenciação de cotas)



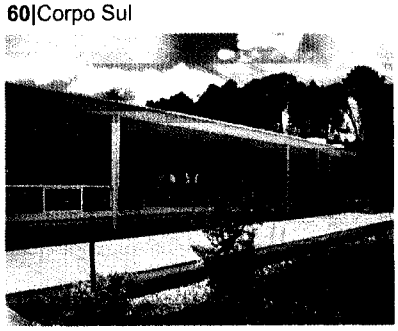
60|Corpo Sul



61|Vista da cobertura



62|Vista da cobertura



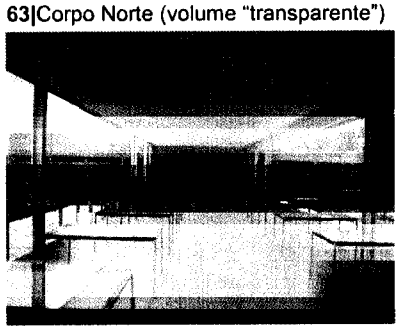
63|Corpo Norte (volume "transparente")



64|Remate do corpo Norte



65|Esplanada



66|Sala de refeições



67|Sala de refeições

Projecto | Núcleo Museológico da Vida Quotidiana

Autoria do Projecto de Arquitectura | Miguel Tomé, Arquitecto

Data do Projecto | Novembro 2002

Fase de Projecto | Obra concluída em 2004

O Núcleo Museológico da Vida Quotidiana localiza-se no núcleo central da povoação, num contexto formal e funcionalmente complexo, ocupando um terreno parcialmente murado, antes utilizado para exploração agrícola, afecto actualmente à estação arqueológica, cujo campo visual se abre para um vale longínquo.

O museu traduz-se num volume prismático, desenvolvendo-se linearmente, ao longo de um muro de divisão cadastral, cuja fachada maior se abre para o recinto arqueológico.

O novo edifício estabelece uma relação com o adro da Igreja, através de um topo do volume, composto por um plano simples em alvenaria de granito, associando-se ao conjunto de edifícios envolventes em pedra.

Com a geometria ortogonal do volume, pretende-se uma relação com os eixos principais da antiga cidade romana, associando-se, também, à orientação das implantações da igreja e do auditório.

O terreno para implantação do museu foi objecto de modelação, tendo sido escavado, superficialmente, no maciço rochoso, à cota alta, ao passo que à cota mais baixa foi desenvolvido um aterro contido por um muro de granito, com vista à criação de uma plataforma estável para a referida implantação.

No que se refere à imagem exterior, o edifício é composto por uma estrutura porticada de betão armado, revestida por um sistema de membranas, sendo que os espaços do museu são envolvidos por planos de vidro.

De referir a existência de uma cobertura de zinco, em sistema camarinha, elevada em relação à laje, contendo as instalações técnicas.

Relativamente à organização espacial e distribuição do programa, refere-se que o acesso ao edifício processa-se a partir do adro, proporcionando-se, desde então, o contacto visual com a área escavada, a qual fornece todo o conteúdo expositivo, sendo que um plano de betão texturado dirige para a entrada.

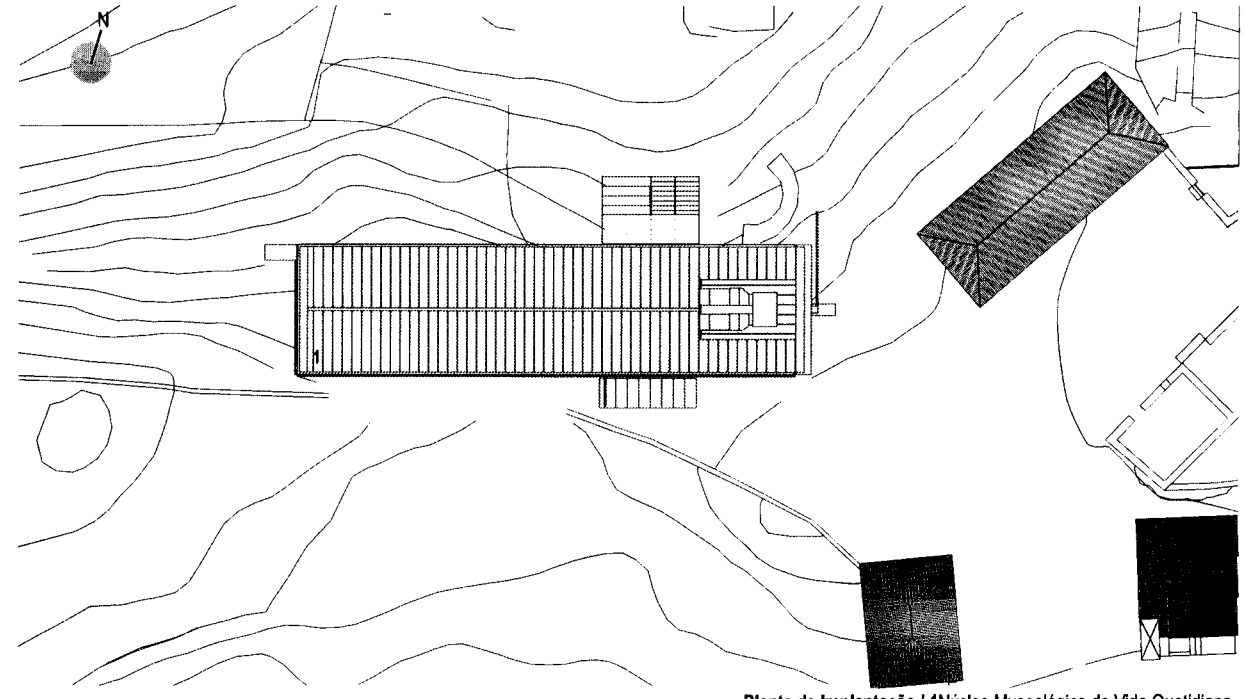
Programaticamente, o núcleo museológico é composto por tês áreas funcionais, sendo que uma consiste na zona da entrada que se relaciona, lateralmente, com duas salas e se abre, nos topos, ao exterior.

Relativamente às salas, refere-se que uma delas é fechada, de planta quase quadrangular, de carácter introvertido, conferido por quatro monólitos em betão armado, cujo conteúdo será composto por peças pequenas, em condições ambientais e de luminosidade controladas.

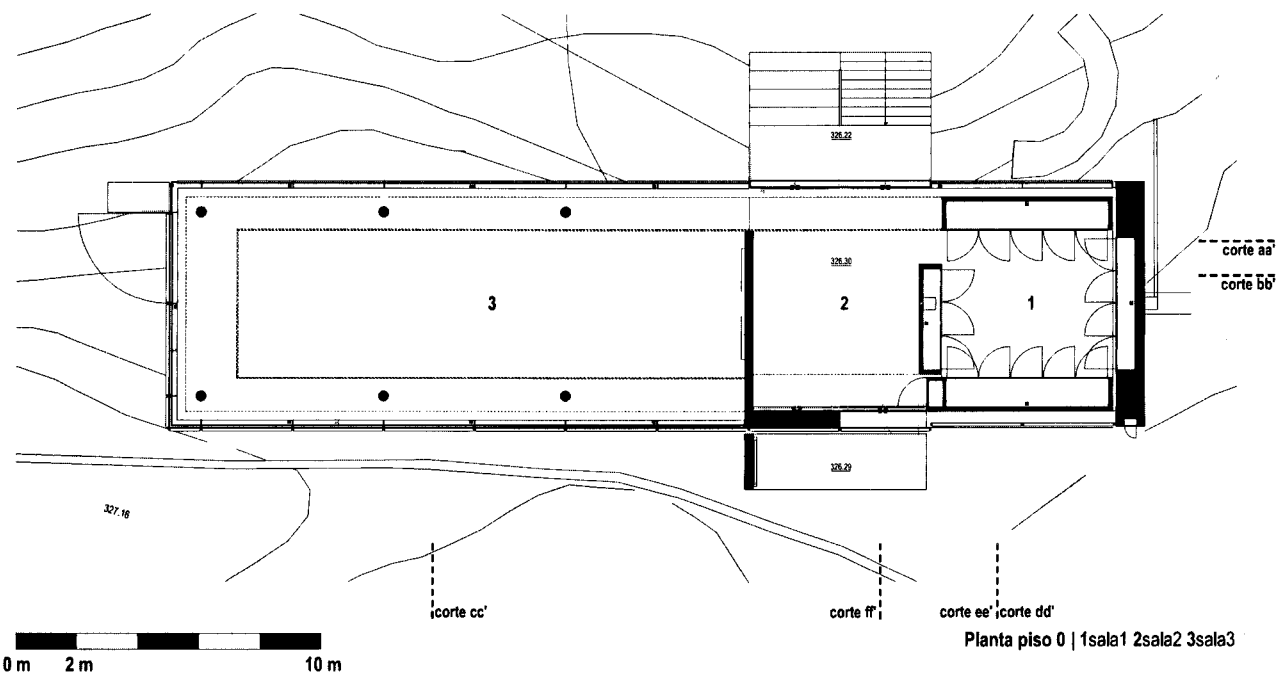
A sala maior é marcada pela estrutura porticada, prolongando-se para a paisagem envolvente, através da transparência inerente aos três alçados.

O referido espaço está vocacionado para a apresentação de peças de porte maior, com a presença dominante de luz natural, relevando-se a importância do ripado exterior para controlo da mesma, bem como de uma membrana contínua de telas previstas em rolo, para o interior, de modo a atenuar o efeito de contraluz e controlo do aspecto do plano de fundo.

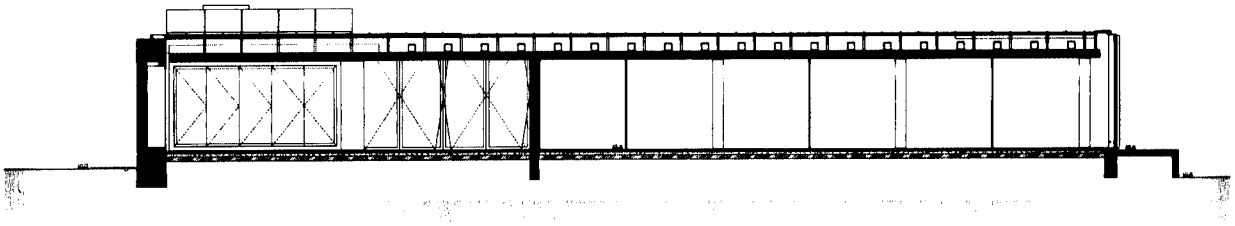
Quanto ao espaço exterior, de mencionar a libertação do afloramento rochoso de qualquer revestimento, registando-se que, para além das soluções arquitectónicas para assinalar a entrada Norte, sob a forma de pavimento e muro em betão, foi pensado um volume autónomo de escadas/anfiteatro, relacionado com o percurso entre as ruínas, associado ao hipotético traçado viário romano, (TOMÉ, 2002, 1).



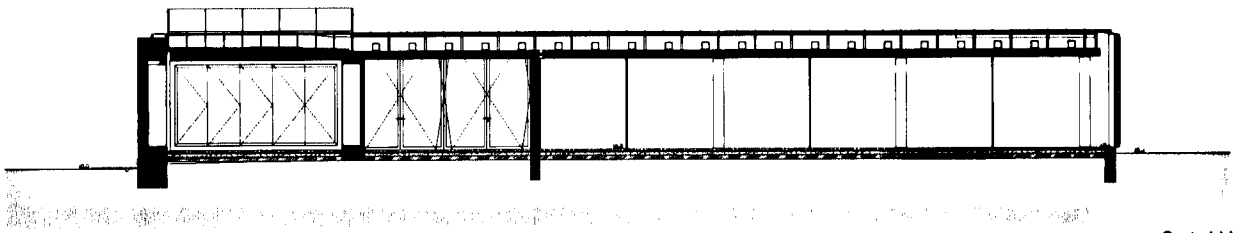
Planta de Implantação | 1Núcleo Museológico da Vida Quotidiana



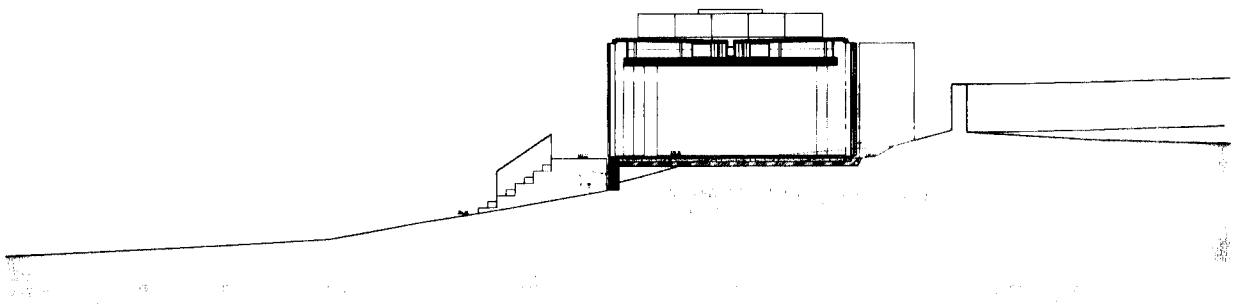
Planta piso 0 | 1sala1 2sala2 3sala3



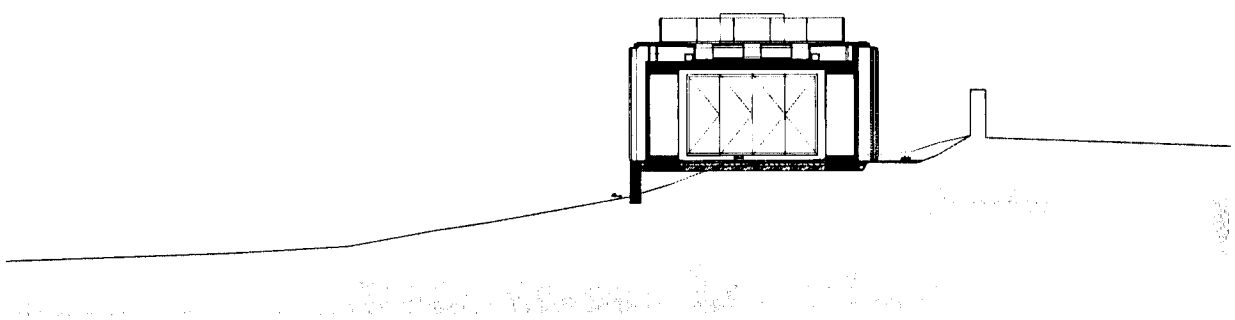
Corte aa'



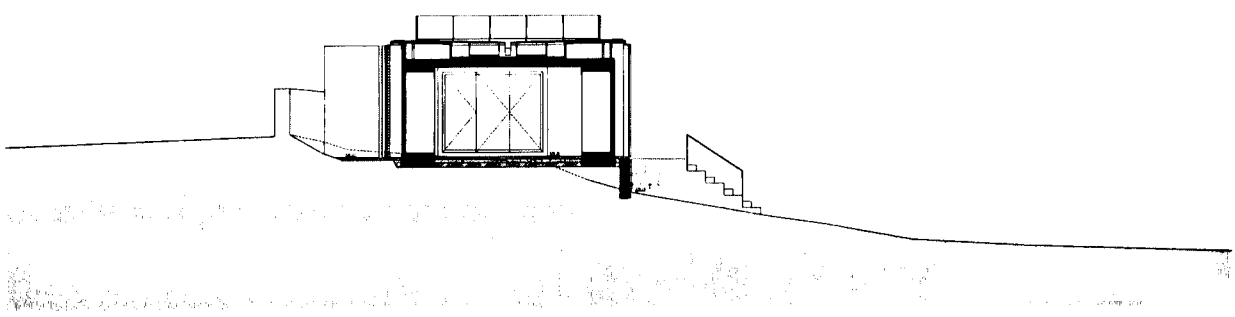
Corte bb'



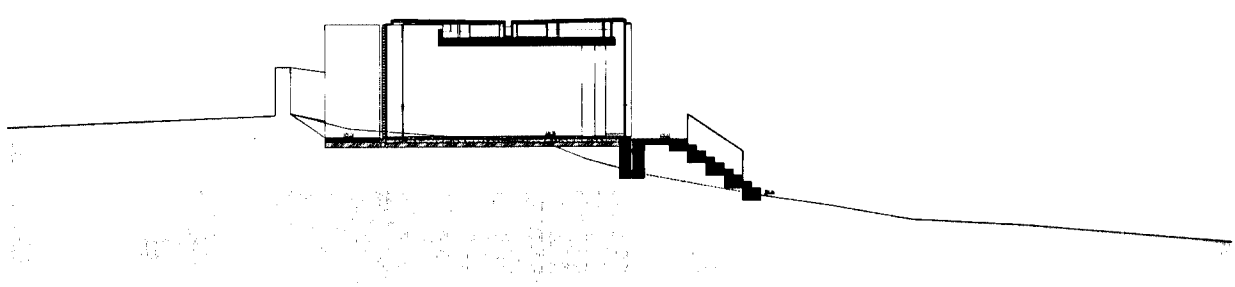
Corte cc'



Corte dd'

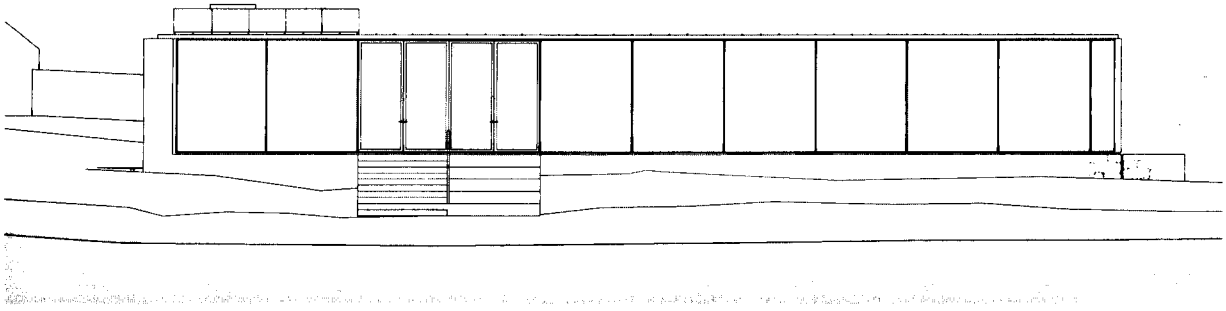


Corte ee'

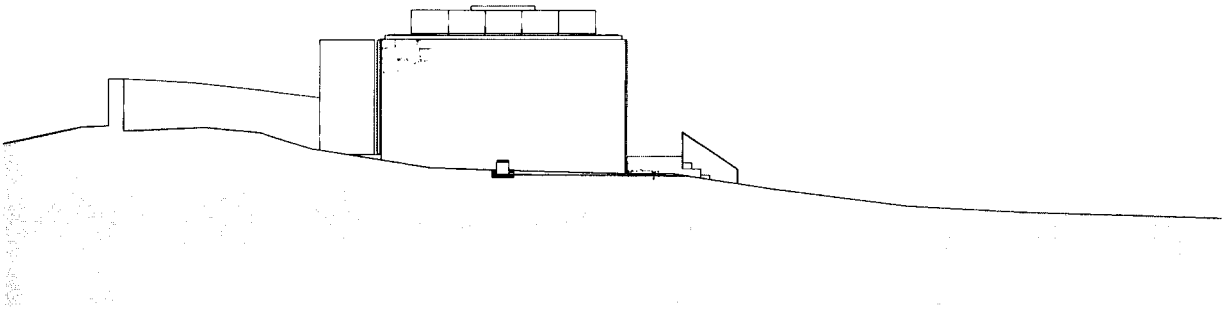


Corte ff'

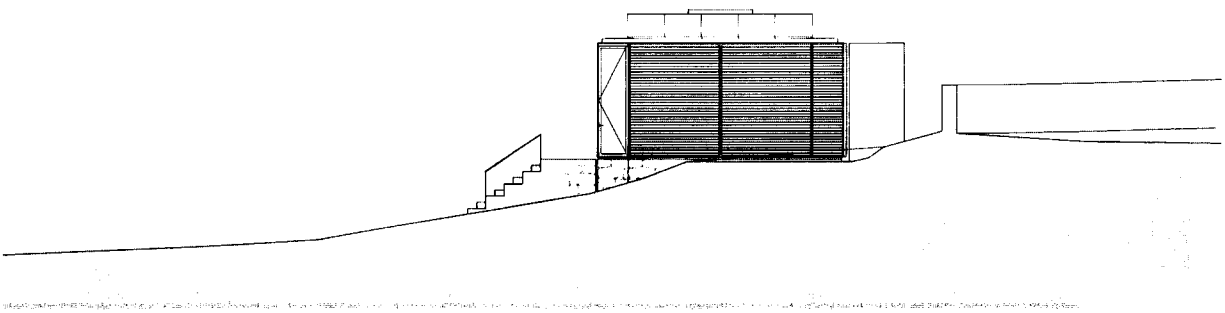




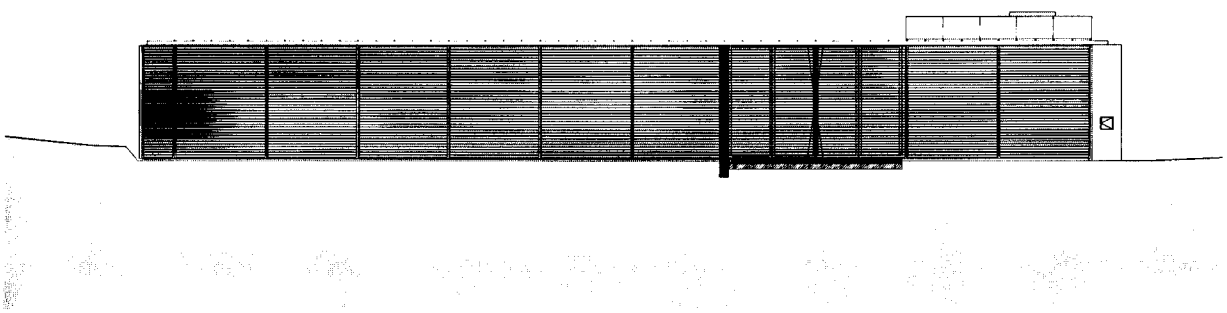
Alçado Norte



Alçado Nascente



Alçado Poente

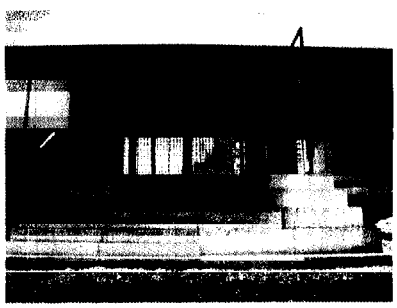


Alçado Sul

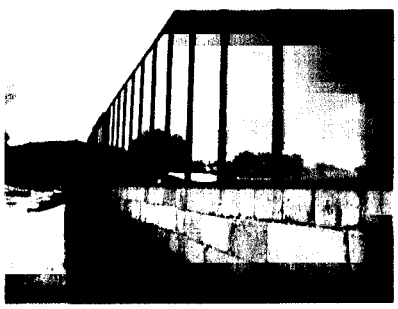
0 m 2 m 10 m



68|Vista da zona habitacional das ruínas



69|Entrada voltada para as ruínas



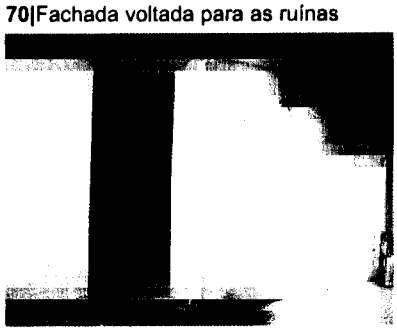
70|Fachada voltada para as ruínas



71|Sala 2 (área expositiva)



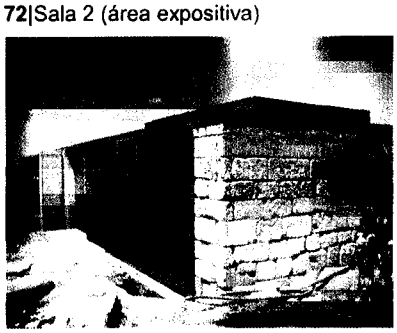
72|Sala 2 (área expositiva)



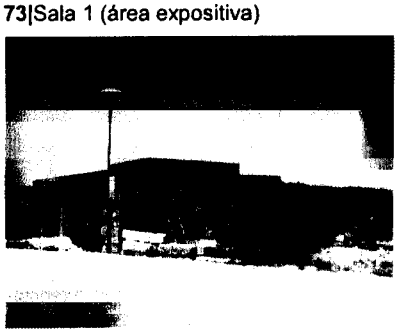
73|Sala 1 (área expositiva)



74|Fachada voltada para muro de divisão



75|Entrada dirigida para o adro da igreja



76|Fachada voltada para o adro da igreja

Projecto | Sala Polivalente | Auditório

Autoria do Projecto de Arquitectura | Miguel Tomé, Arquitecto

Data do Projecto | Abril 2003

Fase de Projecto | Obra concluída

O novo edifício a integrar a Aldeia do Freixo e Área Arqueológica, localiza-se no lote anteriormente ocupado por uma habitação dos anos setenta, cuja implantação foi prevista ligeiramente enterrada, de modo a absorver a pendente do adro, e com vista à diminuição da presença volumétrica, perante o conjunto da aldeia.

O Auditório expressa-se através de um "volume simples", cuja imagem exterior se compõe por um muro de alvenaria de granito, sugerindo uma solução construtiva tradicional, de modo a garantir a presença do carácter actual do conjunto.

A entrada do edifício associa-se a um espaço exterior de transição, podendo funcionar como área de *foyer* do Auditório.

Os materiais aplicados exteriormente, caracterizam-se por serem naturais, traduzindo-se, para além do referido granito, na madeira e no ferro, "numa solução de construção de recursos e de inovação das técnicas tradicionais, com um desenho simples e atento", sendo que, para a cobertura plana, foi prevista uma solução de camarinha.

O interior do edifício caracteriza-se pela amplitude, sem distinção de áreas funcionais, à excepção de uma zona de arrecadação para mobiliário e equipamento do auditório, bem como uma área técnica.

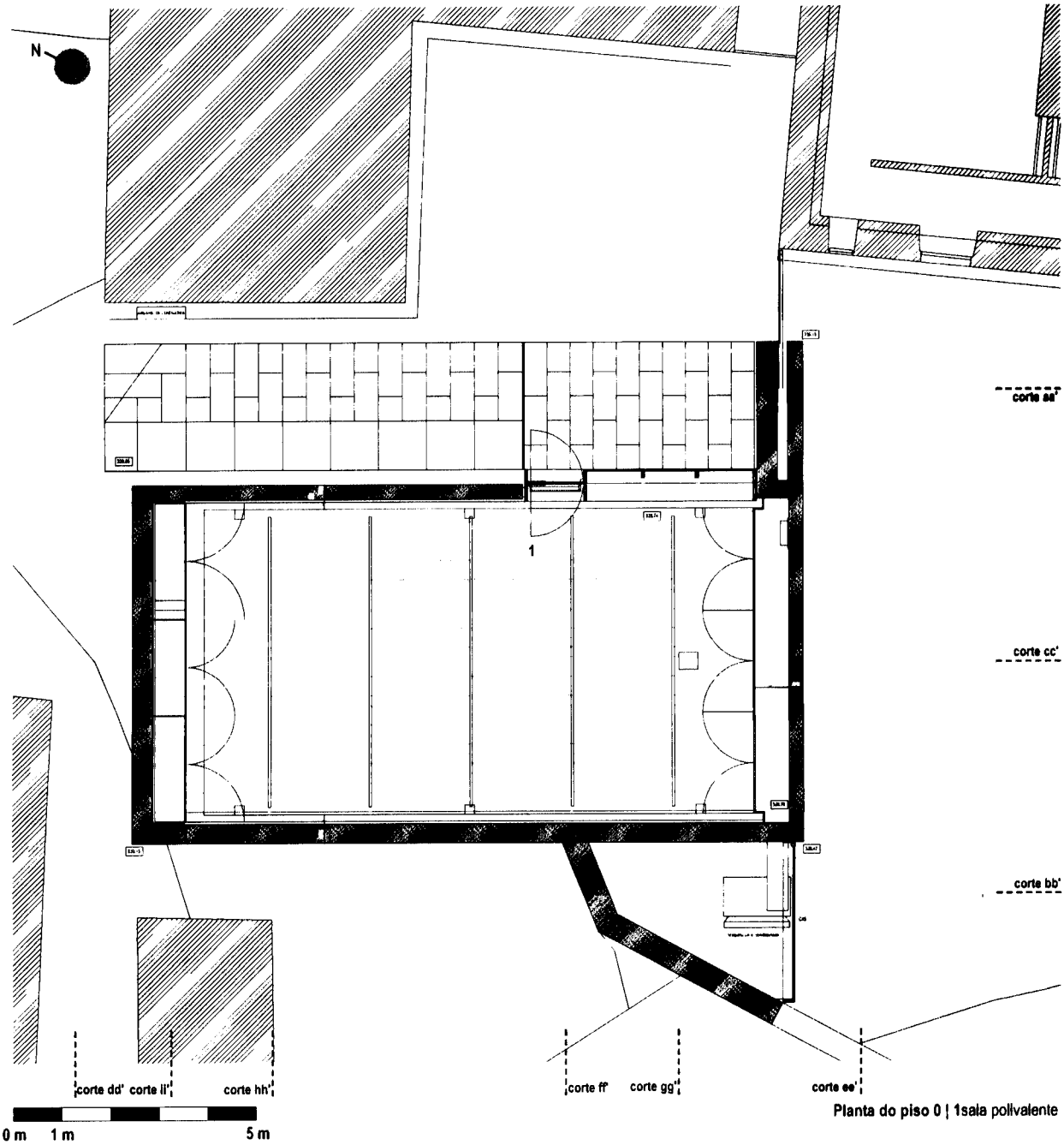
O soalho de castanho foi previsto para a pavimentação da sala, madeira também utilizada para o armário no extremo da mesma, numa perspectiva de remate visual, sobre o qual se desenhou uma caixa de vidro fosco para introdução de luz natural, dada a existência de um lanternim na cobertura.

As paredes laterais são caiadas, deixando aparente a textura irregular de alvenaria de pedra, de modo a garantir um melhor comportamento acústico.

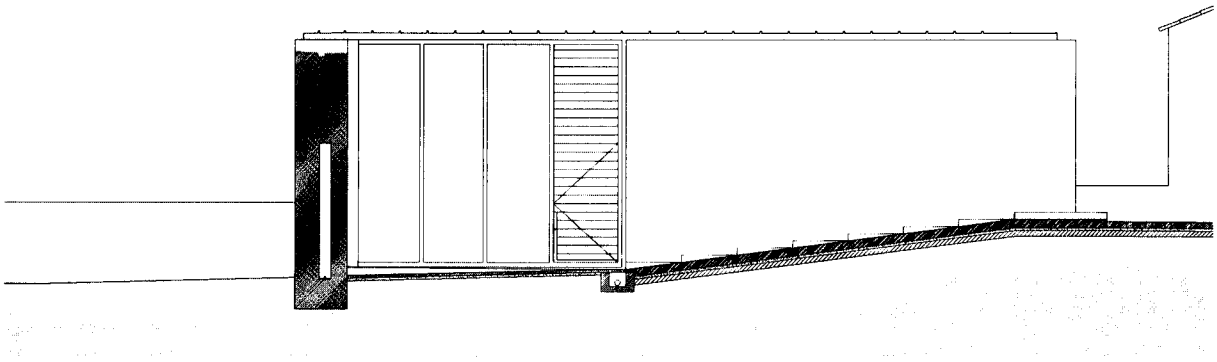
Os equipamentos do auditório foram previstos amovíveis, com vista à versatilidade nos usos do espaço, excepto a mesa, a bancada para palestras e uma mesa de suporte de aparelhagem de projecção, os quais foram objecto de desenho específico.

Ao nível dos arranjos exteriores, de referir o percurso de acesso em rampa descendente e pequenas escadas, dada a implantação inferior, em relação à cota da rua, sendo que a pavimentação, predominantemente em pedra, caracteriza-se pela adopção de várias soluções, como sendo o lajeado de granito, em superfícies ou em guias lineares, cubo de granito, a um nível superior, e calçada irregular no logradouro, com vista a uma pormenorização em função das exigências funcionais e valências formais específicas das várias zonas e percursos.

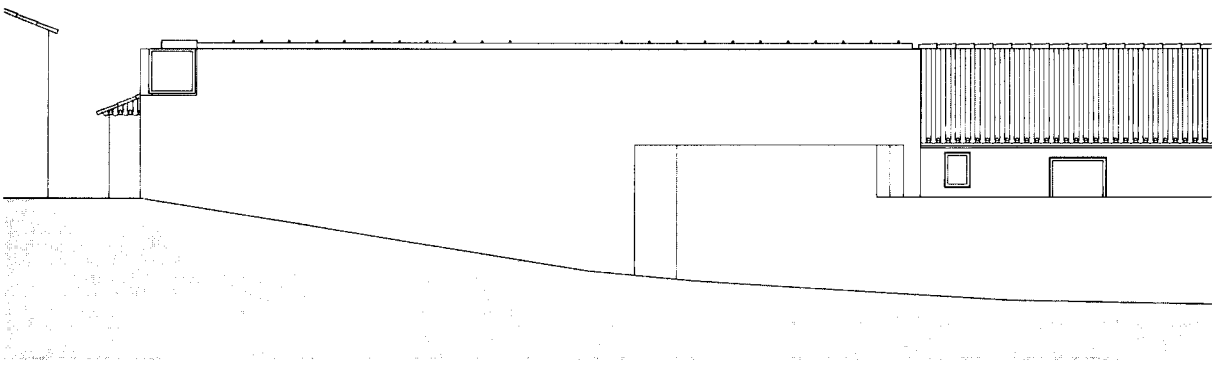
O mobiliário exterior, sob a forma de dois bancos em pedra e sinalética em chapa de aço inox, complementa o tratamento dos pavimentos exteriores, (TOMÉ, 2003, 1).



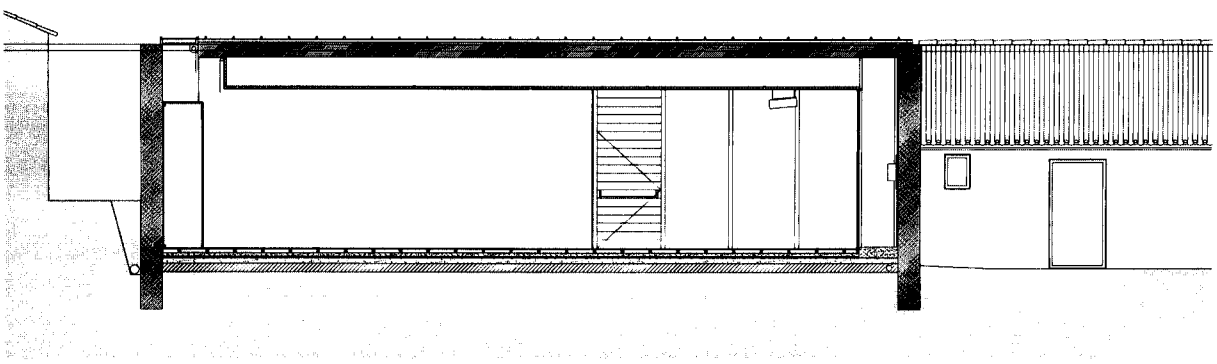
Planta do piso 0 | 1sala polivalente



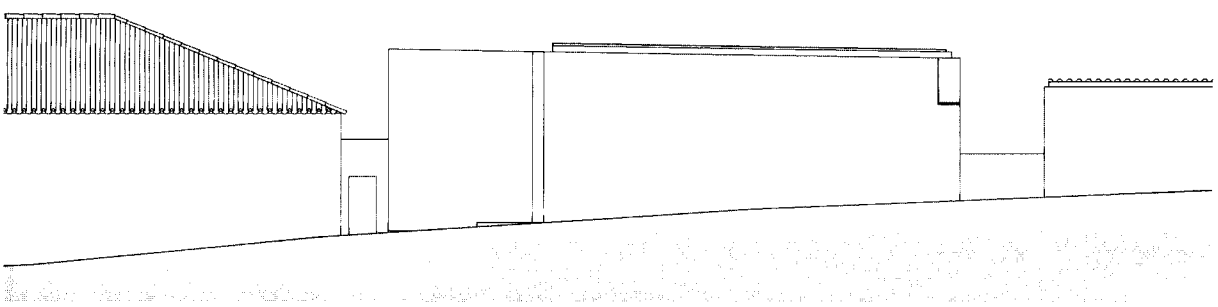
Corte aa'



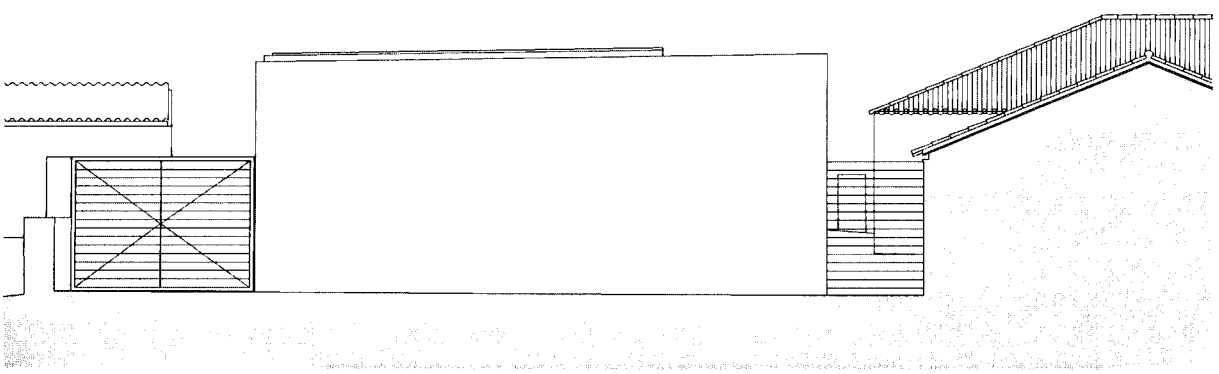
Corte bb'



Corte cc'

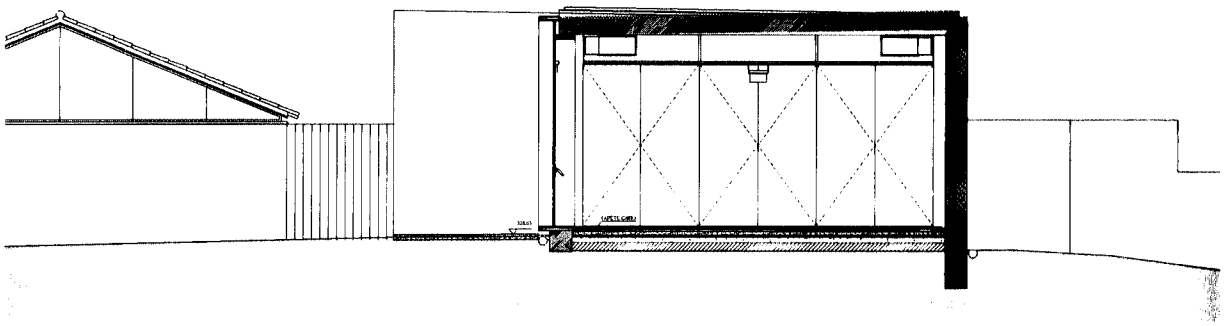


Corte dd'

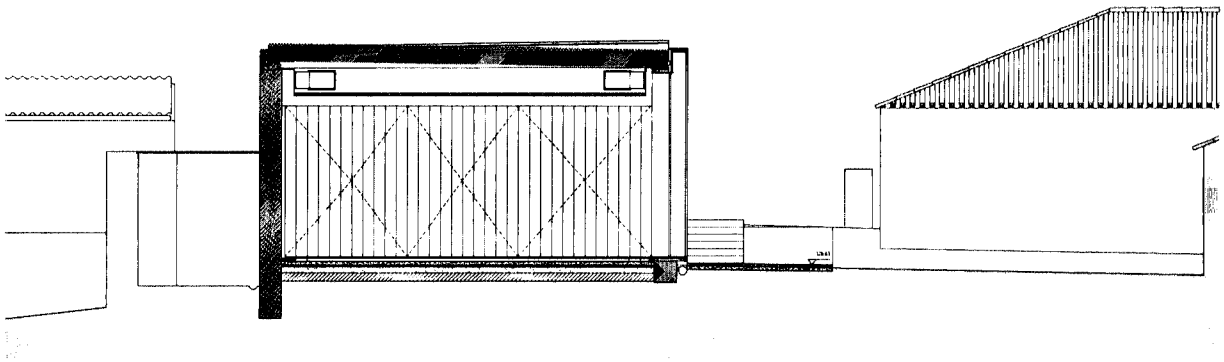


Corte ee'

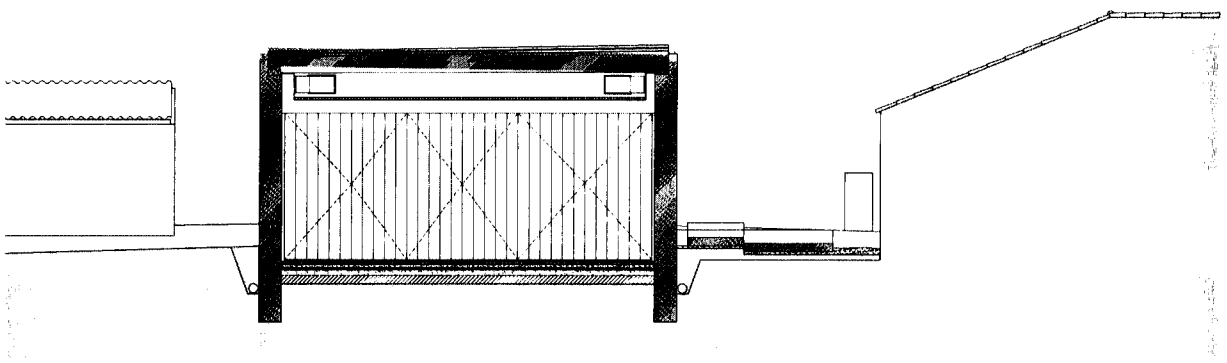
0 m 1 m 5 m



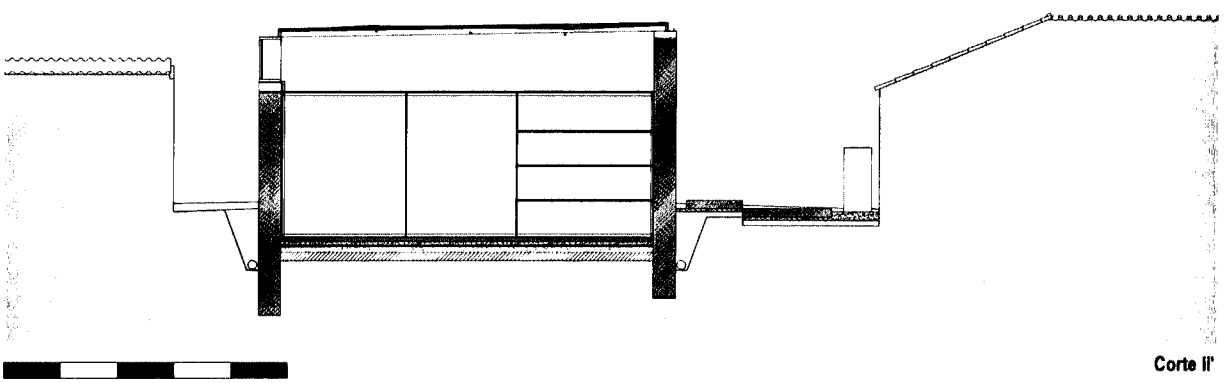
Corte ff'



Corte gg'

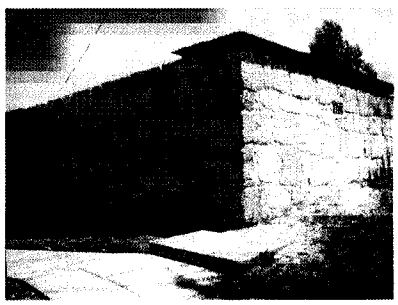


Corte hh'

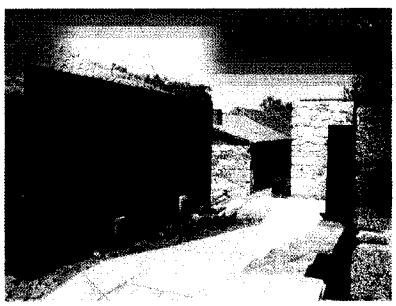


Corte ii'

0 m 1 m 5 m



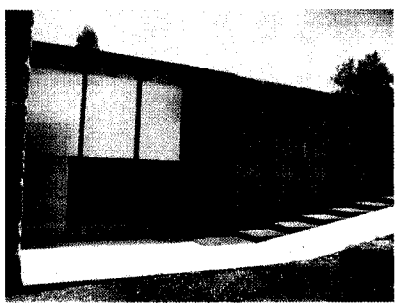
77|Volume do Auditório (gaveto)



78|Percurso de acesso



79|Percurso de acesso



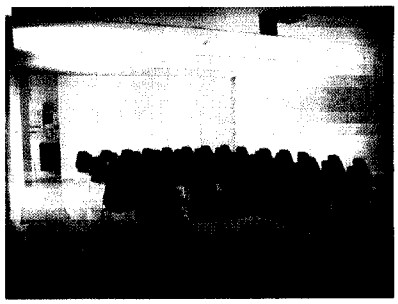
80|Entrada



81|Fachada posterior



82|Auditório (interior)



83|Auditório (interior)

Projecto | Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana do Freixo

Autoria do Projecto de Arquitectura | Joana Borges, Arquitecta

Data do Projecto | Outubro 2005

Fase de Projecto | Obra não iniciada

O edifício do Núcleo Interpretativo da Necrópole romana do Freixo, está previsto ser implantado num terreno localizado em zona limítrofe à povoação, próximo do Armazém/Reserva.

A implementação do referido equipamento, naquele lugar, fundamenta-se a partir dos dados recolhidos no território sobre as dinâmicas do enterramento, sendo que, com base no entendimento do lugar, o projecto foi desenvolvido com vista a um "carácter de contenção formal, por forma a integrar-se harmoniosamente nesta envolvente figurativamente homogénea".

Dada a natureza do terreno e os valores morfológicos da envolvente, o edifício apresenta-se em cunha, acompanhando a curva da estrada e cercando o conjunto dos túmulos escavados na rocha.

A volumetria orgânica do edifício surge na sequência do traçado da via periférica, a qual destruiu as restantes sepulturas, pelo que se adossam à mesma os pórticos da estrutura que suporta a cobertura.

Em contraposição à orgânica do edifício, é de registar o desenho rectilíneo da plataforma interior elevada, dando sequência à configuração do alçado Poente do edifício, resultando, assim, um espaço quase triangular, conformado pelo percurso de visita, pela área coberta das sepulturas e pela consola que faz a marcação da entrada no espaço museológico.

O acesso ao edifício desenvolve-se a partir de uma plataforma exterior, havendo um outro acesso através de um corte em cunha na volumetria, que faz a marcação do momento de transição para o exterior.

O edifício configura-se através de superfícies lisas, sendo que algumas são curvas, todas materializadas em réguas de madeira escurecida, aplicadas vertical ou horizontalmente, com intervalos diferenciados, mediante as possibilidades formais ou rítmicas que se pretende explorar. Deste modo, nos alçados Nascente e Sul, optou-se pelo encerramento dos planos, ao passo que, na fachada Poente, o ripado de madeira é aplicado na horizontal, com afastamento entre as réguas, para entrada de luz, ao longo da plataforma de circulação.

Com a presente intervenção, pretende-se pontuar o lugar com uma composição "leve e ligeira, simplesmente pousada no terreno, sem invadir, quase sem tocar, cumprindo os seus objectivos sem marcar forte presença", em convívio com a topografia do terreno, as espécies vegetais e os afloramentos rochosos.

Com vista a uma atitude reflexiva de quem entra no edifício, pretende-se que o mesmo seja escurecido, apenas iluminado pontualmente e de forma dirigida.

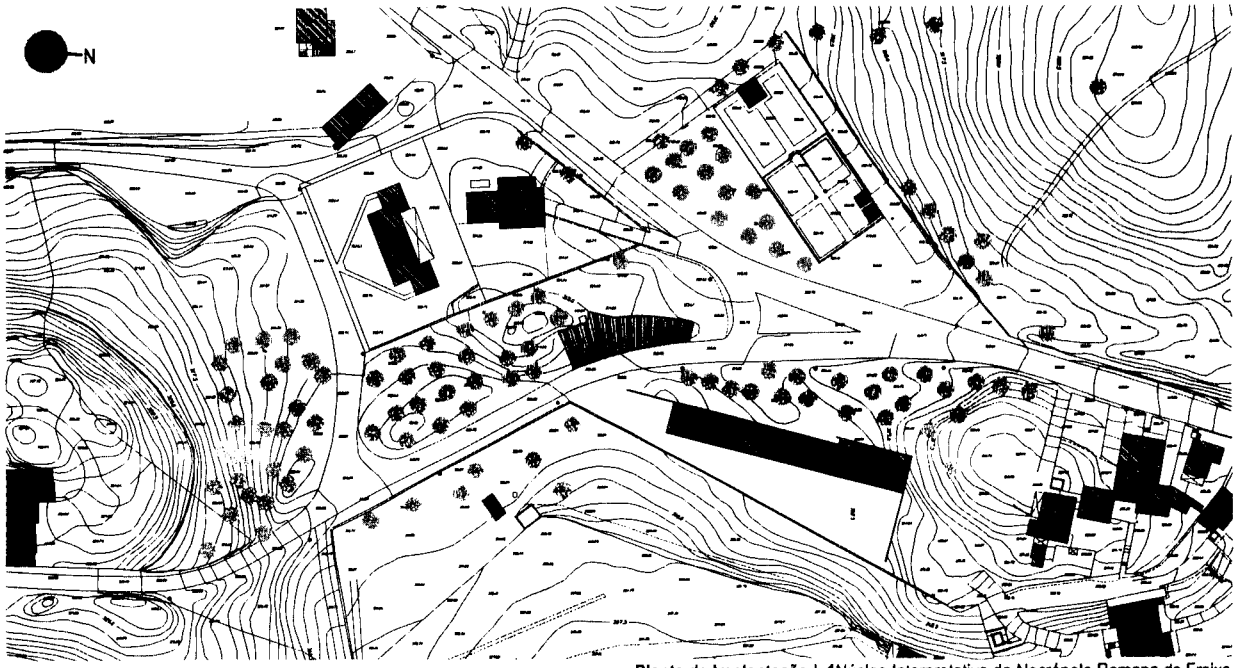
Pretende-se que o percurso de visita no interior do edifício seja desenvolvido ao longo de uma plataforma suspensa e estreita, construída em soalho de madeira Kambala escura, aplicado em estrutura de pinho tratado, com vista a um percurso individual e concentrado nos conteúdos expostos.

O final do percurso corresponde a um espaço polivalente e autónomo, ainda interior e intimista, onde se assume uma pequena abertura de luz e de ligação visual com a paisagem.

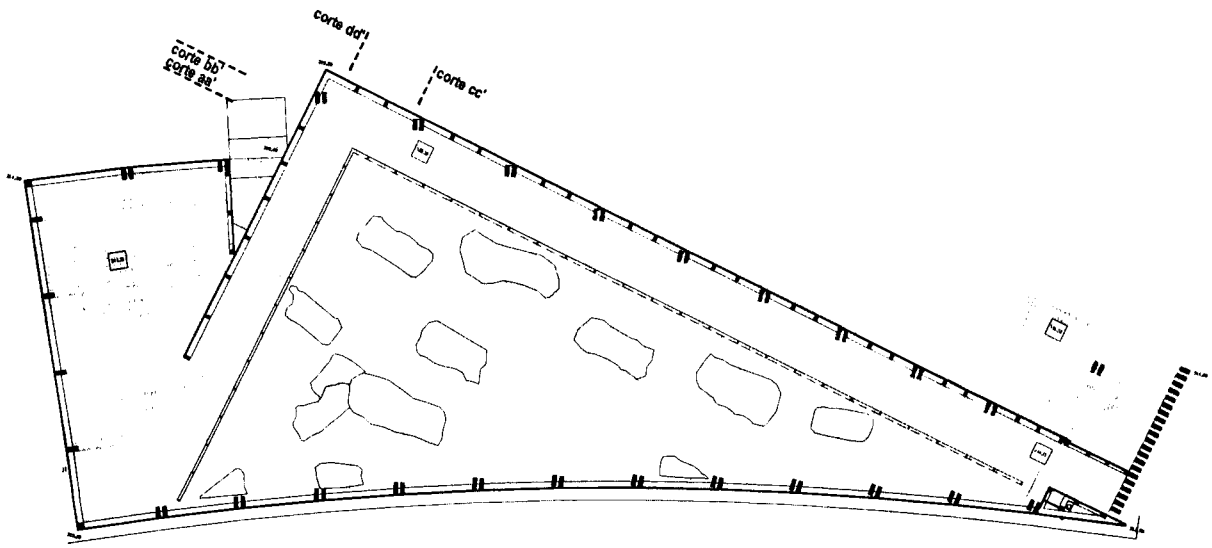
Construtivamente, o Núcleo Interpretativo é estruturado com pórticos formados por vigas e pilares de madeira de pinho, revestidos, nos planos verticais, por ripado contínuo de tábuas de madeira kambala

escura, sendo que, ao nível da cobertura, se revestem de zinco aplicado no sistema camarinha, sobre forro de pinho.

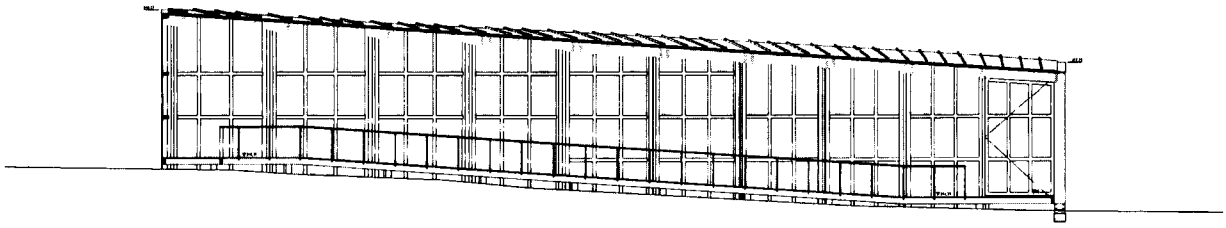
Toda a madeira utilizada está prevista com tratamento de escurecimento, de modo a atingir uma aproximação às técnicas tradicionais de conservação das tábuas, definindo-se o aspecto visual do volume, (BORGES, 2005, 2-4).



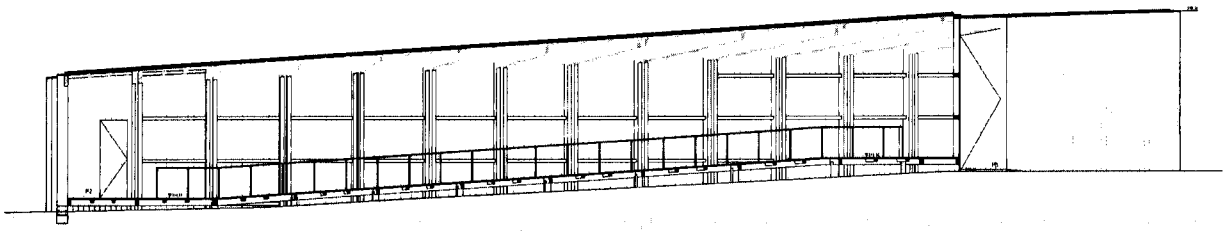
Planta de Implantação | 1Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana do Freixo



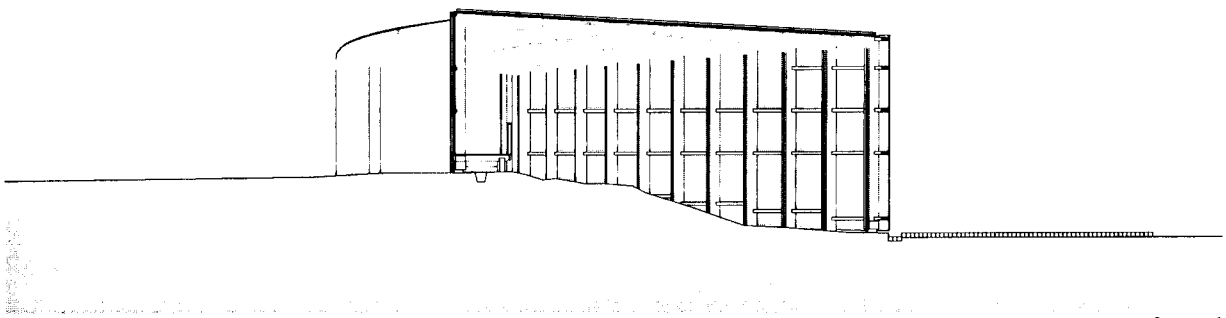
Planta do piso 0



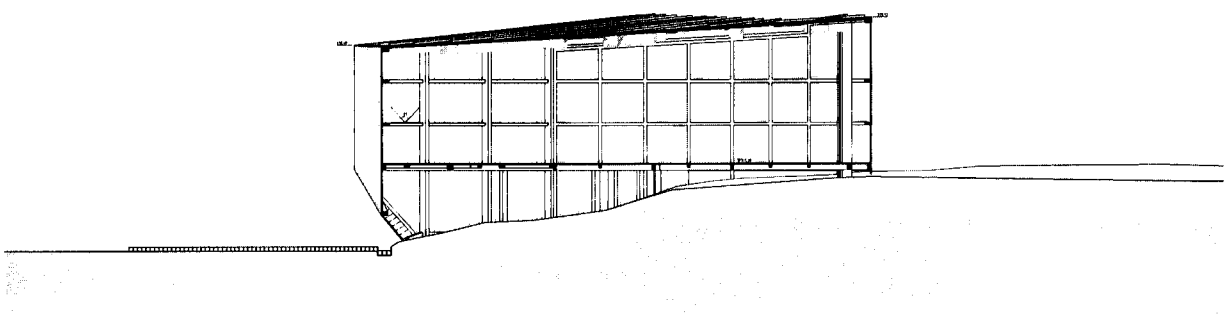
Corte aa'



Corte bb'

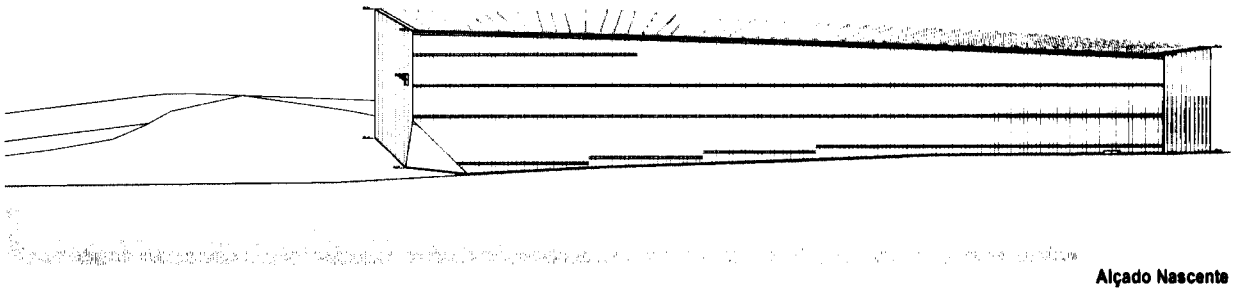


Corte cc'

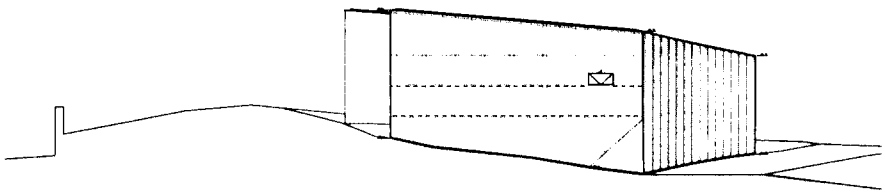


Corte dd'

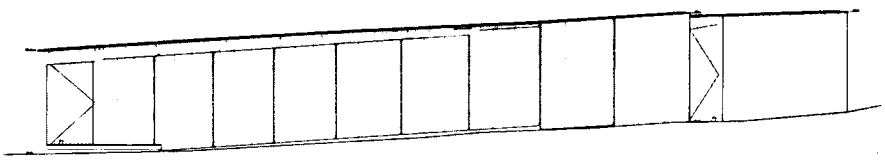
0 m 1 m 5 m



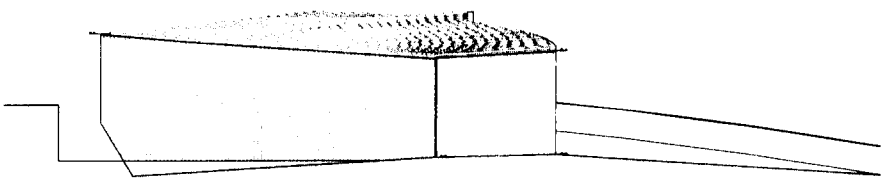
Alçado Nascente



Alçado Sul



Alçado Poente



Alçado Norte

0 m 1 m 5 m

Referências Específicas | (BORGES, 2001); (BORGES, 2005); (PEREIRA, 1984); (DIAS, 1997); (DIAS e SOARES, 1999); (DIAS e ARAÚJO, 1999); (DIAS, 2003); (DIAS, 2005); (PORTUGAL, 2000d); (PORTUGAL, 1997); (ROMUALDO, 2002); (TOMÉ, 2000); (TOMÉ, 2002); (TOMÉ, 2003).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); António Portugal &Manuel Reis, Arquitectos – peças gráficas do projecto de arquitectura do Edifício de Apoio e da Recepção; Miguel Tomé, Arquitecto - peças gráficas do projecto de arquitectura do Bar, Sala Polivalente/Auditório e Núcleo Museológico da Vida Quotidiana; Joana Borges, Arquitecta - peças gráficas do projecto de arquitectura do edifício Armazém/Reserva e do Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana do Freixo; Guedes+DeCampos, Arquitectos Associados – simulações 3D da Escola de Arqueologia do Freixo; Jorge Romualdo, Arquitecto - peças gráficas do projecto de arquitectura da Cafetaria/Restaurante.

4. Santuário de Panóias





41°16'58.48"N 7°40'56.20"W 1|Vista aérea



2|Rocha nº1 (inscrições)



3|Rocha nº1



4|Rocha nº2



5|Rocha nº3

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Santuário de Panóias

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto de 16 de Junho de 1910)

Localização | Freguesia do Panóias, Concelho de Vila Real, Distrito de Vila Real

Endereço | Assento, Vale de Nogueiras, 5000-715 Vila Real

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Norte

Responsável | Orlando Sousa, Arqueólogo

Descrição | Trata-se de um conjunto de três grandes fragas, nas quais foram talhadas cavidades com diferentes configurações, bem como escadas de acesso, integrando um Santuário cuja origem remonta aos finais do séc. II e princípois do séc. III d.C..

Do conjunto das três rochas, uma delas apresenta inscrições gravadas, a qual se designa por nº1 e se julga localizada na entrada do recinto, sendo que nela se encontram as instruções dos rituais celebrados em Panóias, a identificação dos deuses e a do dedicante.

Conhecem-se três inscrições em latim e uma em grego, havendo uma outra desaparecida, também em latim, a qual se pode traduzir a partir de leituras e registos anteriores, com o seguinte conteúdo:

"Aos Deuses e Deusas deste recinto sagrado. As vítimas sacrificam-se, matam-se neste lugar. As vísceras queimam-se nas cavidades quadradas em frente. O sangue verte-se aqui ao lado para as pequenas cavidades. Estabeleceu Gaius C. Calpurnius Rufinus, membro da ordem senatorial."

Supõe-se que a mencionada inscrição se localizaria a cerca de 6/7 metros para Este da inscrição nº2, ao lado direito do percurso de entrada no recinto sagrado, cujo texto estaria orientado para a referida rocha nº1, onde se procedia ao sacrifício das vítimas, cujo sangue se vertia para as pequenas cavidades, ao passo que as vísceras eram queimadas nas cavidades quadradas em frente.

A inscrição nº2 na rocha nº1, localiza-se antes de subir por uns degraus à esquerda, da qual se retira a seguinte tradução:

"G. C. Calpurnius Rufinus consagrou dentro de templo (templo entendido como recinto sagrado), uma aedes, um santuário, dedicado aos Deuses Severos"

Assim, se revela que os Deuses Severos eram os destinatários do templo.

À superfície da rocha nº1 encontram-se umas cavidades, as quais serviriam, à luz da interpretação do texto desaparecido, para se queimarem as vísceras das vítimas sacrificadas.

No outro lado da rocha, encontra-se a inscrição nº3, informando que a incineração das vísceras se procedia na cavidade sobre as inscrições, tal como se depreende da seguinte tradução:

"Aos Deuses e Deusas e também a todas as divindades dos Lapitaes, Gaius C. Calpurnius Rufinus , membro da ordem senatorial, consagrou com este recinto sagrado para sempre uma cavidade, na qual se queimam as vítimas segundo o rito."

Para além do acto, a mencionada inscrição revela que a dedicação do recinto se estende aos deuses dos Lapitae (comunidade indígena que ocuparia a região).

A inscrição nº4, em grego, revela que o senador consagrou o recinto à divindade principal dos deuses do Inferno, o Altíssimo Serápis, incluindo uma gastra e mistérios, cavidade redonda localizada atrás da seginte inscrição:

"Ao altíssimo Serápis, com o Destino e os Mistérios, G. C. Calpurnius Rufinus, claríssimo."

A função da Gastra no ritual consistia em assar a carne da vítima, a qual era posteriormente consomida no local, em frente ao nome da divindade.

A inscrição nº5 indica o acto final, o qual consistia na purificação do sangue, gordura e azeite com que o iniciado se tinha sujado.

Com base na interpretação sobre Panóias de Geza Alfoldy e nos seus estudos, conclui-se sobre a existência de um ritual de iniciação com uma ordem e um itinerário muito precisos (a morte das vitimas, o sacrifício do sangue, a incineração das vítimas, o consumo da carne, a revelação da autoridade máxima dos infernos e, por fim, a purificação).

A rocha nº2 do recinto contém todos os indícios de que a iniciação se repetia a um nível mais elevado. A rocha nº3, e mais elevada, daria lugar a um pequeno templo, no qual teria lugar o acto principal da iniciação, cujo significado se traduzia na morte, no enterro e na ressurreição.

Segundo a leitura das rochas, conclui-se que cada uma delas integrava um pequeno templo, cada qual formando parte integrante do recinto.

No que se refere às cavidades nas rochas, de referir que o Santuário de Panóias as possui conforme o ritual, sendo as rectangulares para a queima das vísceras, a redonda gastra, para assar a carne, e ainda uma outra para se proceder à limpeza do sangue, gordura e azeite, enquanto que as restantes cavidades serviriam para guardar os instrumentos sagrados utilizados nos rituais.

As inscrições gravadas em Panóias revelam a aplicação nesse local de uma lei sagrada, onde a topografia do terreno contribui para a implementação do santuário.

Supõe-se que Gaius C. Calpurnius Rufinus seria um senador, constituindo um alto funcionário do governo provincial romano, que introduziu este culto em Panóias, onde já haveria um culto indígena.

Deduz-se que a origem do referido senador teria sido Perge da Panfilia, cidade de tradição dórica e um dos centros de culto de Serápis, situada na Ásia Menor, (PORTUGAL, 2001b, s.).

Histórico | O Santuário de Panóias, em tempos designado por Fraga de Panóias, é conhecido, desde o século XVIII, sendo que as primeiras referências escritas datam de 1721, tendo sido objecto de dedicação por parte de vários investigadores até aos nossos dias.

Estando classificado como Monumento Nacional, o Santuário de Panóias encontra-se afecto ao IPPAR, tendo sido adquiridas algumas parcelas de terreno, onde se situavam as fragas.

Um conjunto de construções existentes no recinto acabou por ser adquirido através de um programa de investimento, o qual teve início, em 1993, possibilitando, em 1995, a delimitação física do recinto, pela execução de uma vedação anti-vandalismo.

No mesmo ano, surgiu uma primeira proposta de intervenção, com vista ao aproveitamento das construções pré-existentes no interior do santuário, prevendo uma ocupação de todos os espaços construídos, sob a forma de um centro interpretativo, auditório, instalações sanitárias, restaurante, etc.

Tal proposta foi alvo de debate público aquando do Encontro Internacional sobre o Santuário, o qual levou à necessidade de repensar as intervenções e o projecto.

Fruto de conclusões retiradas no referido encontro, foram realizados novos estudos sobre Panóias, um dos quais sobre o estado de conservação dos granitos, bem como dos líquenes das rochas que integram o monumento, iniciando-se, em simultâneo, o levantamento documental e bibliográfico sobre Panóias.

Ainda no mesmo ano, começou a ser efectuado um controlo e registo de visitantes, contratando-se guardaria, e recorreu-se à aquisição de um monobloco para instalações provisórias da guardaria, sendo que tal registo induziu para a necessidade de criação de uma plataforma de observação, por questões de conservação do monumento e segurança para os visitantes, (PORTUGAL, 2000e, 19).

No ano de 2000, o IPPAR avançou com o projecto de candidatura *Santuário de Panóias*, no âmbito do Programa Operacional da Região Norte, Eixo Prioritário III, Medida 3.9. – Cultura.

Objectivos Gerais | O Santuário de Panóias constituindo um monumento muito visitado, exigiu uma intervenção com vista à recepção condigna dos visitantes, em especial, a população escolar, passando a constituir, também, um pólo informativo significativo para a região, integrando um "eixo patrimonial" reconhecido entre o rio Douro e a fronteira com a Galiza.
Com as actuações definidas no projecto *Santuário de Panóias*, teve-se em conta a necessidade de retomar com a investigação, nomeadamente com a realização de escavações arqueológicas, as quais foram ausentes desde a descoberta do santuário, (PORTUGAL, 2000e, 21).

Concepção do Sítio como estratégia de gestão | As acções implementadas no Santuário de Panóias, com vista à sua valorização, consistiram na adaptação de construções existentes para as instalações de apoio, recepção aos visitantes, guardaria e Centro de Interpretação; na definição de um circuito de visita; na conservação das rochas e inscrições; na investigação e divulgação, (PORTUGAL, 2000e, 21).
A intervenção ao nível das estruturas de apoio ao Santuário de Panóias foi definida através da recuperação de construções existentes, de modo a integrarem o Centro Interpretativo, instalações de apoio e a recepção de visitantes, resultando num programa preliminar composto por armazém, recepção, atendimento e espaço expositivo, no piso de rés-do-chão, bem como, guardaria, sala polivalente, sala de reuniões, gabinetes e instalações sanitários no piso 1.
Além das construções a reabilitar, refere-se que se definiu a demolição de outras edificações, com vista ao favorecimento do enquadramento visual do monumento e à melhoria das condições de segurança dos visitantes.
Para a melhoria da acessibilidade, foi delineada a construção de um parque de estacionamento com capacidade para duas viaturas de transporte colectivo e seis viaturas ligeiras de transporte de passageiros, prevendo-se uma área de aparcamento de 2000m^2, pavimentada com cubos de granito de 11cm de aresta, através da aquisição de várias parcelas de terreno contíguas ao monumento, embora tal ainda não se tenha concretizado.
Mediante a sinalização de um circuito de visita no santuário, para orientação dos visitantes, remontando ao que existiria há 2000 ano atrás, reconheceu-se a necessidade de uma ou mais plataformas de observação, (PORTUGAL, 2000e, 37-45).

Projecto | Instalações de apoio ao Santuário de Panóias
Autoria do Projecto de Arquitectura | Gustavo Rebolho
Data do Projecto | Dezembro de 1997
Fase de Projecto | Obra concluída
O projecto de arquitectura implementado em Santuário de Panóias, passou pela remodelação de um núcleo construído, para funcionar como instalação de apoio ao monumento.
Trata-se de um núcleo composto por três construções, as quais foram encaradas com diferentes graus de interesse arquitectónico, "não deixando de constituir uma situação merecedora de algum cuidado", dada a particularidade no que se refere à implantação, bem como pelos condicionalismos construtivos, decorrentes da sua edificação, sobre um maciço granítico irregular e sinuoso.
Tratam-se de construções de épocas distintas e concebidas para diferentes utilizações.

As duas construções principais " têm origem numa casa agrícola a que mais tarde se adossou um lagar (para Sudeste) e posteriormente uma nova construção, já no início deste século (no sentido oposto), tendo-se ampliado o assento primitivo, e, dentro da utilização corrente nestes tipos de construção, com o piso superior destinado para habitação e o piso térreo para apoio à actividade agrícola, foi feita a transferência das área de uso mais reservado para a parte então mais recente. Os espaços dos pisos térreos, escavados na pedra, com irregularidade das superfícies de corte ainda à vista, não proporcionando condições para outro tipo de uso, funcionaram sempre como áreas de armazém ou guarda de animais".

A construção destinada, em projecto, às instalações sanitárias, integrou um anexo agrícola do segundo núcleo de edifícios que se encontrava dentro do perímetro do santuário, consistindo num espaço único, onde se vislumbravam vestígios de um tanque de pedra, cujas paredes exteriores se compunham de alvenaria irregular de granito, com duas aberturas no alçado Poente.

Mediante o programa preliminar definido pelo IPPAR, em projecto, definiu-se que o edifício mais antigo se associaria, no rés-do-chão, à recepção e atendimento público, bem como a um pequeno lagar pré-existente, o qual poderia funcionar como espaço expositivo de elementos alusivos ao local. No piso superior foi definida a criação de uma sala para reuniões, uma sala para funcionamento de centro de estudos e um espaço polivalente com possibilidade de acolhimento de equipamento audiovisual.

Dada a implantação das duas casas principais numa rocha com pendente acentuada, o acesso dos visitantes pode-se desenvolver directamente pela recepção ou pela área polivalente do piso superior. No entanto, o percurso de visita foi delineado com vista à entrada pela recepção passando-se ao piso superior para obtenção de informação audiovisual, partindo-se para a visita ao monumento, através de uma porta existente e mantida.

Deste modo, os dois espaços, totalmente vocacionados ao visitante, localizam-se em pisos diferentes mas são os únicos sem uma compartimentação e separação física absolutamente definida.

A construção mais próxima das rochas, foi planeada como sendo exclusiva para áreas de serviço, com a instalação de guardaria e um arrumo no piso superior e um espaço de armazém no piso térreo.

A guardaria contempla um espaço de arrumos e uma sala com duas sub-divisões que, não constituindo espaços autónomos, são demarcadas de um espaço central, as quais funcionam como hall de entrada e espaço de arrumos para apoio ao atendimento público.

A solução arquitectónica propunha que as instalações sanitárias se associassem à construção anexa com uma cota de implantação semelhante à dos pisos superiores dos edifícios acima descritos, junto à saída para o trajecto de visita, assegurando-se os percursos inicialmente previstos.

O espaço disponível do anexo foi previsto no sentido de se dividir em três compartimentos, os quais corresponderiam aos sanitários públicos com separação por sexos e a um sanitário de serviço.

À semelhança da estratégia adoptada para a globalidade da intervenção, o volume e morfologia exterior da edificação foram pensados no sentido de serem preservados, introduzindo-se elementos para encerramento dos vãos, utilizando-se novos materiais.

A solução projectual foi concebida segundo o princípio de minimizar o impacto das intervenções, tirando partido dos afloramentos da rocha, bem como da plasticidade da alvenaria de granito aparente, constituída por diferentes aparelhos.

Relativamente à construção mais antiga, a intervenção passou pelo restauro dos vigamentos, dos pavimentos em madeira, da cobertura e dos beirais, bem como pela limpeza do granito que permanece aparente nas salas maiores, prevendo-se modificações pelo interior, nas salas de reunião e de estudo, de modo a optimizar-se o respectivo comportamento térmico. Para tal, nas paredes exteriores foi programada a aplicação de apainelados de madeira folheados a tola, com isolamento nas caixas de ar, revestindo a totalidade das faces interiores das paredes, exceptuando-se a divisória entre as duas salas, compostas por um armário fixo que serviria os dois espaços. No piso superior, foi prevista a aplicação de tecto falso em gesso cartonado, sob o forro e placas de poliestireno extrudido de isolamento.

A escada de interligação entre os dois pisos, resulta de um parcial aproveitamento do afloramento de pedra, onde assenta a parede Norte.

As caixilharias exteriores e portas foram desenhadas com aros e esquadrias para vidro duplo em aço inox e madeira associados a portadas de seguranças interiores, folheadas a madeira de tola.

Relativamente à construção mais recente, refere-se que a mesma sofreu alterações mais significativas, mantendo-se apenas a parede exterior de alvenaria de granito, a cobertura, o vigamento e a varanda existente. Interiormente, as paredes de tabique foram substituídas por paredes de alvenaria de tijolo, montando-se uma forra interior em tijolo, em todo o perímetro, sendo que os vãos exteriores tiveram um tratamento e concepção semelhante aos anteriormente referenciados.

A nível estrutural, foi prevista a consolidação de todas as alvenarias de granito não aparelhado, com injecção de calda de cimento, bem como a montagem de uma viga no coroamento das paredes de granito. Todos os pavimentos e respectivos vigamentos de madeira, assim como os da cobertura, foram substituídos por novos elementos em madeira de pinho e carvalho francês.

Na construção mais recente aplicam-se as mesmas medidas, em termos estruturais, exceptuando-se a criação de uma parede de betão no rés-do-chão, sobre a qual trabalha uma laje de tecto, constituída por elementos pré-esforçados.

Ao nível dos materiais a aplicar, salienta-se, além dos já referidos, o assentamento no rés-do-chão de lajetas de granito bujardado, ao passo que no piso superior se optou pela recuperação do soalho em todos os compartimentos, cujo tipo de madeira (carvalho francês) se aplica nos degraus das escadas estruturadas com perfis de ferro e aço inox.

O edifício de guardaria foi pensado com o rés-do-chão pavimentado com betonilha com acabamento em tinta autonivelante e os compartimentos do piso superior terão revestimento em taco macheado.

As portas exteriores das construções foram concebidas em madeira de cambala pintada, assim como a caixilharia, embora com pré aros em aço inox.

Ao nível das coberturas, foram mantidos os tipos de telha existentes, (REBOLHO, 1997, s.p.).

Relativamente ao projecto de uma plataforma destinada a possibilitar a visita em condições de segurança à fraga mais elevada do Santuários de Panóias, refere-se a capacidade para suportar dez adultos em simultâneo.

Trata-se de uma plataforma metálica acessível por uma rampa e uma escada, pensada com vista ao impacto diminuto na leitura do monumento, cuja localização concilia a visibilidade das cavidades com a exequibilidade dos acessos, (REBOLHO, 2001,s.p.).

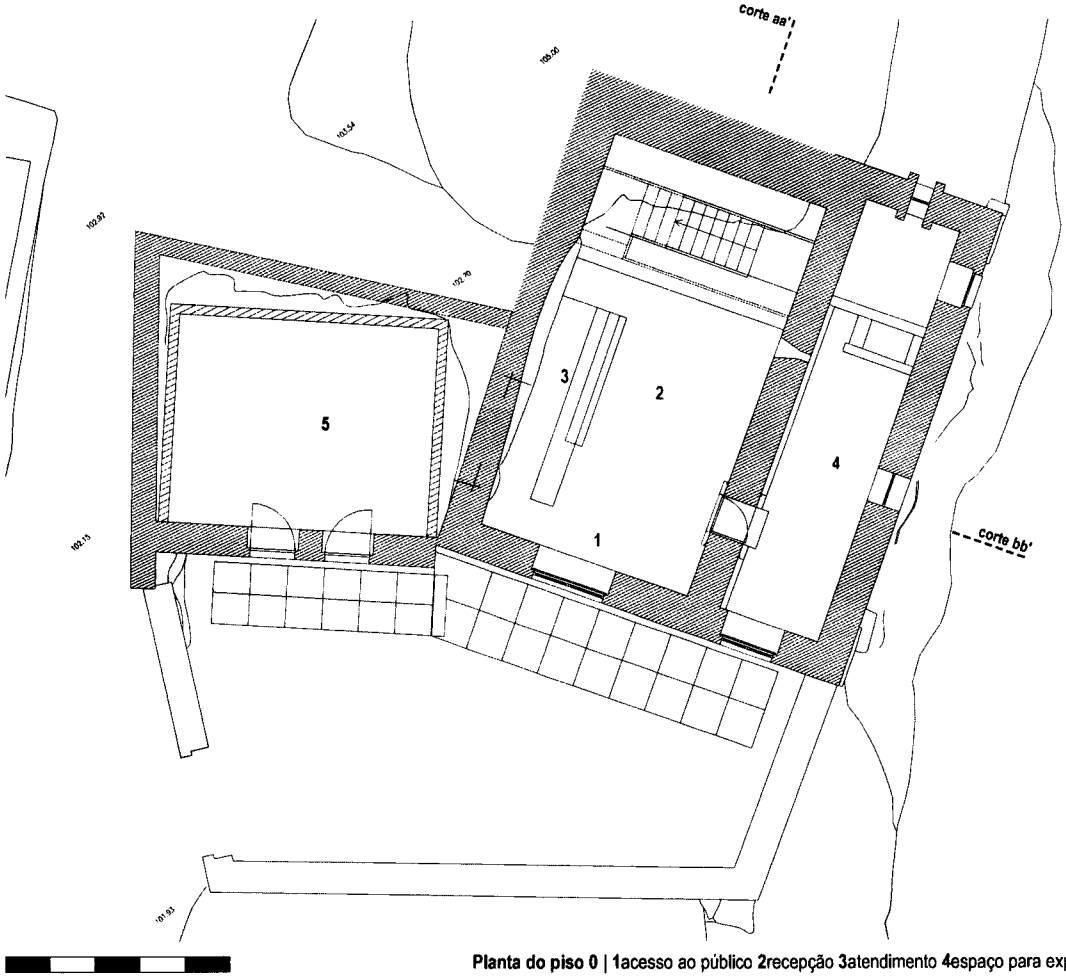
Relativamente à solução para as instalações sanitárias acabou por não se concretizar, criando-se um sanitário junto à entrada para a recepção, reduzindo-se o espaço associado ao lagar e optando-se por remover as respectivas pré-existências.

Ao nível do piso 1, de referir, também, que os espaços definidos em projecto como "10-sala de trabalho" e "11-sala de reuniões", aquando da execução da obra, não se configuraram como tal, dado que se trata de um único espaço.



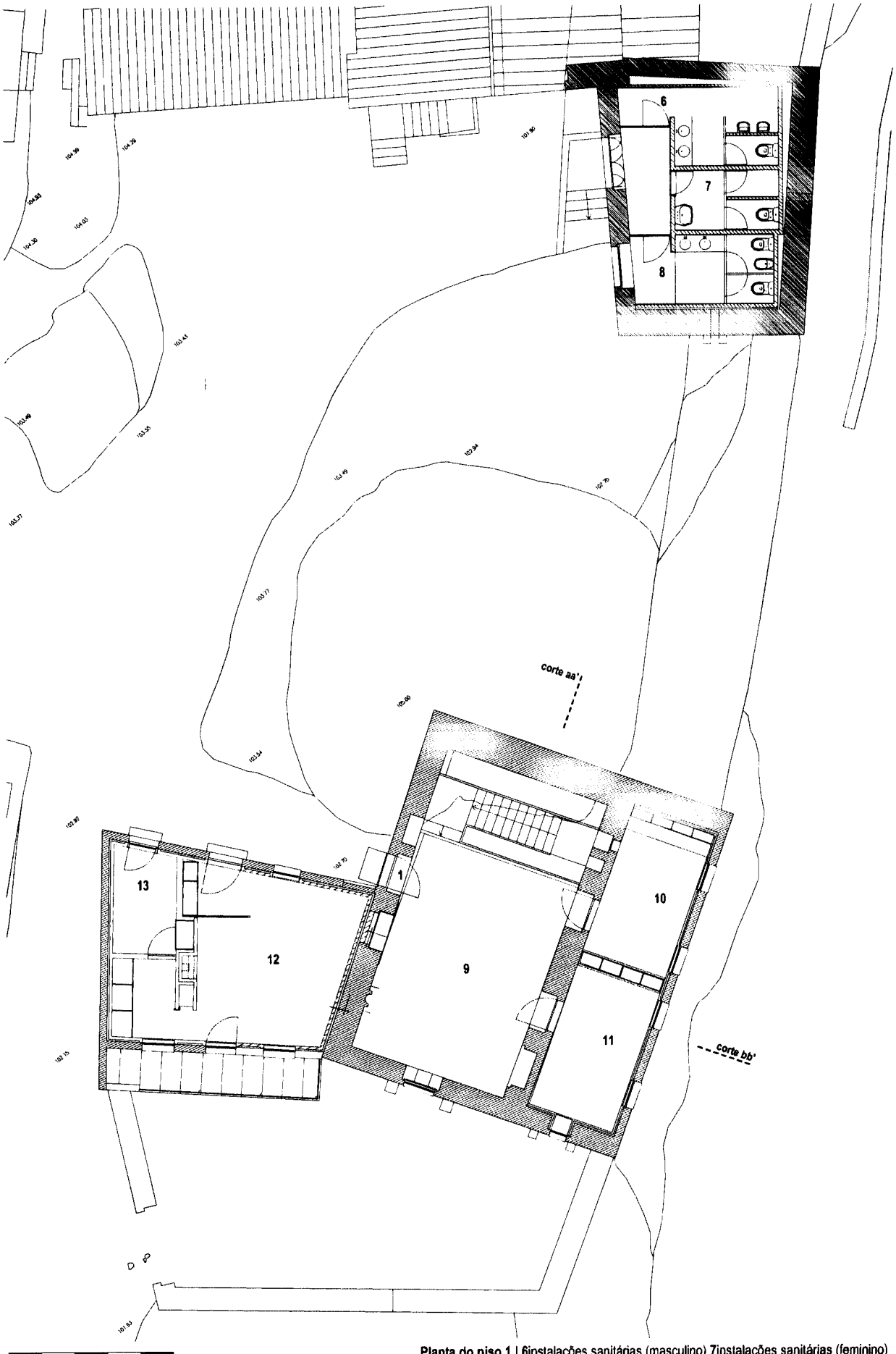
0 m 5 m 25 m

Planta de Implantação | 1Centro Interpretativo 2Plataforma de observação

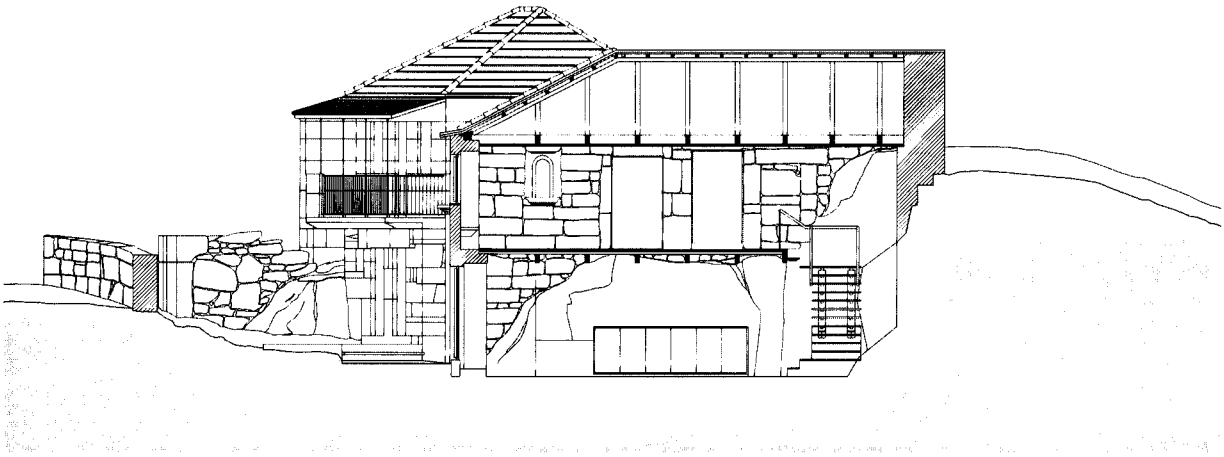


0 m 1 m 5 m

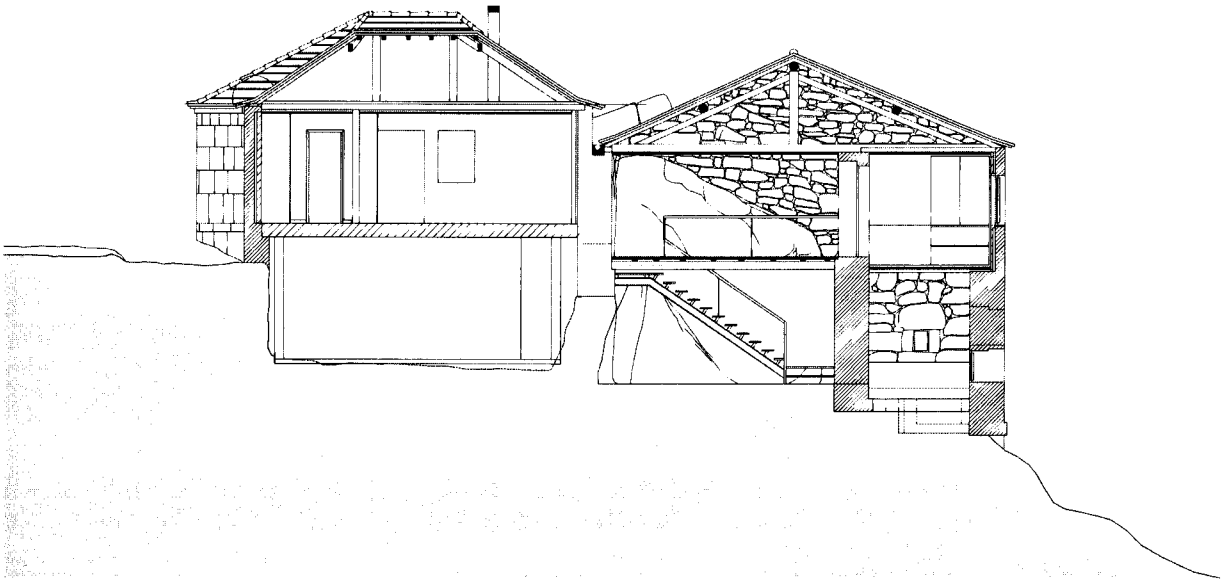
Planta do piso 0 | 1acesso ao público 2recepção 3atendimento 4espaço para exposição 5arrecadação



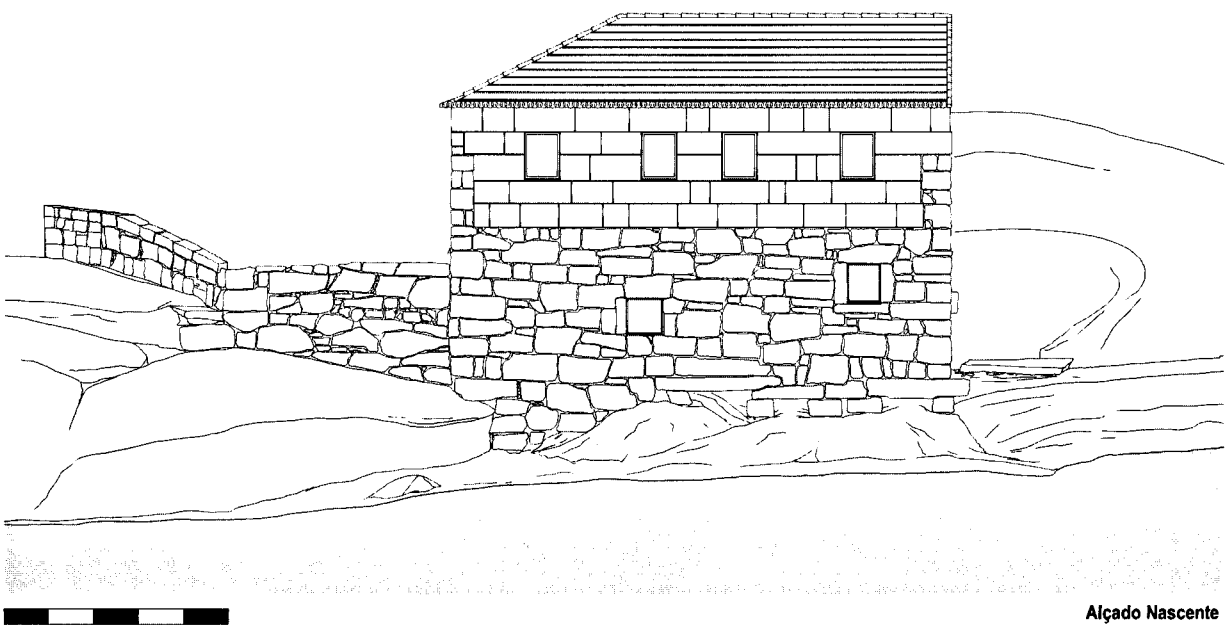
Planta do piso 1 | 6instalações sanitárias (masculino) 7instalações sanitárias (feminino) 8instalações sanitárias (serviço) 9sala polivalente 10sala de trabalho 11sala de reuniões 12guardaria 13arrumo



Corte aa'

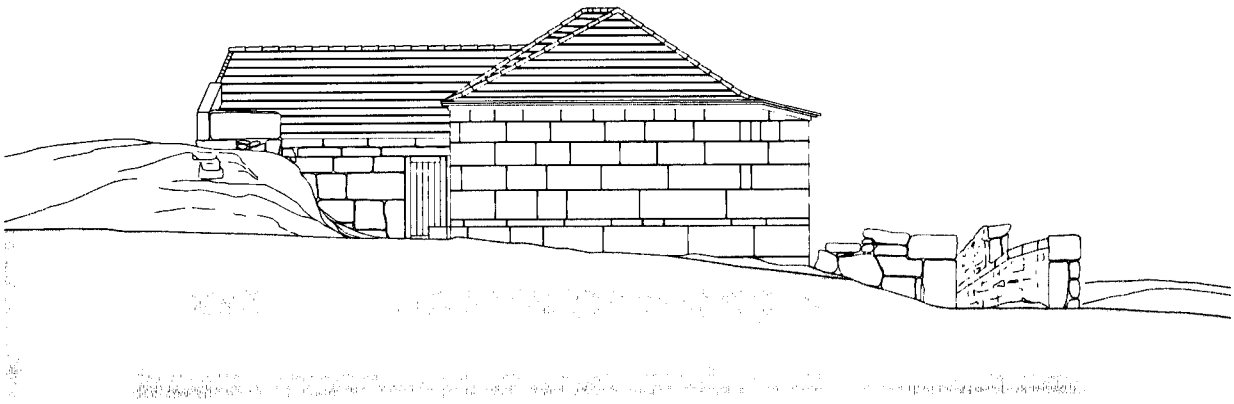


Corte bb'

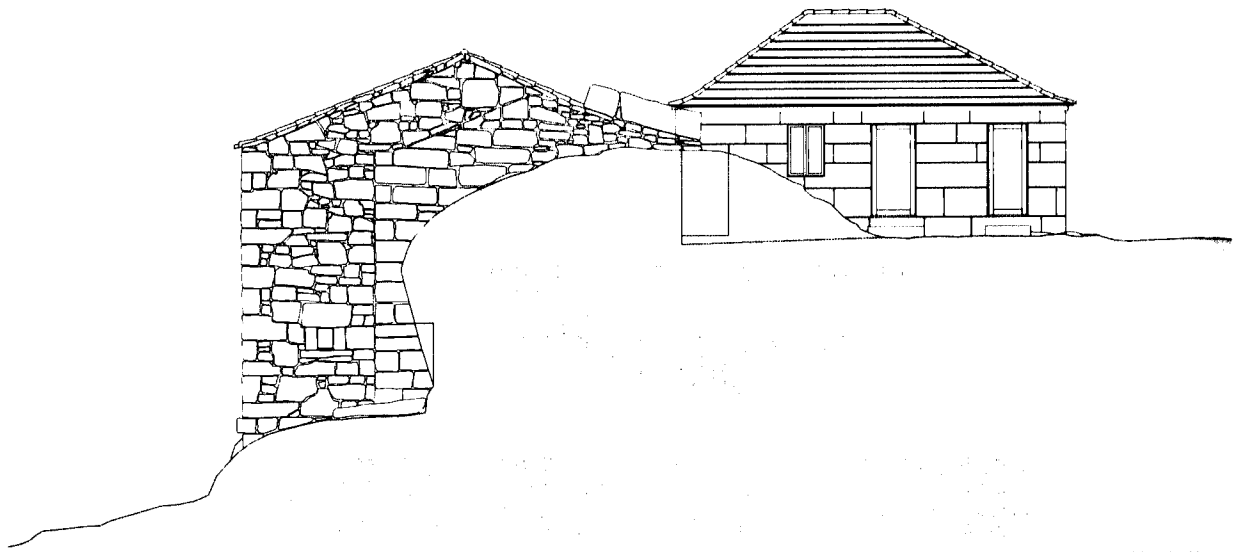


Alçado Nascente

0 m 1 m 5 m



Alçado Poente



Alçado Norte



Alçado Sul

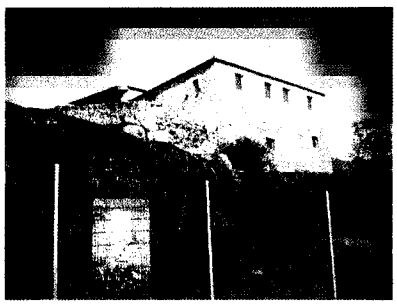
0 m 1 m 5 m



6|Vista geral (fachada principal)



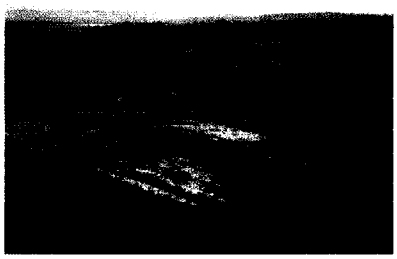
7|Vista geral (fachada principal - entrada)



8|Vista geral (fachada lateral)



9|Vista geral (fachada lateral)



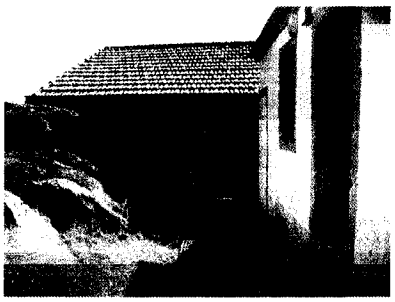
10|Relação entre o edifício e a ruína



11|Vista geral (fachada posterior)



12|Vista geral (fachada posterior)



13|Acesso à cota superior



14|Espaço de trabalho/reuniões



15|Sala polivalente



16|Sala polivalente



17|Escadas



18|Espaço para exposição (lagar)



20|Recepção

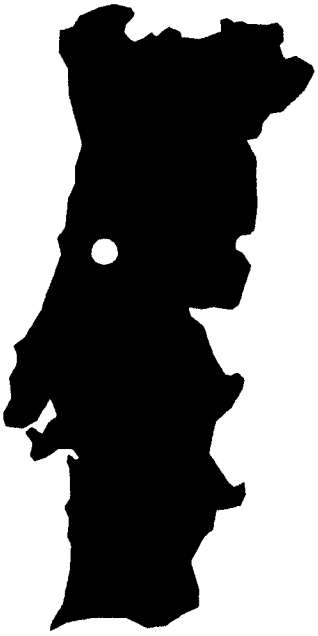


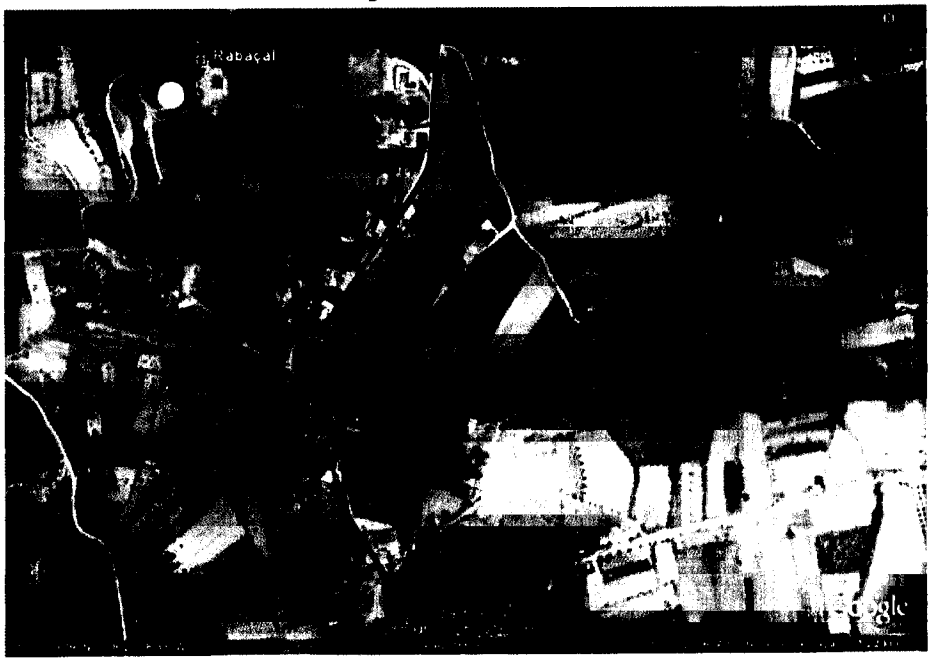
21|Recepção

Referências Específicas | (PORTUGAL 2000e); (PORTUGAL, 2001a); (SOUSA, 2007); (REBOLHO, 1997); (REBOLHO, 2001).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); SJGS – Arquitectos, Lda – peças gráficas do projecto de arquitectura.

5. *Villa* romana do Rabaçal





40°02'18.16"N 8°27'27.44"W **1|**Vista aérea



2|Villa romana (vista geral)



3| Villa romana (aproximação)



4|Peristilo



5|Balneário

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Villa romana do Rabaçal

Protecção Legal | Em Vias de Classificação (Despacho de abertura de 4 de Fevereiro de 1999)

Localização | Freguesia do Rabaçal, Concelho de Penela, Distrito do Coimbra

Endereço | Rua da Igreja, 3230-544 Rabaçal

Tutela | Câmara Municipal de Penela

Responsável | Miguel Pessoa, Arqueólogo

Descrição | A *Villa* romana do Rabaçal localiza-se 12 km a Sul de *Conimbriga*, junto à via romana que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*, tendo constituído parte integrante do território da antiga *civitas*.

Os vestígios superficiais permitem a percepção de uma *villa*, cuja planta se circunscreve num rectângulo alongado no sentido Norte-Sul, o qual se apresenta com aproximadamente 50 por 150 metros, não sendo possível, no entanto, adivinhar a propriedade pertencente à quinta agrícola.

Reconhecem-se alguns muros, pavimentos e canalizações da *villa rústica* e *frumentaria*, percepcionando-se que a referida área se encontrava separada da zona residencial através de um valado, dominando uma ligeira elevação a Norte.

A Sul situava-se a *villa urbana* de peristilo central octogonal, orientado conforme os rumos da rosa dos ventos e construções adjacentes em raios.

Quatro áreas funcionais estão definidas a partir do átrio central, sendo elas a entrada, atendimento e torre de vigia, ambas a Sul; espaço de aproveitamento de luz e prolongamento visual sobre o horizonte, a Nascente; área de ligação de serviços, a Norte; zona nobre com quartos, a Poente.

Ao nível dos motivos decorativos dos mosaicos, importa mencionar que os mesmos, em conjunto, formam um grupo estilístico novo, configurado através da representação das estações do ano, da quadriga, da figura feminina sentada, bem como de algumas composições geométricas e vegetalistas, (www.cm-penela.pt/museu/villa.html).

Os referidos motivos decorativos, em diálogo com a arquitectura erudita da *villa*, permitem concluir que a mesma detinha uma significativa carga simbólica, concluindo-se que nela poderiam ter decorrido importantes cerimónias protocolares, associadas a abastados estratos políticos e sociais, (www.cm-penela.pt/museu/area.html).

O estudo da colecção de dezenas de moedas descobertas na *villa*, permite determinar a cronologia da mesma, sendo que a circulação de longa duração das emissões monetárias da época tardo-romana chegou ao momento das invasões de 409-411, aos raides suévicos de 465-468 e até posteriormente, (www.cm-penela.pt/museu/villa.html).

A aproximadamente 40 metros a Norte da *pars urbana*, localiza-se o balneário, sendo perceptíveis os vestígios do que era a fornalha, ao passo que a estrutura de aquecimento sobre arcaria, os tanques impermeabilizados e as canalizações se encontravam a Sul.

Com os trabalhos continuados no local, foi exposto um conjunto de elementos que evidenciaram a cronologia, o programa da área residencial, do balneário e da área rústica da quinta, assim como da riqueza dos mosaicos e da forma arquitectónica original, constituindo umas das grandes construções que se encontram na Lusitânia do século IV d.C. (www.cm-penela.pt/museu/villa.html).

Histórico | Desde 1904 que se tem conhecimento da existência de vestígios romanos no Vale do Rabaçal, dada a referência de Santos Rocha no Catálogo do Museu Municipal de Figueira da Foz.

Mais tarde volta-se a fazer referência aos vestígios pelo padre Bento Vieira, em resposta a um inquérito dirigido aos párocos do distrito de Coimbra, pelo Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

Na obra "Portugal Romano", Jorge Alarcão volta a fazer referência aos mencionados vestígios, bem como o fizeram alguns elementos da população que lavravam as terras.

O projecto de investigação teve inicio em 1979, a partir do qual se sucederam as escavações sistemáticas e contínuas, iniciadas em 1984, (PENELA, 2001, 45-46).

Mais tarde, em 1988, foi garantida a salvaguarda da estação arqueológica através da compra dos primeiros terrenos pela Câmara Municipal de Penela, sendo que, em 1989, se prossegue a política de aquisição de novos terrenos, por parte da mesma entidade, bem como se propõe a aquisição dos terrenos da *pars rústica*.

O IPPAR passou a obter um conjunto de documentos com a definição da área arqueológica, zona de protecção e planta cadastral, tal como outros elementos justificativos para a classificação da referida estação como Monumento Nacional.

O alargamento do conhecimento sobre os vestígios arqueológicos permitiu, em 1990, a documentação da construção para a iniciação aos trabalhos de consolidação de estruturas.

Em 2001, foi aberto o Espaço-Museu, integrado na Rede Portuguesa de Museus, de modo a garantir a continuidade na preservação da riqueza do monumento perante o crescente número de visitantes.

Em 2003, com a candidatura ao Programa Watch, de World Monuments Fund Portugal, procurou-se obter mediação para a obtenção de recursos financeiros necessários, com vista à execução de um projecto de acção de protecção, estudo, conservação, restauro e animação da *villa* tardo-romana, (ASSOCIAÇÃO WORLD MONUMENTS FUND, 2003, s.p.).

Objectivos Gerais | Os objectivos inerentes às intervenções levadas a cabo em torno da *Villa* romana do Rabaçal visam a realização de acções de sensibilização no âmbito do património arqueológico, da museologia, da etnografia e da educação ambiental, bem como a criação de condições de reserva e oficina para tratamento de bens arqueológicos e etnográficos, assim como apoio à acção educativa e à dinamização de visitas de estudo, (PENELA, 2006, s.p.).

Concepção como Estratégia de Gestão | Com o intuito de se tornar compreensível a presença romana no local, a concepção do sitio baseou-se na concretização de duas intervenções arquitectónicas que complementassem as ruínas da *Villa* romana do Rabaçal, as quais consistem no Espaço-Museu ou Centro de Interpretação da villa romana, bem como no edifício de apoio. (PENELA, 2001, 7-8).

O Espaço-Museu foi planeado na aldeia do Rabalçal, de modo a aproveitar e induzir alguma dinâmica comercial ao lugar, possibilitando, também, a divulgação da cultura local e do queijo do Rabaçal, junto dos visitantes da estação arqueológica, (LOURENÇO, 1999, s.p.).

O referido museu foi criado de raiz a partir de 1999, com o projecto do Arquitecto Rui Alves, no âmbito da Câmara Municipal de Penela, através da demolição da Casa do Passal ou Casa do Pároco, dado que a mesma não reunia as condições necessárias para a implementação do Espaço-Museu, (PENELA, 2001, 23-24).

Junto às ruínas da *Villa* romana do Rabaçal, foi pensada a criação de um edifício de apoio ao visitante e aos trabalhos arqueológicos, integrando um espaço de acolhimento, sala de apresentação, lavabos, reservas e arrumos, (PENELA, 2001, 8).

A concepção do sítio traduziu-se, também, na criação de um parque de estacionamento, junto ao tanque e fonte de mergulho existentes, a partir do qual se acede ao caminho pedonal de ligação à

estação arqueológica. No sítio arqueológico, a par da vedação do mesmo, bem como do edifício de apoio, está prevista a criação de uma cobertura com vista à minimização do desgaste dos pavimentos, do balenário e da área rústica, (LOURENÇO, 1999, s.p.).

Em suma, a concepção do sítio incluiu três núcleos de visita, materializando a valorização da *villa*, os quais se traduzem no núcleo de acolhimento/estudo e reserva/ Espaço-Museu na aldeia do Rabaçal; o núcleo da *villa* romana/estação arqueológica e, finalmente, o núcleo da vista panorâmica da Chanca, constituindo um importante miradouro para percepção do território em torno da *villa*.

Com os mencionados núcleos perspectivou-se o acolhimento no Espaço-Museu, funcionando como uma espécie de introdução à *villa* e ao território envolvente, para além de acumular outras valências como biblioteca, reservas, tratamento e exposição dos achados.

Depois, com a descida ao Vale do Rabaçal, proporciona-se a visita ao campo arqueológico, incluindo o acolhimento no edifício de apoio.

Por fim, procede-se à subida à colina da Chanca, com vista panorâmica sobre o Vale do Rabaçal, constituindo um lugar com marcas de diferentes épocas de ocupação, (PENELA, 2001, 35-37).

Projecto | Edifício de Apoio

Autoria do Projecto de Arquitectura | Aristides Lourenço, Arquitecto

Data do Projecto | 1997

Fase de Projecto | Obra concluída

O projecto para o edifício implementado junto às ruínas da *Villa* do Rabaçal teve como princípio a redução do impacto perante a envolvente, procurando-se manter os percursos existentes.

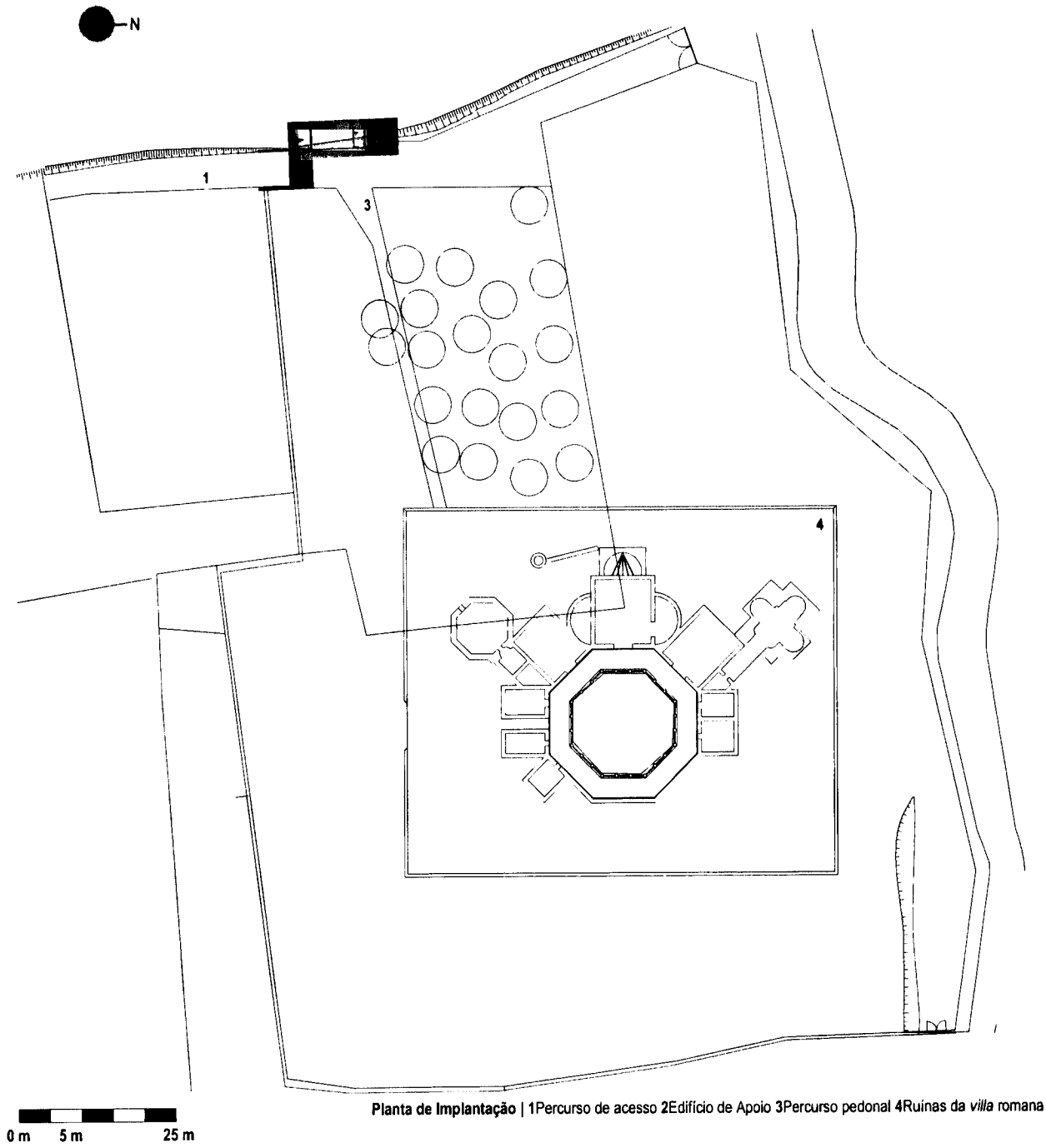
A intervenção traduziu-se na localização do edifício associado a um talude existente, perspectivando-se o importante papel das oliveiras existentes, funcionando como dissimulador visual na relação com as ruínas romanas.

O edifício construído junto à estação arqueológica consiste numa estrutura mínima, com uma linguagem arquitectónica assumidamente contemporânea, integrando um pórtico no enfiamento do percurso de acesso.

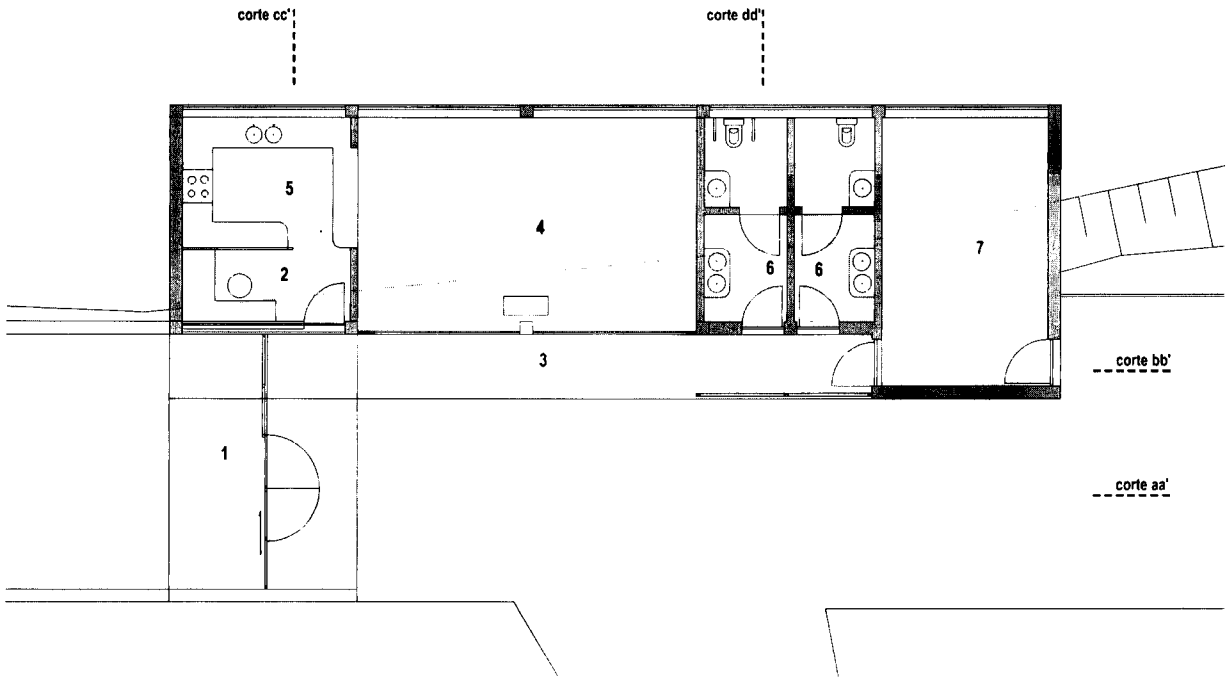
O edifício de apoio foi projectado com uma bilheteira/gabinete do responsável, um espaço polivalente/informação, um bar, instalações sanitárias e espaços de arrumos.

Ao nível da materialização da intervenção, o objectivo consistiu na aplicação de materiais de fácil manutenção, os quais adquirem, ao longo do tempo, a patine das cores e materiais existentes no lugar, sendo as paredes exteriores em betão aparente (associado à cor do calcário), os pavimentos em Azulino de Cascais, também de cor cinza, ao passo que as paredes interiores do espaço de exposição foram previstas com revestimento a aglomerado de madeira.

A vedação do recinto arqueológico foi projectada de modo a minimizar a respectiva presença, perante o conjunto das oliveiras existente, (LOURENÇO, 1999, s.p.).

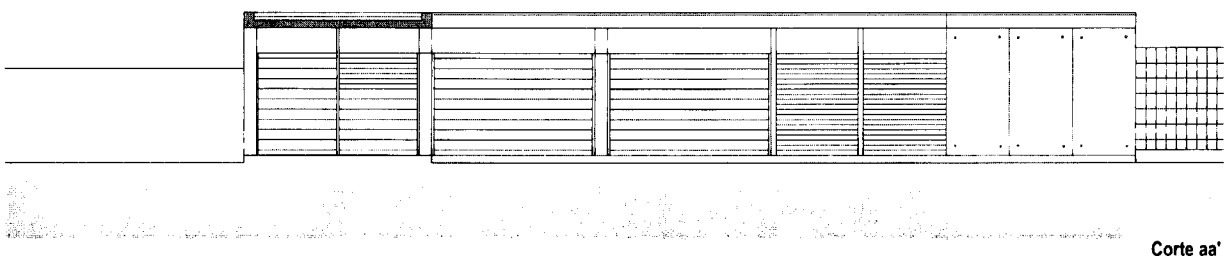


Planta de Implantação | 1Percurso de acesso 2Edifício de Apoio 3Percurso pedonal 4Ruínas da *villa* romana

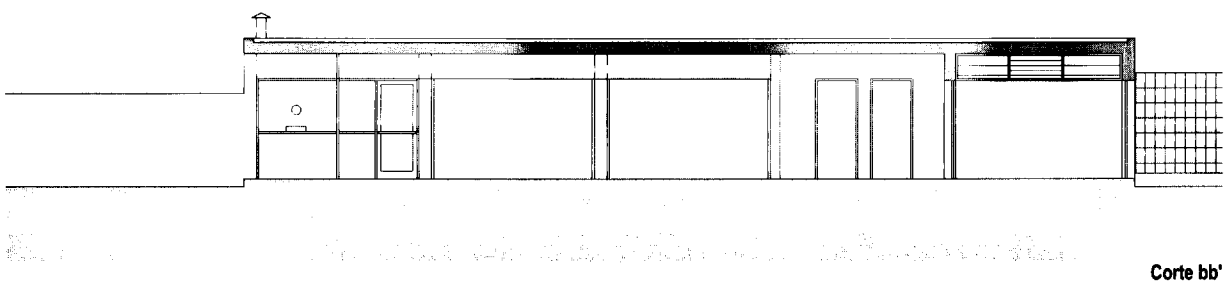


0 m 1 m 5 m

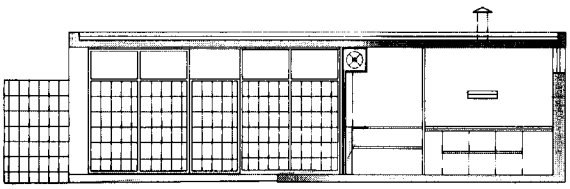
Planta do piso | 1entrada 2recepção 3circulação 4espaço polivalente 5bar 6instalações sanitárias 7arrumos/armazém



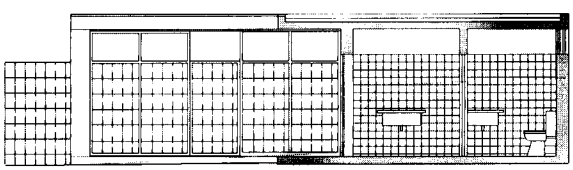
Corte aa'



Corte bb'

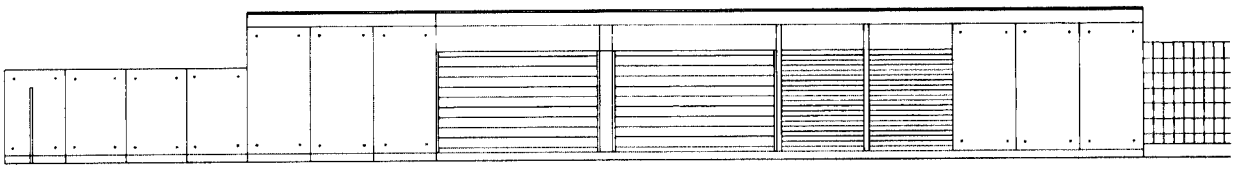


Corte cc'

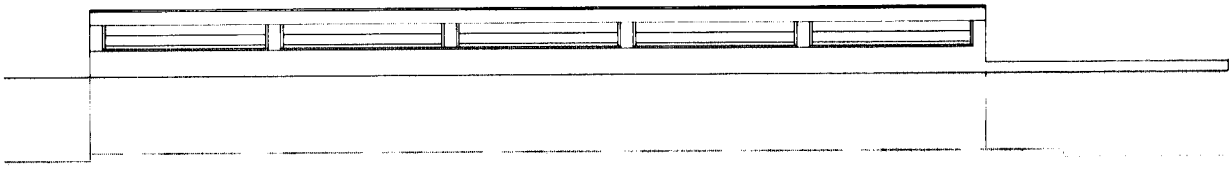


Corte dd'

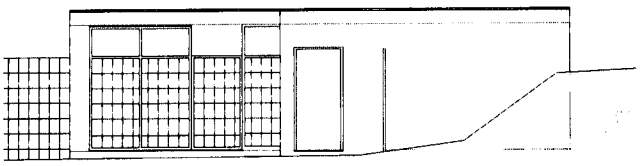
0 m 1 m 5 m



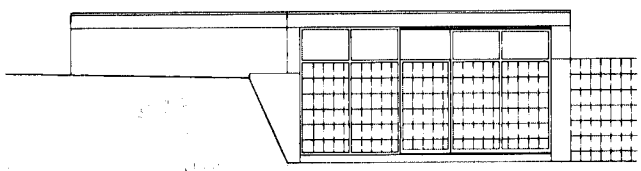
Alçado Frontal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Direito

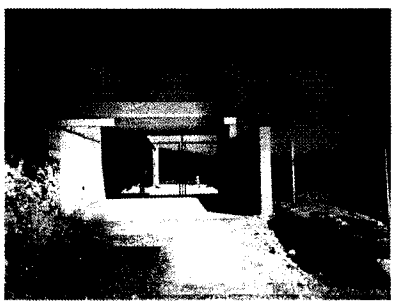


Alçado Lateral Esquerdo

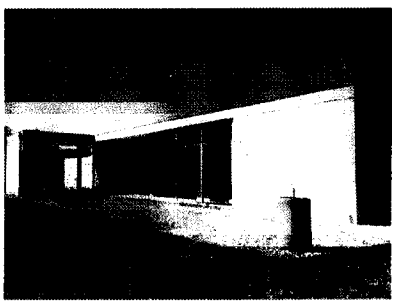




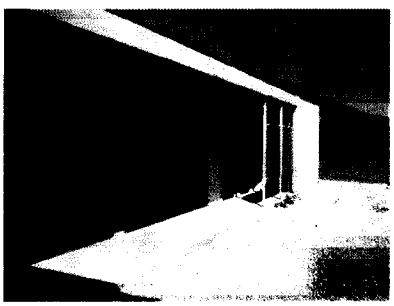
6|Acesso à estação arqueológica



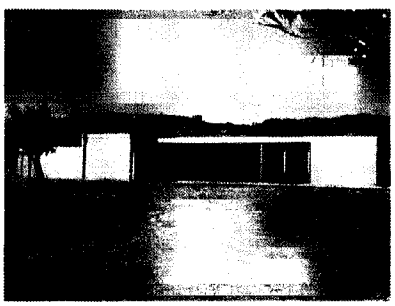
7|Pórtico de entrada



8|Alçado voltado para a ruína



9|Alçado voltado para a ruína



10|Alçado voltado para a ruína



11|Sala de exposição

Referências Específicas | (LOURENÇO, 1999); (PENELA, 2001); (PENELA, 2006); (PESSOA, 1998); (PESSOA e RODRIGO, 2004).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Aristides Lourenço, Arquitecto – peças gráficas do projecto de arquitectura.

6. Circuito Arqueológico da Cola





37°34'43.59"N 8°18'02.87"W 1|Vista aérea



2|Castro (vista do santuário)



3| Castro da Cola (aproximação)



4| Castro da Cola



5| Castro da Cola

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Castro da Cola

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto 16 de Junho 1910)

Localização | Concelho de Ourique, Distrito do Beja

Endereço | Castro da Cola, 7670-201 Ourique

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Alentejo

Responsável | Rafael Alfenim, Arqueólogo

Descrição | O Circuito Arqueológico da Cola integra um conjunto de quinze sítios originários de épocas distintas, os quais se implementaram ao redor do povoado do Castro da Cola, sendo que o rio Mira funcionou como elemento fundamental para a fixação das populações no território, o qual abarca uma área de, aproximadamente, 15 km^2, no concelho de Ourique.

Actualmente, no referido território, existe conhecimento sobre trinta sítios arqueológicos originários de vários períodos, desde o Neolítico até à Idade Média, dada a potencialidade da zona para a agricultura, a pastorícia, a caça, a pesca e a exploração mineira.

Do inventário de trinta sítios, quinze deles foram seleccionados, cujos critérios se basearam no estado de conservação e inserção na paisagem, os quais se passa a descrever.

1 | Fernão Vaz 1

Trata-se de um monumento funerário megalítico do 3º milénio a.C., destinado ao enterramento colectivo, incorporado sob a forma de uma anta de cripta aberta alongada, ladeada por uma mamoa composta por terra ensimada por uma camada pétrea.

2 | Fernão Vaz 2

Constitui um monumento funerário megalítico do 3º milénio a.C. destinado ao enterramento colectivo, sob a forma de uma anta de câmara alongada com corredor curto, rodeada por uma mamoa de terra revestida por uma superfície de pedras e delimitada por um murete de pedra cravada verticalmente, configurando uma planta circular.

3 | Cortadouro

O cortadouro consiste num povoado do calcolítico, do 3º milénio a.C., posteriormente ocupado na Idade do Ferro e em época indeterminada, talvez medieval.

O povoado foi implementado sobre um "chapéu de ferro" com exploração mineira antiga, sendo que as escavações feitas no local não possibilitam um conhecimento pleno do sítio, no entanto, é de relevar a sua privilegiada inserção paisagística.

É provável que a implementação do povoado esteja associada à exploração do minério.

4 | Nora Velha 1

Monumento funerário megalítico de 3º milénio a.C. com ocupações posteriores, durante as Idades do Bronze e do Ferro.

Trata-se de um *tholos* (monumento com cobertura em falsa cúpula) com uma câmara circular e um corredor curto, rodeado por uma mamoa, destinado a enterramentos colectivos.

A entrada da câmara é assinalada sob a forma de um esteio com dimensão considerável, com uma das faces decoradas com gravuras.

5 | Alcaria 1 – A e B

Alacaria 1-A | Consiste num monumento funerário da Idade do Bronze, do 2º milénio a.C., o qual integra um conjunto de mamoas justapostas em forma de cacho, configurando-se uma estrutura típica dos enterramentos da época.

As referidas mamoas delimitavam-se por uma planta circular, obtendo, no seu interior, as cistas que consistiam em caixas sepulcrais destinadas a enterramentos individuais.
Alaria 1-B | Estruturas rectangulares localizadas próximo da necrópole, cuja funcionalidade podia estar associada à existência de um povoado, ainda não delimitado, ou de um local de culto para a prática de rituais funerários, executados na necrópole vizinha, não sendo claro o real significado da estrutura.

6 | Alcaria 2
A Alcaria 2 integra uma necrópole da Idade do Bronze, do 2º milénio a.C. com uma orgânica semelhante à Alcaria 1-A, no entanto, com dimensões mais reduzidas.

7 | Atalaia
A Atalaia abarca uma necrópole da Idade do Bronze, do 2º milénio a.C., constituída por monumentos funerários dispersos, formando vários conjuntos com a mesma tipologia, configurada sob a forma de uma mamoa de terra e pedras, cujo interior, em fossa ou cista, se destinava ao enterramento individual. O conjunto das mamoas adoçadas originava aspecto de cacho.

8 | Fernão Vaz
Povoado da Idade do Ferro ocupado, posteriormente, durante a época medieval e islâmica, cuja origem se estima entre os séculos VII a V a.C..
Trata-se de uma zona industrial configurada num único edifício de grandes dimensões, obtendo diversos compartimentos com inclusão provável de zona de armazéns e um pátio.
A ocupação islâmica foi feita tirando partido dos muros que restavam da Idade do Ferro, para a construção de novas habitações, sendo observáveis dois tipos distintos de aparelhos construtivos sobrepostos.

9 | Porto das Lajes
Povoado da Idade do Ferro, datado do século VI a.C. composto por uma pequena instalação habitacional, cuja orgânica incorpora dois blocos de compartimentos que ladeiam um espaço central de circulação.
A unidade habitacional integra uma zona de residência, espaço de armazém e, provavelmente, espaço para recolha de animais.
A existência de uma veiga fértil banhada pelas águas do rio Mira, pode ter constituído um importante factor para a localização da unidade.

10 | Fernão Vaz
Necrópole do século VII a IV a.C. que consiste num grande conjunto de monumentos funerários, provavelmente associado ao próximo povoado de Fernão Vaz.
Actualmente, estão identificados quarenta e seis edifícios funerários dispersos por dois núcleos distintos, sendo que, cada monumento contém, supostamente, uma sepultura cavada na rocha de base, revestida de lajes de xisto e coberta por grandes lajes, em torno da qual se construía uma

envolvente em pedra com forma circular, passando, posteriormente, a adoptar a forma quadrangular, reduzindo as dimensões, progressivamente, ao longo do tempo.

11 | Casarão

Monumento funerário da Idade do Ferro, datado do século VII a.C., caracterizado por um túmulo de planta circular com duas sepulturas em fossa, escavadas na rocha de base, sendo que a sepultura central apresenta-se envolvida por uma estrutura pétrea delineada por um murete construído com lajes de xisto, com planta circular, ao passo que a outra sepultura se localiza na periferia.

12 | Pego da Sobreira

Monumento funerário da Idade do ferro, datado do século VII a.C., caracterizado por um túmulo de planta circular com dimensão considerável, integrando uma sepultura central, coberta por lajes de xisto, envolvida por uma estrutura pétrea delimitada através de um murete constituído por várias fiadas de pedra de média dimensão.

13 | Vaga da Cascalheira

Necrópole da Idade do Ferro, do século VI a.C., constituindo um pequeno conjunto de monumentos funerários, com sepulturas de planta rectangular envolvidas por estruturas pétreas justapostas.
Esta necrópole pode estar associada a um pequeno núcleo habitacional que, provavelmente, se dedicava à exploração de minérios.

14 | Nora Velha 2

Necrópole da Idade do Ferro, datada do século VII a.C., integrando um conjunto de monumentos funerários, a qual poderá estar associada com a ocupação do castro de Cola, do período da Idade do Ferro, sendo composta por sepulturas escavadas no subsolo xistoso envolvidas por estrutura pétreas de planta circular e rectangular, denunciando um longo período de utilização, tal como acontece na necrópole de Fernão Vaz.

15 | Castro da Cola

O Castro da Cola consiste num povoado castrejo que revela indícios de ocupação, desde o Neolítico, ou Calcolítico, até à época posterior à Reconquista Cristã, no século XIII, data do seu abandono.
O complexo sistema defensivo, composto por uma fortificação principal, com um perímetro aproximado de 330 metros, e outras secundárias, bem como uma extensa zona de habitat e várias necrópoles que indicam a ocupação em época islâmica, ou do período imediatamente posterior à Reconquista.
A entrada para a fortificação principal, sobre o rio Mira, fazia-se através de uma grande torre, da qual restam apenas as fundações, dando-se acesso a um amplo pátio que constituía o centro da *Al-calá* (fortaleza), em volta do qual se distribuíam várias construções de carácter militar (cavalariças, armazéns, casamatas, etc.).
À zona urbana acedia-se a partir do referido pátio, através de uma estreita entrada, constituída por habitações distribuídas ao redor de um pátio central, existindo, também, pequenas zonas de armazém,

lojas e oficinas, bem como fornos, poços e uma cisterna, configurando-se um aglomerado urbano estruturado por duas vias de circulação, uma delas adoçada à muralha, a Norte, e outra, central, sendo que a Sul do aglomerado existia uma larga praça, (PORTUGAL, 2000a, s.p.).

Histórico | Num conjunto com características peculiares, no âmbito da arqueologia portuguesa, com especial incidência na Proto-História, foram empreendidas acções de pesquisa e salvaguarda, com especial destaque para o empenho de Abel Viana e, posteriormente, Caetano de Mello Beirão.
O projecto de criação de um circuito turístico-cultural na zona da Senhora da Cola e de Fernão Vaz, na sequência das campanhas dirigidas por Abel Viana, apoiadas pela fundação Calouste Gulbenkian, assim como das pesquisas de Caetano de Mello Beirão, desde as primeiras campanhas subsidiadas pelo Fundo do Turismo, até aos seus últimos trabalhos, na qualidade de director do Serviço Regional de Arqueologia do Sul, do então IPPC, teve como importantes impulsos a Carta Arqueológica do Concelho de Ourique, o projecto do Parque Arqueológico da Cola, numa fase inicial, incluído no PIDR de entre Mira e Guadiana e, mais tarde, abrangido pelo protocolo de cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado do Turismo e o IPPAR, relativamente ao período 1994/96.
As obras de reabilitação do edifício e a aquisição de mobiliário, com vista à criação de um Centro Interpretativo, foram garantidos no âmbito do *Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve* previsto no protocolo referido anteriormente.
As despesas inerentes ao posterior funcionamento do equipamento, supostamente, passaram a ser suportadas pela Câmara Municipal de Ourique, ao abrigo do protocolo entre o IPPAR e a referida entidade, (PARREIRA, 1996a, 1-4).

Objectivos Gerais | A criação de um Centro Interpretativo nas proximidade do castro da Cola teve como objectivo a integração num conjunto arqueológico plenamente perceptível em termos de informação, fornecendo um panorama sobre o percurso histórico da zona, incluindo o fornecimento de publicações, réplicas e elementos de divulgação.
O público alvo nas medidas implementadas integra os utentes locais e regionais, incidindo nos estudantes, professores e idosos. O Circuito Arqueológico e respectivo Centro Interpretativo, estão dirigidos, também, a utentes de todo o país e estrangeiros, dada uma política de incentivos ao turismo cultural, (PARREIRA, 1996a, 2).

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | O local eleito para a implementação do Centro Interpretativo consistiu numa construção vernácula localizada junto ao Santuário da Nossa Senhora da Cola (Igreja e Complexo da casa dos romeiros), propriedade da Santa Casa da Misericórdia, a recuperar para o efeito, inserida numa área de fácil acessibilidade, reunindo padrões de qualidade, no que se refere à envolvente ambiental e paisagística, nas proximidades de um estabelecimento de restauração, integrando um ponto de referência em todo o itinerário histórico-cultural.
O Centro Interpretativo foi assumido no âmbito dos *museus narrativos*, recorrendo-se a imagens, textos e maquetas para transmitir a informação.
As áreas a integrar o Centro Interpretativo são constituídas pela zona de acolhimento a partir de um acesso exterior, com recepção, bengaleiro, informação variada e arrumos para material de divulgação

e réplicas; pela área de exposição, integrando informação de base que garanta a utilização dos elementos de apoio ao itinerário, por parte do visitante; a zona de sanitários e arrumos para material e equipamentos de limpeza.

Ao Centro Interpretativo foi associada uma área de estacionamento para ligeiros e, pelo menos, dois veículos pesados, uma ligação pedonal ao Castro da Cola, com vista à vedação das ruínas, de modo a garantir-se um acesso condicionado, e uma área de repouso ao ar livre, (PARREIRA, 1996a, 2-3).

Projecto | Centro Interpretativo

Autoria do Projecto de Arquitectura | Sofia Salema, Arquitecta

Data do Projecto | Janeiro 1998

Fase de Projecto | Obra concluída

O projecto desenvolvido internamente na Direcção Regional da Cultura do Alentejo, teve origem numa análise à pré-existência e ao programa descrito anteriormente, concluindo-se que a criação do Centro Interpretativo passaria por uma incontornável ampliação, sendo que a filosofia de intervenção teve como princípios, a preservação das especificidades da pré-existência, bem como da respectiva envolvente.

A referida ampliação foi proposta a Sul do Edifício, no sentido de se garantir a integração da intervenção no meio.

Em termos funcionais, a entrada no Centro Interpretativo desenvolve-se a Norte, com vista a uma imediata visibilidade, tanto para os utentes como para os funcionários que, deste modo, têm assegurado o controlo da entrada no recinto.

Da referida entrada tem-se acesso à recepção dos visitantes, sob a forma de um balcão, um bengaleiro e um pequeno arrumo.

Da zona de acolhimento é possível aceder à zona de exposição, onde se pretendeu a exibição de informação sobre o itinerário arqueológico, sendo que, posteriormente, funciona o espaço polivalente, onde se possibilita uma mostragem vídeo/multimédia ou conferências para divulgação do circuito arqueológico, ou para a exposição temporária de peças.

A área destinada a sanitários e arrumos integra-se na área a ampliar, organizando-se em dois espaços distintos (arrumo e sanitários dirigidos a funcionários).

O novo corpo integra, também, as instalações sanitárias de apoio aos visitantes do circuito da Cola e do Santuário, cujo acesso se desenvolve pelo exterior.

A solução de localizar os sanitários com acesso independente, mas contíguos ao Centro Interpretativo, esteve associada à ideia de demolir um anexo, com instalações sanitárias, entre a casa dos romeiros e a Igreja, o qual, pelo seu carácter, descaracterizava a leitura arquitectónica da Igreja da Cola e a sua envolvente.

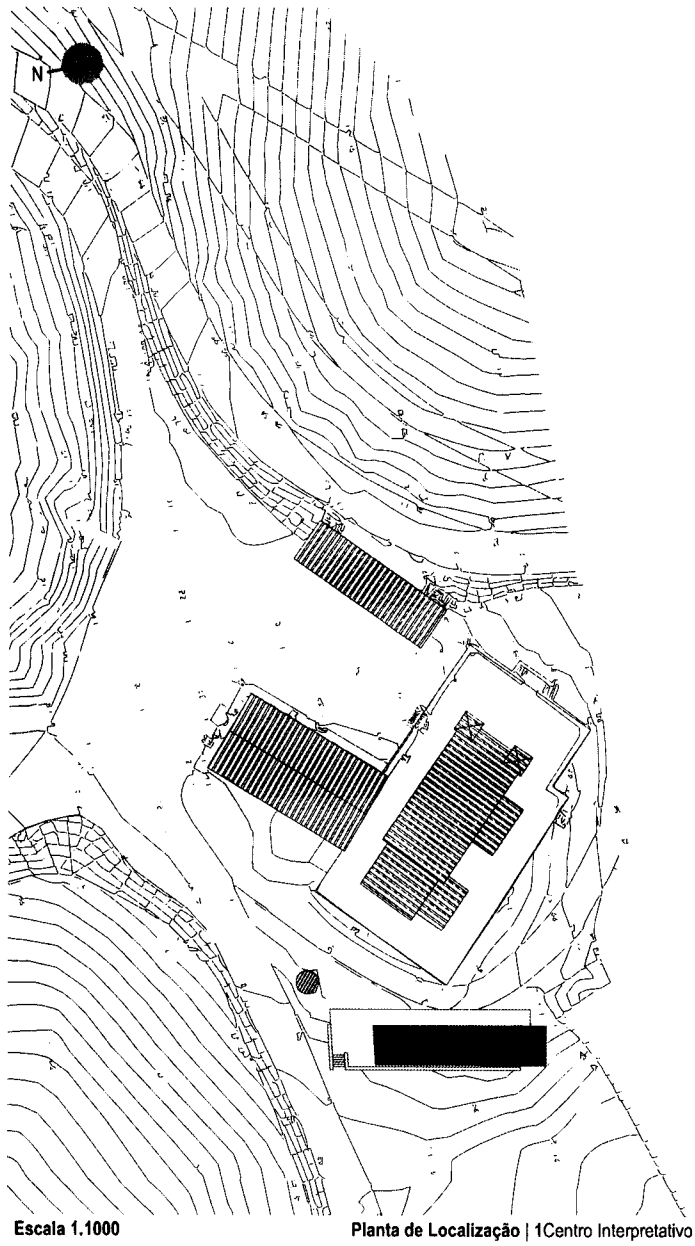
A manutenção e a preservação da linguagem do exterior do edifício, construtiva e arquitectonicamente modesto, mas de importante valor plástico e cultural, foi proposta no sentido de se integrar no meio, respeitando a escala do edifício pré-existente, utilizando um sistema construtivo compatível com o existente, adoptando-se um sistema de paredes autoportantes, em tijolo maciço.

A fachada principal prevê-se caiada, sendo que os paramentos referentes à ampliação se prevêem rebocados com acabamento liso e afagado, pretendendo-se uma diferenciação entre o existente e a ampliação, apenas no que se refere à textura.

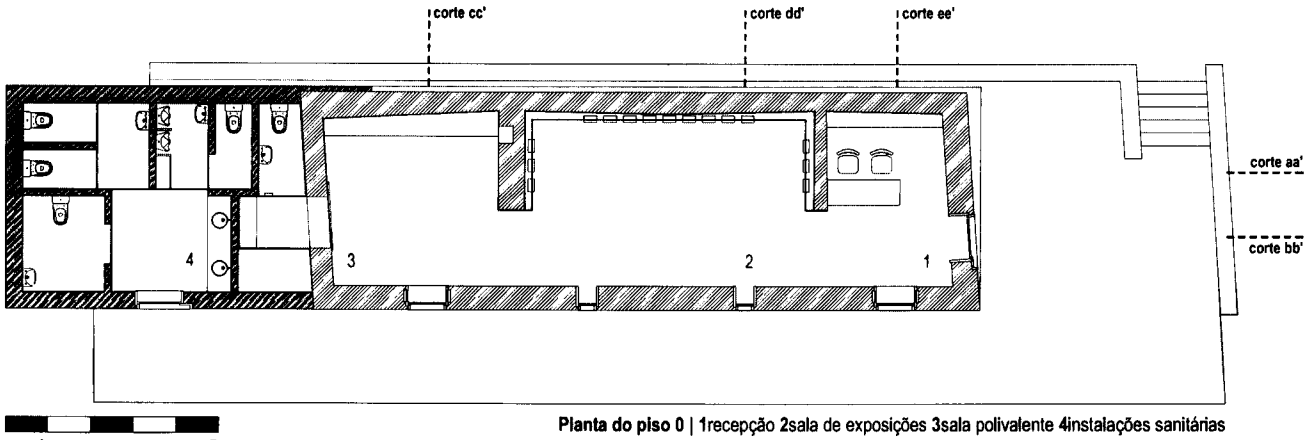
Pelo contrário, os paramentos a Norte, não se encontram caiados, nem rebocados, com o aparelho de xisto à vista.

A telha de canudo de cor de barro natural, materializa a cobertura do edifício, assentando sobre estrutura de madeira, com vista ao equilíbrio visual e material.

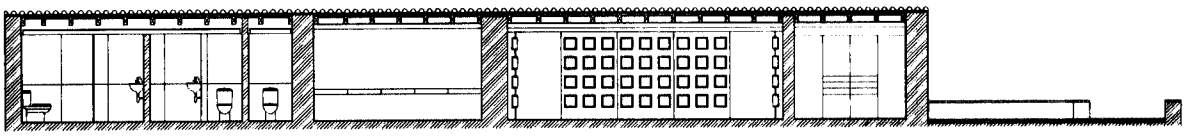
É de registar, ainda, a abertura de dois novos vãos na fachada principal, com vista à iluminação e ventilação natural, sendo que um deles permite o controlo do acesso ao Castro da Cola, por parte dos funcionários, (SALEMA, 2001, 55-58).



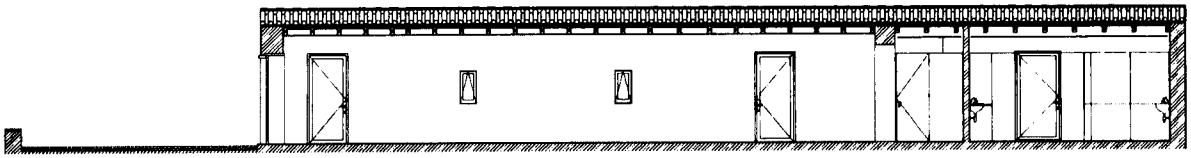
Escala 1.1000 **Planta de Localização** | 1Centro Interpretativo



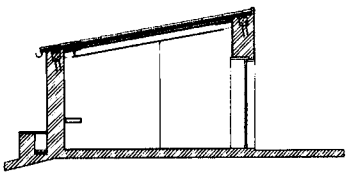
Planta do piso 0 | 1recepção 2sala de exposições 3sala polivalente 4instalações sanitárias



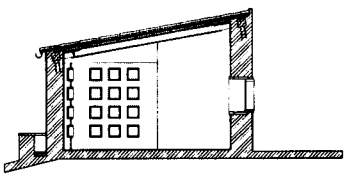
Corte aa'



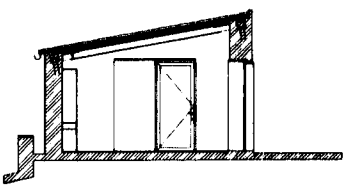
Corte bb'



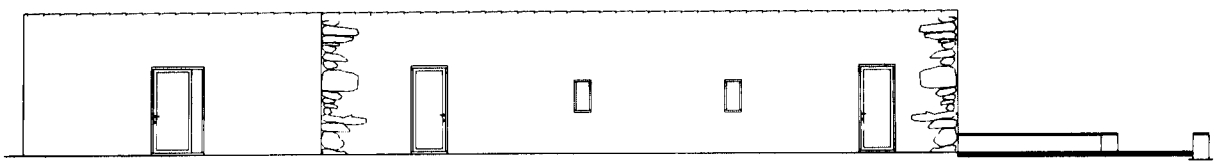
Corte cc'



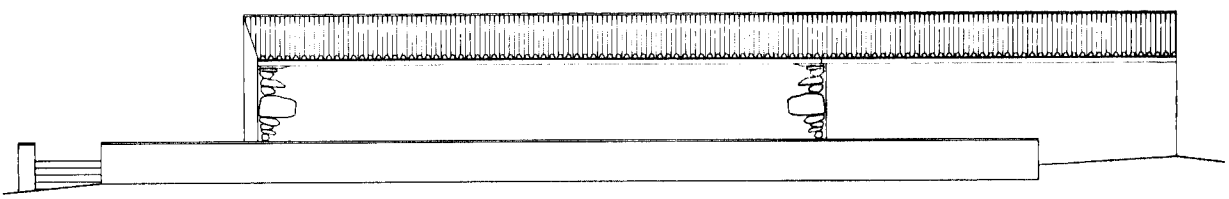
Corte dd'



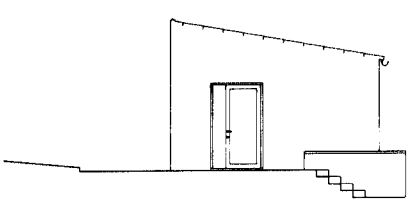
Corte ee'



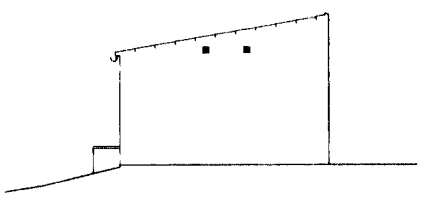
Alçado Nascente



Alçado Poente



Alçado Norte



Alçado Sul

0 m 1 m 5 m



6|Santuário de Nossa Senhora da Cola



7|Centro Interpretativo



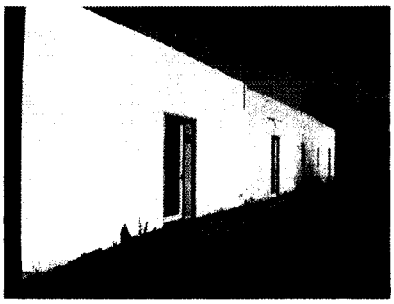
8|Centro Interpretativo (aproximação)



9|Entrada



10|Fachada principal (com ampliação)



11|Fachada principal (com ampliação)



12|Fachada posterior (com ampliação)



13|Acesso entre o parque de estacionamento e o centro interpretativo

Referências Específicas | (CORREIA e ALFENIM , 2001); (CORREIA, 2002); (PORTUGAL, 2000a); (PARREIRA, 1996a); (SALEMA, 2001).

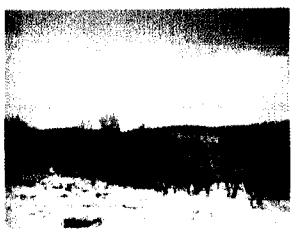
Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Sofia Salema, Arquitecta – peças gráficas do projecto de arquitectura.

7. Ruínas romanas de S. Cucufate

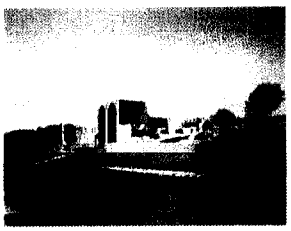




38°13'25.45"N 7°50'44.45"W 1|Vista aérea



2|Envolvente das ruinas



3|Ruínas da *villa* romana



4|Ruínas da *villa* romana



5|Ruínas do templo

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Ruínas do Convento de São Cucufate

Protecção Legal | Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 36383, de 28 de Junho de 1947)

Localização | Freguesia de Vila de Frades, Concelho de Vidigueira, Distrito do Beja

Endereço | Casa do Arco, Largo do Pinheiro, nº18, 7960-422 Vila de Frades

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Alentejo

Responsável | Rafael Alfenim, Arqueólogo

Descrição | São Cucufate apresenta três épocas de ocupação, integrando uma primeira fase, sob a forma de uma *villa* datada de meados do século I, a qual foi demolida para dar lugar a uma outra em meados do século II d. C., cujo futuro passaria, também, pela respectiva demolição para se erguer, durante a segunda metade do século IV, a *villa* cujas ruínas ainda persistem.

A *villa* estava associada a um templo incorporado por um edifício isolado, consagrado a divindades pagãs não identificadas, tendo sido cristianizado no século V, verificando-se alguns enterramentos no seu pórtico envolvente.

No exterior da *villa*, de referir a existência de um jardim que conduzia a um grande tanque/piscina.

A edificação continha dois corpos constituídos por robustos contrafortes que se ligavam, sob a forma de arcadas.

Na fachada principal, de referir um terraço sobrelevado, enquadrado pelos referidos corpos laterais, o qual teria a função de recepção, sendo de registar outras salas com abóbadas de berço por trás da nave, armazenando, hipoteticamente, talhas de vinho e azeite, cuja aparência está na origem das tradicionais adegas alentejanas.

A construção em causa, seria composta por dois pisos, sendo que o superior seria a zona nobre do conjunto, consistindo no piso residencial.

Ao referido piso superior, acedia-se através de uma estreita e íngreme escada, o qual detinha uma varanda comprida, correspondendo com o comprimento da fachada do nível superior, guarnecida de madeira.

Nas traseiras da *villa* conservou-se, no século IV, um grande tanque edificado na segunda fase, ao longo do qual se construiu uma galeria de arcos de volta inteira que suportavam, no piso superior, uma varanda.

O *triclinium* conserva-se da *villa* do século II, pavimentado de formigão róseo, bem como algumas salas que se observam nas traseiras do edifício.

O referido *triclinium* foi, talvez, transformado num espaço ensombrado por uma pérgola, tendo sido destelhado e derrubados os seus muros, sendo que, outras salas a Nascente do antigo *triclinium* parecem ter-se destinado ao feitor e à residência de alguns criados domésticos.

As termas da *villa* precedente, do século I, foram remodeladas com o seu frigidario, tepidário e caldário, embora se julgue que foram projectadas, para a *villa* palaciana, termas desanexadas, mas nunca foram edificadas.

A Nascente, conservam-se os muros da parte rústica da *villa*, dos quais parte persistem na *villa* do século II, sendo visíveis as instalações para os criados de lavoura e o lagar.

Após o abandono da *villa* em meados do século V, a Alta Idade Média viria a marcar presença, instalando um mosteiro dedicado a São Cucufate, em data indeterminada, sendo identificada a primeira igreja do mosteiro com a respectiva cabeceira em arco quase de ferradura, junto à sala que serviu de *triclinium* à segunda *villa*.

O edifício voltou a ser abandonado durante as guerras entre Muçulmanos e Cristãos, pela posse de Beja, sendo, posteriormente, restaurado em 1255 e entregue aos cónegos de São Vicente de Fora de Lisboa, aproveitando, para a igreja, o espaço em abside, no topo Norte da *villa* palaciana, o qual foi decorado com pinturas murais, renovadas em várias épocas.

O retábulo fingido do altar-mor é datado dos finais do século XVI ou inícios do século XVII, da autoria de José de Escovar, (PORTUGAL, 2000b, s.p.).

Histórico | Em área contígua às ruínas de S. Cucufate, instalou-se, em época contemporânea, a horta de S. Cucufate e a sua pequena casa para aproveitamento dos solos, dada a abundância de água.
As escavações da *villa* foram efectuadas de 1980 a 1987, por um grupo luso-francês dirigido por J. Alarcão, R. Étienne e F. Mayet.
Os trabalhos desenvolvidos pelo IPPAR marcam o início de um novo período de vivência daquele espaço.
No âmbito do Programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, o IPPAR partiu, em 1997, para a criação do Centro de Acolhimento e Interpretação, concluído em 2002, bem como de percursos pedonais devidamente sinalizados.
Com vista à valorização cultural e turística das ruínas de S. Cucufate, foi instalado, em 2006, um Núcleo Museológico em Vila de Frades, nas denominadas Casa do Arco e Casa do Almeida, ambas cedidas pela Câmara Municipal da Vidigueira, numa filosofia de criação de equipamentos motivadores de visitas aos arqueosítios, (www.ippar.pt).

Objectivos Gerais | Com as intervenções desenvolvidas junto das ruínas de S. Cucufate, pretendeu-se que a produção agrícola se mantivesse, numa forte relação com a cultura, de modo a que o sítio se tornasse presenciado, sob a forma de um quotidiano activo que se vai apropriando do sítio.
Com a criação do Centro Interpretativo visou-se um conjunto de valências com vista ao acolhimento e fornecimento de informação de apoio à visita, como no que se refere a acções educativas variadas.
Dada a impossibilidade de aceder aos processos referentes aos objectivos delineados pelo IPPAR, previstos para S. Cucufate, desconhece-se o público alvo para o qual se justificam as intervenções, sendo que se pode afirmar que os segmentos de mercado mais correspondentes a este tipo de circuito sejam as crianças, quer inseridas no âmbito das visitas escolares, quer no âmbito das famílias, não se excluindo o importante direccionamento para o turismo cultural que abrange visitantes nacionais e estrangeiros, bem como estudantes, professores e idosos, (MARECO, 2006, 128-137).

Concepção como Estratégia de Gestão | O IPPAR definiu para o conjunto das ruínas de S. Cucufate a construção de um pequeno edifício de apoio, localizado junto ao acesso à área do monumento, albergando espaços vocacionados para uma recepção/bilheteira e venda de publicações, bar, sala polivalente, arrecadação e instalações sanitárias.
Mais ficou delineado que o novo edifício não se traduzisse numa aparência excessiva, de modo a não colidir com a escala da pré-existência, cuja visibilidade teria de ser nula, no interior do recinto das ruínas.
Deste modo, pretendeu-se uma articulação do novo volume em relação aos arranjos exteriores, então desenvolvidos pelo Arquitecto Francisco Caldeira Cabral, com os quais se definiria a acessibilidade ao recinto e a aproximação às ruínas, através de um percurso que se iniciaria no Centro de Acolhimento e Interpretação, (SOARES, 2001, 70-72).

Projecto | Centro de Acolhimento e Interpretação de S. Cucufate

Autoria do Projecto de Arquitectura | Nuno Bruno Soares, Arquitecto

Data do Projecto | Fevereiro 1998

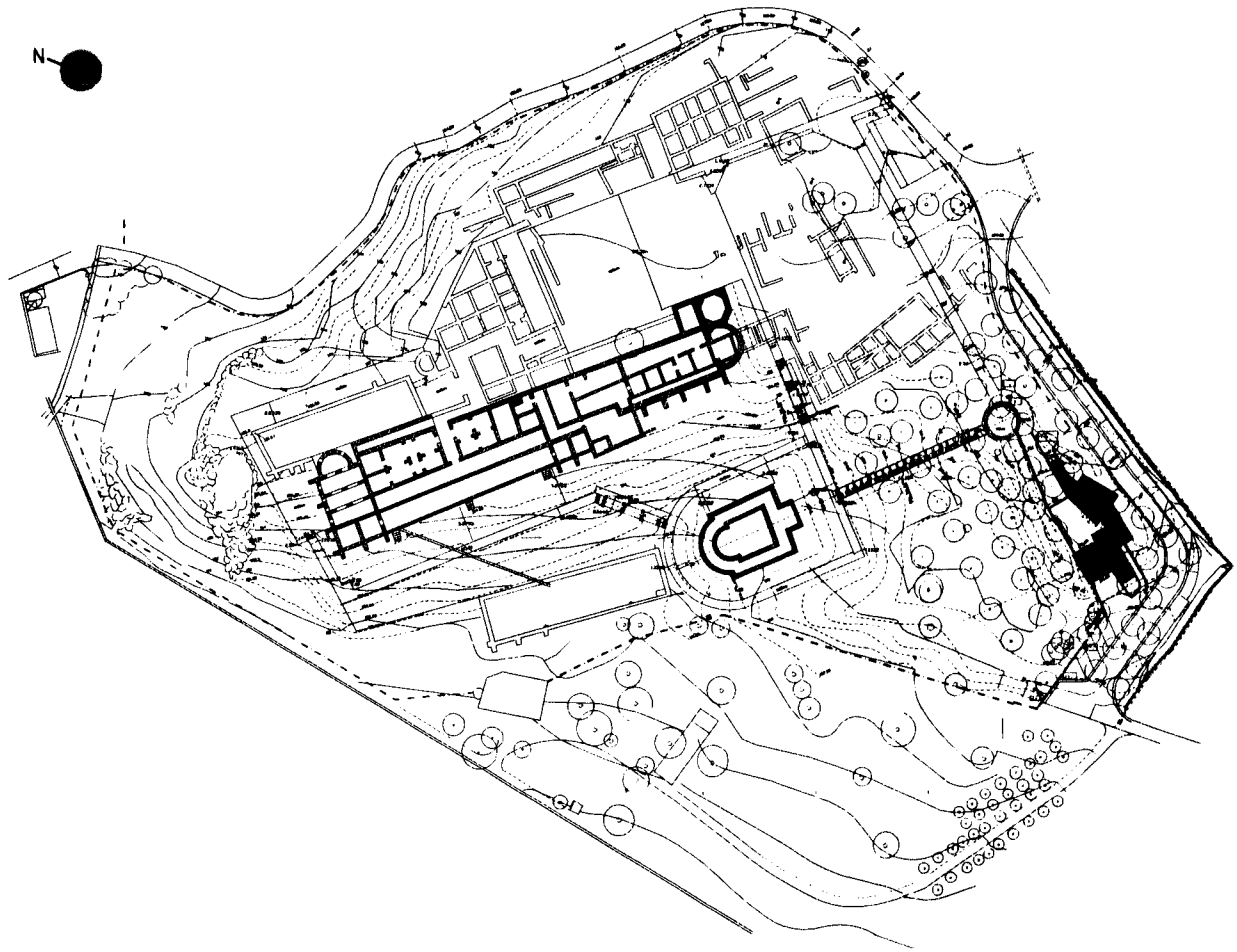
Fase de Projecto | Obra concluída em 2002

O Centro de Acolhimento e Interpretação de S. Cucufate é constituído por um conjunto de espaços e volumes distintos, os quais se articulam funcionalmente ao longo do percurso de acesso às ruínas.

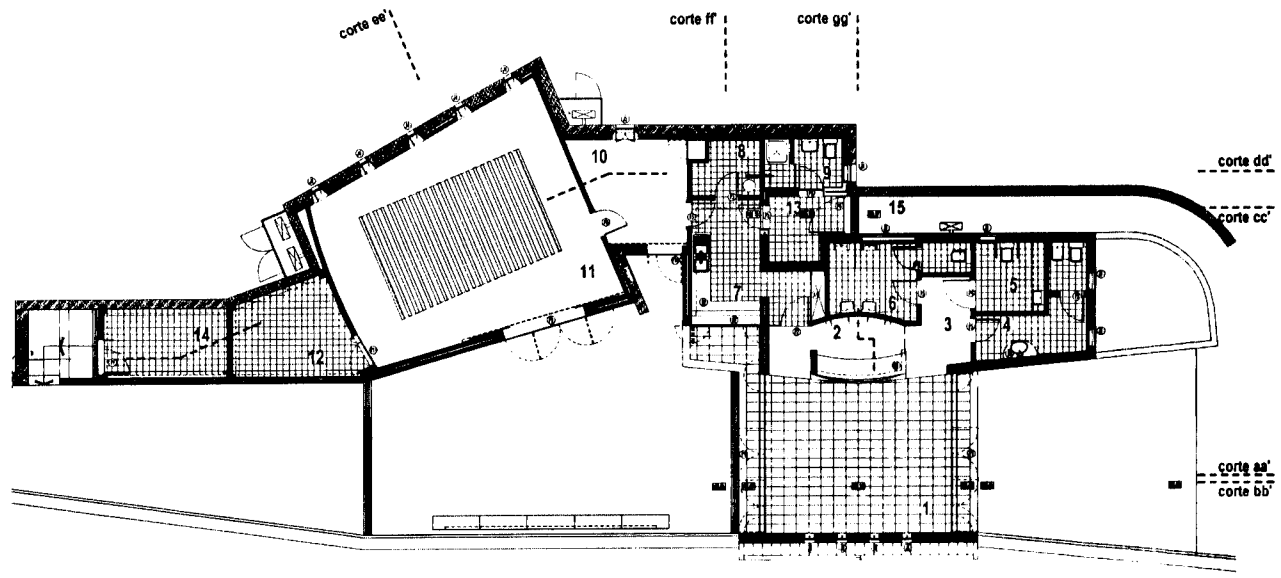
A alvenaria de xisto, em alguns casos, travada com fiadas de tijolo burro, foi o processo construtivo utilizado para a edificação dos muros e paredes que configuram o edifício, fazendo-se referência a uma técnica aplicada nas ruínas romanas.

O átrio da entrada constitui um espaço amplo, cujo atravessamento permite o acesso às ruínas, dada a configuração dos vãos que o compõem.

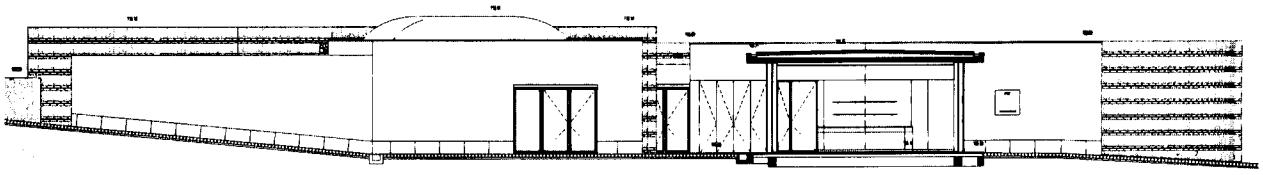
Atravessado o átrio, segue-se um pátio para o qual se abrem a sala polivalente e um pequeno bar, sendo que o espaço central da sala polivalente é composto por uma abóbada executada a partir de uma técnica tradicional com tijolo de cutelo, (SOARES, 2001, 70-72).



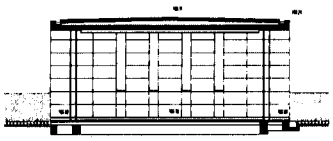
Planta de Implantação | 1Centro de Acolhimento e Interpretação



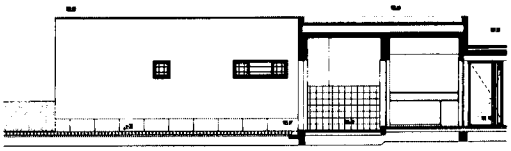
Planta do piso 0 | 1átrio principal 2recepção 3átrio das instalações sanitárias 4instalações sanitárias (feminino) 5instalações sanitárias (defecientes) 6instalações sanitárias (masculino) 7bar 8arrecadação 9instalações sanitárias (serviço) 10gabinete 11auditório 12arrecadação 13átrio de serviço|lixos 14arrecadação 15acesso de serviço



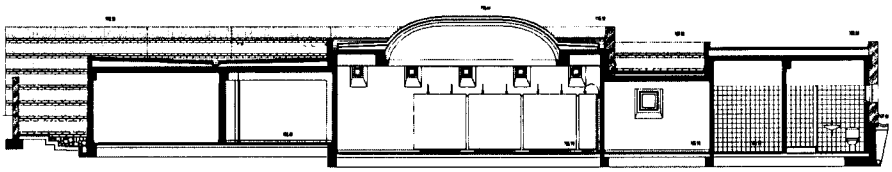
Corte aa'



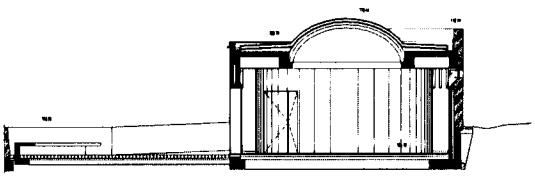
Corte bb'



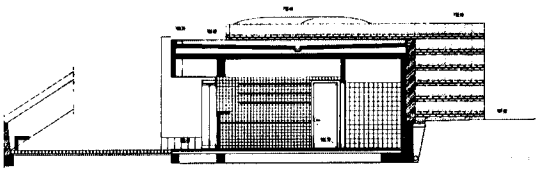
Corte cc'



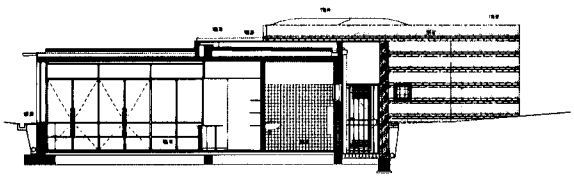
Corte dd'



Corte ee'

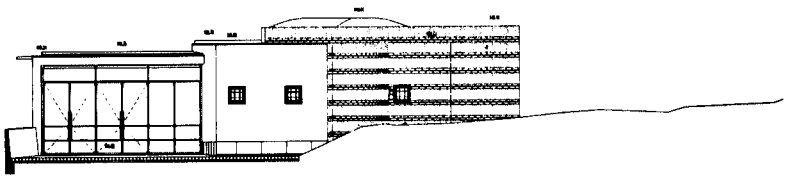


Corte ff'

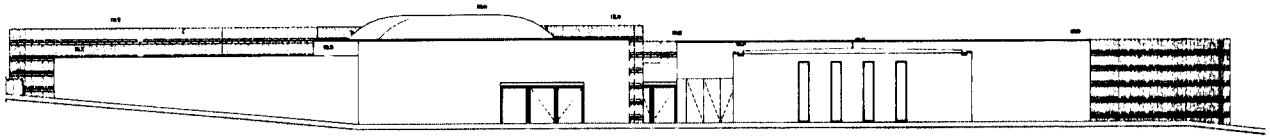


Corte gg'

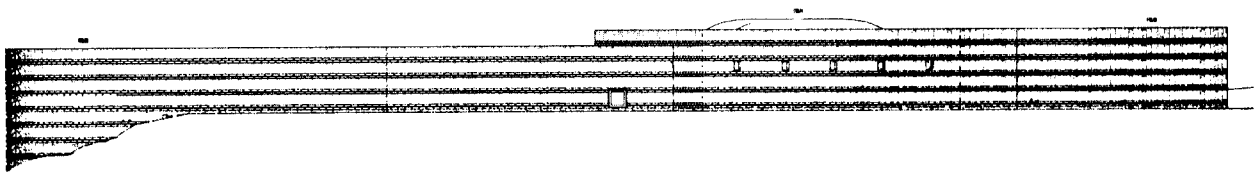
0 m 1 m 5 m



Alçado Principal



Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito

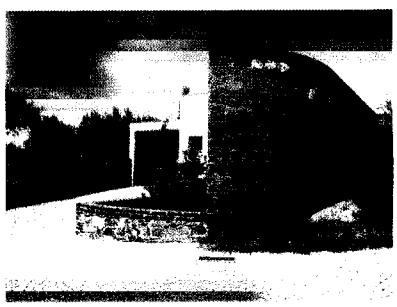
0 m 1 m 5 m



6|Fachada frontal



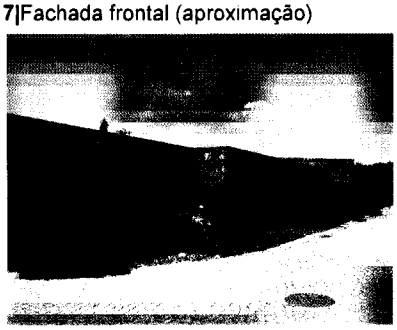
7|Fachada frontal (aproximação)



8|Fachada frontal (aproximação)



9|Fachada frontal (aproximação)



10|Fachada lateral direita



11|Fachada lateral direita



12|Fachada lateral esquerda



13|Fachada lateral esquerda (pátio)



14|Vista a partir da ruína

Referências Específicas | (ALFENIM, 2001); (MARECO, 2006); (PORTUGAL, 1998a); (PEREIRA, 1984); (PORTUGAL, 2000b); (SOARES, 2001); (www.ippar.pt).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Nuno Bruno Soares, Arquitecto – peças gráficas do projecto de arquitectura e imagens (12,13,14); Patrícia Mareco – imagens (2,3,4,5).

8. Monumentos Megalíticos de Alcalar





37°11'57.01"N 8°35'17.00"W **1|**Vista aérea



2|Monumento nº7



3| Monumento nº7



4| Monumento nº7



5| Monumento nº7

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Monumentos de Alcalar

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto de 16 de Junho de 1910)

Localização | Mexilhoeira Grande, Concelho de Portimão, Distrito de Faro

Endereço | Centro de Acolhimento e Interpretação, Alcalar, 8500-120 Mexilhoeira Grande

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Algarve

Responsável | Rui Parreira, Arqueólogo

Descrição | No 3º milénio a.C., junto do lugar de Alcalar, a cerca de 5 quilómetros de Mexilhoeira Grande, no concelho de Portimão, em pleno Barrocal Algarvio, existia um vasto povoado com cerca de 20 hectares, situado junto de um troço navegável da Ribeira da Torre, estendendo-se para Norte da Ria do Alvor até ao sopé da Serra de Monchique.

Na periferia do referido povoado, existiam outros aglomerados habitacionais, os quais davam origem à edificação de templos funerários megalíticos, localizados nas pequenas elevações circundantes que, no seu conjunto, constituíram uma necrópole composta por cerca de vinte sepulcros com mamoa, constituindo vários agrupamentos.

Os referidos sepulcros revelaram uma significativa diversidade de soluções arquitectónicas (*tholoi* com cripta rematada em falsa cúpula / construção dolménica com grande monólito de arenito / hipogeu artificialmente escavado na rocha para enterramento colectivo).

A localização destes edifícios prende-se com a diversidade de recursos provenientes das potencialidades produtoras da zona, a qual proporcionou uma intensa ocupação humana, tirando partido da exploração do litoral, com a pesca e a apanha de marisco, bem como da exploração dos solos férteis, permitindo a agropecuária baseada nos cereais, rebanhos e horticultura, sendo que a caça constituía, também, um forte recurso, dados os bosques de tipo mediterrânico existentes na altura.

O monumento nº7 é o que se encontra mais bem conservado da necrópole e localiza-se a Leste da estrada para a Senhora do Verde, ocupando o cume de um outeiro.

Segundo os vestígios de um nível de terraplanagem, com fogueiras rituais, descobertos por baixo do edifício tumular, considera-se que este espaço foi previamente consagrado.

O monumento integra um *cairn*, mamoa de pedras que envolve um *tholos*, construção com corredor e cripta em falsa cúpula. Foi encontrada uma estrela-menir, a Sul da mamoa, a qual enquadrava o edifício, bem como um pequeno menir, inserido num dispositivo litúrgico colocado diante da fachada.

Um murete em alvenaria de xisto continha a mamoa, o qual se associava a uma calçada periférica que envolvia o monumento.

Trata-se de um edifício com planta circular, com um diâmetro de aproximadamente 27m, cuja entrada se localizava voltada a Nascente, a partir da qual se tem acesso à cripta, atapetada por uma laje em meia-lua. Da entrada, composta por um pequeno pórtico e dois degraus, acede-se a um estreito e comprido corredor.

A cripta constitui o centro geométrico do túmulo, obtendo pavimento constituído por lajeado de calcário e uma cobertura composta por duas grandes lajes.

Dois nichos abrem-se nas paredes Norte e Sul da cripta com soleira e coberturas de grandes lajes, os quais se destinariam, provavelmente, a acolher um cadáver e respectivas atavias.

Na parede Poente abria-se um outro nicho sem soleira, mas coberto por laje, no qual se praticava uma liturgia que incluía rituais de fogo.

Na segunda metade do 3º milénio a.C., o sepulcro e local de culto, foram encerrados.

A poucos metros de distância, localiza-se o monumento nº9, cuja cripta e corredor foram escavados em 1900, encontrando-se muito arruinado, sendo que, da documentação antiga, se depreende um edifício funerário com cripta circular em alvenaria de xisto e curto corredor de acesso.

Os edifícios que compõem a necrópole megalítica, associada ao povoado, estão dispostos em agrupamentos sobre as pequenas colinas que ladeavam a área habitacional e caracterizavam-se pelas suas mamoas de planta centralizada, sendo, no entanto diferenciados pelas distintas soluções arquitectónicas, revelando, também diferentes cronologias e funcionalidades.
Os túmulos de Vidigal Velho (Monumentos 12 e 13) localizavam-se sobre as colinas que delimitavam o povoado calcolítico de Alcalar pelo lado Norte, sendo de contabilizar, também, os túmulos do agrupamento Oeste (Monumentos 8, 11, 14 e 15), do agrupamento central (Monumentos 1,2,3,4,5,6 e 10), para além do já referido agrupamento Este (Monumentos 7 e 9), (PORTUGAL, 2000c, s.p.).

Histórico | No referido território, junto à localidade de Alcalar, foi encontrado um conjunto monumental, em 1880, constituindo uma necrópole megalítica (monumento 1 e 10), descoberta por Nunes da Glória, posteriormente explorada por Estácio da Veiga, Pereira Jardim, Santos Rocha, José Formosinho e, mais recentemente, por Elena Morán e Rui Parreira.
Mais tarde, em 1982, Sebastião Filipe Martins Estácio da Veiga haveria explorado outros seis monumentos, com a colaboração de Nunes da Glória.
Em 1900, Joaquim Pereira viria a descobrir dois outros sepulcros megalíticos (monumento 8 e 9), bem como outros três, mais afastados para Oriente, constituindo o núcleo sepulcral junto ao Monte Velho.
José Formosinho, em 1933, no âmbito de trabalhos de conservação da necrópole de Alcalar, escavou outros dois sepulcros (monumentos 11 e 12) e identificou os restos do monumento 13, deixando referências incertas sobre dois, presumíveis, novos túmulos.
Muitos anos depois das últimas descobertas, em 1975, o Estado Português adquire, parcialmente, o monumento 7 e, posteriormente, em 1982, realiza a aquisição do prédio onde se localizam os monumentos 1 e 4.
As medidas então adoptadas pela DGEMN passariam pela vedação das referidas parcelas, embora, no caso do monumento 7, ficasse de fora a coroa exterior da mamoa, bem como todo o corredor e área fronteira ao edifício tumular, afectando-se o monumento com as bases dos postes.
Em 1979 foi constituído um novo grupo de trabalho para estudar a recuperação do conjunto monumental de Alcalar, com base em parecer da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (COISPCN), sendo que não foi dada qualquer continuidade aos trabalhos elaborados nos inícios de 1980.
Arnaud e Gamito apresentaram, mais tarde, uma *proposta de intervenção preliminar na necrópole de Alcalar,* a qual foi aceite pelo Instituto Português do Património Cultural, pelo que, durante o primeiro semestre de 1982 efectuaram trabalhos de conservação no monumento 7 e de levantamento topográfico do conjunto de monumentos, nos terrenos pertencentes ao Estado.
Desde 1987, uma equipa de arqueólogos tem vindo a concretizar a execução do *Programa Genérico de Intervenção* para Alcalar, elaborado em finais de 1986, ao qual o protocolo de cooperação entre a Secretaria de estado do Turismo e o IPPAR vieram dar novo fôlego, seguindo-se a expropriação, por parte do Estado, de um prédio, sendo declarado de utilidade pública urgente, autorizando o IPPAR a tomar posse administrativa do referido prédio.

Em 2000 foi dada por concluída a intervenção de reabilitação de Alcalar 7, inaugurando-se o Centro de Acolhimento e Interpretação, edificado sob a responsabilidade do IPPAR, ao abrigo do Programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, (MORÁN e PARREIRA, 2004, 23-29).

Objectivos Gerais | O programa para a instalação de um Centro Interpretativo, ordenamento paisagístico e execução de acções de conservação e restauro no monumento nº7 e respectiva envolvente, pretende, genericamente, fomentar o respeito pela identidade do local, incentivar a aceitação das diferenças e apoiar a capacidade criativa dos visitantes, através da exploração das componentes lúdica e educativa proporcionadas pelo turismo cultural.
Com o Centro Interpretativo pretende-se disponibilizar informação sobre os monumentos, de forma clara, apresentando um panorama sobre o local, durante o IV e III milénio a.C., bem como as devidas justificações para as referidas mudanças.
As acções de conservação e restauro do monumento nº7 constituíram um importante objectivo, com vista à valorização e compreensão do sítio.
O público alvo das acções implementadas caracteriza-se por estudantes, professores e idosos, sendo de relevar a importância dos utentes a nível nacional e internacional, no âmbito do referido turismo cultural, (PARREIRA, 1996b, 1-2).

Concepção como Estratégia de Gestão | O Centro Interpretativo foi previsto instalado num edifício a construir de raiz, cuja presença se pretendia com discrição.
Em termos programáticos, foi prevista a articulação entre a área de acolhimento, com recepção de utentes, bengaleiro, informação variada e arrumo para stock de material de divulgação e réplicas; área de exposição, exibindo informação de apoio ao percurso a visitar; a área de sanitários, arrumos para equipamento de escavação, de manutenção das ruínas e de limpeza das instalações, bem como área de estar coberta.
O Centro Interpretativo foi previsto em articulação com uma área de estacionamento destinada a ligeiros e pelo menos um pesado; com uma ligação pedonal ao monumento 7 e 9, bem como ao núcleo de monumentos 1 a 4, localizados a Poente e com uma área de repouso e actividades ao ar livre, incluindo as ruínas de um antigo forno de cal, do século XIX, complementando-se de forma lúdica a fruição de todo o conjunto patrimonial de Alcalar, tirando-se partido do carácter paisagístico envolvente.
O conteúdo expositivo do centro Interpretativo foi previsto com imagens, textos, cópias de objectos, maquetas e mapas, seguindo um guião que organiza a informação de forma temática sobre a arte e arquitectura, usos funerários e práticas religiosas, modo de vida, tecnologia e ocupação do território.
Para além do fornecimento de informação, o Centro Interpretativo foi programado no sentido de estender a sua utilidade à organização de programas educacionais específicos, ao apoio a visitas comentadas e à acção de divulgação para ocasiões de romarias.
Com a conservação e restauro do monumento 7, o IPPAR visa o pleno entendimento do mesmo, por parte do público visitante, optando-se por recorrer à anastilose, intervindo-se de modo a alterar o menos possível a envolvente.

A viabilidade do processo de intervenção, incluindo a construção do Centro Interpretativo, a aquisição de mobiliário, o ordenamento paisagístico e as obras de restauro no monumento 7, foram garantidos no âmbito do *Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, sendo que as despesas de manutenção seriam previstas suportadas pelo IPPAR, no âmbito do protocolo entre a referida entidade e a Câmara Municipal de Portimão para o Conjunto Pré-Histórico de Alcalar, (PARREIRA, 1996b, 1-2).

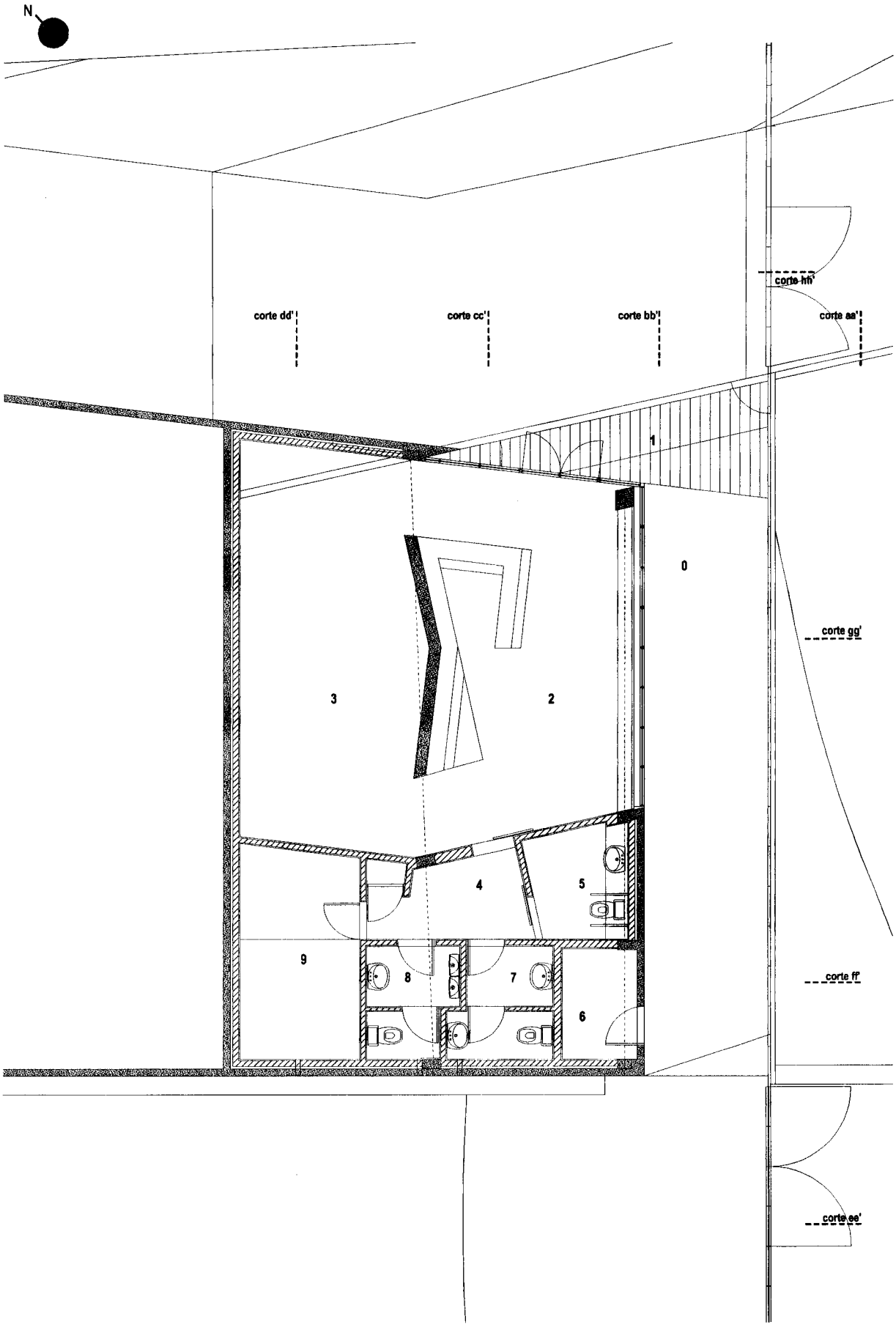
Projecto | Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar
Autoria do Projecto de Arquitectura | José Santa-Rita e João Santa-Rita, Arquitectos
Data do Projecto | Setembro 1998
Fase de Projecto | Obra concluída em 2000

Face às criações megalíticas relacionadas com o culto e a religião, as quais moldaram a paisagem, o Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar "ambiciona ser parte paisagem, parte arquitectura", dada a relação com a topografia do terreno, antecipando os monumentos.

Assim, a fronteira entre a arquitectura e a paisagem traduz-se numa laje de cobertura, constituindo o "suporte da paisagem e o abrigo da arquitectura".

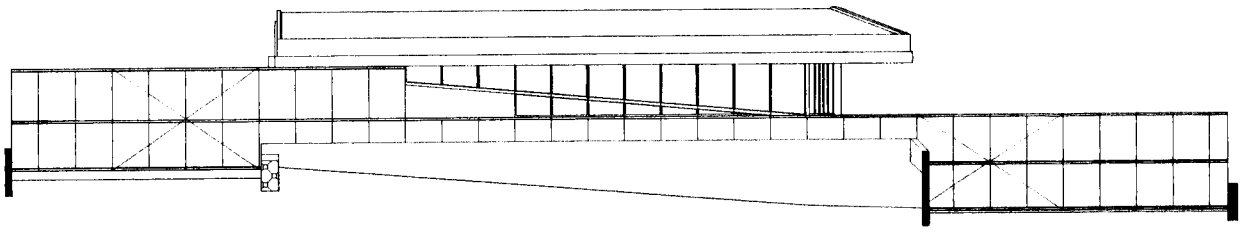
Programaticamente, o Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar alberga uma recepção com posto de vendas, uma zona expositiva, sanitários e gabinete de trabalho.

Relativamente à materialização da solução, de referir o betão à vista, no exterior do edifício, como "contraponto à utilização da pedra em muros existentes e no revestimento do *cairn* da *mamoa*", a cobertura em terra vegetal com vista à continuidade do prado existente, e o interior apresenta-se pavimentado com material autonivelante, cuja cor se assemelha à tonalidade da terra envolvente, (SANTA-RITA, 2001, 99-101).

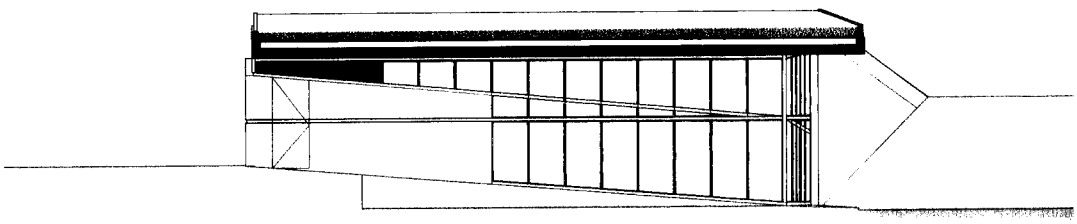


0 m 1 m 5 m

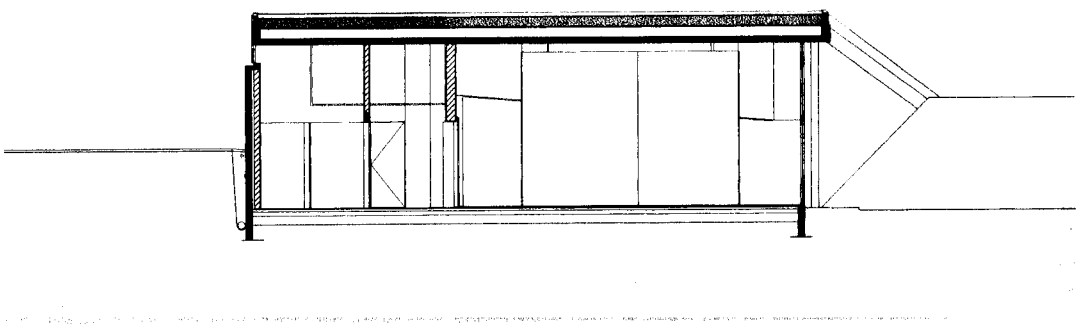
Planta do piso 0 | **0**rampa **1**entrada **2**recepção/loja **3**exposição **4**ante-câmara **5**instalações sanitárias (deficientes) **6**arrumo **7**instalações sanitárias (feminino) **8**instalações sanitárias (masculino) **9**economato/gabinete



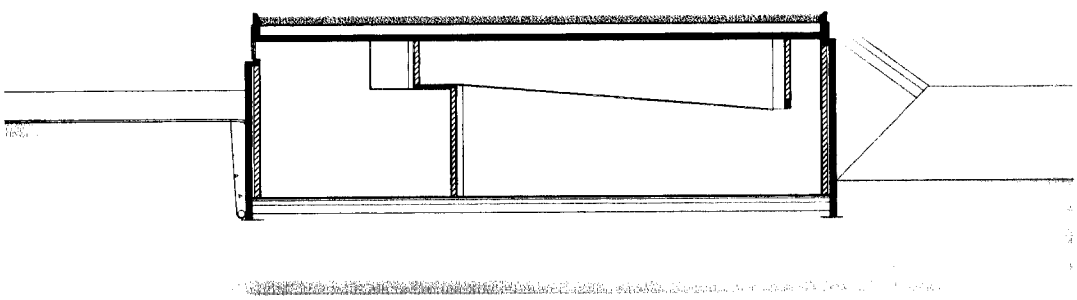
Corte aa'



Corte bb'

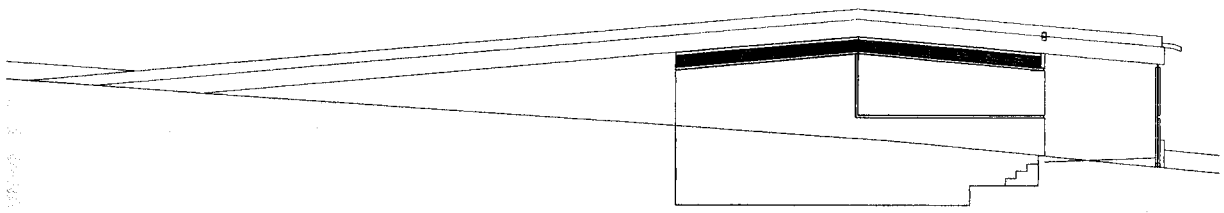


Corte cc'

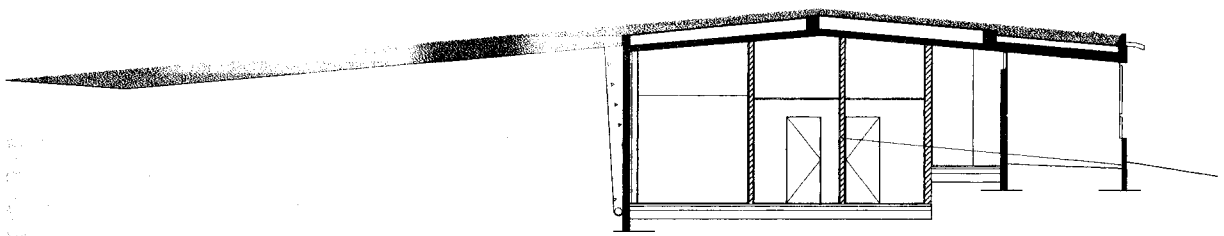


Corte dd'

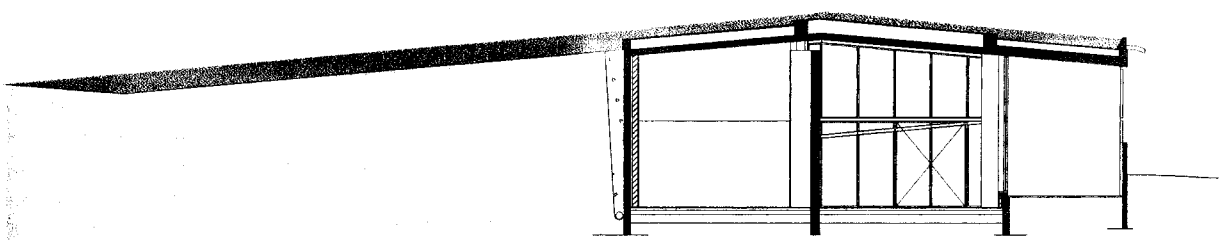
0 m 1 m 5 m



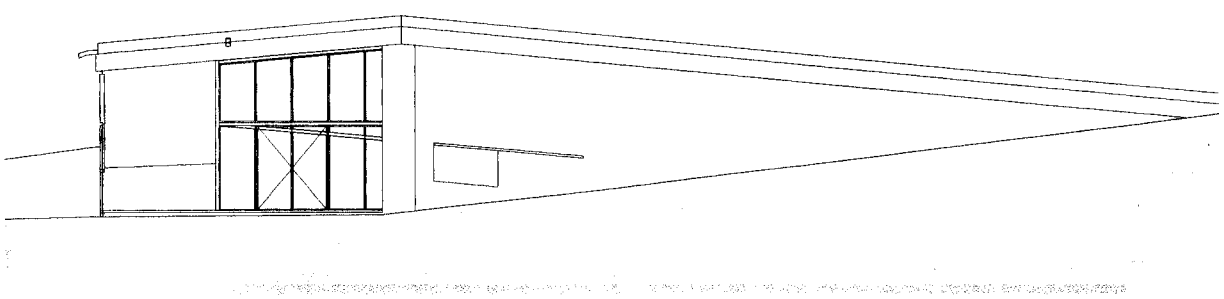
Corte ee'



Corte ff'



Corte gg'



Corte hh'

0 m 1 m 5 m



6|Vista geral do sítio arqueológico



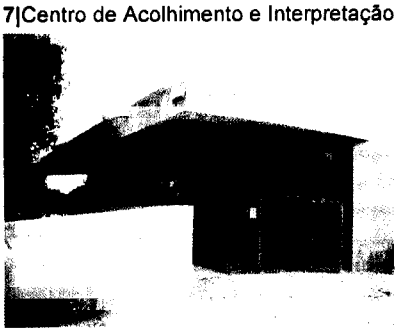
7|Centro de Acolhimento e Interpretação



8|Cobertura vegetal



9|Cobertura vegetal



10|Zona da entrada



11|Zona da entrada



12|Zona da entrada



13|Zona expositiva



14|Recepção



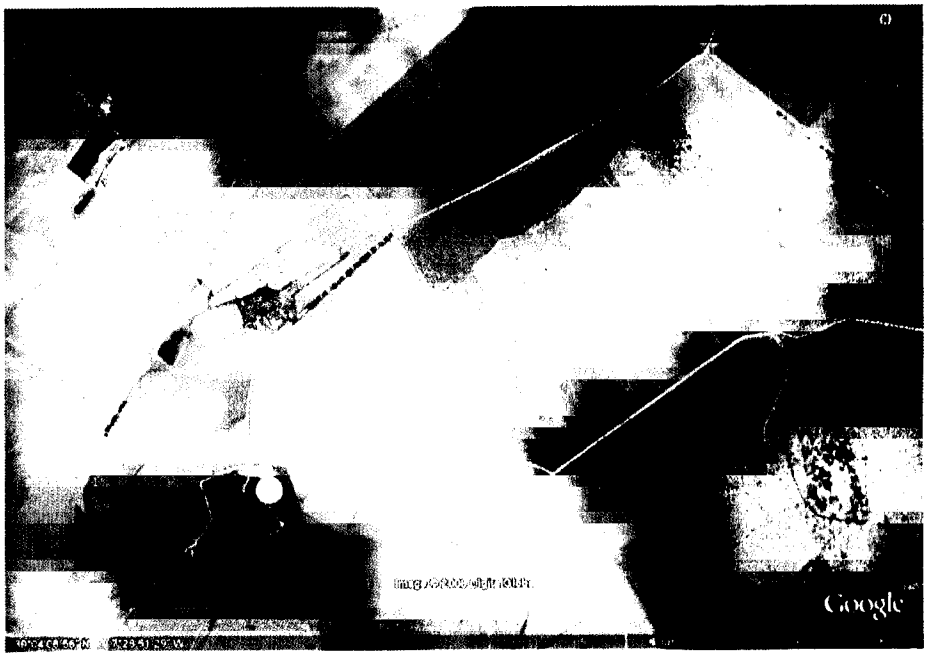
15|Recepção/átrio

Referências Específicas | (PORTUGAL, 2000c); (MORÁN e PARREIRA, 2001); (MORÁN e PARREIRA, 2004); (PARREIRA, 1996b); (SANTA-RITA, 2001).

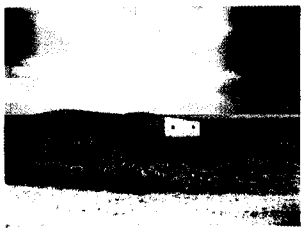
Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Santa-Rita-Arquitecto, Lda – peças gráficas do projecto de arquitectura.

9. Ruínas de Torre de Palma





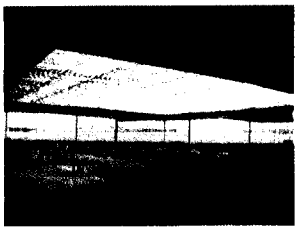
39°03'43.79"N 7°29'18.21"W 1|Vista aérea



2|Ruínas da basílica paleocristã



3|Ruínas da *villa* romana



4|Ruínas da *villa* romana



5|Ruínas do edifício termal

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Villa Lusitano-Romana de Torre de Palma

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto 241 de 3 de Junho 1970)

Localização | Freguesia de Vaiamonte, Concelho de Monforte, Distrito do Portalegre

Endereço | Herdade de Torre de Palma

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Alentejo

Responsável | Ana Carvalho Dias, Arqueóloga

Descrição | As ruínas de Torre de Palma são fruto de períodos de ocupação distintos, os quais se traduziram em funções específicas, em algumas situações, sobrepostas, perfazendo uma cronologia de ocupação entre o século I e o século XIII.

As ruínas de Torre de Palma evidenciam uma unidade agrícola romana, a qual se compõe por diferentes zonas, registando-se a zona de trabalho (lagar de azeite, lagar de vinho, forjas, horta, ...), a zona de armazenamento de produtos de alfaias agrícolas (armazéns e celeiros), as áreas residenciais (casa do proprietário, casa do administrador, casa dos serviçais, hospedaria), a zona de higiene e lazer (balneários a Este e Oeste do conjunto das ruína escavadas), e, finalmente, os locais de culto (templo romano, pequeno templo familiar, basílica paleocristã, necrópoles e cistas), (www.ippar.pt).

Do século II ao século IV é de registar a ocupação associada a uma *villa rustica* da família *Basíli* (denominação conhecida através de uma inscrição encontrada no local).

Trata-se de um conjunto de estruturas que ocupam uma vasta área, fruto de um espaço concebido para a vivência rural, fortemente vocacionada para a exploração agrícola, integrando, também, áreas reservadas ao recolhimento e ao lazer dos proprietários.

A *villa* implanta-se numa suave colina, perto de um pequeno riacho e na sua configuração arquitectónica, é de referir a disposição dos compartimentos em torno de um peristilo, registando-se o pavimento com mosaicos diversos no *impluvium*.

O célebre mosaico das musas compõe o átrio da unidade residencial, ao passo que o mosaico dos cavalos localiza-se na *axedra*, sala destinada à prática musical e ao convívio, a qual se associava, também, com o pátio.

As flores e os frutos dourados patenteavam nos frescos do *triclinium*, revestindo as respectivas paredes, em sintonia com o mosaico das flores no pavimento.

Como elemento estruturador do conjunto, de referir um ante pátio, em torno do qual se organizavam as construções ligadas à exploração agrícola (celeiro, lagar de azeite, os armazéns de alfaias agrícolas e os estábulos), cujo acesso se fazia através de um portão principal.

Existia, também, um outro pátio porticado, com dimensões mais reduzidas e reservado, ladeado pelos alojamentos dos serviçais e por uma residência que, provavelmente, pertenceu a *Villicus*, sendo que o lado Norte se configurou através de uma requintada residência habitada pelos proprietários.

A Oeste da referida residência, é de registar a existência de um edifício termal, apresentando uma certa magnificência, com um funcionamento autónomo, considerando-se a hipótese de se tratar de um espaço semi-público ou público, hipoteticamente associado a uma hospedaria que servia viajantes em negócios, ou crentes que veneravam algum mártir sepultado na basílica, a mesma, também de carácter público.

Os serviçais dispunham, igualmente, de um edifício termal, no entanto, em condições mais modestas, o qual se localizava junto da sua área residencial, na ala Este da casa do proprietário.

Edificada sobre um templo romano e localizada a Norte do conjunto, de registar a existência de uma basílica paleocristã, datada do século IV e século VII, expressando a consolidação do cristianismo, perdurando até à Idade Média, tendo sido reaproveitadas as respectivas paredes, com vista à edificação da capela de São Domingos, (MONFORTE, s.d., s.p.).

Histórico | As ruínas de Torre de Palma foram estudadas e grande parte escavadas por Manuel Heleno, de 1947 a 1962 e, mais recentemente, pelo Professor Doutor Fernando de Almeida, sendo que os materiais recolhidos se encontram no Museu Nacional de Arqueologia.
A partir de 1983, as investigações tiveram continuidade sob a direcção de Stephanie Maloney, dos Estados Unidos da América, e Maria da Luz Gouveia Veloso, de Portugal, no sentido de colmatar a falta de informação resultante das escavações precedentes.
Entre as décadas de quarenta e de setenta, o processo de conservação das ruínas traduziu-se na construção de duas pequenas edificações, uma delas para abrigo dos vestígios de um baptistério, e outra para apoio às escavações e, posteriormente, para albergue, nas horas de serviço, dos guardas da estação, situada junto da casa de peristilo.
Os anos cinquenta marcam a retirada dos pavimentos em mosaico para serem depositados no Museu Nacional de Arqueologia.
As ruínas de Torre de Palma passaram a ser alvo de uma proposta de valorização, desde 1988, com vista à conservação e restauro dos vestígios arqueológicos, bem como informação, divulgação e criação de condições adequadas para visita, (PORTUGAL, 1998c, s.p.).
Em 1998, o IPPAR definiu um projecto de valorização e recuperação das ruínas, através do co-financiamento dos Programas *Interreg II* e *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, visando a realização de acções de conservação e restauro das estruturas, de forma a permitir uma melhor leitura e compreensão por parte do visitante, bem como a execução do Centro de Acolhimento e Interpretação e do parque de estacionamento, (DIAS, 2001, 79-81).

Objectivos Gerais | Os objectivos definidos pelo IPPAR, com vista à valorização e recuperação do património romano, visaram a criação de estruturas de acolhimento a visitantes, de condições adequadas para a visita às ruínas de Torre de Palma, bem como a conservação e restauro dos vestígios arqueológicos.
Dada a impossibilidade de aceder aos processos referentes aos objectivos delineados pelo IPPAR, previstos para as ruínas de Torre de Palma, desconhece-se qual o público alvo para o qual se justificam as intervenções, sendo que se pode afirmar que os segmentos de mercado mais correspondentes a este tipo de circuito sejam as crianças, quer inseridas no âmbito das visitas escolares, quer no âmbito das famílias, não se excluindo o importante direccionamento para o turismo cultural que abrange visitantes nacionais e estrangeiros, bem como estudantes, professores e idosos, (MARECO, 2006, 145).

Concepção como Estratégia de Gestão | Com o projecto previsto para as ruínas de Torre de Palma pretendeu-se proporcionar um longo e calmo passeio num contexto campestre, composto pela Herdade de Torre de Palma, a Norte, os campo de oliveiras, girassóis ou milho, em outras direcções, e as searas que se estendem para Sul, até Estremoz, no qual surgem os vestígios arqueológicos.
Em relação ao Centro de Acolhimento e Interpretação, o mesmo foi previsto no sentido de reunir condições de acolhimento (área de lazer e blocos sanitários), de apoio à interpretação das ruínas (sala expositiva), de promoção e divulgação, prevendo-se ainda espaços reservados à gestão do sítio e de apoio à guardaria e aos trabalhos de arqueologia, conservação e restauro.

O parque de estacionamento foi pensado para conter veículos ligeiros, autocarros de turismo e um espaço destinado ao repouso de cavalos, (DIAS, 2001, 79-81).

Dado que a área classificada afecta ao IPPAR se encontrava cercada por uma vedação composta por duas entradas, uma situada a Norte, definida para acesso aos visitantes das ruínas, e outra, a Sul, de serventia e de emergência, a implementação da zona de estacionamento e do Centro de Acolhimento e Interpretação, foi definida do lado Norte da área classificada.

O IPPAR definiu em programa preliminar, a existência de grupos funcionais, cada qual com os respectivos aposentos, equipamentos e áreas de ocupação.

Assim, é de registar o átrio, com articulação directa com o bloco das instalações sanitárias e possibilitando o controlo visual do estacionamento e percurso em direcção às ruínas, associando-se a uma área exterior de sombreamento, tendo como referência o equipamento de mobiliário de exterior corrente nos montes alentejanos e na casa de peristilo; a uma bilheteira com equipamento fixo para exposição de publicidade e artigos diversos; a um bebedouro refrigerado; a uma lareira de lume no chão e mobiliário de descanso; posto multimédia; gabinete para gestor das ruínas; área expositiva e depósito de artigos de promoção.

As instalações sanitárias foram previstas com separação por sexos, bem como para pessoas com mobilidade condicionada.

As áreas destinadas a funcionários estão previstas com separação por sexos, incluindo vestiários/duche, lava-botas, instalações sanitárias, tudo com acesso reservado, (PORTUGAL, 1998c, s.p.).

Projecto | Centro de Acolhimento e Interpretação

Autoria do Projecto de Arquitectura | Victor Mestre e Sofia Aleixo, Arquitectos

Data do Projecto | Novembro 1998

Fase de Projecto | Obra concluída em 2005

A concepção do Centro de Acolhimento e Interpretação, partiu do entendimento do quotidiano das grandes unidades agrícolas romanas e a respectiva estruturação no território, expressando uma grande regularidade na modelação dos espaços que se repetem ao longo de um crescimento disciplinado.

Deste modo, o aspecto modular, salientado na interpretação das ruínas, foi transposto para a concepção do Centro de Acolhimento e Interpretação, cujos módulos permitem que o mesmo amplie de acordo com as necessidades, deixando salvaguardado o espaço previsto para o crescimento.

A implantação do edifício foi prevista com vista a estabelecer-se uma estreita relação visual com o campo arqueológico, ajustando-se ao terreno.

Com o conceito de módulo aplicado ao Centro de Acolhimento e Interpretação, procurou-se estabelecer uma regra associada à reversibilidade e à eventual articulação com novos elementos, definindo-se um módulo de resposta eficaz, relativamente às questões de estabilidade, térmica, de segurança e conforto, em relação à museologia, bem como para áreas de serviço e trabalho científico.

Assim, o módulo definido é composto por um quadro metálico que permite a integração de todos os elementos de revestimento, bem como equipamentos e infra-estruturas, com vista à simplificação da construção e à minimização dos efeitos no solo arqueológico.

O projecto, no seu conjunto, com vista ao cumprimento do programa preliminar, traduz-se em sete módulos, sendo que, dois deles contêm a zona museológica, outros dois abarcam a recepção e o gabinete administrativo, dois para sanitários e um destinado ao apoio de trabalho científico dos arqueólogos.

De referir ainda, outros módulos totalmente ou parcialmente cobertos, pavimentados com estrados e cobertos por sistemas de sombreamento, permitindo a fruição e a circulação exterior ao edifício, complementando-o.

O Centro de Acolhimento e Interpretação, sendo composto por um sistema de módulos disciplinados, é detentor de um que exceptua a regularidade, dada a abertura da recepção, permitindo uma grande amplitude de vistas para o campo arqueológico e para a paisagem.

O carácter receptivo do novo equipamento é sugerido pela colocação da lareira de chão e bancos em seu redor, conferindo um certo acolhimento no Inverno, enquanto que as palas de sombreamento garantem um local fresco no verão.

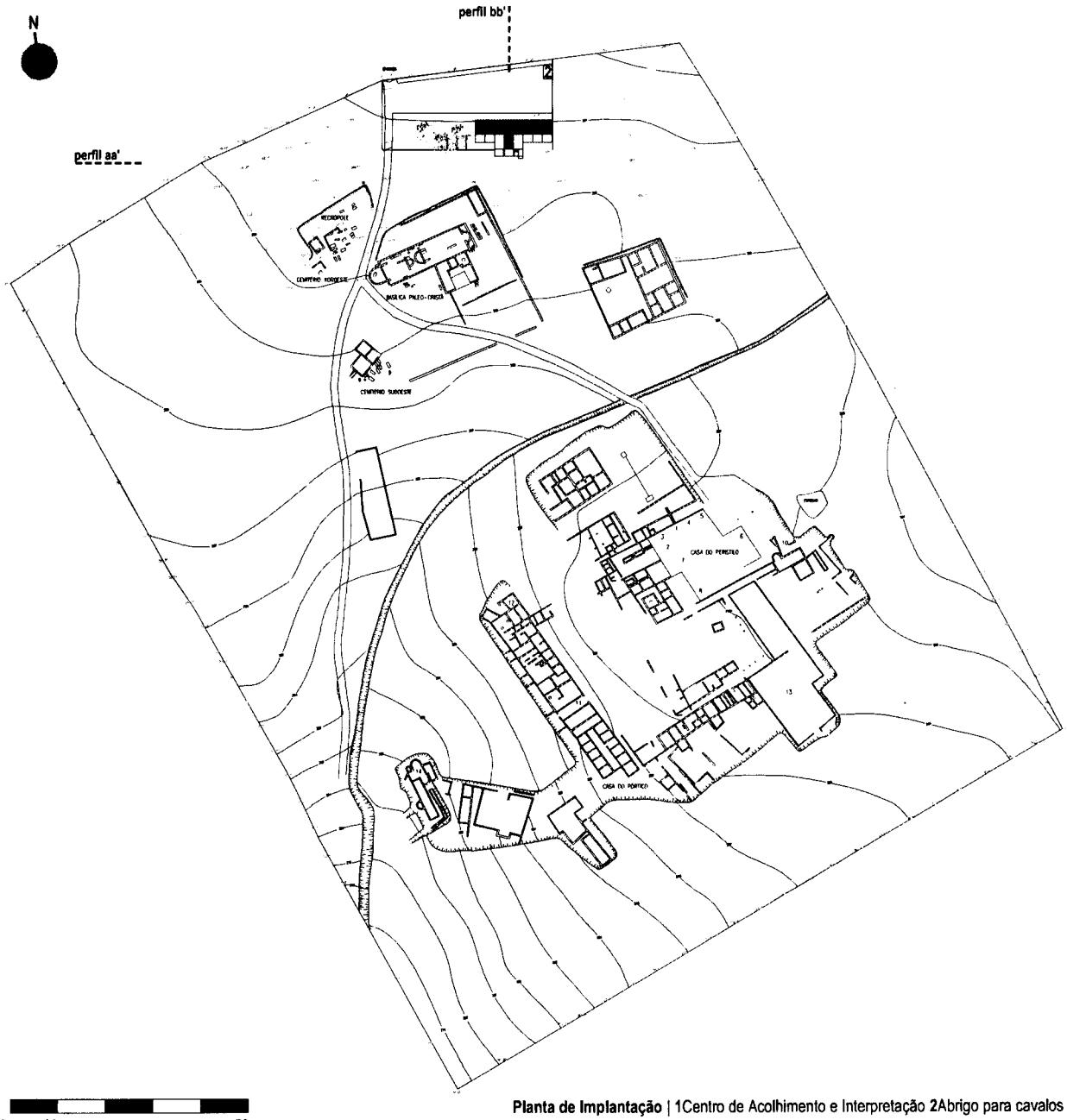
A criação de zonas de recolhimento exteriores que poderão estar associadas à contemplação, leitura e pequenas pausas para uma refeição improvisada, foi pensada sob a forma de um módulo, à entrada, possibilitando a usufruição de bancos e mesas abrigados, sendo possível desfrutar da paisagem.

O sombreamento com palas em aço e madeira, a Sul do edifício, possibilitam o resguardo de grupos numerosos de visitantes.

O espaço de estacionamento foi concebido numa configuração descomprometida, pretendendo-se uma marcação subtil dos lugares.

Regista-se, também, o abrigo para cavalos, com vista a potenciar o tradicional passeio a cavalo.

Ao nível dos materiais de acabamento, é de realçar a tijoleira manufacturada, que, pelo seu carácter artesanal se integra no local de intervenção, fazendo-se uma associação aos materiais aplicados na arquitectura romana, (MESTRE, ALEIXO, 1999, 1-5).



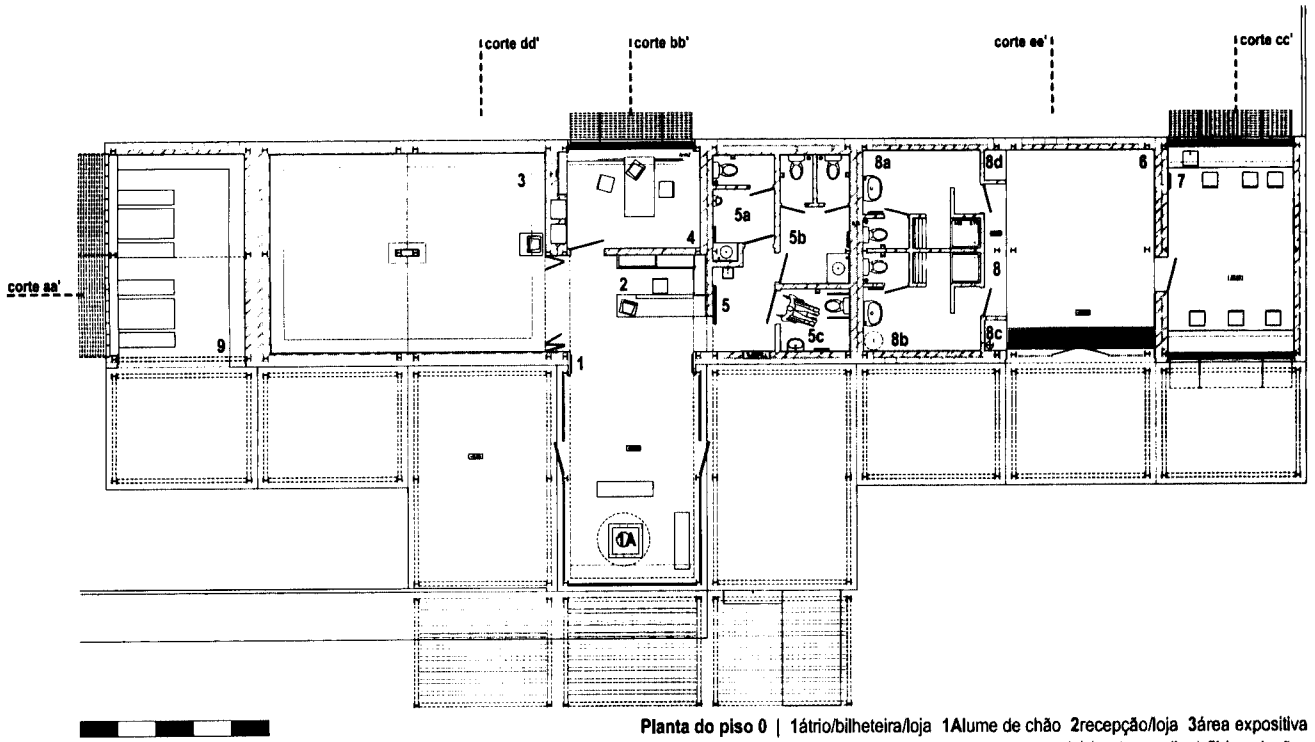
Planta de Implantação | 1Centro de Acolhimento e Interpretação 2Abrigo para cavalos



Perfil aa'

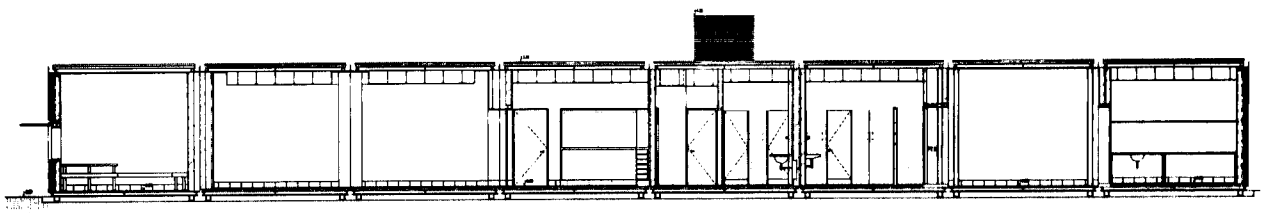


Perfil bb'

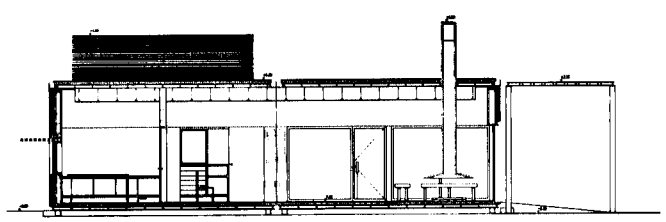


0 m 1 m 5 m

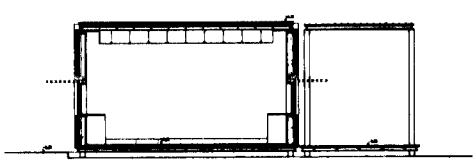
Planta do piso 0 | 1átrio/bilheteira/loja 1Alume de chão 2recepção/loja 3área expositiva 4gabinete de gestor 5átrio de sanitários 5ainstalações sanitárias (masculino) 5binstalações sanitárias (feminino) 5cinstalações sanitárias (deficientes) 6pátio dos arqueólogos 7sala de trabalho 8átrio de sanitários/vestiários 8ai.s./vest.(masculino) 8bi.s./vest.(feminino) 8clava-botas 8darrumo de equipamento 9exterior coberto com grelhagem



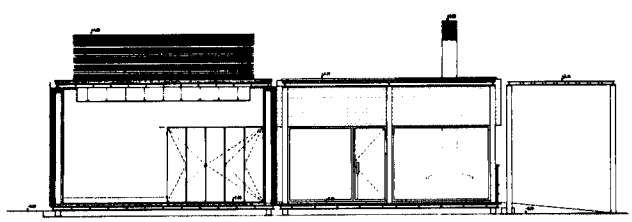
Corte aa'



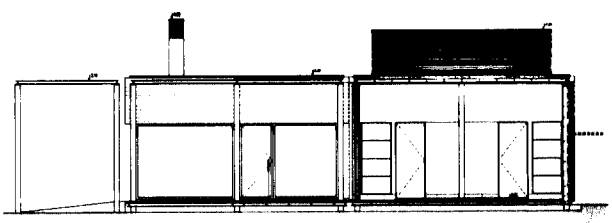
Corte bb'



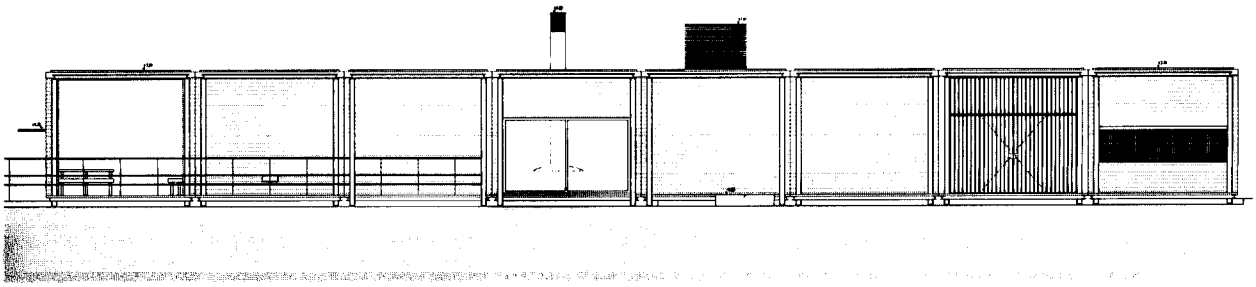
Corte cc'



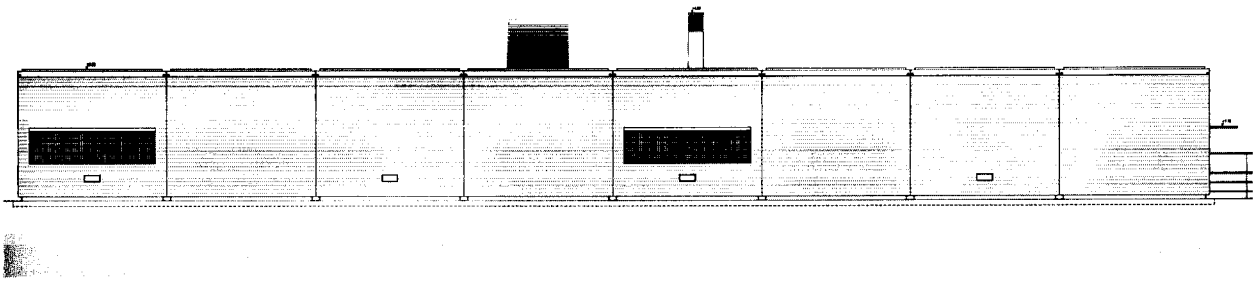
Corte dd'



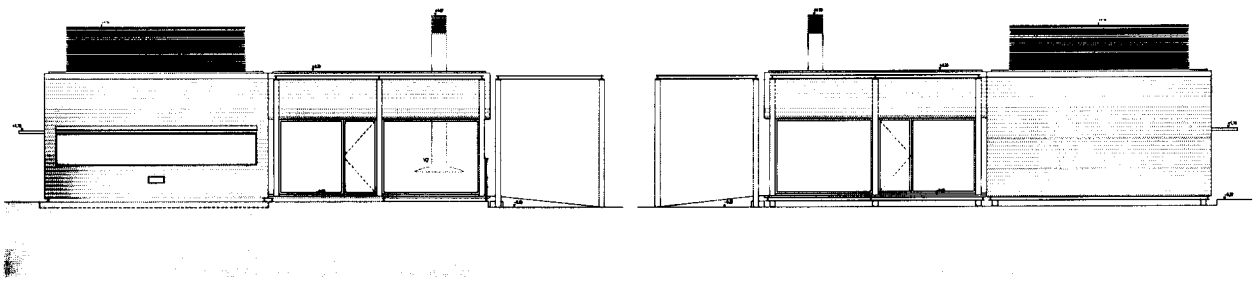
Corte ee'



Alçado Sul



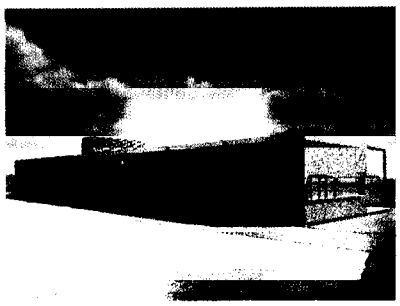
Alçado Norte



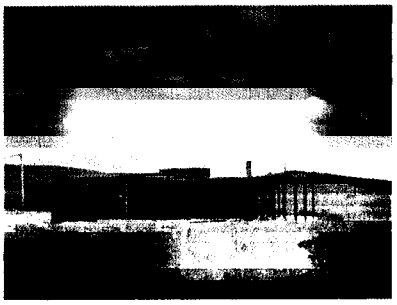
Alçado Poente

Alçado Nascente

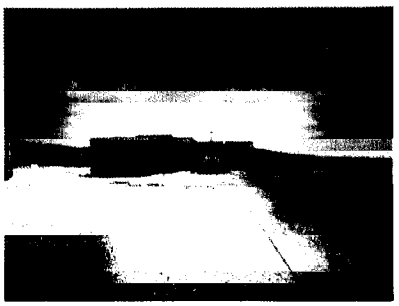
0 m 1 m 5 m



6|Centro de Acolhimento e Interpretação



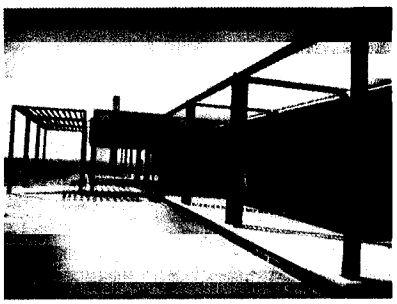
7|Centro de Acolhimento e Interpretação



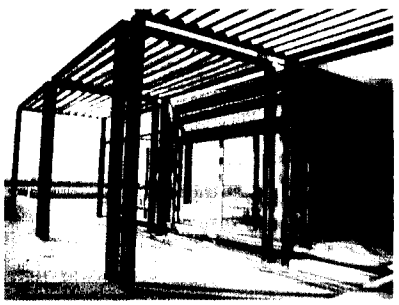
8|Zona de Estacionamneto



9|Fachada voltada a Norte



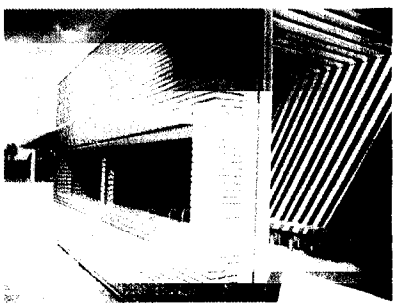
10|Fachada voltada a Sul (ruína)



11|Sistema de sombreamento



12|Fachada voltada a Norte



13|Zona de recolhimento exterior



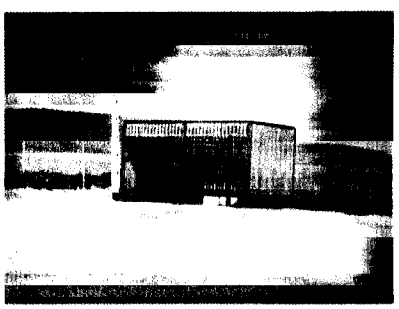
14|Zona de recolhimento exterior



15|Zona de recepção (lareira)



16|Zona de recepção (atendimento)



17|Abrigo para cavalos

Referências Específicas | (MONFORTE, s.d.); (DIAS, 2001); (MARECO, 2006); (PORTUGAL, 1998c); (MESTRE e ALEIXO, 1999); (MESTRE e ALEIXO, 2001).

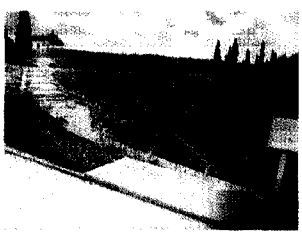
Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Victor Mestre | Sofia Aleixo, Arquitectos – peças gráficas do projecto de arquitectura.

10. Ruínas romanas de Miróbriga





38°00'35.36"N 8°41'09.65"W **1|**Vista aérea



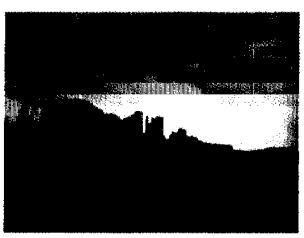
2|Ruínas da zona habitacional



3|Ponte romana



4|Conjunto termal



5|Fórum

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Área do Castelo Velho com as ruínas da cidade romana de Miróbriga

Protecção Legal | Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 30762, de 26 de Setembro de 1940)

Localização | Concelho de Santiago de Cacém, Distrito de Setúbal.

Endereço | Ruínas Romanas de Miróbriga, Chãos Salgados, 7540 Santiago do Cacém

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Alentejo

Responsável | Filomena Barata, Arqueóloga

Descrição | O Sítio Arqueológico de Miróbriga estende-se por uma área de 12 hectares, apresentando indícios de ocupação desde, pelo menos, a Idade do Ferro até ao século IV d.C..

O Controlo territorial de uma região farta em recursos agrícolas, marítimos e minerais constitui um factor determinante para a ocupação local, onde se supõe que Miróbriga deteve uma importante dimensão comercial.

Com o periodo romano o aglomerado urbano terá sofrido significativas alterações, tendo-se procedido à sua expansão e implementado um programa de amplas edificações, sendo o caso do *forum*, sobreposto às construções precedentes.

O *forum* consiste numa praça pública, em torno da qual se erguiam os edifícios que incorporavam o centro político, administrativo, económico e religioso da cidade. Um templo centralizado constituiria um elemento fundamental do *forum*, provavelmente, consagrado ao culto imperial, existindo um outro templo dedicado a Vénus. Pensa-se que as construções que ladeavam a praça pública consistiam em edificações comuns aos *fora* provinciais (cúria e basílica).

Uma zona comercial desenvolvia-se a Sul do *forum*, composta por várias lojas.

Deduz-se que Miróbriga terá adquirido o estatuto de município durante a dinastia flávia, no século I d.C..

Dois edifícios datados de períodos distintos constituem o complexo termal de Miróbriga, os quais foram edificados entre os finais do Século I d. C. e o Século II, estruturando-se segundo o modelo típico deste tipo de construção. Assim, é de registar a zona de entrada associada a salas para vestiários e jogos, zona de banhos frios, *frigidarium*, e zona aquecida, *caldarium* e *tepidarium*, com os respectivos compartimentos assentes sobre uma estrutura subterrânea formada por pilares e arcos em tijolo, permitindo a circulação de ar quente produzido em fornalhas.

Das zonas habitacionais são conhecidas algumas unidade residenciais ao longo das calçadas que atravessam o povoado, das quais se conhecem alguns casos com paredes decoradas com frescos.

Miróbriga integrava um hipódromo, ao qual se pensa estar associada uma ponte de um só arco, localizada junto às termas, cuja utilidade se prendia com a interligação entre o centro urbano e o mencionado local para a realização de espectáculos hípicos.

Os vestígios arqueológicos de Miróbriga indicam uma gradual desactivação a partir do século IV d.C., provavelmente, correspondendo ao fenómeno similar da decadência de outras cidades num império conturbado, (PORTUGAL, s.d.[c], s.p.).

Histórico | Desde o século XIX que Miróbriga tem sido alvo de várias campanhas de escavação e trabalhos de conservação, entre as quais, as que foram orientadas pelo D. Fernando de Almeida, durante os anos sessenta e setenta, embora a cidade tenha sido referenciada no século XVI.

Os anos sessenta e setenta marcaram definitivamente o sítio arqueológico, sob a forma de trabalhos de investigação, bem como através de acções de restauro e reconstituição de certos elementos arquitectónicos, tal como no fórum e nas termas, sendo de registar, também, a introdução de elementos arbóreos, como ciprestes. Na mesma altura, já D. Fernando de Almeida considerava imprescindível para o sítio um museu monográfico, de modo a garantir o apoio aos trabalhos arqueológicos.

Uma equipa luso-americana, nos princípios da década de oitenta, desenvolveu uma série de campanhas de escavação.

A partir de 1987, Miróbriga tem sido alvo de acções de conservação, restauro e inventariação de materiais de escavações precedentes, dirigidas por Susana Correia, a qual em 1986 apresentou um projecto de Valorização do Sítio, com a posterior colaboração, em 1989, de Maria Filomena Barata.

A partir de 1990, as ruínas de Miróbriga passam a integrar um *Programa de Valorização* com o propósito da respectiva conservação, manutenção e restauro, com vista a um melhor conhecimento e divulgação da estação.

No âmbito do projecto de valorização, procederam-se a acções de valorização e restauro, dando origem, mais tarde, a uma intervenção na Capela de S. Brás, em 1990, aí se instalando um núcleo museográfico, no sentido de se apresentar o sítio arqueológico, associado a uma bilheteira, onde se facultava publicação e apoio logístico aos trabalhos arqueológicos, (BARATA, 1993, 17).

Facto marcante para a divulgação de Miróbriga, consistiu na respectiva inserção no programa de acções estruturantes *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve*.

Em 1997, foi publicada a Lei Orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico, através da qual Miróbriga passa a incorporar um dos Serviços Dependentes a criar, com vista a funcionar como estrutura de apoio aos trabalhos arqueológicos de escavação, de conservação das estruturas, bem como a manutenção do sítio, sendo que para tal se considerou fundamental a criação de um centro interpretativo, para acolhimento do público visitante, integrando, também, uma exposição dedicada a Miróbriga, e a possibilidade de realizar mostras temporárias ou ciclos de conferências temáticos, (PORTUGAL, s.d.[b], 34-44).

Objectivos Gerais | A criação do *Museu de Sítio* teve como fundamento a necessidade de se criarem condições para a formação de uma equipa de especialistas permanente, componente entendida como essencial para o conhecimento e preservação do lugar.

O *Projecto de Valorização* de Miróbriga assentou em determinadas dinâmicas, com vista à protecção da área arqueológica, à manutenção, ao restauro e consolidação de estruturas arqueológicas, levantamento de toda a documentação existente sobre o sítio, levantamento global do espólio exumado em Miróbriga, inventariação sistemática de todo o espólio de escavações anteriores, criação de um Museu de Sítio e outras infra-estruturas, clarificação de percursos, divulgação, sensibilização, numa perspectiva de continuação da investigação, (BARATA, 1993, 17-18).

Com o projecto para o edifício do Centro Interpretativo e de Acolhimento, pretendeu-se dotar a Estação Arqueológica de Miróbriga de equipamentos adequados para o acolhimento de visitantes e de apoio ao desenvolvimento das actividades de estudo, conservação a manutenção do sítio.

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | O local de implantação do edifício do Centro Interpretativo e de Acolhimento, foi definido numa encosta suave sobre as ruínas, associada à área de estacionamento, cujo enquadramento visual se caracteriza pelas ruínas da estação (zona habitacional).

Dada a proximidade do edifício com estruturas pré-existentes foi atribuída especial atenção à inserção do mesmo, no que se refere às questões de acessibilidade e articulação com o circuito de visita.

A área bruta máxima definida para a configuração do novo edifício foi de 500m2, incluindo dois grupos programáticos.

O primeiro grupo engloba as zonas de acesso público com átrio (bilheteira e loja), sala de exposições, bloco de sanitários, sala polivalente e bar/cafetaria.

O segundo grupo integra a zona de acesso restrita a funcionários e investigadores, sob a forma de gabinetes de trabalho administrativo e reuniões, laboratório, sala de desenho, sala polivalente, bloco de sanitários, sendo que para cada espaço, foram definidas, em programa de concurso, as áreas e equipamentos associados.

Ao nível dos arranjos exteriores, foi definida a articulação entre a zona envolvente do novo edifício, em relação ao parque de estacionamento, bem como no que se refere à Capela de S. Brás e anexos, os quais foram pensados para funcionar como estruturas complementares do Centro Interpretativo e de Acolhimento.

A solução dos arranjos exteriores, teria de estar condicionada pela existência de dois bebedouros, pelo parque de estacionamento a reformular e pelo acesso eventual de viaturas ao edifício do Centro de Acolhimento e ao interior da estação arqueológica, (PORTUGAL, s.d.[b], 34-44).

Projecto | Centro de Acolhimento e Interpretação de Miróbriga

Autoria do Projecto de Arquitectura | Paula Santos | Arquitectura Sociedade Unipessoal, Lda (Paula Santos, Arquitecta)

Data do Projecto | 1998

Fase de Projecto | Obra concluída em 2001

O projecto de concepção do Centro de Acolhimento e Interpretação de Miróbriga, bem como os arranjos exteriores, partiram da "interpretação do sítio arqueológico, da paisagem e da natureza do local, extremamente sugestivos e condicionantes pela sua extrema delicadeza e beleza".

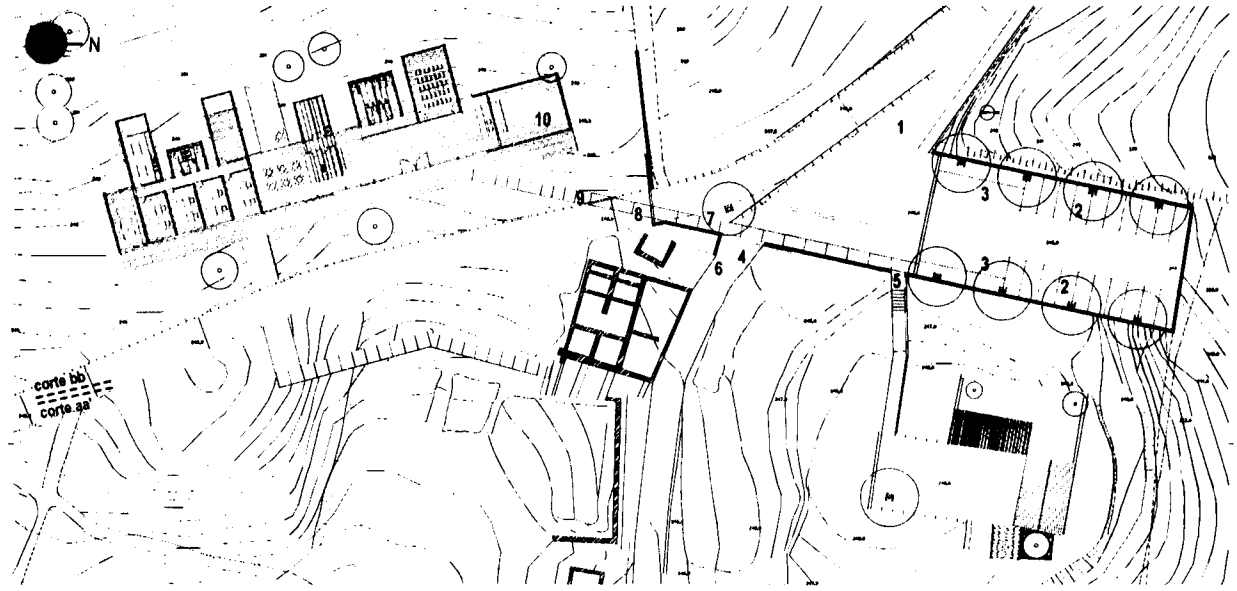
Associada à área destinada pelo IPPAR para a implementação do edifício, de referir a proposta de uma "varanda" ao longo do alçado principal do edifício, voltado para as ruínas, no sentido de tirar partido de uma perspectiva sobranceira.

As áreas principais do edifício compõem o alçado sobre a paisagem, composto por lâminas de madeira, para protecção solar, ao passo que as áreas de serviço foram propostas, associadas ao alçado Poente.

O Centro de Acolhimento e Interpretação traduz-se numa implantação linear, integrando um piso único e articulado com os arranjos exteriores, com os quais se pretende configurar o espaço de entrada, bem como qualificar e valorizar a área de recepção exterior.

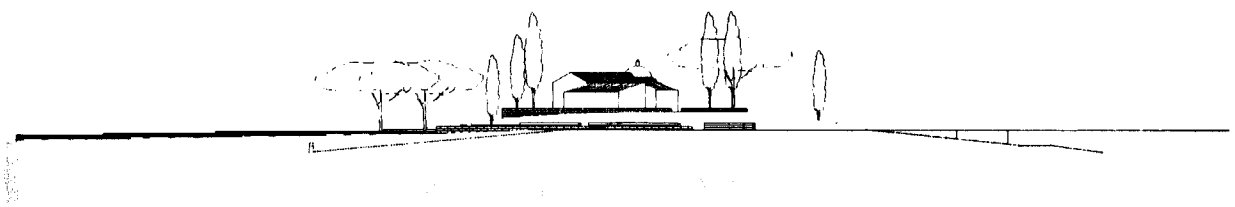
A área de estacionamento caracteriza-se por uma plataforma concebida por muros de pedra romana, não reconhecível, delimitando a área de intervenção exterior ao sítio arqueológico.

Os materiais que compõem os acessos e percursos exteriores caracterizam-se pelo saibro, o calcário e a madeira, (SANTOS, 2001, 49-52).

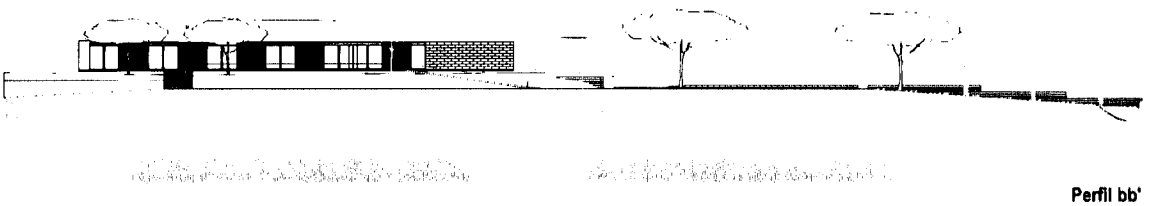


0 m 10 m 50 m

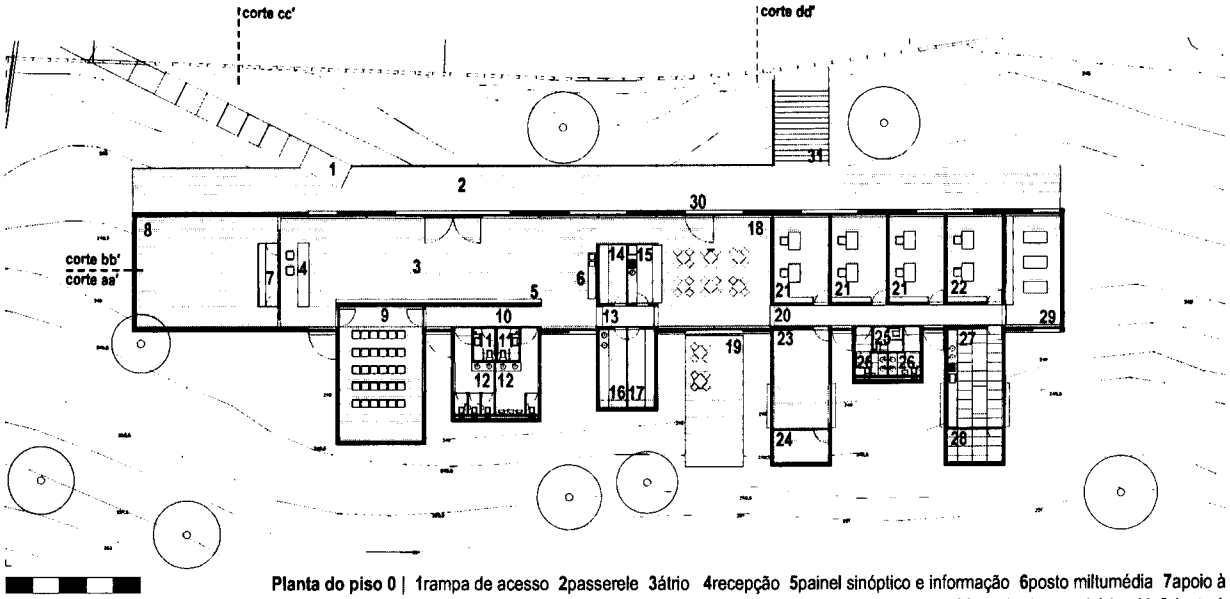
Planta de Implantação | 1acesso principal ao recinto 2estacionamento auto 3estacionamento de camionetas de passageiros 4acesso auto 5acesso pedonal 6acesso 7percurso de acesso pedonal ao Centro de Acolhimento e Interpretação 8entrada principal de visitantes 9rampa de acesso ao Centro Interpetativo e de Acolhimento 10Centro de Acolhimento e Interpretação



Perfil aa'

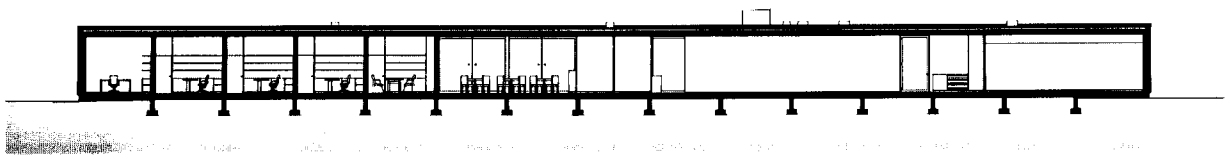


Perfil bb'

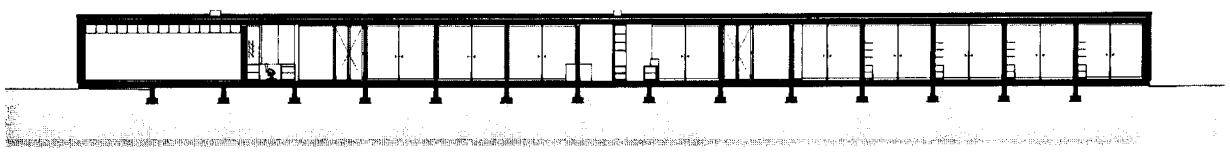


0 m 2 m 10 m

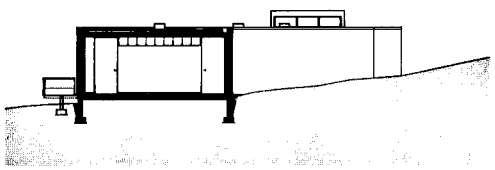
Planta do piso 0 | 1rampa de acesso 2passerele 3átrio 4recepção 5painel sinóptico e informação 6posto miltumédia 7apoio à recepção e à exposição permanente 8exposição permanente 9sala polivalente 10corredor 11instalações sanitárias (deficientes) 12instalações sanitárias (público) 13vestiários 14apoio ao vestiário 15serviço de bar 16zona de apoio a limpezas 17arrumos 18bar 19esplanada 20acesso à área de serviço 21gabinete de trabalho 22sala de reuniões 23sala polivalente 24arquivo 25instalações sanitárias (deficientes) 26instalações sanitárias (funcionários) 27laboratório 28sala para reserva 29sala de desenho 30entrada secundária-acesso ao bar 31escada de acesso ao percurso de visitantes



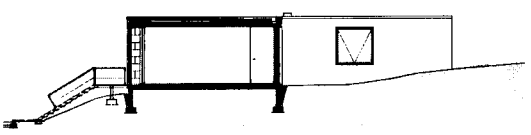
Corte aa'



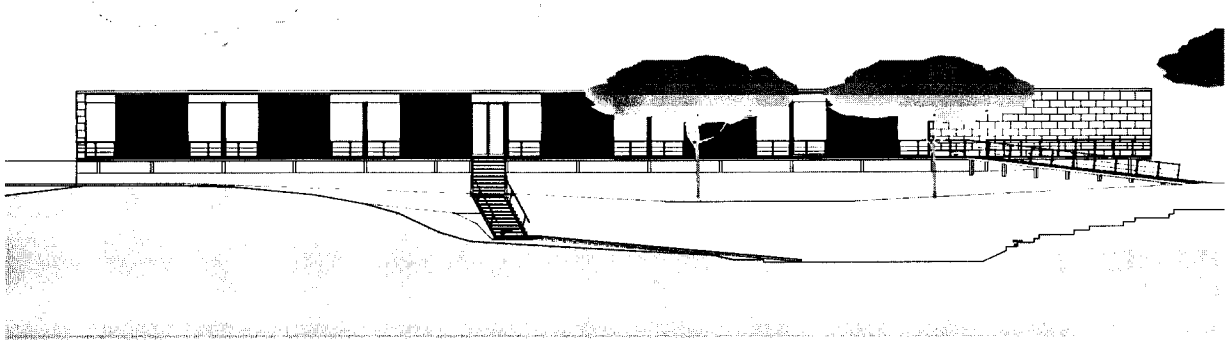
Corte bb'



Corte cc'



Corte dd'



Alçado Frontal



6|Parque de estacionamento



7|Entrada do sítio arqueológico



8|Centro de Acolhimento e Interpretação



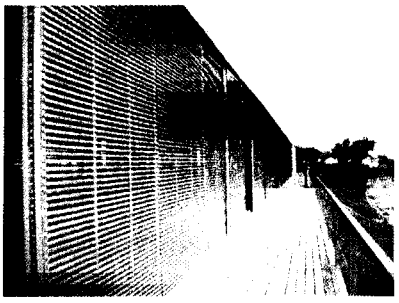
9|Fachada voltada para as ruínas



10|Vista a partir das ruínas



11|Percurso de acesso ao edifício



12|"Varanda"



13|Recepção



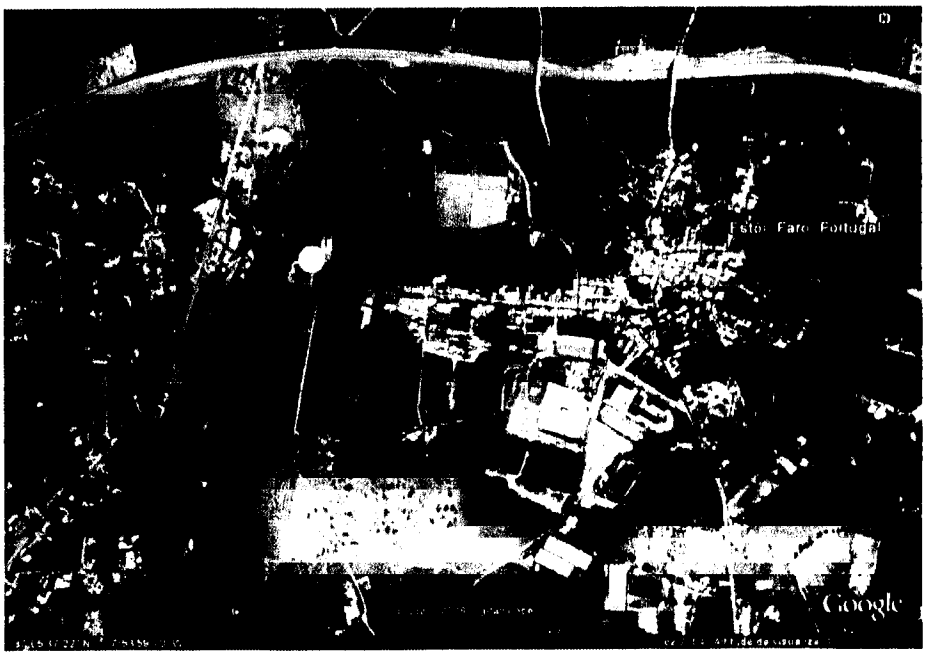
14|Bar

Referências Específicas | (BARATA, 1993); (BARATA, 2001); (BARATA, 2001a); (PORTUGAL, s.d.[b]); (PORTUGAL, s.d.[c]); (SANTOS, 2001).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Paula Santos, Arquitecta – peças gráficas do projecto de arquitectura.

11. Ruínas romanas de Milreu





37°05'42.57"N 7°54'15.43"W **1**|Vista aérea



2|Vista geral das ruínas



3|Edifício religioso



4|Edifício religioso



5|*villa* romana

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Ruínas Romanas de Milreu

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto de 16 de Junho de 1910)

Localização | Freguesia de Estói, Concelho de Faro, Distrito do Faro

Endereço | Ruínas de Milreu, Estói, 8000 Faro

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Algarve

Responsável | Rui Parreira, Arqueólogo

Descrição | As ruínas de Milreu constituem o que resta de uma *villa rustica*, sendo que o crescimento económico do século I na Hispânia e na Lusitânia consistiu num importante factor para a sua fundação, passando, mais tarde, a um edifício de luxo, ao ponto de no século III integrar uma casa senhorial, de grande dimensão, com instalações agrícolas, balneários e um templo.

Nas proximidade da *villa rústica*, a Oriente da mesma, existem dois mausoléus, sendo um deles rectangular (século I-II), o qual é composto por *columarium* abobadado com capacidade para dez urnas cinerárias, sobre o qual existia um templo funerário. Semelhante ao mausoléu descrito, existia um outro, no entanto, destinado a conter um sarcófago.

No século II surgiu uma residência de peristilo e átrio, sendo que o acesso principal se desenvolvia a Nascente e a zona destinada à agricultura localizava-se a Norte, tendo sido ocupada até ao século III, sem grandes transformações, ao passo que, a partir da referida data, procederam-se a significativas alterações na *pars rustica*.

A residência no século III é composta por uma zona agrícola documentada mas subterrada, contemplando o alojamento para os criados e um lagar.

A zona residencial no século III tirou partido da construção da *villa* do século II, caracterizada pela sua disposição em função de um peristilo central, com jardim e um tanque de água.

Os aposentos mais íntimos e a cozinha localizavam-se num dos lados menores, em torno de um átrio com fonte e repuxo, sendo que, do lado oposto, se situava o *triclinium* e se dava acesso a umas termas com salas e tanques aquecidos.

No século III o acesso principal à casa passou a efectuar-se a partir de uma entrada a Sul associada a uma via de acesso, sendo que, mais tarde, a mencionada entrada passou a integrar um vestíbulo de dupla abside ladeado por pequenos tanques de água (século IV).

O século IV marca uma nova fase de embelezamento, dada a introdução de mosaicos, nomeadamente com a representação de fauna marinha, a Nascente do peristilo, nas paredes do *frigidarium*, onde os peixes eram representados exageradamente gordos, no sentido de atingirem as proporções normais com aparente movimento, sob o efeito da água.

Do século IV se regista, também, um edifício religioso, do outro lado da mencionada via, o qual passou a funcionar como centro de culto privado. O templo era constituído por um tanque de água semi-circular, detentor de decorações, sob a forma de peixes representados em mosaicos, localizado em frente à entrada. O edifício eleva-se sobre o pódio e era rodeado de colunas, em frente ao qual existia um pátio. O espaço de culto apresentava-se ricamente decorado com mármores, mosaico policromado figurando peixes, muros e cornijas em tijolo, colunas, capiteis e placas de balaustrada em mármore. A *cella* do templo caracteriza-se por uma planta de forma quadrada com uma abóbada de arestas, à qual se associa uma abside semicircular, com a meia cúpula decorada com mosaicos policromáticos. Por se tratar de um corpo central elevado, em relação a uma galeria de colunas em trono do mesmo, o conjunto apresenta características de um templo de galeria, cuja curvatura da abside se repetia na parede do prédio que sustentava as colunas e no muro exterior que rodeava o recinto.

O referido templo conferiu a Milreu o estatuto de local de culto, sendo que o edifício pagão foi transformado numa igreja cristã, dada a existência de uma piscina baptismal rectangular no pátio, o

que, consequentemente, implicou a transformação do recinto em cemitério, tendo em conta a existência de sepulturas ao redor do prédio e com um pequeno mausoléu.
A existência de inscrições funerárias, gravadas entre finais do século VIII e os inícios do século X numa coluna, com referência a uma família, comprova a continuidade na ocupação de Milreu, até ao período do Califado omíada de Córdova e induz para a possibilidade de o edifício religioso ter constituído oratório e cemitério em época islâmica, tendo sido abandonado no século X, quando ruíram as abóbadas.
Em finais do século XV, ou inícios do século XVI, o sítio de Milreu voltou a ser ocupado, dada a existência de uma casa do tipo de arquitectura civil algarvia, com contrafortes cilíndricos, a qual foi erguida sobre as ruínas, (PORTUGAL, 1998, s.p.).

A Casa Rural de Milreu apresenta uma planta rectangular composta por seis aposentos, sendo que a fachada Este possui um conjunto de vãos de cantarias com tratamento cuidado, mas de cunho rural. Por outro lado, o alçado Poente apresentava, antes da intervenção de reabilitação, um conjunto de vãos desordenado e em avançado estado de degradação.
Os elementos de perfil cilíndrico de remate cónico, no topo dos cantos exteriores da casa, são os que se salientam na leitura do imóvel, sendo que o canto a Sudeste, possui, pelo interior, uma escada que possibilita o acesso a uma fresta de onde se avista uma pequena parcela da paisagem exterior.
Após a desmontagem dos rebocos foi perceptível que o edifício se compunha por vários processos construtivos, desde a taipa à alvenaria de pedra ou tijolo, o mesmo acontecendo em relação aos rebocos e argamassas, registando-se o aparecimento de terra argilosa, argamassas à base de cal e areia e, até mesmo, cimento.
A pedra seca ou argamassas rudimentares constituíam as fundações originais da casa.
A utilização doméstica do edifício comprova-se pela existência de uma lareira e fogão, bem como pavimentos de tijoleira.
A separação entre compartimentos, sob a forma de tabiques e soalho de madeira, foram sendo retirados, apenas prevalecendo os negativos que os denunciam.
A ocupação da Casa Rural estima-se entre o século XV a XIX, cuja origem partiu do aproveitamento parcial das estruturas romanas para as fundações da casa.
Apesar de se desconhecer a configuração da casa nos séculos XVI e XVII, é de registar, no entanto, a existência de uma porta em cantaria chanfrada, sugerindo uma datação quinhentista, localizada na fachada Poente.
A construção de dois pavimentos distintos identifica a existência de duas fases de utilização, sendo que o piso mais baixo corresponde à fase mais antiga.
O século XIX terá sido o período correspondente à configuração actual, onde o pavimento adquire a cota presente, com telhado de três águas, beirado com cornija, molduras em cantaria, no alçado Nascente, e quatro cantos de vigia cilíndricos, encimados por cones.
Segundo um relatório de 1957, o edifício era composto por dez aposentos, tendo alguns armazéns, arrecadações, pocilgas e galinheiros, como anexos, além do forno com alpendre junto à fachada Oeste, tendo sido abandonada nas primeiras décadas dos anos setenta, seguindo-se as primeiras

escavações arqueológicas da responsabilidade do Professor Theodor Hauschild, integrando assim uma área de pesquisa.
No início dos anos oitenta, a DGEMN procedeu a algumas alterações no imóvel, salientando-se a substituição da antiga cobertura, em madeira e telha, por uma estrutura de betão armado aligeirado assente numa cinta, igualmente em betão, (RAMALHO, 2004, 162-167).

Histórico | Desde há longos anos que as ruínas romanas de Milreu foram reconhecidas como estação arqueológica, sendo de início associadas à antiga *Ossonoba*, no entanto, mais tarde, já nos anos cinquenta, Abel Viana comprovou que Milreu constitui antes uma *villa* suburbana, sob a forma de uma casa de campo, fundada no século I a.C..
Estácio da Veiga, em 1877, desenvolveu as primeiras escavações, as quais pemitiram a identificação de uma planta com uma leitura clara da organização dos espaços, seguindo-se uma temporada de períodos de abandono intercalados com acções de consolidação e restauro.
Entre os anos setenta e inícios dos anos noventa, o Instituto Arqueológico Alemão promoveu uma investigação sistemática no local, sob a direcção de Theodor Hauschild, com sucessivas campanhas de escavação, de levantamento e intervenção de restauro, sendo que Félix Teichner, seu colaborador e discípulo, fez a continuação do trabalho, aquando da mudança do século.
Com a aquisição de parte dos terrenos detentores dos vestígios arqueológicos e marcação de uma vedação, as acções de salvaguarda, por parte do IPPAR, visam acompanhar a compreensão, conservação e a necessária exposição ao público do que fora posto a descoberto por Estácio da Veiga e Theodor H.auschild, (PARREIRA, 2004, 150-156).
Em 1999, as ruínas romanas de Milreu passaram a integrar o Programa de Valorização e Divulgação Turística, *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, com o qual se implementou o Centro Interpretativo e de Acolhimento, espaço que foi ao encontro da filosofia de intervenção nos monumentos arqueológicos visitáveis, com o objectivo de oferecer ao público a explicação e interpretação das ruínas.
As obras de recuperação da Casa Rural, do século XVI, erguida sobre as ruínas romanas de Milreu, atestando a ocupação do local, após séculos de abandono, e constituindo exemplar único da arquitectura civil algarvia, iniciaram-se em 2003.

Objectivos Gerais | Genericamente, as intervenções operadas nas ruínas romanas de Milreu visam fomentar o respeito pela identidade local, incentivar a aceitação das diferenças e apoiar a capacidade criativa dos utentes através da exploração das componentes lúdicas e educativas associadas ao turismo cultural.
Com a criação de um Centro Interpretativo e de Acolhimento, o IPPAR pretendeu a disponibilização de informação aos visitantes do conjunto monumental, procedendo-se ao fornecimento de imagens do lugar e as respectivas transformações entre o século I e o século XII, bem como de explicação para as referidas mudanças.
As publicações, réplicas e objectos de divulgação integram parte do conteúdo previsto para o Centro Interpretativo, com vista à divulgação do sítio.

A par da criação de acolhimento e de interpretação do sítio, associados à requalificação dos percursos de visita das ruínas, o IPPAR tinha como objectivo a recuperação da Casa Rural, no sentido de melhorar o seu desempenho arquitectónico, de modo a integrá-la no percurso de visita.
Os turistas, nacionais e estrangeiros, constituíram o público alvo, numa filosofia de turismo cultural em alternativa ao tradicional turismo que envolve as zonas costeiras, não se tendo excluído utentes locais e regionais, particularmente estudantes, professores e idosos, (PORTUGAL, 1998d, 1-5).

Concepção como Estratégia de Gestão | O Centro Interpretativo das ruínas romanas de Milreu, foi programado com vista ao acolhimento e fornecimento de informação, com eventuais programas no âmbito dos serviços educativos, visitas comentadas e acções de divulgação. Paralelamente, o equipamento foi pensado no sentido de funcionar como unidade de apoio a pesquisas arqueológicas a realizar na estação, com a inclusão de um laboratório para tratamento e conservação de objectos recolhidos e estruturas arqueológicas postas a descoberto pelas escavações.
Em termos de programa, foi também definida a existência de instalações para residência de guardaria permanente do sítio.
O Centro Interpretativo, não dispondo de colecções próprias, foi previsto com um conteúdo informativo apoiado por imagens, textos, maquetas e mapas, dispostos segundo um guião elaborado por um técnico da Direcção Regional da Cultura de Faro, posteriormente entregue à equipa projectista, a qual ficou responsável pelo desenho de vitrinas, plintos, painéis, mobiliário para computadores e écran interactivo com vídeo, (PORTUGAL, 1998d, 1-5).

A actuação sobre a Casa Rural teria de passar por uma intervenção, tendo em vista a correcção de anomalias, implicando, nomeadamente, a substituição da anterior cobertura e a restituição do seu carácter de construção rural, bem como a criação de condições de visita, prevalecendo a possibilidade de leitura dos elementos pré-existentes romanos e a sua relação com a imposição da nova estrutura, preservando-se o valor patrimonial do conjunto.
Ao nível de projecto, o IPPAR definiu, desde logo, alguns critérios de intervenção, no sentido de manterem visitáveis as estruturas pré-existentes; de fazer prevalecer uma leitura de duas épocas, cronológica e funcionalmente, distintas; de não prever qualquer ampliação da área já escavada no interior da casa, exceptuando-se três casos, por uma questão de clareza na leitura dos espaços; de instalação de um passadiço de visita auto-portante, configurando um percurso à cota do pavimento da Casa Rural; de colocação de iluminação pontual dos contextos arqueológicos e arquitectónicos; de criação de soluções de sinalética interna; de criação de caixilharias e sistemas de obscurecimento e de recuperação do patim exterior da casa.
No entanto, segundo Rui Parreira, o processo de intervenção na Casa Rural devia ir para além do mero abrigo das ruínas, merecendo a criação de um programa museológico, (PARREIRA, 2004, 150-156).
O projecto de recuperação da Casa Rural nas ruínas da *Villa* romana de Milreu teve origem num conjunto de linhas orientadoras, definidas no âmbito IPPAR.
Um dos princípios definidos, baseava-se na preservação do valor patrimonial como resultado de diferentes épocas, não havendo espaço a qualquer alteração significativa à configuração original,

resultando na prevalência dos muros actuais intersectando outros planos arqueológicos exumados, a uma cota inferior.

Por outro lado, era imperiosa a colocação de nova cobertura, adoptando-se o sistema tradicional de travejamento de madeira com telha de canudo, respeitando o desenho actual, com o mesmo número de águas, cota de cumeeira e cota de assentamento do beiral, após verificação sobre o eventual aproveitamento da viga que remata o edifício, no topo das paredes exteriores.

A preservação da Casa Rural, passaria, também pela manutenção dos paramentos interiores, prevalecendo a leitura da estrutura da casa.

A intervenção teria de prever a manutenção da parede transversal da sala do hipocausto, seccionando a estrutura, com o adequado tratamento ao nível das fundações.

Face aos vãos entaipados, seria de apurar a eventual desobstrução, bem como o desenho da caixilharia, efectuada segundo dados obtidos em recolha documental.

Assim, com base nos princípios delineados, o projecto de recuperação, envolvendo áreas como a arqueologia a arquitectura, a engenharia civil e electrotécnica, foi desenvolvido, tendo em conta alguns pressupostos, os quais se traduzem na análise do estado actual da casa e eventuais debilidades estruturais a acautelar; na remoção da cobertura existente e substituição por outra de cariz tradicional; na picagem integral de rebocos com vista à sua reposição e pintura à base de cal; na substituição do pavimento existente por outro similar; na recuperação do patim exterior do edifício; na substituição de porta e caixilharia, bem como a respectiva pintura; na substituição do sistema de obscurecimento dos vãos; na construção de passadiços de visita autoportantes; na produção e montagem de sinalética interior; na instalação de sistema de iluminação pontual dos contextos arqueológico e arquitectónico; e, finalmente, na conservação e restauro de estruturas arqueológicas romanas postas a descoberto no interior do edifício, (ANDRADE e BERNARDES, 2004, 168-171).

Projecto | Centro de Acolhimento e Interpretação

Autoria do Projecto de Arquitectura | Ditza Reis e Pedro Serra Alves, Arquitectos

Data do Projecto | Junho 1999

Fase de Projecto | Obra concluída em 2001

A localização do Centro de Acolhimento e Interpretação teve como importante factor a acentuada topografia do terreno, relativamente à encosta Poente, bem como o impacto visual aquando da aproximação à estação arqueológica pelo lado da Ponte do Rio Seco.

Assim, foi proposto um edifício discreto, adossando-se ao terreno, de modo que a laje de cobertura se revestisse de terra vegetal, com vista ao "prolongamento natural da paisagem envolvente".

Por outro lado, procurou-se articular o novo edifício com a área arqueológica, respeitando-a, sendo que o edifício passaria a integrar dois importantes eixos, um sugerido pelo muro de suporte em pedra, e outro sugerido pela via romana que integra o percurso arqueológico, contornando os vestígios do cemitério antigo.

Assim, o muro de suporte em pedra foi assumido como "elemento estruturante", permitindo uma certa "continuidade visual" do novo edifício, bem como o encaminhamento dos visitantes.

Em termos de programa, de registar uma entrada coberta, de acesso a um átrio, detentor de um balcão, associado à sala de exposição, totalmente enterrada. Posteriormente, acede-se a uma área

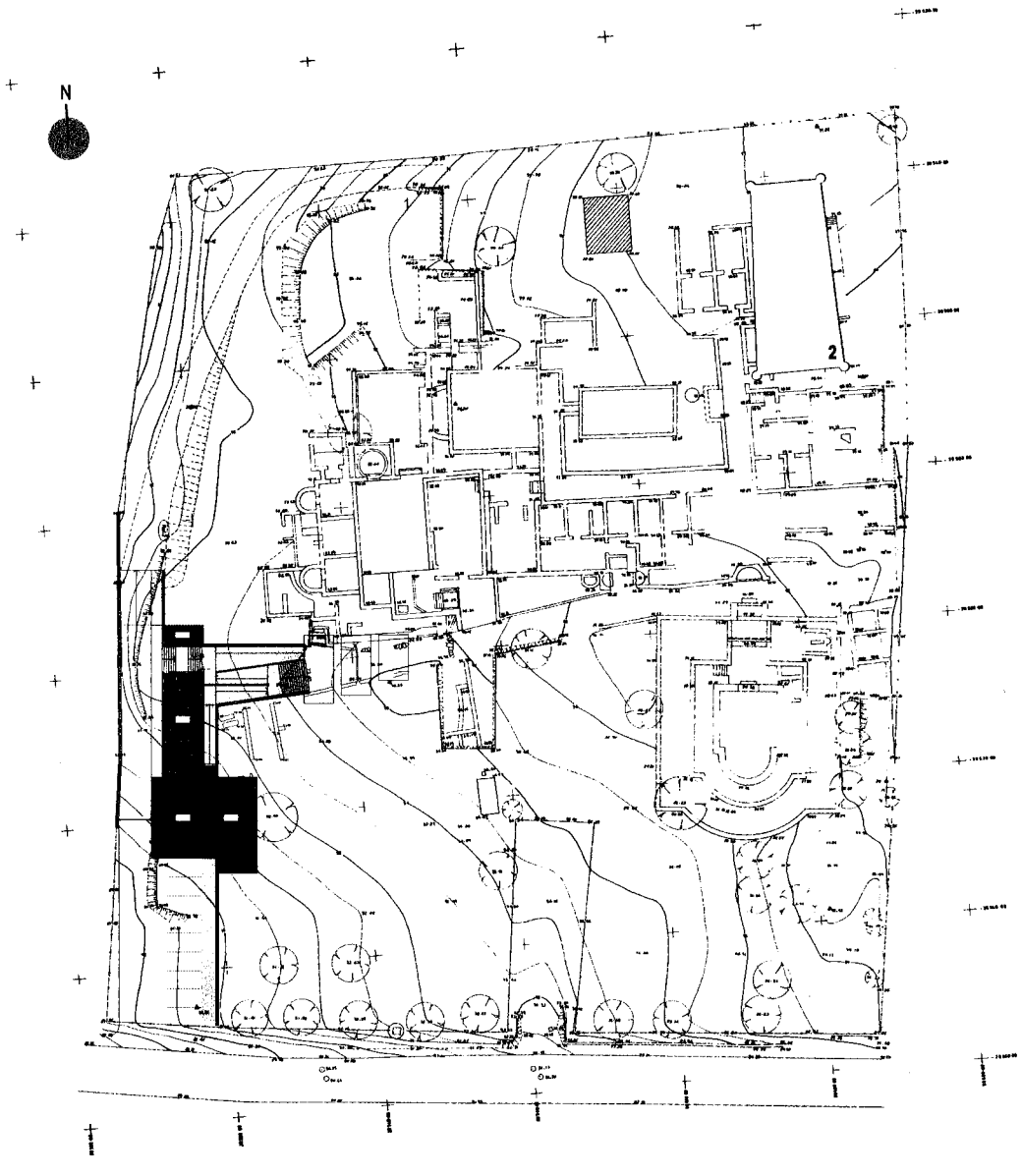
exterior coberta, a qual permite o acesso, tanto à área arqueológica, como às instalações sanitárias e gabinete de trabalho, o qual se articula com a arrecadação de materiais de conservação, ambos com acesso pelo alçado Poente.

O acesso à área arqueológica faz-se sob a forma de rampa, a qual conduz a uma via romana, acentuada num dos lados com o alinhamento de ciprestes, marcando o início e o fim da visita à estação. Após a visita, a saída do recinto arqueológico foi projectada a Poente do novo edifício, recorrendo-se a um equipamento tipo torniquete.

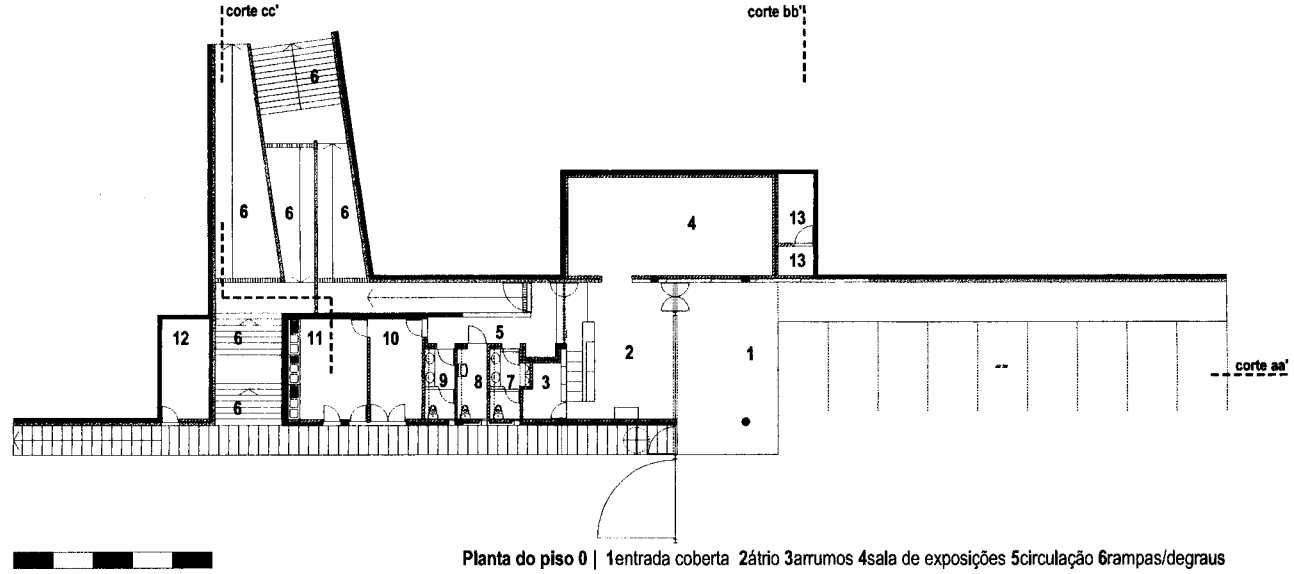
Formalmente, o Centro de Acolhimento e Interpretação partiu da ortogonalidade característica da *villa* romana, bem como dos materiais inerentes, nomeadamente a pedra e o tijolo.

Os arranjos exteriores contemplam um parque de estacionamento para nove viaturas ligeiras e passeio protegido por estruturas metálicas de sombreamento; um parque de estacionamento junto à via de acesso, para três autocarros, bem como passeio, mediante recomendação da Junta Autónoma das Estradas; acesso automóvel condicionado à área da estação arqueológica; reposição da topografia do terreno na zona do actual estacionamento; estabilização dos taludes junto à estrada; substituição da vedação existente e sementeira de prado nas áreas adjacentes ao edifício, (REIS e ALVES,1998, s.p.).

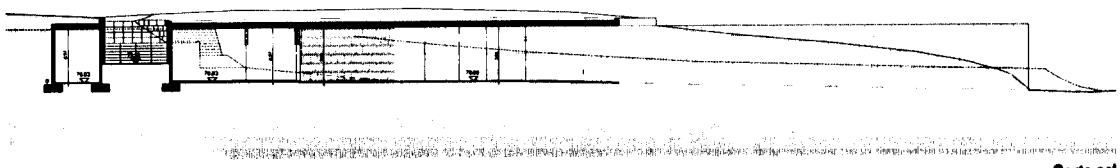
O edifício do Centro de Acolhimento e Interpretação foi concebido no sentido de se tornar numa espécie de "porta" de acesso à área arqueológica, contudo conferindo à mesma todo o protagonismo no território, (REIS e ALVES, 2001, 87-89).



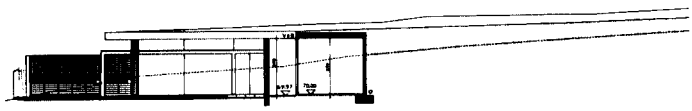
Planta de Implantação | 1Centro de Acolhimento e Interpretação 2Casa Rural



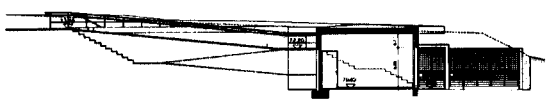
Planta do piso 0 | 1entrada coberta 2átrio 3arrumos 4sala de exposições 5circulação 6rampas/degraus 7instalações sanitárias (masculino) 8instalações sanitárias (deficientes) 9instalações sanitárias (feminino) 10gabinete trabalho 11arrecadação material conservação 12arrecadação material jardinagem 13compartimento ar condicionado



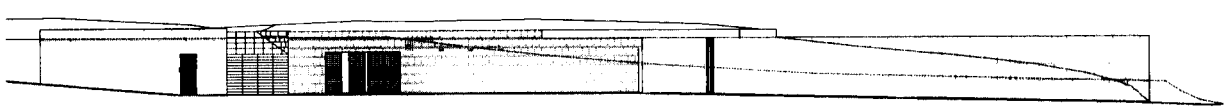
Corte aa'



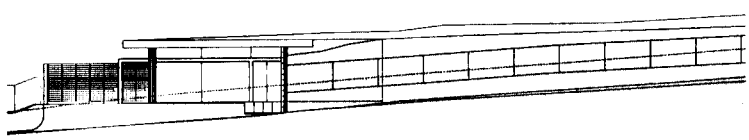
Corte bb'



Corte cc'



Alçado Poente



Alçado Sul

0 m 2 m 10 m



6|Centro de Acolhimento e Interpretação



7|Átrio exterior



8|Cobertura



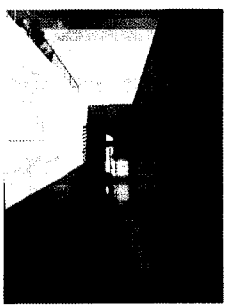
9|Fachada Poente



10|Cobertura



11|Acesso à ruína



12|Rampa de acesso à ruína



13|Rampa de acesso à ruína



14|Recepção



15|Zona expositiva

Projecto | Recuperação da Casa Rural de Milreu

Autoria do Projecto de Arquitectura | Jorge de Novais Bastos, Engenheiro Civil

Data do Projecto | 2001

Fase de Projecto | Obra concluída em 2003

Na metodologia de intervenção, adoptada na Casa Rural, teve-se em consideração as recomendações gerais da Carta de Veneza, assim como as limitações específicas do local, nomeadamente, no que se refere à estabilidade estrutural do edifício.

Foram definidas três fases de estudo com vista a uma solução final, sendo a primeira de diagnóstico, a segunda um estudo prévio, e a terceira um projecto de execução.

Do estudo prévio e projecto de execução, em diálogo com os técnicos do IPPAR, resultou uma sucessão de acções a tomar, com vista à solução final, salientando-se apenas algumas, com implicação directa na concepção formal.

Assim, no leque de acções, destaca-se a consolidação das paredes romanas em alvenaria de pedra, através de uma argamassa inorgânica de base cimentícea, com ligantes naturais de origem vulcânica.

Na sala 1 e 2 foi prevista a execução de muretes de contenção de terras, em tijolo maciço, nas zonas onde se percepcionou um risco de desagregação.

Na sala 5, junto ao hipocausto, foram pensadas operações de remoção e consolidação de terras, com o intuito de nivelar parte da sala para aplicação de uma plataforma metálica de escoramento.

Para escoamento das águas pluviais, solucionou-se a execução, no pavimento, de caleiras em cubos de calcário, solução não empregue, à excepção da fachada Norte, dada a localização superficial de estruturas romanas adjacentes ao edifício, construindo-se, apenas à cota do terreno, ao longo das fachadas, uma estreita calçada para protecção das fundações do edifício, perante infiltração directa das águas provenientes do telhado. A restante área do terreiro em frente à Casa Rural, foi regularizada com tout-venant compactada para posterior aplicação de gravilha cinzenta.

Após abertos todos os vãos exteriores da casa, colocaram-se os aros de madeira maciça, em janelas e portas de acesso, de acordo com a tradição arquitectónica local e data previsível do vão (exemplo: porta do século XV-XVI, portas e janelas do século XIX).

A cobertura foi reinstalada em função do sistema construtivo tradicional, tendo sido desenvolvidos apoios metálicos nas varas e larozes, de modo a garantirem o isolamento e separação da madeira em relação à alvenaria, evitando a degradação rápida.

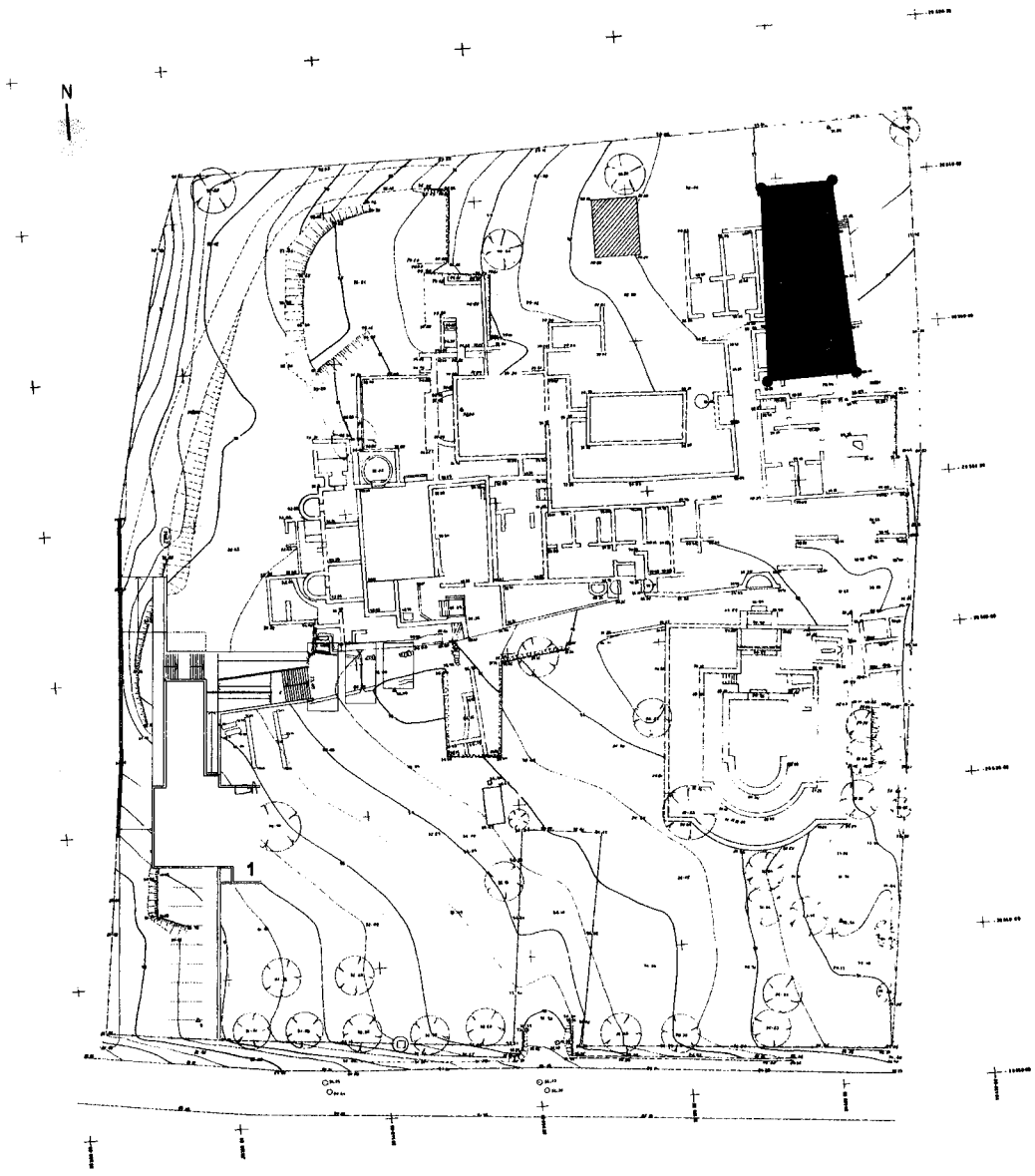
As paredes interiores e exteriores em alvenaria de pedra foram picadas e consolidadas sob a forma de técnicas tradicionais de preparação de argamassas (cal hidráulica e areia do rio), acabamentos interiores e exteriores com reboco de cal hidratada e areia, com finalização de caiação a branco.

Nas salas 2, 3, 4 e 5 procedeu-se à remoção do revestimento existente para posterior aplicação do pavimento em tijoleira tradicional.

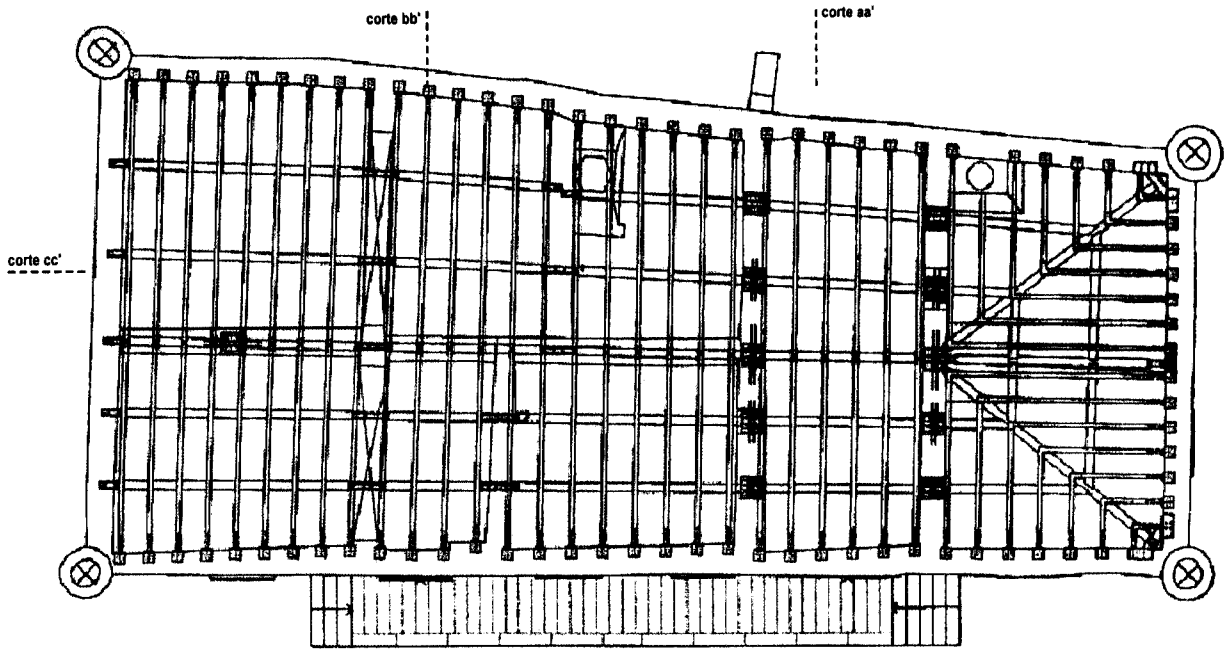
Foi elaborado um percurso incorporado por passadiços e plataformas de circulação em estrutura metálica revestidas com madeira de castanho.

A recuperação do patamar exterior, junto à Casa Rural, foi efectuada através das lajetas calcárias existentes.

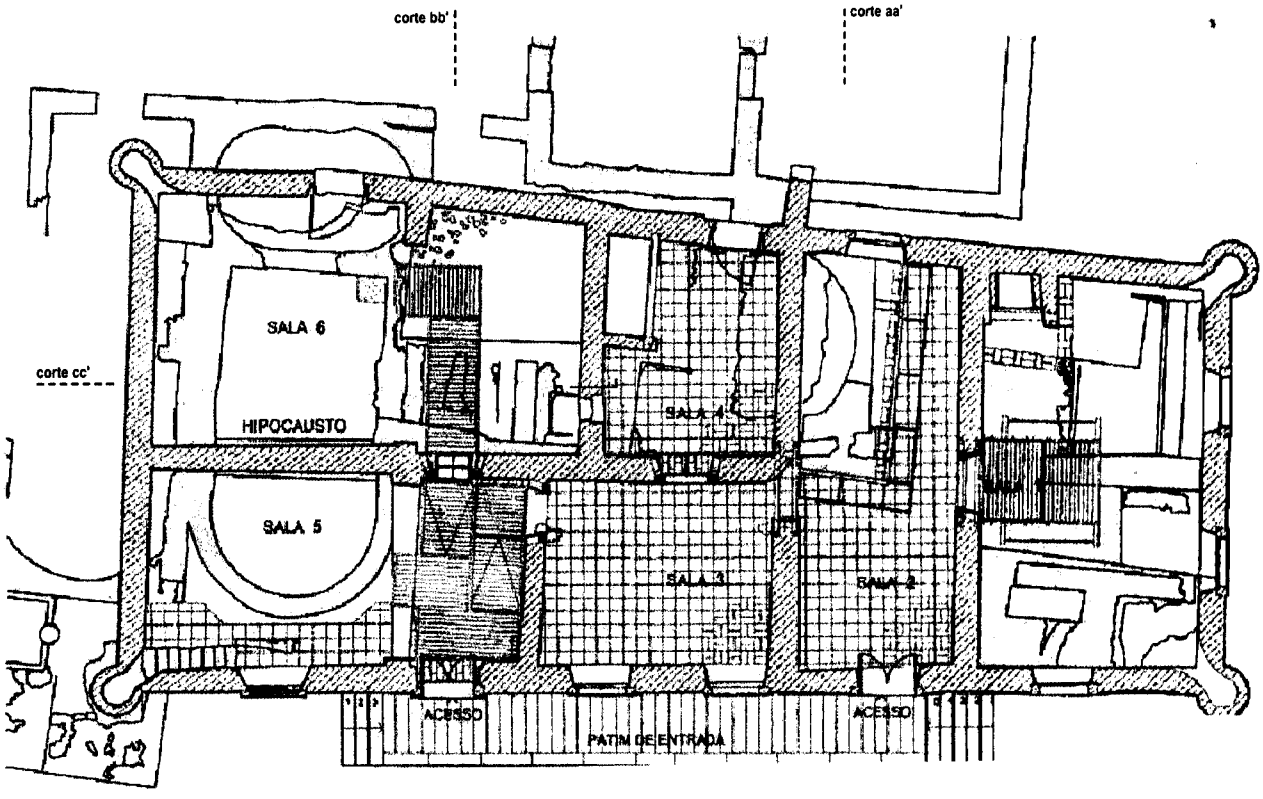
Em suma, a intervenção desenvolvida na Casa Rural de Milreu foi fruto de estudos desenvolvidos adaptados à evolução natural dos trabalhos de consolidação, (BASTOS, 2004, 172-177).



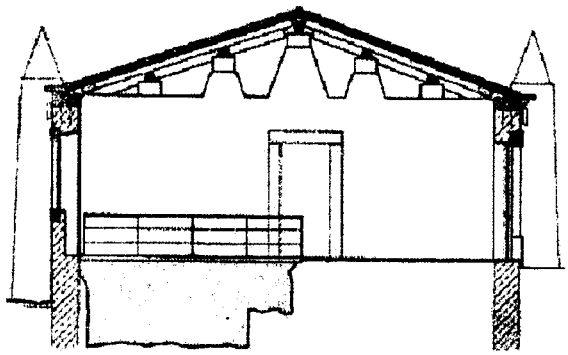
Planta de Implantação | **1**Centro de Acolhimento e Interpretação **2**Casa Rural



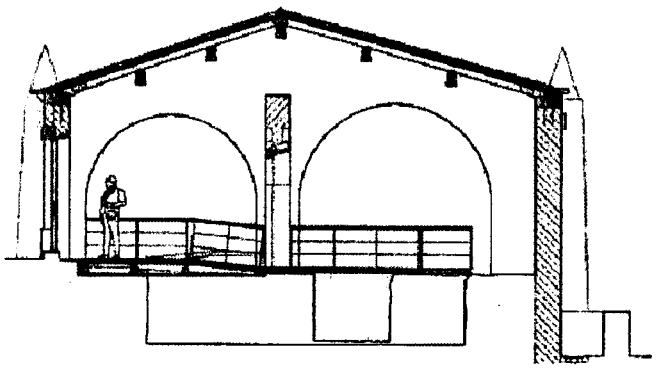
Planta de Cobertura



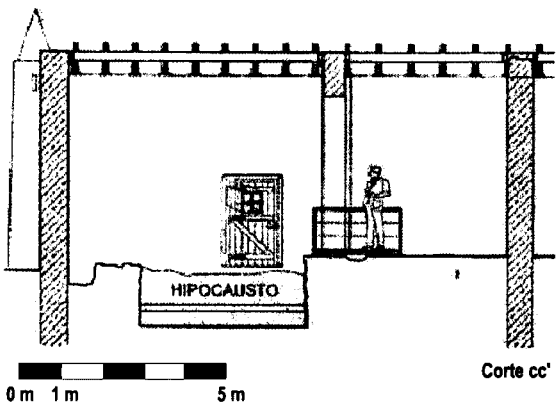
Planta do piso 0 | 1sala1 2sala2 3sala3 4sala4 5sala5 6sala6



Corte aa'



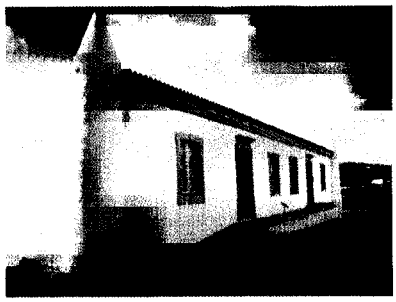
Corte bb'



Corte cc'



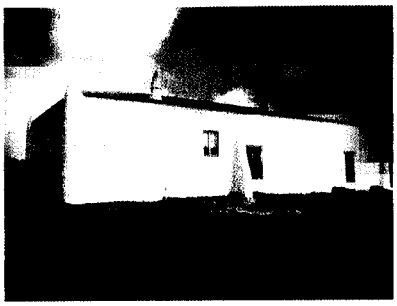
16|Casa Rural (vista geral)



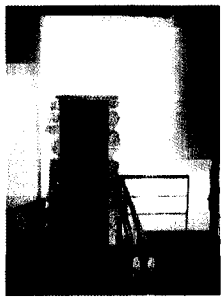
17|Fachada Nascente



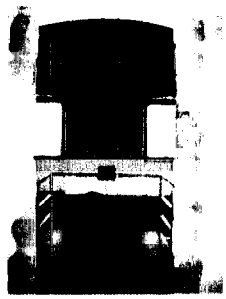
18|Fachada Nascente



19|Fachada Poente



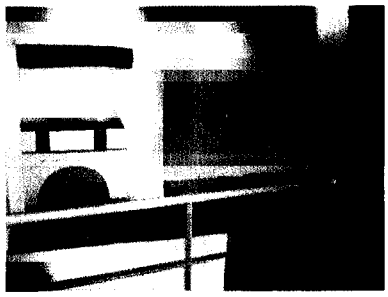
20|Entrada



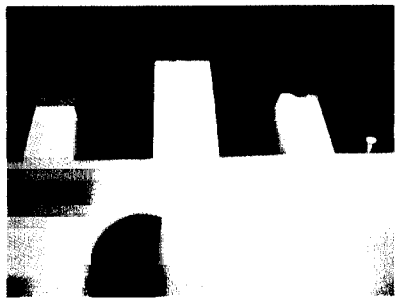
21|Sala 1



22|Sala 1



23|Sala 1



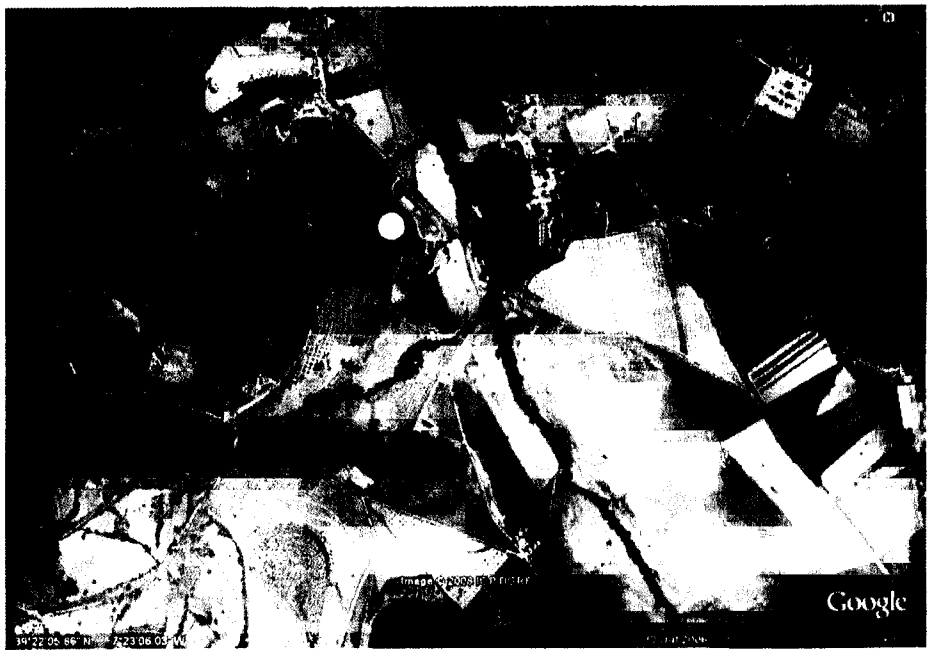
24|Sistema estrutural da cobertura

Referências Específicas | (ANDRADE e BERNARDES, 2004); (BASTOS, 2004); (HAUSCHILD, TEICHER, 2002); (MALOBBIA, 2006); (PARREIRA, 2001); (PARREIRA, 2004); (PORTUGAL, 1998b); (PORTUGAL, 1998d); (RAMALHO, 2004); (REIS e ALVES, 1998); (REIS e ALVES, 2001); (TEICHER, 2004).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Cenários Urbanos – Arquitectura, Lda – peças gráficas do projecto de arquitectura; Revista Património Estudos, 6, (BASTOS, 2004) – peças gráficas do projecto de recuperação da Casa Rural.

12. Cidade romana de Ammaia





39°22'12.35"N 7°23'09.03"W 1|Vista aérea



2|Ruínas da Porta Sul



3| Ruínas da Porta Sul



4|Ruínas das termas



5|Ruínas do fórum

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Ruínas Romanas

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto nº 37450 de 16 de Junho 1949)

Localização | Freguesia de São Salvador da Aramenha, Concelho do Marvão, Distrito de Portalegre

Endereço | Estrada da Calçadinha, n.º4, S. Salvador de Aramenha, 7330 Marvão

Tutela | Fundação Cidade de Ammaia

Responsável | Joaquim Carvalho, Arqueólogo

Descrição | A Cidade romana de Ammaia estende-se por uma área aproximada de 2 hectares, repartindo-se pelos terrenos da Quinta do Deão, da Tapada da Aramenha, da Quinta da Azenha Branca e do Picadeiro, implantando-se numa encosta suave, voltada a Nascente, com uma altimetria variável entre os 524 e os 550 metros.

Não havendo certezas sobre a origem da cidade de Ammaia, deduz-se que o seu desenvolvimento assentou na exploração mineira, em particular no ouro, a partir da qual se fabricaram objectos de adorno, sendo de registar, também, o desenvolvimento de actividades agrícolas, bem como, possivelmente, a criação de cavalos.

Os vestígios encontrados revelam um núcleo urbano de expressiva vitalidade no domínio da produção de artefactos de cerâmica e, principalmente, de vidro, sendo possível apontar Ammaia como a origem de uma das mais importantes colecções de vidros romanos provenientes de um só local, de toda a Península Ibérica.

Pensa-se que o ponto alto no funcionamento da cidade, se sucedeu a partir de meados do século I até ao século IV, não se conhecendo os motivos que levaram à sua origem e declínio.

As escavações efectuadas na cidade romana de Ammaia, deixaram a descoberto o *forum*, as termas do *forum* e a porta Sul.

O reconhecimento do *podium* do templo, cuja origem se aponta para o período júlio-claudiano, corresponde a um edifício monumental, com 66 metros de largura por 99 metros de comprimento, ainda que a referida medida possa ser de 88 metros. O *forum* delimitava-se através de uma estrutura em argamassa, com 0,8 metros de largura, sendo que no seu interior, seguia uma estrutura paralela, criando um espaço com cerca de 4,40 metros de largura, funcionando lateralmente como área comercial.

Do templo apenas se conservou o enchimento do *podium*, tendo sido delapidado o revestimento em silhares de granito, deduzindo-se que as medidas do edifício rondariam os 17,30 metros por 9 metros de largura, sendo que a *cella* se apresenta bastante destruída, estimando-se um comprimento de 9,50 metros.

A ladear a entrada do *forum*, supõe-se ter existido uma *curia* e uma *basilica*, junto ao topo Sudeste.

Apesar da área de escavação ser ainda reduzida, foi possível reconhecer um tanque de dimensionamento reduzido, revestido com pedra mármore, com um piso em *opus signinum*, podendo tratar-se do *frigidarium* de um edifício termal, localizado junto a um provável *decumanus maximus*, em frente ao *forum*.

Ao lado do mencionado tanque, surgiu uma possível *natio*, a qual se apresenta delimitada por silhares de granito, com uma base em *opus signinum*.

Uma ampla área porticada foi encontrada, não se reconhecendo a função correspondente.

A entrada principal da urbe fazia-se pela porta Sul, de onde partia o *cardo maximus*, que ladeava o *forum* a Nordeste, bem como uma via para *Augusta Emerita*. A entrada na cidade fazia-se sob a forma de duas torres circulares, com 6 metros de diâmetro, um arco, ou porta, e uma imponente praça lajeada.

A praça era dividida pelo *cardo*, em duas partes simétricas, pavimentadas com lajetas de granito rectangulares, configurando um espaço com 21,30 metros de comprimento por 10,75 metros de largura. Estima-se que este conjunto tenha tido origem no principado de Trajano, em finais do século I,

princípios do século II, sobrepondo-se a estruturas habitacionais precedentes, datadas da primeira metade do século I d.C.

As escavações revelam alguns troços de muralha e uma vala escavada no afloramento de xisto, a qual seguia paralela à muralha.

Supõe-se sobre a existência de um edifício religioso ou funerário, tipo mausoléu, dado o surgimento de um alicerce composto por silhares de granito, associado a duas sepulturas, sendo que uma se localizava no exterior e outra no interior da construção.

Já na fase de abandono da cidade, ou ainda posteriormente, foi implementada uma via que circundava o perímetro urbano, (PEREIRA, 2006, 6-16).

Histórico | Desde final do século XVI que a localização da cidade de Ammaia era remetida para Portalegre, sendo que o equívoco surgiu com Frei Amador Arrais, em 1589, que ao identificar um pedestal na Ermida do Espírito Santo, em Portalegre, dedicado a Lúcio Vero pelo *mvnicip ammaia*, não teve dúvidas em localizar ali a *civitas*.

Na tentativa de justificar a existência dos vestígios arqueológicos em S. Salvador da Aramenha, André de Resende, em 1593, sugeriu que um dos povos citados na inscrição da Ponte de Alcântara, fossem os habitantes daquelas ruínas, fazendo prolongar o equívoco.

Só em 1935 se desfazia o engano, dada a publicação, por parte de Leite Vasconcelos, sobre um pequeno cipo recolhido por António Maçãs, determinando em definitivo a localização da cidade de Ammaia.

Apesar da classificação das ruínas como Património Nacional, em 1949, não foi garantida a sua salvaguarda, pelo que o Município de Marvão nunca chegou a acordo com os proprietários para a aquisição dos terrenos, com vista à respectiva escavação, perdurando os abusos e a destruição por mais quarenta anos.

As ruínas, apesar de localizadas em zona rural, foram alvo de alguns impactos, como o caso da Estrada Nacional nº 359, a Estrada Municipal que liga S. Salvador da Aramenha a Porto de Espada e a edificação de algumas habitações, bem como a passagem de infra-estruturas pelo interior da cidade.

Em 1944 os terrenos da Tapada da Aramenha e da Quinta do Deão foram adquiridos por Carlos Melancia, dando-se origem ao projecto de estudo e musealização, sendo que, em 1995, se procedeu aos trabalhos arqueológicos após feito levantamento topográfico.

Com a criação da Fundação Cidade de Ammaia, foram sendo desenvolvidos esforços no sentido de se garantir o estudo, preservação e divulgação dos achados, (PEREIRA, 2006, 6-16).

A partir de 1998, foi possível contar com o apoio financeiro do programa AVNA (Acção de Valorização do Norte Alentejano), permitindo a concretização de alguns projectos estruturais e a aquisição de equipamento.

Foram desenvolvidos vários trabalhos arqueológicos no local sob a supervisão científica da Universidade de Évora e, perante o espólio recolhido, foi criado um museu monográfico, através da intervenção no edifício na Quinta de Deão, datado do século XVII, entre 1999 e 2001, expondo muito do material recolhido nas campanhas arqueológicas efectuadas desde 1995.

Após um período de alguma indefinição, a Universidade de Évora contactou dois arqueólogos estrangeiros (Frank Vermaulen e Christina Corsi) que começaram a trabalhar exclusivamente em Ammaia, a partir do início de 2008, (MATIAS, 2008, s.p.).

Objectivos Gerais | Os objectivos definidos no início do projecto implementado para Ammaia visaram o conhecimento científico do sítio e do território que lhe estava associado, bem como a sua divulgação num contexto de desenvolvimento sustentável, potenciado pelo turismo cultural, o comércio e a hotelaria.
Desde o início do projecto que se considera essencial a existência de um centro museológico, traduzindo-se num elemento crucial, (PEREIRA, 2006, 6-16).

Concepção como Estratégia de Gestão | Para a criação do Centro Museológico, a Fundação Cidade de Ammaia optou pela recuperação do edifício da Quinta do Deão, sendo que tal opção teria de ser precedida por escavações em todo o seu interior. Tratava-se de uma construção rural em avançado estado de degradação, pretendendo-se manter a traça e a arquitectura originais, cujo programa incluía a instalação do museu de sítio, bem como alguns gabinetes de trabalho, uma reserva e uma biblioteca.
Dadas as condicionantes impostas pela compartimentação do edifício, a musealização teria de se repartir por várias salas, dividida em conteúdos temáticos.
As despesas inerentes ao funcionamento do Museu da Ammaia são asseguradas pela Câmara Municipal do Marvão, funcionando como extensão do Museu Municipal do Marvão, na temática do período romano, (PEREIRA, 2006, 6-16).
Com vista à preservação, estudo e exposição dos materiais, foi imposta a criação de um laboratório de conservação e restauro da Ammaia, com uma área técnica e devidamente equipada, sendo que ao lado foi previsto um depósito de materiais, valências que, por falta de verbas adquirem um carácter ainda provisório, cuja implantação surgiu na sequência de um lajeado maciço, de modo a não se proceder a qualquer desgaste de eventuais pré-existências romanas.

Projecto | Museu Monográfico da Cidade romana de Ammaia
Autoria do Projecto de Arquitectura | João de Vasconcelos e Sousa Lino, Arquitecto
Data do Projecto | Dezembro 2000
Fase de Projecto | Obra concluída em 2001
O edifício da quinta do Deão, apresentou-se em avançado estado de degradação, organizado em U, com uma dupla função, habitação e aposentos agrícolas, em torno de um pátio interior.
O corpo principal da construção, com dois pisos, albergava a habitação, sendo que, as dependências destinadas ao gado e apoios agrícolas, ocupavam a ala esquerda, ao passo que o corpo central se compunha pelo forno e o fumeiro.
Deduz-se que o edifício intervencionado teria funcionado como sede da antiga exploração agrícola, cujos limites deviam ter sido mais alargados, dada a organização do conjunto e dimensionamento das dependências da habitação.

A construção, na sua materialidade, era composta por paredes de alvenaria de pedra de aparelho cuidado, estruturas de pavimentos e coberturas em madeira de castanho e telha de canudo assente em forro, também de castanho.

É de registar o facto de, após campanhas de escavações acompanhadas pelo IPA, terem surgido vestígios de antigas fundações, claramente associadas a pequenas habitações, sendo que o processo de recuperação e adaptação da unidade agrícola foi desenvolvido em paralelo com as escavações, investigação e preservação dos vestígios.

A atitude do projecto visou o mantimento das características do edifício, de modo a que as intervenções permitissem uma clara percepção da sua natureza, nomeadamente no que se refere aos sistemas construtivos e organização espacial, pretendendo-se apenas consolidar o existente, implicando, no entanto, algumas demolições e pequenos acrescentos, com vista ao funcionamento do programa pretendido.

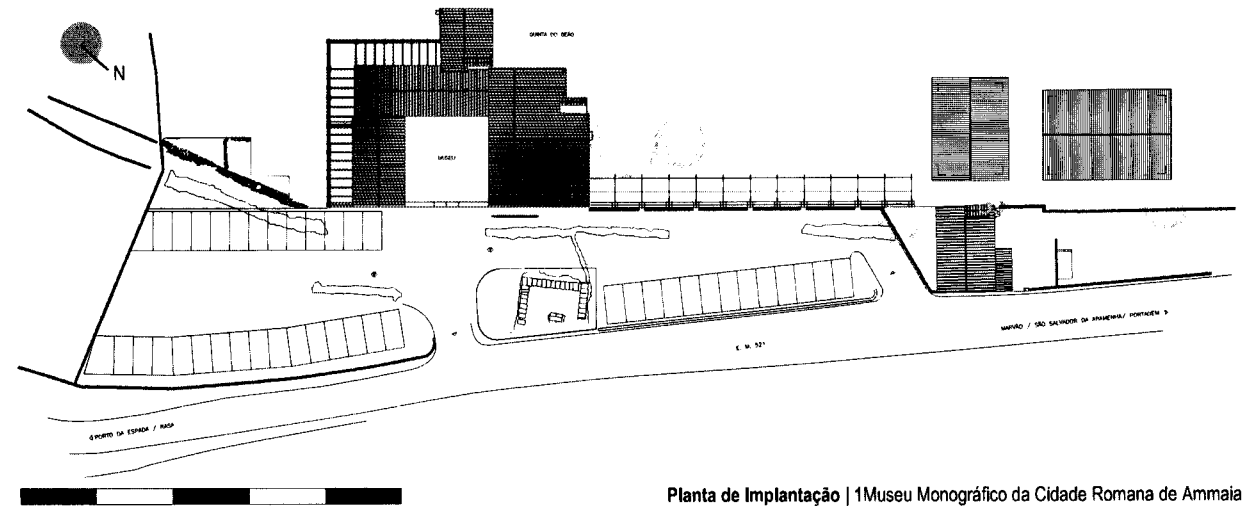
O processo de demolição prendeu-se com a necessidade de repor paredes em estado de ruína ou que se encontravam em pedra seca, junto à antiga dependência do forno, de modo a integrar o núcleo das instalações sanitárias, bem como junto ao corpo da chaminé da cozinha, para a instalação de uma copa.

Dada a considerável dimensão dos vestígios encontrados sob o edifício, optou-se por manter parte visitável e visível pelo público, coincidindo com a antiga cozinha e sala anexa, projectando-se uma estrutura metálica, suportando lajes de xisto amovíveis, substituindo temporariamente o vidro temperado, de modo a permitir a leitura e visita dos referidos vestígios.

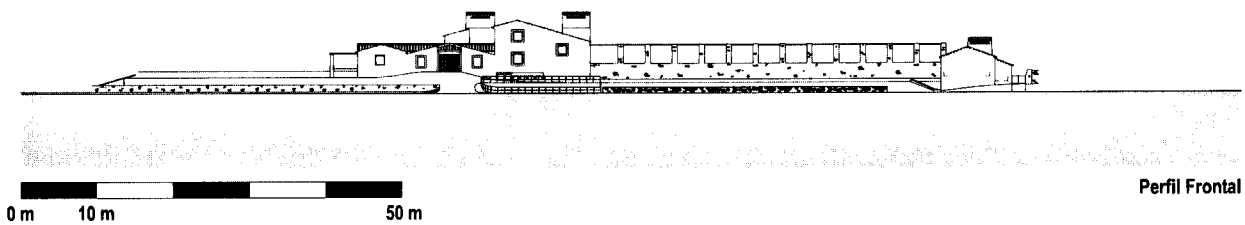
Programaticamente, todo o piso térreo foi previsto destinado ao Museu Monográfico, ao passo que o piso intermédio e superior, foram pensados destinados a salas de trabalho e laboratório, enquanto a sede da Fundação da Cidade Ammaia se instala provisoriamente no piso superior.

Na sua generalidade, os materiais retomam os processos originais, designadamente com a aplicação de xisto e soalho de pinho nos pavimentos; utilização de argamassa de cimento cal e areia, em conformidade com o existente, para as paredes exteriores, e cal com pigmento de cor para as paredes interiores; forro em madeira de castanho apoiado em barrotes da mesma madeira, para tectos e, finalmente, telha de canudo com aproveitamento de telha existente, apoiada em subtelha de fibrocimento.

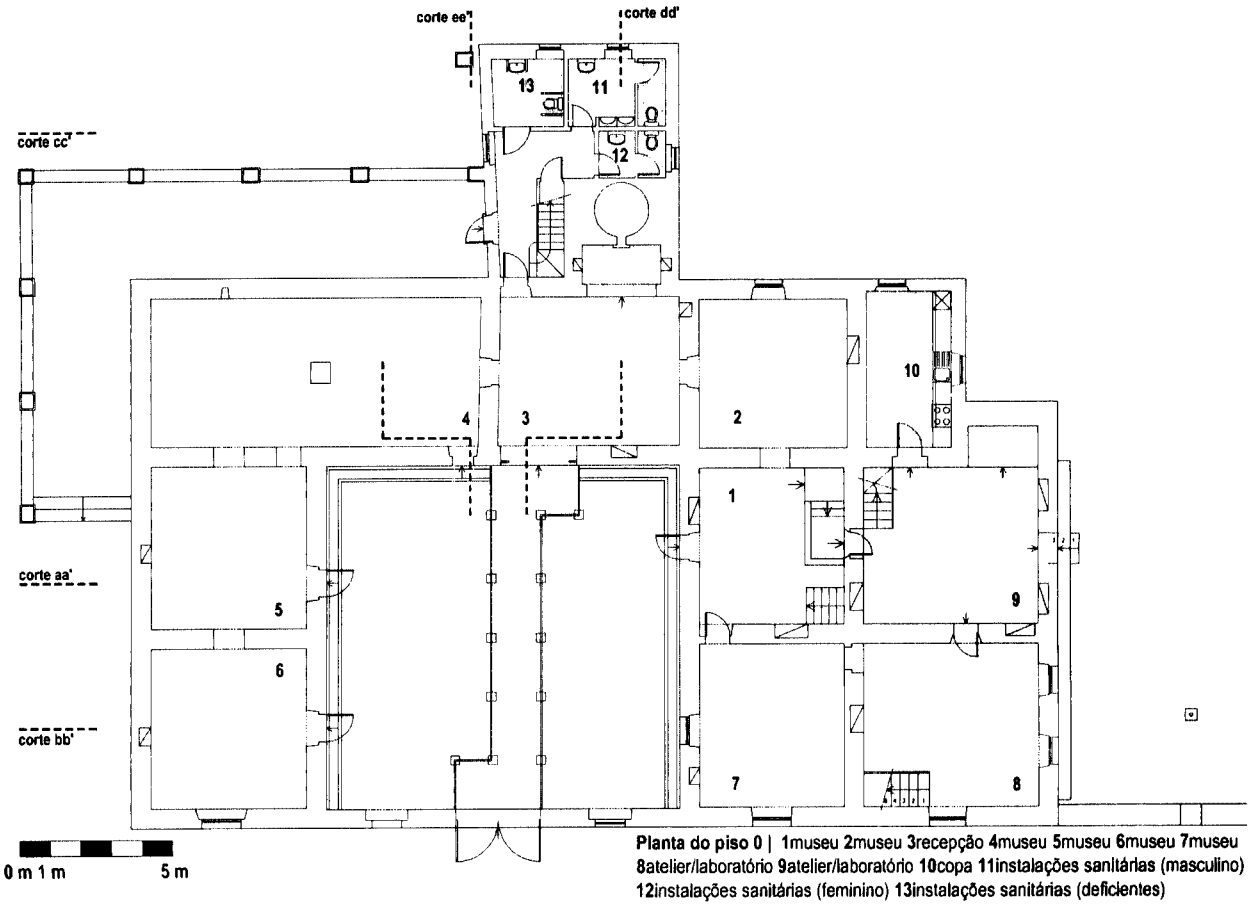
Quanto ao pátio, que inicialmente foi pensado no sentido de se manter escavado para exposição dos vestígios arqueológicos, cujo acesso se faria por passadiço metálico, passou a ser concretizado em calçada de pedra irregular, aplicando-se o material original, entretanto guardado, por questões de enquadramento e leitura do espaço, (LINO, 2001, s.p.).



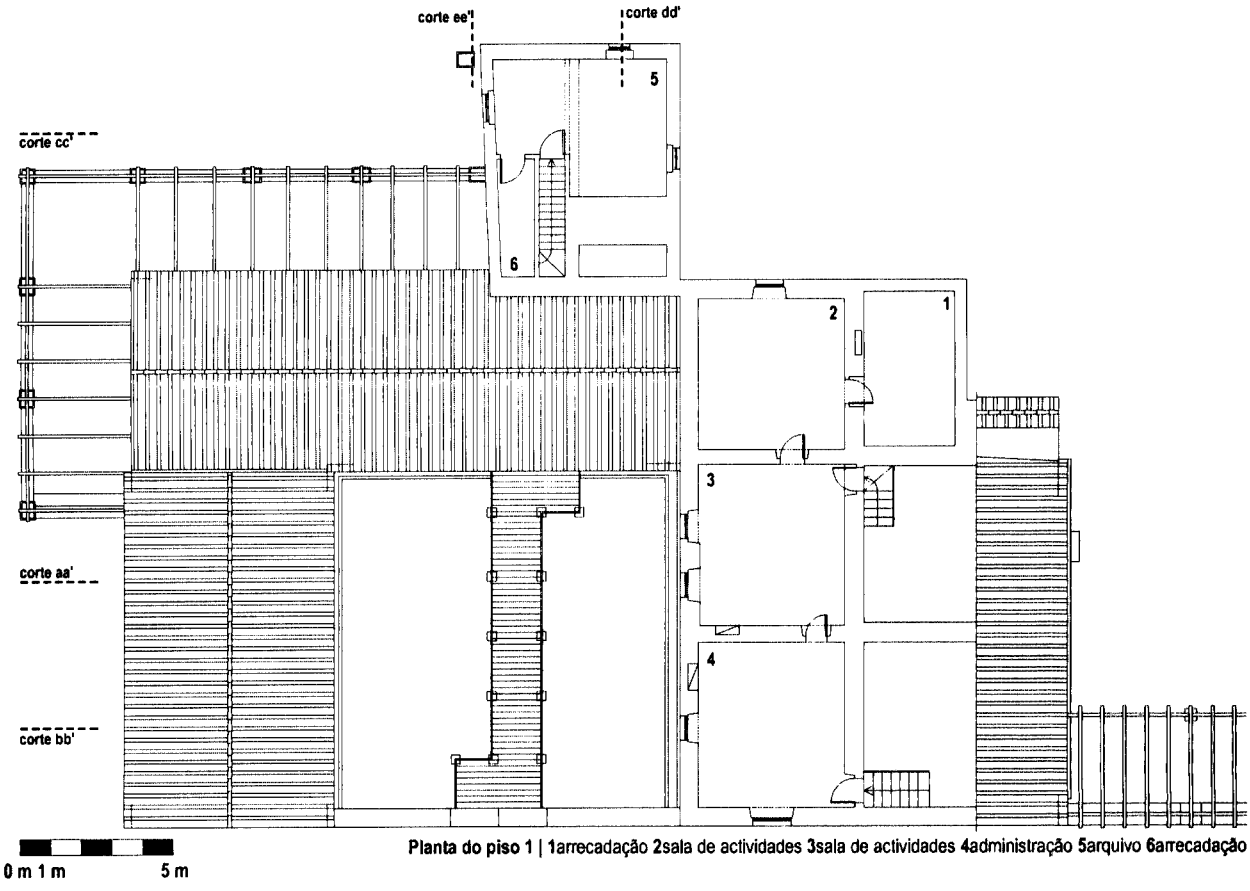
Planta de Implantação | 1Museu Monográfico da Cidade Romana de Ammaia



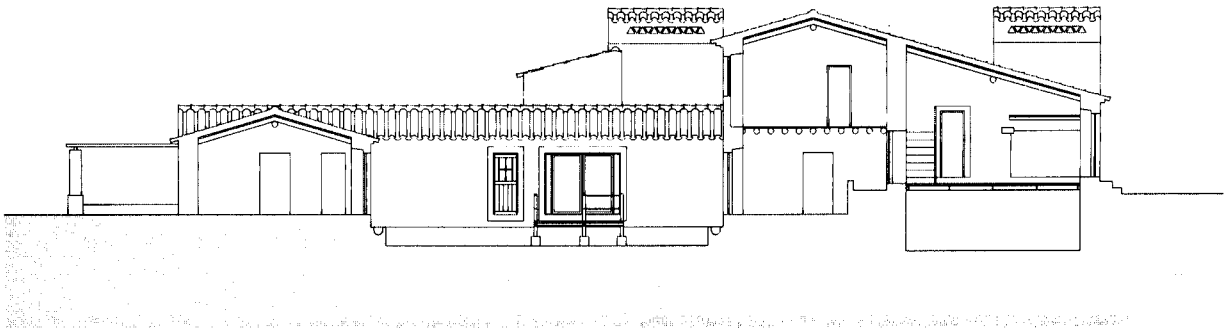
Perfil Frontal



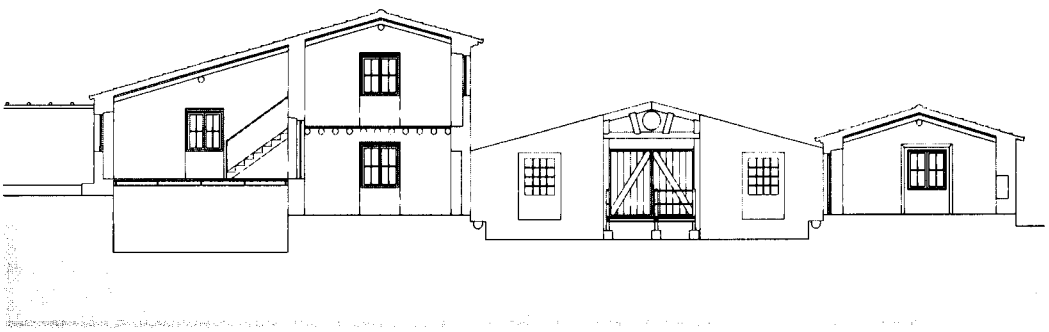
Planta do piso 0 | 1museu 2museu 3recepção 4museu 5museu 6museu 7museu 8atelier/laboratório 9atelier/laboratório 10copa 11instalações sanitárias (masculino) 12instalações sanitárias (feminino) 13instalações sanitárias (deficientes)



Planta do piso 1 | 1arrecadação 2sala de actividades 3sala de actividades 4administração 5arquivo 6arrecadação



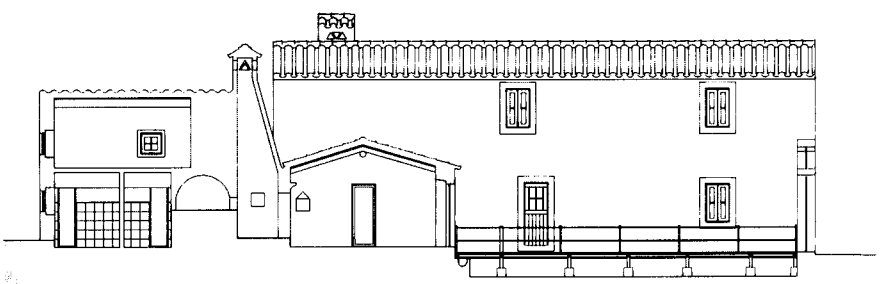
Corte aa'



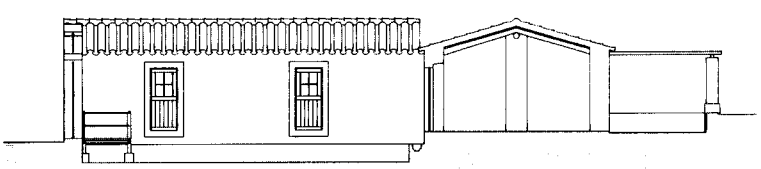
Corte bb'



Corte cc'

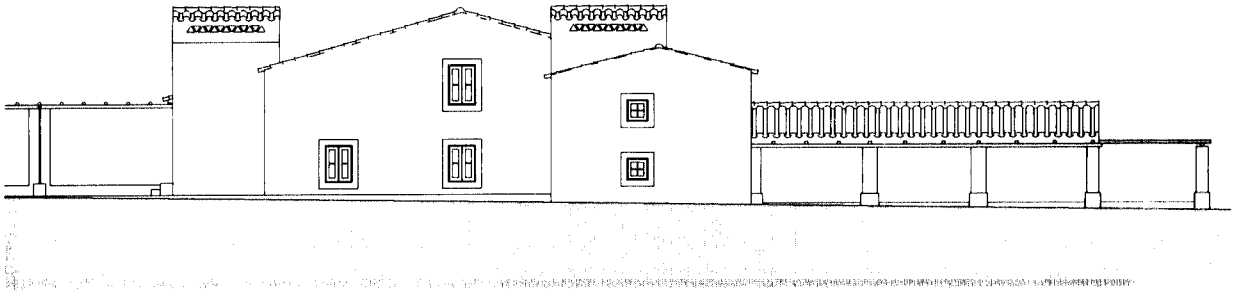


Corte dd'

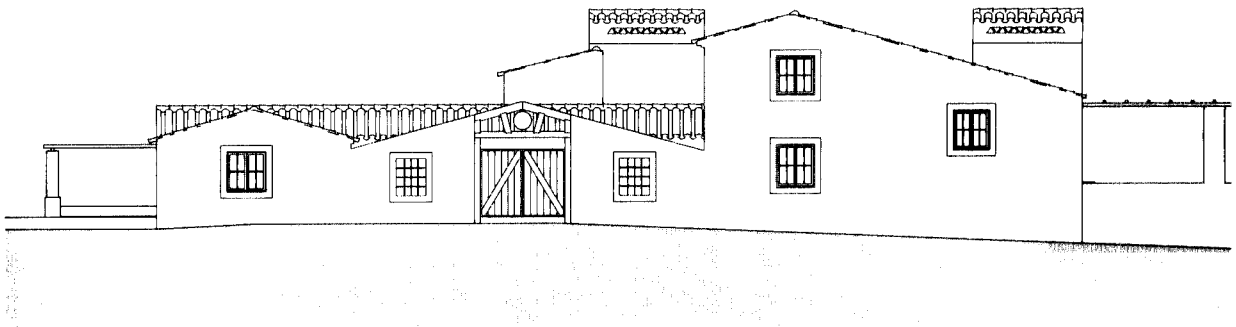


Corte ee'

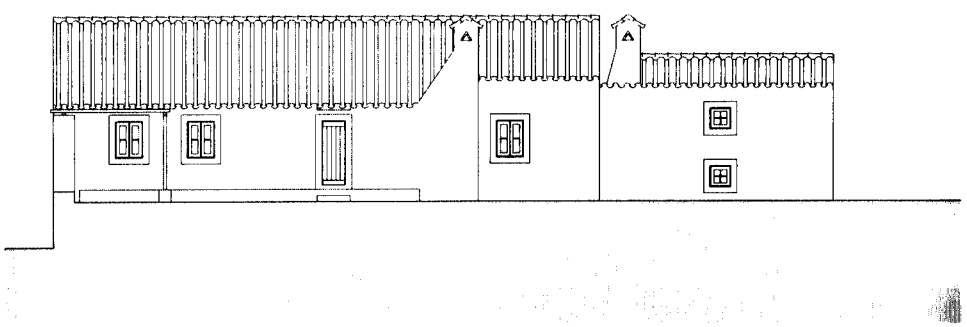
0 m 1 m 5 m



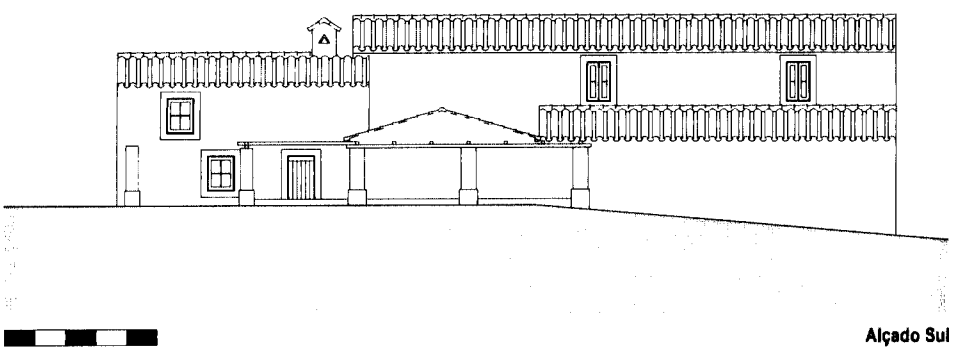
Alçado Poente



Alçado Nascente



Alçado Norte



Alçado Sul

0 m 1 m 5 m



6|Museu Monográfico (vista geral)



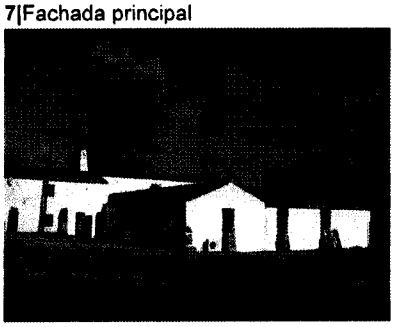
7|Fachada principal



8|Fachada lateral direita



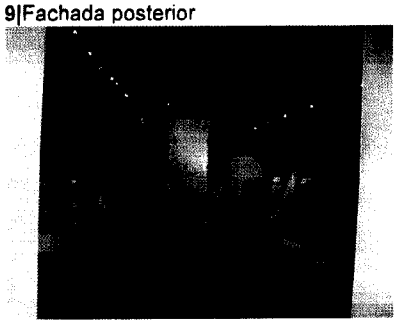
9|Fachada posterior



10|Fachada lateral esquerda



11|Recepção



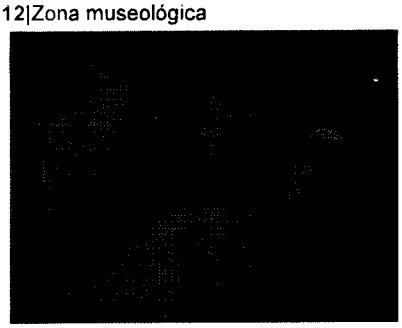
12|Zona museológica



13|Zona museológica



14|Zona museológica



15|Zona museológica

Referências Específicas | (AMMAIA, s.d.); (LINO, 2001); (MATIAS, 2008); (PEREIRA, 2006).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); João Vasconcelos Lino, Arquitecto – peças gráficas do projecto de arquitectura.

13. Citânia de Santa Luzia





41°42'19.07"N 8°50'07.00"W 1|Vista aérea



2|Ruínas do núcleo central



3| Ruínas do núcleo central



4| Ruínas do núcleo central



5| Ruínas do núcleo central

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Ruínas da cidade velha de Santa Luzia

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto nº 11454 de 19 Fevereiro de 1926)

Localização | Monte de Santa Luzia, Freguesia da Areosa, Concelho de Viana do Castelo, Distrito de Viana do Castelo.

Endereço | Citânia de Santa Luzia, Apartado nº143, 4901-910 Viana do Castelo

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Norte

Responsável | Anabela Lebre, Arqueóloga

Descrição | Trata-se de um povoado fortificado do tipo proto-urbano, evidenciando uma ocupação contínua, entre a Idade do Ferro e a Romanização.

A Citânia de Santa Luzia, a descoberto, contempla apenas um terço da área total ocupada pela mesma, facto que se deve à construção do Hotel de Santa Luzia e as respectivas vias de acesso.

Do referido povoado fortificado, de salientar as respectivas estruturas habitacionais, normalmente organizadas sob a forma de quarteirões configurados por muros e áreas de circulação delineados, alguns dos quais lajeados.

As habitações caracterizam-se pela sua planta circular, elíptica (menos frequente) ou rectangulares, com ou sem vestíbulo.

No sentido de se conferir maior protecção ao povoado, em relação às águas pluviais e ventos de nortada, as entradas das habitações posicionavam-se orientas a Sudoeste/Sudeste, coincidindo com a pendente geral do terreno.

No que se refere à análise espacial das habitações, de referir a existência de uma lareira num piso constituído pelo próprio solo natural, ou rochas existentes, sendo pouco frequente a utilização de terra argilosa batida ou saibro para a composição do piso interior.

Os fornos existentes em diferentes áreas do povoado, em habitações ou alpendres, atestam a capacidade económica agropastoril da comunidade, não se percebendo, no entanto, o respectivo papel na organização da comunidade.

A Citânia de Santa Luzia apresenta uma estrutura defensiva composta por três linhas de muralha, associadas a um caminho de ronda, e compostas por fortes torreões e dois fossos, sendo que o acesso ao topo das mesmas se concretizava sob a forma de uma escadaria.

Actualmente, apenas é possível observar parte da muralha interior, com extensão visível de, aproximadamente, 80 metros, do lado Norte, e a cerca oval da acrópole.

A Citânia de Santa Luzia apresenta marcas de ocupação romana, dada a configuração de algumas habitações de planta rectangular, de maiores dimensões, o surgimento de novos quarteirões, assim como a abertura e traçado de ruas perpendiculares, fruto do novo ordenamento imposto pela ideologia romana.

As escavações na Citânia de Santa Luzia revelam um espólio característico da cultura material destes povoados, assim como da ocupação romana (objectos de adorno com fíbulas, alfinetes de cabelo com ornamentação e contas de bronze, cerâmica representada por ânforas (asas, fundos e bordos) e uma moeda em prata com a efígie de Augusto coroado de loiros), (PORTUGAL, 2001b, s.p.).

Histórico do Processo de Gestão | A Citânia de Santa Luzia foi inicialmente escavada, em 1876, por Joaquim Possidónio da Silva, presidente da *Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portugueses*, movido pelo enigma das "cidade mortas", que Martins Sarmento começara a desvendar em 1875, apesar de as ruínas serem já conhecidas, pelo menos, desde o século XVII.

Em 1902, Albano Belino acabaria por tornar exumadas a maior parte das estruturas, sendo que, mais tarde, em 1910, Félix Alves Pereira tentaria uma reconstituição de uma parte da acrópole, (Castrenor 2006, 50-51).

Na década de trinta, a citânia foi objecto de uma limpeza, da responsabilidade da DGMN, bem como de novas escavações, sob a Direcção de Tomás Simões Viana.

O. da Veiga Ferreira, na década de setenta, desenvolveu uma pequena intervenção, assim como a elaboração de planta topográfica.

A partir de 1985, a Citânia de Santa Luzia passa a estar afecta ao IPPAR, o qual, na qualidade de entidade gestora do referido sítio, promoveu o respectivo estudo e conservação, dando-se início a intensivas campanhas de limpeza da florestação.

A partir de 1991, implementou-se um projecto de valorização da Citânia de Santa Luzia, através de fundos comunitários (Programa INTERREG) e com a colaboração da Câmara Municipal de Viana do Castelo, efectuando-se o controlo da vegetação, a recuperação das estruturas arqueológicas, possibilitando, em 1994, a abertura ao público do sítio arqueológico, estimando-se, no entanto, a continuidade de algumas acções, no que se refere à valorização da estação.

Em 2000, o IPPAR formulou uma candidatura ao Programa Operacional da Região Norte com o projecto *Citânia de Santa Luzia, Povoado Castrejo*, com vista ao melhoramento das condições de acolhimento e o seu reajustamento, prevendo-se a elaboração de um projecto para um novo edifício de recepção e a requalificação de um edifício que constituía a habitação dos guardas na citânia, (PORTUGAL, 2000f, s.p.).

Objectivos Gerais | O projecto de valorização, definido em 2000, para a Citânia de Santa Luzia, teve como princípios a definição de uma Zona Especial de Protecção, a consolidação estrutural das ruínas, a intervenção arqueológica, com vista a novos dados científicos e, finalmente, a construção de um novo edifício para recepção/guardaria, face ao estado de degradação em que se encontrava o edifício precedente, colmatando-se a necessidade de novas funcionalidades.

O público alvo nas acções pensadas para Santa Luzia consiste no público em geral e comunidade escolar, optando-se pela preparação de material de índole pedagógico-didático, em termos de divulgação, complementado a simples visita, (PORTUGAL, 2000f, s.p.).

Concepção como Estratégia de Gestão | No desenvolvimento do projecto de valorização da Citânia de Santa Luzia, foi elaborado um programa de base para um projecto de arquitectura para o novo edifício da recepção de Santa Luzia, substituindo o precedente, da autoria de Fernando Maia Pinto, cujo projecto data de 1990, contemplando uma zona de recepção com posto de venda associado, instalações sanitárias (masculino/feminino/pessoas com mobilidade condicionada), auditório (espaço aberto junto à recepção com capacidade para trinta pessoas, com sistema informativo áudio-visual), um gabinete de trabalho e arrumos.

No que se refere à inserção no terreno, ficou definido, pela gestão do sítio, que a implantação não alteraria demasiado as cotas do edifício precedente e que o relacionamento visual seria estabelecido directamente com as ruínas e encerrado perante a via de acesso, enquadrando-se com o percurso de visita existente, apenas com alteração do troço inicial.

Relativamente ao edifício composto por duas habitações para guardas, a gestão do sítio ditou uma intervenção com carácter de urgência, com visa à sua dignificação interior e exterior, passando a integrar uma área de apoio, em época de trabalho de campo, questionando-se o programa de residência permanente.

A iluminação exterior do monumento foi tida em consideração por questões de segurança e de imagem, com qualidades cénicas dispostas ao visitante do monte, durante a noite.

O enquadramento paisagístico foi considerado como um aspecto a integrar na configuração do sítio arqueológico, partindo da realidade do coberto vegetal, conseguido através do corte sistemático e controlo de infestantes.

No que se refere ao circuito de visita concebido e realizado em 1994, com vista à abertura ao público, verificou-se a necessidade de se efectuarem trabalhos de conservação e manutenção carecidos pela estrutura, (PORTUGAL, 2000f, s.p.).

Projecto | Edifício de Apoio a Visitantes

Autoria do Projecto de Arquitectura | Paula Santos | Arquitectura Sociedade Unipessoal, Lda (Paula Santos, Arquitecta)

Data do Projecto | 2002

Fase de Projecto | Obra concluída em 2006

A concepção do Edifício de Apoio a Visitantes teve como importante factor, a leitura da paisagem do lugar, de onde se sobressai a aridez granítica e ventosa em torno das ruínas, induzindo para uma intervenção "pesada, pétrea e dura". Por outro lado, as ruínas da Citânia de Santa Luzia foram encaradas como "segmentos das estruturas construídas", sugerindo "vazios no terreno, buracos com paredes espessas", imagem transposta para a intervenção, sob a forma de "pátios que separam os diferentes compartimentos do edifício".

O Edifício de Apoio a Visitantes traduz-se numa implantação rectangular, paralela à via de acesso, a uma cota inferior do terreno, constituindo um volume paralelipipédico modulado, fechado para si próprio, exceptuando-se o vão da sala de recepção, o qual antecipa a visita, através da percepção visual das ruínas, a partir do interior do equipamento.

Programaticamente, o volume divide-se em três áreas funcionais, com os respectivos pátios adjacentes, sendo que um se localiza no meio da edificação, associado à entrada dos visitantes, ao passo que os outros dois pátios localizam-se nas extremidades do edifício, cada qual, articulando, respectivamente, com a área de trabalho dos arqueólogos e com o gabinete/escritório.

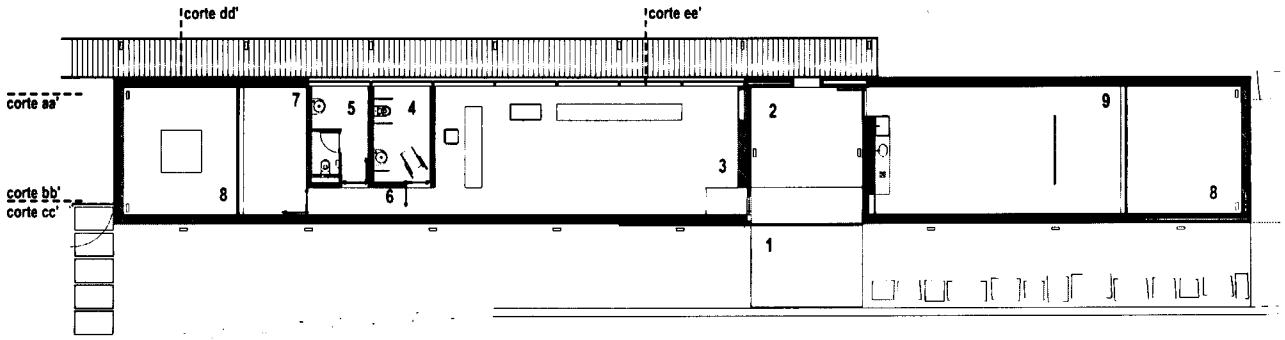
O volume "sulcado" de pátios, materializa-se sob a forma de uma "massa de betão aparente no exterior e no interior", sendo que no exterior se aplicaram painéis pré-fabricados de betão, obtendo uma textura rugosa, usando-se uma tela texturada para o efeito, numa atitude de reinterpretação da textura e corte das pedras trabalhadas, nos muros das ruínas da Citânia de Santa Luzia, enquanto que no interior foi utilizada uma cofragem tradicional, com réguas de madeira. Simbolicamente, as diferentes texturas podem reproduzir os diferentes aparelhos de pedra encontrados nas ruínas.

A utilização do betão, por outro lado, no entender da autora, constitui um material que se associa à interpretação do lugar, no que diz respeito a um monte com uma geologia granítica, ausente de vegetação.

O edifício voltado sobre si próprio, em relação ao exterior, surge, também, como consequência da ideia ligada ao encerramento dos muros, de uma anterior muralha aí existente, simbolizando como que o prolongamento dos respectivos muros, (SANTOS, 2007, 290-301).

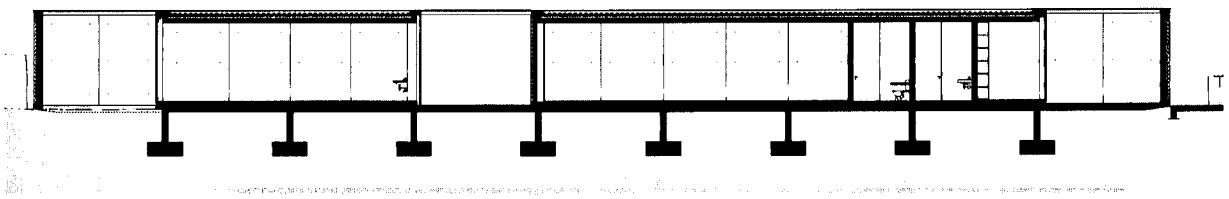


Planta de Implantação | 1Edifício de Apoio a Visitantes 2Casa de Apoio aos Arranjos Exteriores

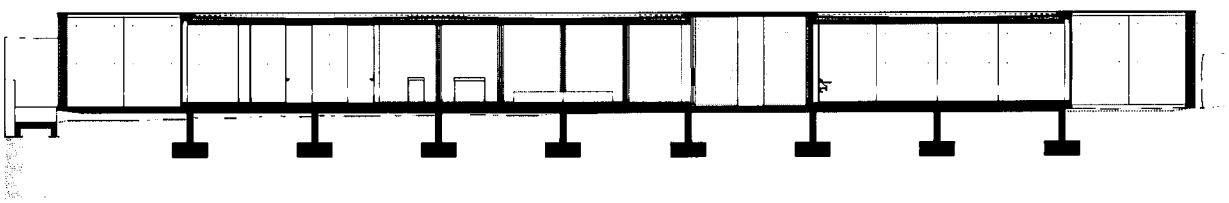


0 m 1 m 5 m

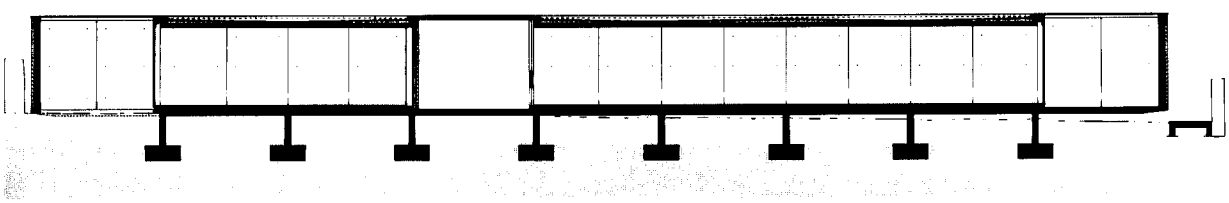
Planta do piso 0 | 1entrada principal 2alpendre 3recepção 4instalações sanitárias (deficientes) 5instalações sanitárias 6corredor 7gabinete de trabalho 8pátio/jardim 9zona de trabalho de apoio à arqueologia



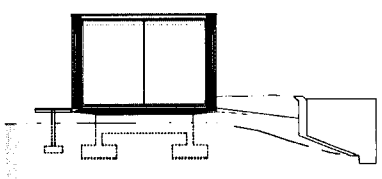
Corte aa'



Corte bb'

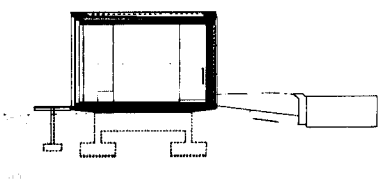


Corte cc'

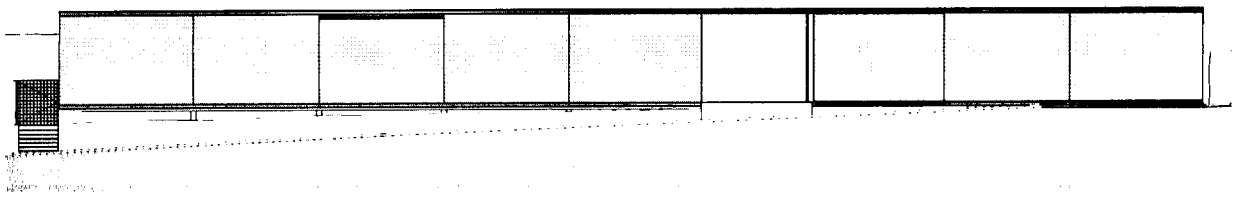


0 m 1 m 5 m

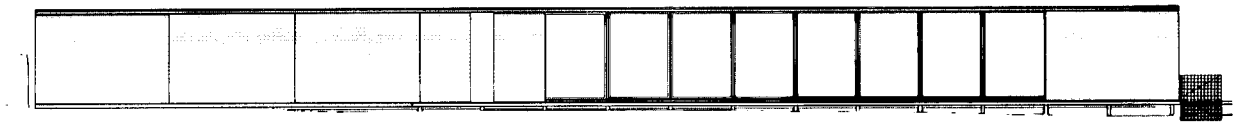
Corte dd'



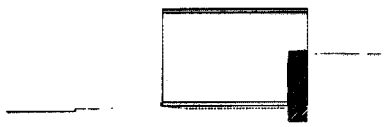
Corte ee'



Alçado Nascente



Alçado Poente



0 m 1 m 5 m

Alçado Norte



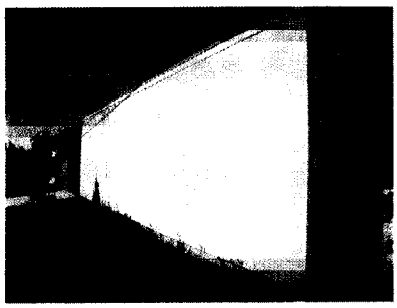
Alçado Sul



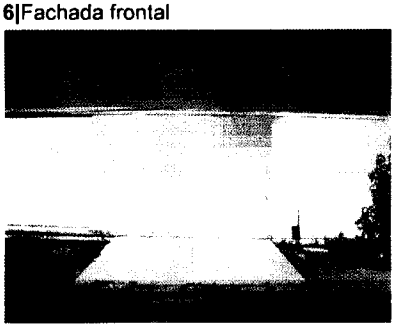
6|Fachada frontal



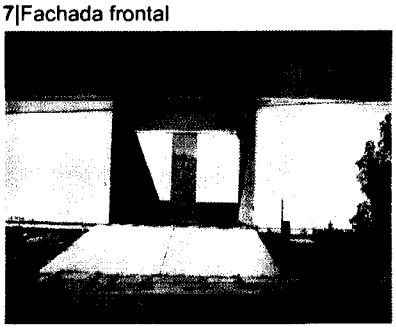
7|Fachada frontal



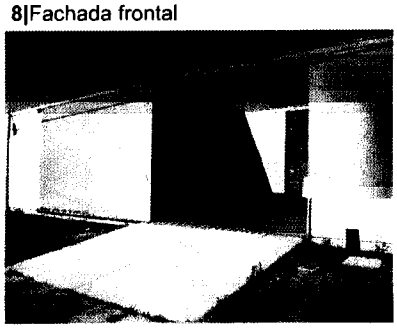
8|Fachada frontal



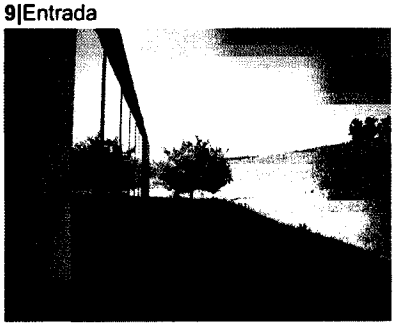
9|Entrada



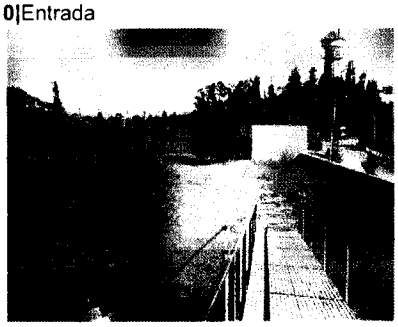
10|Entrada



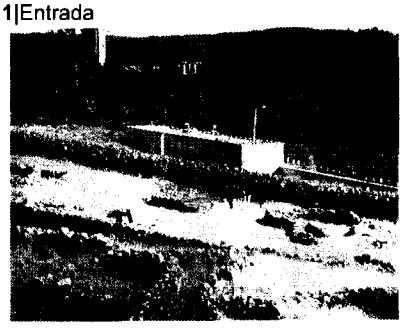
11|Entrada



12|Acesso à ruína



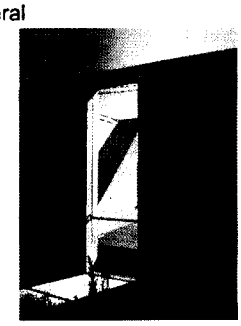
13|Fachada lateral



14|Vista a partir da ruína



15|Fachada postrior



16|Controle de acesso à ruína



17|Recepção



18|Recepção



19|Zona de trabalho



20|Pátio

Projecto | Edifício de apoio aos arranjos exteriores

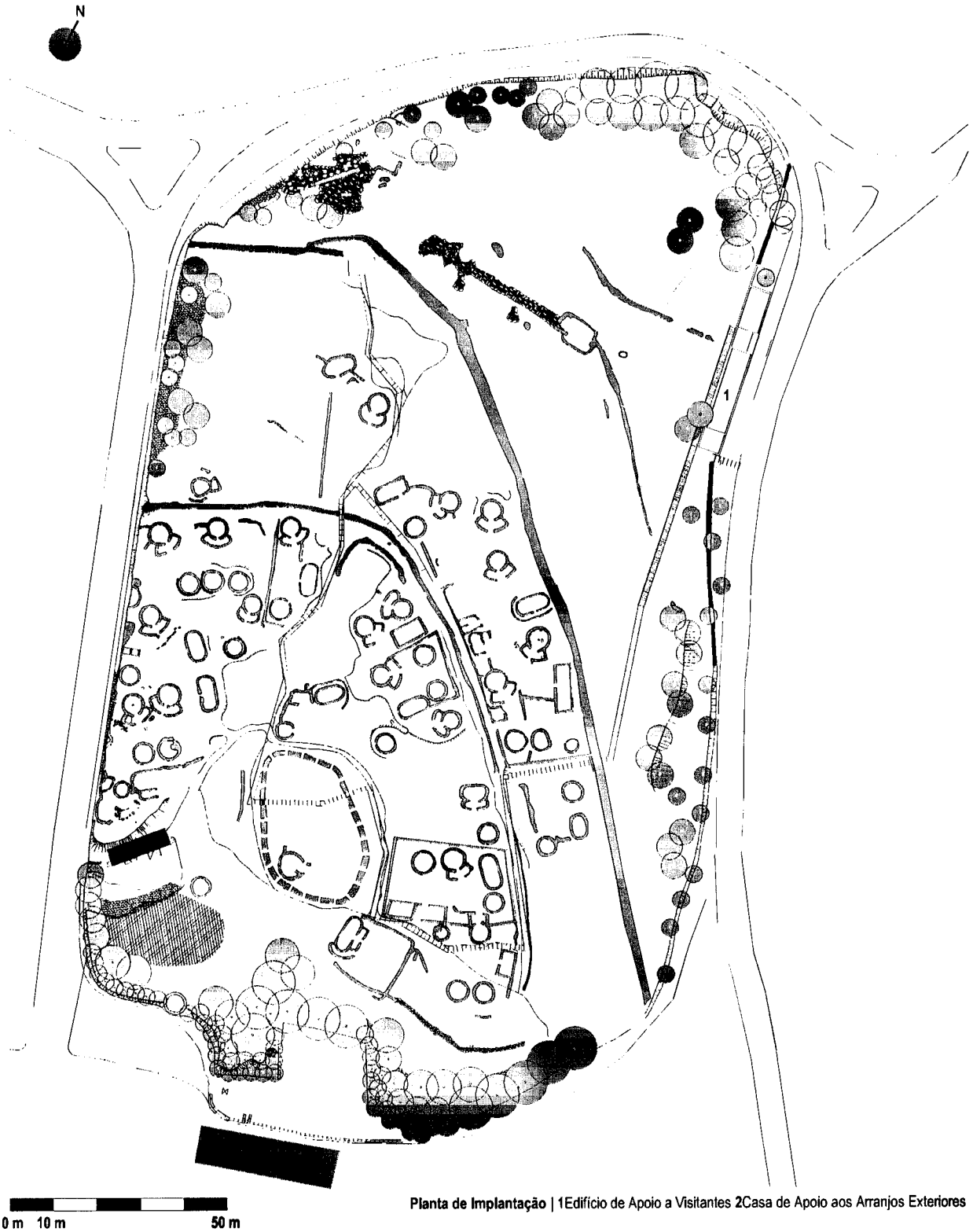
Autoria do Projecto de Arquitectura | Paula Santos | Arquitectura Sociedade Unipessoal, Lda (Paula Santos, Arquitecta)

Data do Projecto | 2002

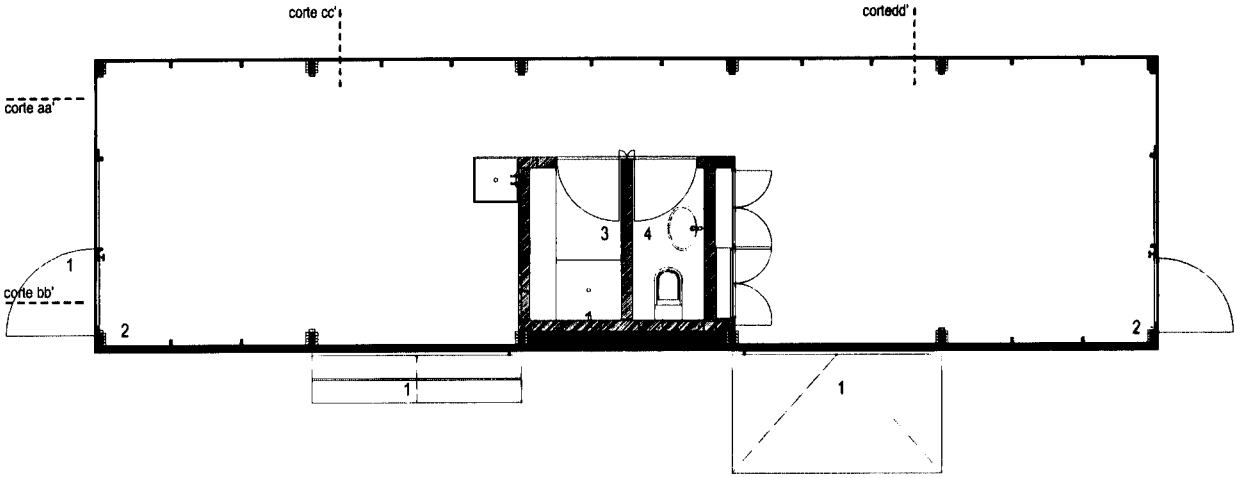
Fase de Projecto | Obra concluída em 2006

O edifício precedente, composto por duas habitações, com vista à criação de condições para vigilância permanente no local, deu lugar a uma nova intervenção, cujo programa consiste em funcionalidades de apoio à manutenção do sítio arqueológico.

Trata-se de um volume, cuja linguagem se traduz numa "caixa de madeira", "pousada" algures, a uma cota baixa da área arqueológica.

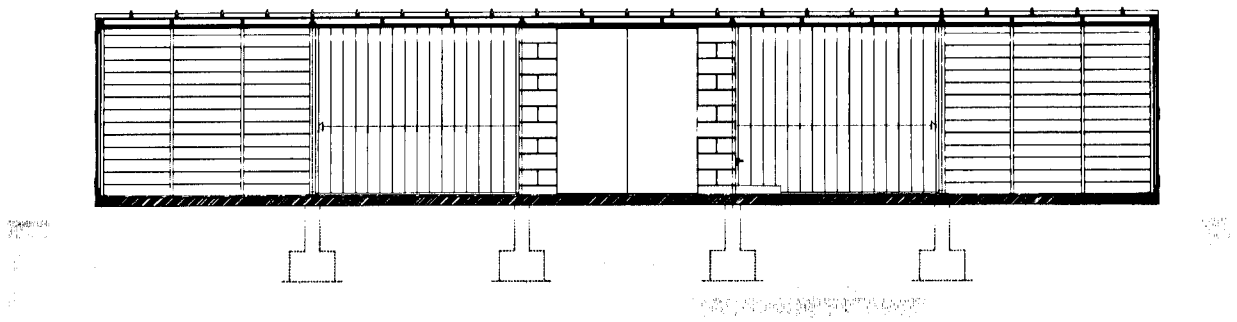


Planta de Implantação | 1Edifício de Apoio a Visitantes 2Casa de Apoio aos Arranjos Exteriores

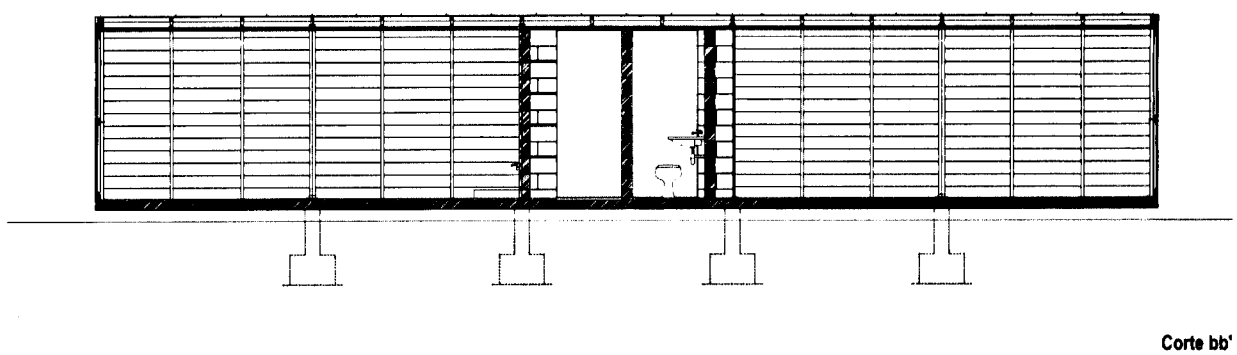


Sem Escala

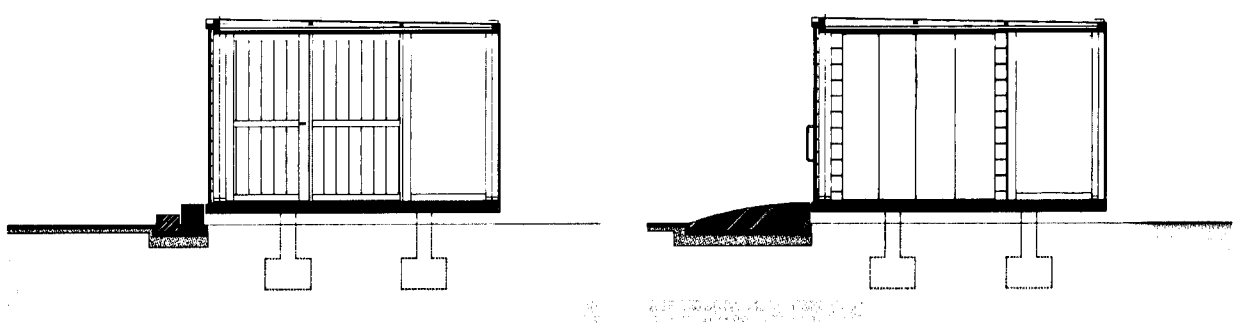
Planta do piso 0 | 1acessos 2espaço de apoio 3zona de chuveiro 4sanitários



Corte aa'



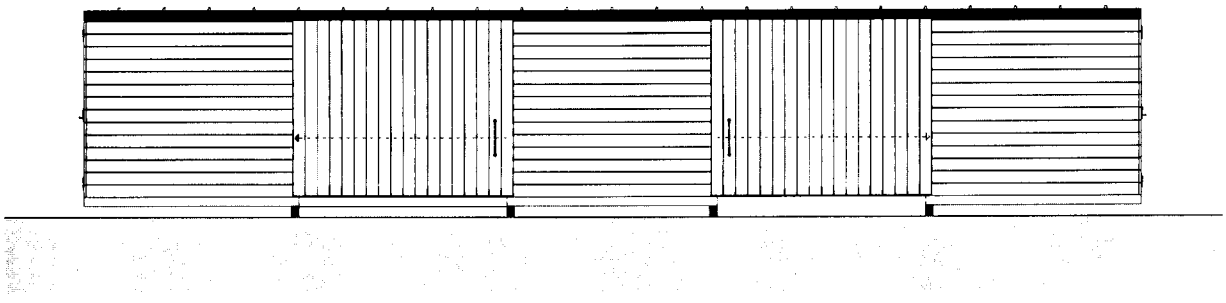
Corte bb'



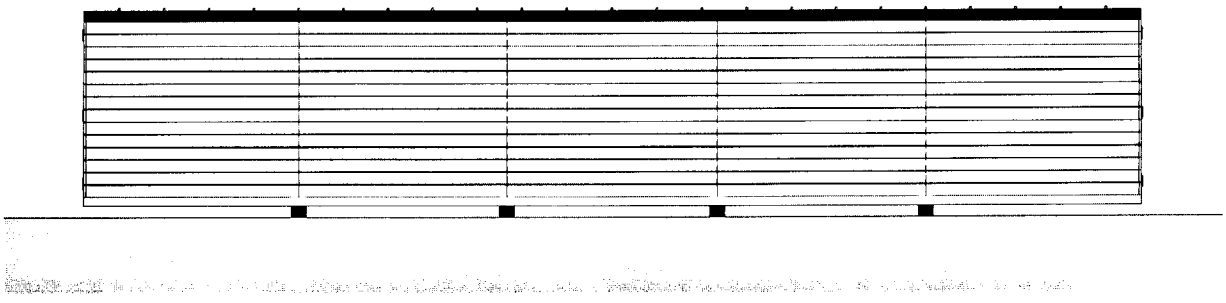
Sem Escala

Corte cc'

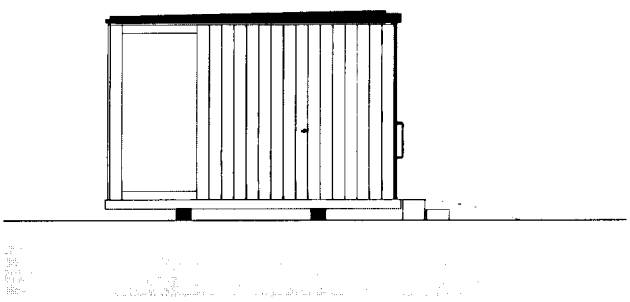
Corte dd'



Alçado Sudeste

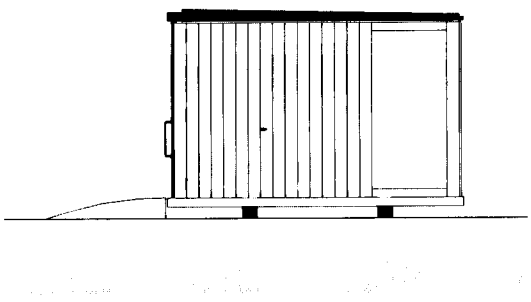


Alçado Noroeste



Sem Escala

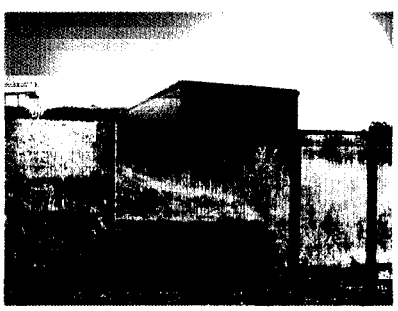
Alçado Sudoeste



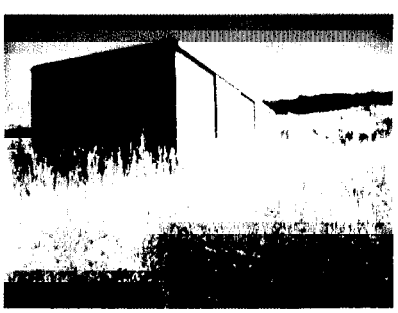
Alçado Nordeste



21|Vista geral



22|Edifício de apoio junto à via de acesso



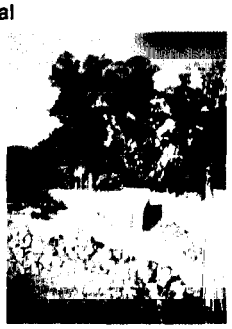
23|Fachada frontal



24|Edifício de apoio junto à via de acesso



25|Vista a partir do passadiço



26|Vista a partir do passadiço

Referências Específicas | (CASTRENOR, 2006); (PORTUGAL, 2000f); (PORTUGAL, 2001b); (SANTOS, 2007a); (SANTOS, 2007b).

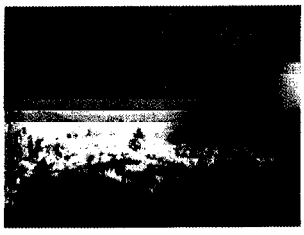
Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Paula Santos, Arquitecta – peças gráficas do projecto de arquitectura.

14. Castelo Velho de Freixo de Numão

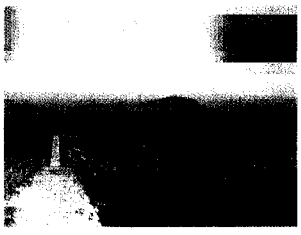




41°04'20.65"N 7°11'31.05"W **1|**Vista aérea



2|Ruína do Castelo Velho



3| Ruína do Castelo Velho



4| Ruína do Castelo Velho



5| Ruína do Castelo Velho

Designação do Sítio Arqueológico | Castelo Velho de Freixo de Numão

Protecção Legal | Imóvel em Vias de Classificação (por homologação do Ministério da Cultura de 3 de Fevereiro de 2005)

Localização | Freguesia de Freixo de Numão, Concelho de Vila Nova de Foz Côa, Distrito da Guarda

Endereço | Parque Arqueológico do Vale do Côa, AV. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 19ª, 5150-610 Vila Nova de Foz Côa

Tutela | Direcção Regional da Cultura do Norte

Responsável | Miguel Rodrigues, Arqueólogo

Descrição | O Castelo Velho implanta-se numa colina alongada, voltada a Nascente, sobre o Vale da Veiga, dominando uma vasta paisagem, da qual se sobressaem o Monte de S. Gabriel, bem como a Meseta e a Serra da Marofa.

Trata-se de um recinto edificado em alvenaria de xisto composta por argila, possuindo algumas aberturas, bem como algumas pequenas estruturas de planta sub-circular, associadas de forma aparentemente aleatória.

No interior do recinto é de registar uma plataforma circular, assim como várias pequenas estruturas pétreas.

Do lado exterior do recinto, é de mencionar a existência de muretes e rampa em argila e xisto, os quais se associam aos afloramentos rochosos, contribuindo par a monumentalização do conjunto.

O Castelo Velho constitui um "monumento pré-monumental", datado dos inícios do 3º milénio a.C., ao qual se seguiu uma importante fase de construção, em meados do mesmo milénio, traduzida num conjunto de edificações com recintos, plataformas, taludes, rampas, etc.

Durante os anos 1300/1200 a.C., o edifício foi reduzido à sua base pétrea e abandonado, pelo menos, no que se refere à sua significação anterior.

A configuração do monumento foi-se perdendo, recentemente, dado que as populações foram-se servindo da estrutura para as suas próprias construções, bem como pelo impacto produzido durante os anos noventa, com a plantação de eucalipto, esbatendo-se, assim, um sítio com muito significado de há 5000 e 4000 anos.

O Castelo Velho poderia ter sido um centro comunitário de referência identitária para as populações agro-pastoris que habitavam em redor, sendo que poderia viver na estrutura uma elite encarregue da orgânica do lugar.

Um edifício deste carácter, poderia ter razão de ser, pois a sua visibilidade significaria a continuidade da própria existência da comunidade que o construiu.

É de supor que este tipo de estruturas poderia constituir um pólo inserido numa rede que incluía outros sítios do mesmo tipo, existindo eventualmente, um intercâmbio, à distância, entre as populações e respectivas elites, (PORTUGAL, s.d.[d], s.p.).

Histórico | O Castelo Velho de Freixo de Numão foi descoberto por António Sá Coixão no final dos anos oitenta, passando a ser alvo de estudos arqueológicos, em 1989, no âmbito dos então Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro, sob a direcção de Susana Oliveira Jorge.

Foram realizadas campanhas de trabalhos desde 1989 até ao ano 2000, totalizando onze campanhas, trabalhos que foram apoiados, ao longo do tempo, por várias entidades, como o IPPC/IPPAR, JNICT, ACDR de Freixo de Numão, PROCÔA, IPA, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa e Junta de Freguesia de Freixo de Numão.

Susana Oliveira Jorge apresentou ao IPPAR, em Janeiro de 1998, uma proposta de classificação do sítio como imóvel de interesse público encontrando-se em vias de classificação.

A empresa CELBI, na qualidade de proprietária, cedeu ao Estado, em 2000, o terreno detentor do monumento e respectiva envolvente, passando a estar afecto ao IPPAR.

Em 2001, o IPPAR formalizou uma candidatura ao Programa Operacional da Região do Norte, Eixo Prioritário III, Medida 3.9. – Cultura, com vista à valorização do sítio, através da investigação arqueológica e musealização, (PORTUGAL, 2001c, s.p.).

Objectivos Gerais | Os objectivo da candidatura apresentada em 2001, com o projecto *Castelo Velho de Freixo de Numão*, visavam, sobretudo, a intervenção arqueológica, bem como a musealização do sítio.
A valorização do sítio passaria pela criação de condições para visita, o restauro e exposição dos conteúdos recolhidos, a informação que permitisse a compreensão do sítio e, finalmente, a produção de material de divulgação, dirigido ao turista nacional e estrangeiro, bem como a estudiosos das questões arqueológico/históricas.
Por outro lado, pretendeu-se fazer do Castelo Velho de Freixo de Numão um pólo de desenvolvimento da região, procurado por residentes e forasteiros.
Com o projecto *Castelo Velho de Freixo de Numão*, pretendeu-se não só valorizá-lo paisagisticamente, mas também ordenar e qualificar as visitas ao local, (PORTUGAL, 2001c, s.p.).

Concepção como Estratégia de Gestão | As acções definidas no projecto *Castelo Velho de Freixo de Numão*, traduziram-se, numa primeira instância, numa tentativa de intervenção de carácter ostensivo, uma vez que a beleza e interesse do sítio não deveriam ser secundarizados por valores estranhos que lhes sobrepusessem. No entanto, reconhecida a complexidade das exigências a que se teria de dar resposta, impôs-se uma intervenção menos minimalista que o desejável.
Assim, a configuração do sítio foi definida pela necessidade de reter o estacionamento para dez viaturas nas proximidades do monumento, a partir do qual se acede a um percurso pedonal definido com calçada à portuguesa, evidenciando e permitindo o seu uso confortável, dirigido para o monumento, ao longo do qual se define a implantação de uma estrutura de recepção, onde se procede a uma primeira abordagem global do sítio.
No seguimento do percurso, o caminho culmina num espaço antecedente ao monumento, lugar de onde se obtém informação adicional através de guia ou painel informativo.
Em contacto com o monumento, o visitante é desencorajado a pisar a área central do mesmo, dada a definição de uma área interdita e, simultaneamente, a criação de uma base artificial que valoriza o desenho das estruturas construídas, procedendo-se, por outro lado, ao enriquecimento do percurso, através de um outro caminho que circunda o monumento pelo lado Sul, (PORTUGAL, 2001c, s.p.).

Projecto | Centro de Acolhimento
Autoria do Projecto de Arquitectura | Atelier 15, Arquitectura Lda (Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, Arquitectos)
Data do Projecto | Janeiro 2003
Fase de Projecto | Obra concluída em 2007
Com o projecto de intervenção em Castelo Velho de Freixo de Numão pretendeu-se a valorização da paisagem, bem como a qualificação das visitas ao local.

Antes de qualquer intervenção, o projecto de valorização e musealização teve como objectivo a reposição da paisagem natural, pretendendo-se a compreensão do monumento.

Com vista à minimização do impacto da intervenção, face ao contexto, o primeiro gesto consistiu no tratamento do acesso automóvel, o qual foi retido num parque de estacionamento, destinado a doze viaturas, contido num desenho de muros, a partir do qual se inicia o percurso pedonal dirigido para o edifício de acolhimento.

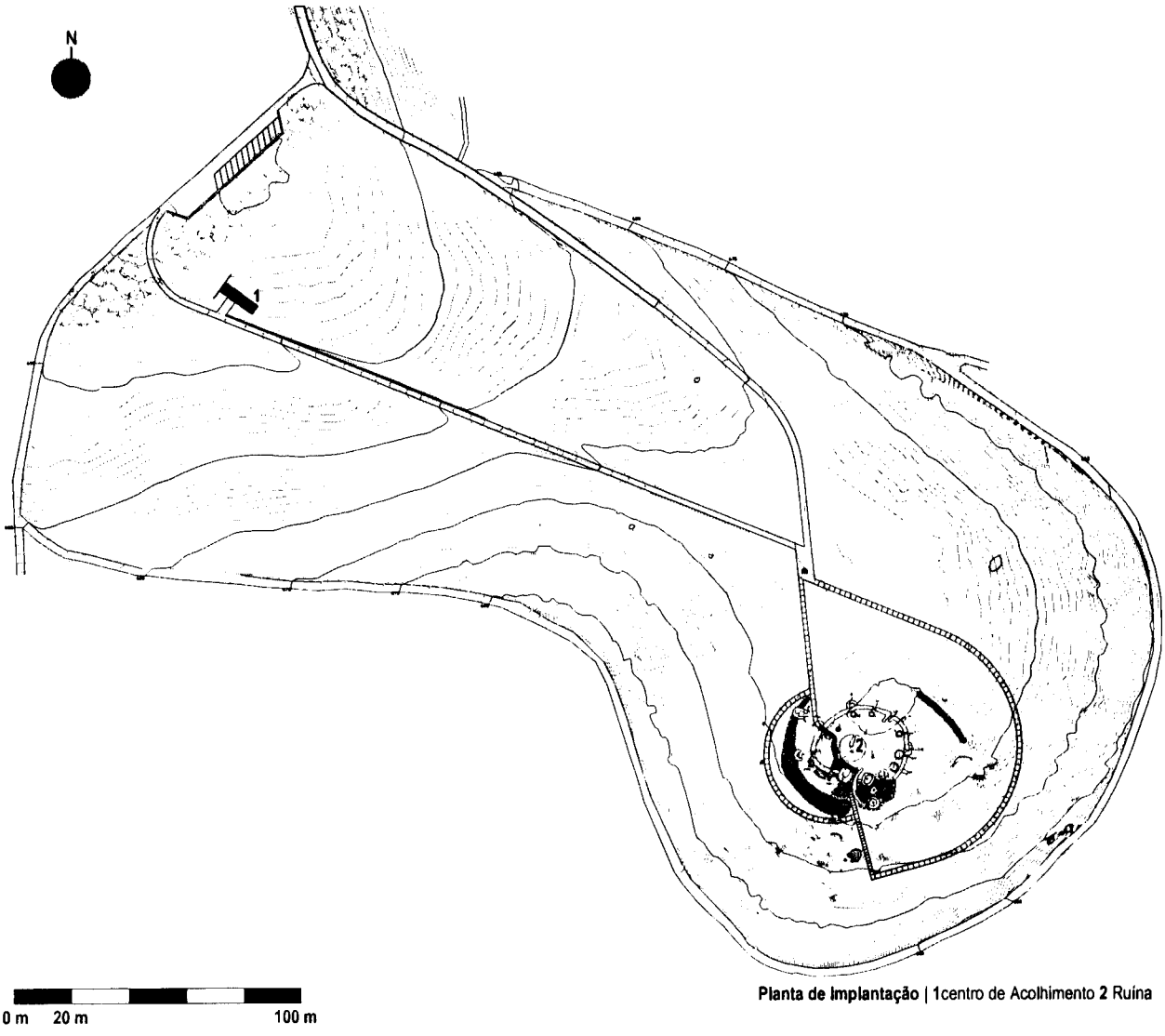
A estrutura de acolhimento consiste numa espécie de atalaia de secção quadrada, materializada através de estrutura metálica e revestida a madeira, assumindo uma linguagem contemporânea, de modo a distinguir-se claramente do contexto local.

O novo edifício integra, no piso térreo, um espaço de acolhimento, exposição, informação e instalações sanitárias, a partir do qual se tem acesso a uma caixa de escadas que, por sua vez, dirige para o piso superior que, em balanço, detém uma área para usufruição visual da paisagem envolvente.

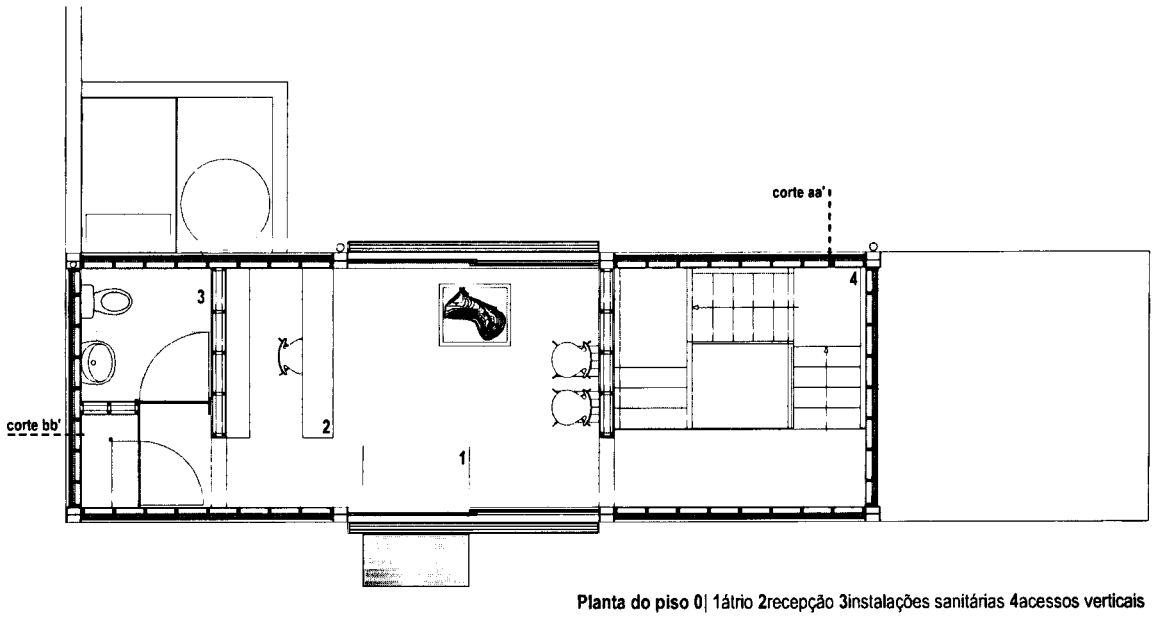
A partir do edifício de acolhimento, prossegue-se o caminho pedonal até ao monumento, junto do qual conflui um outro percurso para acesso condicionado a viaturas, onde se encontra um painel informativo para interpretação das ruínas.

O equipamento a integrar a área de acolhimento, foi previsto, sob a forma de duas maquetas e painéis para identificação e interpretação do monumento, os quais se aplicaram nos diferentes pisos da torre e na varanda, cujo conteúdo foi da responsabilidade da direcção científica da escavação.

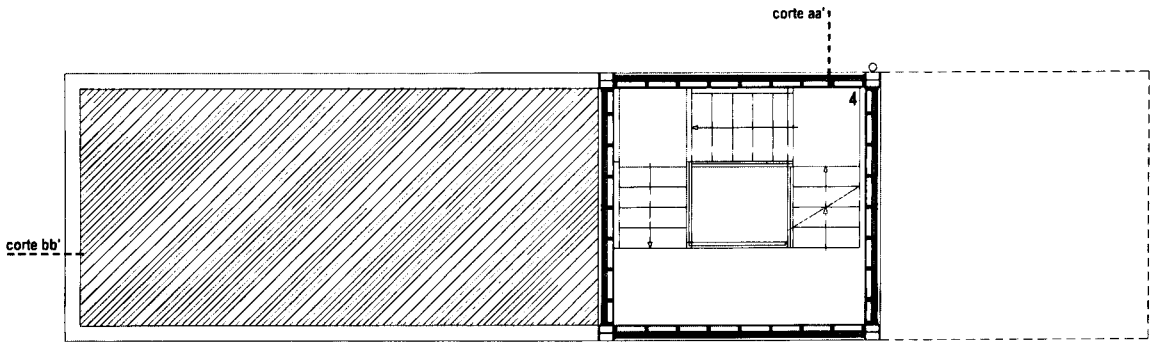
Junto ao monumento, foi concebido um percurso sobrelevado, de modo a repor o terreno na sua originalidade, bem como para observação do monumento a partir de uma cota mais baixa, incorporando-se por tábuas de madeira suportadas por uma estrutura metálica, (COSTA, 2003, s.p.).



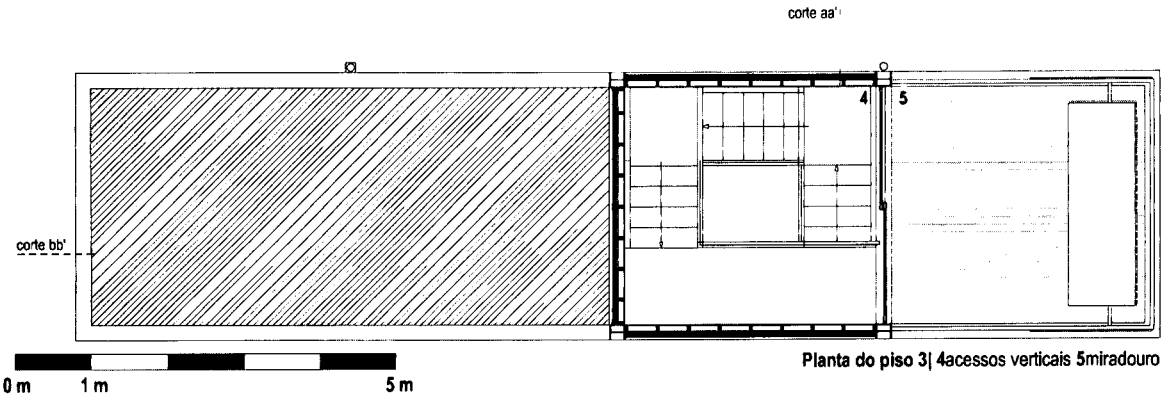
Planta de implantação | 1centro de Acolhimento **2** Ruína



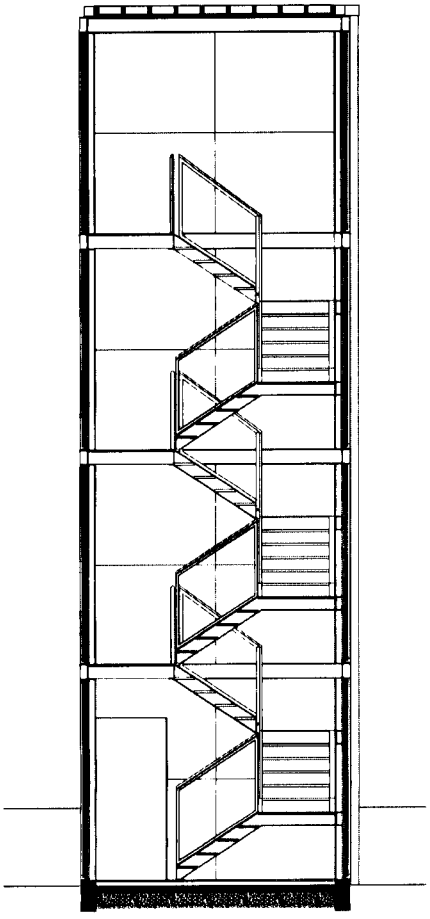
Planta do piso 0| 1átrio 2recepção 3instalações sanitárias 4acessos verticais



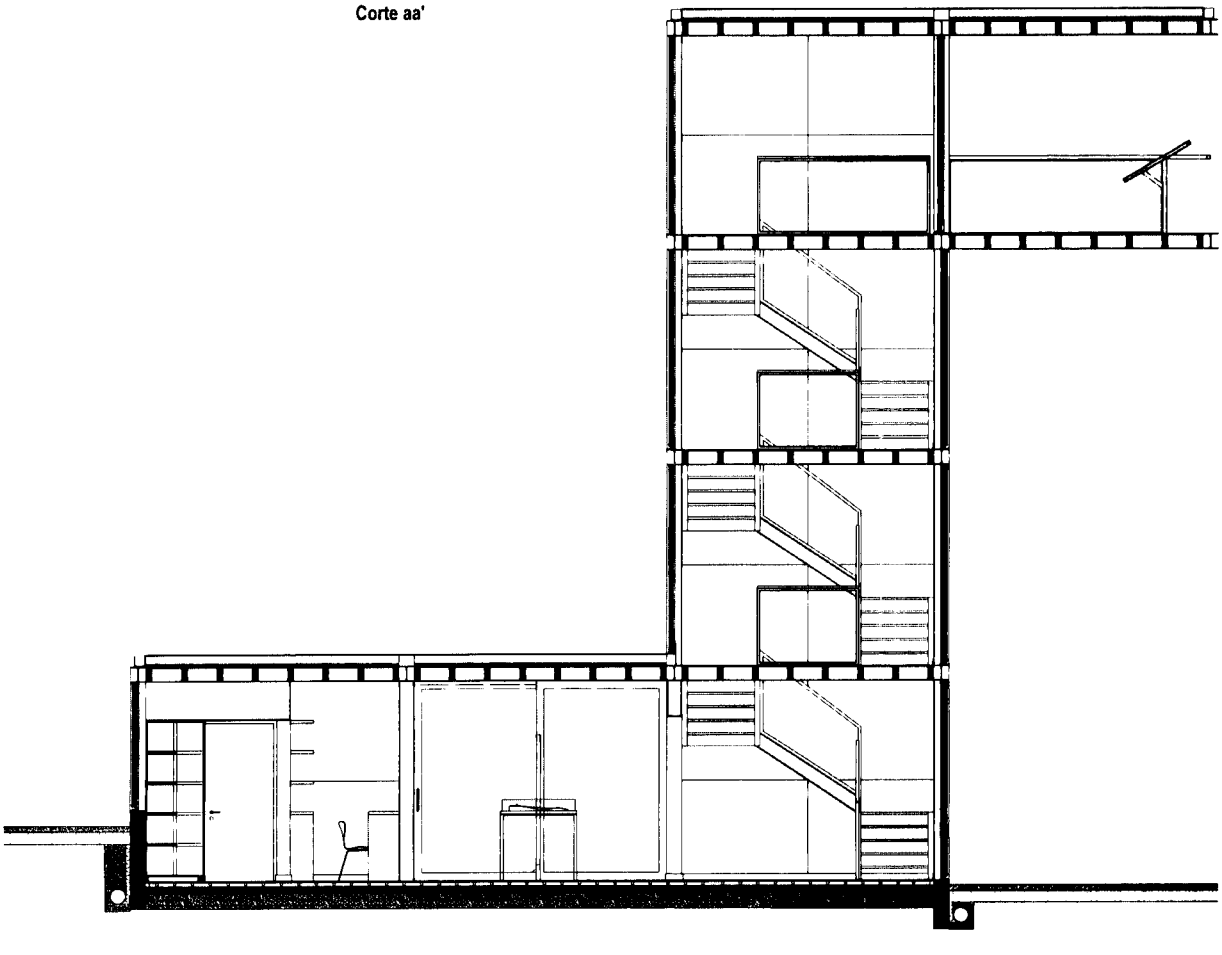
Planta do piso 1 e 2| 4acessos verticais



Planta do piso 3| 4acessos verticais 5miradouro

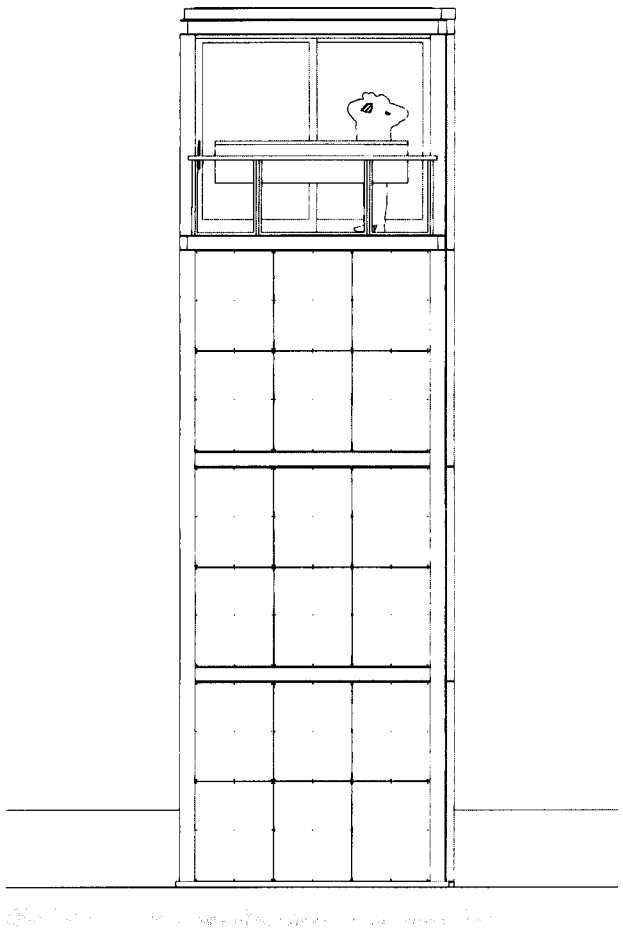


Corte aa'

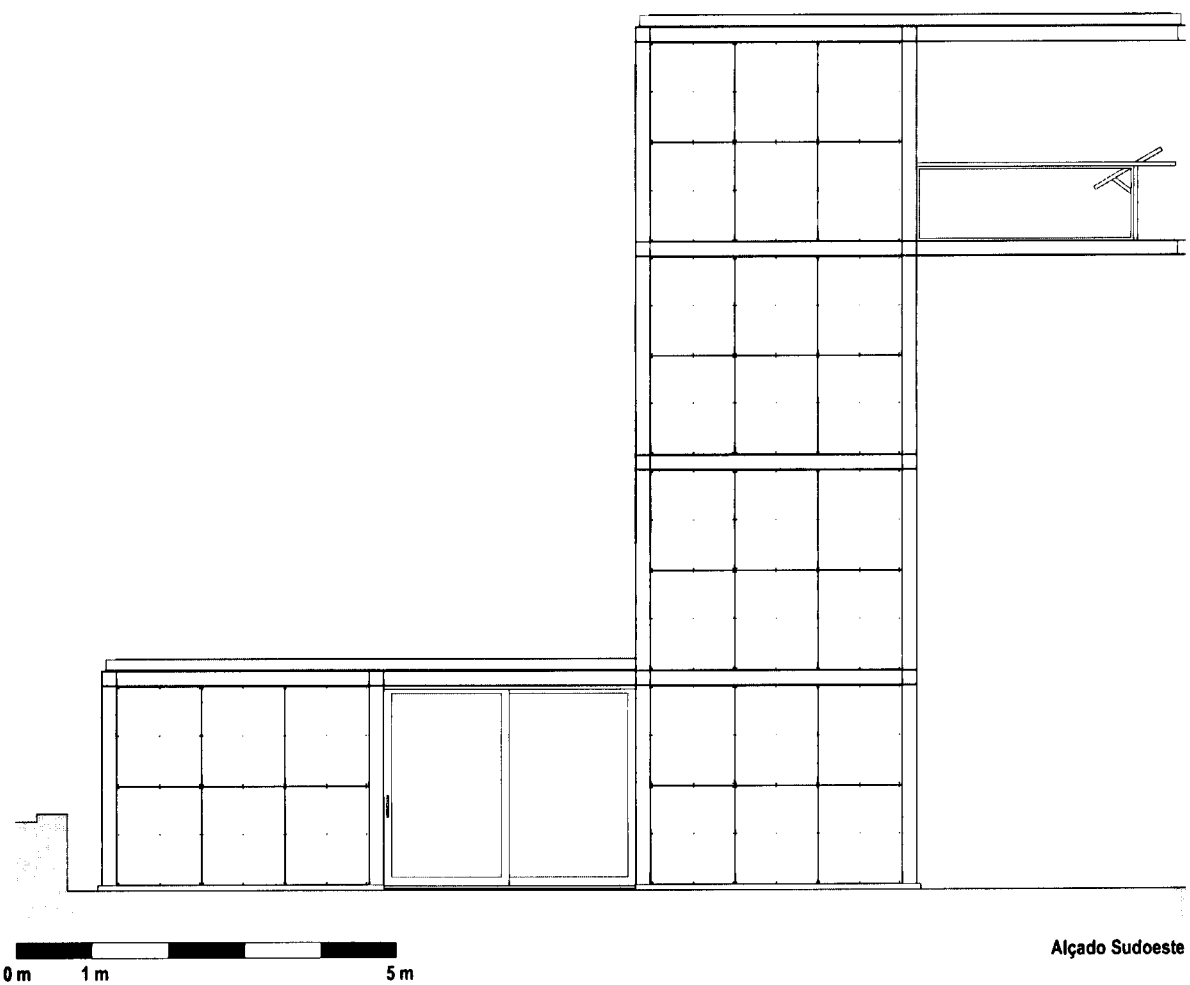


0 m 1 m 5 m

Corte bb'



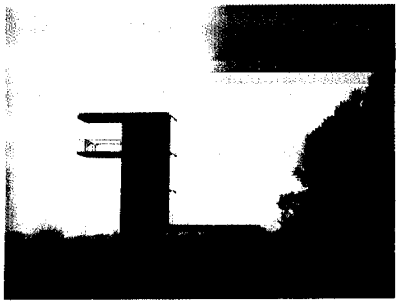
Alçado Sudeste



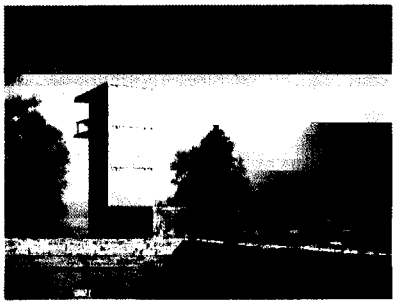
Alçado Sudoeste



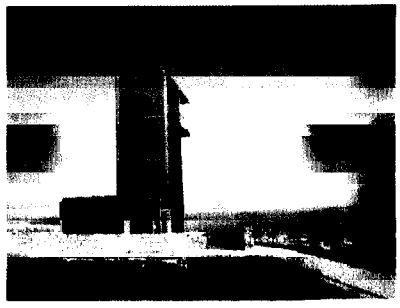
6|Vista geral do sítio



7|Aproximação ao local



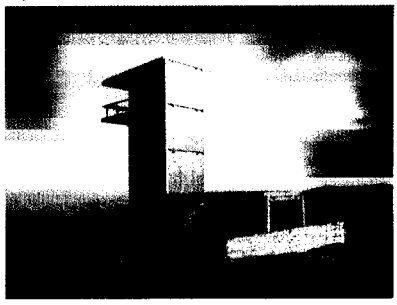
8|Vista a partir do parque auto



9|Equipamento potuando o percurso



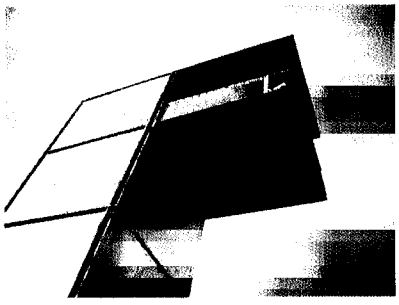
10|Fachada lateral (entrada)



11|Fachada lateral



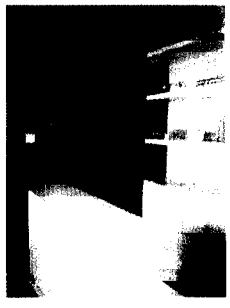
12|Fachada frontal (voltada para a ruína)



13|Ponto de observação



14|Pátio exterior



15|Recepção

Referências Específicas | (COIXÃO, 2005); (COSTA, 2003); (PORTUGAL, s.d.[d]); (PORTUGAL, 2001c).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Atelier 15, Arquitectura Lda – peças gráficas do projecto de arquitectura.

15. Citânia de Briteiros





41°31'39.58"N 8°18'58.49"W

1|Vista aérea



2|Edifício balnear



3|Zona habitacional



4|Estruturas reconstruídas



5|"A Casa do Conselho"

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Citânia de Briteiros

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto de 16 de Junho de 1910)

Localização | Freguesia de S. Salvador de Briteiros, Concelho de Guimarães, Distrito de Braga

Endereço | Citânia de Briteiros, Monte de S. Romão, S. Salvador de Briteiros, 4800 Guimarães

Tutela | Sociedade Martins Sarmento

Responsável | Museu da Sociedade Martins Sarmento

Descrição | Trata-se de um povoado fortificado proto-histórico romanizado, de grande dimensão, ocupando um maciço montanhoso de média altitude, no qual se salienta o Monte de S. Romão, na margem direita do Rio Ave, estendendo-se entre as freguesias de S. Salvador de Briteiros e de Domim.

A ocupação proto-histórica do monte, durante a II Idade do Ferro, revela-se com maior expressão e monumentalidade nos vestígios arqueológicos. No entanto, o Monte de S. Romão demonstra a memória de diversos tempos, desde o Neolítico Final até à Idade Média, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2007, 8-10).

Anterior à ocupação proto-histórica, há a registar, no Monte de S. Romão, a chamada Arte do Ciclo Atlântico, sob a forma de rochas com gravuras que remetem para o período pré-histórico.

Apesar da destruição de numerosas superfícies gravadas devido à ocupação proto-histórica, surgem, no entanto, nas encostas e no cume do Monte de S. Marçal várias rochas gravadas, sendo de relevar o "Penedo dos Sinais", assinalado por Francisco Martins Sarmento, datado do Neolítico Final, segundo António Martinho Baptista. Um outro penedo na "Bouça da Quinta do Paço", constitui um exemplo de referência, possivelmente do mesmo período.

No entanto, segundo outros investigadores, estas gravuras podem ser consideradas mais recentes, podendo estar inseridas na Idade do Bronze, embora se mantenha o significado simbólico e sagrado, proveniente da simbologia abstracta com predominância de círculos simples concêntricos e motivos complexos, os quais se articulam de forma a integrarem painéis que se complementam, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2007, 22-30).

A citânia ocupa uma área de 24 hectares e detém uma estrutura defensiva composta por três linhas de muralhas, complementadas com uma quarta linha, a Noroeste, e dois fossos escavados na rocha, sendo que as muralhas foram construídas sob a forma de paramento duplo com aparelho irregular, facetados em ambos os lados, sendo o interior preenchido com pedra solta e areão, apresentando espessuras entre os 2 e os 3 metros, podendo atingir alturas até aos 4 metros, aproximadamente.

De referir a existência de escadas e de rampas de acesso às muralhas, não tendo sido encontrados vestígios de torreões, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2007, 50).

Foram identificadas cento e quatro unidades domésticas, agrupadas em pequenos conjuntos, configurados pela malha de arruamentos.

Briteiros apresenta uma malha urbana tendencialmente ortogonalizada, dada a leitura dos eixos principais, aos quais se associam um conjunto de vielas secundárias que conferem ao aglomerado um carácter irregular, sendo que tal configuração se deve ao Proto-Urbanismo implementado, também noutros sítios da II Idade do Ferro.

Briteiros é fruto de princípios urbanistas baseados na ortogonalidade, adaptada à morfologia do terreno, bem como às pré-existências, as quais se mantiveram intactas ou foram reformuladas, adaptadas ou destruídas, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2007, 58).

Um outro aspecto a salientar da organização urbana, prende-se com a nítida diferenciação entre espaços públicos e privados, salientando-se, para além das ruas, dos espaços públicos abertos, as muralhas, as fontes e as estruturas de banho, a "Casa do Conselho", tratando-se de um edifício circular, com cerca de 11 metros de diâmetro, e um banco corrido ao longo da parede interior. Trata-se de um edifício, ao qual se associa uma certa simbologia na organização do espaço, dada a sua

localização junto da primeira muralha, numa zona ampla, com grande capacidade de controlo visual sobre o território de influência. A "Casa do Conselho" está ligada a um exercício de poder, com uma forte componente estratégica no seu posicionamento, inserida numa área pública.

Destaca-se, também, o templo cristão medieval, primitiva capela de S. Romão, com uma necrópole de inumação anexa, reflexo de uma reocupação da Alta Idade Média.

Os edifícios de banho marcam presença em Briteiros em, pelo menos, dois locais, sendo um no sopé da encosta, a Sudeste, e o outro a Nordeste.

No interior da segunda muralha, a Sudoeste, localiza-se o balneário, o qual era alimentado a partir de uma conduta em pedra que, partindo de uma nascente, no extremo Noroeste da acrópole, descia até à rua principal da citânia, recolhendo as águas pluviais e alimentando uma fonte artificial. A estrutura balnear conserva ainda a fornalha, a câmara de sauna, o vestiário e o pátio exterior lajeado, bem como alguns elementos da cobertura, e a incontornável *pedra formosa* situada entre a câmara de sauna e o vestiário.

Um outro balneário, ainda mais imponente, compunha a citânia, apenas se conhecendo a *pedra formosa* com a sua exuberância decorativa, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2007, 62-69).

Relativamente aos espaços privados, há a considerar que cada bairro se compõe por diferentes unidades domésticas, sendo que cada unidade está inserida num pequeno grupo de edifícios dispostos em torno de um pátio, normalmente lajeado e onde se abriam todas as portas.

Normalmente, cada unidade habitacional é constituída por uma a três estruturas circulares, das quais, uma assume a função de destaque, e várias outras de cariz angular, ocupando o espaço restante, ou adossadas aos muros que delimitam os conjuntos habitacionais.

Supõe-se que cada estrutura assumia funções distintas, tais como habitat, armazém, oficina ou estábulo.

Cada estrutura doméstica possui traços individualizados, os quais permitem a distinção entre os diferentes conjuntos, nomeadamente no que se refere à percentagem relativa de construções circulares/rectangulares e pela disposição e diferenciação no aparelho das pedras, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2007, 78-84).

O Histórico | Numa época em que eram ausentes as orientações para a leitura do objecto a estudar, bem como para os métodos e as técnicas de investigação em arqueologia, a curiosidade e o interesse de Francisco Martins Sarmento permitiram o desenvolvimento de um projecto pioneiro de investigação e conservação, assim como um primeiro ensaio de "Parque Arqueológico", sendo que, deste modo, Briteiros adquiriu muita relevância no contexto da arqueologia em Portugal.

Martins Sarmento, a partir de 1874, fomentou a realização de campanhas anuais de escavação, as quais viriam a justificar a compra da quase totalidade da área ocupada pelo povoado, sendo que grande parte das ruínas da acrópole foram postas a descoberto, durante as campanhas de Sarmento.

Do referido conjunto da acrópole, existe um levantamento topográfico do Engenheiro Álvaro Castelões, executado em 1892, bem como textos e fotografias tiradas por Martins Sarmento, tendo sido um dos pioneiros da fotografia científica em Portugal.

Depois de 1910, aquando da classificação como Monumento Nacional, a Sociedade Martins Sarmento prosseguiu a investigação sobre a Citânia de Briteiros, bem como do Castro de Sabroso, com maior expressão entre os anos trinta e sessenta, do século XX, sob a orientação de Mário Cardoso.
Em 1930 foi construída na Citânia de Briteiros a Casa do Guarda, configurando a linguagem da arquitectura do Estado Novo.
Na década de setenta, Armando Coelho da Silva e Rui Centeno desenvolveram sondagens arqueológicas na zona Nordeste de Briteiros, junto à primeira muralha, sendo que, mais recentemente, em 2002, se efectuaram sondagens prévias à construção da Casa de Acolhimento. Em 2005 e 2006 desenvolveram-se sondagens pontuais na zona da acrópole, na chamada Casa da Espiral.
Apesar de sucessivos trabalhos arqueológicos e numerosas referências bibliográficas, subsistiram importantes questões por clarificar e muita informação por ordenar, ao ponto de a gestão do sítio, elaborar, em 2004, um projecto de estudo, valorização e divulgação da Citânia de Briteiros, constituindo um projecto desenvolvido à luz de critérios actuais, o qual se enquadra no âmbito das atribuições da Casa Sarmento (Universidade do Minho) com o apoio e colaboração da Sociedade Martins Sarmento, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2007, 14-20).
O projecto de valorização do sítio resultou numa nova Casa de Acolhimento, fruto da candidatura ao Programa Operacional da Região Norte, no sentido de substituir a Casa do Guarda, construída na citânia em meados dos anos trinta, a qual se revelara inadequada à função de recepção e apoio aos milhares de visitantes que anualmente frequentavam o lugar. A par das questões funcionais, havia que resolver questões formais, através da remoção de um elemento, cuja volumetria interferia na leitura do sítio arqueológico.
O projecto "Procitânia de Briteiros" visou completar a operação de tratamento, conservação, restauro e divulgação da Citânia de Briteiros iniciada com a antecedente candidatura designada de "Centenário de Martins Sarmento", a qual se aplicou parcialmente, cuja aprovação integrou o QCA II, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2006, s.p.).

Objectivos Gerais | A candidatura ao Programa Operacional da Região Norte, Eixo Prioritário III, Medida 3.9 – Cultura, teve como objectivo a afirmação da estação arqueológica como um expressivo pólo de atracção de turismo cultural, integrando o progresso do Vale do Ave, visitada por milhares de pessoas, anualmente.
Com as acções desenhadas no processo de candidatura, a Sociedade Martins Sarmento pretendeu garantir a salvaguarda e valorização da citânia, com efeitos estendidos a outra áreas de desenvolvimento, prevendo-se a criação de novos postos de trabalho em diversos sectores e um acréscimo da afluência de turistas, (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2006, s.p.).

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | No que se refere à Casa de Acolhimento e Apoio da Citânia de Briteiros, incluída nas acções a levar a cabo, no âmbito da mencionada candidatura, de referir que o programa desenhado integrava um hall de entrada, uma recepção com controlo, um conjunto de sanitários de serviço ao público, uma sala de chá, incluindo o balcão e copa de apoio, uma arrecadação, arrumos, e ainda, um espaço complementar que pudesse funcionar, quer para a

possibilidade de albergar a residência do guarda, quer como sala de trabalho e de apoio ao estudo de objectos arqueológicos.

A existência de uma sala com projecção audiovisual foi posta em causa, aquando da definição do programa, no entanto, os elementos directivos da Sociedade Martins Sarmento optaram pela não inclusão desse espaço na Casa de Acolhimento e Apoio, uma vez que se previa a instalação desse programa (audiovisual) nas instalações do Solar da Ponte, a partir do qual se daria início ao programa de visita à estação arqueológica da Citânia de Briteiros.

A necessidade do novo edifício surge na sequência das parcas condições do edifício de apoio existente, para as funções de acolhimento e habitação do guarda, assinalando-se, também, o facto de o mesmo se assumir com grande relevância no contexto das estruturas exumadas.

Nesse sentido, durante o processo de desenvolvimento do projecto, concluiu-se sobre a necessidade de se criar uma estrutura que conferisse menos impacto perante o conjunto arqueológico, que tirasse partido da envolvente e cuja localização permitisse o controlo de entradas no recinto, (ANTUNES, 2003, 1-5).

Projecto | Casa de Acolhimento e Apoio da Citânia de Briteiros

Autoria do Projecto de Arquitectura | Crear Morfosis (Manuel Antunes e Carlos Fonseca, Arquitectos)

Data do Projecto | Janeiro de 2003

Fase de Projecto | Obra concluída

O Projecto de Arquitectura para o Casa de Acolhimento e Apoio relativo à Estação Arqueológica da Citânia de Briteiros foi desenvolvido na sequência de diversos contactos entre os membros da Sociedade Martins Sarmento, representantes do IPPAR e o autor do Projecto de Arquitectura.

A partir de tais contactos foram definidas especificidades de abordagem ao projecto, tanto de ordem funcional e orgânica, como no campo da linguagem, volumetria e definição da implantação do edifício, no sentido de se estabelecer critérios de relação com a paisagem.

Ao nível da implantação, o Edifício de Acolhimento e Apoio surge na sequência da morfologia do terreno, tirando partido dos seus afloramentos rochosos e, por outro lado, procura uma relação privilegiada com a paisagem panorâmica envolvente. Deste modo, a referida implantação e localização do edifício permitem a sua discrição perante a envolvente dos vestígios da citânia, ali ao pé.

Por outro lado, a localização da nova edificação prendeu-se com as questões da acessibilidade, associando-se a uma plataforma existente, a qual surge após um percurso geralmente pedonal, desde a Estrada Nacional 101, entre Guimarães e Braga.

A nova volumetria, surgindo na sequência da referida plataforma e encostando no rochedo existente, constitui, assim, um elemento de controlo no percurso de acesso à estação arqueológica a visitar, sendo que um expressivo muro de alvenaria de granito constitui o mote para a identificação do sítio, bem como se associa ao percurso de acesso à referida estação, passando pela entrada, sendo imperioso o atravessamento interior.

No que se refere ao programa e orgânica interior, de mencionar a existência de um hall de entrada, uma recepção e controle das entradas, um conjunto de sanitários dirigidos ao público, uma sala de

chã, incluindo um balcão e copa de apoio, uma arrecadação e uma área destinada a albergar a residência do guarda, ou para funcionar como sala de trabalho associada ao estudo dos objectos arqueológicos.

O programa do Edifício de Acolhimento e Apoio desenvolve-se em dois pisos, sendo que a recepção, os sanitários e a sala de chã compõem o rés-do-chão. A este nível, importa referir que o hall de entrada se relaciona com o balcão contínuo, permitindo a exposição de cartazes, folhetos, publicações, a recepção, controle e venda de bilhetes, sendo que, do lado oposto, se propõe um conjunto de painéis expositivos dispostos continuamente. Ao nível do rés-do-chão há ainda a referir os espaços exteriores, os quais constituem o prolongamento dos espaços interiores, procurando estabelecer uma relação com a paisagem.

O programa complementar (arrecadação, arrumos e sala de trabalho ou casa do guarda) localiza-se no piso da semi-cave, cujo acesso se concretiza através de uma escada interior, de acesso directo à recepção/bar (interiormente), bem como através de uma rampa exterior que articula a casa do guarda com a plataforma antecessora à entrada do edifício (exteriormente).

O Projecto de arquitectura foi desenvolvido com base na pretensão de tornar o novo edifício num valor de referência de modernidade, aplicando-se os materiais e técnicas construtivas contemporâneas.

Construtivamente, na sua generalidade, o projecto de arquitectura definiu um processo corrente, salientando-se os elementos estruturais visíveis, compostos por tubulares de ferro galvanizado, compondo uma estrutura porticada e recticulada, assentando, sobre a mesma, a laje de tecto aligeirada e consolas em betão maciço, tal como os muros de suporte interiores.

Os muros exteriores, bem como a parede interior que configura o espaço da recepção, foram compostos por alvenaria de granito acabado a pico fino.

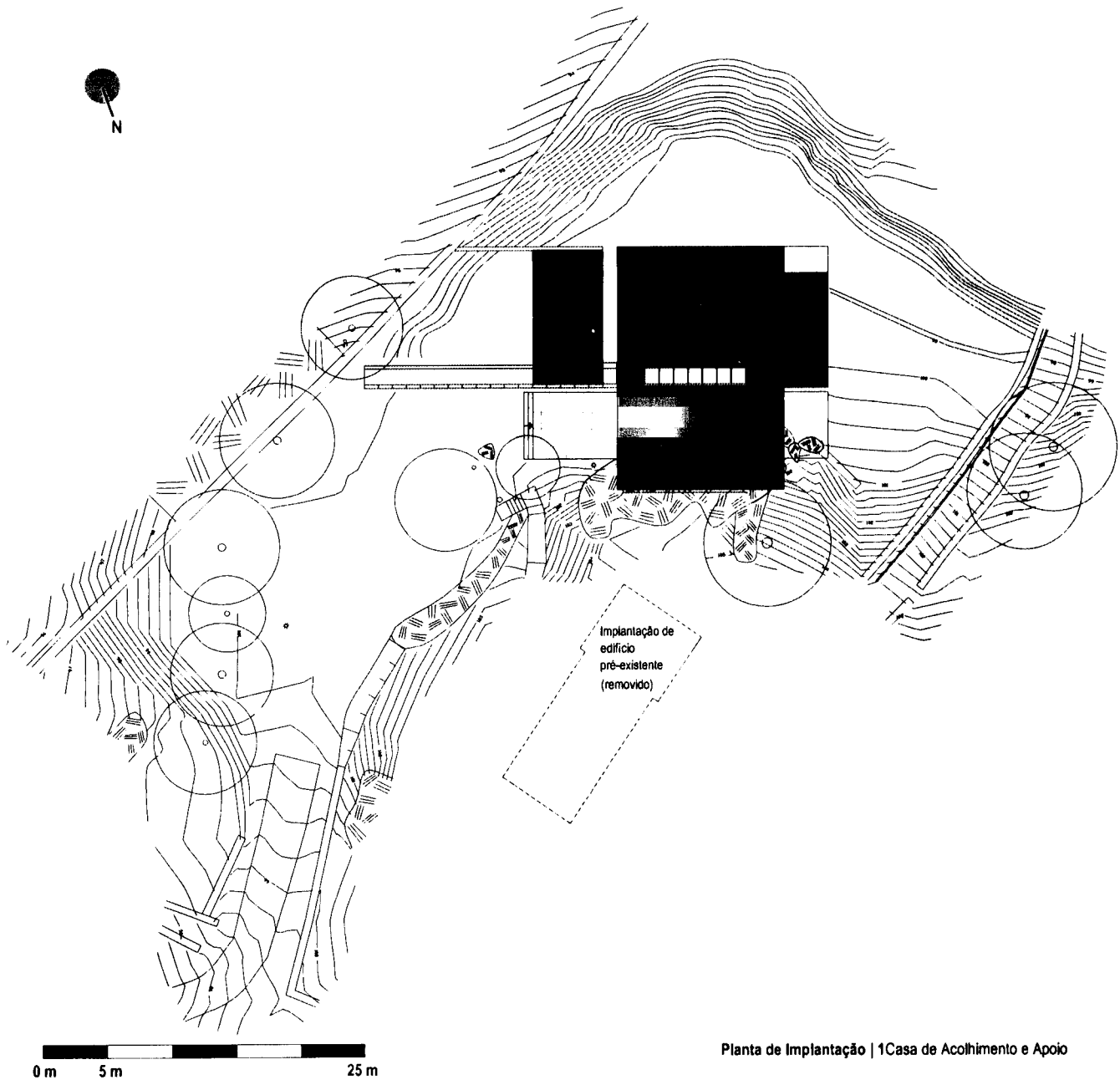
Ao nível das caixilharias, foram definidos pormenores compostos por perfis em aço inox, exceptuando-se os vãos de correr, os quais foram previstos com perfis de alumínio escovado à cor natural, sendo que todos os vãos exteriores se constituem por vidro duplo incolor.

Os elementos de ripado exteriores, em réguado de madeira de pinho de riga tratada, foram previstos com uma estrutura de fixação em aço inox.

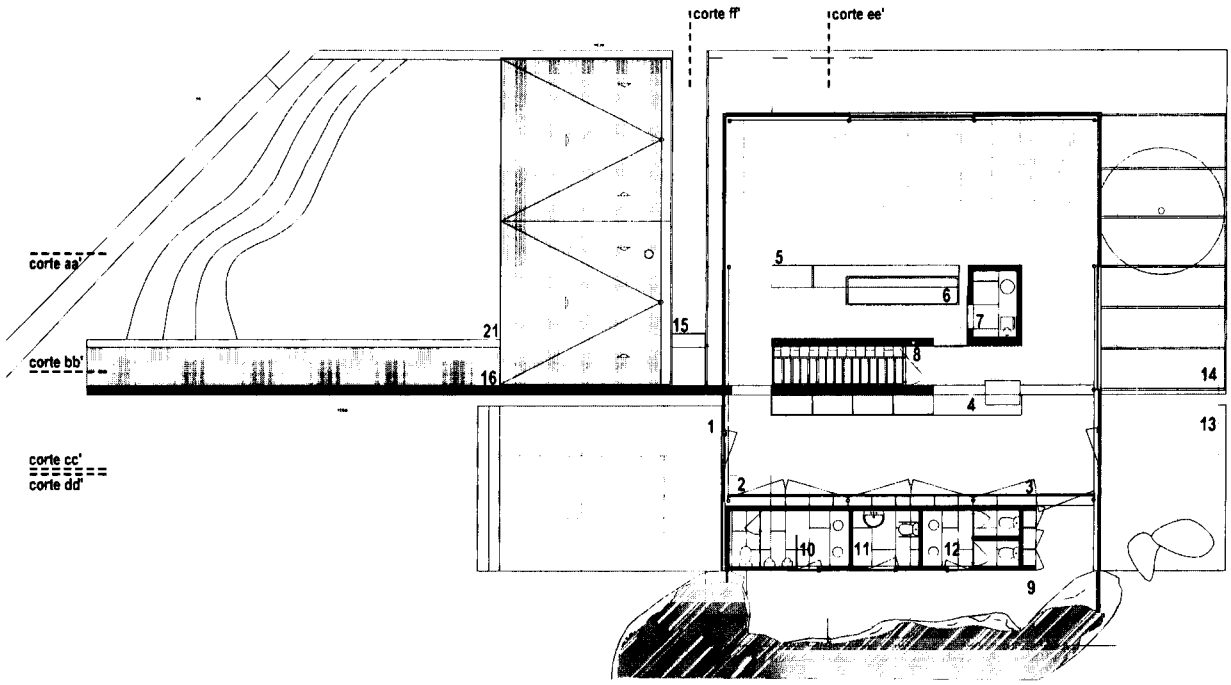
As coberturas foram definidas planas com um revestimento contínuo de betão poroso, bem como isolamentos e telas asfálticas de impermeabilização.

Os pavimentos exteriores foram desenhados com lajeado de granito bujardado, tal como o pavimento interior, junto ao hall de entrada e sanitários dirigidos ao público, ao passo que o salão de chã e a zona do balcão de apoio, foram previstos com pavimento de soalho de madeira em pinho de riga.

As alvenarias interiores foram pensadas com três principais tipos de revestimento, tal como o estuque, os painéis de aglomerado folheados a madeira e o mármore até à altura de 2 metros, no caso dos sanitários dirigidos ao público, (ANTUNES, 2003, 1-5).

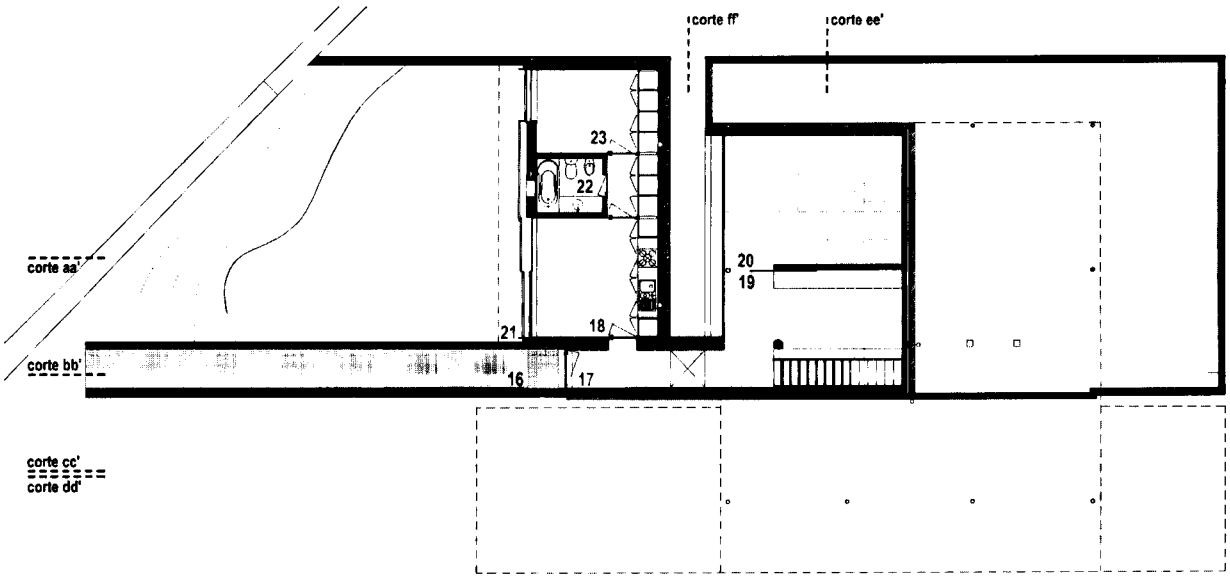


Planta de Implantação | 1Casa de Acolhimento e Apoio



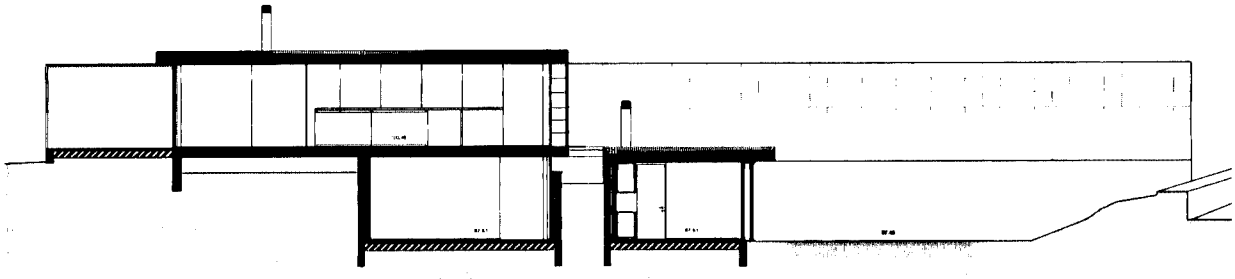
0 m 1 m 5 m

Planta do piso 0 | 1pátio exterior de entrada 2átrio/recepção 3vitrine 4atendimento 5salão de chá 6balcão do bar/serviço 7copa de apoio ao bar 8acesso ao piso inferior 9hall dos sanitários 10instalações sanitárias (masculino) 11instalações sanitárias (deficientes) 12instalações sanitárias (feminino) 13patamar de saída de acesso à cítânia 14esplanada 15área de jardim 16rampa exterior de serviço 17entrada de serviço 18estúdio 19arrumos 20arrecadação 21área de jardim 22instalações sanitárias 23quarto

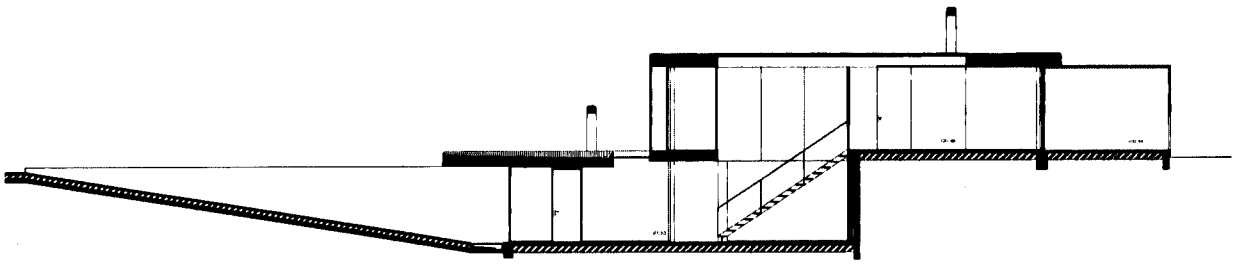


0 m 1 m 5 m

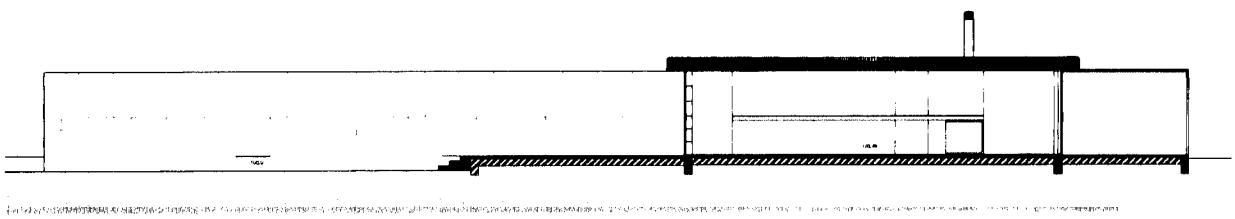
Planta do piso 0 | 1pátio exterior de entrada 2átrio/recepção 3vitrine 4atendimento 5salão de chá 6balcão do bar/serviço 7copa de apoio ao bar 8acesso ao piso inferior 9hall dos sanitários 10instalações sanitárias (masculino) 11instalações sanitárias (deficientes) 12instalações sanitárias (feminino) 13patamar de saída de acesso à cítânia 14esplanada 15área de jardim 16rampa exterior de serviço 17entrada de serviço 18estúdio 19arrumos 20arrecadação 21área de jardim 22instalações sanitárias 23quarto



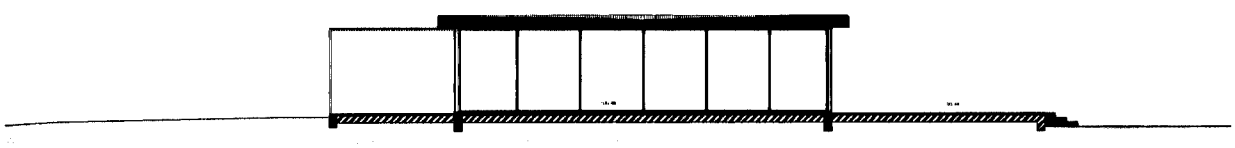
Corte aa'



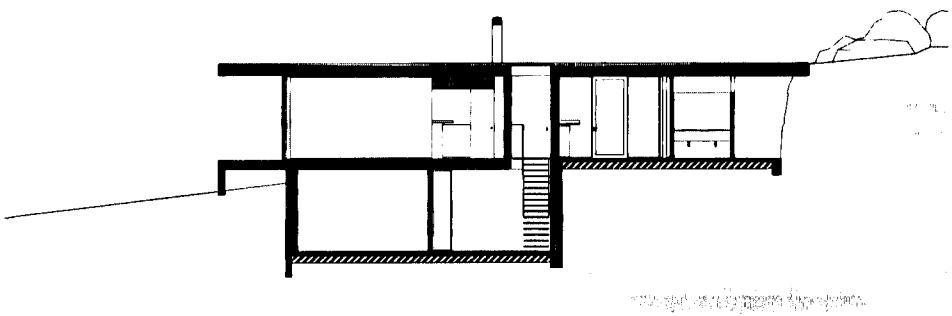
Corte bb'



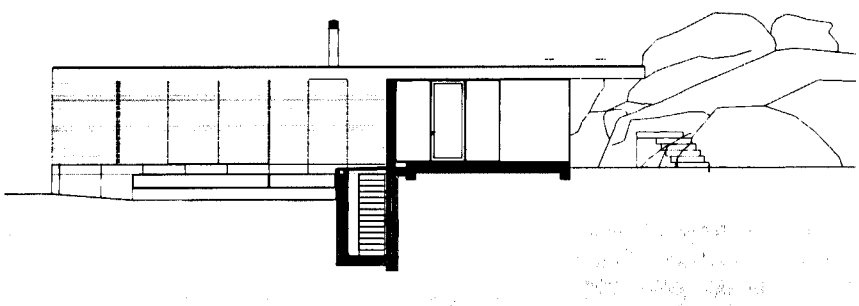
Corte cc'



Corte dd'

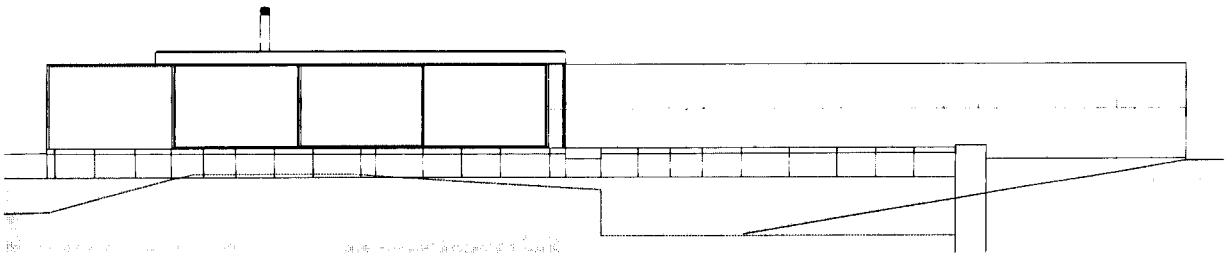


Corte ee'

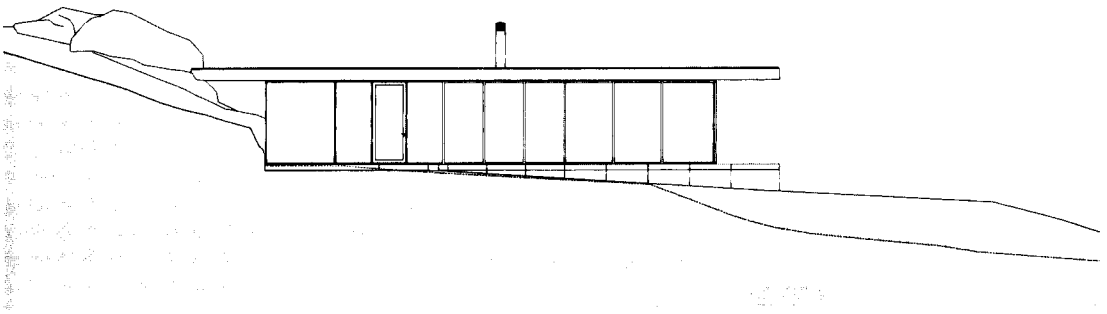


Corte ff'

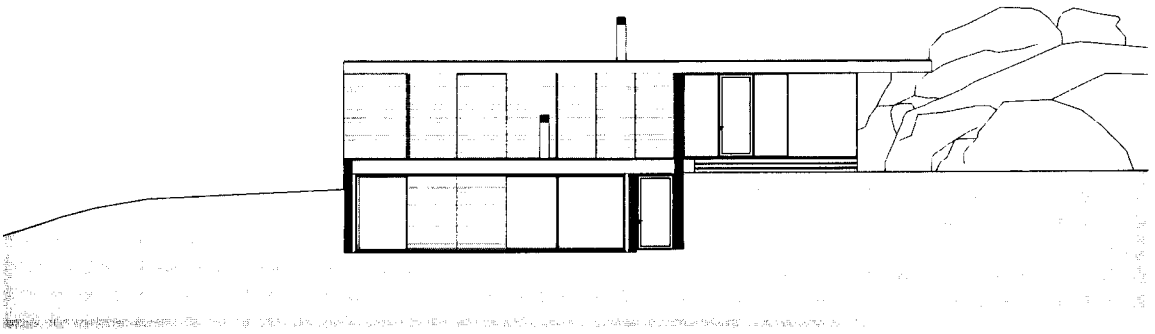
0 m 1 m 5 m



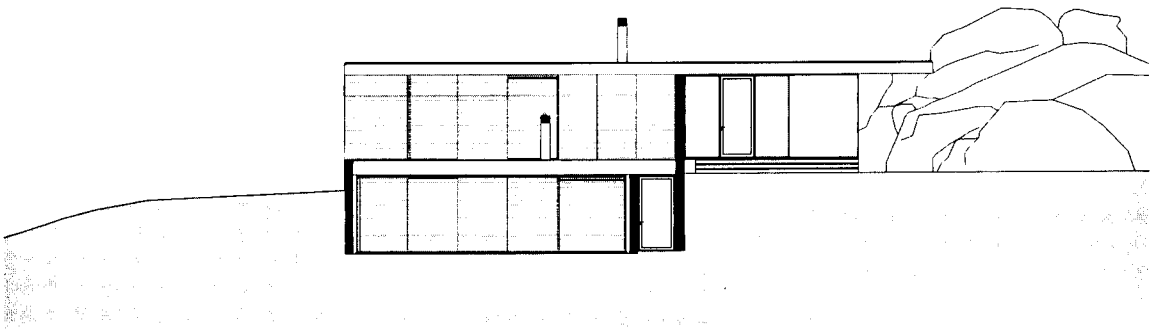
Alçado Sul



Alçado Poente



Alçado Nascente (portadas abertas)



Alçado Nascente (portadas fechadas)

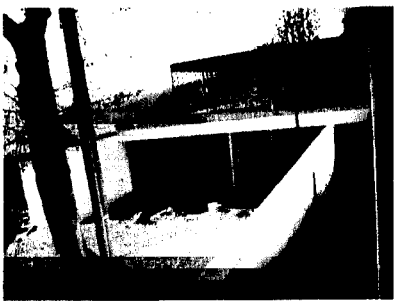
0 m 1 m 5 m



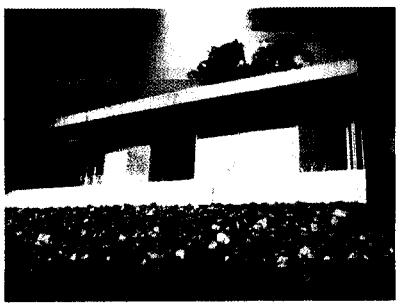
6|Plataforma de acesso



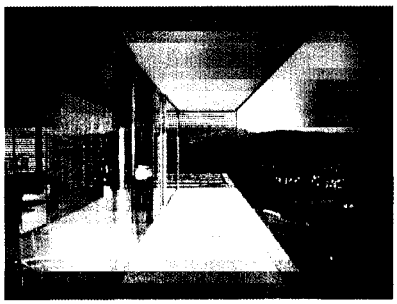
7|Muro de antecipação da entrada



8|Rampa de acesso à casa do guarda



9|Fachada voltada para a paisagem



10|Prolongamento do espaço interior



11|Esplanada



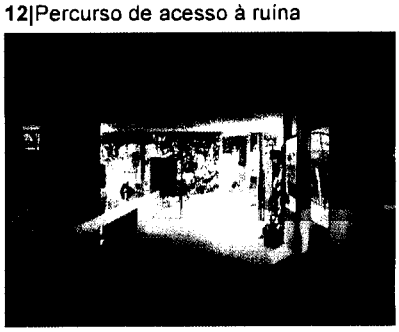
12|Percurso de acesso à ruína



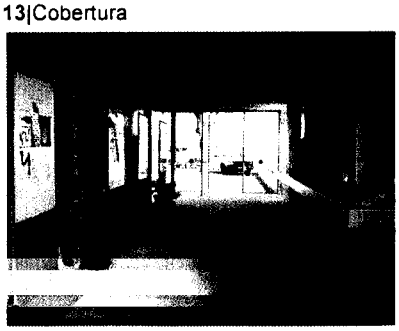
13|Cobertura



14|Entrada



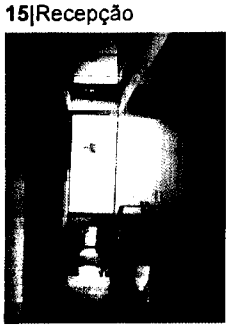
15|Recepção



16|Recepção



17|Galeria de acesso às inst. sanitárias



18|Escadas de acesso à casa do guarda



19|Sala de chã



20|Sala de chã

Referências Específicas | (ANTUNES, 2003); (CARDOZO, 1990); (LEMOS, s.d.); (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2006); (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 2007).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Crear Morfosis - Manuel Antunes e Carlos Fonseca, Arquitectos – peças gráficas do projecto de arquitectura.

16. Cividade de Terroso





41°24'45.23"N 8°43'15.12"W **1|**Vista aérea



2|Núcleo habitacional



3|Núcleo habitacional



4|Núcleo habitacional



5|Núcleo habitacional

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Cividade de Terroso

Protecção Legal | Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 44075, de 5 de Dezembro de 1961)

Localização | Freguesia de Terroso, Concelho de Póvoa de Varzim, Distrito do Porto

Endereço | Núcleo Interpretativo da Cividade do Terroso, Rua da Cividade de Terroso, 4490–520 Póvoa de Varzim

Tutela | Câmara Municipal de Póvoa de Varzim

Responsável | José Manuel Flores, Arqueólogo

Descrição | O aglomerado localiza-se numa plataforma elevada, tirando partido do domínio visual sobre a paisagem e era defendido por mais do que uma linha de muralha, edificadas com pedra de granito, as quais delimitavam os conjuntos habitacionais, predominantemente de planta circular.

As habitações circulares, típicas da cultura castreja da II Idade do Ferro do Noroeste Peninsular, constituíam a maioria, com cerca de 5 metros de diâmetro, cujo paramento em pedra de granito era duplo. O interior das casas era composto por uma lareira e um orifício central, no qual se assentava o poste que sustentava a cobertura cónica de colmo. A cada porta de acesso das habitações, correspondiam, normalmente, dois muros adossados, delimitando um átrio exterior, relevante para as actividades domésticas.

Algumas das unidades habitacionais formavam conjuntos mais alargados, compostos por vários edifícios voltados para o mesmo átrio.

As investigações realizadas na Cividade de Terroso identificaram pequenos recintos localizados no seio dos núcleos familiares do povoado, estando por esclarecer a real dimensão, abrangência e rituais inerentes a esta prática.

A ocupação da Cividade do Terroso baliza-se entre a Idade do Bronze até à Romanização, sendo que, neste local, viveram populações que foram evoluindo, aproveitando os recursos existentes, prosperaram e, finalmente, o abandonaram.

O Monte da Cividade de Terroso, atinge 153 metros de altitude, tendo constituído, durante séculos, uma referência visual para os marinheiros e pescadores que percorriam a costa, sendo que, deste ponto, se avista a Cividade de Bagunte, a qual, com 206 metros de altitude, dominaria o território confinante com o de Terroso, considerando-se que o Rio Este e a Serra de Rates constituiriam, provavelmente, a linha de fronteira entre os territórios das duas cividades.

A Cividade de Terroso, em seu pleno desenvolvimento, ocupou uma área estendida por 6 a 7 hectares.

Anteriormente à Cividade do Terroso, de registar que o monte terá sido habitado por outros povos que tiraram partido dos vastos recursos, deixando escassas marcas sob a forma de um machado de pedra (período Acheulense), proveniente de Beiriz e outros do género realizados na extensa planície que se estende em frente ao Monte da Cividade.

É frequente o aparecimento de materiais líticos na Cividade, os quais se julga serem machados pré-históricos recolhidos dos campos e levados para o povoado, por motivações religiosas e de superstições.

A Mamoa de Sejães e diversos topónimos da Freguesia de Terroso, tais com "Agra da Mamoa", "Cortelho da Mamoa" e "Costino da Fonte da Mamoa" comprovam a ocupação do território em época Neolítica.

O conhecimento dos movimentos que deram origem à ocupação do território da Cividade de Terroso pode ser aprofundado com o aparecimento, no sopé do Monte, em 1997, de uma lâmina de sílex.

Em Beiriz apareceram duas fossas ovóides da II Idade do Bronze Final, as quais demonstram uma continuidade na ocupação da região, sendo que, nesta época, as populações ocupavam as planícies, sem aparentes estruturas defensivas, dedicando-se à agricultura e à pastorícia, passando posteriormente, nos finais da Idade da Bronze, a estabelecerem-se no Monte da Cividade, talvez por questões defensivas, dando origem ao povoado da Cividade de Terroso.

A intensa influência cultural romana teve início com as campanhas de Décimo Junio Bruto, dando origem ao reordenamento urbano, a modificações de carácter económico cultural e, provavelmente, social, marcando o fim da Cultura Castreja na Cividade.

Estima-se que o fim da ocupação no Monte terá acontecido a partir do século III_IV d.C., ao passo que o inicio do povoamento da Cividade terá acontecido entre o séc. X e o séc. VIII a.C., existindo apenas alguns fragmentos cerâmicos que se enquadram no final da Idade do Bronze.

Entre 500 a 200 anos a.C. terão surgido estrutura pétreas e consequente desenvolvimento da Cividade com construções circulares, cujos alicerces se implantavam sobre a laje natural, verificando-se, em alguns casos, o rebaixamento da rocha natural para implementação das construções, sendo que a pedra extraída serviria de matéria-prima para os alicerces e paramentos.

Pelo que se supõe, por alturas da campanha de Decimo Junio Brutos, a Cividade de Terroso foi marcada pela destruição, dado o aparecimento de uma espessa camada de cinzas e carvões generalizada a toda a superfície do núcleo principal e do povoado.

Posteriormente à destruição, a Cividade foi alvo da crescente influência romana, ao nível do reordenamento urbano, bem como no que se refere ao espólio material, salientando-se os pisos em saibro mais espessos, compactos e com uma permeabilidade reduzida.

A reorganização urbana proveniente da cultura romana aplica-se ao Monte da Cividade, através do reposicionamento das construções, da alteração do dimensionamento das mesmas, sendo comum o aparecimento de edifícios quadrangulares, bem como de novas técnicas construtivas e materiais.

Com a romanização da Cividade, julga-se que os limites da mesma foram alargados, dado o período de consolidação e expansão do povoado, fora dos seus limites iniciais.

Deduz-se que parte significativa da área dentro do recinto amuralhado não teve ocupação prolongada, uma vez que os habitantes devem ter-se deslocado para a planície, em locais onde foram aparecendo elementos denunciadores da sua presença.

As recentes escavações nas zonas exteriores à "acrópole" permitiram a recolha de materiais que dataram da última fase de ocupação da Cividade (século II ou III d.C.).

Analisando a planta do núcleo central da Cividade do Terroso, constata-se a existência de dezoito núcleos familiares, compostos por números variáveis de edificações, normalmente de quatro a cinco unidades, as quais se dispõem em função de um pátio comum, normalmente lajeado, a partir do qual se tem acesso aos arruamentos (sentido Nascente-Poente e Norte-Sul) o que configura um povoado em quatro conjuntos.

Em alguns casos, o lajeado dos pátios dos núcleos familiares era substituído por piso em saibro compactado, deduzindo-se que o mesmo se encontrasse coberto de modo a evitar-se a rápida degradação com as chuvas.

No que se refere às estruturas defensivas, a Cividade de Terroso era composta por, pelo menos, três linhas de muralha, sendo que o núcleo principal se delimitava por uma muralha de forma elíptica, constituída por paredes duplas de pedra, preenchidas com terra e pedras miúdas, sendo que nalguns sítios foram aproveitados os afloramentos rochosos para a constituição dos alicerces.

As entradas da muralha ainda não foram comprovadas, no entanto, supõe-se que estariam associadas ao direccionamento do arruamento central.

Dada a expansão da Cividade, surgiu a necessidade de se edificar uma nova linha de muralha, aproveitando-se os desníveis e afloramentos rochosos, com uma técnica construtiva muito semelhante à muralha precedente, detectando-se apenas em alguns sítios, o preenchimento dos dois paramentos com um saibro mais compacto, (GOMES e CARNEIRO, 1999, s.p.).

O Histórico | A Cividade foi sendo citada de passagem por vários autores, nomeadamente por Martins Sarmento, mas só no séc. XX, dada a unificação de vários esforços, se iniciaram os trabalhos arqueológicos em Terroso.

As primeiras escavações foram patrocinadas por António Francisco dos Santos Graça e orientadas por Rocha Peixoto e José Fortes, sendo que a maior parte dos trabalhos no local foram dirigidos por Gonçalo Artur Cruz, o qual desenhou a planta da Cividade, e pelo abade de Terroso, trabalhos nunca publicados.

A Cividade de Terroso transformou-se numa das mais emblemáticas e conhecidas estações arqueológicas da Cultura Castreja, a partir da década de vinte, através de uma série de artigos publicados sobre a mesma e da acção de Ruy de Serpa Pinto.

Em 1972, Carlos Alberto Ferreira de Almeida publica, no boletim cultural intitulado "Póvoa de Varzim", uma relação de todas as estações arqueológicas no concelho, salientando a Cividade de Terroso, com especial atenção para as cerâmicas.

Em 1980, Armando Coelho Ferreira da Silva foi convidado, pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, para o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos na Cividade de Terroso.

Desde 1980 os trabalhos de investigação desenvolvidos na estação decorreram em ligação com o Museu Municipal, (GOMES e CARNEIRO, 1999, s.p.).

Em 2002, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim apresentou à medida 3.9 – Cultura, do Programa Operacional da Região Norte, um projecto de valorização, o qual incluía a construção de um edifício de recepção e apoio aos visitantes, a definição de percursos, arranjo paisagístico, sinalética e alargamento da área escavada (VARZIM, 2005, s.p.).

Objectivos Gerais | Com a inclusão da construção do mencionado edifício de recepção e apoio, na referida candidatura, a gestão do lugar previa a unificação de um conjunto de valências dinamizadoras do sítio arqueológico.

Com a mencionada intervenção pretendeu-se, então, melhorar significativamente as condições em que se processava o trabalho arqueológico, bem como o posterior tratamento e estudo do espólio proveniente das escavações e o aumento de fluxo de visitantes, o qual poderia ter implicação a nível económico no concelho, proporcionando maior taxa de ocupação dos hotéis e restaurantes, o aumento do consumo de artigos promocionais da região e, finalmente, a preservação de um local distinto na história do concelho.

Os destinatários do projecto identificam-se como consumidores de programas de turismo cultural, tal como investigadores, estudiosos, estudantes de vários graus de escolaridade e o público em geral.

Dado que a Cividade se encontra sob a alçada do Museu Municipal da Póvoa de Varzim, onde, aliás se encontra parte significativa do seu espólio, com o presente projecto, passa a constituir um pólo de extensão do Museu, com uma presença mais definida.

Com o referido projecto pretendeu-se assegurar a implementação de percursos de visita à Cividade, em compatibilidade com a preservação da mesma na sua natureza e valor, a criação de protecções específicas aos vestígios arqueológicos perecíveis que se encontravam a descoberto, bem como garantir a permanência de um guarda, mantendo a estação acessível durante todos os dias da semana, assegurando, durante esse tempo, a vigilância, limpeza e manutenção da Cividade.
A musealização associada aos arranjos exteriores envolventes, à devida sinalização do sítio e à existência de um edifício de apoio, seriam as valências fundamentais para a abertura ao público, (VARZIM, 2005, s.p.).

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | O programa previsto para o equipamento de apoio, no sentido de preservar, dinamizar e valorizar a estação arqueológica, consistia num espaço de recepção, num auditório multimédia, numa sala de tratamento, trabalho e investigação de materiais arqueológicos, aos quais se associa um espaço de balneário/vestiário e sanitário.
Segundo declarações de José Flores, arqueólogo responsável pela estação, a localização do Núcleo de Apoio à Cividade foi definida tendo em conta o principal percurso de acesso e uma antiga pedreira explorada durante o século XIX, garantindo a não interferência com pré-existências de valor arqueológico.
A escolha do local para a implantação do referido edifício prendia-se, também, com o enquadramento paisagístico, proporcionando-se o domínio visual do território litoral.
Com o conjunto de medidas expostas, pretendeu-se a usufruição do sítio arqueológico numa perspectiva pedagógico-didáctica e de sensibilização para a protecção ambiental, implementando-se, para tal, um conjunto de acções de divulgação e promoção.

Projecto | Edifício de Apoio à Cividade do Terroso
Autoria do Projecto de Arquitectura | Rocha Leite, Arquitectos Associados (Rocha Leite, Arquitecto)
Data do Projecto | Março 2003
Fase de Projecto | Obra concluída em 2004
O projecto de concepção da Estrutura de apoio à Cividade do Terroso teve como premissas para o exercício, o desenvolvimento de uma estrutura modular elevada em relação à plataforma de implantação, resultando um edifício de carácter arquitectónico leve e puro, associando-se à concepção arquitectónica de base, e às soluções estruturais aligeiradas.
Implantado na zona baixa da área afecta à Cividade, o acesso principal ao edifício faz-se através de um passadiço que estabelece a relação entre a cota do arruamento e a cota de soleira, de modo que a plataforma de implantação se apresenta com aspecto irregular e com a topografia natural.
A estrutura de apoio à Cividade do Terroso constitui um polígono regular, detentor de três áreas funcionais, como sendo a destinada a apoio ao visitante, uma outra vocacionada para as funções de auditório multimédia e ainda uma para tratamento, trabalho e investigação de materiais arqueológicos, apoiada por um corpo adossado na zona posterior do edifício, com entrada independente, para lavagem e tratamento prévio de peças. Para além das referidas áreas, é de contabilizar, também, o espaço de balneário/vestiário e instalações sanitárias.

A estabilidade do edifício previa-se garantida através do desenvolvimento de uma estrutura metálica com vigas e pilares em perfis I.

Para a materialização do volume foram desenvolvidas soluções construtivas relativamente aos "pontos chave" de encerramento do mesmo.

Ao nível da cobertura, refere-se que a mesma foi concebida plana, assente sobre uma estrutura de ferro em I, sob a forma de perfis metálicos T, para posterior aplicação de um estrado composto por planos de contraplacado marítimo que, por sua vez, suportam o isolamento térmico e, finalmente, chapa de cobre aplicada segundo o sistema camarinha, pretendendo-se, no interior, a aplicação de tecto falso em gesso cartonado.

De modo semelhante ao sistema da cobertura, o pavimento concretiza-se através de uma estrutura suplementar, apoiada nos vigamentos estruturais do edifício, a qual apoia numa chapa metálica perfurada que, por sua vez, suporta o isolamento térmico e, por fim, o acabamento em soalho de madeira IPÊ, cujos barrotes de pinho tratado se fixam à base firme da chapa.

Os alçados compostos por planos de vidro integram caixilharia de correr em alumínio anodizado escovado, de cor cinza, acrescidos por portadas de correr ou fixas, estruturadas por aros metálicos, nos vãos de correr, ou de madeira, nos que se fixam à estrutura do edifício, aos quais se aplica ripado da mesma madeira, com secção definida.

Nas fachadas encerradas nos topos do volume, os paramentos foram concebidos com acabamento de painéis duplos de madeira IPÊ, suportados por uma estrutura de barrotes e associados à devida impermeabilização e isolamento térmico.

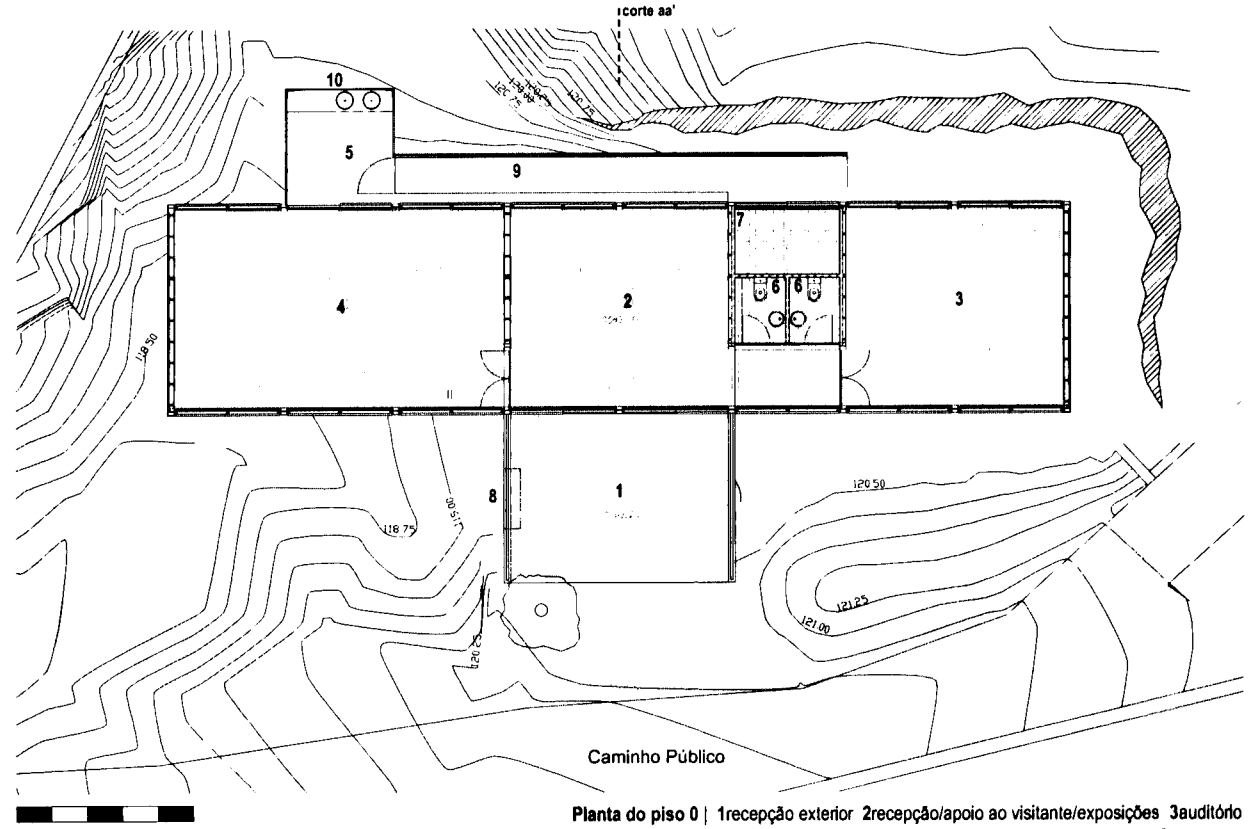
Os pavimentos exteriores foram previstos em madeira de IPÊ, no caso do passadiço de acesso ao visitante, sendo que a chapa metálica associa-se à área de acesso de serviço, aplicada sobre o passadiço, ambos rematados com perfil metálico HBE.

Para as divisórias internas, optou-se pela execução de alvenarias de tijolo, assente em perfis metálicos IPE 1000, no caso dos balneários e sanitários, para aplicação de placas de xisto ouro, sendo que, pelo lado da sala e hall, aplicam-se painéis de MDF para lacar, apoiados numa estrutura de barrotes de pinho, preenchida por isolamento acústico.

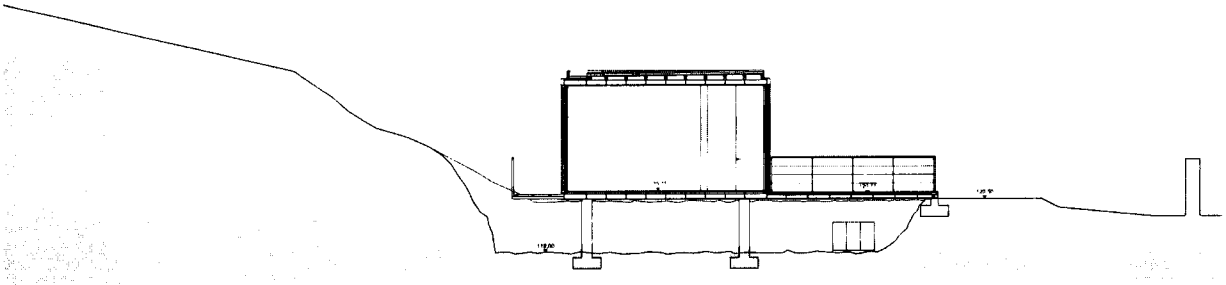
Para a aplicação de placas de xisto ouro e base de chuveiro rebaixada, optou-se pela colocação de barreiras de vapor em plástico preto de alta resistência e posterior camada de betonilha de regularização, (LEITE, 2003, 1-5).



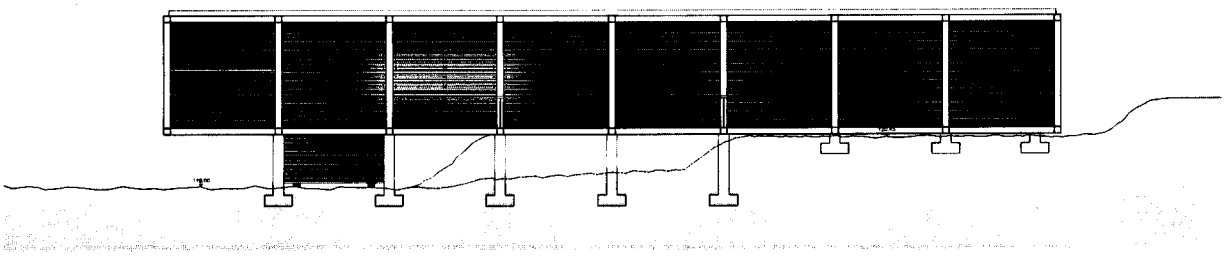
Planta de Implantação | 1Edifício de Apoio



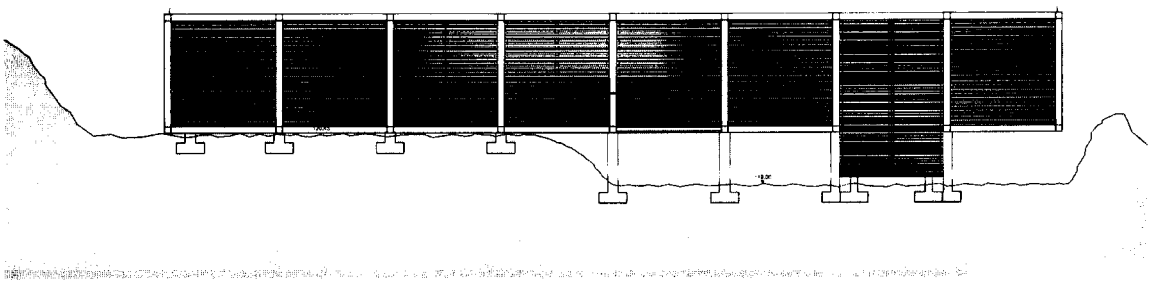
Planta do piso 0 | 1recepção exterior 2recepção/apoio ao visitante/exposições 3auditório multimédia 4sala de trabalho e investigação/depósito de materiais arquelógicos 5lavagem e tratamento prévio de materiais arqueológicos 6instalação sanitária 7balneário/vestiário 8armário dos contadores 9acesso de serviço 10armário da caldeira/botijas de gás



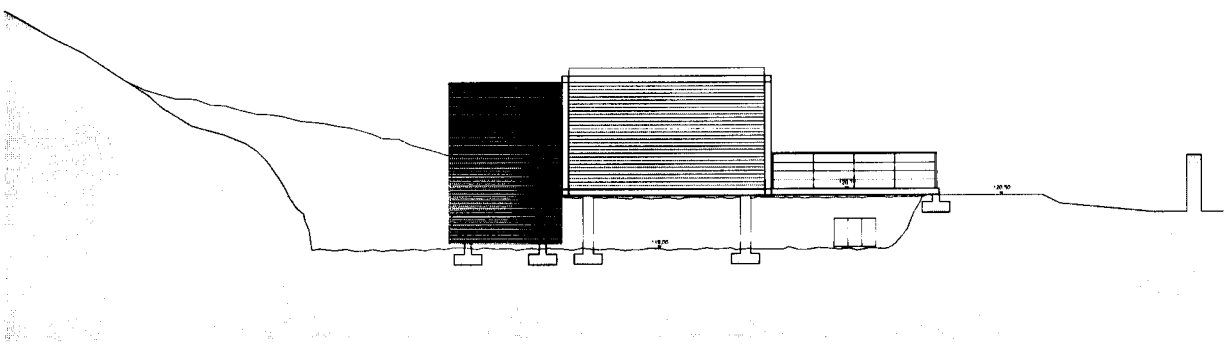
Corte aa'



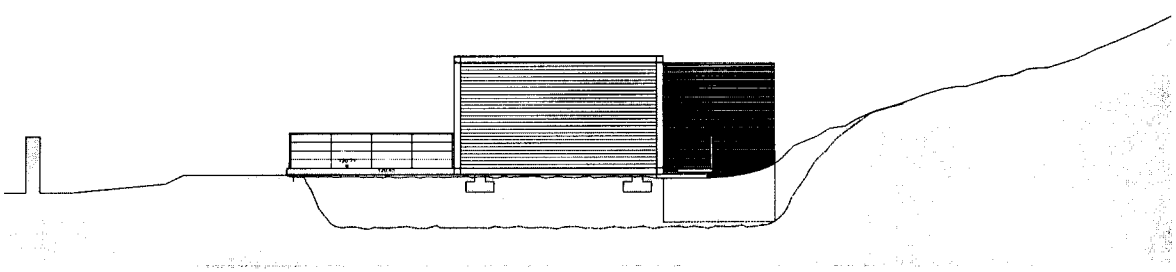
Alçado Poente



Alçado Nascente



Alçado Norte



Alçado Sul

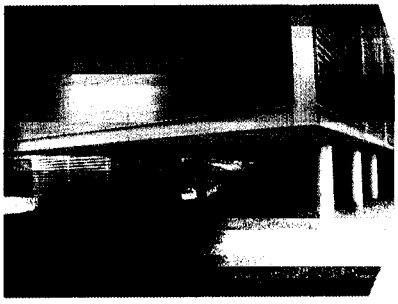
0 m 1 m 5 m



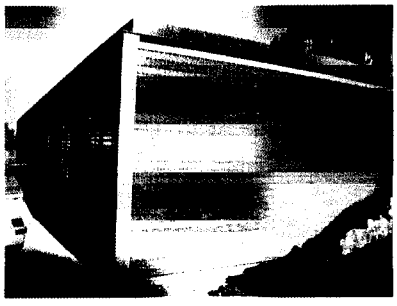
6|Edifício e percurso de acesso às ruínas



7|Fachada frontal



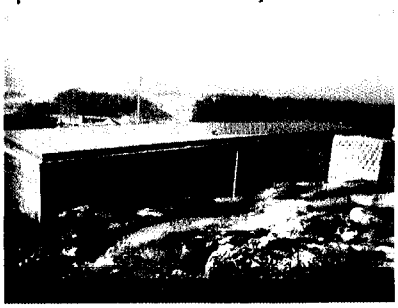
8|Edifício elevado em relação ao terreno



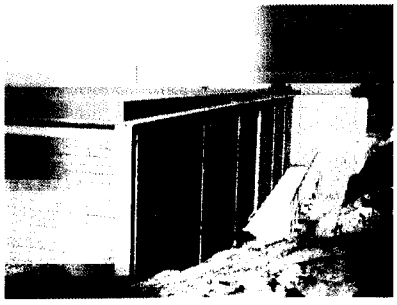
9|Fachada frontal e lateral



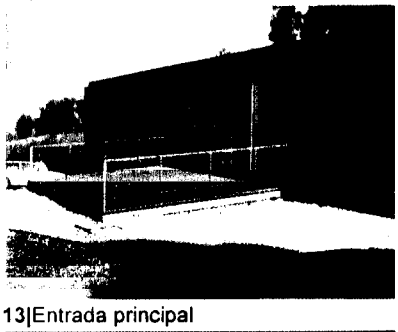
10|Fachada posterior



11|Fachada posterior



12|Entrada de serviço



13|Entrada principal



14|Entrada principal



15|Galeria de distribuição



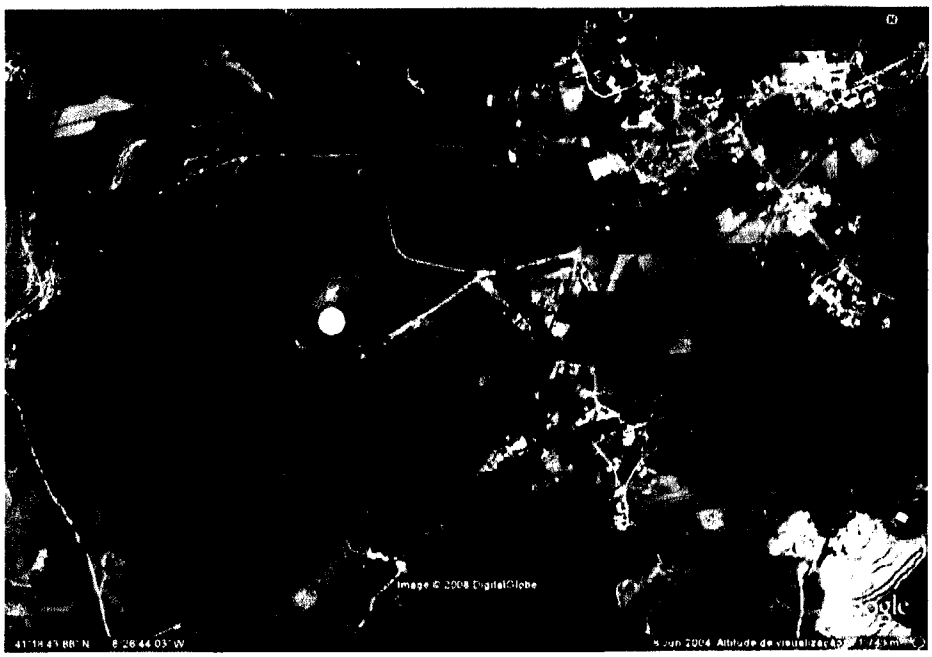
16|Recepção

Referências Específicas | (GOMES e CARNEIRO, 1999); (LEITE, 2003); (VARZIM, 2005).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Rocha Leite, Arquitectos Associados – peças gráficas do projecto de arquitectura.

17. Castro de Monte Padrão





41°18'45.89"N 8°26'57.46"W **1**|Vista aérea



2|Domus Norte



3|Domus Norte



4|Casas da Idade do Ferro



5|Domus Sul

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | Castro do Monte Padrão, ou antigo Castro de Monte Córdova

Protecção Legal | Monumento Nacional (Decreto de 16 de Junho de 1910)

Localização | Freguesia de Monte Córdova, Concelho de Santo Tirso, Distrito do Porto

Endereço | Rua Castro do Padrão, Monte Córdova, 2825-504 Santo Tirso

Tutela | Câmara Municipal de Santo Tirso

Responsável | Álvaro Brito Moreira, Arqueólogo

Descrição | O Castro de Monte Padrão consiste num povoado fortificado implementado numa elevação de 423 metros de altitude, sobranceiro, quer ao vale do rio Sanguinhedo (afluente do Ave), quer ao vale do rio Leça, obtendo grande domínio visual sobre a envolvente e controlando a navegação fluvial, bem como um corredor terrestre que ligava *Cale* à zona nuclear dos *Bracari*.

O povoado castrejo implantou-se a partir de uma plataforma superior, de planta oval, relativamente plana, definida pela curva de nível dos 400 metros, correspondendo tal configuração, aproximadamente, à implantação da primeira muralha do povoado, cuja área se estima em cerca de 14.775 m^2.

O povoado de Monte Padrão apresenta mais de 2000 anos de história, contendo marcas de ocupação que remontam ao Bronze Médio/Final (século IX a.C.) de acordo com as sondagens realizadas por Manuela Martins, na década de oitenta do séc. XX, até à Alta Idade Media (inícios do séc. XVII).

Estima-se que a hipotética fase I (900 a.C. – 500 a.C.) do povoado em causa, corresponde à Época do Bronze Final, entendida como os primordios da cultura castreja.

No Castro de Monte Padrão, o Bronze Final revela-se na face Norte e Este da plataforma superior, de onde surgiram vários objectos, não se tendo conhecimento de qualquer estrutura habitacional ou defensiva reveladora deste período, deduzindo-se que, dada a quantidade e dispersão dos materiais, o povoado teve uma pequena dimensão.

A fase II do Castro de Monte Padrão (500 a.C. – 138/136 a.C.) expressa-se através da cultura material associada às primeiras estruturas habitacionais pétreas, intervencionadas na face Noroeste da plataforma superior, consistindo em duas casas e uma outra estrutura que eventualmente corresponderia à primeira estrutura defensiva, sendo que as cerâmicas também caracterizam este período, cujo trabalho se revela arcaico e ausente de técnica de fabrico.

As mencionadas casas localizam-se no extremo Norte da plataforma superior, apresentando planta circular com 2,40 metros de diâmetro interior. Uma das habitações situa-se junto da referida estrutura defensiva, composta por duas fiadas de pedra aparelhada no seu lado Sul, sendo que da restante estrutura, apenas subsiste o alicerce, composto por um leito de saibro e pedra miúda.

A totalidade da estrutura encontrava-se coberta por uma camada de saibro com espessura variável entre os 10 e 15 centímetros, resultante de trabalhos posteriores de nivelamento da plataforma.

O paramento seria de dupla face, com uma largura máxima de 0,60 metros, cujo interior continha um afloramento nivelado pela face interna, revelando vestígios de trabalho de pico.

No extremo Sul da área intervencionada situa-se uma outra construção, implantada directamente no afloramento granítico, apenas sendo visível uma parte da totalidade do seu diâmetro interno que se estima em cerca de 3,40 metros com um paramento de 0,60 metros de espessura.

Ainda relativamente à referida construção, de mencionar a existência de um pequeno sulco escavado no afloramento, o qual acompanha a curvatura da face Sul, com um perfil em U, com cerca de 0,80 metros de largura e 0,10 metros de profundidade, pelo que se julga constituir um elemento para drenagem das águas pluviais.

A fase III (138/136 a.C. – Tibério/Cláudio) associa-se ao fenómeno de reorganização do povoado, fruto do traçado proto-urbano, bem como às estruturas defensivas assinaláveis, resultando no surgimento de grandes povoados.

Este contexto surge na sequência dos contactos directos entre os romanos e as populações indígenas, com origem na campanha de Decimus Junius Brutos, seguindo-se outros episódios militares, os quais resultaram em amplos movimentos internos e num contacto mais aprofundado com a cultura indígena.
A grande parte das estruturas habitacionais identificadas na plataforma superior da estação arqueológica de Monte Padrão, corresponde a este período, bem como as estruturas defensivas, fruto de trabalhos de restauro e ampliação.
Da estrutura defensiva do povoado apenas se conhece o que seria a primeira muralha e uma pequena extensão de um reforço que se desenvolve transversalmente à primeira muralha a Sul da plataforma superior.
No entanto, a hipótese da existência de mais uma linha defensiva é sugerida pelos taludes existentes no sítio, reconhecendo-se, também, a hipótese de uma estrutura complementar composta por um fosso, situado na face Este do povoado, coincidindo com um local onde as condições topográficas menos expressivas vulnerabilizavam defensivamente o povoado.
A romanização do Castro de Monte Padrão deu-se na primeira metade do século I, sofrendo profundas alterações ao nível da estruturação urbana, constatando-se a substituição do povoado indígena, implantado em plataformas criadas a partir das linhas de muralha, organizado em núcleos familiares compostos por casas circulares, dando-se lugar a um conjunto de estruturas com plantas complexas de vários aposentos previamente definidos.
O abandono e destruição das estruturas castrejas, habitacionais e defensivas, marcam a fase IV na evolução do povoado de Monte Padrão, situada na primeira metade do século II até meados do século III. Trata-se de um período marcado pela construção de um conjunto de edifícios na plataforma superior, onde a estrutura social se reflecte na organização estrutural do povoado, marcando uma ruptura definitiva com o arquétipo da sociedade indígena.
Desta fase observa-se que o sistema defensivo deixa de ser operacional, dado que surgem novas estruturas habitacionais implantadas sobre a muralha.
Do conjunto das *domus* apenas se domina, na íntegra, o caso do edifício localizado na face Norte da plataforma superior, apresentando uma planta quadrangular, estruturada a partir de um pátio central ladeado por uma galeria porticada, a qual desenvolve a distribuição em relação aos diferentes aposentos.
Para além da plataforma superior, de referir que também existem dados que indicam a ocupação da plataforma intermédia, localizada a Sul do povoado, cujos vestígios revelam edificações de cariz mais modesto.
A rede viária, criada pelo processo de romanização do território, constitui um importante factor de progresso, originando pequenas unidades rurais.
A fase V (990 até finais do século XII) identifica-se com a construção e ocupação do primeiro mosteiro de Monte Córdova, cuja origem se deve, provavelmente, à iniciativa de S. Rosendo, sendo que as investigações arqueológicas apontam para a existência de um edifício do século X, cuja planta integral ainda não se conhece. De registar, no entanto, um conjunto de cerâmicas associadas ao referido edifício, pelo que se apresenta contemporâneo ao mesmo, sendo apenas detectável a face Este e o cunhal da face Sudeste, revelando-se uma estrutura muito sólida, cujo paramento, de dupla face, apresenta um aparelho com blocos paralelipipédicos, dispostos alternadamente, sendo que, do interior,

se percebe um cimentação composta por saibro, pequenas pedras e restos de materiais de construções anteriores, tal como fragmentos de tégula e imbrex.

O edifício adapta-se ao afloramento que compõe o seu interior, sobre o qual se observa um fragmento do pavimento composto por saibro e argila de grande solidez e consistência.

Com a fundação do mosteiro de Monte Córdova assiste-se a um desenvolvimento significativo das comunidades residentes.

A fase VI (finais do século XII, inícios do século XIII – finais do século XVI e inícios do século XVII) associa-se a uma extensa necrópole que apareceu a Sul da igreja e mosteiro.

A caracterização das sepulturas intervencionadas em Monte Padrão sugere que a sua comunidade medieval integrava um pequeno povoado rural.

A fase VII (1738 ...) do povoado de Monte Padrão corresponde à última acção construtiva na estação arqueológica, incorporada pela capela do Senhor Jesus de Padrão, a qual se implanta no sopé do castro e a Este do mesmo, (MOREIRA, 2005, 17-57).

O Histórico | Desde finais do século XVI até inícios do século XVII (data do abandono) que o local onde se implantou a castro de Monte Padrão é mencionado em bibliografia de cronistas, corógrafos e viajantes, associando o sítio ao nascimento de S. Rosendo e ao mosteiro de Monte Córdova.

A história do castro de Monte Padrão, como monumento arqueológico, teve início em 1910, aquando da sua classificação como Monumento Nacional, sendo que os primeiros trabalhos arqueológicos tiveram início apenas no princípio da década de cinquenta, sob iniciativa de Carlos Faya Santarém.

As décadas de oitenta e noventa significaram o aparecimento de novos registos bibliográficos, reflectindo metodologias científicas, destacando-se o contributo de Manuela Martins, com documentação do período do Bronze final.

Os trabalhos desenvolvidos ao longo do tempo reflectem três fases, as quais coincidem com os momentos mais expressivos da arqueologia nacional.

O primeiro momento ocorre com o já citado Carlos Faya Santarém, entre 1950 e 1956, na face Norte da plataforma superior.

A fase seguinte decorre na década de oitenta, dada a intensificação da actividade arqueológica nacional, incrementada pelos Serviços Regionais de Arqueologia e várias universidades, bem como o forte apoio dos municípios.

A assinatura de um protocolo de colaboração entre a Unidade de Arqueologia e a Universidade do Minho permitiu a realização de cinco pequenas intervenções arqueológicas (1985 – 1989), sendo que, após o rompimento do vínculo entre as referidas entidades, surge um novo contexto no estudo e salvaguarda do castro, marcado pelo surgimento do Gabinete Municipal de Arqueologia, em 25 de Outubro de 1990, ao que se associa um projecto de investigação coordenado pelo Arqueólogo Álvaro Brito Moreira.

A Área Arqueológica de Monte Padrão, com uma Zona Especial de Protecção criada em 1997, ocupa, aproximadamente, 16 hectares, sendo em parte, propriedade da Câmara Municipal, a qual se tem debruçado na aquisição da totalidade do bem, no sentido de proceder à salvaguarda do imóvel e pleno desenvolvimento dos trabalhos de investigação.

No âmbito do Gabinete Municipal de Arqueologia, refere-se que o primeiro projecto submetido a apreciação do IPPC tinha por título *Projecto de Estudos e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Castro de Alvarelhos*, tendo sido aprovado em 2 de Junho de 1992.
Um novo projecto designado por *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Alvarelhos* foi desenvolvido com a criação do Instituto Português de Arqueologia e respectivas alterações regulamentares, o qual foi aprovado em 15 de Junho de 1998.
Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Monte dos Saltos constitui o projecto seguinte, homologado pelo Instituto Português de Arqueologia em 22 de Outubro de 2004, (MOREIRA, 2005, 15).
No âmbito do Programa Operacional da Região Norte, Medida 3.9, surgiu o *Projecto de Estudo, Valorização e Dinamização da Área Arqueológica de Monte Padrão*, decorrido no biénio de 2002-2004, (SANTO TIRSO, 2003, s.p.).

Os objectivos Gerais | A reabilitação da estação arqueológica, a valorização das estruturas arqueológicas existentes, o estabelecimento de um Centro Interpretativo, bem como o estudo da ocupação do território e a divulgação de um projecto arqueológico com potencialidades pedagógicas e de turismo cultural, constituem pontos de interesse que se pretenderam abrangidos pelo *Projecto de Estudo, Valorização e Dinamização da Área Arqueológica de Monte Padrão*.
Analisando o processo de candidatura do referido projecto ao Programa Operacional da Região Norte, medida 3.9, por parte da Câmara Municipal de Santo Tirso, verifica-se que os objectivos a alcançar se traduzem na reabilitação de um importante conjunto patrimonial, de carácter arqueológico e ambiental; na valorização do estudo de um conjunto arqueológico com relevância histórica na região e com características únicas que o tornam num espaço adequado à interpretação da ocupação do território, no decorrer de um largo período de tempo (da Idade do Bronze à Idade Média); na complementaridade entre o património arqueológico e ambiental assumida no projecto; na criação de um Centro Interpretativo da Área Arqueológica de Monte Padrão e na potencialização dos principais objectivos deste projecto através da dinamização do Centro Interpretativo e da divulgação da Área Arqueológica de Monte Padrão, através dos recursos disponíveis associados à valorização do património e à promoção do turismo cultural na região.
O *Projecto de Estudo, Conservação e Valorização do Castro de Monte Padrão* define como beneficiários, em primeira instância, os habitantes de Monte Córdova, dada a ampliação da capacidade de atractividade, assim como beneficiam de uma intervenção qualificadora de uma ampla área geográfica que poderá ter a função catalizadora de novos projectos na área do património.
Em segundo plano, os beneficiários são os habitantes do concelho, dada a valorização do seu património.
A comunidade escolar passa, também, a dispor de um importante espaço de apoio às actividades lectivas e pedagógicas, no âmbito da Pré-História recente, Proto-história, Romanização e Idade Média.
Segundo o relatório final de candidatura à medida 3.9 do Programa Operacional da Região Norte, eixo prioritário III, a implementação do projecto permitiria, do ponto de vista socio-económico, a criação de bases sólidas para a concretização efectiva de uma estratégica de salvaguarda e valorização do

património da região, assim como dotar a área de um equipamento estruturante para suportar a oferta turística, (SANTO TIRSO, 2003, s.p.).

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | Relativamente à acção que visa a criação de um Centro Interpretativo da Área Arqueológica de Monte Padrão, a gestão do lugar definiu-o com aptidões para o apoio global às actividades relacionadas com a estação arqueológica, integrando o percurso de acesso principal, constituindo um pólo de dinamização de toda a área.

A decisão de implementação do equipamento num terreno no início do acesso principal à estação, junto à EM 558, foi tomada de modo a que a nova edificação não perturbe o percurso histórico, com todas as suas componentes construtivas, ambientais e como envolvente da estação.

O programa a integrar o novo edifício pretendeu-se de apoio às actividades relacionadas com o Castro de Monte Padrão, sendo elas relacionadas com o desenvolvimento disciplinar da arqueologia, com a gestão do recinto e com a divulgação.

A concepção do lugar teve como filosofia de intervenção, inerente à configuração do edifício, a interpretação dos sinais mais representativos do sítio, sendo que, com a nova volumetria, se pretende dignificar o lugar sem assumir protagonismo, ideia que se estendeu à opção na escolha dos materiais de revestimento exteriores, bem como das áreas lúdicas adjacentes aos mesmos.

No que se refere às descrições das acções discriminadas pelo processo de gestão, há a referir que, para além da implementação do Centro Interpretativo com as características descritas, se previu, também, a pavimentação de acesso à estação, a requalificação florestal, a aquisição de terrenos, a sinalização do perímetro da área de classificação da estação, a escavação arqueológica, a conservação e restauro das ruínas escavadas, a musealização das ruínas, bem como a promoção e divulgação da Área Arqueológica de Monte Padrão.

No que se refere ao acesso à estação, de mencionar o aspecto relacionado com a revitalização do percurso entre a EM558 e a capela do Senhor do Padrão, sob a forma de pavimentação, drenagem de águas pluviais e iluminação. O referido percurso configura-se através de dois tramos rectos, sendo que no primeiro, para quem chega, se prevê a circulação automóvel, associada à chegada ao edifício do Centro Interpretativo, ao passo que o segundo tramo apresenta condicionamento à circulação automóvel, através de limitação da velocidade, imposta pela materialização do pavimento, bem como pela sinalização, no sentido de se potenciar a circulação pedonal.

Com a implementação da referida proposta de acessibilidades, pretendeu-se que o percurso, entre a zona de aparcamento e a área arqueológica, se desenvolvesse a pé, sendo que o ponto de transição entre os dois percursos se faria junto à capela, de modo a proporcionar uma interacção entre o visitante e as valências paisagísticas e edificadas do lugar.

A construção do Centro Interpretativo deparou com alguns entraves na respectiva concretização, por dificuldades na aquisição de terrenos necessários à construção do edifício.

A primeira hipótese para a implementação do referido equipamento consistia num terreno junto à Capela do Senhor do Padrão, pelo que o recuo da Fábrica da Igreja de Monte Córdova, relativamente à cedência do mencionado terreno, implicou a eleição de um novo local, o qual obteve igualmente parecer favorável do IPPAR, (SANTO TIRSO, 2003, s.p.).

Projecto | Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão

Autoria do Projecto de Arquitectura | Nuno Magalhães Pinto, Arquitecto

Data do Projecto | Julho 2004

Fase de Projecto | Obra concluída em 2008

O Projecto de Arquitectura do Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão, desenvolvido no âmbito da Divisão de Estudos e Projectos da Câmara Maunicipal de Santo Tirso, teve por base um conteúdo programático de natureza pedagógica e interpretativa, configurando o sector nuclear do edifício composto por sala de serviços educativos, apoiada por meios multimédia, associada a um espaço destinado à exposição permanente.

O restante programa é constituído pelo apoio administrativo incorporado pelas áreas de átrio, informação e secretariado, bem como pelas salas de restauro, gabinetes e ainda pelos sanitários, vestiários e área técnica.

Uma sala polivalente integra o programa, podendo conferir uma certa versatilidade quanto ao dimensionamento do espaço interior, sem que se ponha em causa a volumetria do edifício, bem como a sua orgânica espacial.

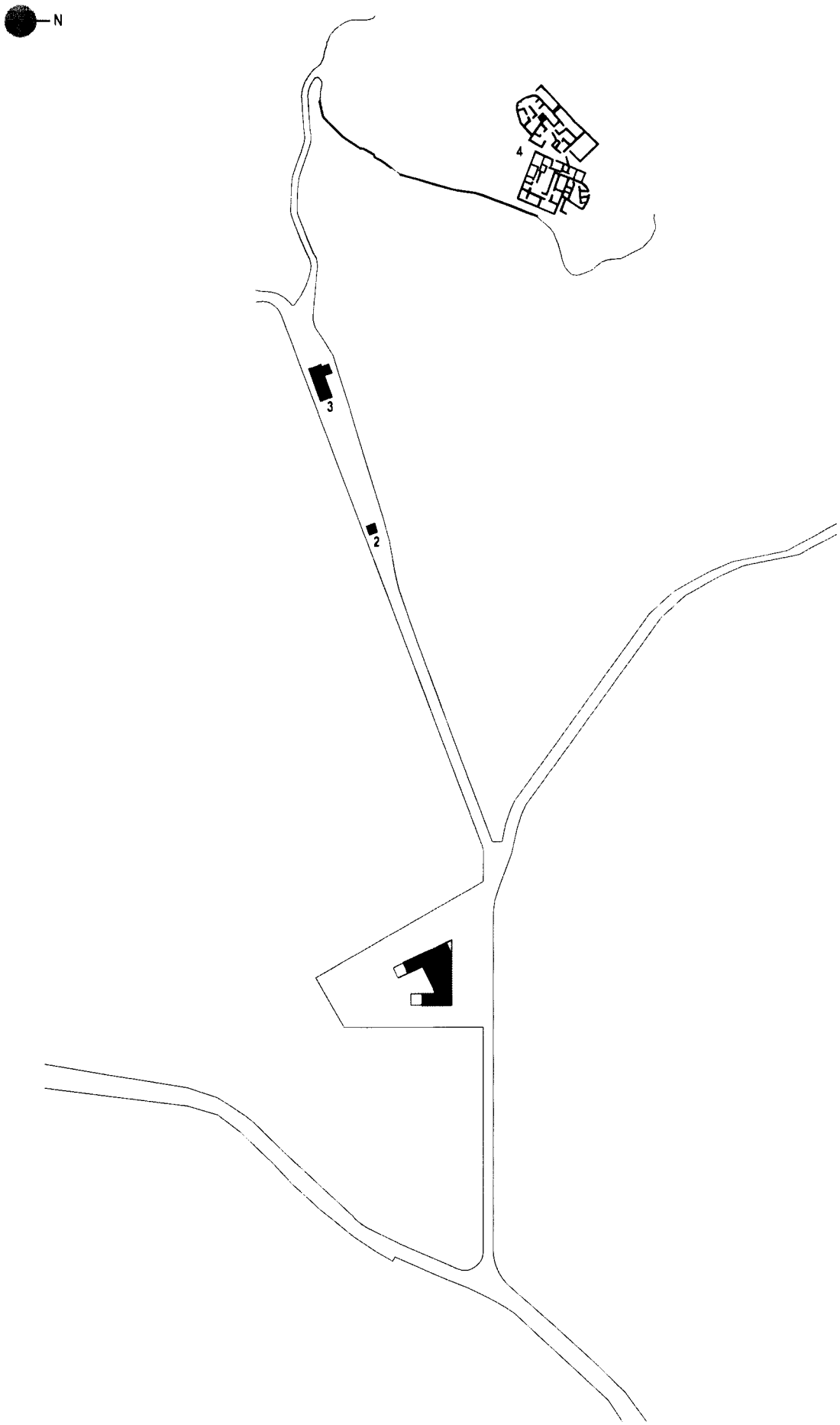
Em termos conceptuais, a proposta resulta na natureza morfológica do terreno e pretende ter presente os "códigos e conteúdos de assentamento do castro".

Considerando que o edifício deverá constituir uma plataforma interpretativa dos elementos mais representativos do lugar, no desenvolvimento do projecto, o arquitecto deu especial atenção à volumetria e à linguagem arquitectónica, de modo a integrar uma intervenção contemporânea.

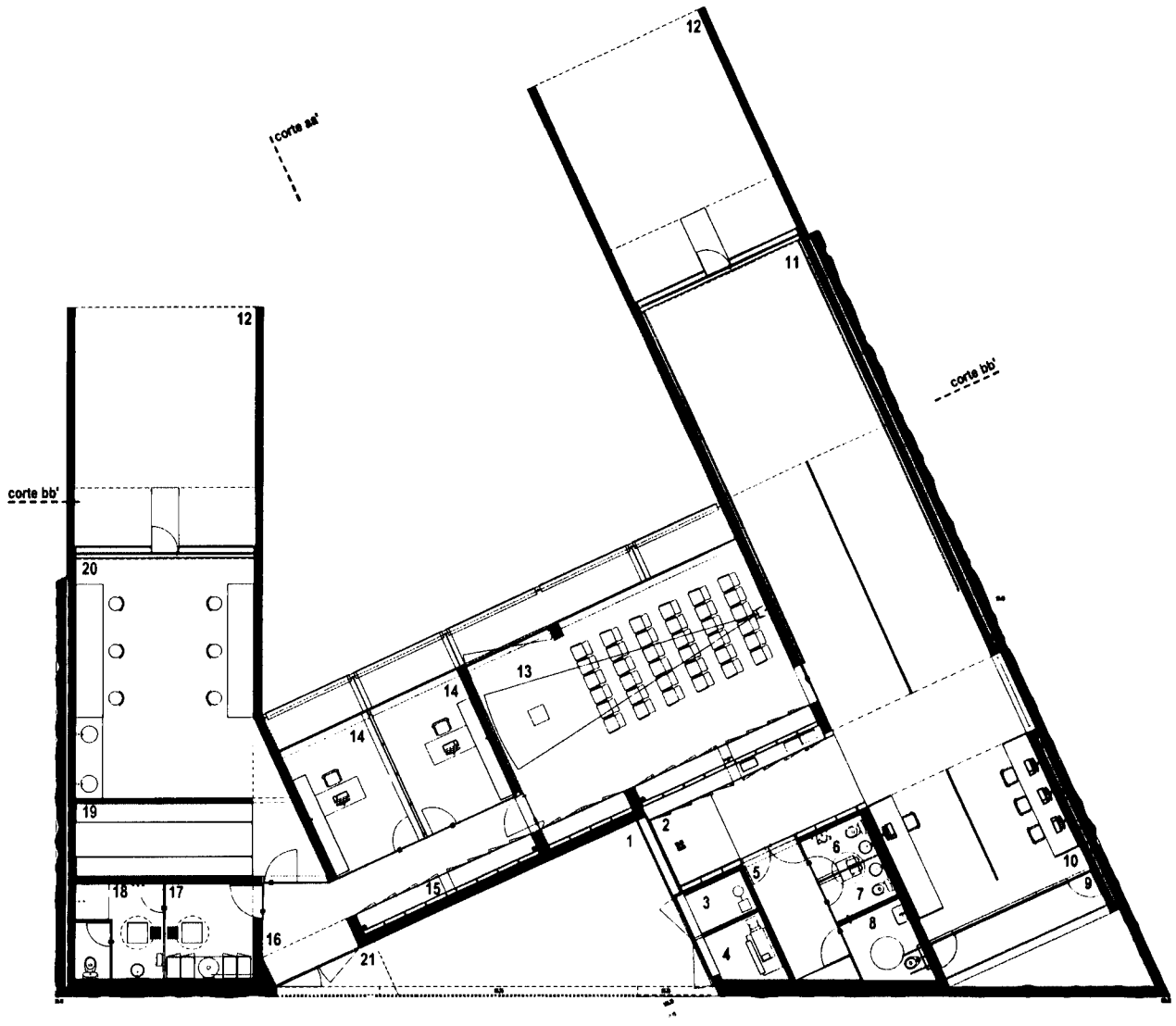
As fachadas compõem-se por duas alvenarias tipo, sendo uma composta por pedra vã de granito, constituindo as paredes cegas, e a outra de tijolo rebocado e pintado, cujos paramentos se associam aos vãos.

No desenvolvimento do projecto de arquitectura, de referir a decisão de conservar as espécies arbóreas mais relevantes, existentes no terreno a intervir, integrando-as de algum modo na configuração do lugar, (PINTO, 2004, s.p.).

Encarando o edifício como "uma plataforma interpretativa dos signos mais representativos do lugar, foi dada especial atenção à sua volumetria e à linguagem arquitectónica que o caracteriza, recorrendo a padrões de composição nítidos, talvez mesmo elementares, mas que, de modo significativo, lhe conferem uma autonomia formal que é necessária para a definição de uma intervenção contemporânea de qualidade." (MOREIRA, 2005, 59).

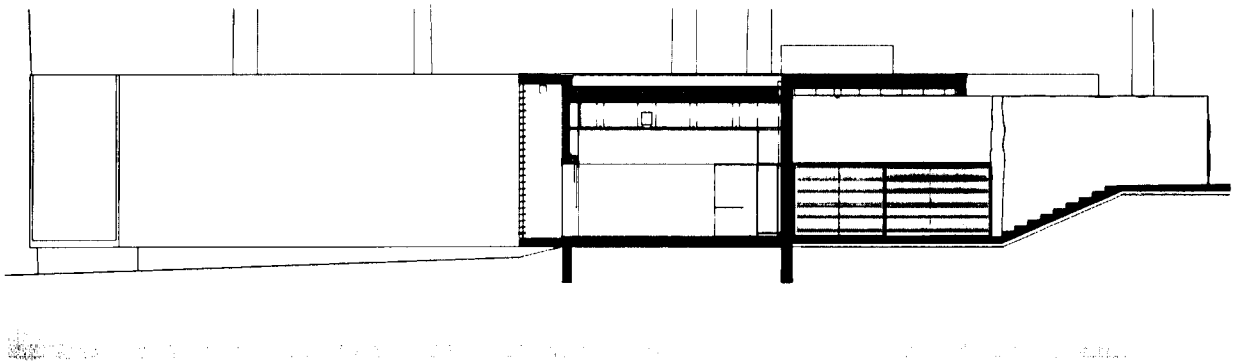


Planta de Implantação | 1Centro Interpretativo 2Cruzeiro 3Capela 4Ruína escavada e visitável

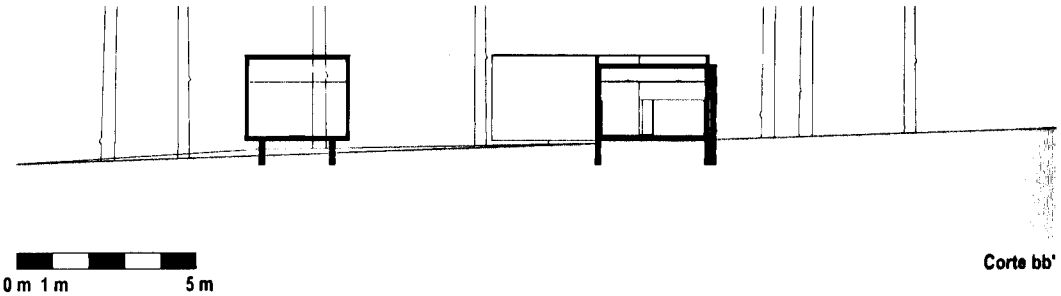


0 m 1 m 5 m

Planta de Implantação | 1acesso principal 2átrio 3área técnica 4área técnica 5distribuição 6instalações sanitárias (masculino) 7instalações sanitarias (feminino) 8instalações sanitárias (deficientes) 9pátio exterior 10recepção/loja/multimédia 11sala de exposições 12pátio exterior 13palestras e confereências 14gabinete 15arquivo 16distribuição 17vestiário (funcionários) 18sanitários (funcionários) 19arrecadação 20sala restauro 21acesso de serviço

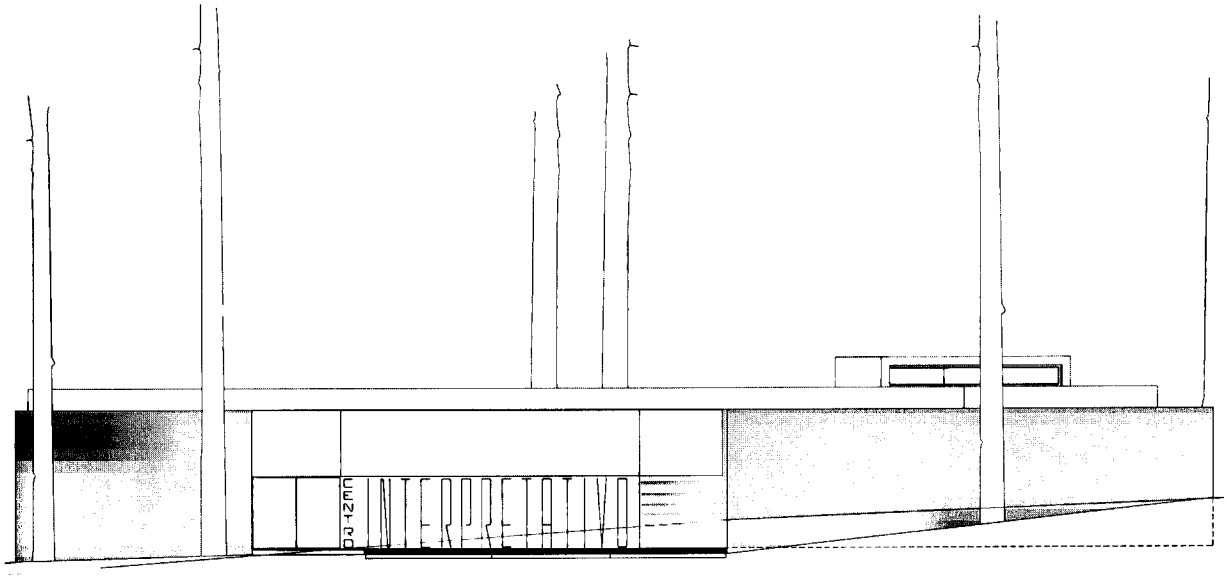


Corte aa'

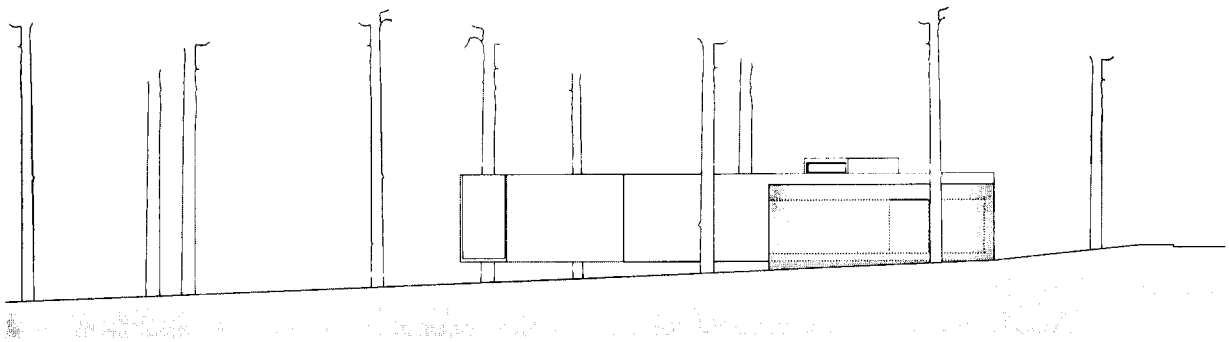


0 m 1 m 5 m

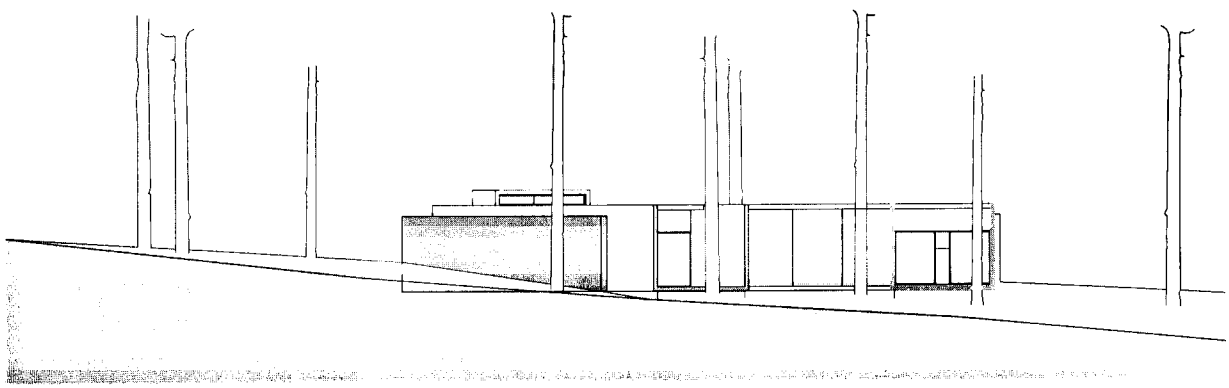
Corte bb'



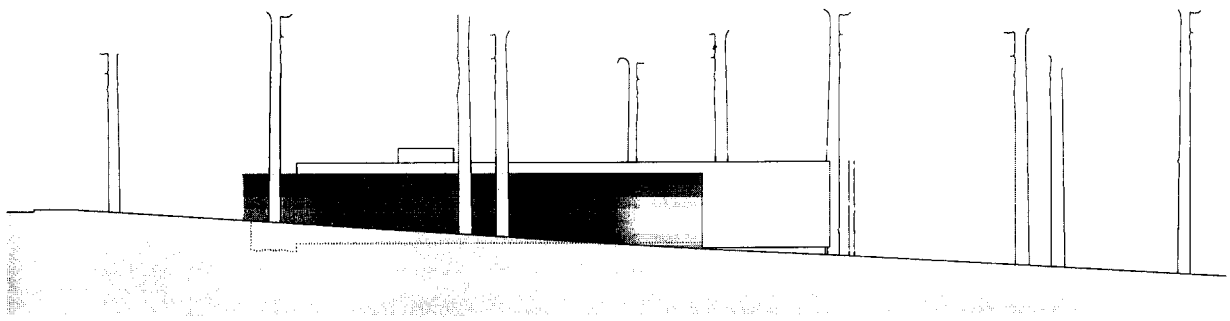
Alçado Norte



Alçado Nascente



Alçado Sul

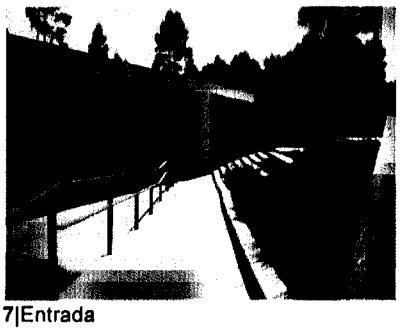


Alçado Poente

0 m 1 m 5 m



6|Fachada frontal



7|Entrada



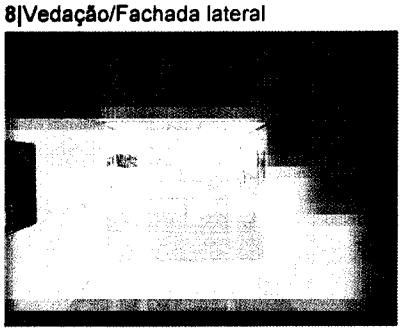
8|Vedação/Fachada lateral



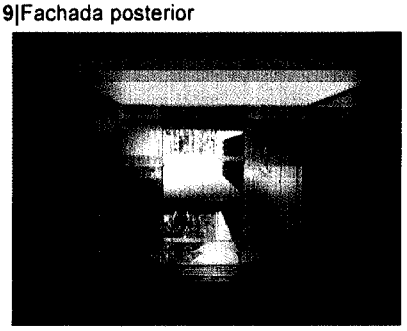
9|Fachada posterior



10|Fachada posterior



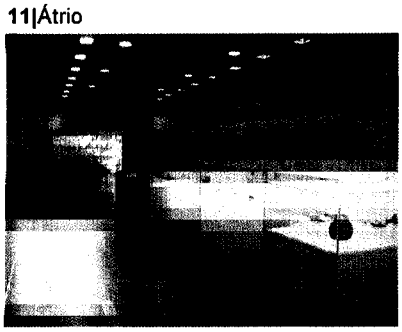
11|Átrio



12|Átrio/Recepção



13|Sala de exposições



14|Sala de exposições



15|Sala de palestras e conferências



16|Sala de restauro

Referências Específicas | (MOREIRA, 2005); (MOREIRA, 2007); (PINTO, 2004); (SANTO TIRSO, 2003); (SANTO TIRSO, 2008).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Câmara Municipal de Santo Tirso – peças gráficas do projecto de arquitectura.

18. *Villa* romana de Sendim





41°23'08.86"N 8°11'01.22"W **1|**Vista aérea



2|Ruínas da *villa* romana



3|Ruínas da *villa* romana



4|Ruínas da *villa* romana



5|Ruínas da *villa* romana

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico | *Villa* romana de Sendim

Protecção Legal | Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 67/97 de 31 de Dezembro de 1997)

Localização | Freguesia de Sendim, Concelho de Felgueiras, Distrito do Porto

Endereço | Lugar do Agrelo, 4610-731 Sendim, Felgueiras

Tutela | Câmara Municipal de Felgueiras

Responsável | Marcelo Mendes Pinto, Arqueólogo

Descrição | A *Villa* romana de Sendim consiste numa casa tipo da época romana, de grandes dimensões, datada do séc. I ao séc. V, aquando da hipotética acção de um incêndio.

Na sequência da expansão romana sobre os povoados fortificados (castros) no noroeste peninsular, surgiu em Sendim, uma casa senhorial, associada a uma grande propriedade agrícola que ocupava todo o vale de Jugueiros, drenado pelos rios Ferro e Bugio.

A propriedade do tipo *villa* constituía um modelo difundido no mundo romano, composto pelo *ager* (terras agrícolas), pelo *saltus* (pastoreio na meia encosta) e pelo *silva* (floresta), traduzindo-se num território com dinâmicas próprias.

Deste modo, para além da casa principal (*pars urbana*), há a contabilizar, também, as instalações agrícolas, como os lagares, os celeiros, os estábulos dos animais e as instalações dos escravos (*pars rústica*).

A casa principal que encimava a villa, segundo o arqueólogo Marcelo Mendes Pinto (2008), terá tido origem na segunda metade do século I d. C., dada a natureza dos elementos cerâmicos na vala de fundação da fachada Norte.

Funcionalmente, a casa desenvolve-se em torno de um grande peristilo, ao qual se associa o *triclinium*, sendo que os grandes corredores que percorriam o peristilo permitiam o acesso aos quartos, salas, cozinha e restantes dependências da casa.

O mosaico constituía o material eleito para a pavimentação da casa, revelando a riqueza do conjunto.

O séc. III marcou um passo importante na transformação da casa, com a introdução de uma nova valência, as termas, por trás do primitivo *triclinium*.

Estima-se que a casa romana tenha uma área base de 1200 m^2, composta por, pelo menos, um piso superior, sugerido pelos vestígios dos alicerces de uma escada.

Após a remodelação do séc. III, a unidade continuava a ser habitada ao longo do séc. IV, sendo que no séc. V foi alvo de um grande incêndio, fruto da chegada dos suevos.

No entanto, dada a robustez da casa, a mesma continuava a ser usufruída durante o séc. VI e VII, através de algumas intervenções.

A quantidade de cerâmica medieval e moedas encontradas junto das ruínas, induz para a reocupação de algumas dependências, ao longo da Idade Média e até ao séc. XVII.

As ruínas e os achados revelam muito das técnicas construtivas aplicadas, assim como sobre a cerâmica comum e de importação, a qual revela o estatuto civilizacional das populações.

De registar, também, o aparecimento de vidros, de recipientes metálicos, de moedas, elementos que deixam vislumbrar o nível de sofisticação no quotidiano dos que aqui viveram, (PINTO, 2008, s.p.).

O Histórico | Em 1992, aquando dos trabalhos de desaterro para a concretização das fundações, no processo de construção de uma habitação unifamiliar, na freguesia de Sendim, junto à Igreja Paroquial, surgiram vestígios abundantes de cerâmicas e muros, os quais, através de uma campanha arqueológica de emergência, se revelaram de origem romana. Tratava-se do aparecimento de pisos pavimentados com mosaicos, perfazendo desenhos geométricos, constatando-se, desde então, a existência de uma *villa* romana, sendo que já nos anos trinta, Ruy de Serpa Pinto alertara para a possibilidade da existência no local de uma *villa* romana.

Face a tal cenário, em 1994 a Câmara Municipal de Felgueiras atingiu uma plataforma de entendimento incorporada com a indemnização do proprietário, por parte do IPPAR, face aos inconvenientes causados, passando à aquisição do terreno e construções anexas com cerca de 2500m^2.

A Câmara Municipal de Felgueiras criou, em 1995, um Gabinete de Arqueologia, no sentido de se adoptar uma intervenção sustentada, viabilizando e auxiliando o desenvolvimento das acções de recuperação, valorização e divulgação da Villa romana de Sendim.

Em 1997 a Câmara Municipal desenvolve um projecto de candidatura ao Sub-Programa C do PRONORTE, visando a divulgação dos achados, bem como a respectiva musealização, tudo sob orientação do arqueólogo responsável pelo sítio, Marcelo Mendes Pinto.

Em 20 de Outubro de 2000 a Câmara Municipal de Felgueiras formalizou a candidatura do Projecto *Villa Romana de Sendim / Centro Interpretativo e Gabinete de Apoio Arqueológico* ao Programa Operacional da Região Norte, Eixo Prioritário III, Medida 3.9 – Cultura, (FELGEUIRAS, 2000, s.p.).

Posteriormente, foi homologado, em 7 de Março de 2005 o projecto *Villa romana de Sendim / Centro Interpretativo (2ª fase), Valorização / Dinamização*, cuja candidatura foi formalizada pela Câmara Municipal de Felgueiras, com vista ao prosseguimento das acções desenvolvidas na candidatura anterior, de modo a dotar o lugar de maior capacidade laboratorial e de depósito, (FELGUEIRAS, 2004, s.p.).

Objectivos Gerais | O processo de intervenção na *Villa* romana de Sendim pretendeu dotar a zona Norte do Douro de uma estação arqueológica com vista à compreensão da ocupação e exploração deste território, desde a Proto-História, integrando a *villa* no roteiro arqueológico e cultural do Noroeste Português.

A criação de um Centro Interpretativo e Gabinete de Apoio Arqueológico permitiriam a compreensão correcta do funcionamento de uma grande unidade agrícola na época romana, pondo-se à disposição dos visitantes alguns materiais mais significativos, devidamente identificados.

Em suma, a gestão do sítio pretendeu concretizar um conjunto de acções com vista à visita e compreensão da *villa,* assegurando-se um conjunto de serviços de apoio, ao nível da conservação, investigação, bem como acompanhamento gráfico audiovisual dirigido ao visitante.

Os destinatários do projecto incorporam três tipos de público específicos, tais como a população escolar de Felgueiras, do vale do Sousa e do Norte, as Associações Culturais do concelho e do Vale do Sousa, bem como a população em geral, (FELGUEIRAS, 2000, s.p.).

Concepção do Sítio como Estratégia de Gestão | A gestão do sítio, com o projecto *Villa Romana de Sendim/Centro Interpretativo e Gabinete de Apoio Arqueológico*, visou a intervenção arqueológica, numa primeira fase, com vista às obras de recuperação dos edifícios, para aí ser instalado o Centro de Interpretação e Gabinete de Apoio Arqueológico, bem como os arranjos exteriores e, posteriormente, a preservação dos muros e mosaicos.

O processo de conservação no local implicou a protecção com uma cobertura que, aquando da candidatura, se pretendia apenas provisória, tendo sido providenciada pela Câmara Municipal de Felgueiras.

Os edifícios pré-existentes, também propriedade da Câmara Municipal, seriam alvo de reabilitação, permitindo o funcionamento de uma recepção e de um Centro Interpretativo, no piso superior, instalações sanitárias, sala seca, gabinete de investigação e laboratório, no piso inferior, ao passo que, um novo edifício permitiria o armazenamento do material recolhido nas investigações.

Em termos de concepção do sítio arqueológico foram definidos alguns princípios, entre os quais se enumera a questão da implementação dos edifícios de raiz, cuja implantação se deve a uma intenção de remate a Norte do terreno, quer em termos formais, quer no que se refere à criação de uma barreira visual em relação à mancha urbana.

A implantação do Centro Interpretativo no piso superior da pré-existência, deve-se à sua relação com o exterior, permitindo, assim, a dinâmica de um percurso de visita, com os esclarecimentos antes da tomada de contacto com as ruínas.

Em termos de materialização do processo de reabilitação, impunha-se que a estrutura da construção não fosse alterada, mantendo-se as paredes em alvenaria de granito, tendo sido necessário tomar as juntas e anular as cornijas existentes em betão, passando-se à reposição da cobertura através de um sistema construtivo tradicional de asnas de madeira, forro, ripado e telha cerâmica. Os vãos das portas e janelas foram previstos pela gestão do sítio encerrados com caixilharia em madeira para envernizar, (FELGUEIRAS, 2000, s.p.).

Dado o desenvolvimento do lugar, a 2ªfase de candidatura ao Programa Operacional da Região Norte previa a construção de um segundo módulo de apoio, arranjos exteriores e a vedação da estação arqueológica, a qual teria de permitir o contacto visual, mas, por outro lado, garantindo a segurança do lugar perante acções abusivas.

O programa previsto para a valorização e dinamização de todo o espaço arqueológico contemplava um gabinete de trabalho e uma sala para armazenamento do acervo arqueológico, (FELGUEIRAS, 2004, s.p.).

Projecto | Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia de Sendim

Autoria do Projecto de Arquitectura | Virgíno Moutinho, Arquitecto

Data do Projecto | Novembro 2005

Fase de Projecto | Obra concluída

O projecto de arquitectura para o equipamento de apoio à Villa romana de Sendim, consiste num conjunto de valências vocacionadas para o público, adaptadas a uma casa antiga em pedra de granito, sendo que aos anexos se associaram as funções técnicas.

O referido projecto preconizou a recuperação da pré-existência, uma casa de apoio agrícola, no sentido de ser reposta a sua imagem original, cujo interior foi intervencionado de forma a acondicionar o centro interpretativo e recepção do visitante, no andar superior, bem como um gabinete de arqueologia e tratamento de materiais, no piso térreo. Nesse sentido, foi desenvolvida uma "pele interior" em aglomerado folheado a madeira, integrando os diversos equipamentos de exposição e multimédia.

Relativamente ao edifício de raiz, de referir que o mesmo foi concebido conceptualmente como um "edifício/contentor" com um desenho linear, de forma a ser encarado como um volume provisório. A

materialização do novo equipamento foi proposta em betão armado, associado a um forramento em painéis de madeira baquelizada sobre estrutura de chapa de aço inox.

Trata-se de uma intervenção, cujo fundamento se baseia na reinterpretação contemporânea da imagem da casa tradicional.

O programa constituinte do projecto de raiz baseia-se nas salas de reserva e tratamento do espólio arqueológico.

Ambos os edifícios se interligam através do tratamento da envolvente próxima, incorporado pelo empedrado de granito para o pavimento exterior, integrando um tanque pré-existente, também em granito, (MOUTINHO, 1998, 1).

A posterior candidatura do projecto *Villa Romana de Sendim/Centro Interpretativo (2ª fase), Valorização/Dinamização* deu origem a um novo projecto de arquitectura, relativo à edificação de um novo edifício na Estação Arqueológica de Sendim.

Trata-se de um novo volume localizado numa plataforma criada a Poente do edifício precedente, mas a uma cota inferior.

Do ponto de vista construtivo e da linguagem, o mais recente equipamento foi projectado de modo muito semelhante ao precedente.

No desenvolvimento do projecto, verificou-se a possibilidade de dotar este novo volume de uma cave com baixo pé-direito, apenas para guardar elementos de apoio ao trabalho arqueológico, cujo acesso se procede através de uma rampa.

No piso superior foi previsto um gabinete e uma sala de trabalho, no sentido de se potenciar os trabalhos arqueológicos e a investigação.

As caixilharias de madeira constituem o denominador comum de todas as edificações de apoio à estação arqueológica, fazendo a ponte entre a pré-existente casa agrícola e os novos volumes da contemporaneidade.

Ao nível da materialização interior, importa referir a semelhança entre os dois edifícios de raiz, sobressaindo o betão aparente com produto isolante transparente e pavimento de piso constituído por linóleo, sendo os pavimentos das varandas e cave, em betonilha pigmentada.

Em ambos os edifícios de raiz, o acesso às portas de entrada é feito sob a forma de escadas em chapa de aço corten, associadas a um elemento em vidro temperado, assente em estrutura metálica, localizado na parte superior do vão.

Aquando do desenvolvimento do projecto para o segundo edifício de raiz, foi concebido o projecto de arranjos exteriores da Estação Arqueológica de Sendim, pelo mesmo arquitecto, sendo que o referido projecto focalizou-se sobretudo na execução de uma vedação delimitadora do perímetro do terreno, na reorganização do interior do lote, sob a forma de pavimentos, muros de suporte e tratamento de jardim.

A rede metálica plastificada suportada por postes com a mesma composição, constitui a vedação e portões de acesso, sendo que na rua, a Nascente, foi prevista aplicada sobre um muro de pedra, definido com aparelho irregular e em socalcos.

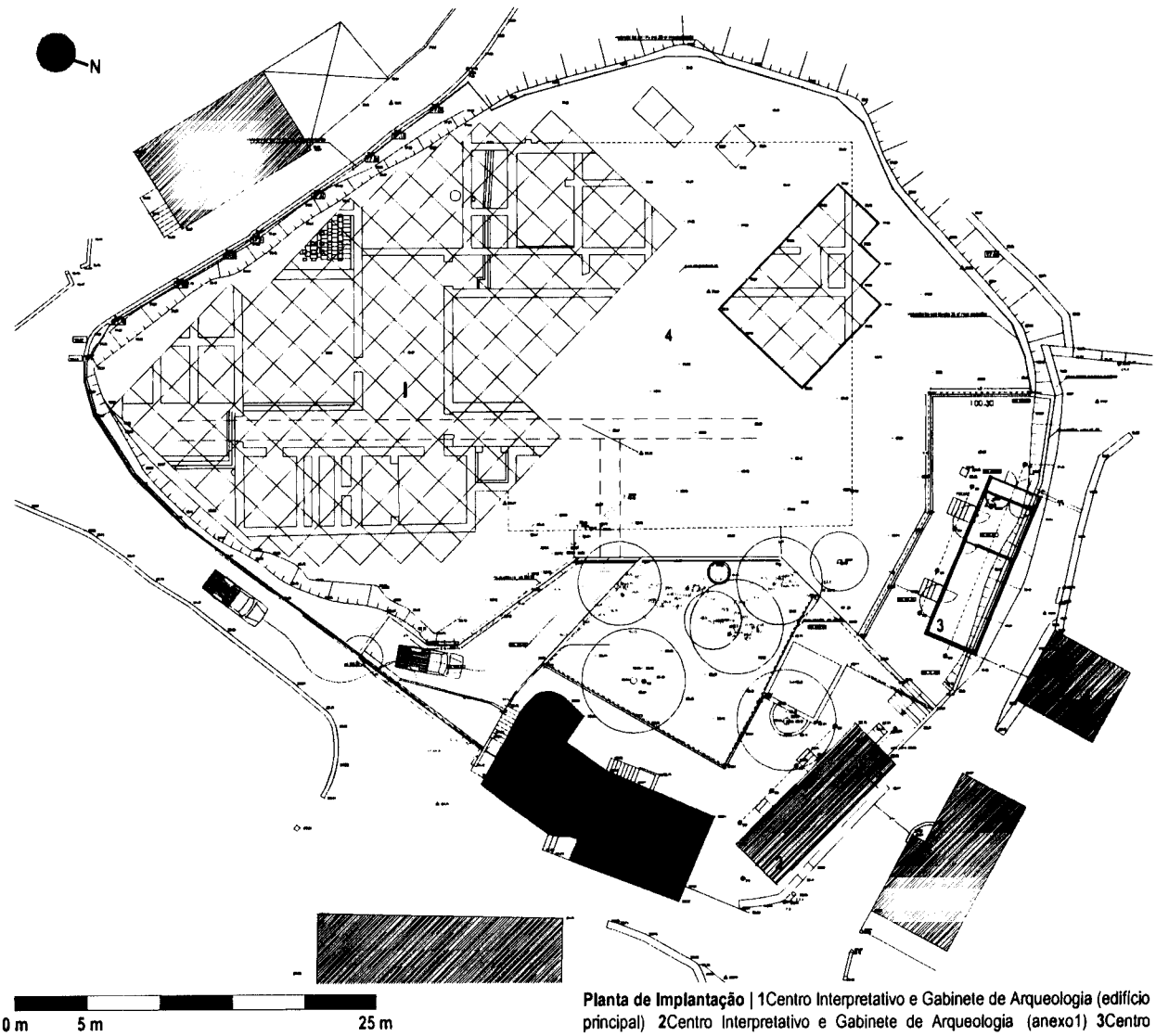
Os muros de betão também foram previstos para a delimitação do terreno, coincidindo com a localização dos edifícios de raiz, do mesmo material, os quais foram encimados por vedação em perfil de ferro pintado.

Na configuração do interior do lote, foi planeada a construção de um muro de pedra irregular e degraus em granito, estabelecendo a relação entre as diferentes cotas das plataformas associadas aos novos edifícios, sendo que o referido muro se estende para Sul, limitando a plataforma de jardim até ao percurso da entrada de veículos.

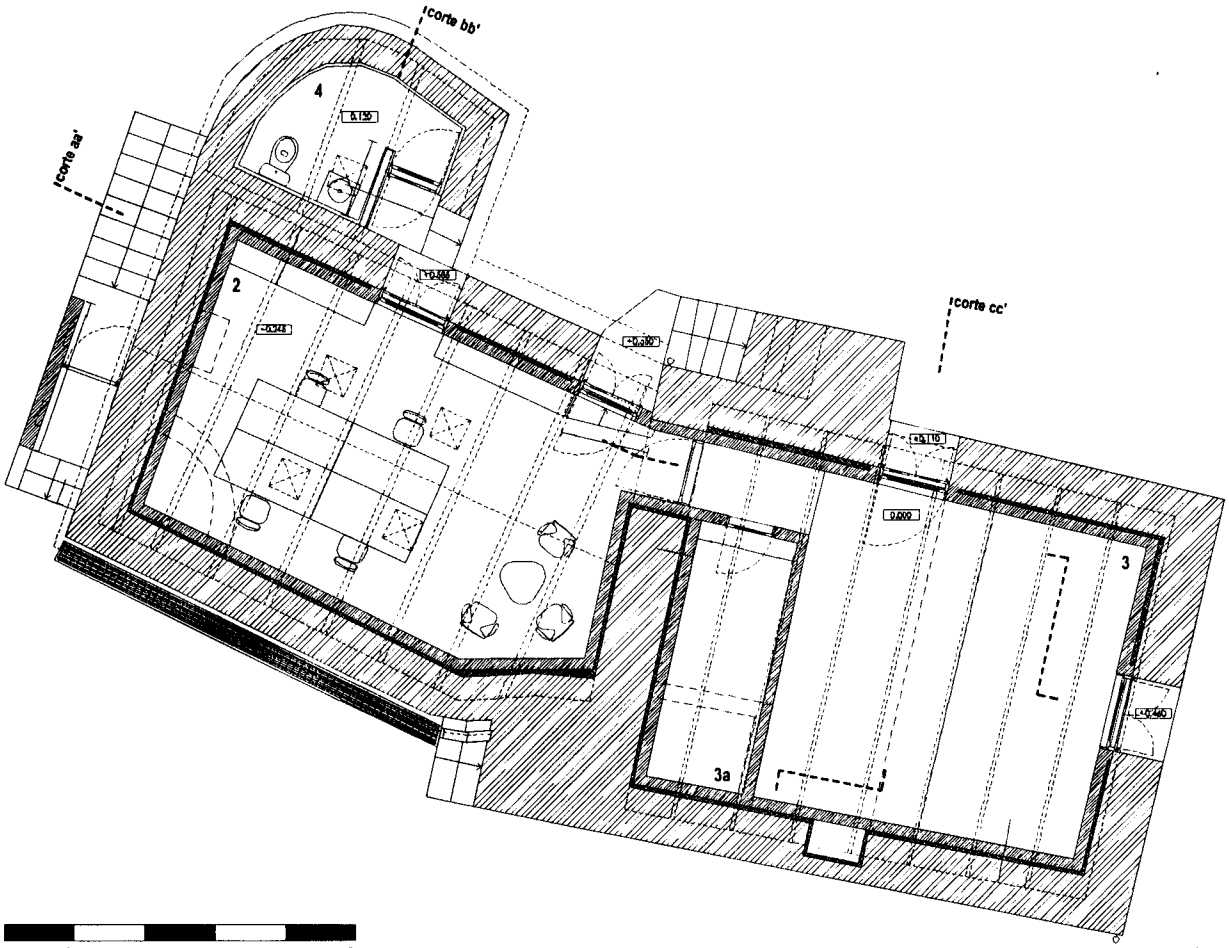
O percurso automóvel foi previsto pavimentado em saibro, sendo o pavimento associado ao edifício pré-existente em cubo de granito miúdo, limitado por guia de granito bujardado, ao passo que o tratamento de jardim foi previsto com sementeira de prado.

O desenho dos arranjos exteriores foi desenvolvido na expectativa futura de integrar a construção de um passadiço metálico.

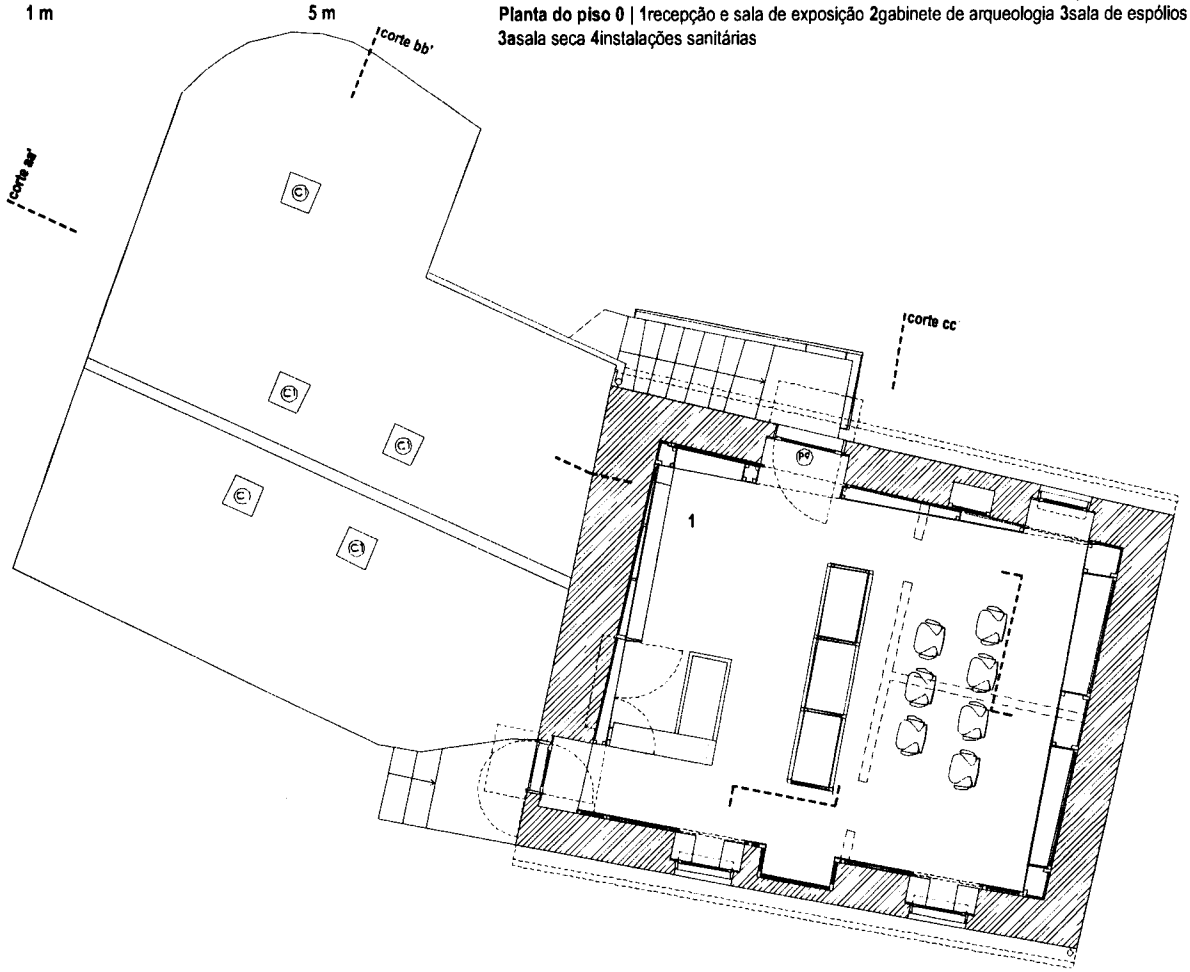
O presente projecto contemplou, também, a previsão de luminárias de pavimento e postes de baixa altitude, (MOUTINHO, 2005, 1).



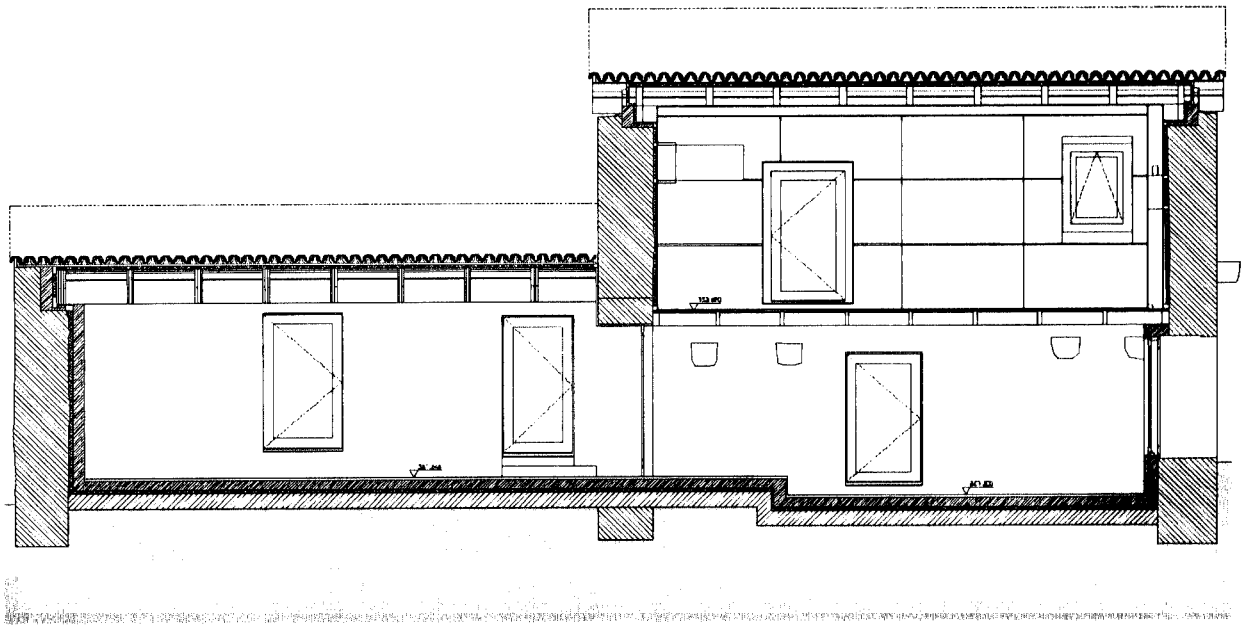
Planta de Implantação | 1Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (edifício principal) 2Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (anexo1) 3Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (anexo2) 4Ruinas da *villa* romana



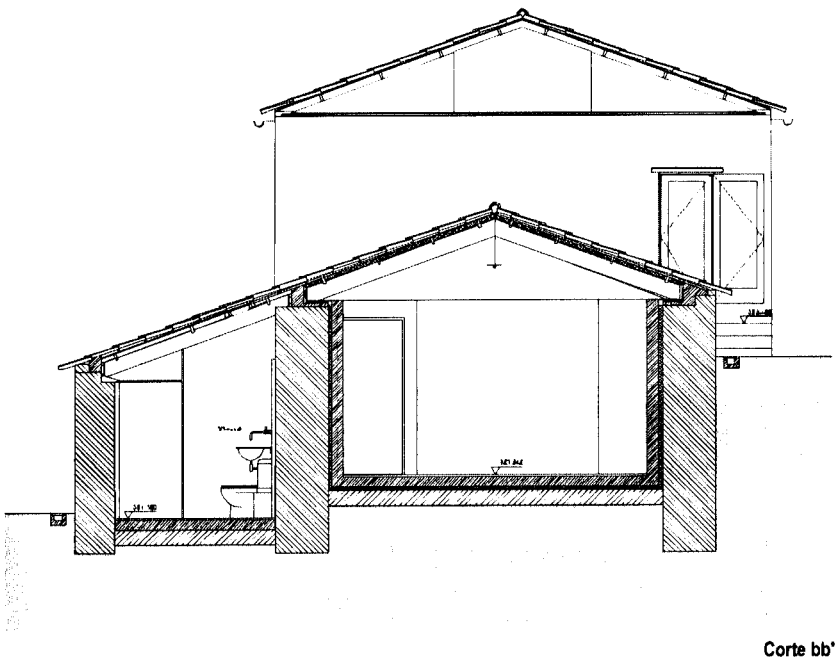
Planta do piso 0 | 1recepção e sala de exposição 2gabinete de arqueologia 3sala de espólios 3asala seca 4instalações sanitárias



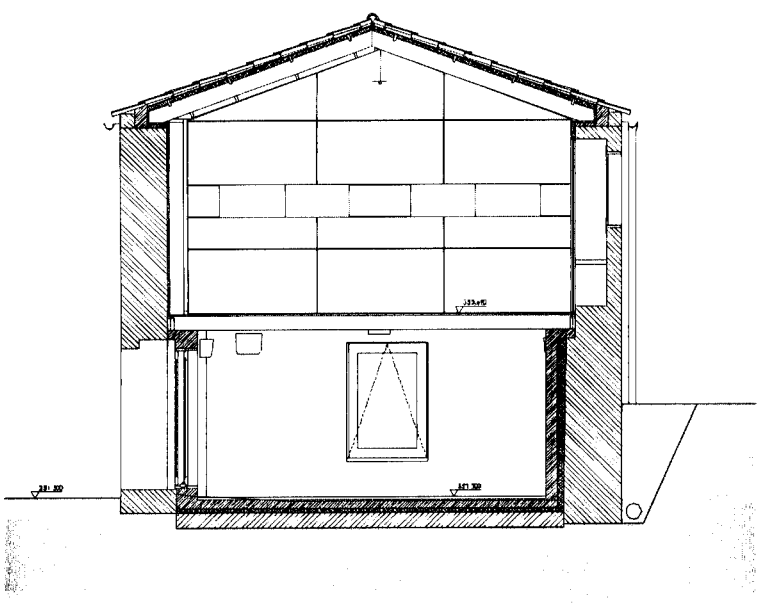
Planta do piso 1 | 1recepção e sala de exposição 2gabinete de arqueologia 3sala de espólios 3asala seca 4instalações sanitárias



Corte aa'

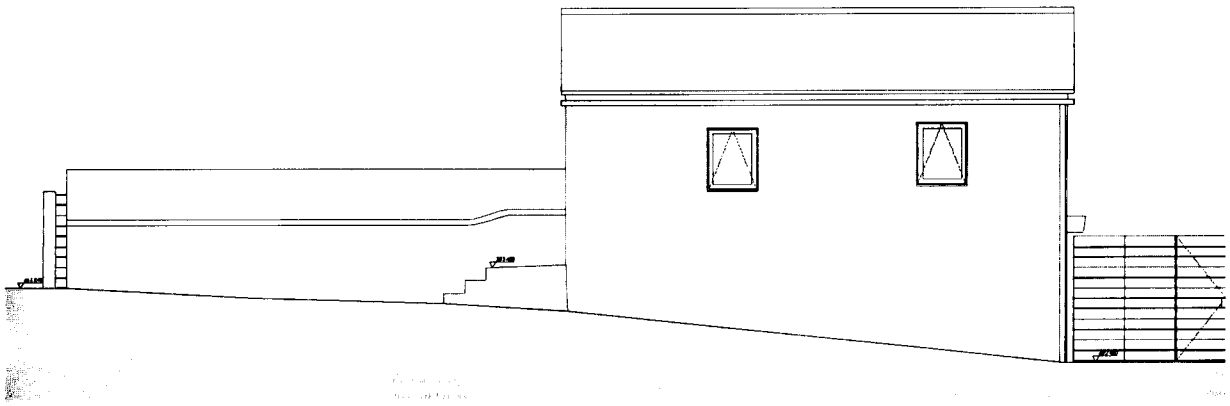


Corte bb'

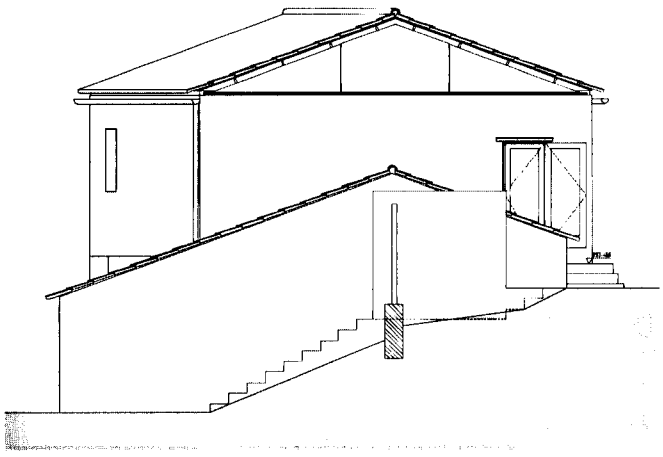


Corte cc'

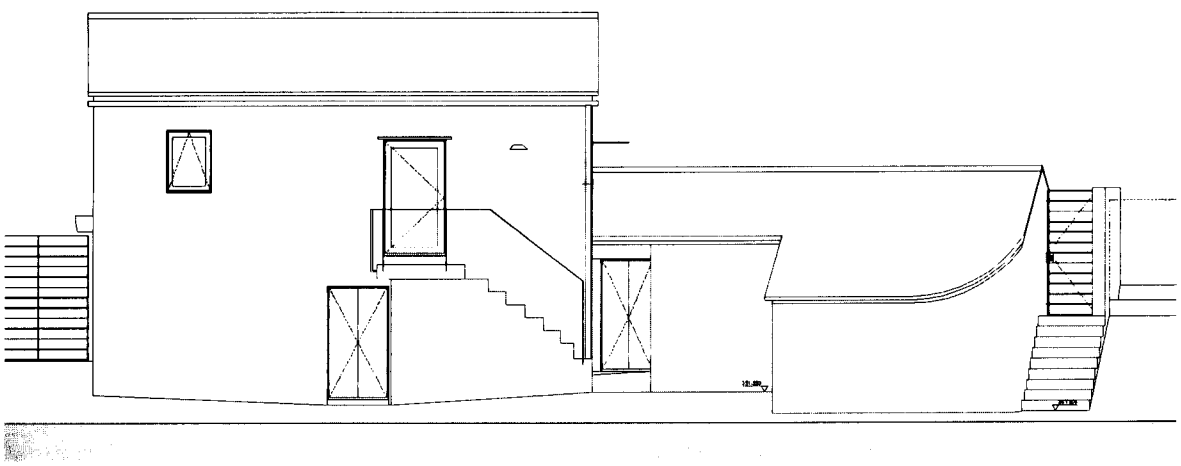
0 m 1 m 5 m



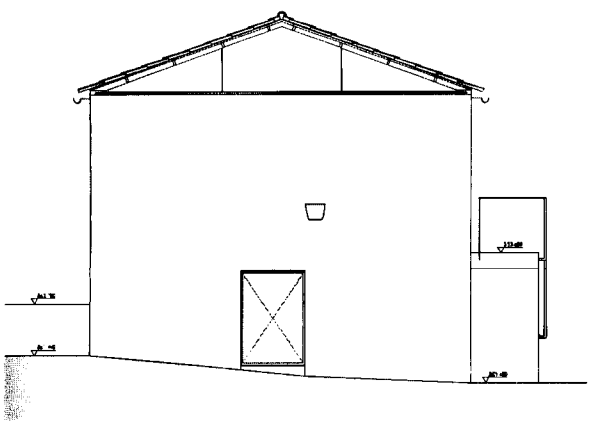
Alçado Nascente



Alçado Sul

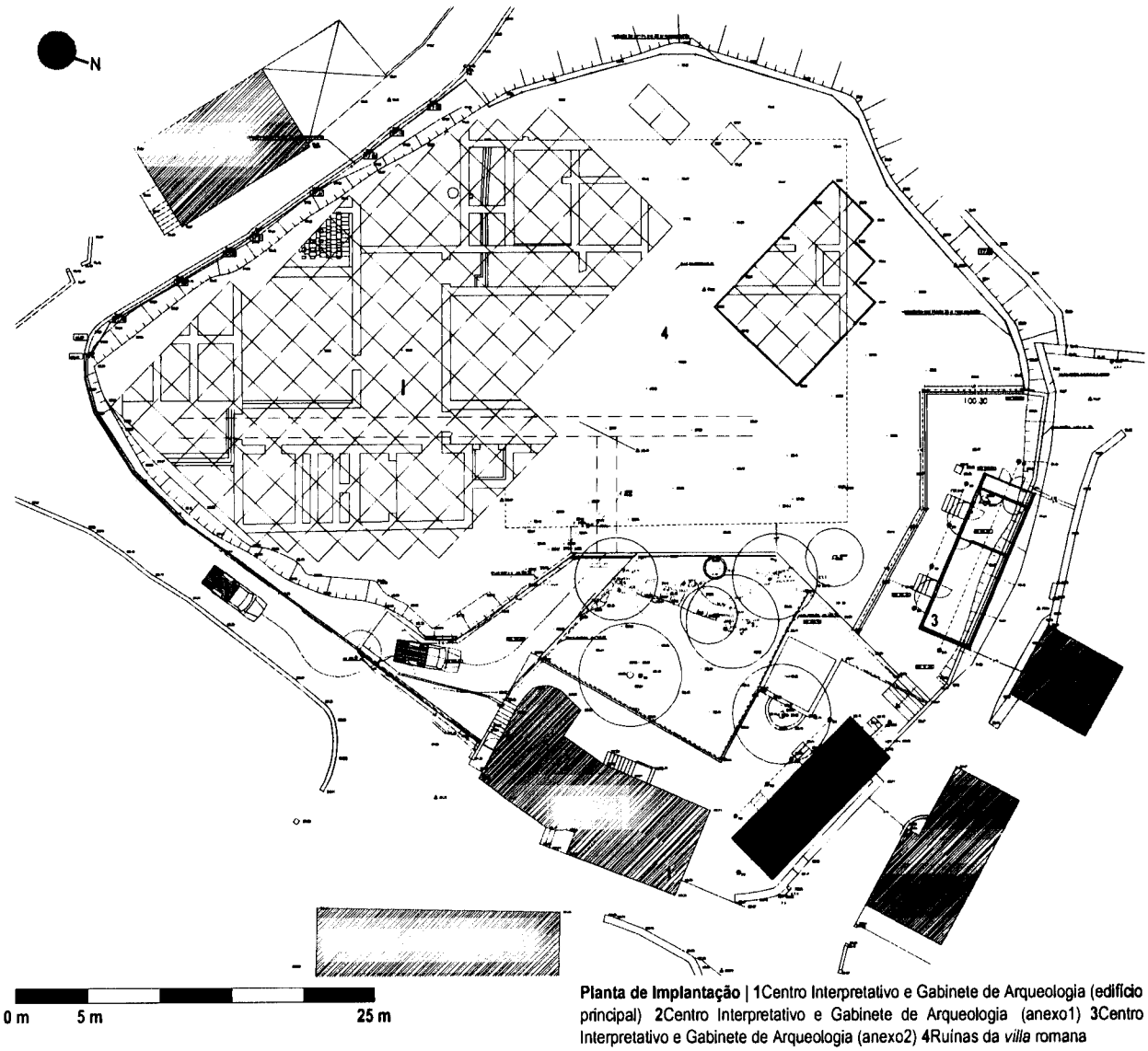


Alçado Poente

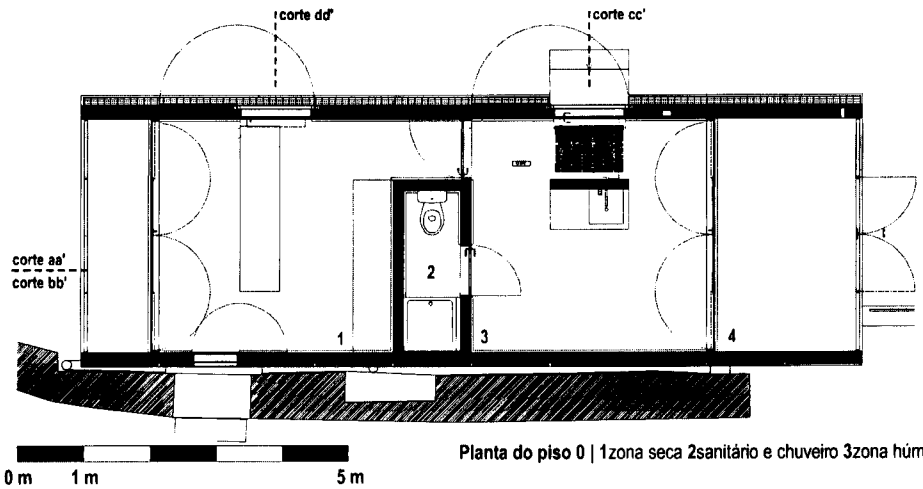


Alçado Norte

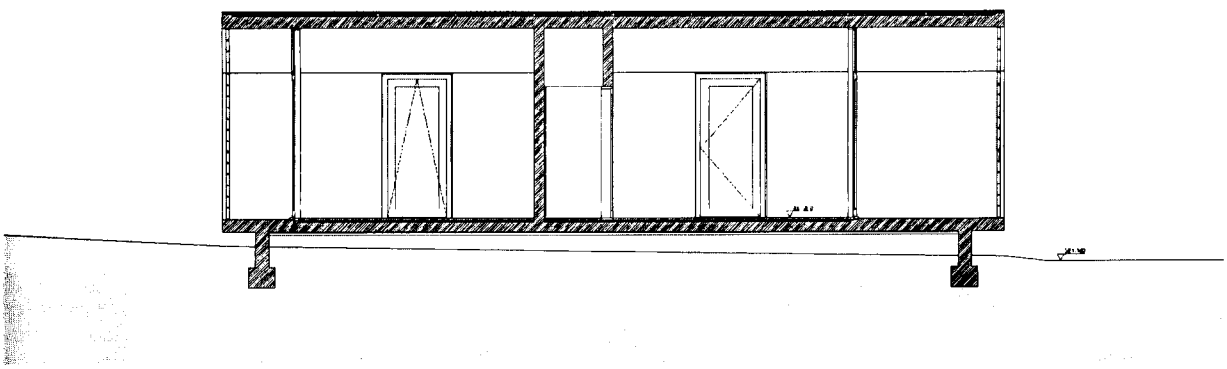
0 m 1 m 5 m



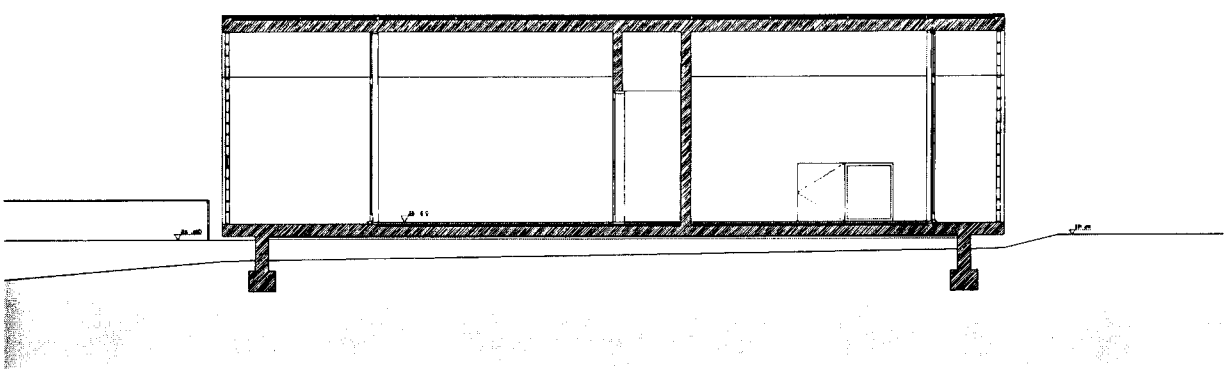
Planta de Implantação | 1Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (edifício principal) 2Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (anexo1) 3Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (anexo2) 4Ruínas da *villa* romana



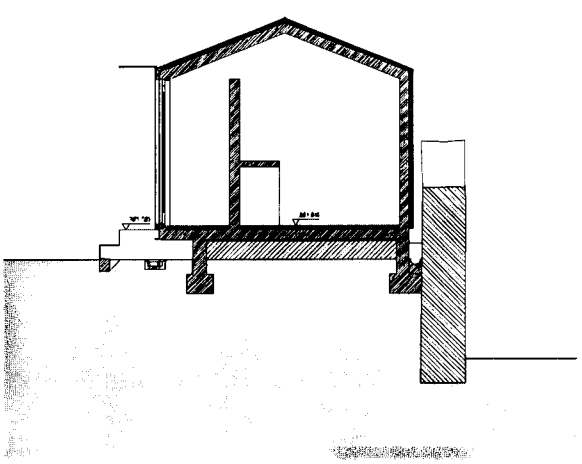
Planta do piso 0 | 1zona seca **2**sanitário e chuveiro **3**zona húmida **4**zona de arrumos



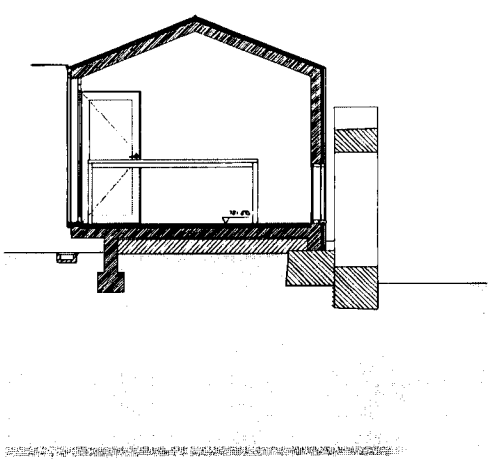
Corte aa'



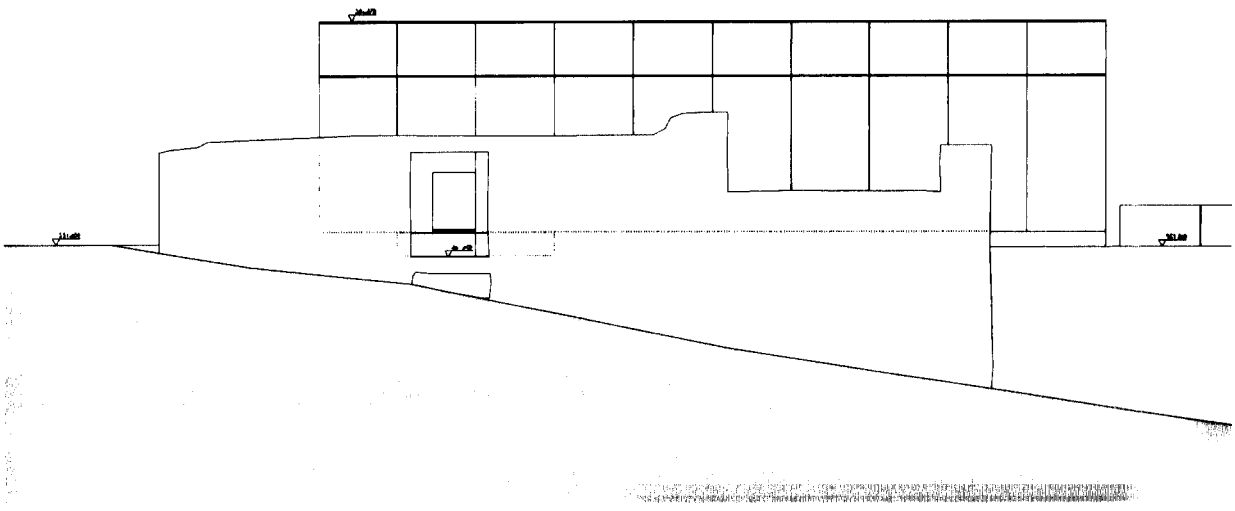
Corte bb'



Corte cc'

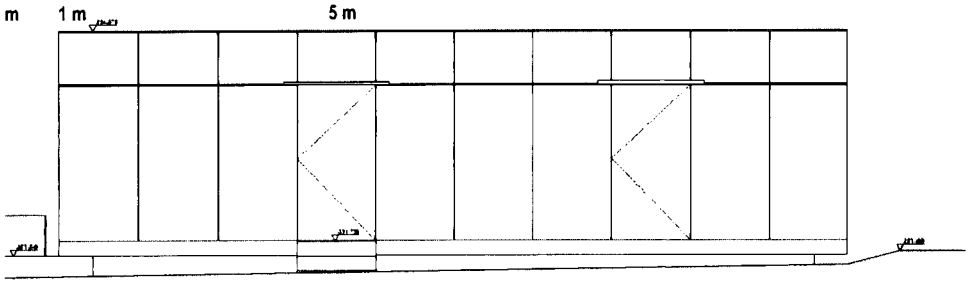


Corte dd'

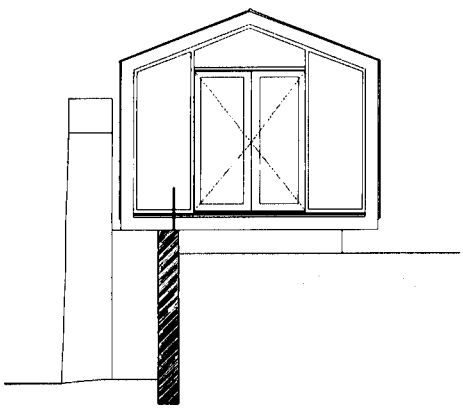


Alçado Norte

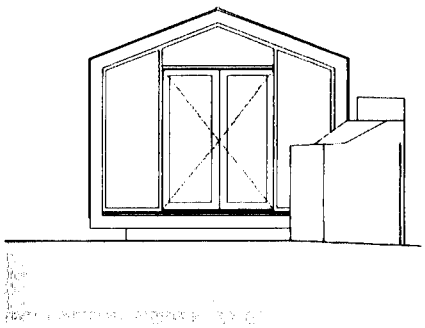
0 m 1 m 5 m



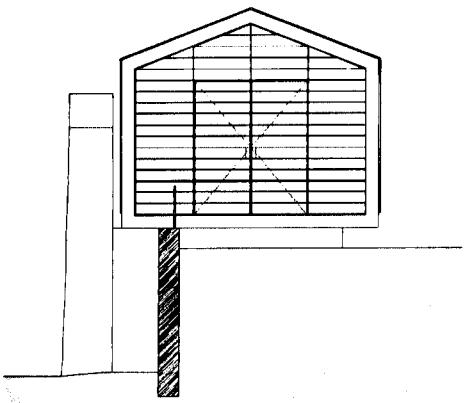
Alçado Sul



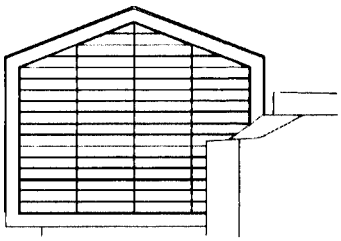
Alçado Poente



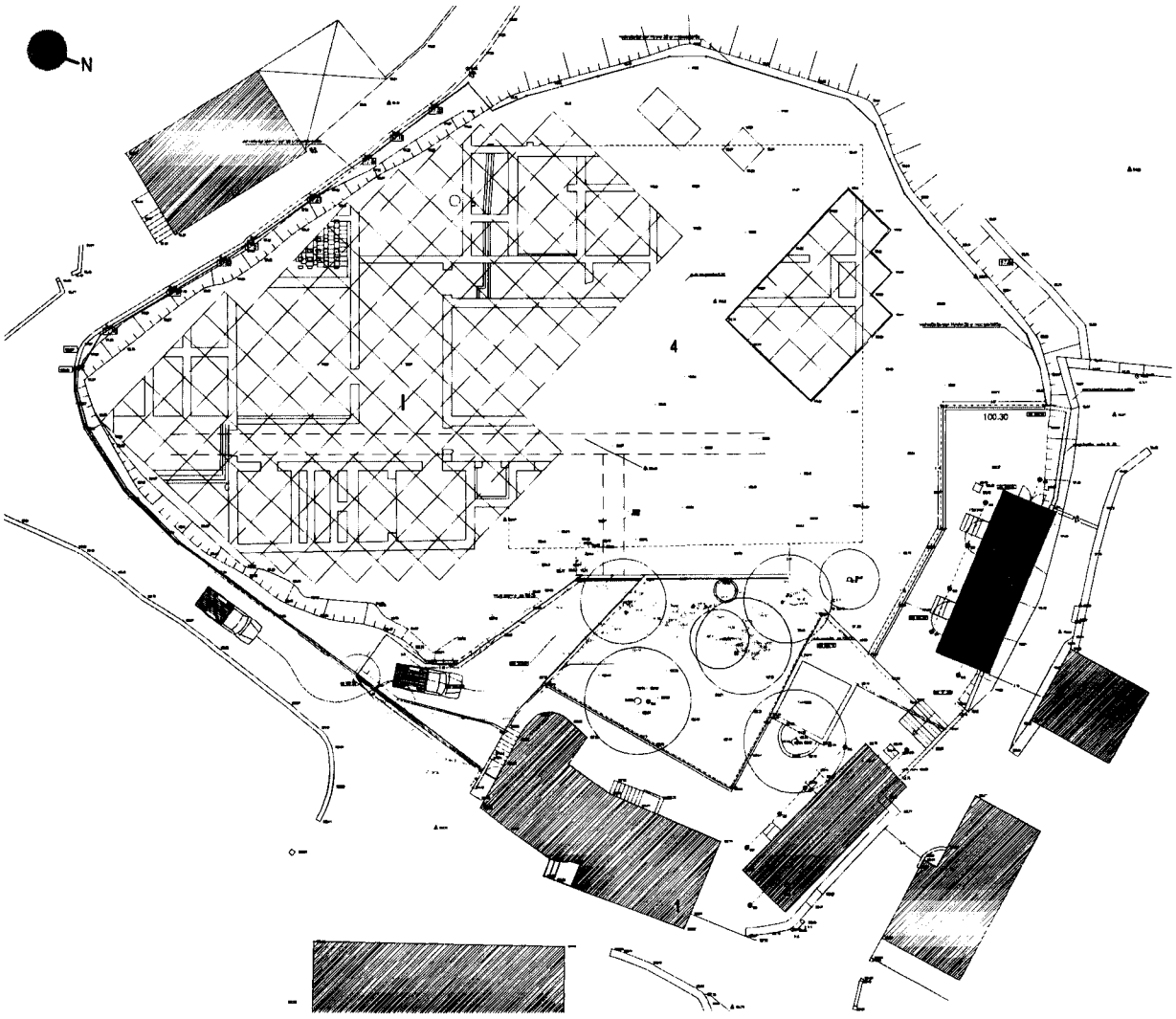
Alçado Nascente



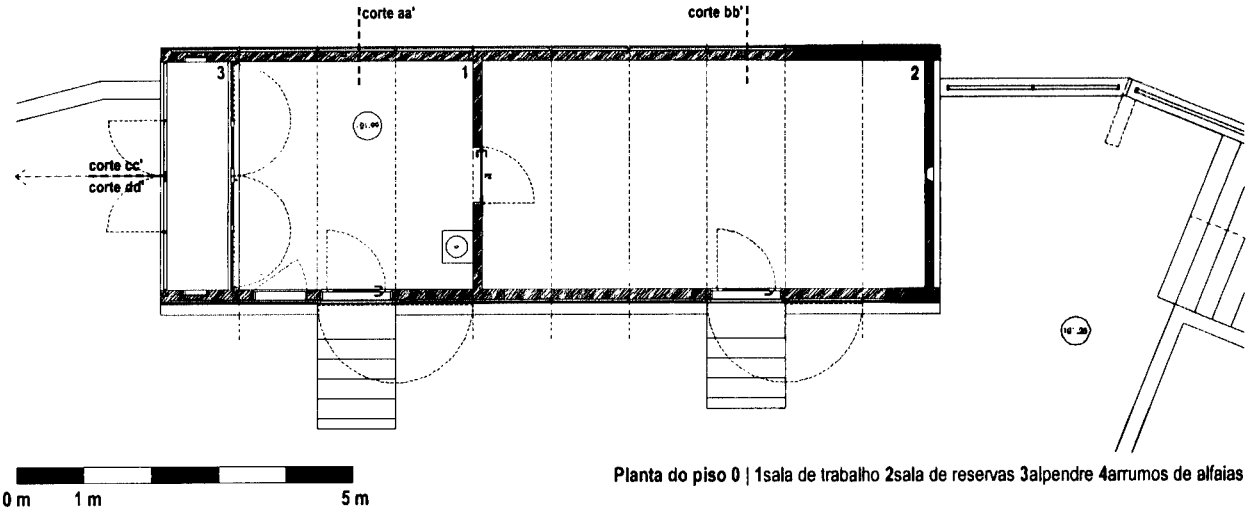
Alçado Poente c/ portadas



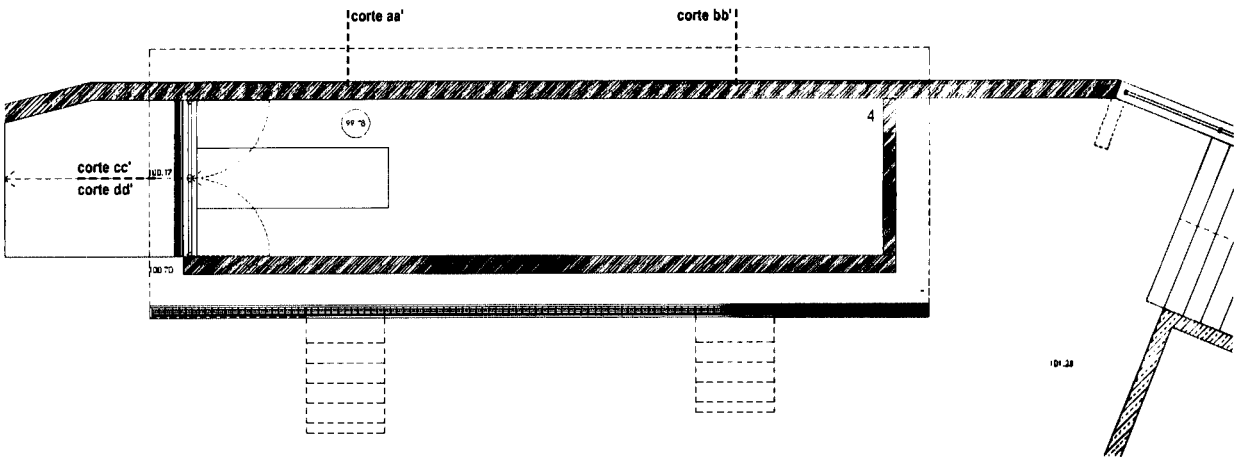
Alçado Nascente c/ portadas



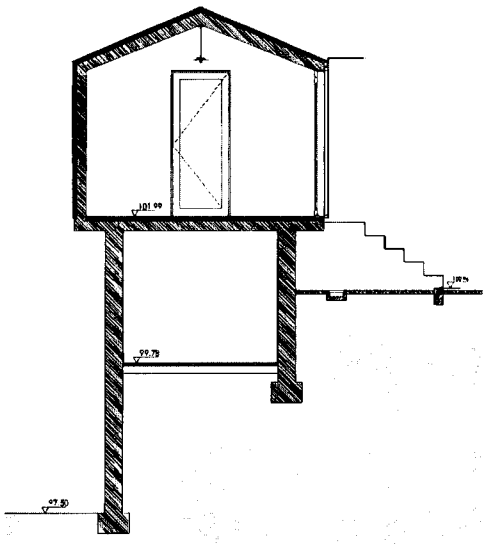
Planta de Implantação | 1Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (edifício principal) 2Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (anexo1) 3Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (anexo2) 4Ruínas da *villa* romana



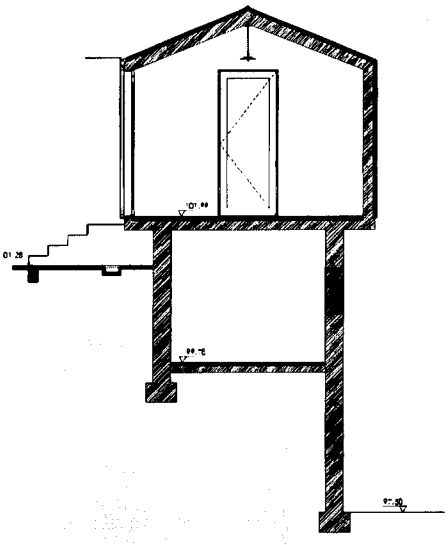
Planta do piso 0 | 1sala de trabalho 2sala de reservas 3alpendre 4arrumos de alfaias



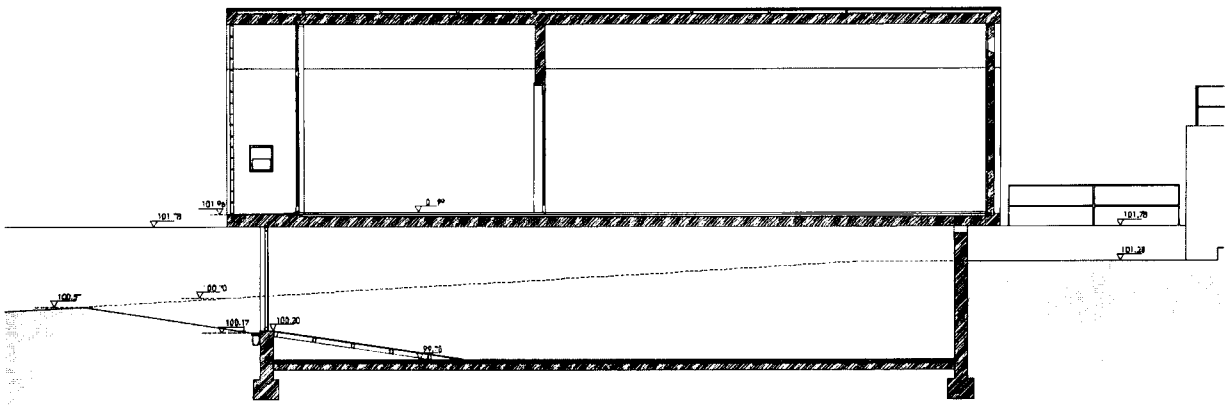
Planta do piso -1 | 1sala de trabalho 2sala de reservas 3alpendre 4arrumos de alfaias



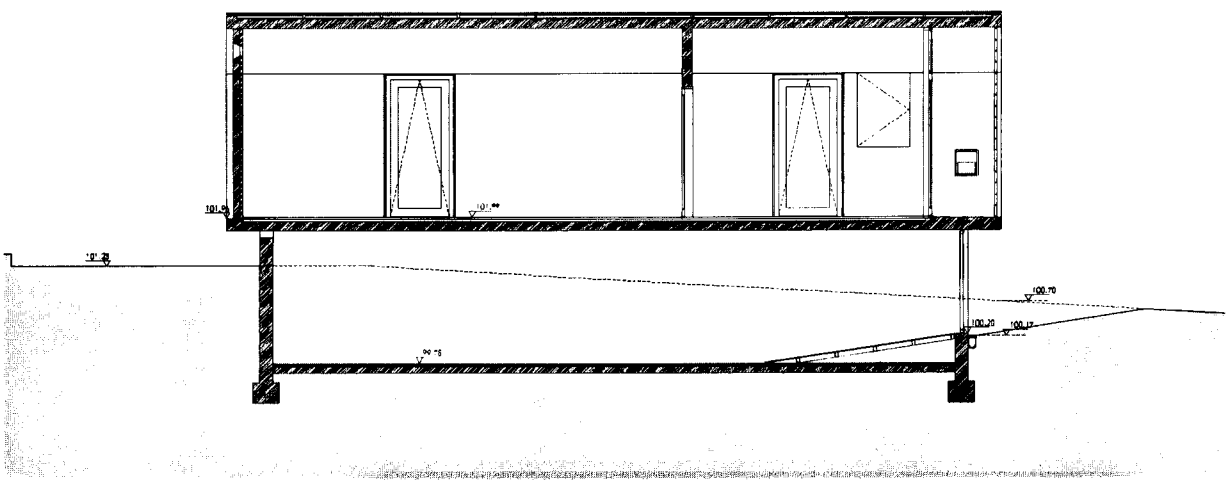
Corte aa'



Corte bb'

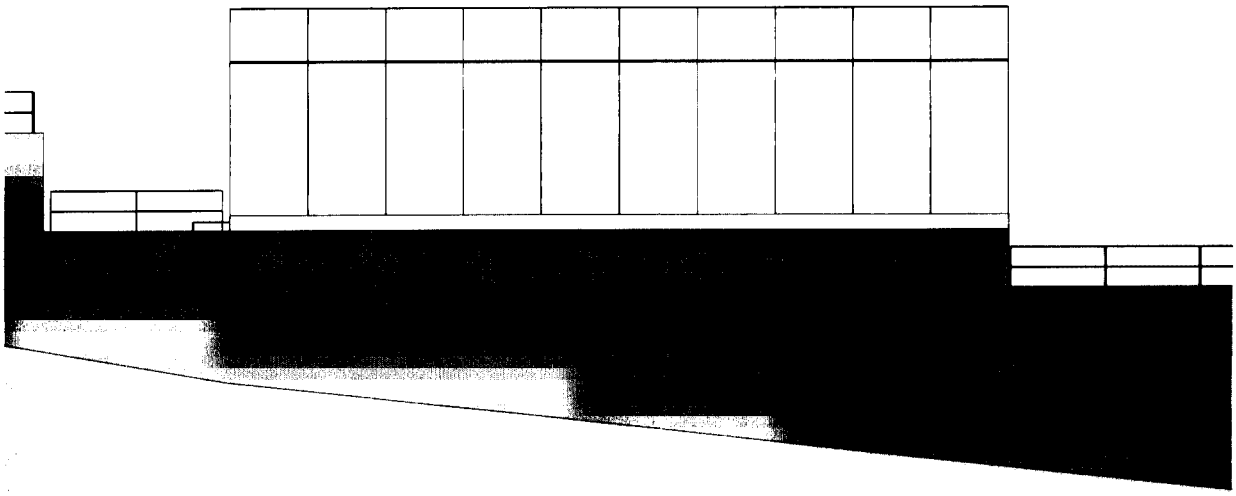


Corte cc'



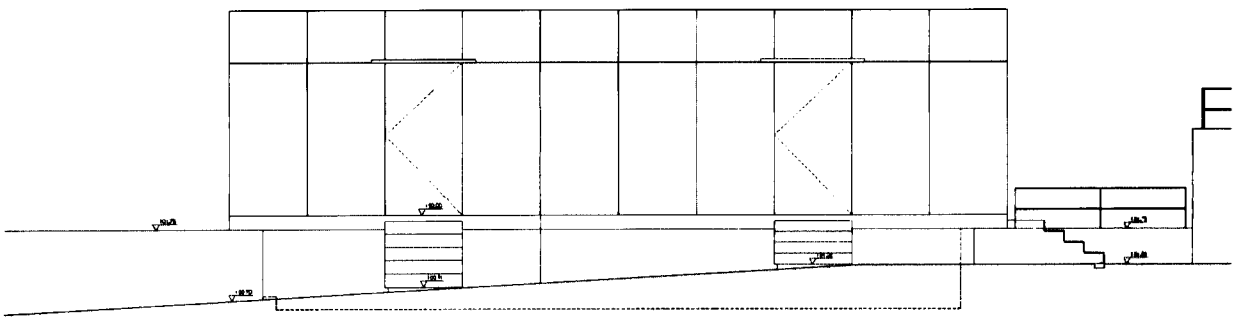
Corte dd'

0 m 1 m 5 m

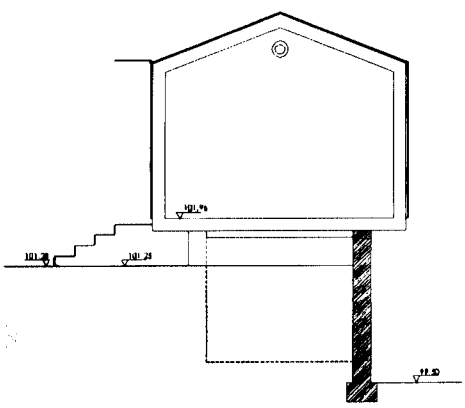


0 m 1 m 5 m

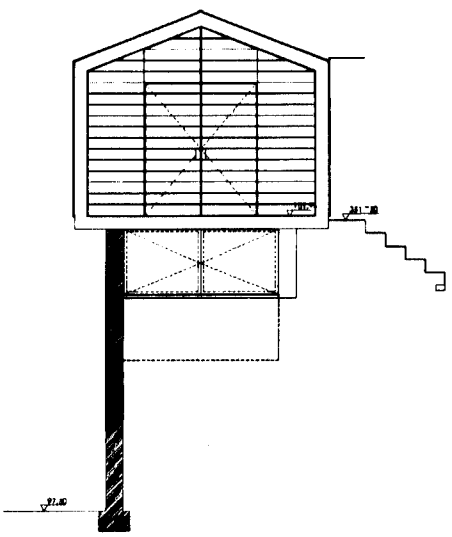
Alçado Norte



Alçado Sul



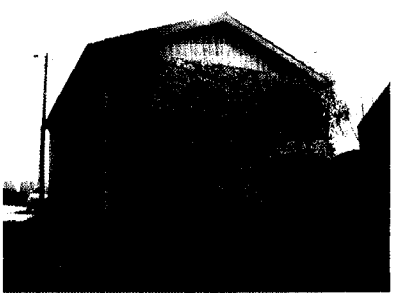
Alçado Nascente



Alçado Poente



6|Vista geral



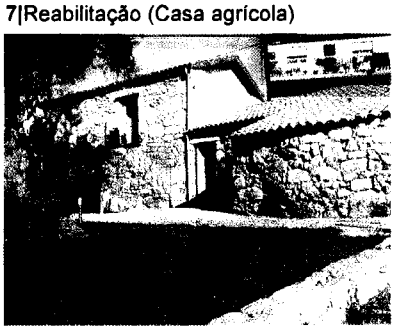
7|Reabilitação (Casa agrícola)



8|Reabilitação (Casa agrícola)



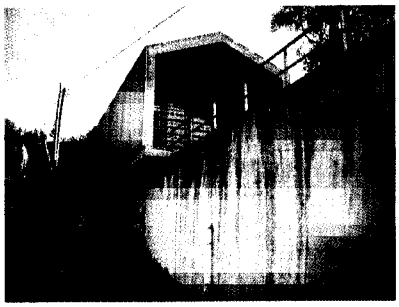
9| Reabilitação (Casa agrícola)



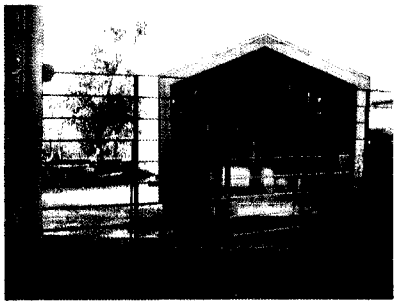
10| Reabilitação (Casa agrícola)



11|Recuperação (Casa agrícola)



13|Projecto de raíz (anexo1)



14|Projecto de raíz (anexo1)



15|Os dois edifícios de raíz



16|Projecto de raíz (anexo1)



17|Projecto de raíz (anexo2)



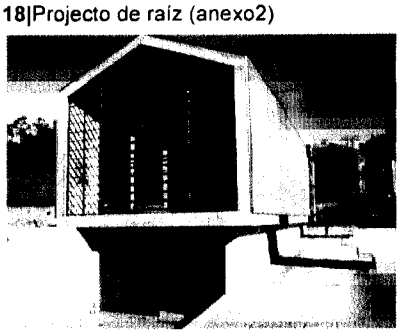
18|Projecto de raíz (anexo2)



19|Os dois edifícios de raíz



20|Vista de conjunto



21|Projecto de raíz (anexo2)



22|Projecto de raíz (anexo2)



23|Recepção e sala de exposição (reab.)



24|Recepção e sala de exposição (reab.)



25|Recepção e sala de exposição (reab.)



25|Gabinete de arqueologia (reab.)



26|Sala de espólios

Referências Específicas | (FELGUEIRAS, s.d.); (FELGUEIRAS, 2000); (FELGUEIRAS, 2004); (MOUTINHO, 1998); (MOUTINHO, 2005); (PINTO, 2008).

Origem da documentação gráfica e fotográfica | Google Earth – vista aérea (1); Virgínio Moutinho, Arquitecto – peças gráficas do projecto de arquitectura.

4. A TRANSFORMAÇÃO DO LUGAR

4 | A Transformação do Lugar

A presente fase de explanação pretende analisar o conjunto dos casos abordados, sendo que a "transformação do lugar" traduz todo o processo, desde a descoberta da ruína, às transformações que a mesma motivou no lugar, com dinâmicas associadas à investigação, preservação e fruição do público.

Trata-se de um conjunto de situações que se traduziram em actuações no lugar, onde a ruína constituiu o ponto nevrálgico, a partir da qual, surgiram novas estruturas da apoio, cuja implantação, volumetria, materialidade e programa passaram a integrar o lugar, numa estreita articulação com o bem patrimonial.

Com o presente capítulo pretende-se definir tipos de intervenção, com base em pontos de análise feitos ao objecto arquitectónico, consequência da articulação entre a gestão do sítio e os autores dos projectos.

Os referidos pontos de análise assentam, precisamente, no programa implementado, na articulação da intervenção perante a ruína, na relação do novo edifício com a paisagem e o percurso delineado para a visita, bem como na materialidade das intervenções.

4.1 | Pontos de Análise

4.1.1 | O Programa | Para a configuração das soluções, muito contribuiu o programa implementado, interferindo profundamente na orgânica do sítio, o qual se define durante o processo de gestão da estação arqueológica, fazendo-se a síntese do conjunto das intervenções no quadro seguinte:

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	EDIFÍCIOS DE APOIO (Criados a partir de 1995)
1. Castro de Monte Mozinho	Centro de Acolhimento e Interpretação, Casa dos Arqueólogos, área de apoio à investigação e Casa do Guarda
2. Ruínas romanas do Cerro da Vila	Museu Cerro da Vila
3. Área Arqueológica do Freixo	Edifício de Apoio (sanitários), Recepção, Bar, Armazém/Reserva, Escola de Arqueologia do Freixo, Cafetaria/Restaurante, Núcleo Museológico da Vida Quotidiana, Sala Polivalente/Auditório, Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana.*
4. Santuário de Panóias	Instalações de Apoio ao Santuário de Panóias
5. *Villa* romana do Rabaçal	Espaço-Museu e Edifício de Apoio
6. Circuito Arqueológico da Cola	Centro Interpretativo
7. Ruínas romanas de S. Cucufate	Centro de Acolhimento e Interpretação
8. Monumentos Megalíticos de Alcalar	Centro de Acolhimento e Interpretação
9. Ruínas de Torre de Palma	Centro de Acolhimento e Interpretação
10. Ruínas romanas de Miróbriga	Centro de Acolhimento e Interpretação
11. Ruínas romanas de Milreu	Centro de Acolhimento e Interpretação e Casa Rural
12. Cidade romana de Ammaia	Museu Monográfico da cidade romana de Ammaia
13. Citânia de Santa Luzia	Edifício de Apoio a Visitantes, Edifício de Apoio aos Arranjos Exteriores
14. Castelo Velho de Freixo de Numão	Centro de Acolhimento
15. Citânia de Briteiros	Casa de Acolhimento e Apoio da Citânia de Briteiros
16. Cividade de Terroso	Edifício de Apoio à Cividade de Terroso
17. Castro de Monte Padrão	Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão
18. *Villa* romana de Sendim	Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia de Sendim

* Programa complementado com o edifício de Gabinete/Laboratório e a Escola de Arqueologia do Freixo, concebidos antes de 1995. O actual edifício que alberga e Escola de Arqueologia do Freixo, futuramente integrará a biblioteca de apoio à Escola, já que a mesma se prevê que passe a funcionar num edifício projectado de raiz.

Verificou-se que uma significativa parte dos edifícios inventariados se designavam por "Centro de Acolhimento e Interpretação", especialmente no Sul do País, no âmbito do programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*.

Paulo Pereira refere que os centros interpretativos acumulam as características dos centros explicativos, incluindo uma melhor interacção com os visitantes através da explicação, oferecendo uma interpretação, mas também regulando e disciplinando os fluxos de visita, associando-a a uma componente científica, dada a inclusão de gabinetes de trabalho, de centro de documentação e de reservas, sendo que, na sua maioria, incorporam-se através de projectos de raiz, ou de adaptação de edifícios antigos. Quando a escala das intervenções se apresenta significativamente maior, implicando processos de gestão com capacidade continuada de trabalho, como os casos de Miróbriga e Tongobriga, gera-se a instituição de "serviços dependentes", (PEREIRA, 2001b, 14).

Ora, se o Centro de Acolhimento de Castelo Velho de Freixo de Numão não é encarado como centro de interpretação por não regular a visita e não acumular uma componente científica, com gabinetes de trabalho, centro de documentação e de reservas, porquê a designação de "Centro Interpretativo" para o edifício de apoio ao Circuito Arqueológico da Cola, não obtendo as referidas valências? Por outro lado, o edifício inerente à Citânia de Santa Luzia designa-se por "Edifício de Apoio aos Visitantes", obtendo gabinetes de trabalho, dirigidos para o campo da arqueologia, regulando os fluxos de visita, não obtendo na sua designação a componente interpretativa, o mesmo acontecendo com o "Edifício de apoio à Cividade do Terroso", por exemplo, embora a componente do controlo de visitas seja posta em causa, dada a pouca eficiência da vedação, nas proximidades do edifício.

Apesar das ambiguidades na terminologia aplicada, no presente estudo, todas as intervenções são encaradas como "edifícios de apoio" ao sítio arqueológico, focando-se apenas em determinados pontos-chave, relativos ao programa, os quais caracterizam as acções.

4.1.1.1 | Concentração/Dispersão | Ao nível do programa, a respectiva implementação nos sítios, varia entre dois tipos de acção, uma que se caracteriza pela dispersão das estruturas de apoio no lugar (Castro de Monte Mozinho, Estação Arqueológica do Freixo, Ruínas romanas de Milreu, Citânia de Santa Luzia e *Villa* romana de Sendim, em certa medida), e uma outra que se prende com a solução de aglomerar todo o programa no mesmo edifício (dizendo respeito a todos os restantes casos abordados).

O termo dispersão, cujo significado se traduz no "acto ou efeito de dispersar, no afastamento de pessoas ou coisas em várias direcções; na disseminação" (www.infopédia.pt), aplica-se aos casos abordados, cuja intervenção passou pela implementação de um programa disperso pelo sítio arqueológico, implicando a criação de vários edifícios de apoio, sendo que, no âmbito dos sítios descritos, ao conceito de dispersão se associa a ideia de diversidade, pelo que, no processo de gestão do sítio, se assumem, à partida, diferentes atitudes projectuais.

O conceito de concentração provém do seu significado, como "acto ou efeito de concentrar" de "reunião num ponto; convergência" (www.infopédia.pt) e aplica-se à maioria dos casos abordados, sendo que o programa de apoio convergiu para um único edifício construído ou reabilitado.

A diferenciação entre Dispersão/Concentração, no leque dos sítios arqueológicos intervencionados, tem origem numa definição estratégica do processo de gestão, com base em questões funcionais e formais.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	O PROGRAMA	
	Concentração	Dispersão
1. Castro de Monte Mozinho		
2. Ruínas romanas do Cerro da Vila		
3. Área Arqueológica do Freixo		
4. Santuário de Panóias		
5. *Villa* romana do Rabaçal*		
6. Circuito Arqueológico da Cola		
7. Ruínas romanas de S. Cucufate		
8. Monumentos Megalíticos de Alcalar		
9. Ruínas de Torre de Palma		
10. Ruínas romanas de Miróbriga		

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	O PROGRAMA	
	Concentração	Dispersão
11. Ruínas romanas de Milreu**		
12. Cidade romana de Ammaia		
13. Citânia de Santa Luzia		
14. Castelo Velho de Freixo de Numão		
15. Citânia de Briteiros		
16. Cividade de Terroso		
17. Castro de Monte Padrão		
18. *Villa* romana de Sendim**		

*Funções concentradas no sítio arqueológico, complementando o Espaço-Museu, na aldeia do Rabaçal.

** Edifícios aproximados, mas com funcionamentos independentes.

4.1.1.2 | Conteúdos Funcionais | Os denominadores comuns em todas as soluções adoptadas prendem-se com o acolhimento ao público (recepção), a área expositiva (gráfica ou multimédia), ou museológica, e os sanitários.

A partir dos referidos denominadores comuns, que constituem a base para a dinâmica da visita, surgem intervenções detentoras de outras valências ligadas à investigação, integrando gabinetes de trabalho, de centro de documentação e de reserva.

A integração de uma sala polivalente/auditório, em simultâneo, ou não, com as valências mencionadas anteriormente, verificou-se em alguns casos de estudo, podendo funcionar como complemento à zona expositiva e/ou motivando a realização de outros eventos.

A componente do lazer, em algumas situações, associa-se à visita do sítio arqueológico, presenciando-se a existência de estruturas de restauração e/ou bebidas.

Uma outra componente programática de grande interferência na concepção arquitectónica, associa-se às funções habitacionais para pessoas que garantem a vigilância e a manutenção do lugar.

Por fim, de registar um caso excepcional que, para além do carácter formativo inerente aos diferentes equipamentos associados à estação arqueológica, contempla uma Escola Profissional de Arqueologia, inerente à Estação Arqueológica do Freixo.

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	CONTEÚDOS FUNCIONAIS									
	R	AE	AM	S	GT	DR	SP/A	B/R	CG	F
1. Castro de Monte Mozinho[1]										
2. Ruínas romanas do Cerro da Vila[2]										
3. Área Arqueológica do Freixo										
4. Santuário de Panóias										
5. *Villa* romana do Rabaçal										
6. Circuito Arqueológico da Cola										
7. Ruínas romanas de S. Cucufate										
8. Monumentos Megalíticos de Alcalar										
9. Ruínas de Torre de Palma										
10. Ruínas romanas de Miróbriga										
11. Ruínas romanas de Milreu										
12. Cidade romana de Ammaia[3]										
13. Citânia de Santa Luzia										
14. Castelo Velho de Freixo de Numão										
15. Citânia de Briteiros[4]										
16. Cividade de Terroso										
17. Castro de Monte Padrão										
18. *Villa* romana de Sendim										

R-Recepção, **AE**–Área Expositiva, **AM**-Área Museológica, **S**-Sanitários, **GT**-Gabinetes de Trabalho, **DR**-Documentação e Reservas, **SP/A**-Sala Polivalente/Auditório, **B/R**-Bar/Restaurante, **CG**-Casa do Guarda, **F**- Formação.

[1] Espaços de documentação e reserva originalmente previsto para estábulo de animais.

[2] A Sala Polivalente/Auditório traduz-se num anfiteatro exterior para situações de acumulação de grandes grupos. À casa do guarda acresce-se os aposentos para o arqueólogo permanente no local.

[3] As funções de Documentação e Reserva acondicionam-se num edifício provisório. A Sala Polivalente/Auditório existem no compartimento nº 7 (museu) do projecto de arquitectura.

[4] Gabinete de Trabalho e espaço para Documentação e Reserva, localizados no Museu da Cultura Castreja, no entanto, torna-se fundamental a respectiva implementação no local, com vista a um apoio mais eficaz, em alturas de campanhas de escavação.

4.1.2 | A Ruína | A ruína, integrando a génese de toda a transformação do lugar, constituiu o factor chave na concepção arquitectónica, desde logo, ao nível da definição da implantação do edifício, sempre que os dados recolhidos, em escavações prévias, não tenham impedido a sua concretização. Ao nível do local seleccionado para a implantação, em relação ao monumento, verifica-se a existência de diferentes actuações:

1 | Articulação com a ruína (zona escavada visitável), traduzindo-se na configuração do edifício, bem como na sua relação com a mesma (proximidade, visibilidade, articulação com o traçado, envolvimento ou sobreposição);

2 | Afastamento em relação à ruína, não se estabelecendo qualquer relação visual ou formal com a mesma, bem como não interferindo no funcionamento do percurso de acesso, traduzindo-se numa concepção autónoma em relação ao monumento.

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A RUÍNA	
		Articulação com a ruína	Concepção autónoma
1. Castro de Monte Mozinho	1.1. Centro de Acolhimento e Interpretação e sanitários		
	5.2. Casa dos Arqueólogos e Casa do Guarda		
2. Ruínas romanas do Cerro da Vila	2.1. Museu Cerro da Vila		
3. Área Arqueológica do Freixo	3.1. Edifício de Apoio (sanitários)		
	3.2. Recepção		
	3.3. Bar		
	3.4. Armazém/Reserva		
	3.5. Escola de Arqueologia do Freixo		
	3.6. Cafetaria/Restaurante		
	3.7. Núcleo Museológico da Vida Quotidiana		
	3.8.Sala Polivalente/Auditório		
	3.9. Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana		
4. Santuário de Panóias	4.1. Instalações de Apoio ao Santuário de Panóias		
5. Villa romana do Rabaçal	5.1. Edifício de Apoio		
6. Circuito Arqueológico da Cola	6.1. Centro Interpretativo		

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A RUÍNA	
		Articulação com a ruína	Concepção autónoma
7. Ruínas romanas de S. Cucufate	7.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
8. Monumentos Megalíticos de Alcalar	8.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
9. Ruínas de Torre de Palma	9.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
10. Ruínas romanas de Miróbriga	10.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
11. Ruínas romanas de Milreu	11.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
	11.2. Casa Rural		
12. Cidade romana de Ammaia	12.1. Museu Monográfico da cidade romana de Ammaia		
13. Citânia de Santa Luzia	13.1. Edifício de Apoio a Visitantes		
	13.2. Edifício de Apoio aos Arranjos Exteriores		
14. Castelo Velho de Freixo de Numão	14.1. Centro de Acolhimento		
15. Citânia de Briteiros	15.1. Casa de Acolhimento e Apoio da Citânia de Briteiros		
16. Cividade de Terroso	16.1. Edifício de apoio à Cividade de Terroso		
17. Castro de Monte Padrão	17.1. Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão		
18. *Villa* romana de Sendim	18.1. Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (edifício principal)		
	18.2. Gabinetes de Arqueologia (anexos)		

Observações:

1. Castro de Monte Mozinho

1.1. Centro de Acolhimento e Interpretação e sanitários localizados a uma cota inferior da zona visitável e escavada, não interferindo com a paisagem do antigo povoado.

1.2. Edifícios localizados a uma cota inferior da zona visitável e escavada, não interferindo com a paisagem do antigo povoado.

2. Ruínas romanas do Cerro da Vila

2.1. Articulação com a ruína por proximidade, relação visual e com o traçado da *villa* romana.

3. Área Arqueológica do Freixo

3.1. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

3.2. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

3.3. Inserido no meio rural da aldeia do Freixo, integrando vestígios arqueológicos, os quais passam a ter relevo na intervenção levada a cabo, traduzindo-se numa subreposição.

3.4. Edifício localizado nas proximidades da necrópole romana, no entanto concebido com uma configuração muito "introspectiva", cujo impacto na envolvente resulta minimizado.

3.5. Localizado no limite do monumento, não se estabelecendo, até ao momento, qualquer relação directa com áreas escavadas e visitáveis.

3.6. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual, bem como com o traçado do *forum* romano, cujo programa se associa ao carácter social do referido edifício romano.

3.7. Articulação com a ruína por proximidade, relação visual, assim como com o traçado da zona habitacional da cidade romana.

3.8. Inserido no meio rural da aldeia do Freixo.

3.9. A ruína é envolvida pelo edifício.

4. Santuário de Panóias

4.1. Proximidade da pré-existência em relação à área arqueológica.

5. Villa romana do Rabaçal

5.1. Articulação com a ruína por proximidade e articulação com o percurso de acesso à mesma.

6. Circuito Arqueológico da Cola

6.1. Inserção do Centro Interpretativo junto ao Santuário de Nossa Senhora da Cola.

7. Ruínas romanas de S. Cucufate

7.1. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual, em determinado momento da visita ao monumento.

8. Monumentos Megalíticos de Alcalar

8.1. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

9. Ruínas de Torre de Palma

9.1. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

10. Ruínas romanas de Miróbriga

10.1. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

11. Ruínas romanas de Milreu

11.1. Articulação com a ruína por proximidade e relação com o traçado da *villa* romana.

11.2. Articulação com a ruína por proximidade e sobreposição.

12. Cidade romana de Ammaia

12.1. Articulação com a ruína por proximidade e sobreposição, dado que alguns vestígios são perceptíveis em parte do edifício do Museu Monográfico da cidade romana de Ammaia.

13. Citânia de Santa Luzia

13.1. Articulação com a ruína por proximidade e articulação com o traçado da muralha.

13.2. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

14. Castelo Velho de Freixo de Numão

14.1 Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

15. Citânia de Briteiros

15.1. Articulação com a ruína por proximidade.

16. Cividade de Terroso

16.1. Edifício de Apoio localizado a uma cota inferior da zona visitável e escavada, não interferindo na paisagem.

17. Castro de Monte Padrão

17.1. Edifício de Apoio localizado a uma cota inferior da zona visitável e escavada, não interferindo na paisagem.

18. *Villa* romana de Sendim

18.1. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

18.2. Articulação com a ruína por proximidade e relação visual.

4.1.3 | A Paisagem | A Paisagem constitui um factor determinante na concepção arquitectónica de grande parte das intervenções, verificando-se várias atitudes perante a mesma:

1 | Relação com a paisagem envolvente de grande alcance, encarada como uma mais valia para a vivência do edifício de raiz e, por vezes, numa atitude evocativa do domínio territorial dos nossos antepassados, realçando-se a importância do controlo visual e acentuando o papel da paisagem na contextualização dos sítios.

2 | Relação visual com a ruína, numa inter-relação assumida entre duas realidades que se pretendem complementadas, ou seja, na concepção da nova intervenção encarou-se os vestígios arqueológicos como elementos determinantes.

3 | Relação com a envolvente próxima por determinações circunstanciais, quando a localização do novo edifício de apoio não tem como um dos principais factores a paisagem, mas condicionantes de outra ordem (por razões de ordem económica, por constrangimentos a nível de titularidade de terrenos, por motivos de inserimento no meio povoado, etc.).

4 | Relação com a paisagem ou a envolvente próxima imposta pelas pré-existências reabilitadas.

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A PAISAGEM			
		Relação com a paisagem	Relação com a ruína	Relação com a envolvente circunstancial	Relação com a envolvente e paisagem (pré-existência)
1. Castro de Monte Mozinho	1.1. Centro de Acolhimento e Interpretação e sanitários				
	4.2. Casa dos Arqueólogos e Casa do Guarda				
2. Ruínas romanas de Cerro da Vila	2.1. Museu Cerro da Vila				
3. Área Arqueológica do Freixo	3.1. Edifício de Apoio (sanitários)				
	3.2. Recepção				
	3.3. Bar				
	3.4. Armazém/Reserva				
	3.5. Escola de Arqueologia do Freixo				
	3.6. Cafetaria/Restaurante				
	3.7. Núcleo Museológico da Vida Quotidiana				

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A PAISAGEM			
		Relação com a paisagem	Relação com a ruína	Relação com a envolvente circunstancial	Relação com a envolvente e paisagem (pré-existência)
3. Área Arqueológica do Freixo	3.8.Sala Polivalente/Auditório				
	3.9. Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana				
4. Santuário de Panóias	4.1. Instalações de Apoio ao Santuário de Panóias				
5. Villa romana do Rabaçal	5.1. Edifício de Apoio				
6. Circuito Arqueológico da Cola	6.1. Centro Interpretativo				
7. Ruínas romanas de S. Cucufate	7.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
8. Monumentos Megalíticos de Alcalar	8.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
9. Ruínas de Torre de Palma	9.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
10. Ruínas romanas de Miróbriga	10.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
11. Ruínas romanas de Milreu	11.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
	11.2. Casa Rural				
12. Cidade romana de Ammaia	12.1. Museu Monográfico da cidade romana de Ammaia				
13. Citânia de Santa Luzia	13.1. Edifício de Apoio a visitantes				
	13.2. Edifício de Apoio aos Arranjos Exteriores				
14. Castelo Velho de Freixo de Numão	14.1. Centro de Acolhimento				

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A PAISAGEM			
		Relação com a paisagem	Relação com a ruína	Relação com a envolvente circunstancial	Relação com a envolvente e paisagem (pré-existência)
15. Citânia de Briteiros	15.1. Casa de Acolhimento e Apoio da Citânia de Briteiros				
16. Cividade de Terroso	16.1. Edifício de apoio à Cividade de Terroso				
17. Castro de Monte Padrão	17.1. Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão				
18. *Villa* romana de Sendim	18.1. Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (edifício principal)				
	18.2. Gabinetes de Arqueologia (anexos)				

Observações:

1. Castro de Monte Mozinho

1.1. Relacionamento com a envolvente circunstancial, junto ao parque de merendas e parque de estacionamento, os quais integram o sítio arqueológico, não se percebendo, aquando da concepção do projecto, qualquer preocupação de relacionamento com a paisagem.

1.2. Relacionamento com a envolvente circunstancial, junto ao parque de merendas, o qual integra o sítio arqueológico, não se percebendo, aquando da concepção do projecto qualquer, preocupação de relacionamento com a paisagem.

2. Ruínas romanas de Cerro da Vila

2.1. Abertura de um vão, estabelecendo uma inter-relação entre o interior do edifício de apoio e o bem patrimonial.

3. Área Arqueológica do Freixo

3.1. A pré-existência impõe o relacionamento com a paisagem e a envolvente próxima.

3.2. A pré-existência impõe o relacionamento com a paisagem e a envolvente próxima.

3.3. A pré-existência impõe o relacionamento com a paisagem e a envolvente próxima.

3.4. Relacionamento com a envolvente circunstancial, motivada pela disponibilização do terreno fora do aglomerado rural.

3.5. Relacionamento com a envolvente circunstancial, motivada pela disponibilização do terreno no limite do monumento.

3.6. Relacionamento com a Paisagem de grande alcance e com o bem patrimonial, permitindo uma leitura do *forum* romano.

3.7. Relacionamento com a Paisagem de grande alcance, numa perspectiva de contextualização da cidade romana, e com o núcleo habitacional, de onde provém o espólio expor no interior do edifício.

3.8. Relacionamento com a envolvente circunstancial, dada a disponibilização do terreno no meio rural.

3.9. Edifício "encerrado", envolvendo parte das sepulturas da necrópole romana.

4. Santuário de Panóias

4.1. A pré-existência impõe o relacionamento com a paisagem e a envolvente próxima.

5. Villa romana do Rabaçal

5.1. Relacionamento com a ruína, com o edifício voltado para a mesma, tirando partido de um talude pré-existente.

6. Circuito Arqueológico da Cola

6.1. Relacionamento com a envolvente próxima imposta pela pré-existência.

7. Ruínas romanas de S. Cucufate

7.1. Relacionamento com a envolvente circunstancial, imposta pela localização do edifício junto à via de acesso, proporcionando a entrada no recinto arqueológico.

8. Monumentos Megalíticos de Alcalar

8.1. Relacionamento com a envolvente circunstancial, imposta pela localização do edifício junto à entrada no recinto arqueológico.

9. Ruínas de Torre de Palma

9.1. Edifício dirigido para a paisagem como contextualização da ruína, a qual integra a referida envolvente.

10. Ruínas romanas de Miróbriga

10.1. Edifício implantado num terreno sobranceiro, voltado para o bem patrimonial.

11. Ruínas romanas de Milreu

11.1. Apesar da proximidade do edifício de apoio, em relação à ruína, o facto de o mesmo se encontrar a uma cota mais baixa, implica o relacionamento com a evolvente próxima, nomeadamente a via de acesso.

11.2. A pré-existência impõe o relacionamento com a paisagem envolvente próxima, embora a relação com a ruína se apresente primordial, dada a sobreposição de várias épocas.

12. Cidade romana de Ammaia

12.1. A pré-existência impõe o relacionamento com a paisagem e a envolvente próxima.

13. Citânia de Santa Luzia

13.1. Existência de um vão, na sala de recepção, voltado para as ruínas, antecipando a visita a partir do interior do edifício.

13.2. Embora localizada nas proximidades da ruína, a intervenção tem origem num edifício precedente, ao qual se associa uma componente prática relacionada com a via de acesso.

14. Castelo Velho de Freixo de Numão

14.1. Relacionamento visual com a ruína, bem como com a paisagem de grande alcance, numa perspectiva de contextualização do bem patrimonial.

15. Citânia de Briteiros

15.1 Espaço de cafetaria voltado para a paisagem de grande alcance, constituindo uma mais valia a contribuir para o carácter de lazer conferido ao edifício, bem como para a percepção do controlo visual da Citânia de Briteiros.

16. Cividade de Terroso

16.1. Edifício, cuja concepção teve em conta o domínio da paisagem de grande alcance, entendendo-a como uma mais valia, bem como por questões alusivas ao controlo territorial do povoado, embora, factores alheios viessem a por em causa a respectiva estratégia (aumento da altura do muro de vedação da propriedade localizada lado oposto do arruamento de acesso).

17. Castro de Monte Padrão

17.1. Relação com a envolvente próxima, fruto das características do lugar e das circunstâncias para a implementação do edifício.

18. *Villa* romana de Sendim

18.1. A pré-existência impõe o relacionamento com a paisagem e a envolvente próxima.

18.2. A *villa* romana de Sendim, como espaço arqueológico, encontra-se junto à povoação de Sendim, a qual constitui a envolvente próxima, embora sendo possível a apreensão da paisagem de grande alcance, a partir de um dos edifícios construídos de raiz. A relação com a ruína faz-se através dos vãos de acesso aos volumes, a partir de plataformas voltadas para a ruína.

4.1.4 | O Percurso | Perante a vedação dos sítios arqueológicos, coloca-se a questão relacionada com o papel dos edifícios de apoio, em relação ao percurso de acesso à ruína, sendo que se verificaram duas situações:

1 | As novas estruturas funcionam como "entrada" no recinto arqueológico, sendo incontornável a passagem pelas mesmas, a partir das quais se define o acesso à ruína.

No caso de programas pontuados pela dispersão, não obstante a eventual vertente de pontuação de percurso, ao longo do sítio arqueológico, o presente estudo passa a analisar os edifícios individualmente, dado que os mesmos podem ter níveis de relação distintos relativamente ao monumento, podendo existir situações em que a visualização de parte do bem patrimonial se procede através da entrada no edifício de apoio.

2 | As novas estruturas apenas pontuam o percurso de acesso, não interferindo no seu funcionamento.

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	O PERCURSO	
		A "entrada" no recinto	A pontuação do percurso
1. Castro de Monte Mozinho	1.1. Centro de Acolhimento e Interpretação e sanitários		
	1.2. Casa dos Arqueólogos e Casa do Guarda		
2. Ruínas romanas de Cerro da Vila	2.1. Museu Cerro da Vila		
3. Área Arqueológica do Freixo	3.1. Edifício de Apoio (sanitários)		
	3.2. Recepção		
	3.3. Bar		
	3.4. Armazém/Reserva		
	3.5. Escola de Arqueologia do Freixo		
	3.6. Cafetaria/Restaurante		
	3.7. Núcleo Museológico da Vida Quotidiana		
	3.8.Sala Polivalente/Auditório		
	3.9. Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana		
4. Santuário de Panóias	4.1. Instalações de Apoio ao Santuário de Panóias		
5. *Villa* romana do Rabaçal	5.1. Edifício de Apoio		

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	O PERCURSO	
		A "entrada" no recinto	A pontuação do percurso
6. Circuito Arqueológico da Cola	5.1. Centro Interpretativo		
7. Ruínas romanas de S. Cucufate	6.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
8. Monumentos Megalíticos de Alcalar*	8.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
9. Ruínas de Torre de Palma*	9.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
10. Ruínas romanas de Miróbriga	10.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
11. Ruínas romanas de Milreu	11.1. Centro de Acolhimento e Interpretação		
	11.2. Casa Rural		
12. Cidade romana de Ammaia	12.1. Museu Monográfico da cidade romana de Ammaia		
13. Citânia de Santa Luzia	13.1. Edifício de Apoio a visitantes		
	13.2. Edifício de apoio aos arranjos exteriores		
14. Castelo Velho de Freixo de Numão	14.1. Centro de Acolhimento		
15. Citânia de Briteiros	15.1. Casa de Acolhimento e Apoio da Citânia de Briteiros		
16. Cividade de Terroso	16.1. Edifício de apoio à Cividade de Terroso		
17. Castro de Monte Padrão	17.1. Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão		
18. *Villa* romana de Sendim	18.1. Centro Interpretativo e Gabinete de Arqueologia (edifício principal)		
	18.2. Gabinetes de Arqueologia (anexos)		

* Apesar de se concluir que o edifício pontua o percurso de acesso ao bem patrimonial, verificou-se que a passagem pelo mesmo se revelou impreterível para efeitos de pagamento de ingresso.

Obeservações:

1. Castro de Monte Mozinho

1.1. Os edifícios pontuam o percurso de acesso às ruínas.

1.2. Os edifícios pontuam o percurso de acesso às ruínas.

2. *Villa* romana de Cerro da Vila

2.1. O Museu Cerro da Vila faz a transição entre o percurso urbano e a ruína, sendo que o acesso à mesma, implica a passagem pelo edifício.

3. Área Arqueológica do Freixo

3.1. A pré-existência pontua o percurso, embora permitindo o acesso condicionado à zona habitacional da cidade romana.

3.2. A pré-existência pontua o percurso de acesso à ruína.

3.3. A pré-existência pontua o percurso de acesso à ruína.

3.4. Constituindo um espaço de armazenagem e reserva, localiza-se fora do aglomerado da aldeia do Freixo, pontuando o local com grande discrição.

3.5. Escola de Arqueologia a localizar no limite do monumento, pontuando o percurso de acesso à ruína.

3.6. O novo edifício pontua o percurso de acesso à ruína enquanto se mantiver a via de atravessamento entre a cafetaria/restaurante e a zona escavada do *forum*.

3.7. A visita à zona habitacional da cidade romana faz-se a partir da entrada no Núcleo Museológico da Vida Quotidiana, embora na leitura global do sítio arqueológico esteja implícita a pontuação do percurso estruturador do sítio, através dos diferentes equipamentos de apoio.

3.8. O edifício pontua o percurso de visita da aldeia e da ruína.

3.9. A visita às sepulturas da necrópole romana procede-se através da entrada no edifício a implementar, embora na leitura global do sítio arqueológico esteja implícita a pontuação do percurso estruturador do sítio, através dos diferentes equipamentos de apoio.

4. Santuário de Panóias

4.1. A pré-existência pontua o percurso de acesso à ruína.

5. *Villa* romana do Rabaçal

5.1. O acesso às ruínas da *villa* romana faz-se a partir do pórtico associado ao Edifício de Apoio.

6. Circuito Arqueológico da Cola

6.1. O Centro Interpretativo pontua o percurso de acesso às ruínas.

7. Ruínas romanas de S. Cucufate

7.1. A visita à *villa* romana procede-se através da entrada no edifício de Acolhimento e Interpretação.

8. Monumentos Megalíticos de Alcalar

8.1. Formalmente, o edifício do Centro de Acolhimento e Interpretação, pontua o percurso de acesso ao bem patrimonial.

9. Ruínas de Torre de Palma

9.1. Formalmente, o edifício do Centro de Acolhimento e Interpretação, pontua o percurso de acesso ao bem patrimonial.

10. Ruínas romanas de Miróbriga

10.1. Formalmente, o edifício do Centro de Acolhimento e Interpretação, pontua o percurso de acesso ao bem patrimonial.

11. Ruínas romanas de Milreu

11.1 O acesso às ruínas romanas de Milreu faz-se a partir da entrada no Centro de Acolhimento e Interpretação.

11.2. O acesso a parte das ruínas romanas de Milreu faz-se a partir da entrada na Casa Rural.

12. Cidade romana de Ammaia

12.1. O acesso às ruínas da cidade romana de Ammaia faz-se a partir da entrada no Museu Monográfico.

13. Citânia de Santa Luzia

13.1. O acesso às ruínas da Citânia de Santa Luzia faz-se a partir da entrada no Edifício de Acolhimento a Visitantes.

13.2. Edifício de apoio pontua o percurso pela ruína.

14. Castelo Velho de Freixo de Numão

14.1. O edifício do Centro de Acolhimento pontua o percurso de acesso ao bem patrimonial.

15. Citânia de Briteiros

15.1 O acesso às ruínas da Citânia de Briteiros faz-se a partir da entrada na Casa de Acolhimento e Apoio.

16. Cividade do Terroso

16.1. O Edifício de Apoio da Cividade de Terroso pontua o percurso de acesso ao bem patrimonial.

17. Castro de Monte Padrão

17.1. O Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão pontua o percurso de acesso ao bem patrimonial.

18. *Villa* romana de Sendim

18.1. O acesso às ruínas da *villa* romana faz-se a partir da entrada no Centro Interpretativo.

18.2. Os edifícios de raiz pontuam o percurso de visita.

4.1.5 | A Materialidade | Ao nível da materialidade dos projectos, verificou-se a aplicação de diferentes tipos de materiais, fruto de atitudes projectuais distintas. Partindo do princípio que todos os edifícios se assumem como objectos de modernidade, foram definidas diferentes atitudes de intervenção, em função dos materiais dominantes em cada edifício de apoio, os quais se associam a diferentes valores:

1 | O betão como material de contemporaneidade.
2 | O reboco e a pureza da modernidade.
3 | O vidro e a transparência.
4 | O ferro e a reversibilidade.
5 | O reboco e a tradição.
6 | A pedra e a região.
7 | A madeira e a adaptabilidade.
8 | O tijolo/telha e o romano.

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A MATERIALIDADE							
		1.Betão	2.Reboco	3.Vidro	4.Ferro	5.Reboco (tradição)	6.Pedra	7.Madeira	8.Tijolo
1. Castro de Monte Mozinho	1.1. Centro de Acolhimento e Interpretação e sanitários								
	1.2. Casa dos Arqueólogos e Casa do Guarda								
2. Ruínas romanas de Cerro da Vila	2.1. Museu Cerro da Vila								
3. Área Arqueológica do Freixo	3.1. Edifício de Apoio (sanitários)								
	3.2. Recepção								
	3.3. Bar								
	3.4. Armazém/Reserva								
	3.5. Escola de Arqueologia do Freixo								
	3.6. Cafetaria/Restaurante								
	3.7. Núcleo Museológico da Vida Quotidiana								

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A MATERIALIDADE							
		1.Betão	2.Reboco	3.Vidro	4.Ferro	5.Reboco (tradição)	6.Pedra	7.Madeira	8.Tijolo
3. Área Arqueológica do Freixo	3.8.Sala Polivalente/Auditório								
	3.9. Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana								
4. Santuário de Panóias	4.1. Instalações de Apoio ao Santuário de Panóias								
5. Villa romana do Rabaçal	5.1. Edifício de Apoio								
6. Circuito Arqueológico da Cola	6.1. Centro Interpretativo								
7. Ruínas romanas de S. Cucufate	7.1. Centro de Acolhimento e Interpretação								
8. Monumentos megalíticos de Alcalar	8.1. Centro de Acolhimento e Interpretação								
9. Ruínas de Torre de Palma	9.1. Centro de Acolhimento e Interpretação								
10. Ruínas romanas de Miróbriga	10.1. Centro de Acolhimento e Interpretação								
11. Ruínas romanas de Milreu	11.1. Centro de Acolhimento e Interpretação								
	11.2. Casa Rural								
12. Cidade romana de Ammaia	12.1. Museu Monográfico da cidade romana de Ammaia								
13. Citânia de Santa Luzia	13.1. Edifício de Apoio a visitantes								
	13.2. Edifício de apoio aos arranjos exteriores								
14. Castelo Velho de Freixo de Numão	14.1. Centro de Acolhimento								

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A MATERIALIDADE							
		1.Betão	2.Reboco	3.Vidro	4.Ferro	5.Reboco (tradição)	6.Pedra	7.Madeira	8.Tijolo
15. Citânia de Briteiros	15.1. Casa de Acolhimento e Apoio da Citânia de Briteiros								
16. Cividade de Terroso	16.1. Edifício de apoio à Cividade de Terroso								
17. Castro de Monte Padrão	17.1. Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão								
18. *Villa* romana de Sendim	18.1. Centro Interpretativo								
	18.2. Gabinete de Arqueologia de Sendim								

Observações:

1. Castro de Monte Mozinho

1.1. Edifício revestido a reboco e pintado de branco, conferindo uma aproximação tecnológica à estação arqueológica, numa atitude assumidamente contemporânea.

1.2. Aplicação de betão para o "núcleo da ruralidade" composto por um conjunto de edifícios concebidos com telhado de telha, de quatro águas, sugerindo um tipo de arquitectura tradicional, pelo que a aplicação do betão se revela algo ambígua.

2. *Villa* romana de Cerro da Vila

2.1. Sentido evocativo implícito na aplicação de argilas tradicionais como a telha de canudo e o revestimento em tijolo burro, em articulação com o revestimento em calcário (pedra da região) e com a madeira.

3. Área Arqueológica do Freixo

3.1. Programa adaptado a uma pré-existência, cujo material dominante, consiste na pedra de granito, constituindo o material da região.

3.2. Programa adaptado a uma pré-existência, cujo material dominante, consiste na pedra de granito, constituindo o material da região.

3.3. Programa adaptado a uma pré-existência, cujo material dominante, consiste na pedra de granito, constituindo o material da região.

3.4. Alçado voltado para a via de acesso, traduzido num muro em betão, cujo alçado oposto é composto, predominantemente, por painéis de contraplacado.

3.5. Volumes materializados em betão como material da contemporaneidade.

3.6. Utilização de três materiais dominantes, sendo que a pedra de granito, que reveste o corpo de serviço, constitui, em simultâneo, um material da região, marcando a solidez de um volume que pode estar associado à rigidez de um corpo lateral do *forum* romano, numa atitude sugestiva, ao passo que a junção do ferro com o vidro dialogam com o espaço vazio do mesmo *forum.*

3.7. A pedra da região incorpora um pedestal para a colocação de uma "vitrina", naturalmente, em vidro. Por outro lado, a pedra de granito incorpora o alçado voltado para o largo da igreja, em diálogo com as construções envolventes.

3.8. Novo volume integrado na aldeia do Freixo, incorporado com pedra da região.

3.9. Estrutura sem marcar forte presença, simplesmente pousada no terreno, em convívio com a respectiva topografia, as espécies vegetais e os afloramentos rochosos, usando-se a adaptabilidade própria da madeira.

4. Santuário de Panóias

4.1. Programa adaptado a uma pré-existência, cujo material dominante consiste na pedra de granito, constituindo o material da região, em articulação com as cores tradicionais.

5. Villa romana do Rabaçal

5.1. O betão como material da contemporaneidade, numa conjugação com as tonalidades da envolvente.

6. Circuito Arqueológico da Cola

6.1. Programa adaptado a uma pré-existência, cujo material dominante consiste na pedra de xisto, constituindo o material da região. O corpo associado à ampliação reveste-se de reboco, numa perspectiva de se aplicar uma técnica tradicional.

7. Ruínas romanas de S. Cucufate

7.1. Conjugação de diferentes materiais, de onde se extrai a ideia de "pureza" da modernidade, ao nível dos paramentos e reboco; o lado evocativo na aplicação da alvenaria de xisto (material da região), travada com fiadas de tijolo burro, fazendo-se referência a uma técnica aplicada nas ruínas romanas.

8. Necrópole de Alcalar

8.1. A utilização do betão como material de contemporaneidade, como contraponto à utilização da pedra em muros existentes e no revestimento da *cairn* da mamoa.

9. Ruínas de Torre de Palma

9.1. O vidro confere transparência à zona de recepção e permite o contacto visual, a partir do interior do edifício, relativamente ao campo arqueológico. A estrutura metálica confere reversibilidade ao edifício. O revestimento em tijolo burro e a tijoleira manufacturada associam-se aos materiais aplicados na arquitectura romana.

10. Ruínas romanas de Miróbriga

10.1. A pedra de calcário aplicada em parte do revestimento do edifício, constitui o material da região ao passo que a madeira integra o sombreamento das superfícies envidraçadas, conferindo um material natural, adaptável ao meio e à linguagem arquitectónica.

11. Ruínas romanas de Milreu

11.1. Revestimento em calcário, como material da região, em articulação com outros paramentos revestidos a tijolo burro, como material evocativo das argilas romanas, e por uma laje revestida a reboco, como elemento contemporâneo.

11.2. Reboco de cal hidratada e areia, como uma das medidas para repor as técnicas tradicionais.

12. Cidade romana de Ammaia

12.1. Reboco de cal hidratada e areia, como uma das medidas para repor as técnicas tradicionais.

13. Citânia de Santa Luzia

13.1. O betão como material da contemporaneidade, fazendo alusão aos paramentos graníticos.

13.2. O revestimento a madeira como uma das medidas de integração no meio.

14. Castelo Velho de Freixo de Numão

14.1. Torre materializada através de estrutura metálica, conferindo reversibilidade, e revestida a painéis de madeira, como material a adaptar ao meio, embora se pretenda o destaque do edifício na paisagem.

15. Citânia de Briteiros

15.1. O vidro confere a transparência necessária para se estabelecer a relação entre o edifício e a paisagem, como para pontuar o percurso de acesso ao espaço arqueológico, em articulação com um paramento revestido a pedra de granito, constituindo um material da região. O reboco reveste os paramentos de um edifício assumidamente contemporâneo.

16. Cividade de Terroso

16.1. O ferro, conferindo o carácter de reversibilidade ao edifício, articulado com a madeira para sombreamento dos planos envidraçados e revestimento dos topos do volume, como material a adaptar ao meio.

17. Castro de Monte Padrão

17.1. O reboco da contemporaneidade associado à alvenaria em pedra vã de granito, como material da região

18. *Villa* romana de Sendim

18.1. Programa adaptado a uma pré-existência, cujo material dominante consiste na pedra de granito, como material da região.

18.2. Utilização do betão como material da contemporaneidade associado ao forramento em painéis de madeira baquelizada, cuja imagem se aproxima da madeira utilizada nas caixilharias na antiga casa agrícola reabilitada, constituindo um elemento de combinação, entre a pré-existência e os edifícios de raiz.

4.2 | A Conceptualização | Os pontos de análise, bem como o contacto com os sítios arqueológicos em estudo, permitiram o estabelecimento de conceitos com vista à catalogação das intervenções, num grupo de casos com fortes denominadores comuns, do qual resultou num leque de soluções muito particulares.

Assim, perante o grupo de casos estudados, surgiram quatro conceitos aplicados ao objecto arquitectónico, na sua relação com o bem patrimonial (a ruína), os quais se traduziram na **Reabilitação**; na **Afirmação por Incrustação**, na **Afirmação por Ocultação** ou na **Afirmação por Reversão**.

Sendo a ruína o elemento gerador das diferentes actuações e consequente transformação dos respectivos lugares, no campo da conceptualização, importa, antes de mais, a classificação dos projectos, perante a ruína, pretendendo-se uma catalogação dos casos de estudo, tornando-se importante o domínio do significado inerente aos conceitos aplicados, no âmbito do leque diversificado das intervenções.

Reabilitação | O conceito de reabilitação traduz-se no "acto ou efeito de reabilitar"; na "regeneração", na "recuperação" (www.infopédia.pt), na capacidade de "restabelecer do estado anterior e em que deixa de estar" (MACHADO, 1981, vol.X, 133-134) e aplica-se às situações em que o sítio arqueológico se apresentou detentor de várias marcas temporais, reabilitando-se edifícios pré-existentes, assumindo-se a evolução do sítio.

Por outro lado, à ideia de reabilitação associa-se uma atitude projectual com vista ao mantimento das características da pré-existência a intervir, onde a contemporaneidade se integra, numa perspectiva de continuidade do tempo. À ideia de reabilitação associa-se o mantimento das características originais dos edifícios, aos quais se adapta um novo programa, traduzido em mais uma actuação no lugar, fruto das exigências da contemporaneidade, a qual permite a vivência e fruição do lugar.

Com a reabilitação procura-se articular a nova utilização do edifício com a manutenção dos seus valores formais, sendo que as alterações resultam, mais frequentemente, no tratamento do espaço interior, provocando demolição de paredes pré-existentes, abertura e encerramento de vãos, substituição de materiais de revestimento, alterações estruturais e construtivas, bem como eventual ampliação, constituindo acções inevitáveis para o prolongamento da existência do edifício.

Afirmação | O conceito de afirmação provém do "acto ou efeito de afirmar", o qual se traduz em "declarar com firmeza", em "impor a própria identidade", em "evidenciar-se; distinguir-se" (www.infopédia.pt), em "fixar" (MACHADO, 1981, vol.I, 234), aplicando-se nas situações em que a modernidade se assume como linguagem arquitectónica, através dos projectos de raiz implementados nos sítios arqueológicos.

No âmbito dos projectos que se "afirmaram" perante os sítios arqueológicos, sob a forma de edifícios de apoio, foram definidos três conceitos: Afirmação por **Incrustação**, Afirmação por **Ocultação** e Afirmação por **Reversão**.

Afirmação por Incrustação | A incrustação significa o "acto ou efeito de incrustar ou embutir", o "ornamento constituído por uma peça em que se introduziram pedaços de outro material; embutido"

(www.infopédia.com), "facto de estar uma coisa metida, embutida em escavação de outra", "arte de embutir em qualquer superfície elementos da mesma ou doutra matéria..." (MACHADO, 1981, vol. VI, 128). Assim, os edifícios pontuados pela Afirmação por Incrustação, foram encarados como que "pedaços de outro material" que passam a integrar o "ornamento", ou seja, a ruína, interagindo com a mesma numa espécie de fusão, percebendo-se um forte "enraizamento" do novo edifício, perante o local, e uma forte inter-relação entre o novo e o bem patrimonial.

Afirmação por Ocultação | A ocultação traduz-se no "acto ou efeito de ocultar ou de se ocultar", na capacidade de "subtrair à vista", de "esconder", de "disfarçar" (www.infopédia.pt), na "passagem de um astro por detrás de outro de diâmetro maior que o oculta ao observador; o momento ou tempo que dura essa passagem" (MACHADO, 1981), cujo significado se associa aos edifícios que, perante o elemento mais importante da estação arqueológica, a ruína, se ocultam, fazendo prevalecer a paisagem que envolve o sítio.

A ocultação associa-se aos casos em que a "passagem" pela ruína implica a "ocultação" das respectivas estruturas de apoio.

Em todos os casos associados à ocultação se verificou o sentido afirmativo da arquitectura contemporânea, no entanto, independentemente da linguagem arquitectónica e da respectiva materialidade, bem como do seu "peso" em relação ao percurso de acesso ao sítio arqueológico, o mesmo "oculta-se" no campo visual da ruína, sendo que, em alguns casos, tal ocultação se deve ao local definido para a implantação do equipamento (afastamento e/ou diferenciação de cotas), ao passo que, noutras situações, tal se deve à concepção do próprio edifício que, não obstante a proximidade em relação ao bem patrimonial, aparece algo "dissimulado" na paisagem.

Afirmação por Reversão | A reversão significa o "acto ou efeito de reverter", o "regresso ao estado ou tipo primitivo" (www.infopédia.pt), "volta ao ponto de partida" (MACHADO, 1981, vol.X, 354), sendo que, mediante a leitura do conjunto das intervenções nos sítios arqueológicos, se destacou um grupo, cuja linguagem e materialidade sugerem a ideia de reversibilidade, garantida pela materialidade do objecto arquitectónico, bem como pela implantação no terreno (geralmente elevados em relação à cota natural, em alguns casos, por questões práticas, com vista à não interferência com eventuais vestígios arqueológicos, ou por questões formais associados à ideia de reversibilidade).

A modulação como "acto ou efeito de modular" (www.infopédia.pt), com base num módulo que regula as proporções das partes de uma qualquer peça arquitectónica, consistindo numa unidade de peça autónoma que, combinada com outras, pode formar um todo, consistindo num princípio adoptado na concepção de parte dos edifícios implementados. A generalidade das situações abrangidas pelo conceito da reversão, revela a aplicação do módulo como um elemento relevante para a configuração do edifício.

Em todos os casos associados à reversão verificou-se o sentido da afirmação da modernidade, embora, o conjunto dos materiais e o conceito arquitectónico, induzissem para a ideia de reversibilidade, podendo não o significar na prática.

A conceptualização das intervenções proveniente da análise dos edifícios de apoio em estudo, teve origem, sobretudo, na leitura do posicionamento dos referidos edifícios, perante a ruína, sendo claro

que os conceitos definidos poderiam aplicar-se em simultâneo. No entanto, no presente estudo, para cada caso, foi aplicado o conceito que melhor caracterizava a relação estabelecida entre os novos volumes e os bens patrimoniais.

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A CONCEPTUALIZAÇÃO			
		Reabilitação	Afirmação por Incrustação	Afirmação por Ocultação	Afirmação por Reversão
1. Castro de Monte Mozinho	1.1. Centro de Acolhimento e Interpretação e sanitários				
	1.2. Casa dos Arqueólogos e Casa do Guarda				
2. Ruínas romanas de Cerro da Vila	2.1. Museu Cerro da Vila				
3. Área Arqueológica do Freixo	3.1. Edifício de Apoio (sanitários)				
	3.2. Recepção				
	3.3. Bar				
	3.4. Armazém/Reserva				
	3.5. Escola de Arqueologia do Freixo				
	3.6. Cafetaria/Restaurante				
	3.7. Núcleo Museológico da Vida Quotidiana				
	3.8.Sala Polivalente/Auditório				
	3.9. Núcleo Interpretativo da Necrópole Romana				
4. Santuário de Panóias	4.1. Instalações de Apoio ao Santuário de Panóias				
5. *Villa* romana do Rabaçal	5.1. Edifício de Apoio				
6. Circuito Arqueológico da Cola	6.1. Centro Interpretativo				

SITIOS ARQUEOLÓGICOS	EDIFÍCIOS DE APOIO	A CONCEPTUALIZAÇÃO			
		Reabilitação	Afirmação por Incrustação	Afirmaçã o por Ocultação	Afirmação por Reversão
7. Ruínas romanas de S. Cucufate	7.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
8. Monumentos Megalíticos de Alcalar	8.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
9. Ruínas de Torre de Palma	9.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
10. Ruínas romanas de Miróbriga	10.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
11. Ruínas romanas de Milreu	11.1. Centro de Acolhimento e Interpretação				
	11.2. Casa Rural				
12. Cidade romana de Ammaia	12.1. Museu Monográfico da cidade romana de Ammaia				
13. Citânia de Santa Luzia	13.1. Edifício de Apoio a visitantes				
	13.2. Edifício de apoio aos arranjos exteriores				
4. Castelo Velho de Freixo de Numão	14.1. Centro de Acolhimento				
15. Citânia de Briteiros	15.1. Casa de Acolhimento e Apoio da Citânia de Briteiros				
16. Cividade de Terroso	16.1. Edifício de apoio à Cividade de Terroso				
17. Castro de Monte Padrão	17.1. Centro Interpretativo do Castro de Monte Padrão				
18. *Villa* romana de Sendim	18.1. Centro Interpretativo				
	18.2. Gabinete de Arqueologia de Sendim				

Observações:

1. Castro de Monte Mozinho

1.1. e 1.2. O Centro de Acolhimento e Interpretação com os respectivos sanitários, bem como o conjunto composto pela Casa dos Arqueólogos, a Casa do Guarda e o espaço de apoio aos trabalhos arqueológicos, caracterizam-se pela afirmação por ocultação, na medida em que, ao longo do percurso de acesso à ruína, os referidos elementos vão-se subtraindo à vista, no campo visual relacionado com o bem patrimonial, pontuando apenas a zona de estacionamento e o parque de merendas, em relação aos quais, os referidos volumes se afirmam claramente, formando núcleos distintos, mas "incrustados" ao local.

2. Ruínas romanas de Cerro da Vila

2.1. O conceito da afirmação por incrustação aplica-se ao caso de Cerro da Vila, dado o "peso" do edifício de raiz, perante o bem patrimonial, pelo enraizamento ao lugar, conferido pela natureza do programa concentrado num único edifício, abrangendo um conjunto de conteúdos funcionais; pela articulação com a ruína por proximidade, relação visual, e com o traçado da *villa* romana, no que se refere ao percurso de transição entre o novo edifício e o monumento.

3. Área Arqueológica do Freixo

3.1. O Edifício de Apoio, incluindo os sanitários da Área Arqueológica do Freixo, integra o grupo da reabilitação, pelo que um novo programa passa a integrar um antigo aposento agrícola, inserido no conjunto da aldeia do Freixo, procurando-se manter as características formais do edifício.

3.2. A Recepção da Área Arqueológica do Freixo integra o grupo da reabilitação, sendo que um novo programa passa a integrar uma pré-existência inserida no conjunto da aldeia do Freixo, procurando-se manter as características formais do edifício.

3.3. O Bar da Área Arqueológica do Freixo integra o grupo da reabilitação, dado que um novo programa passa a integrar uma pré-existência inserida no conjunto da aldeia do Freixo, procurando-se manter as características formais do edifício.

3.4. O Edifício de Armazém/Reserva integra o grupo dos edifícios que se pontuam pela afirmação por ocultação, concebido segundo uma linguagem arquitectónica contemporânea, incorporada por materiais da actualidade, nomeadamente o betão, albergando um programa meramente de apoio, pouco vocacionado para a componente de visita, não interferindo com o percurso de acesso aos bens patrimoniais, dada a sua localização algo periférica, bem como pelo lado "introspectivo" em relação à envolvente.

3.5. A futura Escola de Arqueologia do Freixo integra o grupo dos edifícios que se pontuam pela ocultação, dado que, não obstante tratar-se de um objecto arquitectónico que se afirma pela contemporaneidade, localiza-se no limite da Zona Classificada, junto à Estrada Nacional 211, marcando uma das entradas da Área Arqueológica, não se relacionando directamente com o espaço de ruína escavada e visitável.

3.6. O edifício da Cafetaria/Restaurante integra o grupo das intervenções que se caracterizam pela afirmação por incrustação, dada a implementação de um programa de lazer associado ao *forum* romano; pela a componente social do mesmo; dada a articulação com a ruína através da sua

volumetria e materialidade, sendo que o volume revestido a granito se associa ao corpo lateral do *forum*, ao passo que o volume transversal, composto por uma estrutura metálica e planos de vidro, conferem a transparência ao edifício, associado ao vazio do referido equipamento romano.

3.7. O Núcleo Museológico da Vida Quotidiana pontua-se pela afirmação por incrustação, na sua relação com a ruína, pela proximidade, pela relação visual e pela articulação com o que se julga tratar-se de um eixo viário associado à zona habitacional da cidade romana. Por outro lado, o carácter afirmativo por incrustação verifica-se ao nível do percurso de acesso às ruínas, o qual inclui a passagem inevitável pelo Núcleo Museológico da Vida Quotidiana.

3.8. O edifício da Sala Polivalente/Auditório, pontua-se pela ocultação, perante o sítio arqueológico, dada a respectiva localização no aglomerado da aldeia do Freixo, aplicando-se a pedra de granito, segundo os métodos construtivos tradicionais, e adquirindo uma escala semelhante à envolvente, acrescendo o facto de o equipamento em causa não interferir directamente com o bem patrimonial, dado o relativo distanciamento em relação ao mesmo e não interferindo no acesso à ruína, funcionando como complemento ao seu funcionamento.

3.9. O Núcleo Interpretativo da necrópole romana afirma-se pelo carácter reversivo, embora envolvendo as sepulturas da necrópole romana. Trata-se de uma intervenção que se pretende com uma composição "leve e ligeira, simplesmente pousada no terreno, sem invadir, quase sem tocar, cumprindo os seus objectivos, sem marcar forte presença" (Borges, 2005, 4) , incorporada por uma estrutura de madeira de pinho, revestida por ripado de madeira kambala.

4. Santuário de Panóias

4.1. As Instalações de Apoio ao Santuário de Panóias integram o grupo da reabilitação, sendo que as estratégias aplicadas ao sítio arqueológico passam pela integração do novo programa a parte das pré-existências do local, procurando manter-se as características formais do edifício.

5. *Villa* romana do Rabaçal

5.1. O Edifício de Apoio encarado pela sua vertente de afirmação por incrustação, o qual se articula com a ruína, por proximidade e estando associado ao acesso à mesma, proporcionando a entrada na área arqueológica. Por outro lado, o carácter definitivo atribuído pela aplicação do betão, vincula a ideia de incrustação.

6. Circuito Arqueológico da Cola

6.1. O Centro Interpretativo do Conjunto Arqueológico da Cola, traduz-se numa atitude de reabilitação de uma pré-existência, inserida no Santuário da Nossa Senhora da Cola, procurando manter-se as características formais do edifício, prevendo-se uma ampliação, numa atitude de pouca interferência no local, adoptando-se a mesma tonalidade e a mesma escala volumétrica, com vista ao acondicionamento de todo o programa.

7. Ruínas romanas de S. Cucufate

7.1. O lado afirmativo por incrustação do Centro de Acolhimento e Interpretação das ruínas de S. Cucufate deve-se à sua relação com a ruína, por proximidade e pelo facto de o acesso à mesma se

efectuar impreterivelmente através do edifício implementado de raiz, sendo que a materialidade do edifício, confere-lhe um carácter permanente e de enraizamento.

8. Monumentos Megalíticos de Alcalar

8.1. O Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar incorpora o grupo da ocultação, no sentido em que, embora constitua um elemento de referência na chegada ao local, com a afirmação de uma linguagem arquitectónica assumidamente contemporânea, incorporada pela utilização do betão em articulação com planos de caixilharia, adquirindo relevância no percurso de acesso ao local arqueológico, o equipamento em causa, perante o bem patrimonial, oculta-se, dando lugar à paisagem, dissimulando-se na mesma.

9. Ruínas de Torre de Palma

9.1. A noção de reversão associada ao Centro de Acolhimento e Interpretação de Torre de Palma justifica-se pela reversibilidade inerente à aplicação de perfis metálicos para estruturação do edifício, claramente assumidos, e pela ligeira elevação da cota do piso, em relação à cota do terreno, sendo que à concepção volumétrica se associa o módulo. O lado da afirmação do edifício em causa prende-se com a sua presença na planura da paisagem e, consequentemente, face à ruína.

10. Ruínas romanas de Miróbriga

10.1. O Centro de Acolhimento e Interpretação das ruínas de Miróbriga, pontua-se pela afirmação por incrustação, dado o seu posicionamento perante parte das ruínas, caracterizado pela respectiva aproximação e inter-relação visual, face à mesma, sendo que, situado em posição sobranceira, o referido equipamento afirma-se claramente no sítio.

11. Ruínas romanas de Milreu

11.1. O Centro de Acolhimento e Interpretação das ruínas romanas de Milreu afirma-se pela ocultação, na medida em que, perante a observação do bem patrimonial, o edifício "anula-se", dissimulando-se na paisagem. No entanto, o Centro de Acolhimento e Interpretação apresenta-se como um ponto de referência na abordagem ao local, "impondo-se" no acesso à ruína, funcionando como uma espécie de "entrada" no recinto arqueológico, cuja materialização se procede segundo o sistema construtivo corrente, levando à noção de "enraizamento" no local, sendo que, perante a ruína, todo esse "peso" deixa de ter expressão.

11.2. A Casa Rural, integrante do sítio arqueológico de Milreu resulta da reabilitação de uma pré-existência, preservando-se e recuperando-se as respectivas características tradicionais, constituindo um elemento preponderante para o entendimento do lugar, no que se refere à sua evolução, e das respectivas comunidades.

12. Cidade romana de Ammaia

12.1. O Museu Monográfico da cidade romana de Ammaia resulta da reabilitação do edifício da quinta do Deão, mantendo-se as características do mesmo, para a adaptação a Museu.

13. Citânia de Santa Luzia

13.1. O edifício de apoio a visitantes da Citânia de Santa Luzia foi encarado pela sua vertente de afirmação por incrustação, o qual se articula com a ruína, sugerindo a substituição dos paramentos da muralha do povoado, sendo que o acesso ao interior do recinto se procede através do seu atravessamento, funcionando como "entrada". Por outro lado, a materialidade do carácter definitivo atribuído pela aplicação do betão, vincula a ideia de incrustação.

13.2. O Edifício de Apoio aos Arranjos Exteriores afirma-se pela reversão, dado que, apesar da respectiva localização em pleno núcleo central do povoado, expressa-se sob a forma de uma "caixa de madeira", pousada no sítio arqueológico, quase sem lhe tocar.

14. Castelo Velho de Freixo de Numão

14.1. O Centro de Acolhimento de Castelo Velho de Freixo de Numão afirma-se por reversão, pois materializa-se pela estruturação em ferro associado ao revestimento a madeira, segundo uma regra modular, conferindo-lhe um certo carácter de reversibilidade. A componente afirmativa verifica-se pela volumetria do edifício, constituindo um elemento de referência na paisagem, interagindo visualmente com a ruína do Castelo Velho.

15. Citânia de Briteiros

15.1. A Casa de Acolhimento da Citânia de Briteiros afirma-se pela ocultação no que se refere à sua relação com a ruína, dissimulando-se na paisagem, embora se afirmando no percurso de acesso à ruína, implicando, impreterivelmente, o seu atravessamento.

16. Cividade de Terroso

16.1. O Edifício de Apoio à Cividade de Terroso afirma-se pela ocultação no que se refere à sua relação com a ruína, dado que a sua presença é nula aquando da percepção do bem patrimonial, sendo que foi implementado a uma cota inferior, pontuando o percurso de acesso à ruína.

A concepção arquitectónica com o vidro e a madeira, numa lógica de volume solto da cota do terreno, conferindo-lhe um carácter de reversibilidade, induz, em simultâneo, para a ideia de reversão, embora, perante a ruína, o Edifício de Apoio à Cividade de Terroso se torne ausente no respectivo campo visual.

17. Castro de Monte Padrão

17.1. Pontuando o percurso de acesso ao Castro de Monte Padrão e assumindo-se como elemento arquitectónico da contemporaneidade, o Centro Interpretativo torna-se oculto, perante a ruína, dada a respectiva implantação a uma cota inferior e com um distanciamento considerável, em relação à zona visitável e escavada do monumento.

18. *Villa* romana de Sendim

18.1. O Centro Interpretativo da *Villa* romana de Sendim integra o grupo das intervenções pontuadas pela reabilitação, pelo que um novo programa se implementou numa antiga casa rural, procurando manter-se a linguagem arquitectónica do edifício.

18.2. Os edifícios que integram o departamento de arqueologia de Sendim, construídos de raiz, afirmam-se pela incrustação, dado o carácter contemporâneo dos mesmos, em termos de linguagem e materialidade, relacionando-se pela proximidade com o bem patrimonial e conferindo o enquadramento das ruínas da *Villa* romana de Sendim.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 | A Sociedade e os Sítios Arqueológicos

"A consciência do passado e a forma como cada vez mais é possível destruir vorazmente antigas marcas de identidade humanas, faz crescer e perdurar um sentimento de perda, favorecendo ambiências sociais nostálgicas, marcadas pela interiorização urgente em perdurar elementos que remetam para um tempo perdido, mais ou menos ancestral e supostamente mais natural ou original, que urge guardar e proteger. Efectivamente, em sociedades em rápida transformação e em que a capacidade de destruição de fontes, entre as quais arqueológicas, cresce brutalmente, o passado torna-se uma referência vincadamente presente, que "obriga" a uma salvaguarda, agudizando-se o conflito entre preservação do real existente e a sua natural e permanente transformação pelo uso". (LAGO, 2001, 8)

O alargamento da noção de património relaciona-se com a necessidade das comunidades possuírem ancoradouros de memória, de sítios, de valores e padrões que se traduzem em património, como fundamento da sua consciência. Assim, o património não deve ser encarado apenas como uma atitude de reserva, mas sim como elemento integrante e vivo no presente das comunidades, sendo devidamente aceite e não apenas protegido, (ALMEIDA, 1998, 17).

Com vista à referida integração do património, as filosofias de intervenção na valorização dos sítios arqueológicos, em termos gerais, traduzem-se na preservação, conservação e restauro; na pesquisa arqueológica, desenvolvida em regime de continuidade; na oferta à fruição pública, através da constituição de bases para o acolhimento do público e na inserção de sítios arqueológicos na ordem económica contemporânea como recurso cultural.

Assim, as medidas implementadas traduzem-se na protecção, salvaguarda e restauro das estruturas, bem como na recomposição científica, por anastilose, ou outros métodos, incluindo o arranjo paisagístico das estruturas visitáveis, a respectiva vedação e, finalmente, na criação de edifícios de apoio

5.2 | A Arquitectura e as "Máquinas do Tempo"

A arquitectura contemporânea nos sítios arqueológicos integra a criação de "máquinas do tempo" que "nos permitem olhar o passado, e passar dele para o presente, sem o desproporcionado esforço das coisas secretas e obtusas: abrindo uma pequena porta ou lançando uma ténue pista, por pequena que seja, mas que por isso mesmo seja suficiente para o encaminhamento do sujeito para o conhecimento." (PEREIRA, 2001b, 7)

Sendo os edifícios de apoio implementados nos sítios arqueológicos o objecto de estudo, constituindo elementos arquitectónicos da contemporaneidade, verificou-se que se trata de estruturas fundamentais para o funcionamento dos referidos sítios, transformando-os em lugares visitáveis, acessíveis ao público, e de investigação.
Ainda ao nível da relação entre o bem patrimonial e a comunidade, verificou-se o importante papel do objecto arquitectónico, como elemento de aproximação entre ambos, a vários níveis, sendo que, na generalidade, acolhem o público, permitindo o conhecimento do lugar, acrescendo-se, em alguns casos, o apoio ao nível da investigação.

Sendo o objecto patrimonial e tudo o que o rodeia, algo que se afasta de um padrão reconhecível, maiores e mais serão as interrogações do público sobre o referido objecto, daí advindo a necessidade de interpretação e de acesso às diversas possibilidades e discursos interpretativos que o objecto motiva. Assim, a interpretação de um sítio arqueológico traduz-se numa reintegração, sem a alienação do objecto, através da sua conservação, valorização, explicação e interpretação, passando a constituir um elemento de utilidade e interacção. O resgatar o tempo e vencer a distância, faz-se pela interpretação através da criação de "lugares de passagem", os quais funcionam como "máquinas do tempo", permitindo o entendimento e a leitura do pretérito, (PEREIRA, 2001b, 6-7).

Independentemente das terminologias aplicadas aos edifícios de apoio, junto dos sítios arqueológicos, é reconhecível um denominador comum entre todos, o qual está relacionado com a componente interpretativa do respectivo sítio arqueológico, dado o conteúdo expositivo ou museográfico, com vista a uma contextualização.
A este nível, importa referir a importância da interpretação como instrumento que vincula o território à sociedade, sendo que a componente interpretativa, com vista à revelação perante o público, sobre o significado do legado natural, cultural e histórico, evidencia-se no nosso território, produzindo-se um leque de situações interventivas (MARTÍN, 2001, 29), as quais incluem os edifícios de apoio, objecto da presente dissertação.

Os casos de estudo abordados pontuaram-se pela introdução de valores de modernidade, incluindo formas apelativas e inovadoras na apresentação de conteúdos de informação, procurando, assim, responder, por um lado, a novas exigências de funcionalidade na recepção de visitantes e, por outro, assumindo a presença dos valores da arquitectura qualificada como um meio de aproximação do

público a estes monumentos, constituindo um elemento significativo nas "máquinas do tempo" associadas aos sítios arqueológicos.

5.3 | A Arqueologia e o Projecto de Arquitectura

Dada a relevância dos bens patrimoniais em causa, bem como a respectiva fragilidade face às potenciais agressões, os casos abordados revelaram a importância de estratégias de gestão consistentes e devidamente orientadas, no sentido de se atingir os objectivos delineados, com vista a uma utilização regrada e sustentada no meio ambiente que os envolve, (LAGO, 2001, 8-9).

Com base na descrição aplicada a cada caso de estudo, relativa à "concepção como estratégia de gestão" e dos respectivos projectos de arquitectura implementados, verificou-se uma importante articulação entre o processo de gestão dos sítios e a autoria dos referidos projectos, pelo que se conclui sobre a relevância da complementaridade entre o arqueólogo e o arquitecto, com vista a uma intervenção coerente, devidamente "agarrada" ao lugar, respeitando a ruína.

No processo de investigação sobre os casos de estudo, verificou-se, aquando dos contactos estabelecidos com os diferentes responsáveis pelos sítios e os arquitectos intervenientes, o facto de se tratarem de processos de grande complexidade, cujo direccionamento variou segundo inúmeras circunstâncias, dada a natureza do lugar e os diferentes interesses que o mesmo envolve.
A título de exemplo, refere-se a intenção de implementar o edifício da Sala Polivalente /Auditório nas proximidades do Núcleo Museológico da Vida Quotidiana, na Área Arqueológica do Freixo, sendo que, escavações realizadas no local, inviabilizaram a sua concretização, passando a implementar-se num outro terreno, oportunamente vendido ao Estado, cuja construção existente foi demolida para o efeito.
A outro nível, refere-se o caso de Monte Padrão, cujo terreno onde se encontra implantado o Centro Interpretativo consistiu numa solução alternativa, face ao recuo da Fábrica da Igreja de Monte Córdova, relativamente à cedência do terreno, com vista à concretização da primeira opção.
Como os casos mencionados, muitos outros resultaram de factores circunstanciais, ao longo dos diferentes processos de gestão, os quais ajudaram a perceber as complexidades inerentes à transformação do lugar, com vista à sua valorização.
Múltiplos factores pontuam os processos de intervenção nos sítios arqueológicos, acrescendo o nível de complexidade das acções e obrigando a um importante sentido de flexibilidade, coordenação e cooperação entre os diferentes intervenientes das acções.

5.4 | A Arquitectura Contemporânea integrando a História

"A arquitectura constitui um documento histórico excepcional. É um testemunho cultural que nos permite extrair uma grande quantidade de informações, não só sobre a arquitectura em si mesma sendo também sobre a sociedade que a criou e usou (...) a arquitectura é um testemunho que nos permite apreender da mesma, todo o processo cultural desde a sua origem até aos nossos dias. Nela podemos ver acumuladas e sedimentadas as intervenções culturais de uma comunidade, distinguir as transformações físicas, as mudanças de uso e funções, as associações de renovados valores estéticos e simbólicos, (...)" (GUTIÉRREZ, 1997, 174)

A marca física implementada no sítio arqueológico, através da criação de estruturas de apoio, traduz-se na sua reinterpretação e na própria manipulação da história, marcada pela necessidade de apreensão do conhecimento sobre o sítio arqueológico e de recorrer aos lugares patrimoniais de forma eficaz e imediata, sendo que os referidos equipamentos se tornam em mensageiros do património por descobrir.

A arquitectura contemporânea, relacionada com a necessidade das sociedades em preservar o seu património, tornando-o num importante recurso cultural, constitui um veículo para a formalização da "máquina do tempo", ou seja, um dos meios necessários à interpretação e conhecimento dos sítios arqueológicos, fruto de um processo multidisciplinar, envolvendo a arqueologia e a gestão dos lugares, constituindo a incorporação de mais uma passagem na história dos respectivos sítios.

Face às valências descritas, implícitas às novas estruturas de apoio, relacionadas com o acolhimento, a interpretação e a investigação, fruto de objectivos semelhantes definidos durante os diferentes processos de gestão, verificou-se uma grande diversidade nas soluções arquitectónicas implementadas, em parte, consequência das estratégias adoptadas, não se pretendendo a legitimação ou a defesa de nenhum dos resultados, mas antes compreender os processos inerentes à transformação do sitio arqueológico, a partir do bem patrimonial.

A descrição e análise de processos tão independentes entre si, traduziram-se em casos muito específicos que, no seu conjunto, acabaram por revelar significativas afinidades que, aglutinadas, revelaram padrões de actuação que aproximam todas as intervenções, como reflexo de uma cultura patrimonial comum, possibilitando uma leitura das actuações como um todo.

Com os casos de estudo abordados, verificou-se um leque de intervenções, onde a arquitectura contemporânea constitui parte integrante das alterações sucessivas, ao longo de tempos diferentes e descontínuos, fruto de uma referência cultural colectiva.

Os sítios arqueológicos abordados correspondem a uma filosofia de intervenção, cujo expoente máximo se pode revelar no Museu de Mérida, em Espanha, sob a autoria de Rafael Moneo, percepcionando-se uma mudança de atitude, sendo que os objectos do recinto arqueológico não se deslocam para o Museu, assistindo-se à colocação do objecto arquitectónico no local, englobando-os como partes integrantes e activas, (CANNATÀ e FERNANDES, 1999, 8). Ou seja, percebe-se uma lógica de aplicação da arquitectura em articulação com os vestígios arqueológicos, segundo os diferentes casos apresentados.

Os projectos abordados procuraram responder a exigências contemporâneas, face ao património, através de respostas projectuais que se confrontam com a história da arquitectura, fazendo transportar o passado para o nosso presente e futuro.

Numa perspectiva de que a arquitectura do passado nos ajuda a compreendê-lo, representando o próprio tempo, as intervenções contemporâneas traduzem o nosso tempo, segundo padrões de actuação nos sítios arqueológicos, numa perspectiva de valorização cultural, através de projectos com resposta arquitectónicas específicas, como elementos de transformação e adaptação ao sítio.

6. REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS GERAIS

ALFENIM, Rafael (2001), O Sítio Arqueológico de São Cucufate. *Estudos/Património*, Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.68-69.

ALMEIDA, C.A. Ferreira (1993), Património. Riegl e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2ª Série, Vol. 10, p.407-416.

ALMEIDA, C.A. Ferreira (1998), *Património. O Seu Entendimento e a Sua Gestão*. Porto: Edição Etnos. ISBN 972-96935-3-6.

AMMAIA, Fundação Cidade (s.d.), *Cidade Romana de Ammaia*.

ANDRADE, Marco Aurélio; BERNARDES, João Pedro (2004), Projecto de Recuperação da Casa Rural nas Ruínas da Villa Romana de Milreu, *Estudos/Património*, Lisboa. ISSN 1645-2453, 6, p.168-171,

ASSOCIAÇÃO WORLD MONUMENTS FUND (2003) *Boletim Informativo da World Monuments Fund Portugal*. Lisboa.

BARATA, Maria Filomena dos Santos (1993), Cidade Romana de Miróbriga. *al-madan*, Almada. ISBN 0871-066X, 2ª série, 2, Almada, p.13-19,

BARATA, Maria Filomena (2001), O Sítio Arqueológico de Miróbriga. *Estudos/Património*, Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.46-48.

BARATA, Maria Filomena (2001a), Miróbriga. Ruínas Romanas. *Roteiros da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: IPPAR. ISBN 972-8087-82-9.

BASTOS, Jorge de Novaes (2004), A recuperação da Casa Rural de Milreu: uma visão do projectista. *Estudos/Património*, Lisboa. ISSN 1645-2453, 6, p.172-177.

CALADO, Luís; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim (2000), *Património. Balanço e Perspectivas [2000-2006]*. Lisboa: IPPAR. ISBN 972-8087-77-2.

CANNATÀ, Michele ; FERNANDES, Fátima (1999), *Construir no Tempo*. Lisboa: Estar-Editora. ISBN 972-8095-67-8.

CARDOZO, Mário (1990), *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso – Notícia descritiva para servir de guia ao visitante*, 11.ª edição, Guimarães.

CARVALHO, António Faustino; ZILHÃO, João, AUBRY, Thierry (1996), *Vale do Côa – Arte Rupestre e Pré-História*. Lisboa: Ministério da Cultura, Parque Arqueológico do Vale do Côa. ISBN 972-8087-27-6.

CARVALHO, Teresa Pires (coordenação científica) (1998), Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida – II. *Cadernos do Museu*. Penafiel: Museu Municipal. ISSN 0873-5484, 3.

CARVALHO, Teresa Pires (coordenação científica) (2005), Castro, um lugar para habitar, Colóquio. *Cadernos do Museu.* Penafiel: Museu Municipal. ISSN 0873-5484, 11.

CEBRIÁN ABELLÁN, Aurélio (2001), *Turismo Cultural y Desarrollo Sostenible: Análisis de áreas patrimoniales.* Universidad de Murça, Serviço de Publicaciones. ISBN 84-8371-273-3.

CASTRENOR (2006), *Guia dos Castros da Galiza e Noroeste de Portugal.* Vila Nova de Famalicão: ADRAVE. ISBN 978-972-95950-3.

CERRERA DIAZ, Gema (2006), Itinerários y rutas: herramientas para la documentación y puesta en valor del património cultural. *Itinerários culturales y rutas turístico-culturales 04, PH boletin del Instituto Andaluz del Património Histórico.* Sevilha. ISSN 1136-1867, 60, p.52-59.

CHOAY, Francoise (2006), *A Alegoria do Património.* Lisboa: Edições 70, ISBN 972-44-1205-9) (1ª ed. 1982).

COIXÃO, António do Nascimento Sá (2005), *O Circuito Arqueológico de Freixo de Numão. Guia do Visitante.* Freixo Numão: Edição do A.C.R.R..

CORREIA, Susana; ALFENIM, Rafael (2001), Circuito Arqueológico da Cola. *Estudos/Património.* Lisboa. ISSN 1645-2453. 1, p.53-54, ISSN 1645-2453.

CORREIA, Virgílio Nuno Hipólito (2002), *Cola Circuito Arqueológico.* Lisboa: IPPAR. ISBN 972-8736-00-2.

CRESPI VALBONA, Montserrat; PLANELLS COSTA, Margarita (2003), *Património Cultural,* Editora Sintesis. ISBN 84-9756-118-X.

DIAS, Ana Carvalho (2001), *Villa* Romana de Torre de Palma, *Estudos/Património.* Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.79-81.

DIAS, Lino Tavares (1997), *Tongobriga.* Lisboa: IPPAR. ISBN 972-8087-36-5.

DIAS, Lino Tavares; SOARES, Rosa (1999), *Tongobriga. Contributo Documental.* Porto: Escola Profissional de Arqueologia. ISBN 972-97694-1-9.

DIAS, Lino Tavares; ARAÚJO, Jorge Martins (1999), *Guia de Visita / Tongóbriga,* Escola Profissional de Arqueologia.

DIAS, Lino Tavares (2003), *Tongobriga. Breves Reflexões.* Porto: IPPAR.

DIAS, Lino Tavares (2005), *Área Arqueológica do Freixo. Que Futuro?.* Porto: IPPAR.

DICIOPÉDIA 2008, Porto Editora Multimédia, 2007, (DVD-ROM)

FERNANDES, António Pedro Barata (2003), O sistema de visita e a preservação da arte rupestre em dois sítios de ar livre do Noroeste português: o Vale do Côa e Mazouco, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. ISSN 0874-2782, Volume 6, 2, p. 5-47.

FERNANDES, António Pedro Barata (2005), Dinâmicas de Desenvolvimento Sustentado fomentadas pela criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Conservar para quê? (8ª Mesa-redonda de Primavera)*. Porto; Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, p. 183-197.
(Consultado em www.ipa.min-cultura.pt/coa/pt/Research/Research_Articles/2005 - PDF, a 9 de Maio de 2008).

GALHANO, Fernando (2001), Núcleo Museológico da *Villa* Romana de Cerro da Vila, *Estudos/Património*. Lisboa, 1, p.91-93, ISSN 1645-2453.

GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso (1999), *Cividade de Terroso – Guia do Visitante*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim – Gabinete de Arqueologia.

GOMES, Paulino (2002), *À Descoberta do vale do Sousa – Rotas do Património Edificado e Cultural*. 2ª Edição. (s.l.), Héstia Editores.

GONZÁLES MÉNDEZ, Matilde (2000), *La Revalorización del Património Arqueológico, Lá definición de un programa para el Ayuntamiento de Toqes (A Coruña)*. Santiago de Compostela: Xunta de Galícia. ISBN 84-453-2816-6.

GUILLAUME, Marc (2003), *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras. ISBN 972-610-704-0.

GUTIÉRREZ, Ramon (1997), Las Fuentes Históricas y la Heurística. *Teoría e Historia de la Restauración*. Madrid: Editorial Munilla-Léria, ISBN 84-89150-15-X.

HAUSCHILD, Theodor, TEICHER, Félix (2002), *Milreu. Ruínas*. Lisboa: IPPAR. ISBN 972-8736-03-7.

HENRIQUES, Filipe; PRATA, Ana (2008), *Gestão do Património Arqueológico no Cerro da Vila*. Faro: Faculdade de Letras da Universidade do Algarve.

JUNTA DE CASTILLA Y LEON (2005), *Plan pahis 2004-2012 del Patrimonio Histórico de Castilla y León*. Consejaria de Cultura y Turismo. ISBN 84-9718-327-4.

LACERDA, Manuel; BARATA, Maria Filomena (2001), Estruturas de Acolhimento e Interpretação Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. *Estudos/Património*, Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.43-45.

LACERDA, Manuel; RAMALHO, Maria Magalhães (2006), A arquitectura como guardiã da memória. *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 9, p.5-8.

LAGO, Miguel (2001), O Público e o Privado. Notas para a inovação na gestão do Património Arqueológico, *Era-Arqueologia*. Lisboa. ISSN 0874-9701, 4, Lisboa, p.8-11.

LEI DE BASE DO PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS, Lei nº13/85 de 6 de Julho de 1985, 153/85 SÉRIE I.

LEI DO PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS, Lei nº 107/01 de 8 de Setembro de 2001, 209/01 SÉRIE I-A.

LEMOS, Francisco Sande (s.d.), *Citânia de Briteiros*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, Casa Sarmento, Universidade do Minho, p.1-7.
(Consultado em www.csarmento.uminho.pt/docs/nephl/citania/citania_de_briteiros.pdf, a 17 de Março de 2008)

LEMOS, Francisco Sande (2003), Ordenamento do Território e Arqueologia. *Crónicas da Arqueologia e Património cultural, Al-madan*. Almada. ISSN 0871-066X, 2ª Série, 12, p.109-114.

LIMA, Alexandra Cerveira (2005) - Parques, investigação e ordenamento. *Conservar para quê? (8ª Mesa-redonda de Primavera)*. Porto; Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, p. 157-163.

LIMA, Alexandra Cerveira (2006) - Património, visitantes e gestão do território: O caso do Parque Arqueológico do Vale do Côa. *O interior raiano no centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos; Campo das Letras, p. 329-334.

LOPES, Flávio (1994), *Património, informar para proteger*. Lisboa: IPPAR. ISBN 972-8087-13-6.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito (2004), *Património arquitectónico e arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa, Livros Horizontes,. ISBN 9789722412077.

LOPÉZ FERNÁNDEZ, Maria Isabel (2006), Diseño y programación de itinerários culturales. *Itinerários culturales y rutas turístico-culturales 01, PH boletin del Instituto Andaluz del Património Histórico*. Sevilha. ISSN 1136-1867, 60, p.20-33.

MACHADO, José Pedro (1981) *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Amigos do Livro Editores.

MALOBBIA, Patrícia Mimoso Vairinhos (2006), *Estói_Identidade e transformação*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico.

MARECO, Patrícia Sofia Rasgado (2006), *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal – Alentejo e Algarve*. Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo.

MARTÍN, Marcelo (2001), Sobre el necesario vinculo entre el patrimonio y la sociedade Reflexiones críticas sobre la Interpretación del Património. *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, , p.25-37.

MATIAS, Jorge R. (2008), Grande Angular, *National Geográphic Portugal*. (s.l.). Vol.7, nº83.

MESTRE, Vítcor; ALEIXO, Sofia (2001), Centro de Acolhimento e Interpretação de Torre de Palma, *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.82-85.

MIRÓ ALAIX, Manel; PADRÓ WERNER, Jordi (2001), Patrimonio y Territorio: una reflexión sobre los proyectos de puesta en valor del património. *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.38-41.

MONFORTE, Câmara Municipal de (s.d.), *"Villa" Lusitano-Romana – Torre de Palma*, Monforte.

MORÁN, Elena; PARREIRA, Rui (2001), Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a.C.. *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.94-98.

MORÁN, Elena; PARREIRA, Rui (2004), Alacalar 7 Estudo e Reabilitação de um Monumento, *Cadernos*. Lisboa: IPPAR. ISBN 972-8736-29-0.

MOREIRA, Marta Rocha (2004), *Da Casa ao Museu – Adaptações Arquitectónicas nas Casas-Museu em Portugal*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico.

MOREIRA, Álvaro de Brito (2005), *O Castro de Monte Padrão. Do Bronze Final ao fim da Idade Média*. Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.

MOREIRA, Álvaro de Brito (2007), *O Museu Municipal Abade Pedrosa. Colecção Arqueológica*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso. ISBN 972-8180-17-9.

PARDELLAS, Xulio (2006), Ejes del turismo cultural en la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal, *Itinerários culturales y rutas turístico-culturales 05, PH boletin del Instituto Andaluz del Património Histórico*. Sevilha. ISSN 1136-1867, 60, p.60-73.

PARREIRA, Rui (2001), Ruínas de Milreu, *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.86.

PARREIRA, Rui (2004), Notas para um plano de salvaguarda e valorização das Ruínas de Milreu (Estói, Faro), *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 6, p.150-156.

PARREIRA, Rui (2007), Itinerários Arqueológicos no Extremo Sul de Portugal. *Boletim RPM*. Lisboa. ISSN 1645-2186, 23, p.9-12.

PAU-PRETO, Fernando; LUÍS, Luís (2001), Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico. Uma nova figura de planeamento. *Planeamento: Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*. Aveiro. ISSN 1645-9156, 1, p. 73-79.
(Consultado em www.ipa.min-cultura.pt/coa/sh__research_articles__folder/Comunicacao_POPA.pdf, a 9 de Maio de 2008).

PAU-PRETO, Fernando (2005), *O património cultural no planeamento e no desenvolvimento do território. Os planos de ordenamento de parques arqueológicos*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Arquitectura. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano.

PENELA, Câmara Municipal de (2001), *Roteiro. Rabaçal. Aldeia Cultural.* Penela: Câmara Municipal de Penela. ISBN 972-97881-1-1.

PENELA, Município de (2006), *Espaço-Museu. "Villa" romana do Rabaçal. Penela. Portugal.* Penela: Município de Penela/Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.

PEREIRA, Paulo (1997), *Intervenções no Património. Nova Política.* Lisboa: IPPAR.

PEREIRA, Paulo (2001a), A Gestão de Sítios Arqueológicos Problemas e Hipóteses. *Era-Arqueologia.* Lisboa. ISSN 0874-9701, 4, p.12-21.

PEREIRA, Paulo (2001b), "Lugares de passagem" e o resgate do tempo. *Estudos/Património.* Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.6-16.

PEREIRA, Sérgio (2006), Ammaia: Um Projecto Auspicioso. *Conímbriga.* Coimbra. ISSN 0084-9189, 45, p. 139-152.

PÉREZ BABO, Elisa (2006), Reflexões para o Futuro – A Intervenção para o Sector da Cultura face ao Novo Quadro de Programação de Fundos Estruturais. *Criar Cultura.* Lisboa. 9, p.9.

PESSOA, Miguel (1998), *Villa Romana do Rabaçal. Um Objecto de Arte na Paisagem.* Penela: Câmara Municipal de Penela. ISBN 972-97881-0-3.

PESSOA, Miguel; RODRIGO, Lino (2004), *Catálogo. Espaço-Museu. Villa Romana do Rabaçal.* Penela: Câmara Municipal de Penela, ISBN 972-97881-4-6.

PINTO, Fernando Maia; MOUTINHO, Virgínio (1998), Equipamentos de Apoio em Monte Mozinho. *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida – I. Cadernos do Museu.* Penafiel: Museu Municipal. ISSN 0873-5484, 2, p.267- 275.

PINTO, Fernando Maia (1999) - O Parque Arqueológico do Vale do Côa: Projectos, iniciativas e gestão. *1º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia. Arkeos. Perspectivas em Diálogo.* Tomar. ISSN 0873-593X, 6, p. 279-303.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (s.d.[c]), *Miróbriga Ruínas, Guia.* Lisboa.

PORTUGAL, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (s.d.[d]), *Castelo Velho Freixo Numão, Guia.* Lisboa.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico, PORTUGAL Secretaria de Estado da Informação e Turismo (1994), *Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve, programa de valorização cultural e divulgação turística.* Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (1998a), *Roteiro da Arqueologia Portuguesa 5. S. Cucufate.* Lisboa, IPPAR. ISBN 972-8087-56-X.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (1998b), *Milreu Ruínas, Guia*. Lisboa.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2000a), *Circuito Arqueológico da Cola, Guia*. Lisboa.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2000b), *São Cucufate Ruínas. Guia*. Lisboa.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2000c), *Alcalar Monumentos Megalíticos, Guia*. Lisboa.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2001a), *Santuário de Panóias, Guia*, Lisboa.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2001b), *Citânia de Santa Luzia, Guia*. Lisboa.

PORTUGAL, Ministério da Cultura; PORTUGAL, Instituto das Artes (2004), *Metaflux. Duas gerações na arquitectura portuguesa recente. tow generations in recent portuguese architecture*. Lisboa: Civilização. ISBN 972-26-2225-0.

PULIDO FERNÁNDEZ, Juan Ignacio (2006), Por qué no funcionan turisticamente algunos itinerários o rutas culturales?. *Itinerários culturales y rutas turístico-culturales 10, PH boletin del Instituto Andaluz del Património Histórico*. Sevilha. ISSN 1136-1867, 60, p.110-113.

RAMALHO, Maria de Magalhães (2004), Casa Rural de Milreu: percurso histórico de um edifício. *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 6, p.162-167.

RAPOSO, Jorge (2001), 300 Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal. *Al-madan*. Almada. ISSN 0871-066X, 2º Série, 10.

REBELO, Elvira (2001), A pessoa, as comunidades e os patrimónios: reflexões em torno da história de uma necessidade. *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.116-121.

REIS, Ditza e ALVES, Pedro (2001), Centro de Acolhimento e Interpretação de Milreu. *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.87-89.

RIEGL, Alois (2003), *Les culte moderne des monuments*. Paris: L´Harmattan. ISBN 2-7475-5127-X, (1ª ed. 1903).

RUSKIN, John (1980), *Les sept lamp de l'architecture*. Paris: Les Presses d'aujourd'hui (1ª ed 1849).

SALEMA, Sofia (2001), Centro de Acolhimento e Interpretação do Circuito da Cola. *Estudos/Património*, nº1, Lisboa, p.55-58, ISSN 1645-2453.

SANTA-RITA, João (2001), Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar, *Estudos/Património*. Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.99-101.

SANTO TIRSO, Câmara Municipal de (2008), *Centro Interpretativo Monte Padrão.*

SANTOS, Paula (2001), Centro de Acolhimento e Interpretação de Miróbriga. *Estudos/Património.* Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.49-52.

SANTOS, Paula (2007a), Citânia de Santa Luzia, Viana do Castelo, *Terceiro Prémio de Arquitectura Ascensores Enor. Enor.* ISBN 97-84-690-8446-5, p.290-301.

SANTOS, Paula (2007b), "O betão é um material que me agrada particularmente pela sua plasticidade e veracidade". *Terceiro Prémio de Arquitectura Ascensores Enor. Enor.* ISBN 97-84-690-8446-5 p.302-307.

SER QUIJANO, Gregório del (2006), *Rota dos castros e berrões de Ávila, Salamanca, Miranda do Douro. Mogadouro e Penafiel.* Diputación de Ávila, ISBN 84-96433-33-1.

SILVA, António Carlos (2004), A Salvaguarda do Património Arqueológico em meio Rural. *Estudos/Património.* Lisboa. ISSN 1645-2453, 6, p.41-49.

SILVA, António Manuel S. P. (2005), *Cartas Arqueológicas do Inventário à Salvaguarda e Valorização do Património, Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004.* Arouca: Câmara Municipal de Arouca. ISBN 972-9757474-4-5.

SILVA, Francisco Nunes (2003), Ordenamento do Território e Património Cultural. *Al-madan.* Almada. ISBN 0871-066X, 2ª Série, 12, p. 103-108.

SIVAN, Renee, Uso y abuso de medios interpretativos en los itinerarios culturales. *Itinerários culturales y rutas turístico-culturales 14, PH boletin del Instituto Andaluz del Património Histórico.* Sevilha. ISSN 1136-1867, 60, p.142-145.

SOARES, Nuno Bruno (2001), Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate. *Estudos/Património.* Lisboa. ISSN 1645-2453, 1, p.70-72.

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO (2007), *Citânia de Briteiros, Povoado proto-histórico.* Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

SOEIRO, Teresa (1998), Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida I. *Cadernos do Museu.* Penafiel: Museu Municipal. ISSN 0873-5484, 2.

SOUSA, Orlando (2007), *De Panóias a Torga.* (s.l.), Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico. ISBN 978-989-8052-02-5.

TEICHER, Félix (2004), Breve descrição dos vestígios arqueológicos identificados sob a Casa Rural de Milreu (Estói, Faro), *Estudos/Património.* Lisboa. ISSN 1645-2453, 6, p.157-161.

TORRES BERNIER, Enrique (2006), Rutas Culturales, Recurso, destino y producto tirístico, *Itinerários culturales y rutas turístico-culturales 07, PH boletin del Instituto Andaluz del Património Histórico*. Sevilha. ISSN 1136-1867, 60, p.84-97.

VALE DO CÔA. Arte Rupestre e Pré-História. (1996), Lisboa: Ministério da Cultura; Parque Arqueológico do Vale do Côa. ISBN 972-8087-27-6.

ZILHÃO, J. (2000) - A arte rupestre do Vale do Côa: salvaguarda e valorização. *Actas: Congreso internacional de arte rupestre europeia: Vigo (24-28 novembro 1999) [CD-Rom]. Vigo: Concello de Vigo*. (Consultado em www.ipa.min-cultura.pt/coa/pt/Research/Research_Articles/2000 - PDF, a 9 de Maio de 2008).

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

AFA (1996), *Sede do Parque Arqueológico do Vale do Côa, Memória Descritiva – Construção Civil.*

ANTUNES, Manuel (2003), *Memória Descritiva*, Guimarães.

BORGES, Ana (2001), *Memória Descritiva*, Porto.

BORGES, Ana (2005), *Memória Descritiva*, Porto.

CARVALHO, Teresa Pires (2000), *Processo de Candidatura ao QCA-III, Castro Monte Mozinho – Equipamento e Potenciação do Monumento como Parque Arqueológico*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel.

COSTA, Alexandre Alves (2003), *Proposta de Musealização do Sítio de Castelo Velho – Projecto de Execução*. Porto.

FELGUEIRAS, Câmara Municipal de, (s.d.), *Recuperação de uma unidade agrícola romana – A Villa Romana de Sendim (Felgueiras)*. Felgueiras: Divisão de Serviços Sócio-Culturais.
(Documento consultado na Câmara Municipal de Felgueiras).

FELGUEIRAS, Câmara Municipal de, (2000), *Villa Romana de Sendim /Centro Interpretativo e Gabinete de Apoio Arqueológico*. Felgueiras: Divisão de Serviços Sócio-Culturais.
(Documento consultado na Câmara Municipal de Felgueiras).

FELGUEIRAS, Câmara Municipal de, (2004), *Villa Romana de Sendim / Centro Interpretativo (2ª fase), Valorização / Dinamização*. Felgueiras: Divisão de Serviços Sócio-Culturais.
(Documento consultado na Câmara Municipal de Felgueiras).

LEITE, Rocha (2003), *Memória Descritiva e Justificativa – Estrutura de Apoio à Cividade do Terroso*. Porto.

LINO, João Vasconcelos e Sousa (2001), *Fundação Cidade da Ammaia. Museu Monográfico da Cidade da Ammmaia. Projecto de Arquitectura. Memória Descritiva*. Lisboa.

LOURENÇO, Aristides (1999), *Memória Descritiva e Justificativa*. Lousã.

MESTRE, Víctor; ALEIXO, Sofia (1999), *Memória Descritiva*. Lisboa.

MOUTINHO, Virgínio (1998), *Memória Descritiva*. Porto.

MOUTINHO, Virgínio (2005), *Memória Descritiva*. Porto.

PARREIRA, Rui (1996a), *Informação – Circuito Arqueológico da Cola, Programa para instalação de um Centro Interpretativo*. Évora: Direcção Regional do Alentejo, p.1-4. (Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Alentejo, Évora)

PARREIRA, Rui (1996b), *Informação nºIPPAR-E/96/36, Alcalar (Portimão), Projecto para instalação de um Centro Interpretativo, ordenamento paisagístico e execução de restauro e preparação da envolvente no monumento nº7*. Faro: Direcção Regional da Cultura do Algarve, p.1-7.
(Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Algarve, Faro).

PEREIRA, Maria Luisa Veiga Silva (1984), *Parecer sobre o Estudo Prévio do Projecto do Museu do Cerro da Vila (Algarve)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. (Documento consultado nas instalações da Lusort)

PIMENTEL, Pedro Tiago; REBELO, Camilo (2004), *Concurso Público para elaboração de projecto do Museu de Arte e arqueologia do Vale do Côa. Memória Descritiva*. Porto.

PINTO, Fernando Maia Pinto (1996), *Centro Interpretativo de Muxagata – Memória Descritiva*.

PINTO, Marcelo Mendes (2008), *A Villa Romana de Sendim*.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (s.d.[a]), *Cerro da Vila (Vilamoura, Loulé)*. Faro: Direcção Regional da Cultura do Algarve, p.1-6. (Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Algarve, Faro)

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (s.d.[b]), *Concurso Limitado de Concepção por prévia qualificação para a elaboração do projecto do Centro Interpretativo e de Acolhimento da Estação Arqueológica de Miróbriga – Programa Preliminar*. Évora: Direcção Regional da Cultura do Alentejo, p. 33-44.
(Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Alentejo, Évora).

PORTUGAL, António; REIS, Manuel Maria (1997) *Instituto Português do Património Arquitectónico. Área Arqueológica do Freixo. Freixo, Marco de Canaveses. Edifício de apoio, Rua dos Judeus – Estudo Prévio - Memória Descritiva*. Porto.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (1998c), *Estação Arqueológica de Torre de Palma – Projecto para o Centro Interpretativo e de Acolhimento e Parque de Estacionamento - Programa Preliminar*. Évora: Direcção Regional da Cultura do Alentejo.
(Documento consultado em Victor Mestre/Sofia Aleixo, Arquitectos Lda.)

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (1998d), *Programa Preliminar de Conteúdos para o Centro Interpretativo das Ruínas Romana de Milreu*. Faro: Direcção Regional da Cultura do Algarve, p1-5.
(Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Algarve, Faro).

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2000d), *Candidatura ao Programa Operacional do Norte - Eixo Prioritário III – Medida 3.9 – Cultura, Anexo 1 – Tongobriga – Área Arqueológica do Freixo 2000-2006*. Porto: Direcção Regional da Cultura do Norte, Casa de Ramalde.
(Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Norte, Porto)

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2000e), *Santuário de Panóias. Formulário de Candidatura ao Programa Operacional do Norte – Eixo III, Medida 3.9 – Cultura e anexo*. Porto: Direcção Regional da Cultura do Norte, Casa de Ramalde.

(Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Norte, Porto)

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2000f), *Citânia de Santa Luzia. Formulário de Candidatura ao Programa Operacional do Norte – Eixo III, Medida 3.9 – Cultura e anexo.* Porto: Direcção Regional da Cultura do Norte, Casa de Ramalde.
(Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Norte, Porto)

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2000g), *Contributo para um Plano Estratégico da Direcção Regional do Porto 2000-2006.* Porto.

PORTUGAL, Instituto Português do Património Arquitectónico (2001c), *Castelo Velho de Freixo de Numão. Formulário de Candidatura ao Programa Operacional do Norte – Eixo III, Medida.9 – Cultura e anexo.* Porto: Direcção Regional da Cultura do Norte, Casa de Ramalde.
(Documento consultado na Direcção Regional da Cultura do Norte, Porto)

QUIRINO, Margarida M. S. Gomes (s.d.), *Museu Cerro da Vila. Memória Descritiva e Justificativa.* Pêra.

REBOLHO, Gustavo (1997), *Santuário de Panóias. Remodelação de um núcleo construído para instalação de apoio. Memória Descritiva.* Porto.

REBOLHO, Gustavo (2001), *Memória Descritiva.* Porto.

SANTO TIRSO, Câmara Municipal de (2003), *Área Arqueológica de Monte Padrão, Processo de Candidatura à Medida 3.9. – Cultura da ON.* Santo Tirso. (Documento consultado na Câmara Municipal de Santo Tirso).

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO (2006), *Candidatura E - Procitânia de Briteiros, Povoado proto-histórico.* Guimarães. (Documento Consultado nas Instalações da Sociedade Martins Sarmento).

REIS, Ditza e ALVES, Pedro (1998), *IPPAR. Estação Arqueológica de Milreu. Projecto para o Centro Interpretativo e de Acolhimento. Estudo Prévio. Memória Descritiva.* Faro.

ROMUALDO, Jorge (2002), *Memória Descritiva e Justificativa*, Matosinhos.

TOMÉ, Miguel (2000), *Memória Descritiva.* Porto.

TOMÉ, Miguel (2002), *Memória Descritiva.* Porto.

TOMÉ, Miguel (2003), *Memória Descritiva.* Porto.

VARZIM, Câmara Municipal de Póvoa de (2005), *Relatório Final da Área Arqueológica Cividade de Terroso.* Póvoa de Varzim. (Documento consultado na Câmara Municipal de Póvoa de Varzim).

INTERNET

WIKIPÉDIA | **http://pt.wikipedia.org** (Consultado a partir de 4 de Janeiro de 2008)
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO | **http://www.ippar.pt** (Consultado a partir de 7 de Janeiro de 2008)
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE | **http://www.ccr-n.pt** (Consultado em 11 de Fevereiro de 2008)
QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO | **http://www.qca.pt** (Consultado em 11 de Fevereiro de 2008)
GUIA DA CIDADADE | **http://www.guiadacidade.pt** (Consultado a partir de 15 de Fevereiro de 2008)
ROTAS E DESTINOS | **http://www.rotas.xl.pt** (Consultado a partir de 15 de Fevereiro de 2008)
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA | **http://www.ipa.min-cultura.pt** (Consultado em 18 de Fevereiro de 2008)
PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA | **http://www.ipa.min-cultura.pt/coa/pt** (Consultado em 27 de Março de 2008)
DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO NORTE | **http://www.culturanorte.pt** (Consultado em 10 de Abril de 2008)
DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO ALGARVE | **http://www.cultura-alentejo.pt** (Consultado em 10 de Abril de 2008)
DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO ALENTEJO | **http://www.cultalg,pt** (Consultado em 10 de Abril de 2008)
MINISTÉRIO DA CULTURA | **http://www.min-cultura.pt** (Consultado em 10 de Abril de 2008)
AS GRAVURAS PALEOLÍTICAS DO VALE DO CÔA | **http://www.uc.pt/fozcoa/batalha.html** (Consultado em 9 de Maio de 2008)
GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA | **http://www.portugal.gov.pt** (Consultado em 12 de Maio de 2008)
INFOPÉDIA | **http://www.infopedia.pt** (Consultado a partir de 12 de Maio de 2008)
DIRECÇÃO GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS | **http://www.monumentos.pt** (Consultado em 20 de Maio de 2008)
UNESCO | **http://www.unesco.pt** (Consultado a partir de 23 de Maio de 2008)
MIRÓBRIGA | **http://mirobriga.drealentejo.pt** (Consultado em 18 de Junho de 2008)
MENOS É MAIS – ARQUITECTOS ASSOCIADOS | **http://www.menosemais.com** (Consultado em 26 de Junho de 2008)
VILLA DO RABAÇAL | **www.cm-penela.pt** (Consultado em 27 de Agosto de 2008)

7. ANEXO I

Listagem de Sítios Arqueológicos Intervencionados (1995-2008)

		SÍTIO ARQUEOLÓGICO	CRITÉRIOS DE SELECÇÃO		
			Cronologia da ruína entre o Paleolítico e o Período Romano	Ruína revelada pela investigação arqueológica	Projectos de arquitectura de raiz ou reabilitação posteriores a 1995, destinados a edifícios de apoio em funcionamento e dentro dos limites da área arqueológica
1	Norte	Citânia de Briteiros (Guimarães)			
2	N	Parque Arqueológico do Vale do Côa (Vila Nova de Foz Côa)			
3	N	Quinta da Ervamoira (Vila Nova de Foz Côa)*			
4	N	Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)			
5	N	*Villa* de Zimbro II (Vila Nova de Foz Côa)			
6	N	Ruínas do Quintal do Museu da Casa Grande (Vila Nova de Foz Côa)			
7	N	*Villa* Romana o Prazo (Vila Nova de Foz Côa)			
8	N	Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim)			
9	N	Dolmens da Serra da Aboboreira (Baião)			
10	N	Área Arqueológica do Freixo (Marco de Canaveses)			
11	N	Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*			
12	N	Castro de Monte Padrão (Santo Tirso)			
13	N	Castro de Monte Mozinho (Penafiel)			
14	N	Casa do Infante (Porto)*			
15	N	Arqueosítio da Rua de D. Hugo, nº5 (Porto)*			

SÍTIO ARQUEOLÓGICO			CRITÉRIOS DE SELECÇÃO		
			Cronologia da ruína entre o Paleolítico e o Período Romano	Ruína revelada pela investigação arqueológica	Projectos de arquitectura de raiz ou reabilitação posteriores a 1995, destinados a edifícios de apoio em funcionamento e dentro dos limites da área arqueológica
16	N	Cividade de Cossourado (Paredes de Coura)			
17	N	Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo)			
18	N	Castelo e Povoado Medieval (Meda – Marialva)			
19	N	Geira (Terras de Bouro)*			
20	N	Crasto de Palheiros (Murça)*			
21	N	Santuário de Panóias (Vila Real)			
22	Centro	Castro das Coroas (Sinfães)			
23	C	Monumentos Megalíticos da Nave (Moimenta da Beira)*			
24	C	Torre de *Centum Cellas* (Belmonte)			
25	C	Civitas de Egitânia (Idanha-a-Nova)*			
26	C	Criptopórtico de *Aeminium* e Museu Machado Castro (Coimbra)*			
27	C	Santa Clara a Velha (Coimbra)			
28	C	Cidade Romana de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha)*			
29	C	Calçada Romana (Covilhã)			
30	C	Castelo Medieval (Montemor-o-Velho)			
31	C	Anfiteatro Romano (Bobadela)*			

SÍTIO ARQUEOLÓGICO			CRITÉRIOS DE SELECÇÃO		
			Cronologia da ruína entre o Paleolítico e o Período Romano	Ruína revelada pela investigação arqueológica	Projectos de arquitectura de raiz ou reabilitação posteriores a 1995, destinados a edifícios de apoio em funcionamento e dentro dos limites da área arqueológica
32	C	*Villa* Romana de Rabaçal (Penela)			
33	C	Roteiro Pré-histórico e Roteiro Romano/Medieval (Fornos de Algodres)*			
34	C	Sítio Pré-Histórico de Vale do Lapedo (Leiria)*			
35	C	Circuito Arqueológico de Mação (Mação) *			
36	C	Anta de Arca (Oliveira de Frades)			
37	C	Anta de Antelas (Oliveira de Frades)			
38	C	Termas Romanas (São Pedro do Sul)*			
39	Lisboa e Vale do Tejo	*Villa Cardilium* (Torres Novas)*			
40	LVT	Cividade de *Eburobritium* (Óbidos)			
41	LVT	Necrópole de Carenque (Amadora)*			
42	LVT	Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira (Amadora)			
43	LVT	Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Lisboa)*			
44	LVT	Teatro Romano e Museu do Pátio do Aljube (Lisboa)*			
45	LVT	Castelo de S. Jorge e Ruínas Islâmicas/Medievais (Lisboa)			

SÍTIO ARQUEOLÓGICO			CRITÉRIOS DE SELECÇÃO		
			Cronologia da ruína entre o Paleolítico e o Período Romano	Ruína revelada pela investigação arqueológica	Projectos de arquitectura de raiz ou reabilitação posteriores a 1995, destinados a edifícios de apoio em funcionamento e dentro dos limites da área arqueológica
46	LVT	Grutas da Alapraia (Cascais)*			
47	LVT	Povoado Pré-histórico de Leceia (Oeiras)			
48	LVT	Ruínas Romano/Medievais de S. Miguel de Odrinhas (Sintra)*			
49	LVT	Área Arqueológica do Castelo dos Mouros			
50	LVT	Castro do Zambujal (Torres Vedras)*			
51	LVT	Templo Romano de *Scallabis* (Torres Vedras)*			
52	LVT	Núcleo Medieval da Rua da Judiaria (Almada)			
53	LVT	Quinta do Almaraz (Almada)*			
54	LVT	Fábrica da Salga Romana (Setúbal)*			
55	Alentejo	Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja (Beja)			
56	A	Núcleo Romano do Museu Regional de Beja (Beja)*			
57	A	Núcleo medieval do Museu Regional de Beja (Beja)			
58	A	*Forum de Pax Júlia* (Beja) *			
59	A	*Villa* Romana de Pisões (Beja)*			
60	A	Basílica Paleocristã de Mértola (Mértola)			

SÍTIO ARQUEOLÓGICO			CRITÉRIOS DE SELECÇÃO		
			Cronologia da ruína entre o Paleolítico e o Período Romano	Ruína revelada pela investigação arqueológica	Projectos de arquitectura de raiz ou reabilitação posteriores a 1995, destinados a edifícios de apoio em funcionamento e dentro dos limites da área arqueológica
61	A	Núcleo Romano (Mértola)*			
62	A	Necrópole e Ermida da Achada de S. Sebastião (Mértola)			
63	A	Castelo e Alcáçova (Mértola)			
64	A	Circuito Arqueológico da Cola (Ourique)			
65	A	*Villa* Romana de S. Cucufate (Vidigueira)			
66	A	Torre Medieval da Herdade do Esporão (Reguengos de Monsaraz)			
67	A	Termas Romanas (Évora)*			
68	A	Templo Romano (Évora)			
69	A	Casa Romana (Évora)*			
70	A	Conjunto Arqueológico do Escoural (Montemor-o-Novo)*			
71	A	Povoado de Santa Vitória (Campo Maior)			
72	A	Circuito dos Monumentos Megalíticos de Elvas (Elvas)*			
73	A	Castelo (Alter do Chão)			
74	A	Cidade Romana de Ammaia (Marvão)			
75	A	*Villa* Romana de Torre de Palma (Monforte)			
76	A	Cripta Arqueológica sob o Castelo (Alcácer do Sal)*			

SÍTIO ARQUEOLÓGICO			CRITÉRIOS DE SELECÇÃO		
			Cronologia da ruína entre o Paleolítico e o Período Romano	Ruína revelada pela investigação arqueológica	Projectos de arquitectura de raiz ou reabilitação posteriores a 1995, destinados a edifícios de apoio em funcionamento e dentro dos limites da área arqueológica
77	A	Ruínas Romanas de Miróbriga (Santiago do Cacém)			
78	A	Tróia – Ruínas Romanas (Grândola)*			
79	A	Parque Mineiro do Lousal (Ourique)			
80	A	Museu Municipal (Ferreira do Alentejo)			
81	A	Tinturaria Islâmica (Arraiolos)*			
82	Algarve	Ruínas de Milreu (Faro)			
83	A	*Villa* Romana de Cerro da Vila (Loulé)			
84	A	Monumentos Megalíticos de Alcalar (Portimão)			
85	A	Via da Cova do Lobo (S. Brás de Alportel)*			
86	A	Castelo (Silves)			
87	A	Poço Cisterna (Silves)			
88	A	Rua e Casas Islâmicas (Tavira)			
89	A	Muralha da cidade e Estruturas Romanas e medievais (Tavira)			
90	A	Parque Mineiro da Cova dos Mouros (Alcoutim)			

*** Observações** (factos constatados até à finalização da presente dissertação):

3. Quinta de Ervamoira – Museu integra outras dinâmicas culturais, cuja origem não tem como principal motivação o monumento arqueológico.

11. Citânia de Sanfins – Edifícios de apoio projectados antes de 1995 e localizam fora da área arqueológica.

14. Casa do Infante – Intervenção num sítio arqueológico inserido em meio urbano, sendo que a pré-existência reabilitada adquire novas funções independentes dos vestígios arqueológicos.

15. Arqueosítio da rua D. Hugo, nº5 – Intervenção num sítio arqueológico inserido em meio urbano, sendo que a pré-existência reabilitada adquire novas funções independentes dos vestígios arqueológicos.

19. Geira – Projecto para a Galeria dos Miliários encontra-se em fase de obra, ao passo que o Museu da Geira ainda não se encontra em funcionamento.

20. Crasto de Palheiros – Projecto do Centro Interpretativo em fase de obra.

23. Monumentos Megalíticos da Nave – Centro Interpretativo em fase de projecto.

25. Civitas de Egitânia – Intervenções em sítios arqueológicos integrados numa aldeia histórica, não sendo apenas os bens arqueológicos o fundamento das acções.

26. Criptopórtico de *Aeminium* e Museu Machado Castro – Projecto em fase de obra, constituindo uma renovação do existente Museu Machado de Castro.

28. Cidade Romana de *Conimbriga* – Intervenção contemporânea complementado o Museu de Conimbriga já existente.

31. Anfiteatro Romano – Centro de Interpretação não se encontra em funcionamento.

33. Roteiro Pré-histórico e Roteiro Romano/Medieval – Centro Interpretativo/Museu fora da área arqueológica.

34. Sítio Pré-histórico de Vale de Lapedo – Centro de Interpretação em pré-fabricado.

35. Circuito Arqueológico de Mação – Centro de Interpretação/Museu fora da área arqueológica.

38. Termas Romanas de São Pedro do Sul – Centro Interpretativo e de Acolhimento aguarda financiamento.

39. *Villa Cardilium* – Edifício de apoio projectado antes de 1995.

41. Necrópole de Carenque – Centro de Interpretação em pré-fabricado.

42. Núcleo Museográfico do casal da Falagueira – Trata-se da recuperação de uma casa datada do século XVI, situada no actual Parque Aventura, no centro da cidade da Amadora. O actual edifício

permite a reserva para as mais de 200 peças recolhidas no concelho, funcionando como laboratório de estudos especializados.

43. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros – Intervenção num sítio arqueológico inserido em meio urbano, sendo que a pré-existência reabilitada adquire novas funções independentes dos vestígios arqueológicos.

44. Teatro Romano e Museu no Pátio de Aljube – Intervenção num sítio arqueológico inserido em meio urbano.

46. Grutas da Alapraia – Projecto do Centro de Interpretação em fase de obra.

48. Ruínas Romano/Medievais de S. Miguel de Odrinhas – Museu de Sítio renovado, complementando o existente.

50. Castro do Zambujal – Projecto de adaptação de ruína do século XIX a Centro de Interpretação a aguardar financiamento.

51. Templo Romano de *Scallabis* – Projecto de Arquitectura no âmbito do turismo de habitação.

53. Quinta do Almaraz – Projecto cujo programa consiste em habitação de luxo.

54. Fábrica de Salga Romana – Em meio urbano, as ruínas integram o actual edifício do Posto de Turismo da Costa Azul.

56. Núcleo Romano do Museu Regional de Beja – Museu conserva vestígios romanos.

58. *Forum de Pax Julia* – Ruínas integram o pátio do Conservatório Regional.

59. *Villa* Romana de Pisões – Centro de Acolhimento e Interpretação em Pré-fabricado.

61. Núcleo Romano de Mértola – Museu integrando as ruínas, em meio urbano, na cave do edifício da Câmara Municipal de Mértola.

67. Termas Romanas – Ruínas inseridas no interior do Edifício da Câmara Municipal de Évora, em meio urbano.

69. Casa Romana em Évora – Ruínas integram as actuais instalações da Direcção Regional da Cultura do Alentejo.

70. Conjunto Arqueológico do Escoural – Centro de Acolhimento e Interpretação fora do sítio arqueológico. Existe um projecto de intervenção, incluindo um novo Centro de Acolhimento e Interpretação para a área arqueológica, o qual ainda não se concretizou.

72. Circuito dos Monumentos Megalíticos de Elvas – Centro de Interpretação fora do sítio arqueológico.

76. Cripta Arqueológica de Alcácer do Sal – Ruínas inseridas no meio urbano, sob o Castelo, actual pousada D. Afonso II.

78. Tróia – Ruínas Romanas – Está em curso a elaboração de um projecto para o Centro de Interpretação.

81. Tinturaria islâmica – Ruínas inseridas em meio urbano de Faro, na Praça do Município.

85. Via da Cova do Lobo – Centro Explicativo e de Acolhimento fora do sitio arqueológico, fruto da reabilitação do antigo Matadouro Municipal.